



20F

Relatório de dívidas

Itaú Unibanco Holding S.A.
Itaú Unibanco Holding S.A.

É emitido por meio eletrônico no site www.itaunibanco.com.br
LSE
Programa

2013 Relatório Anual Consolidado

Itaú Unibanco Holding S.A.

Relatório Anual

Destaque de 2013

Aquisições e expansão na América Latina
desempenho do Itaú Unibanco
Saba.me



Índice



Contexto

- A-4** [Contexto macroeconômico](#)
- A-10** [Contexto do Itaú Unibanco Holding](#)
- A-17** [Contexto deste relatório](#)



Desempenho

- A-236** [Desempenho financeiro](#)
- A-331** [Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\)](#)



Itaú Unibanco Holding

- A-23** [Em números](#)
- A-27** [Destaques de 2013](#)
- A-38** [Nossa história e perfil](#)
- A-55** [Nosso negócio](#)
- A-79** [Nossas operações internacionais](#)
- A-86** [Pontos fortes competitivos](#)
- A-88** [Informação para o investidor](#)



Sustentabilidade

- A-333** [Mapa de sustentabilidade](#)
- A-336** [Focos estratégicos](#)
- A-340** [Gestão e governança de sustentabilidade](#)
- A-342** [Performance sustentável](#)
- A-343** [Engajamento dos stakeholders](#)
- A-381** [Ecoeficiência](#)
- A-387** [GRI – Global Reporting Initiative](#)



Nossa governança

- A-106** [Nossas práticas](#)
- A-106** [Estrutura da administração](#)
- A-148** [Remuneração dos administradores e Programas de incentivo de longo prazo](#)



Outros

- A-458** [Imobilizado de uso e outras imobilizações de uso](#)
- A-459** [Informações sobre tendências](#)
- A-460** [Investimentos](#)
- A-461** [Taxas de câmbio](#)
- A-462** [Tributação de detentores de ADSs](#)
- A-476** [Glossário](#)



Nossa gestão de risco

- A-152** [Fatores de risco](#)
- A-163** [Gerenciamento de riscos e capital](#)
- A-197** [Prevenção à lavagem de dinheiro](#)
- A-198** [Pessoas politicamente expostas](#)
- A-198** [Ambiente regulatório](#)



Anexos

- A-479** [Informações estatísticas selecionadas](#)



Contexto



Contexto macroeconômico

Contexto global

A crise global do mercado financeiro vem afetando significativamente a economia mundial desde 2008. O cenário que originou: (i) recessão e aumento do desemprego nas principais economias do mundo, (ii) redução nos investimentos em escala global, (iii) redução brusca na disponibilidade de crédito e liquidez e (iv) uma retração geral nos volumes de transações nos mercados de capitais no mundo inteiro. A economia mundial e os mercados de crédito e de capital apresentaram uma recuperação substancial em relação a 2008, mas a condição dos mercados financeiros globais ainda está relativamente frágil.

A maior parte do ajuste fiscal necessário na Europa foi feito. Consequentemente, a confiança e as condições financeiras melhoraram e a economia parece ter voltado a crescer no segundo semestre de 2013. Os riscos de deterioração diminuíram significativamente, mas não desapareceram. As taxas de desemprego na Europa, em dezembro de 2013, continuavam muito altas, com previsão de redução moderada, uma vez que a expectativa é que a recuperação real do Produto Interno Bruto, ou PIB, continue em ritmo lento até o final de 2014. Nesse cenário, as necessárias reformas fiscais e estruturais adicionais tornam-se politicamente impraticáveis.

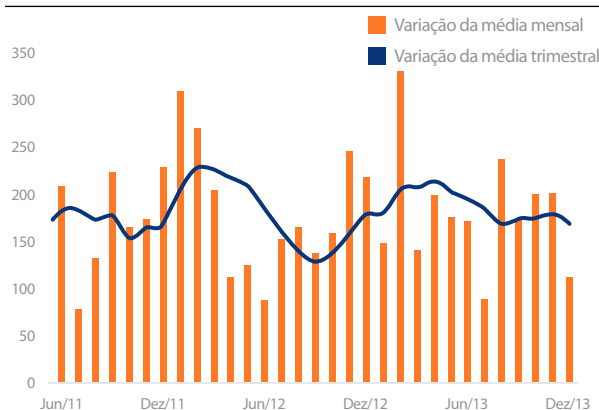
Além disso, as altas taxas de desemprego geraram um declínio da inflação, que alcançou níveis extremamente baixos em dezembro de 2013, abaixo da meta do Banco Central Europeu, ou BCE. Consequentemente, o BCE respondeu e baixou as taxas de juros em 2013, prometendo manter o afrouxamento monetário no futuro. Entretanto, ainda serão necessários mais estímulos para contrabalançar as forças deflacionárias. Nesse caso, existe o risco de que o BCE forneça estímulo monetário adicional por meio de ferramentas de políticas monetárias não convencionais.

As medidas de políticas monetárias inéditas que vêm sendo implantadas pelos países desenvolvidos, desde 2008, criaram um período de liquidez significativamente maior para os mercados emergentes, que impulsionou os preços dos ativos. Contudo, na medida em que a economia dos Estados Unidos se recupera, com perspectivas positivas de crescimento, o *Federal Reserve* passou a reduzir esse estímulo monetário de forma cautelosa. Uma normalização gradual da política monetária tem sido absorvida relativamente bem, até agora, pelos mercados emergentes.

A transição desse período de estímulo monetário extraordinário continua sendo um desafio para os próximos anos. Esta transição pode resultar em uma maior volatilidade dos preços dos ativos nos mercados emergentes e pode potencialmente impactar nossos resultados operacionais.

O PIB real dos Estados Unidos cresceu 1,9%, em 2013 e prevemos um crescimento de 3,0% em 2014. O crescimento econômico dos Estados Unidos acelerou para uma taxa anualizada de 3,7% no segundo semestre de 2013, temporariamente impulsionado por um acúmulo de estoques. A demanda final aumentou, a uma taxa anualizada de crescimento moderado de 2,6%. Mesmo assim, as condições econômicas nesse país parecem estar melhorando. O orçamento do exercício de 2014 deve resultar em menor incerteza fiscal que, por sua vez, poderia aumentar a confiança dos investidores. Paralelamente, as perspectivas de exportação são positivas e o mercado financeiro dos Estados Unidos continua conducente ao crescimento econômico. Finalmente, o mercado de trabalho está dando claros sinais de fortalecimento, com a criação mensal de empregos se aproximando na média de 180 mil vagas em 2013.

Criação de Empregos nos Estados Unidos – Setores de Bens, Serviços e Construção (sazonalmente ajustado, em milhares)



Fonte: Bureau de Estatísticas do Trabalho (BLS) dos EUA, Itaú Unibanco Holding

Na China, o PIB cresceu 7,7% no acumulado de 2013. O aumento na atividade ocorreu depois que os formuladores de políticas chineses reforçaram seu compromisso de reduzir a volatilidade de curto prazo das taxas de crescimento e introduziram medidas de estímulo limitadas para suportar a atividade econômica. Em novembro de 2013, o governo chinês delineou planos de reforma para melhorar a produtividade geral da economia. A expectativa é que isso ajude a reequilibrar a economia e sustente o crescimento no médio prazo, embora ainda existam alguns riscos de implementação desses planos.

Na América Latina, as economias apresentaram taxas mais baixas de crescimento em 2013 em relação ao observado nos três anos anteriores. Nos países onde a inflação é baixa, os bancos centrais têm condições de responder por meio da flexibilização monetária, apesar de uma política menos expansionista nos Estados Unidos. Esse é o caso de Colômbia, Peru e México.

Independentemente da política monetária mais relaxada, espera-se que a economia do México se beneficie, em 2014, do maior crescimento nos Estados Unidos e de um déficit público menor. Reformas econômicas, especialmente a reforma na energia, aprovada no final de 2013, devem aumentar o crescimento potencial nos próximos anos.

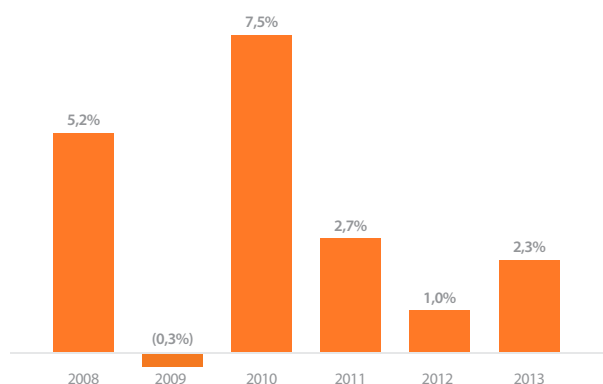
Na Argentina, os controles sobre as operações de câmbio não conseguiram evitar perdas de reservas em 2013 e o Banco Central argentino teve que incrementar o ritmo de desvalorização nominal. Entretanto, a alta depreciação cambial não foi acompanhada por uma política monetária mais rígida e, portanto, a expectativa é que a inflação suba ainda mais.

Os resultados de nossas operações, desde o último trimestre de 2008, têm sido parcial e negativamente afetados pela crise global dos mercados financeiros. Os problemas fiscais nas economias avançadas, a desaceleração nos países desenvolvidos, a inflação e outros problemas nos países em desenvolvimento podem ter um impacto sobre o futuro crescimento do Brasil e, portanto, nos resultados de nossas operações.

Contexto brasileiro

Na qualidade de banco brasileiro, cujas atividades são preponderantemente realizadas no Brasil, somos afetados de forma significativa pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. Nos últimos anos, fomos beneficiados pela estabilidade geral da economia, com crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 4,3% a.a., de 2004 a 2011, levando ao aumento nos empréstimos e depósitos bancários. O crescimento do PIB brasileiro sofreu uma desaceleração chegando a 2,7%, em 2011, e 1,0%, em 2012. O PIB do Brasil cresceu 2,3% em 2013.

Crescimento do PIB

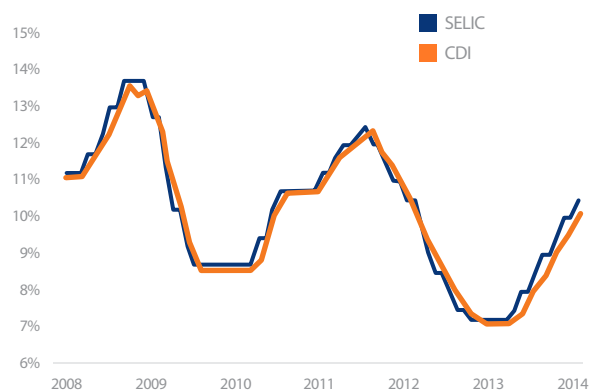


Fonte: Itaú Unibanco Holding, Banco Central.

O Banco Central reduziu a taxa de juros de referência paga aos detentores de títulos emitidos pelo governo brasileiro e negociados por meio do SELIC (*Sistema Especial de Liquidação e Custódia*) de 19,75%, em maio de 2005, para apenas 7,25%, em outubro de 2012.

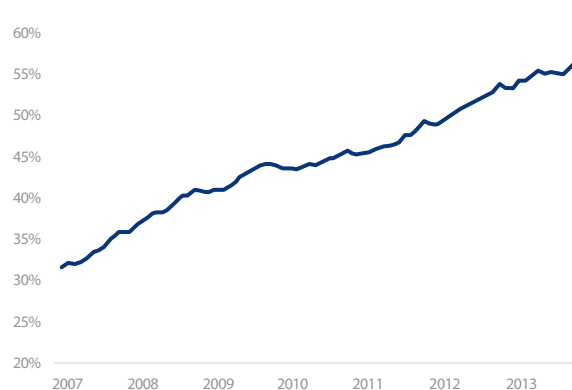
Em janeiro de 2014, a taxa SELIC foi elevada para 10,5%. Como proporção do PIB, o empréstimo bancário também cresceu para 56,5%, em dezembro de 2013, em comparação com 53,8%, em dezembro de 2012. O recente aumento nas taxas de juros também deflagrou um aumento na TR (Taxa Referencial), de aproximadamente 0,0%, em dezembro de 2012, para aproximadamente 0,05% em dezembro de 2013.

SELIC (taxa de juros nominal)



Fonte: Itaú Unibanco Holding, Banco Central.

Crédito Total (em % do PIB)



Fonte: Itaú Unibanco Holding, Banco Central.

Taxa de Inflação em 12 Meses (IPCA)



Fonte: Itaú Unibanco Holding, Banco Central.

O índice de inflação de preços ao consumidor diminuiu em 2012, mas permaneceu alto, refletindo a elevação dos preços de mercadorias (*commodities*), a depreciação cambial e um mercado de trabalho superaquecido. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, caiu para 5,8%, em 2012, em comparação com 6,5%, em 2011. A taxa de inflação do IPCA, em doze meses até dezembro de 2013, atingiu 5,9%, índice acima da meta do Banco Central – de 4,5% –, principalmente em decorrência do aumento dos preços de alimentos e serviços. A inflação média de 2004 a 2013 foi de 5,5%.

Espera-se que o ciclo de aperto monetário implantado pelo Banco Central, a partir de abril de 2013, mantenha a inflação sob controle, embora pudesse também impactar a atividade

doméstica. Se a inflação persistir ou a atividade econômica cair, a renda familiar poderá diminuir em termos reais, causando elevação das taxas de inadimplência no sistema bancário brasileiro.

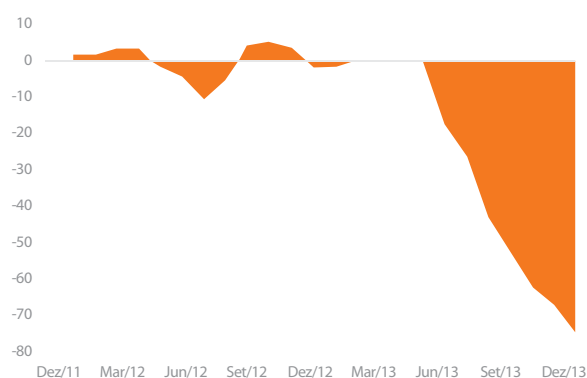
O governo brasileiro ofereceu incentivos fiscais para incentivar a atividade do mercado interno e, no futuro, poderá reduzir ainda mais os impostos para estimular o crescimento econômico. Estamos expostos a alterações regulatórias e de políticas fiscais, que, às vezes, são adotadas com pouca antecedência.

Além disso, o Brasil passou por uma grande quantidade de alterações regulatórias, relacionadas às exigências de reservas e de capital e às outras políticas macro prudenciais (por exemplo, controles de capital). No segundo semestre de 2012, o Banco Central também alterou as regras para exigências de reservas. Em setembro de 2012, a exigência de reserva adicional sobre depósitos à vista diminuiu de 6,0% para zero e, em março de 2013 esse índice caiu de 12,0% para 11,0%. Em julho de 2013, o Banco Central antecipou o prazo para a revogação da regra que reduz o juro aplicável às exigências de reserva sobre os depósitos a prazo para março de 2014. O objetivo dessa redução foi estimular a transferência de liquidez das instituições financeiras maiores para as menores e gerou a injeção de mais de R\$ 46 bilhões em instituições financeiras de pequeno porte.

O real sofreu uma desvalorização em relação ao dólar dos Estados Unidos, atingindo R\$ 2,36 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2013, em comparação com R\$ 2,05 por US\$ 1,00, em 31 de dezembro de 2012. O aumento dos prêmios de risco nos mercados emergentes e a retirada parcial do estímulo monetário nos Estados Unidos foram os principais fatores por trás desse movimento. Em 18 de dezembro de 2013, o Banco Central anunciou a extensão do programa de intervenção cambial (iniciado em 22 de agosto de 2013), com algumas modificações. Pelo menos até junho de 2014, a expectativa é que o Banco Central injete US\$ 1 bilhão por semana no mercado de derivativos (*"swaps"*).

Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$)

Fonte: Itaú Unibanco Holding, Banco Central.

**Swaps Cambiais do Banco Central
(estoque, em bilhões de dólares)**

Fonte: Itaú Unibanco Holding, Banco Central.

O atual déficit em conta corrente do Brasil (saldo líquido do comércio de produtos e serviços e transferências internacionais) chegou a 3,7% do PIB em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 2,4% em relação a 31 de dezembro de 2012. Apesar do aumento do déficit atual, o Brasil mantém sua solvência externa, com reservas internacionais no valor de US\$ 376 bilhões e dívida externa de US\$ 312 bilhões, em 31 de dezembro de 2013.

O crescimento real do total de empréstimos em aberto apresentou uma redução para 10,0% em 2012 (de 11,5%, em 2011), devido ao aumento nas operações de crédito de curso anormal (operações de crédito com no mínimo um pagamento em atraso por mais de 90 dias) em 2011, e no primeiro semestre de 2012, e ao aumento modesto na atividade econômica em 2012. Embora o crescimento dos empréstimos em aberto tenha variado no setor financeiro, as instituições financeiras estatais continuaram a expandir sua participação no mercado.

Essas tendências continuaram em 2013, com o mercado de crédito apresentando poucos sinais de melhora. O crescimento total real dos empréstimos no Brasil, em relação ao ano anterior, diminuiu de 10,0%, no final de 2012, para 8,2%, em dezembro de 2013. O total de novos empréstimos no Brasil aumentou a uma taxa média real de 5,1% até dezembro de 2013. O aumento das operações de crédito livres continuou a diminuir e o crescimento das operações de crédito direcionadas a propósitos específicos (por exemplo, financiamentos rurais) também está começando a desacelerar. No Brasil, a inadimplência nos empréstimos ao consumidor diminuiu de 5,6%, do total de empréstimos efetuados em dezembro de 2012, para 4,4%, em dezembro de 2013. A inadimplência nos empréstimos comerciais também diminuiu de 2,2%, do total de empréstimos efetuados em dezembro de 2012, para 1,8%, em dezembro de 2013.

As iniciativas do governo brasileiro para reduzir as taxas de juros para empréstimos ao consumidor também afetaram nossos resultados. Em 2012 e no início de 2013, o governo usou dois instrumentos para reduzir as taxas de juros para novas operações de crédito: custos de captação mais baixos por meio de cortes da taxa SELIC e competição de preços por meio de instituições financeiras estatais. Com o aumento da taxa SELIC a partir de abril de 2013, as taxas de juros para empréstimos ao consumidor começaram a aumentar novamente. Entretanto, os *spreads* permaneceram praticamente estáveis. A taxa de juros média para novas operações de crédito subiu para, aproximadamente, 19,7%, em dezembro de 2013, em relação a 18,0% em dezembro de 2012, após uma redução de 22,8% em dezembro de 2011. Embora as taxas de captação possam aumentar novamente, devido ao aperto da política monetária, a competição de preços por meio de instituições financeiras estatais ainda pode ser usada como um instrumento para manter as taxas em níveis historicamente baixos no Brasil.

Além disso, foram divulgadas recentemente alterações regulatórias para o setor bancário doméstico, tais como novas regras para implantação da estrutura de Basileia III no Brasil, incluindo modificações adicionais nos modelos de exigências de capital. Essas alterações têm potencial para afetar adversamente nossas operações e nossa rentabilidade.

Em meados de 2013, houve uma série de protestos em todo o país. O governo brasileiro anunciou sua intenção de tratar determinadas questões levantadas pelos protestantes, incluindo qualidade dos serviços públicos, reforma política e responsabilidade fiscal. Em consequência disso, uma reforma política começou a ser discutida no Brasil, mas nenhuma decisão foi tomada.

A tabela a seguir apresenta o crescimento real do PIB, a taxa de inflação, a variação cambial e as taxas de juros no Brasil referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011, 2010 e 2009:

	Exercício Findo em 31 de Dezembro,				
	2013	2012	2011	2010	2009
Crescimento real do PIB % ¹	2,3	1,0	2,7	7,5	(0,3)
Taxa de inflação % ²	5,5	8,1	5,0	11,3	(1,4)
Taxa de inflação % ³	5,9	5,8	6,5	5,9	4,3
Variação cambial % (US\$/R\$) ⁴	(12,8)	(8,2)	(11,2)	4,5	34,2
TR % (taxa de juros de referência) ^{5 e 6}	0,53	0,00	1,07	0,66	0,20
CDI % (taxa de juros interbancária) ⁶	9,78	6,94	10,87	10,64	8,61
SELIC % (taxa de juros overnight) ⁶	9,90	7,16	10,90	10,66	8,65
CDS soberano 5 anos ⁷	193,3	108,3	160,8	111,0	123,0

1. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou IBGE.

2. Fonte: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, ou "IGP-DI", publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Fonte: IPCA, publicado pelo IBGE.

4. Fonte: Banco Central (taxas acumuladas no período, números negativos significam desvalorização do real).

5. Taxa referencial para crédito imobiliário.

6. Fonte: Banco Central (final do período). Os dados de 2013 estão apresentados em porcentagem por ano.

7. Fonte: Bloomberg (final do período). Swap de crédito (Credit Default Swap, ou CDS) é uma medida do risco-país (pontos base).

Contexto do Itaú Unibanco Holding

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

GRI G4-1

Caro leitor,

Nosso cenário econômico sofreu alterações importantes durante o ano de 2013, sobretudo pela recuperação da economia americana, que fortaleceu o dólar e levou à queda dos preços dos ativos nos mercados emergentes. O PIB brasileiro cresceu abaixo do que esperávamos para o ano, mas o desemprego manteve-se perto dos mínimos históricos. Temos observado um menor crescimento do crédito no país, as taxas de inadimplência estão caindo e modalidades com prazos mais longos tem ganhado espaço, como o crédito habitacional.

Em 2013 comprovamos o acerto da estratégia que adotamos dois anos antes. Em 2011, nos antecipamos ao mercado e intensificamos o controle de riscos e despesas, com o engajamento de todo o banco, o que nos fez alcançar bons resultados. Com isso provamos, mais uma vez, que trabalho em equipe, com foco constante em nossos clientes, faz toda a diferença para criarmos valor de longo prazo para o acionista.

Em 2013, e no começo deste ano, avançamos em nossas estratégias de internacionalização do banco na América Latina e de nos tornarmos líderes em satisfação de clientes. Recentemente, anunciamos a fusão da nossa operação no Chile com o Corpbanca, ainda em aprovação com órgãos reguladores. A operação vai nos tornar o quarto maior banco do país e o quinto maior da Colômbia. Nosso investimento de R\$ 11,1 bilhões em tecnologia permitirá oferecer mais segurança e agilidade no atendimento aos nossos clientes. Também em 2013, com a aquisição da Credicard, passamos a ser responsáveis pela oferta e distribuição dos produtos e serviços financeiros da marca, contribuindo para o incremento em nossas receitas de serviços.

Nossa trajetória demonstra que antecipamos cenários, sejam eles favoráveis ou desafiadores. Agora é a hora de continuarmos atentos ao controle de riscos e despesas, mantendo um apetite de riscos adequado e não perdendo oportunidades de aumentar, de maneira sustentável, nossas receitas através das diversas áreas de negócio.

Em 2014 nossa instituição completará 90 anos. Somos o maior banco privado do país e um importante competidor na América Latina. Poucas instituições conseguiram construir uma história de tamanho sucesso. Isso não seria possível se não contássemos com uma sólida cultura corporativa, um conjunto de valores, crenças e atitudes praticados a todo instante por todos os nossos colaboradores, e uma forte estrutura de governança. Hoje o grupo de controle acionário assegura uma visão de longo prazo e o compromisso com a gestão profissional, definindo claramente o papel que cada colaborador desempenha na organização, reforçada por nossa visão corporativa de “ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes”.

Nesse contexto, convidamos você para a leitura deste Relatório Anual inédito, pois integra o 20-F, Relatórios de Dívida e Anual, detalhando o nosso contexto, perfil, negócios, governança, gerenciamento de riscos e o desempenho financeiro. Nosso objetivo comum permanece inalterado: ampliar e reforçar nossa Governança Corporativa, bem como expandir continuamente o diálogo com nossos milhares de acionistas e público interessado.

Boa leitura!

Cordialmente,

Pedro Moreira Salles
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Diretor Presidente

Nos últimos anos presenciamos momentos de incerteza no Brasil e no mundo, com um ritmo de crescimento mais baixo da economia brasileira e volatilidade no mercado internacional, que impacta os resultados do banco.

Diante desse cenário econômico, há dois anos discutimos internamente nossa estratégia nas operações bancárias. Reduzimos o perfil de risco da nossa carteira de crédito, enfatizamos mais as receitas de serviços e de seguros, adotamos uma política rígida de controle das despesas e intensificamos os esforços para melhoria de nossa eficiência.

A expectativa de que a redução nas margens seria compensada com menores perdas nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD) se concretizou. A receita de serviços e resultado de seguros cresceram 17,2%. Nossas despesas cresceram apenas 4,8%, atingindo o melhor índice de eficiência ajustado ao risco. Encerramos o ano de 2013 com um lucro líquido de R\$ 16,5 bilhões, um aumento de 30,0% em comparação a 2012, e rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 21,0%, o melhor resultado desde a fusão entre Itaú e Unibanco, reflexo da melhora na qualidade operacional do banco. Esse desempenho tem relação direta com a melhoria da qualidade de crédito, fruto da maior seletividade na concessão de crédito e do maior crescimento em produtos de menor risco, com o foco na maior oferta de serviços de valor agregado aos clientes e controle de custos. Com isso, nosso índice de eficiência ajustado ao risco atingiu 69,5% no acumulado do ano.

Nossa carteira de crédito total registrou aumento de 12,2% em relação a 31 de dezembro de 2012, atingindo R\$ 411,7 bilhões. O índice de inadimplência atingiu 3,7%, o menor nível desde a fusão, fruto da nossa priorização por carteiras de menor risco, e deve continuar caindo. Como destaques estão as carteiras de crédito consignado, imobiliário e de grandes empresas, com aumentos de 66,6%, 32,8% e 21,9%, respectivamente. Os créditos na América Latina, excluindo o Brasil, atingiram R\$ 36,3 bilhões, com alta de 33,5% no ano. A expectativa é que essas carteiras continuarão a crescer ao longo de 2014.

Mantemos a intenção de ampliar nossa atuação na América Latina, principalmente em operações de varejo. Em 2013 anunciamos a aquisição da operação de varejo do Citibank no Uruguai, já aprovada pelos órgãos reguladores. Celebramos no início de 2014 a fusão do Banco Itaú Chile com o CorpBanca, que possui operações no Chile e Colômbia. O Itaú CorpBanca será uma das instituições mais robustas da América Latina. Não pretendemos ampliar neste momento nossa atuação no Paraguai e Uruguai, onde já somos fortes, mas temos interesse de ingressar no mercado mexicano e peruano.

Em 2013 adquirimos ações da BMG Seguradora, a operação de varejo do Citibank no Uruguai e a Credicard. Essa última aquisição está alinhada com o reposicionamento da marca REDE que, em conjunto, possibilitarão o nosso avanço nos serviços de meios de pagamentos eletrônicos.

O investimento de R\$ 11,1 bilhões em tecnologia contribuirá para a melhoria de processos, redução de custos e ganhos de produtividade. Com isso, aumentaremos a disponibilidade dos nossos produtos e serviços, incluindo o desenvolvimento de ferramentas para atender a crescente utilização dos canais eletrônicos. As obras civis do nosso novo data center deverão ser finalizadas no primeiro trimestre de 2014.

Em 2014, daremos continuidade à nossa estratégia, que tem se mostrado acertada, gerando retorno para nossos acionistas. Vamos manter o foco na melhoria da qualidade do crédito, na sustentabilidade das receitas de serviços, e na disciplina no controle de custos, dando ênfase à qualidade do serviço.

	Expectativas 2014 *
Carteira de Crédito Total	Crescimento de 10% a 13%
Despesas de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa Líquidas de Recuperação de Créditos	Entre R\$ 13,0 bilhões e R\$ 15,0 bilhões
Receitas de Prestação de Serviços e Resultado com Seguros, Previdência e Capitalização**	Crescimento de 12% a 14%
Despesas Não Decorrentes de Juros	Crescimento de 10,5% a 12,5% (entre 5,5% e 7,5%, se medida ex Credicard)
Índice de Eficiência	Melhoria de 0,5 p.p. a 1,75 p.p.

* As expectativas não contemplam os efeitos das operações do CorpBanca.

** Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias (+) Receitas de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização (-) Despesas com Sinistros (-) Despesas de Comercialização de Seguros, Previdência e Capitalização.

Reafirmamos nosso compromisso com o Pacto Global das Nações Unidas e seus 10 princípios.

Esse é o primeiro Relatório que combina o relatório anual, o formulário 20-F e o prospecto para emissão de dívida. Esta iniciativa possibilita a redução de custo, aumento da eficiência e ganho de produtividade.

Agradecemos a todos os acionistas pela confiança que nos é depositada

Boa leitura,

Roberto Setubal
Presidente Executivo e CEO

Estratégia de negócios

O nosso Conselho de Administração é responsável pela definição das diretrizes de nossa estratégia e da estratégia de nossas controladas. As decisões estratégicas do Conselho de Administração são apoiadas pelo Comitê de Estratégia do Conselho, que fornece dados e informações sobre as questões estratégicas das nossas áreas de negócios. As atividades e as responsabilidades do Comitê de Estratégia vão desde a avaliação das oportunidades de investimentos e diretrizes orçamentárias, até o aconselhamento e o apoio ao Diretor Presidente para monitorar a nossa estratégia consolidada. O Comitê de Estratégia é apoiado pelo Subcomitê de Cenários Econômicos, que fornece dados macroeconômicos para subsidiar as discussões sobre estratégias, investimentos e orçamentos. Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Comitês do Conselho de Administração, Comitê de Estratégia para maiores informações.

Expansão das nossas operações no Brasil e no exterior

Nosso objetivo é expandir as operações no Brasil e no exterior. Em janeiro de 2014, anunciamos a fusão do Banco Itaú Chile S.A. com a CorpoBanca S.A., para formar o Itaú CorpBanca S.A., que estará sob nosso controle. Por meio dessa operação, esperamos nos tornar o quarto maior banco no Chile e o quinto maior na Colômbia em termos de empréstimos. A operação está pendente de aprovação por órgãos regulatórios no Brasil, Chile, Colômbia, Panamá e nos Estados Unidos.

Em 2013, realizamos uma série de transações com o objetivo de expandir nossas operações no Brasil. Em dezembro de 2013, concluímos a aquisição da totalidade das ações do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios S.A., por aproximadamente R\$ 2,8 bilhões em dinheiro, incluindo a marca "Credicard". Na América Latina, adquirimos o Citibank Uruguai em 28 de junho de 2013, incluindo as operações de cartões de crédito e de banco de varejo. Adicionalmente, para consolidar e expandir as operações na Europa, em 2013, concluímos a transferência da administração central e da sede do Banco Itaú BBA International de Lisboa para Londres, por meio de uma fusão internacional. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding – item Nossos Negócios, Nossos Negócios Internacionais, Outras Operações Internacionais, Itaú BBA International para maiores detalhes sobre os negócios da Itaú BBA International.

Em 2012, tivemos sucesso na obtenção da parcela restante de 49,9% da Redecard, dos acionistas minoritários, por meio de oferta pública, pelo valor de R\$ 11,8 bilhões. Em 9 de julho de 2012, celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A., para a oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados. Também recebemos autorização dos órgãos reguladores da Colômbia para estruturar nossas operações de banco de investimentos e de atacado por meio do Itaú BBA SA Colombia. Nossa expectativa é que essas ações, adicionadas às relevantes medidas tomadas em 2011 descritas a seguir, ampliem nossas operações de banco de investimentos e de atacado no exterior, a oferta de produtos e serviços e nossos canais de distribuição.

Em 2011, firmamos um acordo com o Munita, Cruzat & Claro, um dos líderes em serviços de administração de recursos de terceiros no Chile. Ainda em 2011, adquirimos a carteira de clientes de alta renda do Banco HSBC no Chile, fortalecendo nossa posição no mercado chileno com uma rede de 88 agências naquele país. Adicionalmente, o Itaú Unibanco iniciou operação na Suíça por meio de uma subsidiária do Banco Itaú BBA International, localizada em Zurique, para atender clientes do segmento *private*, sejam brasileiros ou latino-americanos, que busquem oportunidades de investimentos globais. Em abril de 2011, celebramos um acordo para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ou Banco Carrefour, responsável pela oferta e distribuição exclusiva de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição operados sob a bandeira “Carrefour” no Brasil.

Melhoria contínua da eficiência

Finalizada a integração das agências do Itaú e do Unibanco em 2010, estabelecemos um Programa de Eficiência, com o objetivo de identificar, implantar e monitorar custos e receitas, além de promover uma forte cultura de eficiência operacional. Em 2011, realizamos a integração completa de todos os sistemas do Unibanco (inclusive informações herdadas nos sistemas do Itaú Unibanco). Em 2012 e 2013, nosso foco foi aumentar a redução de custos reduzindo custos desnecessários, promovendo a simplificação e a centralização de processos e descrições de cargos, promovendo ganhos de sinergia e combinando a administração de certas unidades de negócios.

Nosso objetivo também está voltado à simplificação de nossa estrutura para apoiar o crescimento. Nosso compromisso é o de melhorar processos, simplificar operações, sermos mais eficazes em tudo o que fazemos, com o claro propósito de atingir a satisfação do cliente. Como exemplo de como nos propomos a atender as expectativas de um mercado cada vez mais exigente, no início de 2013 anunciamos alterações em nossa estrutura executiva, que, acreditamos, possibilitará a organização de nossas operações de forma mais simples e eficaz.

Crescimento da nossa carteira de crédito com manutenção da qualidade dos ativos

O crescimento da nossa carteira de crédito e a manutenção da qualidade dos ativos são questões centrais para a nossa estratégia. Buscamos continuamente aprimorar nossos modelos de gestão de risco, nossas previsões econômicas e os modelos de cenários. Pretendemos aumentar o volume médio de nossas operações de crédito para manter e até ampliar nossa participação no mercado, dependendo do tipo de produto, segmento e cliente, inclusive por meio do desenvolvimento de novos produtos para grupos específicos.

Em 2012 e 2013, nosso foco voltou-se para a melhoria da qualidade de nossos ativos, por meio de maior seletividade na concessão do crédito e na alteração de nosso “mix” da carteira de crédito, com prioridade para a venda de produtos de risco mais baixo, como crédito imobiliário e empréstimo consignado, e redução na originação de carteiras de risco mais elevado, como o de financiamento de veículos.

Desenvolvimento de fortes relações com os clientes com base na segmentação dos mesmos

Continuaremos a trabalhar na estratégia de segmentação e identificação das necessidades, e na melhoria do relacionamento com a base de nossos clientes, bem como aumentar a nossa penetração no mercado. Acreditamos que as nossas ferramentas e estratégias de segmentação de clientes nos proporcionam uma vantagem competitiva conquistada ao longo de mais de 25 anos. O nosso objetivo é satisfazer as necessidades financeiras dos clientes, por meio de uma ampla carteira de produtos, que inclui a venda cruzada de produtos bancários e securitários e a venda por meio de uma variedade de canais. Estamos concentrados em prestar os “melhores” serviços do mercado, para manter e aumentar a satisfação do cliente e aumentar a lucratividade da carteira.

Em 2013, transferimos nossa área de atendimento a médias empresas (empresas com receita anual entre R\$ 30 milhões e R\$ 300 milhões) de nosso segmento de Banco Comercial – Varejo para o segmento de Banco de Atacado. A partir do primeiro trimestre de 2013, esses clientes tornaram-se clientes do Itaú BBA e, como resultado, recebem mais serviços adequados às suas necessidades.

Maior crescimento da receita de prestação de serviços

Estamos constantemente buscando implementar e focar a venda de novos produtos e serviços que acreditamos agreguem valor a nossos clientes e que, ao mesmo tempo, possibilitam o crescimento de nossa receita de prestação de serviços. Esse aumento se deve principalmente ao crescimento da quantidade de pacotes e serviços vendidos, dentre os quais, um dos mais significativos é um pacote que converte o valor das mensalidades pagas pelos clientes em bonus de recarga de telefones celulares. Novas contratações de pacotes de serviços de conta corrente e ajuste de serviços fornecidos aos nossos clientes Uniclass, e pela nossa unidade de negócios Itaú Empresas, também contribuíram para esse crescimento. Além disso, continuamos a nos concentrar no aumento das receitas de serviços securitários. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Nosso Negócio, Banco Comercial – Varejo, Visão Geral dos Produtos e Serviços a Correntistas, Banco de Varejo para mais detalhes sobre clientes Uniclass.

Contexto deste relatório

Esta edição do nosso relatório anual apresenta mudanças estruturais e conceituais em relação aos anos anteriores. Essas mudanças são resultado da busca pela inovação, transparência e eficiência na apuração das informações e na comunicação com o público de interesse. Esse relatório unificou o conteúdo dos principais relatórios confeccionados anualmente, como o Formulário 20-F, o Relatório Anual e o Prospecto de Dívida do Programa de Notas de Médio Prazo (Programa MTN). O Formulário 20-F, documento é disponibilizado na Securities and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos da América, foi a referência para conteúdo mínimo para o relatório aqui apresentado.

O relatório anual é o relato da nossa estratégia, nossa estrutura, nossas atividades, nossas operações e principalmente de como geramos valor aos nossos públicos de interesse, incluindo sociedade, acionistas, clientes e colaboradores.

Atenuamos a linguagem para torná-la acessível a todos os públicos, que poderá consultar este relatório de forma didática. Para os termos mais técnicos e expressões específicas do mercado de capitais, criamos um glossário visando o melhor entendimento deste relatório pelo leitor.

As informações apresentadas estão em linha com o Pronunciamento 13 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), uma iniciativa conjunta de entidades brasileiras que representam o mercado de capitais, com foco em melhorar a transparência e divulgação de informações no mercado de capitais brasileiro.

O relatório reúne dados apurados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, apresentando a nossa estrutura corporativa e de negócios, governança e desempenho financeiro, dentre outros assuntos. A descrição de nossos desafios para 2014 no médio e longo prazo é fruto das entrevistas com executivos e alinhada com nossas teleconferências trimestrais de resultados. **GRI G4-28**

O relatório abrange todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa do Itaú Unibanco Holding S.A. Quaisquer potenciais alterações ou impactos na apuração dos dados referentes às operações como resultado de certas transações, a aquisição ou venda de ativos ou outras alterações significativas para os negócios, serão sinalizadas ao longo do relatório.

O levantamento dos temas relevantes que mostram a evolução de nossas práticas foi feito de acordo com nossa estratégia de sustentabilidade. Em 2013, também adotamos como parâmetro as diretrizes do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), da Bolsa de Nova York – uma das principais referências para avaliar a gestão da sustentabilidade no mercado de capitais. Em 2013, incluímos o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa nessa análise.

A auditoria das nossas demonstrações contábeis, em IFRS, são realizadas pela PricewaterhouseCoopers (PwC). **GRI G4-33**

Comentários e sugestões em relação a este relatório pode ser enviado ao seguinte endereço: relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br. **GRI G4-31**

O relatório está estruturado com as seguintes seções: **GRI G4-18**

Contexto – Informações sobre o ambiente Macroeconômico Mundial, Nacional e o contexto do próprio relatório;

Itaú Unibanco Holding – informações a respeito do perfil do banco e de nossos negócios.

Nossa Governança – detalhamento de nossa estrutura de governança e as ferramentas que utilizamos para a gestão de nossos negócios.

Nosso Gerenciamento de Risco – apresentação de nossa estrutura e monitoramento de riscos, bem como das informações quantitativas sobre o assunto.

Desempenho – apresentação de nosso desempenho econômico e financeiro e também dos objetivos gerais para o ano de 2014 apresentados na teleconferência dos resultados de 2013.

Sustentabilidade – apresentação de nossos focos estratégicos para a gestão da sustentabilidade, seus objetivos e a forma de atuação. Conteúdo relativo aos mecanismos de gestão, às práticas e às iniciativas que adotamos no relacionamento com nossos públicos. O conteúdo GRI disponibiliza informações complementares aos demais conteúdos, respostas a indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) e pareceres das auditorias..

Sobre nossas informações contábeis

Nossas demonstrações contábeis consolidadas, incluídas neste documento, são preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adotamos o IFRS pela primeira vez, em 1º de janeiro de 2010, e nossas demonstrações contábeis consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram as nossas primeiras demonstrações contábeis consolidadas apresentadas nesse padrão. Todas as informações referentes aos exercícios de 2013, 2012, 2011 e 2010, incluídas neste relatório, foram elaboradas em conformidade com o IFRS emitido pelo IASB. Elaboramos, até nosso relatório 20-F relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2010, as nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“U.S.GAAP”).

Utilizamos práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para instituições autorizadas a operar pelo Banco Central para o reporte aos nossos acionistas brasileiros, em registros na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e para a apuração de pagamento de dividendos e de passivos fiscais.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras que atendem certos critérios, como o Itaú Unibanco Holding, deverão apresentar demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Os dados referentes aos segmentos foram extraídos de nossos sistemas de relatórios gerenciais e não estão baseados no IFRS, nem foram elaborados de acordo com esse padrão contábil.

Consulte a seção Desempenho – item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 34 – Informações por segmento, para detalhes sobre as principais diferenças entre nossos sistemas de relatórios gerenciais e as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Nossas demonstrações contábeis consolidadas, referentes a 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, uma empresa de auditoria independente, conforme declarado no parecer incluído na seção Desempenho Financeiro, item Desempenho Financeiro deste relatório.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2 – Políticas contábeis significativas, para mais detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas na preparação de nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Lendo esse Relatório

Nesse Relatório, os termos: **GRI G4-18**

- **"Itaú Unibanco Holding", "nós", ou "nosso"** referem-se ao Itaú Unibanco Holding S.A. (anteriormente Banco Itaú Holding Financeira S.A.) e suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **"Itaú Unibanco"** refere-se ao Itaú Unibanco S.A. (anteriormente Banco Itaú S.A.);
- **"Itaú BBA"** refere-se ao Banco Itaú BBA S.A., em cada caso junto com suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **"Grupo Itaú Unibanco"** refere-se ao Itaú Unibanco Holding e todas as suas subsidiárias e coligadas;
- **"governo brasileiro"** refere-se ao governo federal da República Federativa do Brasil;
- **"ações preferenciais"** e **"ações ordinárias"** referem-se às ações preferenciais e ordinárias autorizadas e em circulação sem valor nominal,
- **"ADSs"** referem-se às nossas Ações Depositárias Americanas (um ADS representa 1 (uma) ação preferencial),
- **"real", "reais" ou "R\$"** são reais, a moeda oficial do Brasil, e
- **"US\$", "dólares" ou "dólares dos EUA"** são dólares dos Estados Unidos.

Adicionalmente, acrônimos utilizados repetidamente neste relatório anual serão explicados ou detalhados na seção "Glossário", assim como o nome completo de nossas subsidiárias e outras entidades referenciadas neste relatório anual.

A data base para as informações quantitativas desse relatório é 31 de dezembro de 2013 para saldos e o acumulado em 2013 para informações de resultados, exceto quando indicado de forma diferente.

Nosso ano fiscal termina em 31 de dezembro, e as alusões neste relatório anual a qualquer ano fiscal específico referem-se ao período de doze meses findo em 31 de dezembro daquele ano.

As informações constantes deste relatório anual são precisas apenas com referência à data em que foram feitas ou à data deste relatório anual, conforme o caso. Nossas atividades, situação financeira e patrimonial, resultado das operações e perspectivas podem ter mudado desde essa data.

Este documento contém informações, incluindo dados estatísticos, sobre determinados mercados e nossa posição competitiva. Exceto quando indicado de forma diferente, esta informação é retirada ou derivada de fontes externas. Indicamos o nome da fonte externa em cada caso em que os dados da indústria é apresentado neste relatório anual. Nós não podemos garantir a precisão das informações extraídas de fontes externas, ou que, em relação às estimativas internas, um terceiro que utiliza métodos diferentes que poderia obter as mesmas estimativas que nós.

Informações prospectivas

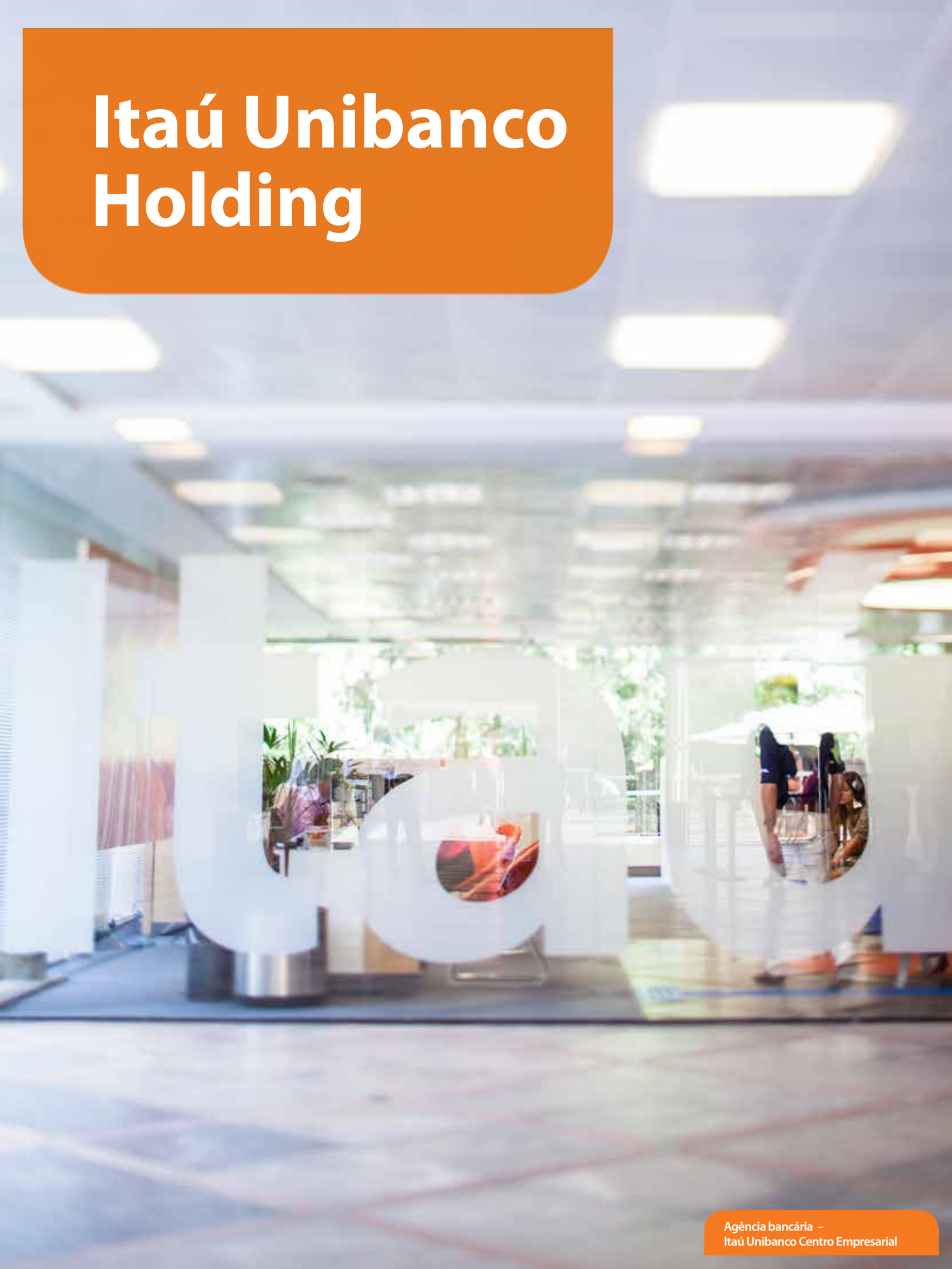
Informação contida ou acessível através dos websites mencionados neste relatório anual não fazem parte deste relatório ao menos que especifiquemos a forma que com que é incorporada por referência e fazem parte deste relatório. Todas as referências deste relatório aos websites são referências textuais inativos e são apenas para informação..

Este relatório anual contém informações que são ou podem constituir informações prospectivas, de acordo com o significado da Seção 27A da Lei das Sociedades por Ações de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterada, e Seção 21E da Lei das Sociedades por Ações de 1934 dos Estados Unidos da América, conforme alterada. Tais informações prospectivas se baseiam, em grande parte, nas nossas expectativas e projeções atuais com respeito a acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetam nossas atividades. Essas informações prospectivas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições que incluem, entre outros riscos:

- Condições gerais econômicas, políticas e comerciais no Brasil e as variações nos índices de inflação, nas taxas de juros e de câmbio, e o desempenho dos mercados financeiros;
- Normas governamentais e legislação fiscal e respectivas alterações;
- Turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais;
- Aumentos nas exigências referentes a reservas e depósitos compulsórios;
- Regulação e liquidação do nosso negócio de forma consolidada;
- Obstáculos para os detentores de nossas ações e ADSs receberem dividendos;
- Falha ou violação de nossos sistemas ou infraestrutura operacionais e de segurança;
- Fortalecimento da concorrência e consolidação do setor;
- Alterações em nossas carteiras de crédito e no valor dos nossos títulos e valores mobiliários e derivativos;
- Perdas associadas às exposições das contrapartes;
- Nossa exposição à dívida brasileira pública;
- Metodologias incorretas de precificação de produtos de seguro, previdência e capitalização e reservas inadequadas;
- Eficácia de nossas políticas de gestão de risco;
- Danos à nossa reputação;
- Capacidade de nosso acionista controlador de dirigir nosso negócio;
- Dificuldades na integração dos negócios adquiridos ou incorporados; e
- Outros fatores de risco expostos na seção "Fatores de risco".

As palavras "acreditar", "poder", "dever", "estimar", "continuar", "prever", "pretender", "esperar" e semelhantes são usadas para caracterizar declarações prospectivas, mas não são formas exclusivas de identificação de tais declarações. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever informações prospectivas devido a novas informações, acontecimentos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, as informações, os fatos e as circunstâncias prospectivos expostos neste relatório anual podem não vir a ocorrer. Nossos resultados e desempenho efetivos podem diferir substancialmente daqueles previstos nessas informações prospectivas.

Itaú Unibanco Holding



Em números

Dados financeiros selecionados – IFRS

Os dados financeiros apresentados devem ser lidos em conjunto com a seção Desempenho, item Resultados e demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), contidos neste relatório anual.

Os dados constantes das tabelas a seguir são extraídos de nossas demonstrações contábeis consolidadas e auditadas, referentes aos anos apresentados, e elaboradas de acordo com o IFRS emitido pelo IASB, salvo indicação contrária.

Ativo	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)									
	Ano Findo em 31 de Dezembro				Variação					
	2013	2012	2011	2010	2013-2012	%	2012-2011	%	2011-2010	%
Disponibilidades	16.576	13.967	10.668	10.172	2.609	18,7	3.299	30,9	496	4,9
Depósitos Compulsórios no Banco Central	77.010	63.701	98.053	85.776	13.309	20,9	(34.352)	(35,0)	12.277	14,3
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.660	23.826	27.821	14.835	1.834	7,7	(3.995)	(14,4)	12.986	87,5
Aplicações no Mercado Aberto	138.455	162.737	92.248	88.682	(24.282)	(14,9)	70.489	76,4	3.566	4,0
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	148.860	145.516	121.889	115.497	3.344	2,3	23.627	19,4	6.392	5,5
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	371	220	186	306	151	68,6	34	18,3	(120)	(39,2)
Derivativos	11.366	11.597	8.754	7.777	(231)	(2,0)	2.843	32,5	977	12,6
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	96.626	90.869	47.510	44.539	5.757	6,3	43.359	91,3	2.971	6,7
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.116	3.202	3.105	3.170	6.914	215,9	97	3,1	(65)	(2,1)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquidas	389.467	341.271	322.391	274.843	48.196	14,1	18.880	5,9	47.548	17,3
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	411.702	366.984	346.264	294.837	44.718	12,2	20.720	6,0	51.427	17,4
(-) Provisão para Perdas em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(22.235)	(25.713)	(23.873)	(19.994)	3.478	(13,5)	(1.840)	7,7	(3.879)	19,4
Outros Ativos Financeiros	47.592	44.492	40.254	40.945	3.100	7,0	4.238	10,5	(691)	(1,7)
Investimentos em Empresas Não Consolidadas	3.931	3.005	2.544	2.948	926	30,8	461,00	18,1	(404)	(13,7)
Ágio	1.905	-	-	-	1.905	100,0	-	0,0	-	0,0
Imobilizado, Líquido	6.564	5.628	5.358	4.801	936	16,6	270	5,0	557	11,6
Ativos Intangíveis, Líquido	5.797	4.671	3.825	2.934	1.126	24,1	846	22,1	891	30,4
Ativos Fiscais	34.742	32.412	26.088	24.142	2.330	7,2	6.324	24,2	1.946	8,1
Bens Destinados à Venda	117	117	85	78	-	0,0	32	37,6	7	9,0
Outros Ativos	12.142	9.923	7.357	5.637	2.219	22,4	2.566	34,9	1.720	30,5
Total do Ativo	1.027.297	957.154	818.136	727.082	70.143	7,3	139.018	16,99	91.054	12,5
Ativos Médios Remunerados¹	882.472	784.686	721.686	585.125	97.786	12,5	63.000	8,7	136.561	23,3
Ativos Médios não Remunerados¹	83.025	70.758	69.134	65.044	12.267	17,3	1.624	2,3	4.090	6,3
Ativos Médios Totais¹	965.497	855.444	790.820	650.169	110.053	12,9	64.624	8,2	140.651	21,6

1. Calculamos o saldo médio com base nos saldos médios contábeis mensais. Consulte a seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial para mais detalhes.

Passivo	Ano Findo em 31 de Dezembro				Variação					
	2013	2012	2011	2010	2013-2012	%	2012-2011	%	2011-2010	%
Depósitos	274.383	243.200	242.636	202.688	31.183	12,8	564	0,2	39.948	19,7
Captações no Mercado Aberto	266.682	267.405	185.413	199.657	(723)	(0,3)	81.992	44,2	(14.244)	(7,1)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	371	642	2.815	1.335	(271)	(42,2)	(2.173)	(77,2)	1.480	110,9
Derivativos	11.405	11.069	6.747	5.671	336	3,0	4.322	64,1	1.076	19,0
Recursos de Mercados Interbancários	111.376	97.073	90.498	62.599	14.303	14,7	6.575	7,3	27.899	44,6
Recursos de Mercados Institucionais	72.055	72.028	54.807	44.513	27	0,0	17.221	31,4	10.294	23,1
Outros Passivos Financeiros	61.274	50.255	44.119	41.012	11.019	21,9	6.136	13,9	3.107	7,6
Provisões de Seguro e Previdência Privada	99.023	90.318	70.904	56.864	8.705	9,6	19.414	27,4	14.040	24,7
Passivos de Planos de Capitalização	3.032	2.892	2.838	2.603	140	4,8	54	1,9	235	9,0
Provisões	18.862	19.209	15.990	14.457	(347)	(1,8)	3.219	20,1	1.533	10,6
Obrigações Fiscais	3.794	7.109	7.408	12.110	(3.315)	(46,6)	(299)	(4,0)	(4.702)	(38,8)
Outros Passivos	20.848	19.956	18.625	16.021	892	4,5	1.331	7,1	2.604	16,3
Total do Passivo	943.105	881.156	742.800	659.530	61.949	7,0	138.356	18,6	83.270	12,6
Patrimônio Líquido:										
Capital	60.000	45.000	45.000	45.000	15.000	33,3	-	0,0	-	0,0
Ações em Tesouraria	(1.854)	(1.523)	(1.663)	(628)	(331)	21,7	140	(8,4)	(1.035)	164,8
Capital Adicional Integralizado	984	888	738	490	96	10,8	150	20,3	248	50,6
Reservas Integralizadas	13.468	22.423	24.279	16.904	(8.955)	(39,9)	(1.856)	(7,6)	7.375	43,6
Reservas a Integralizar	12.138	7.379	5.561	3.615	4.759	64,5	1.818	32,7	1.946	53,8
Resultado Abrangente Acumulado	(1.513)	1.735	26	494	(3.248)	(187,2)	1.709	6.573,1	(468)	(94,7)
Total do Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco Holding	83.223	75.902	73.941	65.875	7.321	9,6	1.961	2,7	8.066	12,2
Participações de Acionistas não Controladores	969	96	1.395	1.677	873	909,4	(1.299)	(93,1)	(282)	(16,8)
Total do Patrimônio Líquido	84.192	75.998	75.336	67.552	8.194	10,8	662	0,88	7.784	11,5
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.027.297	957.154	818.136	727.082	70.143	7,3	139.018	17,0	91.054	12,5
Passivos Médios Remunerados¹	738.535	649.026	572.622	464.214	89.509	13,8	76.404	13,34	108.408	23,35
Passivos Médios não Remunerados¹	148.215	130.293	150.813	128.220	17.922	13,8	(20.520)	(13,6)	22.593	17,62
Patrimônio Líquido Total Médio¹	78.747	76.125	67.385	57.736	2.622	3,4	8.740	12,97	9.649	16,71
Passivo e Patrimônio Líquido Total Médio¹	965.497	855.444	790.820	650.169	110.053	12,9	64.624	8,17	140.651	21,63

1. Calculamos o saldo médio com base nos saldos médios contábeis mensais. Consulte a seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial para mais detalhes.

Demonstração do Resultado	Ano Findo em 31 de Dezembro				Variação					
	2013	2012	2011	2010	2013-2012	%	2012-2011	%	2011-2010	%
Produto Bancário	79.387	81.172	74.276	69.415	(1.785)	(2,2)	6.896	9,3	4.861	7,0
Perdas com Créditos e Sinistros	(14.870)	(21.354)	(16.072)	(12.938)	6.484	(30,4)	(5.282)	32,9	(3.134)	24,2
Margem Operacional	64.517	59.818	58.204	56.477	4.699	7,9	1.614	2,8	1.727	3,1
Despesas Gerais e Administrativas	(39.914)	(38.080)	(35.674)	(34.632)	(1.834)	4,8	(2.406)	6,7	(1.042)	3,0
Despesas Tributárias	(4.341)	(4.497)	(4.166)	(4.164)	156	(3,5)	(331)	7,9	(2)	0,0
Participação no Resultado de Empresas não Consolidadas	603	175	(113)	349	428	244,6	288	(254,9)	(462)	(132,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(7.503)	(7.716)	(6.956)	(4.042)	213	(2,8)	(760)	10,9	(2.914)	72,1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.160	3.491	3.315	(1.494)	(331)	(9,5)	176	5,3	4.809	(321,9)
Lucro Líquido	16.522	13.191	14.610	12.494	3.331	25,3	(1.419)	(9,7)	2.116	16,9
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	98	557	773	786	(459)	(82,4)	(216)	(27,9)	(13)	(1,7)
Lucro Líquido Atribuível aos Proprietários do Controlador	16.424	12.634	13.837	11.708	3.790	30,0	(1.203)	(8,7)	2.129	18,2

Informações sobre lucros e dividendos por ação

	Ano Findo em 31 de Dezembro			
	2013	2012	2011	2010
	(em R\$, exceto número de ações)			
Lucro Básico por Ação ^{1,2:}				
Ordinárias	3,31	2,54	2,78	2,35
Preferenciais	3,31	2,54	2,78	2,35
Lucro Diluído por Ação ^{1,2:}				
Ordinárias	3,30	2,53	2,77	2,34
Preferenciais	3,30	2,53	2,77	2,34
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio por Ação ³				
Ordinárias	1,03	1,00	0,97	0,86
Preferenciais	1,03	1,00	0,97	0,86
Média Ponderada das Ações em Circulação ^{1:}				
Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.703	2.518.212.700
Preferenciais	2.447.467.073	2.451.543.058	2.464.029.213	2.471.463.300
Média Ponderada do Número de Ações em Circulação Diluído ^{1:}				
Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.703	2.518.212.700
Preferenciais	2.464.967.419	2.466.079.564	2.479.134.050	2.489.825.183

(1) As informações por ação relacionadas a 2012, 2011 e 2010 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2013.

(2) O lucro por ação foi calculado seguindo o método "Duas Classes" estabelecido pelo IAS 33 - Lucro por Ação. Consulte a seção Itaú Unibanco, item Informações para o investidor - História de pagamento de dividendos para mais detalhes sobre nossas duas classes de ações. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 28 - Lucro por ação para mais detalhes sobre o cálculo do lucro por ação.

(3) Consulte a seção Itaú Unibanco, item Informações para o investidor - História de pagamento de dividendos e Nossa Gestão de Risco - Ambiente Regulador para mais detalhes. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 21b - Patrimônio líquido para mais detalhes.

	Ano Findo em 31 de Dezembro			
	2013	2012 ¹	2011 ¹	2010 ¹
	(em US\$)			

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio por Ação^{2 e 3}

Ordinárias	0,44	0,49	0,52	0,52
Preferenciais	0,44	0,49	0,52	0,52

(1) As informações por ação relacionadas a 2012, 2011 e 2010 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2013.

(2) Nos termos da legislação societária brasileira, podemos pagar juros sobre patrimônio líquido como alternativa ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Consulte a seção Itaú Unibanco, item Informações para o investidor – História de pagamento de dividendos e Nossa Gestão de Risco – Ambiente Regulador para mais detalhes sobre juros sobre patrimônio líquido.

(3) Convertido de reais para dólares dos Estados Unidos pela taxa de câmbio de venda estabelecida pelo Banco Central no final do exercício em que os dividendos ou os juros sobre patrimônio líquido foram pagos ou declarados, conforme o caso.

Índices consolidados selecionados

	Ano Findo em 31 de Dezembro			
	2013	2012	2011	2010

Lucratividade e Desempenho				
Margem Financeira Líquida ^{1 e 4}	5,4	6,2	5,8	7,0
Retorno sobre os Ativos Médios ^{2 e 4}	1,7	1,5	1,7	1,8
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio ^{3 e 4}	20,9	16,6	20,5	20,3

	Ano Findo em 31 de Dezembro			
	2013	2012	2011	2010

Liquidez				
Empréstimos e Arrendamento Mercantil como Porcentagem dos Depósitos Totais ⁵	150,0	150,9	142,7	145,5

Capital				
Patrimônio Total como Porcentagem do Ativo Total ⁶	8,2	7,9	9,2	9,3

(1) Receita líquida de juros dividida pelos ativos remunerados médios.

(2) Lucro líquido atribuível aos proprietários da controladora dividido pelos ativos totais médios.

(3) Lucro líquido atribuível aos proprietários da controladora dividido pelo patrimônio líquido médio.

(4) Os saldos médios são calculados mensalmente. Consulte Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial e Taxa de Juros para informações mais detalhadas sobre nossos ativos, passivos e patrimônio líquido médios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2013, 2012 e 2011.

(5) Operações de crédito e arrendamento mercantil no final do exercício divididas pelo total de depósitos no final do exercício.

(6) Total do patrimônio líquido no final do exercício dividido pelo total de ativos no final do exercício.

Outros dados

	2013	2012	2011
--	------	------	------

Outros Dados			
Colaboradores do Conglomerado (Indivíduos)	95.696	96.977	104.542
Brasil (sem Credicard)	87.589	90.323	98.258
Exterior	6.913	6.654	6.284
Credicard	1.194	-	-
Quantidade de Pontos de Atendimento (Unidades)	32.927	32.943	33.753
Agências	4.142	4.083	4.072
PABs	885	900	912
Caixas Eletrônicos	27.900	27.960	28.769

Destaques de 2013

Eventos

Societários e

Parcerias GRI G4-13

Acordo entre Itaú Unibanco e Fiat – Renovamos em 19 de agosto de 2013, por mais 10 anos, o acordo de cooperação comercial que mantemos com a Fiat montadora, líder de vendas de veículos no mercado brasileiro. Esse acordo prevê a exclusividade na oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora para venda de automóveis Zero Km e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

Citibank no Uruguai – Por intermédio da nossa subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A., firmamos, em 28 de junho de 2013, um contrato com o Citibank N.A., sucursal Uruguai, para a aquisição das suas operações de varejo naquele país, nos colocando em posição de assumir uma carteira com mais de 15.000 clientes de contas correntes, poupanças e depósitos a prazo. A operação foi concretizada em 13 de dezembro de 2013, depois da obtenção de todas as aprovações dos órgãos reguladores.

BMG Seguradora S.A. – Firmamos em 25 de junho de 2013, por intermédio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. ou Itaú BMG Consignado, um contrato com os controladores do Banco BMG S.A., ou Banco BMG, para aquisição de 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A., ou BMG Seguradora, por um valor aproximado de R\$ 85 milhões. A BMG Seguradora celebrou um acordo de exclusividade para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados pelo Itaú BMG Consignado e pelo Banco BMG, como uma pré-condição para o fechamento da operação. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pelo Banco Central e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e o fechamento da operação ocorreu em 27 de janeiro de 2013. A aquisição das ações da BMG Seguradora está sujeita à análise, em andamento na SUSEP.

Cencosud – Assinamos em 17 de junho de 2013, um Memorando de Entendimento ("MDE") com a rede de varejo chilena Cencosud S.A., selando uma aliança estratégica por 15 anos. O objetivo dessa associação é a oferta de produtos e serviços ao consumidor, principalmente aqueles relacionados aos cartões de crédito no Chile e na Argentina. As atividades da associação seriam realizadas por sociedades de propósito específico naqueles países, 51% das quais seriam detidas indiretamente por nós, e 49% pela Cencosud. Em 23 de dezembro de 2013, anunciamos que, apesar de termos atuado em estrita conformidade com os termos do MDE e envidado nossos melhores esforços para negociar contratos definitivos com a Cencosud, não obtivemos sucesso nas referidas negociações, e como resultado, a associação não será realizada.

IRB – Brasil Resseguros S.A. – No processo de desestatização do IRB, nossas subsidiárias Itaú Seguros S.A. e Itaú Vida e Previdência S.A. (as “Companhias de Seguros Itaú”) assinaram, em 24 de maio de 2013, o Acordo de Acionistas do IRB, com duração de 20 anos. O acordo dispõe sobre direitos de voto e a nova governança do IRB, que passa a contar com empresas privadas em seu bloco de controle. As companhias de seguros Itaú contribuíram com aproximadamente R\$ 2,3 milhões, em um aumento de capital para o processo de desestatização do IRB, por meio do qual foi conferido às Companhias de Seguros Itaú uma participação de 15% do capital social total e votante do IRB.

Credicard – Celebramos em 14 de maio de 2013, um acordo com o Banco Citibank S.A. para compra da Credicard e da Citifinancial, incluindo a marca “Credicard”, pelo valor aproximado de R\$ 2,8 bilhões. Responsáveis pela oferta e pela distribuição de produtos e serviços financeiros, principalmente, empréstimos pessoais e cartões de crédito, a Credicard e a *Citifinancial* contam com uma base de 4,8 milhões de cartões, cuja carteira de crédito soma R\$ 7,3 bilhões (valor bruto em dezembro de 2012). A operação foi concluída em 20 de dezembro de 2013, depois da obtenção de todas as aprovações dos órgãos reguladores.

Banco Itaú BMG Consignado S.A. – Em abril de 2013, o Banco Central homologou a associação entre o Itaú Unibanco e o Banco BMG, a ser realizada por meio do Itaú BMG Consignado, visando à oferta, a distribuição e a comercialização de créditos consignados no Brasil.

Autorização no Reino Unido – Em fevereiro de 2013, o Itaú BBA International Ltd. iniciou suas operações em Londres por meio da absorção do Banco Itaú BBA International S.A., banco com sede em Portugal, e do Itaú BBA International plc, com a posterior troca de denominação em 17 de maio de 2013. O processo contou com a aprovação dos reguladores locais e do Banco Central em dezembro de 2012.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios para mais informações.

Negócios

Banco Comercial – Varejo – Para melhorar a satisfação do cliente, introduzimos inovações em prestação de serviços e opções de produtos, tais como a extensão do horário de funcionamento de agências localizadas em *shoppings*. Além disso, simplificamos os extratos bancários e as faturas de cartão de crédito para um melhor entendimento e maior transparência para os clientes.

Nova bandeira “Hiper” – Em outubro de 2013, lançamos a “Hiper”, nossa nova bandeira de cartão de crédito, disponível para todos os consumidores brasileiros, com aceitação em mais de um milhão de estabelecimentos credenciados pela Rede em todo o território nacional. Os produtos com a marca “Hiper” serão inicialmente disponibilizados pelo Banco Itaucard S.A., ou Itaucard, para nossos correntistas e não correntistas no Brasil, e poderão ser usados somente com funções de crédito. A marca Hiper não substituirá a marca “Hipercard”, sendo uma nova opção para os nossos clientes, com benefícios diferentes dos oferecidos pela “Hipercard”, tais como:

- conversão de 120% do valor da anuidade em bônus de celular (atualmente disponível para três das quatro maiores operadoras brasileiras).
- cartões com o conceito Itaucard 2.0 (consistente com o modelo internacional padrão para taxa de juros, segundo o qual taxas de juros mais baixas com o recurso de crédito rotativo começam a contar a partir da data da compra, em vez da data de vencimento da fatura, e com um limite máximo de 5,99% por mês).

Redecard agora é REDE – Em 2013, anunciamos que a Redecard S.A. mudaria seu nome para Rede. A mudança de marca faz parte da estratégia da empresa de continuar a expandir seu negócio na arena digital, que também incluiu o lançamento da e-Rede (plataforma de *gateway* para comércio eletrônico) e da m-Rede (plataforma POS para celular) em 2013.

O novo nome, “Rede”, sintetiza os principais atributos da companhia: tecnologia, agilidade e modernidade, além de criar uma personalidade jovem e conectada. Com o objetivo de ser a principal parceira de vendedores de bens e serviços, incluindo pequenas empresas e empreendedores, que buscam ampliar o potencial de seus negócios, a Rede oferece para seus clientes uma série de produtos para captura de transações que acompanham tendências inovadoras de mercado, como a maior necessidade de mobilidade nos pagamentos.

Uso de Rede Social – Em menos de três anos, nossa página no *Facebook* atingiu mais de 6,5 milhões de seguidores e tivemos mais de 168.000 seguidores no *Twitter*, mais de 78,2 milhões de visualizações pelo nosso canal no *YouTube*, 210.000 seguidores no *Google Plus* e 7.900 seguidores no *Instagram*, em dezembro de 2013.

Tecnologia

Temos o compromisso de oferecer a tecnologia mais avançada para a comodidade e segurança de nossos clientes e investimos continuamente no desenvolvimento e no aprimoramento de nossos sistemas.

Em linha com a nossa estratégia de buscar eficiência em nossos negócios, anunciamos, em 2013, diversas inovações para os nossos clientes, tais como o envio de recibos de pagamentos e a compra de seguro de viagem por telefone celular, bem como a programação de depósitos em fundos de investimento pela internet.

Nosso novo *data center*, ainda em construção no Estado de São Paulo, terá recursos de ponta especialmente projetados para nos proporcionar maior flexibilidade e segurança para atender nossos clientes. O andamento das obras está dentro do planejado e a expectativa é que sejam concluídas no primeiro trimestre de 2014, para quando também está previsto o início da configuração e da migração dos nossos sistemas tecnológicos. Em janeiro de 2013, nosso projeto executivo recebeu a certificação "Nível III" pelo *Uptime Institute*, uma empresa de consultoria que avalia a capacidade e a disponibilidade esperada de um centro de dados e classifica o projeto com base em quatro níveis. A previsão é que esse novo *data center* seja um dos maiores no Brasil, com capacidade para suportar a expansão das operações do banco nas próximas décadas, mantendo nosso compromisso de garantir disponibilidade de serviços financeiros e de buscar a melhoria contínua da qualidade, agilidade e satisfação dos nossos clientes.

Seguindo nossa estratégia de aumentar a eficiência nos nossos negócios, novos recursos estão sendo disponibilizados em nossos canais digitais, tais como *Internet Banking* e *Mobile Banking*. Além disso, fizemos investimentos para aprimorar e criar novas ferramentas que atendam à expansão desses canais, proporcionando qualidade nas operações em um ambiente ágil, moderno e seguro. Esses novos recursos e aprimoramentos incluem:

- Envio de recibos pelo telefone – uma funcionalidade lançada em março de 2013 que permite ao cliente enviar recibos de pagamentos e transferências feitos por *smartphones* e *tablets*.
- Seguro de viagem pelo celular – lançamos esse novo recurso, único no mercado, para garantir maior conforto, flexibilidade e conveniência aos clientes. O seguro pode ser contratado 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive diretamente do aeroporto, antes do início da viagem do cliente. O produto pode ser comprado para cobertura de viagens nacionais e internacionais e cobre assistência médica e odontológica, com reembolso de despesas em caso de atraso de voo, indenização por perda, extravio ou destruição de bagagem. Para viagens internacionais, o cliente pode optar por usar a rede credenciada ou solicitar reembolso de despesas hospitalares ou médicas.
- Investimento programado em fundos de investimento – nosso sistema de *Internet Banking* agora permite ao cliente programar seus investimentos mensais.
- Biometria – os clientes cadastrados podem fazer saque e consultar o saldo e extrato da conta corrente usando somente a biometria, melhorando a segurança das transações. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding – item Nosso perfil, Canais de comercialização e distribuição, Caixas eletrônicos para mais detalhes.

- “Conta Certa” Itaú – lançada em agosto de 2013, essa nova opção de conta para empresas permite ao cliente personalizar seu pacote de serviços, incluindo número de recibos, tipos de transferências em dinheiro e quantidade depósitos e cheques cobertos. Nosso cliente pode simular mudanças e comprar serviços a qualquer hora e de acordo com suas necessidades, sempre pela internet.
- *Tokpag* – lançado em novembro de 2013, é um aplicativo inovador que permite aos correntistas transferir dinheiro usando apenas o número de telefone do beneficiado, com a mesma facilidade e velocidade com que envia uma mensagem de texto.

“A área de TI está trabalhando próximo das unidades de negócio, fazendo parte do dia-a-dia da agenda dos negócios.”

Alexandre de Barros, Vice-Presidente do Itaú Unibanco – TI

Todos os projetos de TI são construídos conjuntamente com a área de negócios, jurídico e marketing, levando em consideração os aspectos de sustentabilidade. Cabe ressaltar que todos os projetos tem análise de valuation para ser aprovado e priorizado.

Temos processos de contingência de local de trabalho e de recuperação de desastres para nossos principais negócios. Nossa unidade de *backup* também está localizada no Estado de São Paulo. Ambos os centros de dados primários e secundários têm sistemas de alimentação dedicados e geradores desenvolvidos para iniciar automaticamente sempre que houver um blecaute.

Prêmios e reconhecimentos

Em 2013, recebemos uma série de prêmios e reconhecimentos que contribuíram para fortalecer nossa reputação. Dentre as nossas principais conquistas destacamos:

IR Magazine Awards Brazil 2013 – Concedido pela *IR Magazine*, em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), esse prêmio reflete o resultado de uma pesquisa sobre as empresas brasileiras com as melhores práticas de “relações com investidores”, conduzida pela Fundação Getulio Vargas, ou FGV, com aproximadamente 400 administradores de carteira e analistas de investimento. Fomos reconhecidos em quatro categorias em 2013: Melhor Relatório Anual, Melhor Teleconferência, Melhor Encontro com a Comunidade de Analistas e Melhores Relações com Investidores no Setor Financeiro.

World’s Best Bank Award 2013/Global Finance 2013 – Os vencedores desse prêmio são escolhidos em uma pesquisa com analistas, executivos e consultores de instituições financeiras, e nós fomos reconhecidos nas seguintes categorias:

- *Best Emerging Markets Banks in Latin America* para o Banco Itaú Paraguay;

- *World's Best Subcustodian Banks* para os serviços de custódia no Brasil, Paraguai e Uruguai;
- *Best Investment Bank* e *Best Debt Bank* para o Itaú BBA, destaque em *Regional Winners – Latin America and Country Winners* – Brasil.

As 100 empresas que têm a melhor reputação no Brasil – Na pesquisa divulgada pelo Exame, com e pela revista “Exame”, na qual aponta as companhias que têm a melhor imagem no mercado brasileiro, o Itaú Unibanco ocupa o primeiro lugar do setor financeiro.

As Melhores da Dinheiro 2013 – Promovido pela revista “Isto É Dinheiro”, essa premiação anual reconhece as melhores empresas brasileiras do ano utilizando critérios de gestão, tais como sustentabilidade financeira, recursos humanos, inovação e qualidade, responsabilidade socioambiental e governança corporativa. Vencemos pela sétima vez o *ranking* no setor de bancos.

Época NEGÓCIOS 360º – Organizado pela Revista Época, o guia é promovido em parceria com a Fundação Dom Cabral, que faz uma avaliação completa das maiores empresas do país, com base em *performance* financeira, governança corporativa, práticas de recursos humanos, inovação, visão de futuro e responsabilidade socioambiental. Conquistamos o 1º lugar no setor de bancos, pela segunda vez, desde a criação desse prêmio em 2012.

Latin American Executive Team 2013 – Realizado pela revista “*Institutional Investor*”, o *ranking* é obtido por meio de pesquisa realizada com mais de 800 gestores de fundos de investimentos e de pensões (*analistas buy side*), corretoras e bancos de investimento (*analistas sell side*) com atuação na América Latina. Vencemos seis das oito categorias: “Melhor Relações com Investidores” pelos *Sell* e *Buy Sides*; “Melhor CEO” pelos *Sell* e *Buy Sides*; “Melhor CFO” de bancos pelo *Buy Side* e Melhor Profissional de Relações com Investidores pelo *Buy Side*.

Best Cash Management Bank in Brazil – Fomos reconhecidos pelo sexto ano consecutivo pela revista “*Euromoney*”, uma das publicações mais importantes sobre o mercado financeiro.

Latin Finance’s Banks of the Year Awards 2013 – Considerada a principal fonte de inteligência de valor agregado dos mercados financeiros para América Latina e Caribe, fomos eleitos pela revista *Latin Finance* como o Melhor Banco na América Latina e o Melhor Banco no Brasil. O Itaú BBA também foi reconhecido pela *Latin Finance* como o Melhor Banco de Investimento no Brasil.

Melhores e Maiores da Exame – O Itaú Unibanco foi classificado como o banco número um entre os 50 maiores bancos brasileiros em ativos. Com 40 anos de tradição, essa pesquisa é uma das mais respeitadas no Brasil.

Valor 1000 – O Itaú Unibanco obteve o 1º lugar em duas categorias da pesquisa Valor 1000: Patrimônio Líquido e Lucro Líquido. Em seu 13º ano, o Livro do Ano Valor 1000 classifica milhares das maiores empresas no Brasil por lucro líquido, com base no balanço patrimonial segundo o IFRS do exercício anterior.

Empresa mais admirada no Brasil (revista Carta Capital) – Fomos nomeados a empresa mais admirada no segmento de banco de varejo. No *ranking* geral (que inclui todos os setores econômicos), o banco alcançou o quinto lugar. Roberto Setubal, nosso CEO, ficou em terceiro lugar entre os líderes empresariais mais admirados.

Most valuable brand in Brazil (Interbrand) – Com um valor de mercado de R\$ 19,3 bilhões, fomos considerados a marca brasileira mais valiosa pela Interbrand, em 2013. Essa foi a décima vez que ocupamos o 1º lugar.

Global Custodian – Fomos reconhecidos por essa conceituada publicação do segmento de *securities services*. Fomos selecionados como Melhor “Custodiante” na pesquisa “*Agent Banks in Emerging Markets*” nos seguintes mercados:

- Regiões das Américas e Caribe para clientes internacionais;
- Chile para clientes internacionais; e
- Brasil para clientes locais e internacionais.

International Law Office – Conquistamos o prêmio de “Melhor Equipe Jurídica” da América Latina, conferido por esse *website*, na categoria “Regulatório para Serviços Financeiros”. Considerado um dos mais importantes reconhecimentos do segmento legal, o *ILO Latin American Counsel Awards 2013* contou com mais de quatro mil indicações de profissionais de escritórios e consultorias jurídicas de toda a América Latina. O prêmio é promovido pela *International Law Office*, em parceria com a “*Association of Corporate Counsel*”.

The World's Biggest Public Companies 2013 – Em uma lista das duas mil maiores empresas do mundo, publicada pela Revista Forbes, ficamos em 42º lugar no *ranking*, sendo a “primeira” instituição financeira do Brasil na classificação de instituições financeiras. Para a lista, foram considerados receita, lucro, ativos e valor de mercado do ano de 2012.

Reactions Latin America Awards – Publicada pela revista britânica “*Reactions*”, a premiação reconheceu as principais seguradoras da América Latina. A Itaú Seguros foi eleita a melhor seguradora do Brasil.

1000 Melhores Fundos de Investimento 2013 – realizado pelo Guia “Exame” Investimentos Pessoais, fomos eleitos o Melhor Gestor do Ano, por meio de pesquisa feita pelo Centro de Estudos em Finanças da FGV (GVCef-FGV). A premiação que destacou os melhores gestores para o varejo, alta renda, empresas e investidores institucionais. Dentre os 1.000 fundos abertos analisados, fomos eleitos também nas categorias de Melhor Gestor para os produtos a seguir:

- Varejo seletivo (fundos em que os investidores aplicam entre R\$ 50.000 e R\$ 250.000);
- Fundos DI e de curto prazo;
- Fundos de ações indexados; e
- Fundos de investimento multimercados.

Bank of the Year (The Banker) – Fomos reconhecidos como o Banco do Ano de 2013 no Brasil e no Paraguai, pela revista “The Banker”, uma das publicações do mercado financeiro mais conceituadas do mundo.

Prêmio Aberje – Fomos eleitos pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, ou Aberje, como a empresa do ano em comunicação corporativa. Também recebemos o prêmio em “Comunicação e Relacionamento com o Público Interno” com o case “Educação financeira no Itaú Unibanco: Um desafio que começa com os colaboradores”.

As Melhores Empresas para Começar a Carreira – Fomos eleitos a primeira empresa da lista As Melhores Empresas para Começar a Carreira em 2013, publicada pela revista Você S/A, uma publicação brasileira, no setor de serviços financeiros.

Awards for Excellence – O Itaú Unibanco foi reconhecido pela Revista *Euromoney* como o melhor banco no Uruguai, em 2013.

Sustentabilidade

Guia Exame de Sustentabilidade – Somos a primeira instituição financeira a ser reconhecida pelo Guia Exame, publicado pela Revista Exame, como a empresa mais sustentável do ano. Além disso, fomos reconhecidos como empresa modelo na categoria de “Instituições Financeiras”. Esse reconhecimento constitui o prêmio de sustentabilidade mais importante no Brasil.

O Itaú Unibanco também é a primeira empresa da América Latina presente no ranking “The World’s Top 20 Green Banks em 2012”, organizada anualmente pela Revista *Bloomberg Markets*, que analisa os esforços de sustentabilidade dos bancos, inclusive dos investimentos em energia limpa e redução de resíduos.

Dow Jones Sustainability World Index 2013/2014 – Pela 14ª vez consecutiva fomos selecionados para compor o índice. Somos o único banco latino-americano a participar do índice desde sua criação, em 1999.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa 2013/2014 – Fomos selecionados para compor esse índice em 2014, pelo nono ano consecutivo. As empresas que compõem o índice são referências em investimento socialmente responsável e atuam como negócios de referência no Brasil.

Adicionalmente, fomos eleitos como uma das empresas brasileiras com as melhores práticas ambientais pelo *Prêmio Época Empresa Verde* da revista Época, uma publicação brasileira. Também fomos reconhecidos como uma das empresas líderes pelo *Prêmio Época de Mudanças Climáticas*.

Também fomos reconhecidos em seis categorias no *Prêmio Amigo do Esporte 2013* pelo Ministro dos Esportes do Brasil, e consideradas uma das empresas que mais investem no setor de esportes, tanto em projetos esportivos quanto paradesportivos, por meio da lei brasileira de incentivo ao esporte.

Acontecimentos Recentes

Fusão com o CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, celebramos um acordo com o CorpBanca e seus acionistas controladores, estabelecendo os termos e as condições da fusão das operações do Banco Itaú Chile e do CorpBanca no Chile e na Colômbia. O acordo representa um importante passo em nosso processo de internacionalização e em nossa estratégia de se tornar o banco líder na América Latina. Como resultado da fusão, temos a expectativa de ser o quarto maior banco no Chile e o quinto maior banco na Colômbia em termos de empréstimos em aberto.

A operação contempla um aporte de capital a ser realizado por nós no valor de US\$652 milhões e a celebração de um acordo de acionistas entre nós e os acionistas controladores do CorpBanca, por meio do qual nós e os acionistas controladores do CorpBanca teremos a prerrogativa de indicar membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca, a nova entidade resultante dessa fusão, de acordo com nossas respectivas participações acionárias (33,58% e 32,92% do capital acionário do Itaú CorpBanca, respectivamente). Juntos, nós e os acionistas controladores do CorpBanca, teremos o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca, maioria essa que será indicada por nós. Adicionalmente, exceto por certos assuntos estratégicos sujeitos à nossa aprovação em conjunto com os acionistas controladores do CorpBanca, os acionistas controladores do CorpBanca sempre votarão de acordo com as nossas decisões.

O Itaú CorpBanca, controlado pelo Itaú Unibanco, fornecerá a seus clientes um extenso leque de produtos e serviços financeiros inovadores através de uma ampla rede de atendimento no Chile (217 agências) e na Colômbia (172 agências), mantendo a qualidade de serviço que distingue as operações dos dois bancos.

A consumação da operação está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, incluindo a aprovação na assembleia geral do CorpBanca e a aprovação das autoridades reguladoras do Brasil, do Chile e da Colômbia, assim como de autoridades reguladoras de outras jurisdições onde o CorpBanca tem negócios. Estimamos que essa operação não terá efeitos contábeis significativos sobre nossos resultados.

Comitê de Auditoria

Em 31 de dezembro de 2013, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães deixou de ser membro do nosso Comitê de Auditoria.

O Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. elegeu o Sr. Sérgio Darcy da Silva Alves e o Sr. Diego Fresco Gutierrez para o Comitê de Auditoria em 27 de fevereiro de 2014 e 20 de março de 2014, respectivamente. O Sr. Alves e o Sr. Gutierrez foram eleitos para o atual mandato em vigor, que irá vencer quando os membros eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014 tomarem posse. O Sr. Alves e o Sr. Gutierrez não são membros de nenhum outro comitê do Itaú Unibanco Holding S.A. Tampouco possuem outro cargo dentro do Grupo Itaú Unibanco ou em qualquer outra companhia aberta que não seja parte do Grupo Itaú Unibanco. Biografias resumidas dos novos membros do Comitê de Auditoria estão apresentadas a seguir:

Diego Fresco Gutierrez – O Sr. Diego Fresco Gutierrez foi eleito para nosso comitê de auditoria em março de 2014 (com investidura aguardando aprovação do Banco Central). O Sr. Gutierrez entrou para a PricewaterhouseCoopers em 1990 como *trainee* e ocupou o cargo de sócio de 2000 a junho de 2013, especializando-se em Auditoria Externa e Serviços de Consultoria Contábil em Mercado de Capitais. É membro da Comissão de Governança Corporativa de Instituições Financeiras do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) desde 2013. O Sr. Gutierrez é formado em Ciências Contábeis pela *Universidad de la Republica Oriental del Uruguay* e é licenciado pelo CPA no estado de Virgínia (Estados Unidos da América) desde 2002.

Sérgio Darcy da Silva Alves – O Sr. Sérgio Darcy da Silva Alves foi eleito para o nosso comitê de auditoria em fevereiro de 2014. Sua eleição foi aprovada pelo Banco Central em 19 de março de 2014 e espera-se que ele tome posse em abril de 2014. Participou do comitê de auditoria do Banco Santander S.A. de outubro de 2006 a março de 2013. É coordenador do comitê normativo e membro do comitê de auditoria da BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros desde janeiro de 2007. Também foi Diretor do Banco Central do Brasil, responsável pela área de Normas e Organização do Sistema Financeiro de setembro de 1997 a abril de 2006. O Sr. Alves possui bacharelados em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Ciências Contábeis pela Associação de Ensino Unificado de Brasília.

Reorganização Societária

Em 31 de janeiro de 2014, reorganizamos nossa estrutura societária para transferir as atividades de tesouraria institucional e do segmento corporate banking (grandes empresas) do Itaú BBA, incluindo suas carteiras de títulos e valores mobiliários e de crédito e todos os outros ativos e passivos relacionados com essas atividades, para o Itaú Unibanco. O Itaú BBA manterá suas atividades de banco de investimento e gestão de caixa. A expectativa é que essa reorganização societária interna não resulte em nenhuma alteração relevante no curso regular dos nossos negócios, incluindo nossa governança interna, nossas marcas e nossos modelos de gestão das unidades de negócio afetadas.

A principal motivação para a reorganização societária foi a otimização da estrutura de capital do Itaú Unibanco, devido às novas regras de Basileia III, e a intenção de concentrar todas as atividades de intermediação financeira do Grupo Itaú Unibanco no Itaú Unibanco.

Essa operação está pendente de aprovação final do Banco Central e do Banco Central das Bahamas.

Mudanças na Unidade de Relações com Investidor

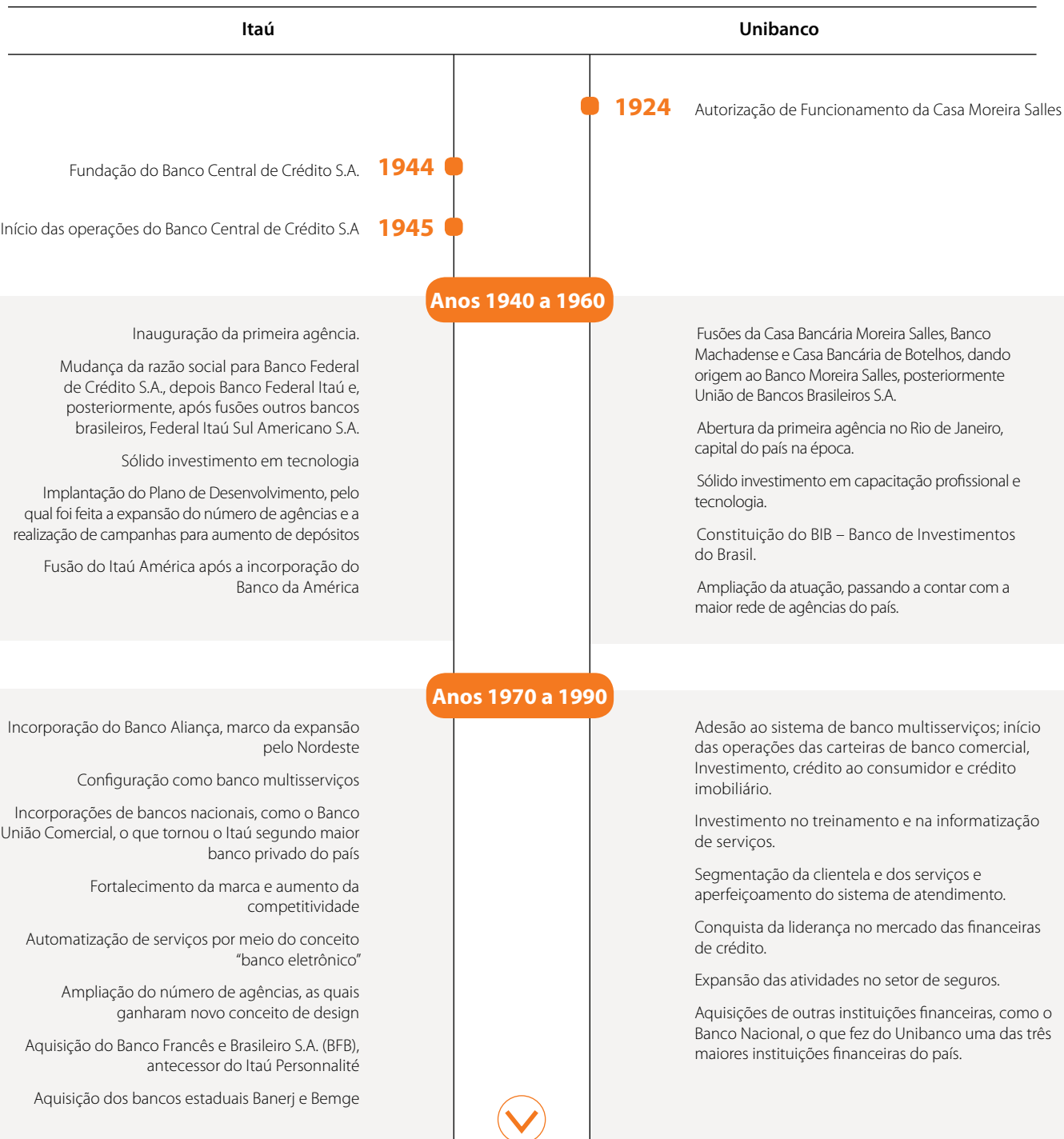
Em fevereiro de 2014, anunciamos que Rogério Calderón, atualmente responsável por Relações com Investidores e Finanças Internacionais, decidiu deixar o Grupo Itaú Unibanco em 30 de abril de 2014 para se dedicar a outras atividades profissionais.

Marcelo Kopel foi selecionado para assumir as funções de Rogério Calderón. Marcelo Kopel, atual Diretor de Produtos, Operações e Planejamento da Rede de Atendimento, tem mais de 25 anos de experiência na área financeira, com uma carreira notável como a Diretor de Finanças da Redecard, do Citibank, da Credicard, do Banco ING Brasil e América Latina e do Bank of America.

A intenção é concluir o processo de transição para a transferência de atividades e para a apresentação de Marcel Kopel para a comunidade de investidores e analistas até 30 de abril de 2014.

Nossa história e perfil

Nossa história



Itaú**Unibanco****Anos 2000 a 2010**

Aquisição dos bancos estaduais Banestado e Beg, do Banco Fiat, e das operações brasileiras do Bank Boston, ampliando a presença no segmento de alta renda e do BBA Creditanstalt, antecessor do Itaú BBA, maior banco de atacado do país

Incorporação do Banco Bandeirantes e do Credibanco, colocando o Unibanco entre os cinco maiores bancos da América Latina e como o terceiro maior banco privado do Brasil

Criação de uma nova campanha de imagem do banco, chamada "Jeito Unibanco: banco simples, objetivo, positivo, bem-humorado e transparente"

Associação entre Itaú e Unibanco, anunciada em 03 de novembro **2008**

Associação com a Porto Seguro em 24 de agosto **2009**

Associação com o Banco BMG para operações com crédito consignado **2012**
Aquisição da totalidade de ações em circulação da Redecard

Aquisição da Credicard em 14 de maio **2013**

Desde a abertura da nossa primeira agência bancária em Minas Gerais, Brasil, onde as mais antigas instituições que compõem o conglomerado foram fundadas, até a associação entre o Itaú Holding Financeira e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros, realizada em 2008, nove décadas de crescimento e desenvolvimento nos elevaram à posição de marca mais valiosa no mercado brasileiro e maior instituição financeira da América Latina em termos de capitalização de mercado.

Dessa associação, nasceu, o maior banco privado brasileiro e um dos 30 maiores do mundo em valor de mercado em 31 de janeiro de 2014. O Itaú, com operação desde 1945 na capital paulista, e o Unibanco, fundado em 1924 na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, desenvolveram ao longo do tempo características similares e complementares. O crescimento de ambos foi caracterizado por fusões, aquisições e incorporações.

Tanto o Itaú quanto o Unibanco souberam antecipar os desafios do mercado, consolidando-se em períodos de crise da economia brasileira ou expandindo os negócios nas fases de crescimento. Ambos foram pioneiros na difusão do uso da tecnologia no processamento dos negócios bancários e nos serviços oferecidos aos clientes e realizaram grandes investimentos em automação e suporte de modernos centros operacionais

Desde a associação, continuamos a expandir nossos negócios por meio de ações como as aquisições da Credicard, em 2013, e da totalidade das ações em circulação da Redecard, em 2012. Em 31 de dezembro de 2013, nosso total de ativos ultrapassou R\$ 1 trilhão e alcançamos capitalização de mercado R\$ 157,0 bilhões.

Incentivadores das artes, da cultura e da responsabilidade socioambiental, dotamos nossas empresas de estruturas autônomas e eficientes, cujo objetivo é a disseminação de conhecimentos e práticas em prol da sustentabilidade. Como comprovação dessa postura, somos o único banco da América Latina que faz parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade há 14 anos consecutivos.

Nosso perfil

Nossa visão GRI G4-56

Nosso objetivo é **ser o banco líder em performance sustentável e satisfação dos clientes**. Para nós, performance sustentável é gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantido a perenidade de nossos negócios.

Nossa cultura GRI G4-56

Nossa cultura corporativa é expressa por um conjunto de dez princípios que direcionam a forma como fazemos negócios e assinalam a abordagem que esperamos nossas equipes tenham para transformar nossa visão em realidade. Esse conjunto de princípios é chamado Nosso Jeito de Fazer e reforçamos esses valores com nossos colaboradores por meio de diversas iniciativas, como (i) tornar o alinhamento dos colaboradores com esses princípios parte dos processos de avaliação de desempenho; (ii) campanhas em nossos canais de comunicação e (iii) eventos, como por exemplo nossa reunião anual com gestores (“Encontro entre Líderes”).

Os nossos dez princípios são:

- Todos pelo cliente;
- Paixão pela performance;
- Liderança ética e responsável;
- Craques que jogam para o time;
- Foco na inovação e inovação com foco;
- Processo servindo pessoas;
- Ágil e descomplicado;
- Carteirada não vale;
- Brilho nos olhos;
- Sonho grande;

“Estamos construindo uma cultura corporativa para inspirar nossos colaboradores a sentirem orgulho de fazer parte do Grupo Itaú Unibanco, reforçado por empenho em criar valor para os colaboradores, clientes, acionistas e a sociedade.”

José Castro de Araújo Rudge. Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Recursos Humanos, Marketing e Relações Institucionais

Simplificar para crescer

Em 2013 realizamos nosso quarto Encontro entre Líderes, no qual apresentamos as principais diretrizes e estratégias desenvolvidas para nossa organização a curto e médio prazos.

O tema do encontro e do projeto relacionado foi “Simplificar para Crescer”, que representa o compromisso que temos em melhorar processos, desburocratizar operações e nos tornar mais eficientes em tudo que fazemos com o claro propósito de satisfazer nossos clientes. Acreditamos que podemos ser tão grandes quanto os nossos clientes permitirem.

No início de 2013, anunciamos mudanças significativas em nossa administração executiva, um dos muitos exemplos de ações que estamos realizando a fim de atender um mercado cada vez mais exigente e permitir que nos organizemos de modo mais simples e mais eficaz. Consulte a seção Nossa

Governança – item Estrutura da Administração, Membros do nosso Conselho de Administração e Diretores Executivos, para maiores detalhes sobre as mudanças do Comitê Executivo.

Um fator chave nessa evolução é o comprometimento de todos os nossos colaboradores, que são, no final, os responsáveis por implementar este projeto. O objetivo de “Simplificar para Crescer” é nos posicionar em um patamar de eficiência ainda mais alto e mais diferenciado na prestação de nossos produtos e serviços. Dessa forma, vamos manter e incrementar nossos programas para promover uma cultura meritocrática, a fim de atrair e reter os melhores profissionais e proporcionar-lhes um ambiente que permita seu crescimento.

Colaboradores

O número de colaboradores em nosso conglomerado passou de 96.977 em 31 de dezembro de 2012 para 95.696 em 31 de dezembro de 2013. Essa redução é explicada pela integração de nossos sistemas e processos em uma única plataforma, que permitiu que capturássemos sinergias entre as estruturas operacionais e otimizássemos certas estratégias de negócios.

Apresentamos nas tabelas abaixo o total do número de colaboradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, segmentados por região (Brasil e exterior) e por unidade operacional:

Colaboradores (Brasil e Exterior)	31 de Dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013/2012	2012/2011
Colaboradores (Consolidado)	95.696	96.977	104.542	(1,3)	(7,2)
No Brasil	88.783	90.323	98.258	(1,7)	(8,1)
No Exterior	6.913	6.654	6.284	3,9	5,9
Argentina	1.696	1.650	1.566	2,8	5,4
Chile	2.542	2.451	2.334	3,7	5,0
Uruguai	1.180	1.127	1.099	4,7	2,5
Paraguai	731	701	650	4,3	7,8
Europa	256	261	213	(1,9)	22,5
Outros	508	464	422	9,5	10,0

Colaboradores (por unidade operacional)	31 de Dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013/2012	2012/2011
Banco Comercial - Varejo	90.427	91.304	95.740	(1,0)	(4,6)
Banco de Atacado	2.532	2.848	2.824	(11,1)	0,8
Crédito ao Consumidor - Varejo	2.718	2.781	5.941	(2,3)	(53,2)
Operações com o Mercado e Corporação	19	44	43	(56,8)	2,3
Total	95.696	96.977	104.548	(1,3)	(7,2)

Marca

Nossa marca representa, cada vez mais, a transformação nas vidas das pessoas, da sociedade e do país que queremos promover. Isso se reflete em nossos produtos, serviços e atitudes. Nossas iniciativas de educação financeira incentivam pessoas a manterem um relacionamento mais equilibrado com o dinheiro, escolherem o melhor tipo de crédito e planejarem com eficiência seus investimentos.

Estamos sempre tentando ampliar o diálogo com nossos *stakeholders*. Em 2013, nossa marca foi apontada como a mais valiosa no Brasil pelo décimo ano consecutivo, com um valor estimado de R\$ 19,3 bilhões, de acordo com a empresa de consultoria *Interbrand*, cuja análise é baseada na capacidade da nossa marca de gerar resultados financeiros, influenciar o processo de seleção de cliente e garantir uma demanda de longo prazo.

Em 2013 lançamos a plataforma (#issomudaomundo), com o objetivo estabelecer um elo entre nosso propósito de transformar o mundo das pessoas para melhor, nossas causas e os diversos projetos que recebem nosso investimento em educação, cultura, esporte e mobilidade urbana.

Em pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Millward Brown em 2013, alcançamos, já no primeiro ano dessa plataforma, resultados importantes para a marca: aumento de 58% na percepção de “Banco que ajuda a melhorar a vida das pessoas” e de 44% em “Banco que atua como agente transformador na vida das pessoas”. Além disso, segundo estudo do instituto de pesquisa Oficina Sophia, obtivemos aumento de 62% de não clientes que nos consideram como uma opção e de 146% no prestígio junto ao mesmo público.

Nossa página no *Facebook* atingiu mais de 6,5 milhões de fãs e somos o banco com o maior número de fãs em todo o mundo, de acordo com a plataforma de monitoramento *Socialbakers*. Além dessa página de relacionamento social, no *Twitter* possuímos mais de 168.200 seguidores e mais de 78,2 milhões de visualizações de conteúdos próprios em nosso canal no *YouTube*. Temos uma estrutura para monitorar os nossos perfis de mídia social, fornecendo informações sobre os nossos serviços, lançamento de produtos, anúncios e interação com o público em geral e nossos clientes.

De acordo com as plataformas de monitoramento SCUP e Socialmetrix, tivemos mais de 833 mil menções nas redes sociais (como o *Facebook*, *Instagram*, *Google Plus* e *Twitter*), 45% dos quais consistiram de comentários feitos sobre o segmento financeiro e 54% dos quais eram referências mais positivas do que a média do segmento nas redes sociais. Parte desse resultado é fruto do nosso foco no bem estar social, bem como de nossos esforços na melhoria do atendimento ao cliente. Fechamos 2013 prestando serviços 24 horas por dia, 7 dias por semana a nossos clientes com tempo médio de 6 minutos após o primeiro contato com o cliente – queda de aproximadamente 95% quando comparado a 2012.

Na campanha #issomudaomundo, fizemos uma série de filmes exclusivos para internet, para explicar as causas do banco. Foi o primeiro passo de nossa marca como uma produtora de conteúdo, que compartilha um ponto de vista e busca criar conexões a partir de suas crenças. A série de filmes somou mais de 19.8 milhões de views no canal da marca no YouTube e 106.600 compartilhamentos nas mídias sociais. Um dos filmes alcançou o posto de 20º vídeo mais compartilhado de todo o mundo em 2013. Em pesquisa realizada pela Nielsen, em parceria com o Facebook, ficou comprovado que a série de vídeos provocou um aumento de 17.4% na associação das causas apoiadas pelo banco no período de um mês com um aumento de 16% na intenção de não clientes tornarem-se clientes.

Patentes

Somos os titulares de patentes e pedidos de registro de patentes, no Brasil e no exterior, para método de geração de teclado virtual para digitação da senha de segurança ou do PIN (número de identificação pessoal) de usuários. Os pedidos relativos à patente desta tecnologia ainda estão pendentes de análise no Brasil, Uruguai, Chile e Venezuela, no entanto, somos os titulares de patente para esse método em países como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Peru, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Além disso, somos os titulares de um pedido de patente para um método de identificação do PIN de acesso de uma instituição financeira, ainda pendente de análise no Brasil.

No Brasil, o prazo de vigência das patentes de invenção é de 20 (vinte) anos, a contar da data do depósito do referente pedido. Os prazos de vigência e requisitos para prorrogação de patentes no exterior dependem da legislação de cada país ou região em que a patente se encontra registrada.

Principais acionistas

Somos controlados pela IUPAR, que é controlada conjuntamente pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston. A Itaúsa é controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha; a Cia. E. Johnston é controlada pelos membros da família Moreira Salles.

Exceto pelas ações detidas de forma indireta pelos nossos acionistas controladores (por meio da participação na IUPAR e Itaúsa), os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa diretoria, individualmente e como grupo, são usufrutuários de menos de 1% das nossas ações ordinárias, e de menos de 1% das nossas ações preferenciais.

De acordo com a regulamentação brasileira, e conforme aprovado pelo Banco Central, os investidores podem deter, no máximo, 30% das nossas ações ordinárias.

Apresentamos a seguir as informações relativas à detenção de mais de 5% de nossas ações ordinárias ou preferenciais em 31 de janeiro de 2014:

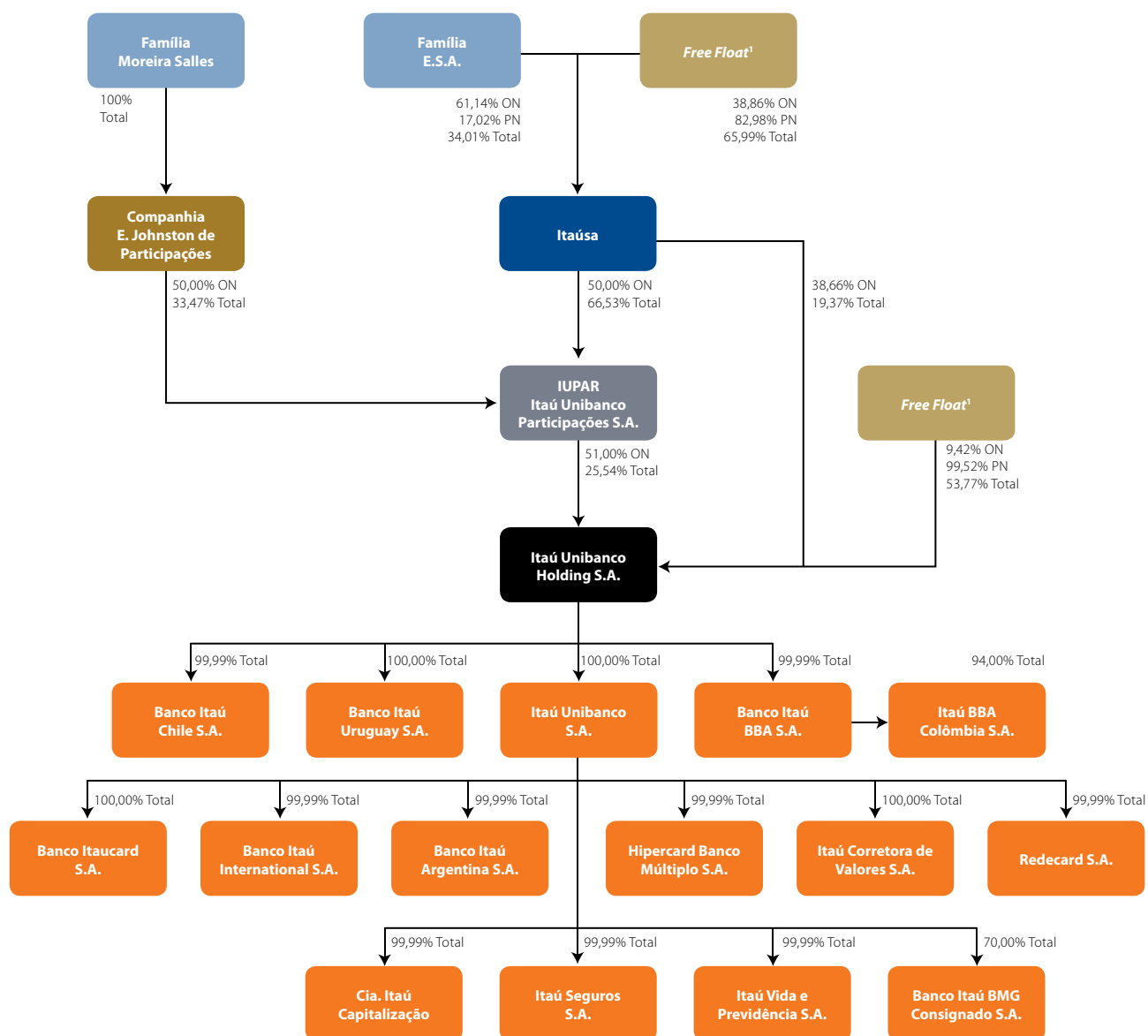
Em 31 de janeiro de 2014, 15.787.358 ações ordinárias e 1.530.558.587 ações preferenciais eram detidas por investidores estrangeiros (calculados com base nos endereços dos investidores indicados nos nossos registros referentes às ações sob custódia), representando 6,5% e 62,7%, respectivamente, do total de cada classe em circulação.

Em 31 de Janeiro de 2014	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade Total de Ações	% de Total	Quantidade Total de Ações	% de Total	Quantidade Total de Ações	% de Total
IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.	1.284.289.710	51,00	-	0,00	1.284.289.710	25,54
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.	973.657.190	38,66	84.810	0,00	973.742.000	19,37
BlackRock ¹	-	0,00	175.269.270	6,98	175.269.270	3,49
Outros (mercado)	260.265.830	10,34	2.265.800.456	90,28	2.526.066.286	50,24
Subtotal	2.518.212.730	100,00	2.441.154.536	97,26	4.959.367.266	98,63
Ações em Tesouraria	2.310	0,00	68.660.134	2,74	68.662.444	1,37
Total	2.518.215.040	100,00	2.509.814.670	100,00	5.028.029.710	100,00

1. Participação acionária fornecida pelo acionista

Estrutura acionária

O quadro a seguir é uma visão geral da estrutura acionária do grupo Itaú Unibanco em 31 de janeiro de 2014, e inclui nossos controladores e algumas das nossas principais controladas:



Acordos de acionistas da IUPAR

A Itaúsa e a Cia. E. Johnston firmaram um acordo de acionistas cujo objetivo é regulamentar o seu relacionamento enquanto acionistas controladores da IUPAR e, indiretamente, nossos acionistas controladores e acionistas controladores de nossas subsidiárias. Consulte [https://www.itau.com.br/arquiosestaticos/RI/pdf/IUPARAcordoAcionistasCVM.pdf?title=Acordo de Acionistas](https://www.itau.com.br/arquiosestaticos/RI/pdf/IUPARAcordoAcionistasCVM.pdf?title=Acordo%20de%20Acionistas) – IUPAR de acionistas – IUPAR para maiores detalhes. Os seus principais termos e condições estão descritos a seguir.

O Conselho de Administração e a Diretoria da IUPAR são compostos por quatro membros: dois membros indicados pela Itaúsa e dois membros pela Cia. E. Johnston, para cada um desses órgãos. Em conformidade com o acordo de acionistas, as ações da IUPAR detidas pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston não podem ser transferidas para terceiros até 03 de novembro de 2018. Após esse período, se qualquer parte acionista do acordo decidir transferir as suas ações da IUPAR para um terceiro, os outros acionistas terão direitos de venda conjunta (*tag-along*). Se a Itaúsa, e também a Cia. E. Johnston, decidirem transferir a totalidade de suas ações detidas na IUPAR, ou a totalidade das ações detidas pela IUPAR no Itaú Unibanco Holding, para terceiros, a Itaúsa poderá exercer seus direitos de venda conjunta, a fim de incluir na venda a totalidade ou parte das ações por ela detidas diretamente no Itaú Unibanco Holding. Todas as ações detidas diretamente pela Itaúsa no Itaú Unibanco Holding podem ser transferidas livremente.

O acordo de acionistas da IUPAR é válido pelo prazo de 20 anos, a partir de 27 de janeiro de 2009, podendo ser prorrogado automaticamente por períodos sucessivos de 10 anos, exceto se indicado de outra forma.

Transferência de controle e aumento da participação no capital social

Observados os termos do acordo de acionistas da IUPAR, nosso estatuto social não contém disposições que tenham como objetivo retardar, adiar ou impedir uma mudança de nosso controle acionário, ou que produzam efeitos em relação às operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária da companhia ou de suas controladas. Entretanto, em conformidade com a regulamentação brasileira, todas essas operações precisam ser realizadas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pelo CMN e aprovadas previamente pelo Banco Central.

A legislação brasileira determina que a aquisição do controle de uma empresa aberta desencadeia a exigência de que a parte adquirente faça uma oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação, por um preço equivalente por, pelo menos, 80% do preço pago por ação aos acionistas controladores. Adicionalmente, nosso estatuto social estabelece a mesma regra de preço para os detentores de nossas ações preferenciais.

Essa legislação também requer que nossos acionistas controladores façam uma oferta de todas as nossas ações, caso haja aumento da sua participação no nosso capital próprio até um nível que afete significativa e negativamente a liquidez das nossas ações.

Adoção do voto múltiplo

Segundo a legislação societária brasileira, os acionistas que representam, no mínimo, 10% do capital social com direito a voto, podem requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 horas antes da realização da assembleia geral ordinária. Cada ação terá direito a tantos votos quantos forem os membros do conselho que estão sendo eleitos, e o acionista terá o direito de concentrar os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos. A mesa que dirigir os trabalhos terá que informar, antecipadamente aos acionistas, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Sempre que a eleição do Conselho de Administração se der pelo processo do voto múltiplo e os acionistas detentores de ações ordinárias, ou preferenciais, exercerem a prerrogativa de eleger um conselheiro, será assegurado ao acionista controlador o direito de eleger membros do Conselho de Administração em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de membros do Conselho de Administração que, segundo o nosso estatuto social, compoem o órgão.

Além disso, como nosso estatuto social não prevê intervalos escalonados, os membros do nosso Conselho de Administração podem ser reeleitos consecutivamente e sem interrupção. Sempre que a eleição for realizada por meio do processo de voto múltiplo, a destituição do cargo de quaisquer membros do Conselho de Administração pelos acionistas, em uma assembleia geral, resultará na destituição de todos os demais membros e uma nova eleição será providenciada. Para não afetar a administração da empresa, como resultado da destituição de membros do Conselho de Administração, a legislação societária brasileira prevê que, apesar da destituição, os mesmos membros do Conselho de Administração poderão continuar no exercício de suas funções até que os novos membros eleitos sejam empossados.

Nossas ações



ADR: ITUB
Preferencial



Ordinária: ITUB3
Preferencial: ITUB4



CEDEAR: ITUB4
Preferencial

Nosso capital social é representado por ações ordinárias e ações preferenciais, negociadas na BM&FBOVESPA sob o símbolo "ITUB3" (ações ordinárias) e "ITUB4" (ações preferenciais). As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas nossas assembleias gerais ordinárias. As ações preferenciais, por sua vez, não têm direito ao voto, mas conferem ao titular:

- Prioridade no recebimento de dividendos obrigatórios, no valor de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo com o dividendo mínimo; e
- Direitos de venda conjunta (*tag-along*) em caso de alienação de controle, garantindo o preço igual a 80% do valor pago pelas ações ordinárias dos acionistas controladores.

A IUPAR e a Itaúsa detêm juntas aproximadamente 90% das nossas ações ordinárias. O direito ao voto dos nossos acionistas controladores não difere do direito ao voto dos outros detentores de ações ordinárias.

A legislação societária brasileira prevê que os acionistas detentores de ações preferenciais podem votar quando a empresa deixar de pagar dividendos fixos, ou mínimos, aos quais eles têm direito, pelo prazo previsto no estatuto social da empresa, nunca superior a três exercícios consecutivos. Os acionistas detentores de ações preferenciais mantêm esse direito até que o pagamento seja efetuado, para o caso de dividendos não cumulativos, ou até que os dividendos cumulativos sejam pagos.

A criação de uma nova classe de ações com prioridade sobre as ações preferenciais ou qualquer mudança na preferência ou nos direitos associados às ações preferenciais, precisam ser aprovadas por, no mínimo, 50% das ações ordinárias e também pelos acionistas que representam a maioria das ações preferenciais, em uma assembleia geral extraordinária. Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura de administração, Assembleia geral ordinária, para mais informações sobre os procedimentos de convocação de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

A tabela a seguir apresenta o preço da ação preferencial por período:

Período	R\$ por Ação Preferencial		US\$ por Ação Preferencial	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
2009	36,94	16,79	21,31	6,94
2010	39,75	28,21	23,55	15,00
2011	36,95	22,86	22,23	13,05
2012	35,40	24,30	20,02	11,71
2013	33,85	24,91	16,57	11,00
2011				
1º Trimestre	36,95	31,06	22,11	18,52
2º Trimestre	35,88	30,91	22,23	18,92
3º Trimestre	33,54	22,86	21,53	13,05
4º Trimestre	31,79	25,01	18,11	13,26
2012				
1º Trimestre	35,40	30,45	20,02	16,30
2º Trimestre	32,35	24,30	17,70	11,71
3º Trimestre	32,36	25,05	16,07	12,24
4º Trimestre	31,34	25,63	15,13	12,64
2013				
1º Trimestre	32,40	28,47	16,57	14,39
2º Trimestre	32,21	26,32	15,80	11,86
3º Trimestre	31,95	24,91	14,20	11,00
4º Trimestre	33,85	29,80	15,06	12,77

Os preços das ações nos últimos seis meses foram os seguintes:

Setembro 2013	31,95	27,92	14,20	11,86
Outubro 2013	33,84	30,19	15,36	13,64
Novembro 2013	33,85	30,48	15,06	13,33
Dezembro 2013	32,45	29,80	13,84	12,77
Janeiro 2014	31,28	28,41	13,23	11,77
Fevereiro 2014	32,30	29,44	13,56	12,22
Março 2014	33,94	29,10	15,00	12,31

Fonte: Econômica

A tabela abaixo apresenta, para os períodos indicados, a cotação máxima e mínima de venda em dólares dos EUA das ADSs no mercado de balcão e na NYSE.

Período	US\$ por ADS	
	Máximo	Mínimo
2009	21,77	6,86
2010	23,91	14,85
2011	22,52	13,15
2012	20,00	11,67
2013	17,34	11,38
2011		
1º Trimestre	22,52	18,74
2º Trimestre	22,47	19,03
3º Trimestre	21,68	13,15
4º Trimestre	18,26	13,20
2012		
1º Trimestre	20,00	16,83
2º Trimestre	17,73	11,67
3º Trimestre	16,21	12,22
4º Trimestre	15,06	12,66
2013		
1º Trimestre	17,34	15,12
2º Trimestre	16,43	12,13
3º Trimestre	14,94	11,38
4º Trimestre	15,90	13,01

Os preços das ações nos últimos seis meses foram os seguintes:

Setembro 2013	14,94	12,14
Outubro 2013	15,90	14,06
Novembro 2013	15,01	13,62
Dezembro 2013	14,13	13,01
Janeiro 2014	13,38	11,94
Fevereiro 2014	13,56	12,04
Março 2014	14,95	12,32

Fonte: Economática

Canais de comercialização e distribuição

Fornecemos serviços e produtos financeiros integrados para nossos clientes, por meio de diversos canais de comercialização e distribuição. Além da nossa carteira de produtos bancários tradicional, oferecemos produtos como seguro, investimentos, câmbio e corretagem.

No segmento de banco comercial – varejo - os nossos clientes Itaú Uniclass dispõem de serviços exclusivos, como atendimento gerencial personalizado e por telefone, consultoria de investimentos, caixas exclusivas, e maiores limites de crédito. Fornecemos serviços de assessoria para investimentos e crédito imobiliário para nossos clientes de alta renda através do Itaú Personnalité. Nossa carteira de produtos corporativos é desenhada para empresas de grande porte e administrada pelo nosso banco de atacado.

Nossa rede de distribuição está dividida em canais físicos, que incluem caixas eletrônicos e PABs (postos de atendimento bancário localizados em clientes corporativos), e canais digitais, tais como, *Internet Banking*, e centrais de atendimento.

As transações bancárias realizadas pela internet e telefone celular cresceram significativamente nos últimos anos.

Agências

Nossa rede de agências funciona como uma rede de distribuição para todos os produtos e serviços que oferecemos aos nossos clientes.

Em 2013, inauguramos agências especialmente reformuladas para o atendimento em shoppings. Localizadas em diferentes cidades em São Paulo e no Rio de Janeiro, o espaço apresenta um novo conceito de serviço ao cliente, com um padrão visual diferenciado e inspirado no desenho de uma loja de varejo. Com foco no relacionamento com o cliente e para fortalecer o contato com o nosso público, essas agências ficam abertas das 12h00 às 20h00, com serviços exclusivos para os nossos clientes a partir das 17h00. A primeira agência com esse conceito foi aberta em 2012, no Shopping Villa Lobos, na cidade de São Paulo.

De forma semelhante, implantamos também mudanças nos horários de atendimento de certas agências localizadas em centros comerciais, que abrem às 8h00 ou 9h00 e fecham às 18h00 ou 20h00. Essa iniciativa foi projetada para adaptar nossos serviços à rotina dos nossos clientes e o nosso objetivo é estender esse modelo para outros *shoppings* e centros comerciais no Brasil nos próximos anos.

Caixas eletrônicos

Os caixas eletrônicos constituem uma alternativa de baixo custo para os serviços executados por funcionários e proporcionam a oferta de pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Nossos clientes podem realizar praticamente todas as transações relacionadas com contas bancárias por meio dos caixas eletrônicos.

Também temos contratos com outros operadores de rede, como as marcas Cirrus e Maestro, que permitem que os nossos clientes façam uso de serviços limitados através de suas redes.

Desde 2012, disponibilizamos serviços diferenciados para nossos clientes. Além dos serviços disponíveis aos nossos clientes em geral, determinados clientes cadastrados podem fazer saque e consultar o saldo e extrato da conta corrente por meio da biometria. Esse sistema permite que esses clientes cadastrados realizem operações bancárias pela identificação da impressão digital, sem a necessidade de digitar senha, trazendo mais segurança e comodidade. Para utilizar a biometria, basta realizar o cadastro em qualquer agência Itaú Unibanco.

Postos de atendimento bancário

O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitado, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências com serviços completos. Além disso, acreditamos que eles nos proporcionam uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Internet Banking e Mobile Banking

O "Itaú 30 Horas" é um serviço de conveniência que permite ao usuário realizar transações bancárias em caixas eletrônicos, telefones, celulares, pela internet e nas agências.

O canal Internet Banking tornou-se, nos últimos anos, uma importante ferramenta devido ao contínuo crescimento na demanda de *transações online*. Nosso *Internet Banking* funciona desde 1998, oferecendo produtos para nossos clientes – pessoa física e jurídica –, tais como crédito, investimentos, seguro, entre outros. Em 2013, nossas transações por meio desse canal representaram 45,7% do total de transações de clientes.

Uma das nossas inovações tecnológicas recentes mais importantes foram os aplicativos para o *Mobile Banking*, que permitem que os clientes acessem suas contas e façam transações bancárias por *smartphones* ou *tablets*. Em 2013, registramos 724,3 milhões de transações por *Mobile Banking*.

O gráfico a seguir mostra nossa rede de agências, PABs e caixas eletrônicos, detalhada por tipo de serviços oferecidos e distribuição geográfica:

No Brasil e exterior em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

	Agências			PABs			Caixas Eletrônicos		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Itaú Unibanco	3.627	3.615	3.606	860	873	878	26.756	26.909	27.810
Itaú Personnalité	277	240	214	3	3	3	557	500	454
Itaú BBA	9	9	9	-	-	-	-	-	-
Total no Brasil	3.913	3.864	3.829	863	876	881	27.313	27.409	28.264
Argentina	73	75	81	18	20	22	189	194	201
Chile	98	91	88	-	-	-	72	70	62
Uruguai	25	59	43	1	1	1	43	41	38
Paraguai	28	27	27	3	9	8	283	246	204
Outros	5	5	5	-	-	-	-	-	-
Total	4.142	4.121	4.073	885	906	912	27.900	27.960	28.769

Por localização geográfica de nossa rede de distribuição no Brasil em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

Região	Agências			PABs			Caixas Eletrônicos		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Sul	648	637	639	119	120	119	3.815	3.790	3.942
Sudeste	2.557	2.534	2.531	611	607	614	18.975	19.132	19.994
Centro Oeste	295	294	294	45	63	66	1.707	1.741	1.686
Nordeste	316	304	287	50	49	50	2.173	2.113	2.053
Norte	97	95	78	38	37	32	643	633	589
Total no Brasil	3.913	3.864	3.829	863	876	881	27.313	27.409	28.264

1. 79,0% das nossas agências estão localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais no Sudeste do Brasil, Paraná no Sul do Brasil, e Goiás no Centro-Oeste do Brasil.

Nosso negócio GRI G4-4

Visão geral

Oferecemos um amplo leque de serviços bancários a uma base diversificada de clientes Pessoa Física e jurídica. Tais serviços são prestados de maneira integrada pelos seguintes segmentos operacionais:

- **Banco Comercial – Varejo:** contempla cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de seguro, previdência e capitalização, e uma variedade de produtos e serviços de crédito para pessoa física e para micro e pequenas empresas;
- **Banco de Atacado:** atividades de banco de grandes empresas e de investimentos, incluindo serviços bancários para médias empresas (representados por empresas com receita anual superior a R\$ 30 milhões);
- **Crédito ao Consumidor – Varejo:** produtos e serviços financeiros a não correntistas; e
- **Atividades com o Mercado e Corporação:** inclui os resultados provenientes excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao saldo líquido dos créditos e débitos tributários.

Os serviços oferecidos pelo segmento de **Banco Comercial – Varejo**, a uma base diversificada de pessoas físicas e empresas, incluem produtos de seguro, previdência e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, e produtos de crédito e são personalizados e desenvolvidos para atender às demandas dos nossos clientes. As nossas estratégias de *marketing* são adaptadas ao perfil de cada cliente e implementadas por meio dos canais de distribuição mais adequados. Nossa meta é aumentar o número de produtos usados por nossos clientes, diversificando assim as fontes de receita. O segmento de negócios é uma importante fonte de captação para nossas operações e gera significativas receitas financeiras e de prestação de serviços.

O segmento de banco comercial – varejo abrange as seguintes unidades especializadas:

- Banco de Varejo (pessoa física);
- Personnalité (serviços bancários para pessoas físicas com alta renda);
- Banco para o setor público;
- Banco para micro e pequenas empresas;
- Produtos de seguro, previdência e capitalização;
- Serviços de gestão de patrimônio (*private bank*, gestão de ativos e mercado de capitais); e
- Crédito imobiliário.

O **banco de atacado** é responsável por nossas atividades de banco de grandes empresas e de investimentos. Nosso modelo de administração do banco de atacado tem por base a formação de estreitos relacionamentos com os clientes, por meio do conhecimento profundo de suas necessidades e da oferta de soluções personalizadas. As atividades referentes às grandes empresas incluem a prestação de serviços bancários e de banco de investimento, que abrangem a oferta de recursos de financiamento a esse segmento por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Em outubro, anunciamos algumas mudanças na nossa estrutura administrativa, pela qual os serviços bancários para médias empresas tornaram-se parte do segmento operacional do banco de atacado.

Pelo segmento de **crédito ao consumidor – varejo**, desenvolvemos uma estratégia de expansão da oferta de produtos e serviços financeiros para além de nossos clientes correntistas. Desta forma, este segmento supervisiona o financiamento de veículos fora de nossa rede de agências, a oferta de cartões de crédito a pessoas físicas não correntistas e o empréstimo para consumidores de baixa renda.

O segmento de **Atividades com o Mercado e Corporação** gerencia o resultado financeiro associado ao nosso excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da gestão de gaps de juros de taxas de moedas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e doméstico, e da marcação ao mercado (*mark-to-market*) de ativos financeiros. Este segmento também inclui, quando aplicável, o efeito de itens não recorrentes que não estão refletidos na demonstração do resultado gerencial.

Além disso, contamos com um amplo leque de operações no exterior e construímos nossa presença internacional com base em unidades estrategicamente localizadas nas Américas, na Europa e na Ásia. Desta forma, são geradas sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, colocação de Eurobonds, e na oferta de transações financeiras mais sofisticadas e operações de *private banking*. Essas operações estão presentes nos segmentos de Banco Comercial – varejo e banco de atacado.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Resultados, e a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 34, Informações sobre Segmentos, para mais informações sobre nossos segmentos.

Banco Comercial – Varejo

Visão geral dos produtos e serviços a correntistas

Temos uma carteira de produtos ampla e diversificada para atender as necessidades de nossos clientes. Os principais produtos e serviços disponíveis aos nossos correntistas são:

- Crédito: empréstimo pessoal, cheque especial, crédito consignado, financiamento de veículos, cartões de crédito, crédito imobiliário e crédito rural, financiamento de capital de giro, desconto de duplicatas e financiamento à exportação;

- Investimentos: planos de previdência, fundos mútuos, depósitos a prazo, contas de depósito à vista, contas de poupança e planos de capitalização; e
- Serviços: seguros (vida, residência, cartões de crédito/débito, veículos, proteção a empréstimos, entre outros), câmbio, corretagem e outros.

Oferecemos uma ampla gama de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de pessoas físicas e jurídicas, tanto correntistas quanto não correntistas. Possuímos mais de 40 milhões de clientes e 32.891 postos de atendimento distribuídos pelo Brasil e exterior, por meio de 4.142 agências, 885 postos de atendimento bancário (PABs) e 27.900 caixas eletrônicos, em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente, proporcionamos aos nossos clientes, pela nossa plataforma “Itaú Unibanco 30 horas”, um meio de acesso para fazer consultas, pagamentos, investimentos e outras transações bancárias, sem a necessidade de recorrer ao gerente. Nossa carteira de produtos inclui empréstimos e diversas opções de investimentos, seguros, câmbio e corretagem, entre outros.

Nosso segmento de banco comercial está dividido de acordo com o perfil do cliente. Essa estratégia nos aproxima de nossos clientes, compreendendo suas necessidades e oferecendo os produtos mais adequados para atender suas exigências.

Proporcionamos serviços exclusivos aos nossos clientes de banco de varejo Itaú Uniclass (uma breve descrição segue na seção de Banco de varejo). Oferecemos atendimento especializado aos nossos clientes de alta renda por meio do Itaú Personnalité e, com mais de 20 anos de experiência em gestão de patrimônios, disponibilizamos aos nossos clientes o Itaú Private Bank, que oferece serviços de gestão de recursos de terceiros e é o maior *private bank* da América Latina. Para atender as necessidades corporativas de nossos clientes Pessoa Jurídica, o Itaú Empresas atende os segmentos de micro, pequenas e médias empresas, por meio de uma estrutura dedicada, com produtos e serviços específicos.

Em 2013, avançamos na agenda de crescente automatização de processos e serviços, gerando produtividade e ganhos de escala. A biometria é um exemplo ilustrativo de um serviço que resultou em conveniência crescente para nossos clientes, que podem operar um caixa eletrônico sem a necessidade de cartão físico, com maior segurança.

“Focamos no produto certo, para o cliente certo, no canal certo. Aplicamos o conceito de “foco no cliente”, para identificar qual o tipo de relação o cliente tem conosco, apontando suas necessidades – porque temos de fornecer as suas necessidades.”

Marco Bonomi, Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Banco de Varejo

Banco de varejo

Nosso principal negócio é o banco de varejo e é por meio das operações desse segmento que oferecemos uma estrutura de serviço exclusiva para clientes em todo o Brasil. Nossa estrutura de

atendimento busca oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Classificamos nossos clientes de varejo como pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 10.000,00.

Nossos serviços Itaú Uniclass estão disponíveis em todas as agências para clientes que ganham mais de R\$ 4.000 ou R\$ 5.000 por mês, dependendo da região, uma inovação no setor bancário brasileiro. Oferecemos serviços personalizados para nossos clientes Itaú Uniclass como consultoria de investimentos, caixas exclusivos, atendimento telefônico especial e limites de crédito mais altos, além de uma equipe com gerentes de relacionamento exclusivos.

Nossa rede de banco de varejo se concentra na construção de relacionamentos duradouros e transparentes com nossos clientes.

Personnalité

Em 1996, começamos a fornecer serviços personalizados a pessoas físicas de alta renda, com a criação do Itaú Personnalité, que atende, atualmente, pessoas físicas com rendimento acima de R\$ 10.000 por mês ou que tenham investimentos acima de R\$ 100.000.

O foco do Itaú Personnalité é fornecer (i) serviços de assessoria financeira por gerentes que entendem as necessidades específicas de nossos clientes de alta renda; (ii) uma ampla oferta de produtos e serviços exclusivos e (iii) benefícios especiais com base no tipo e tempo de relacionamento com o cliente, inclusive a concessão de descontos para diversos produtos e serviços. O Itaú Personnalité atende seus clientes por meio de uma rede dedicada, formada por 275 agências nas principais cidades brasileiras. Os clientes do Itaú Personnalité também têm acesso à rede de agências e caixas eletrônicos do Itaú Unibanco em todo o país, bem como aos serviços bancários por internet e telefone.

Em 2013, lançamos o novo canal digital para clientes Personnalité, com o novo website para este segmento, que oferece canais de contato adicionais, como videochats e serviços *online* ao cliente.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Banco de Varejo ¹	Em dezembro de 2013, ocupávamos a terceira posição no setor de banco de varejo em termos de participação de mercado.	O Itaú Unibanco Holding possui uma posição de liderança em muitos setores do mercado financeiro brasileiro. Atingimos participação de mercado de 13,5% em termos do total de empréstimos em aberto em reais em dezembro de 2013, o que nos posiciona como o terceiro maior banco nesse segmento no Brasil. Nossos principais concorrentes são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.

1. Inclui Itaú Personnalité.

Fonte: Banco Central e Itaú Unibanco Holding.

Micro e pequenas empresas

Para atender as necessidades de nossos clientes corporativos, oferecemos soluções personalizadas e aconselhamento detalhado sobre todos os produtos e serviços para:

- **Microempresas:** base de clientes composta por mais de 980 mil clientes com receita anual de até R\$ 0,5 milhão, atendidos por 1.647 agências bancárias com 2.405 gerentes em 31 de dezembro de 2013; e
- **Pequenas empresas:** base de clientes composta por 408.537 empresas com receita anual de R\$ 0,5 milhão até R\$ 6 milhões, atendidos por 379 escritórios de negócios com aproximadamente 2.651 gerentes em 31 de dezembro de 2013.

Todos os nossos gerentes são certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e, ao longo do ano, recebem treinamento para terem condições de oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Nossos clientes contam com nossa capacidade de oferecer produtos, prazos e taxas ajustados às suas necessidades.

Nossa estratégia é aproveitar as oportunidades do mercado, suprimindo as necessidades dessas empresas, particularmente em relação à gestão de fluxos de caixa, linhas de crédito, necessidades de investimentos e serviços.

Como em 2012, melhorar nossa carteira de crédito e reduzir o volume de empréstimos inadimplentes permaneceram como nossa metas em 2013: processos, políticas e ferramentas de crédito foram aprimoradas e intensificamos nosso setor de cobrança.

Com foco no atendimento às necessidades dos clientes, desenvolvemos o produto “conta certa” – um plano de conta com pacotes de serviços customizáveis – e ampliamos nossas ofertas em canais eletrônicos, possibilitando que o próprio cliente financie e adquira uma ampla gama de serviços sem a necessidade de deslocamento até nossas agências.

A melhoria e a simplificação de nossos processos operacionais e comerciais também fazem parte de nossa agenda. Trabalhamos para simplificar processos que consumiam muito tempo, como abrir uma conta, e organizamos nossas unidades operacionais e comerciais para trabalhar de forma padronizada, semelhante às franquias.

Setor público

Nosso segmento com atividades voltadas ao setor público opera em todas as áreas e inclui os níveis federal, estadual e municipal do governo (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

Para atender a esses clientes, utilizamos plataformas separadas daquelas das agências de Banco de Varejo, com equipes de gerentes especialmente treinados para oferecer soluções personalizadas para a arrecadação de impostos, serviços de câmbio, administração de ativos públicos, pagamentos a fornecedores, folha de pagamento de servidores civis e militares, e aposentadoria. Com base nessas plataformas, temos uma quantidade significativa de negócios com clientes do setor público, sobretudo nos estados brasileiros onde, antes, adquirimos instituições financeiras estatais.

Em dezembro de 2013, contávamos com 2.602 clientes do setor público e 15 escritórios no Brasil.

Gestão de patrimônio (Wealth Management & Services)

“Pioneiro no Brasil, desenvolvemos soluções para investidores, realizando negócios localmente e internacionalmente.”

Alfredo Setubal, Membro do Conselho da Administração e Vice-Presidente do Itaú Unibanco Holding – Wealth Management & Services

Private Bank

Com sede em São Paulo, o Itaú Private Bank é líder no segmento de gestão de patrimônio na América Latina, com R\$ 194,836 milhões em ativos administrados em 31 de dezembro 2013. Nossa equipe exclusiva com mais de 635 profissionais forneceu serviços financeiros abrangentes a mais de 11.500 famílias dos mais diferentes países na América Latina, em 31 de dezembro de 2013. Atendemos nossos clientes por meio de nossos sete escritórios no Brasil e de nossos escritórios localizados no Chile, Uruguai, Paraguai, Miami, Nova York, Suíça, Luxemburgo, Ilhas Cayman e Bahamas.

Nossos clientes possuem acesso a uma carteira completa de produtos e serviços, desde a gestão de investimentos até o planejamento patrimonial, bem como soluções bancárias e de crédito. Além de nossos produtos e serviços customizados internamente, oferecemos aos nossos clientes o acesso a uma arquitetura aberta de alternativas fornecidas por outros prestadores de serviços. Nossa equipe com mais de 120 *private bankers*, em 31 de dezembro de 2013, apoiados por uma equipe de consultores de investimento e especialistas em produtos, dedica-se a compreender e atender as necessidades de nossos clientes.

Nossa estratégia de mercado é consolidar nossa posição de liderança no mercado interno brasileiro e aumentar de forma agressiva a nossa participação em outros importantes mercados em países como Chile, Peru, Colômbia, México e Argentina.

Em linha com nossa missão de sermos a empresa líder em satisfação do cliente e *performance* sustentável, decidimos concentrar nossas prioridades estratégicas nas seguintes iniciativas:

- Concluir a revisão de nossa segmentação no Brasil, com o objetivo principal de proporcionar mais apoio aos nossos clientes em um novo cenário macroeconômico;
- Continuar a investir em nossas plataformas internacionais em Miami e na Suíça;

- Consolidar nossa plataforma europeia na Suíça e internalizar nossa plataforma de operações e de TI na Suíça; e
- Aumentar a eficiência operacional de nossa plataforma por intermédio de investimentos contínuos em nossas plataformas de internet e TI.

Como a satisfação do cliente é de alta prioridade para nós, também nos concentramos em iniciativas que fortaleçam o nosso relacionamento com os nossos clientes. Em 2013, conduzimos uma pesquisa abrangente de satisfação do cliente pelo 11º ano consecutivo, e hospedamos nosso “*Client Advisory Board*” pelo terceiro ano consecutivo. Promovemos cerca de 200 eventos em 2013, inclusive *workshops* de investimentos, almoços com executivos e especialistas, e convites para eventos culturais e esportivos.

Gestão de recursos de terceiros

A Itaú Asset Management é especializada na gestão de recursos de terceiros em fundos de investimento, como fundos de renda fixa, multimercado, ações e fundos indexados, bem como ativos mantidos em contas administradas e fundos mútuos, no Brasil e no exterior. Nosso segmento de gestão de recursos de terceiros oferece produtos para todos os segmentos de banco de varejo e de atacado, estruturação e a gestão de fundos de investimento de acordo com perfis específicos para cada segmento de negócio.

Seguimos diferentes estratégias de investimento para os diversos fundos que administramos, a fim de assegurar a *performance* e a adequação do perfil de cada cliente. Para manter essa abordagem, contamos com uma equipe exclusiva que conduz análises abrangentes de gestão de riscos e que apoiam nossos gerentes de carteira. Além disso, desenvolvemos uma metodologia própria, com integração dos fatores de governança ambiental, social e corporativa em nossas avaliações de empresa. Isso nos auxilia a precificar com mais exatidão os riscos e oportunidades que podem afetar seu valor de mercado.

Fomos escolhidos como Melhor Gestor de Fundos de 2013 pela revista Exame. A análise foi conduzida pela Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Finanças, que avaliou mais de 1.000 fundos abertos. Nosso reconhecimento pelo mercado, por meio desse prêmio, especialmente no atual ambiente exigente de mercado, reflete o nosso foco na gestão de qualidade e o nosso comprometimento com a performance coerente alinhada aos perfis de risco de nossos clientes.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Gestão de Recursos de Terceiros	2º lugar: 14,6% de participação de mercado em termos de ativos sob administração.	De acordo com a ANBIMA, o setor de gestão de recursos de terceiros no Brasil possuía um total de ativos de R\$ 2.464 bilhões em dezembro de 2013, com a concorrência concentrada em grandes Bancos de Varejo bem estabelecidos. Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ANBIMA (dezembro de 2013).

Soluções para mercado de capitais

A área de Soluções para Mercado de Capitais possui quatro principais unidades de negócios: custódia local, custódia internacional, administração fiduciária e soluções para corporações. Para sermos eficientes, estes negócios tem a tecnologia como um alicerce.

Nossos principais clientes são fundos de pensão, companhias de seguro, gestores de ativos, investidores institucionais internacionais e emissores de ações e dívidas, representando cerca de 2.092 clientes em 21 países, em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, alcançamos R\$ 900.101 milhões de ativos sob custódia.

As unidades de negócios da área de Soluções para Mercado de Capitais oferecem os seguintes serviços:

- **Custódia Local e Administração Fiduciária:** fornece soluções como custódia de ativos, contabilização de fundos, administração, supervisão e contratação de serviços para fundos de investimentos locais e outras carteiras;
- **Custódia Internacional:** fornece serviços de custódia e representação legal para investidores não residentes no Brasil, custódia de programas de ADR, serviço de depósito para BDR e cálculos de valor de ativos líquidos para fundos *offshore*;
- **Soluções para Corporações:** atua como agente de transferência e presta serviços de escrituração para empresas brasileiras que emitem ações, debêntures e cédulas de crédito bancário. Também atuamos como agente de garantias de empresas em transações de *project finance*, contas garantidas e contratos de empréstimos e financiamentos.

Nosso foco é sermos um prestador de serviços completos para clientes institucionais, oferecendo soluções integradas e um canal exclusivo com profissionais especializados.

Como resultado, a área de Soluções para Mercado de Capitais recebeu importantes prêmios com o voto de clientes dessa indústria: Melhor Custodiante no Brasil para clientes locais (5º ano consecutivo), clientes internacionais (4º ano consecutivo); o reconhecimento como o Melhor Custodiante da região das Américas e Caribe (2º ano consecutivo), de acordo com a Revista *Global Custodian*. Ainda em 2013, fomos reconhecidos pela Revista *Global Finance* como o Melhor Custodiante no Brasil para clientes internacionais. Em 2013, nosso modelo de gestão de governança e negócios foi reconhecido com a mais alta distinção com o “Troféu Governador do Estado” pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência na área:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Custódia Local e Administração Fiduciária	2º (ANBIMA)	Em 31 de dezembro de 2013, o Itaú contou com R\$ 732.369 milhões de ativos sob custódia, o que representa um aumento de 0,98% em comparação a 31 de dezembro de 2012. Nossos principais concorrentes são o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.
Custódia Internacional	2º (ANBIMA)	Em 31 de dezembro de 2013, o Itaú contou com R\$ 167.732 milhões de ativos sob custódia, o que representa uma redução de 21,78 % em comparação a 31 de dezembro de 2012. Nossos principais concorrentes são: Banco Citibank S.A., JP Morgan's Securities Services e Banco Bradesco S.A.
Soluções para Corporações	Ações: 1º (BM&F Bovespa) Debêntures: 2º (ANBIMA)	Em 31 de dezembro de 2013 atuamos como agente de transferência e de registro para 231 empresas listadas na BM&FBovespa, o que representa 63,64% das empresas listadas nessa bolsa de valores. Além disso, em 31 de dezembro de 2013, atuamos como agente de transferência em 387 ofertas de debêntures no mercado brasileiro, o que representa 46,97% do mercado de debêntures no Brasil. Nossos principais concorrentes no mercado de ações são: Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. Nosso principal concorrente no segmento de debêntures é o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding, ANBIMA e BM&FBovespa (dezembro de 2013).

Responsabilidade social corporativa

Lançado em 2004, o Fundo Itaú Excelência Social (FIES) é um fundo de investimento socialmente responsável. Esse fundo investe em ações de empresas com reconhecidas práticas de responsabilidade social corporativa, com o objetivo de obter retornos de longo prazo superiores àqueles oferecidos pelos principais índices do mercado financeiro brasileiro. Além de analisar os riscos e retornos das empresas, os gestores do fundo também levam em consideração três critérios fundamentais em relação às companhias: atividades sociais corporativas, aspectos de proteção ambiental e boas práticas de governança corporativa. A cada ano, o gestor do fundo FIES doa 50% da sua taxa de administração acumulada para projetos sociais nas seguintes categorias: educação ambiental, ensino técnico e educação infantil. **GRI FS7 e FS11**

Financiamento e crédito imobiliário

Os compromissos de nossa área de crédito imobiliário são:

- Estar alinhado à nossa estratégia de investir em empresas com riscos mais baixos;
- Contribuir para o desenvolvimento social e financeiro de nossos clientes;
- Criar lealdade – os relacionamentos estabelecidos nesse setor são geralmente de longo prazo.

Acreditamos sermos os líderes no segmento de financiamento imobiliário para pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros no período de 2008 a 2013, alcançando aproximadamente 40% da participação de mercado em termos de valor financiado em 31 de dezembro de 2013, o que reflete nosso foco neste negócio alinhado à estratégia do banco em migrar para carteiras de menores riscos. Além disso, somos um dos maiores bancos no mercado comercial de financiamento imobiliário com participação de aproximadamente 22% em termos de valor financiado em 31 de dezembro de 2013.

Oferecemos produtos por meio de nossa rede de agências, incorporadoras, imobiliárias, incluindo nossa parceria com a Coelho da Fonseca Empreendimentos Imobiliários Ltda. e da nossa *joint venture* com a LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A.(Lopes), chamada de Credipronto. Esses dois acordos de longo prazo fornecem para nós, com exclusividade, a origem de financiamento imobiliário em diversas regiões do Brasil.

Desde 2007, transações de financiamento de crédito imobiliário no mercado brasileiro têm sido realizadas principalmente através das primeiras hipotecas e um sistema de alienação fiduciária, pela qual o comprador torna-se o proprietário do bem após todos os pagamentos terem sido realizados, tornando mais fácil para o banco (financiador) recuperar o bem no caso de inadimplência do tomador do financiamento. Em outras palavras, este sistema resultou em menores riscos jurídico e de crédito em comparação com outros tipos de garantias.

Outra característica positiva do mercado brasileiro é o Sistema de Amortização Constante (SAC), segundo o qual parcelas decrescentes fornecem uma amortização mais rápida do contrato, reduzindo nosso indicador LTV (a relação da prestação em relação à renda e a relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel) a uma taxa mais rápida comparada com outros sistemas de amortização.

Em 31 de dezembro de 2013, a maioria de nossos empréstimos em aberto a pessoas físicas foi concedida na forma de hipoteca e 98% foi garantida por alienação fiduciária. Em 2013, o total de nossa originção de crédito foi baseado no Sistema de Amortização Constante (SAC) e o nosso índice LTV atingiu 40% em comparação a 41% em 2012.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Financiamento e Crédito Imobiliário	Acreditamos estar em 1º lugar em termos de empréstimos a pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros – 40,6% em participação de mercado; 2º lugar em termos de empréstimos a pessoas físicas, considerando todos os bancos brasileiros – 13,5%.	Acreditamos que o principal participantes no mercado brasileiro de financiamento imobiliário é a Caixa Econômica Federal (CEF), um banco estatal. A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis e, com uma estratégia agressiva de preços, tem a liderança nesse mercado. Outros concorrentes incluem o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding.

Empréstimos consignados

O empréstimo consignado consiste em um empréstimo com parcelas fixas descontadas diretamente da folha de pagamento do devedor para a conta do banco sem ser registrada na conta do devedor.

Nossa estratégia para esse segmento é expandir nossas atividades em negócios com taxas de *spread* e de perdas historicamente mais baixas, alcançando uma posição de liderança no segmento de oferta, distribuição e venda de empréstimos consignados no Brasil.

Para expandir esse negócio e complementar nossa estratégia, em 9 de julho de 2012 celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A. para oferecer, distribuir e comercializar empréstimos consignados originados por essa instituição financeira. O Itaú BMG Consignado, a entidade resultante dessa associação, iniciou suas operações em dezembro de 2012 e está presente em todo o território brasileiro. O propósito dessa associação é a diversificação de nossa carteira de empréstimos, complementando nossa estratégia de empréstimos consignados e melhorando o perfil de risco de nossa carteira de empréstimos para pessoas físicas. O Itaú BMG Consignado também possibilita a expansão de nosso negócio no setor de empréstimos consignados, em linha com nossos valores e princípios de transparência, seguindo as melhores práticas e políticas de gestão.

Nossa estratégia de buscar um maior crescimento no setor de beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), combinada com determinadas políticas de crédito que adotamos, possibilita a evolução de nossa carteira por meio da redução dos níveis de inadimplência.

Seguros, previdência e capitalização

A evolução desse negócio resultou em maior participação dos empréstimos compulsórios na carteira de empréstimos para pessoas físicas, de 9,0% em 31 de dezembro de 2012 para 13,5% em 31 de dezembro de 2013.

Com base em dados do Banco Central e informações financeiras disponíveis ao público, nossos principais concorrentes nesse negócio são Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Caixa Econômica Federal.

Em 2013, nosso segmento de seguros, previdência e capitalização apresentou crescimento de 15,5% em termos de lucro líquido recorrente em relação a 2012, resultado de nossa simplificação de processos, redução de custos operacionais, aumento da eficiência, e uma carteira de produtos alinhada com as necessidades dos clientes.

Seguro

Para esse segmento oferecemos uma ampla gama de produtos de seguro de vida e de acidentes, automóveis e de propriedade, garantia estendida, seguro de viagem e soluções corporativas para pessoas jurídicas. Com foco na simplificação da carteira e na distribuição de nossos produtos, nossas apólices são vendidas, em nossas agências, em associação com varejistas e grandes companhias de seguros, *via* telemarketing, internet, caixas eletrônicos, terminais de autosserviço e aplicativos móveis, entre outros canais.

Operamos em segmentos selecionados de seguros voltados para a busca da lucratividade e explorando a ampliação dos canais para a oferta de produtos de seguros, previdência e capitalização. A lucratividade de nossa operação e o potencial de geração de renda sem implicação de risco de crédito torna o negócio de seguros estratégico para nós, pois aumenta a diversificação de receitas e torna nossa carteira de produtos oferecidos aos nossos clientes mais completa.

Ampliamos os nossos canais de distribuição aos nossos clientes correntistas para além do tradicional gerente de relacionamentos da agência, para canais digitais, terminais bancários e caixa eletrônico, maximizando o retorno do fluxo de clientes nas agências. O seguro para empréstimos pessoais vendidos na internet em 2013 registrou crescimento de 37% em apólices vendidas em comparação com o ano anterior. O seguro de viagem também ultrapassou as expectativas na expansão de canais de oferta, sendo atualmente disponibilizado em nosso canal móvel, além de outros canais tradicionais.

Em 2013, começamos a desenvolver um novo canal na internet para oferecer nossos produtos a clientes não correntistas e que não possuam cartão de crédito.

Nossa estratégia para aumentar o grau de penetração no mercado de seguros brasileiro varia de acordo com os mercados que competimos. Em janeiro de 2014 anunciamos a intenção de vender nossa operação de seguros relacionados a grandes sinistros corporativos, que lida com apólices de seguros de grande porte para perdas corporativas, por meio de um processo de licitação. Para os mercados de pessoas físicas e pequenas e médias empresas, o foco é a base de clientes do banco e de cartão de crédito. Também trabalhamos para aprimorar a penetração no mercado de seguros de ramos elementares para pequenas e médias empresas.

Seguindo nossas metas de crescimento em determinados mercados e melhorar o atendimento ao cliente, celebramos uma parceria com o Grupo Porto Seguro, líder do setor de seguro residencial e de automóveis no Brasil, detendo atualmente 30% do capital da Porto Seguro S.A.. A parceria inclui um acordo operacional com o Grupo Porto Seguro para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis para os clientes da nossa rede no Brasil e no Uruguai.

Em 25 de junho de 2013, por meio do Banco Itaú BMG Consignado, sociedade indiretamente controlada por nós, celebramos um contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG, por meio do qual nos comprometemos a adquirir 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora. Todas as aprovações normativas foram obtidas. A BMG Seguradora celebrará acordos de exclusividade com o Banco BMG e com o Banco Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por essas instituições financeiras.

Em maio de 2013, como parte da abertura do mercado brasileiro de resseguros para companhias privadas desse segmento e do processo de privatização do IRB – Brasil Resseguros S.A., ou IRB, nossas subsidiárias Itaú Seguros S.A. e Itaú Vida e Previdência S.A. celebraram acordo de acionistas com o governo brasileiro, instituições financeiras brasileiras e um fundo de ações privado, estabelecendo direitos de voto e uma nova estrutura de governança corporativa para o IRB, que inclui empresas do setor privado em seu grupo de controle. O acordo de acionistas, válido por 20 anos, entrou em vigor em 1º de outubro de 2013 e estabelece a propriedade de 15% das ações da IRB por nossas subsidiárias. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Seguro	Considerando nossa participação de 30% na Porto Seguro, possuímos 13,8% de participação no mercado brasileiro, em termos de prêmios de seguro, excluindo VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), de janeiro a novembro de 2013.	O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes nesse setor, excluindo fornecedores de seguro saúde, estão associados a grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S. A. Embora exista uma grande concentração em bancos brasileiros, esse mercado ainda se encontra diversificado, especialmente com participantes de nichos específicos. Em 31 de dezembro de 2013, o setor apresentava aproximadamente 123 companhias de seguros de vários portes, inclusive 32 conglomerados e 60 companhias independentes. Acreditamos que nossa aliança com a Porto Seguro resultou em ganhos de escala e eficiência.

Fonte: SUSEP.

Planos de previdência privada

Oferecemos planos de previdência privada para nossos clientes como opção para planejamento financeiro e sucessório e para fins de imposto de renda (esses produtos têm imposto diferido). Proporcionamos aos nossos clientes uma solução para assegurar a manutenção de sua qualidade de vida, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de um investimento de longo prazo. Os produtos de previdência privada dividem-se em dois grandes grupos:

- **PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres):** o principal objetivo deste plano é a formação de poupança, mas pode ser contratado com uma cobertura adicional de risco. Este plano é, geralmente, indicado para clientes que apresentam declaração completa de Imposto de Renda (ao invés da versão simplificada), pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual;

- **VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres):** trata-se de um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL. No caso do VGBL, a base de cálculo são os rendimentos auferidos do cliente.

Para planos corporativos de previdência, oferecemos um serviço de consultoria especializada e desenvolvemos soluções personalizadas para cada organização, por meio dos quais estabelecemos parcerias de longo prazo com nossos clientes desse segmento, mantendo estreitas relações com suas unidades de Recursos Humanos e adotando uma estratégia de comunicação voltada para a educação financeira de seus colaboradores.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Previdência	Em novembro de 2013, nosso saldo de provisões representava 24,4% da participação de mercado em planos de pensão.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de previdência privada são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S. A, que, como nós, utilizam sua rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo.

Fonte: SUSEP (Saldo de provisões – Planos de Previdência para Pessoas Físicas e Jurídicas).

Capitalização

Os produtos de capitalização são produtos de depósito fixo pelo qual o cliente deposita uma quantia fixa, uma única vez, ou realiza depósitos mensais de uma quantia fixa, que será devolvida ao término de um prazo previamente acordado, acrescida dos juros auferidos. Ao adquirir esse produto, o cliente participa automaticamente de sorteios periódicos, concorrendo a significativos prêmios em dinheiro. Durante o prazo desse contrato, o cliente pode retirar o saldo depositado, com subtração das taxas referentes à cada retirada.

Para atender as necessidades de nossos clientes, lançamos um novo título de capitalização (PIC), pelo qual o cliente pode fazer diferentes pagamentos mensais médios, de acordo com seu perfil. Esse produto nos possibilita personalizar nossa abordagem de acordo com cada segmento de cliente e fortalecer nosso relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Nossos produtos de capitalização são distribuídos por meio de nossa rede de agências, canais eletrônicos e caixas eletrônicos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência na área:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Capitalização	No período de janeiro a novembro de 2013, contamos com 11,5% de participação de mercado em termos de receita de vendas dos produtos de capitalização.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de capitalização são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S. A, que, como nós, utilizam sua rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo. Nossa lucratividade (calculada por lucro líquido em relação à receita de vendas) é a maior entre nossos principais concorrentes.

Fonte: SUSEP.

Banco de Atacado

O Banco de Atacado é o segmento responsável pelas operações bancárias do segmento de médias e grandes empresas e do banco de investimento, realizadas por meio do Itaú BBA. Esse segmento oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. Seu modelo de gestão é voltado para o desenvolvimento de um relacionamento estreito com cada cliente, obtendo conhecimento profundo de suas necessidades e fornecendo soluções personalizadas.

Nossas atividades nesse segmento variam entre transações típicas de um banco comercial, transações em mercado de capitais e consultoria em fusões e aquisições. Essas atividades são completamente integradas, o que permite ao Itaú BBA atingir um desempenho adequado às necessidades de nossos clientes.

Uma das características mais importantes do Itaú BBA é a série de iniciativas aplicadas, propostas e contínuas que visam à melhoria da eficiência de nossas operações. Essas ações devem continuar a crescer nos próximos anos e são projetadas para aumentar receitas, aprimorar processos e reduzir custos.

Nosso foco é voltado para práticas de avaliação e mitigação de riscos ambientais que visam assegurar a sustentabilidade dos fluxos de caixa de nossos clientes e gerenciar nosso risco de crédito. Essas práticas também são disseminadas para outros participantes do mercado por meio de programas e parcerias com clientes e organizações internacionais como o "Programa de Assistência para a América Latina", fórum para divulgação e análise do risco ambiental na América Latina, liderado pelo Itaú BBA com apoio da *International Finance Corporation*, do Banco de Desenvolvimento Interamericano e da Organização das Nações Unidas. **GRI Forma de gestão FS5**

Em 2013, o atendimento a clientes médias empresas, que abrangem empresas com receita anual de R\$ 30 milhões a R\$ 300 milhões, migrou para o Itaú BBA. O objetivo dessa estrutura é oferecer serviços mais especializados, com mais agilidade e variedade de produtos, a fim de promover um relacionamento mais estreito com nossos clientes e aumentar nossa penetração no segmento corporativo de médias empresas.

“Nosso objetivo é ser referência no Banco de Atacado na América Latina. Focamos no relacionamento com clientes e investidores, sendo seus parceiros de negócios e buscando suas necessidades, através de uma equipe sólida e talentosa.”

Cândido Bracher – Membro do Conselho da Administração e Vice-Presidente do Itaú Unibanco Holding – Banco de Atacado

Banco de investimento

Nosso segmento de banco de investimento auxilia empresas a levantar fundos por meio de instrumentos de renda fixa e ações em mercados de capital públicos e privados. Proporcionamos consultoria a empresas, fundos de ações e investidores na estruturação de produtos de renda variável e em fusões e aquisições. Desde a fase de pesquisa até a execução, acreditamos oferecer uma ampla carteira de serviços de banco de investimento em relação às empresas brasileiras e latino-americanas.

No segmento de banco de investimento, o departamento de renda fixa atua como bookrunner ou gestor na emissão de debêntures, notas promissórias e operações de securitização.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Banco de Investimento	Em 2013, o Itaú BBA ficou em 1º lugar em termos de mercado de capitais – ações (1) e de mercado de capitais – dívidas (2) e em 2º lugar em fusões e aquisições (3).	No segmento de banco de investimentos, os principais concorrentes do Itaú BBA incluem o Banco Santander, Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco JP Morgan S.A., Bradesco BBI e o Banco BTG Pactual S.A.

Fonte: (1) *ranking* ANBIMA por quantidade de negociações, (2) *ranking* ANBIMA por distribuição, (3) *ranking* Thomson por quantidade de negociações.

Corretagem (Itaú Corretora)

A Itaú Corretora presta serviços de corretagem na BM&FBOVESPA desde 1965. Esses serviços são ainda oferecidos para clientes internacionais por meio de nossas operações em Nova York, Hong Kong e Dubai. A Itaú Corretora foi classificada em sexto lugar, entre todas as corretoras na BM&FBOVESPA, em termos de volume negociado de ações, e em segundo lugar em número de contratos de *commodities* e derivativos no período entre janeiro e dezembro de 2013.

Além disso, nossa equipe de pesquisa ficou em primeiro lugar para a América Latina no *ranking* de pesquisa da *Institutional Investor*, conduzida entre investidores institucionais.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Corretagem (Itaú Corretora) – <i>Cash Equities</i>	Classificada em sexto lugar no segmento de <i>Cash Equities</i> por volume de negociação.	Principais concorrentes: Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., UBS Brasil Corretora, Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., XP Investimentos, e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Corretagem (Itaú Corretora) – Futuros e Derivativos	Classificada em segundo lugar no segmento de Futuros e Derivativos por número de contratos negociados.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ICAP do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e Tullett Prebon Brasil S.A. Corretora de Valores e Câmbio.
Pesquisa	Nomeado <i>Top Research House</i> para a América Latina.	Classificada como a melhor equipe de pesquisa na América Latina, na pesquisa da <i>Institutional Investor</i> , à frente de empresas globais como a BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., Bank of America Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, e JP Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Fonte: *Research rankings*: Revista *Institutional Investor*;
Trading rankings: CBLCnet.

Grandes empresas

Oferecemos produtos e serviços para empresas com receita acima de R\$ 300 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, possuíamos mais de 3.000 clientes nesse segmento.

A estratégia operacional do banco de atacado do Itaú BBA é oferecer serviços eficazes e diferenciados que atendam às exigências de nossos clientes. Criamos e disponibilizamos produtos e serviços para cada necessidade de negócio, segmentados com base no perfil do cliente.

Financiamento de operações comerciais

Nossos negócios referentes ao financiamento de operações comerciais consistem na gestão de produtos financeiros para exportação e importação, empréstimos internacionais, garantias, remessa de fundos e câmbio. Nosso financiamento à exportação para grandes empresas geralmente não é garantido, mas algumas transações exigem garantias mais complexas, em especial aquelas originalmente estruturadas para serem sindicalizadas.

Médias empresas

Em 2013, nosso segmento de médias empresas apresentou acréscimo em sua carteira de clientes com baixa probabilidade de inadimplência.

Crédito ao consumidor – Varejo

Em outubro de 2013, o negócio de médias empresas do Itaú Unibanco (inclui empresas com receita anual acima de R\$ 30 milhões até R\$ 300 milhões), composto dos segmentos “upper middle” e “middle”, tornou-se parte da estrutura de gestão do Itaú BBA.

Estamos trabalhando para criar e implementar um novo modelo para sermos referência no mercado em todas as dimensões, tais como crédito, produto, pessoas, dentre outros, a fim estabelecer crescimento diferenciado e sustentável para o nosso Banco de Atacado.

Oferecemos um leque completo de produtos e serviços financeiros para empresas de porte médio: conta corrente, opções de investimento, seguros, planos de previdência privada e produtos de crédito. Os produtos de crédito incluem empréstimos de capital para investimento, empréstimos de capital de giro, financiamento de estoques, financiamento de operações comerciais, serviços de câmbio, leasing de equipamentos, cartas de crédito e garantias. Também realizamos operações financeiras em nome dessas empresas como operações interbancárias, operações no mercado aberto e operações de futuros, *swaps*, *hedging* e arbitragem; disponibilizamos, ainda, para esses clientes uma ampla variedade de serviços de gestão de caixa, inclusive serviços de cobrança, pagamento eletrônico e *internet office banking*.

Nosso segmento de negócios de crédito ao consumidor é composto por produtos e serviços financeiros oferecidos para clientes correntistas e não correntistas. Esta unidade supervisiona o financiamento de veículos, cartões de crédito e outros produtos complementares, como os planos de seguros, fora de nossa rede de agências, principalmente por meio de parcerias com grandes varejistas, operadoras, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil.

“Em 2013, definimos nossa estrutura organizacional para este segmento, consolidando nosso modelo de negócio e simplificando sua gestão. Promovemos a unificação de nossas operações, padronizando processos para atender diversos de nossos negócios.”

Márcio Schettini – Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Crédito ao Consumo, Imobiliário, Veículos e Seguros

Cartões de crédito e acordos comerciais

Por meio de operações próprias e parcerias com grandes varejistas, operadoras de telefonia, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil, oferecemos uma ampla gama de cartões de crédito e de débito para mais de 58,2 milhões de correntistas e não correntistas (em número de contas em 31 de dezembro de 2013).

Nossas principais metas no segmento de cartões de crédito são: promover o crescimento de nossa carteira, melhorar sua rentabilidade, gerenciar a qualidade de nossos ativos e buscar a satisfação total de nossos clientes. Para tanto, a nossa divisão de cartões de crédito dedica-se ao desenvolvimento de novos produtos, à avaliação de nossas parcerias, ao controle da qualidade de crédito de nossa carteira e a uma gestão de custos mais eficaz.

Em maio de 2013, anunciamos a aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda., por aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, operação que incluiu a bandeira “Credicard”. A Credicard distribui produtos e serviços financeiros, especialmente cartões de crédito e empréstimos pessoais, e apresentava, em 31 de dezembro de 2012, uma carteira com 4,8 milhões de contas de cartão de crédito. Todas as aprovações normativas referentes a essa operação foram obtidas.

Ainda em maio de 2013, alteramos nosso programa de recompensas com cartões de crédito, denominado “Sempre Presente”, e criamos uma nova plataforma para resgate de milhas de companhias aéreas, a “Ponto Viagem”, website www.pontoviagem.net, e de prêmios em sites de parceiros do varejo.

Em outubro de 2013, lançamos a “Hiper”, a nova bandeira de nosso cartão de crédito, disponibilizada a todos os consumidores brasileiros e aceita em mais de um milhão de estabelecimentos adquiridos pela Rede em todo o Brasil. O produto com a bandeira “Hiper” será inicialmente emitido pelo Banco Itaucard S.A., ou Itaucard, para os nossos clientes correntistas e não correntistas no Brasil, e inicialmente disponível como funções de crédito. A bandeira “Hiper” não substituirá a “Hipercard”, mas será uma alternativa para os nossos clientes, com benefícios diferentes daqueles oferecidos pela “Hipercard”:

- Conversão de 120% do valor da anuidade em bônus para celulares (disponível atualmente para três das quatro maiores operadoras brasileiras de telefonia);
- Cartões com o conceito Itaucard 2.0 (consistente com o modelo padrão internacional de juros, segundo o qual taxas mais baixas de juros para crédito rotativo começam a contar a partir da data da compra, ao invés de a partir da data de vencimento da fatura, e com limite mensal máximo de 5,99%).

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Cartões de Crédito	Acreditamos estar na liderança em termos de volume de compras e número de cartões no Brasil em 2013.	O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, registrando crescimento anual composto superior a 18,0% nos últimos três exercícios, em 31 de dezembro de 2013, segundo as projeções da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. Nossos principais concorrentes nessa área são: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Fonte: Itaú Unibanco, com base em dados da CardMonitor.

No ano de 2012, anunciamos nossa intenção de adquirir as ações em aberto da REDE, então Redecard, por meio de Oferta Pública de Ações, com o objetivo de cancelar o registro da Redecard como empresa aberta na CVM. A oferta pública de ações tinha como meta a aquisição de ações ordinárias da Redecard correspondentes a aproximadamente 50% de seu capital social. Em 12 de abril de 2012, confirmamos que o preço a ser pago à vista seria de R\$ 35,00 por ação ("Preço da Oferta Pública de Ações"). A Oferta Pública de Ações foi concluída com sucesso em 24 de setembro de 2012, e como resultado do leilão, adquirimos, por meio de controlada, 298.989.137 ações ordinárias da Redecard, representativas de 44,4% de seu capital social, passando a deter 94,4% do capital acionário da Redecard. Em 18 de outubro de 2012, o registro da Redecard como companhia aberta foi cancelado. Em 31 de dezembro de 2012, detínhamos, por meio de nossas controladas, 100% das ações da Redecard, como resultado de aquisições subsequentes. As ações foram adquiridas ao Preço da Oferta Pública de Ações, pelo valor total de R\$ 11.752 milhões.

Em outubro de 2013, nossa área de aquisição lançou um novo conceito de marca e alterou seu nome, de Redecard para REDE, para estar alinhada à nossa estratégia de negócio, a qual possui um escopo mais amplo para pagamentos digitais. O nome REDE sintetiza os principais atributos da companhia, remetendo à tecnologia, agilidade e modernidade, além de criar uma personalidade jovem e conectada. Embora a empresa continue focada a empresas de grande porte e lojistas, sua estratégia também estará no cliente final, especialmente na oferta de um atendimento tecnológico disponível por meio de meios digitais e *mobile*.

A REDE está entre as duas maiores empresas adquirentes multimarcas de transações com cartões de crédito, débito e de benefícios no Brasil. As atividades da REDE incluem aquisição, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito; antecipação de recebíveis para estabelecimentos comerciais (resultantes de vendas feitas com cartões de créditos); aluguel de terminais para pontos de venda, ou PDV; consulta de cheques por meio desses terminais; e captura e transmissão de transações realizadas com *vouchers* e programas de fidelização. Nossa meta é ser o principal parceiro de vendedores de bens e serviços que buscam ampliar o potencial de seus negócios. Para esses parceiros, a REDE oferece uma série de produtos que acompanham as últimas tendências do mercado, entre os quais destacamos o e-REDE, plataforma única com soluções eficientes, ágeis e completas para pagamentos *online* utilizando um robusto sistema de segurança antifraude, e o "Mobile REDE", que captura transações por meio de dispositivo acoplado ao *smartphone* ou *tablet*. Permite a leitura do cartão e a inserção de dados da compra para assinatura do cliente.

Em 2013, continuamos a focar nossos investimentos em TI, infraestrutura e modernização dos PDV, e por meio do e-REDE intensificamos e melhoramos a qualidade de nossa plataforma para pagamentos eletrônicos, oferecendo não somente serviços de compra, mas também um portal antifraudes. Por meio do *mobile* REDE, reforçamos nosso posicionamento em trazer novas soluções para pagamento para profissionais liberais e microempreendedores.

Em maio de 2010, a Hipercard, também subsidiária do Itaú Unibanco, celebrou um acordo com a REDE, segundo o qual, a partir do segundo trimestre de 2010, a REDE passou a capturar as transações da Hipercard e esta a ter acesso à infraestrutura e à rede da REDE em nível nacional, melhorando a eficiência e a velocidade do credenciamento de estabelecimentos da Hipercard.

Em 2013, a REDE e a Hipercard capturaram R\$ 323 bilhões em transações realizadas com cartões de crédito e débito, um aumento de 16,2% em comparação a 2012. O volume de transações capturadas e processadas atingiu 3,7 bilhões, um aumento de 11,2% em relação a 2012. Em dezembro de 2013, possuíamos 1.56 milhão de terminais eletrônicos instalados em todo o Brasil, que representou um aumento de 8,9% em relação a 2012. Sem considerarmos os PDV instalados da Hipercard, que migraram para a REDE em 2013, tivemos um aumento de 23,6% no número de terminais de PDV em relação a 2012. O número de clientes credenciados da REDE cresceu 18,7% em 2013. Em 31 de dezembro de 2013, a REDE estava presente em quase todos os municípios brasileiros que possuem energia elétrica e rede de telecomunicações. De forma geral, consideramos cada PDV como um cliente.

O quadro a seguir apresenta o volume financeiro de transações – em bilhões de reais – e o montante de transações com cartões de crédito e de débito processados por nós, em 2013, 2012 e 2011:

	Volume Financeiro			Transações		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
	(em bilhões de R\$)			(em bilhões)		
Cartões de Crédito	209	183	173	1,8	1,7	1,6
Cartões de Débito	114	94	79	1,8	1,6	1,4
Total	323	278	252	3,7	3,3	3,0

Financiamento de veículos

Em 2013, concedemos R\$ 18,9 bilhões em financiamento de veículos leves e pesados, uma redução de 14,2% em comparação ao mesmo período de 2012.

Cada proposta de financiamento de veículo é analisada com base em sistemas de avaliação de crédito do cliente e da concessionária. As propostas com pontuações altas são sujeitas à validação eletrônica, procedimento acordado em nossa política de crédito, e por serviços de proteção ao crédito. Em 2013, continuamos a focar no aumento da eficiência de nosso processo de análise de propostas para

concessão de crédito. Em dezembro de 2013, 92,0% de todas as nossas propostas de crédito foram analisadas e decididas em aproximadamente de cinco minutos, uma melhoria quando comparada aos 16 minutos gastos em junho de 2013. Esta eficiência foi obtida devido a melhoria dos nossos processos. Consulte a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Ativos, Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil, Processo de Aprovação de Crédito, para mais informações.

Desde 2012 temos reduzido nossa exposição ao risco nesse setor ao focar em clientes com melhores perfis de risco, permitindo melhorar a qualidade de crédito no segmento de financiamento de veículos.

Em agosto de 2013, renovamos o acordo de cooperação comercial que mantemos com a Fiat montadora, líder de vendas de veículos no mercado brasileiro, até 2023. Essa parceria prevê a exclusividade na oferta de financiamento em campanhas promocionais da Fiat para venda de automóveis Zero km e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Concorrência		
Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Veículos	Acreditamos sermos os líderes em termos de valor financiado no segmento de financiamento de veículos Zero km, desde agosto de 2013.	Desde agosto de 2013, retomamos a posição de liderança em termos de valores concedidos para a aquisição de veículos Zero km, nossa principal meta na área de financiamento de veículos. Nossos principais concorrentes são: Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco GMAC S.A., Banco Volkswagen S.A. e Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (Financeira Renault).

Fonte: Itaú Unibanco, com base em dados da Cetip e Fenabrave.

Consórcios

Consórcio é um sistema de autofinanciamento criado no Brasil com o objetivo de incentivar a poupança para compra veículos e outros ativos, como imóveis. De acordo com os contratos de consórcio, os participantes participam de grupos de acordo com o bem específico que desejam adquirir (por exemplo, veículo de uma determinada montadora e determinado modelo), com pagamento do saldo feito em parcelas. Os pagamentos feitos pelos participantes, em um determinado consórcio, são utilizados para criar um “pool” de fundos, que são utilizados por um ou mais membros do consórcio por vez, para adquirir os bens escolhidos pelos participantes, por exemplo, uma vez por mês, e esses membros continuarão a fazer os pagamentos conforme programado. Em geral, os participantes podem receber o bem (i) durante o prazo do contrato do consórcio (antes que todas as parcelas sejam pagas), caso o participante pague um valor maior que a parcela devida e programada regularmente e maior do que outro valor oferecido por outros membros do consórcio nesse período; ou (ii) durante o prazo do contrato do consórcio (antes que todas as parcelas sejam pagas), caso o participante seja selecionado por sorteio, organizado

pelo banco, para receber o bem, ao mesmo tempo em que continua a pagar as parcelas restantes, conforme programado.

Por ser considerada uma prestação de serviços de acordo com a legislação brasileira, a administração de consórcio não gera risco de inadimplência nem alocação de capital de crédito para a instituição.

Como os consórcios não cobram taxas de juros, nossa receita é gerada, principalmente, das taxas de administração cobradas dos clientes.

Em razão dessas características, esse negócio é estratégico para nós pois contribui para diversificar as receitas e oferecer uma carteira de produtos mais completa aos nossos clientes. Em outubro de 2013, lançamos uma nova linha de produtos de consórcio para aquisição de veículos pesados, que contribuiu para um crescimento de 28,1% em participantes ativos entre todos os consórcios que administramos de novembro de 2012 a novembro de 2013. No mesmo período, o número de participantes de consórcios no mercado brasileiro, excluindo o segmento de motocicletas, aumentou 14,8%.

Microcrédito

Nossa unidade de microcrédito oferece para empreendedores de baixa renda, que não possuem acesso ao sistema financeiro tradicional, a oportunidade de expandir seus negócios. Os agentes de microcrédito do Itaú visitam clientes, oferecendo crédito, juntamente com um microsseguro gratuito de proteção ao crédito, e transmitindo conceitos de educação financeira relacionados ao uso consciente do dinheiro.

Um dos principais benefícios dessa iniciativa é que os microempreendedores passam a desenvolver um relacionamento com o mercado tradicional.

Nossas atividades de microcrédito são divididas em dois pisos:

- Microcrédito de primeiro piso: inclui nossa equipe de agentes de campo, que concede crédito para capital de giro, reforma ou compra de maquinários, a empreendedores formais e informais donos de pequenos negócios. Qualquer concessão de crédito exige a presença de um agente de microcrédito treinado ao empreendimento dos empreendedores;
- Microcrédito de segundo piso: créditos para microempreendedores por intermédio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) registradas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Nosso compromisso é promover as melhores práticas em microfinanças e trocar experiências com organizações parceiras.

Nosso investimento em microcrédito consolida nossa estratégia de atuar como agentes transformadores da sociedade e reforça a nossa visão de sustentabilidade, aumentando nossa capacidade de transmitir conhecimentos relacionados à educação financeira. O objetivo final é criar um círculo virtuoso no qual o banco estimula o desenvolvimento econômico e social da população brasileira de baixa renda.

Nossas operações internacionais

Itaú Unibanco Holding – Atuação global GRI G4-6 e G4-8



Em 31 de dezembro de 2013, estamos presentes em 19 países, além do Brasil, sete dos quais no continente latino-americano. Na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, oferecemos operações de varejo e de atacado, com foco principal em atividades de banco comercial. No México, operamos no segmento de cartões de crédito e estamos na fase inicial de abertura de uma corretora e de um banco de investimentos. Contamos ainda com um escritório de representação no Peru e estamos gradualmente intensificando nossa presença na Colômbia por meio de nossas operações de banco de investimento e grandes empresas.

Além disso, possuímos operações na Europa (França, Alemanha, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Espanha e Suíça), nos Estados Unidos (Miami e Nova Iorque), no Caribe (Ilhas Cayman e Bahamas), no Oriente Médio (Dubai) e na Ásia (Hong Kong, Xangai e Tóquio). Essas operações prestam serviços a clientes institucionais, de banco de investimento, segmento corporativo e de *private banking*.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados, Receitas das operações no Brasil e no exterior, para mais informações.

América Latina

Nossas operações na América Latina concentram-se, principalmente, na área de banco comercial no Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), incluindo também a Colômbia, com operações bancárias do segmento de banco de investimento e grandes empresas; e o Peru, com operações do segmento de grandes empresas, por meio de um escritório de representação. No México, operamos no segmento de cartões de crédito e estamos na fase inicial de abertura de uma corretora e de um banco de investimentos.

A América Latina é prioridade em nossos planos de expansão internacional devido a sua proximidade geográfica e cultural com o Brasil. Nosso objetivo é sermos reconhecidos como o “banco da América Latina” e nos tornarmos referência na região, para todos os serviços financeiros fornecidos a pessoas físicas ou jurídicas. Nossa meta é crescer de forma sustentável, mantendo um forte relacionamento com o mercado local de varejo e de atacado.

A fim de prestar serviços aos nossos mais de 1,8 milhão de clientes, em 31 de dezembro de 2013 contávamos com uma rede de 246 agências e postos de atendimento bancário (PABs) na América Latina (ex-Brasil). No Paraguai, contávamos com 37 correspondentes não bancários, que são postos de atendimento com estrutura simplificada e localizados estrategicamente em supermercados para fornecer serviços a nossos clientes nesse país. Possuímos ainda 38 postos de atendimento por intermédio da OCA S.A., nossa operadora de cartões de crédito no Uruguai. **GRI G4-9**

“O ano de 2013 representou o fim de um ciclo de 7 anos de consolidação na região, atingindo escala para um novo ciclo de performance e crescimento. Nossa prioridade em 2014 na América Latina é integração.”

Ricardo Marino – Membro do Conselho da Administração e Vice-Presidente – Latam



Banco Itaú Argentina

Iniciamos nossas operações na Argentina, em 1979, com foco em empresas de grande porte com negócios no Brasil. Em 1994, demos início às nossas operações de varejo em Buenos Aires. Em 1998, aumentamos nossa presença naquele país com a aquisição do *Buen Ayre Bank*, renomeado posteriormente para Banco Itaú Argentina. O PIB da Argentina cresceu 3,1% em 2013.

Oferecemos, por intermédio do Banco Itaú Argentina, produtos e serviços nos segmentos de grandes empresas (*corporate*), de pequenas e médias empresas e de varejo. O nosso foco de atuação para grandes empresas é o de companhias de grande porte e clientes institucionais, com a oferta de serviços de empréstimos, financiamento estruturado, investimentos e gestão de caixa. Nosso segmento de pequenas e médias empresas oferece crédito para capital de giro e investimentos para o crescimento da capacidade produtiva corporativa. No varejo concentramos nosso foco de atuação em clientes de média e alta renda e oferecemos serviços de contas corrente e de poupança, crédito pessoal e cartões de crédito.

Banco Itaú Chile

Nossa unidade no Chile concentra-se principalmente no segmento de varejo e de alta renda, mas também operamos com empresas de médio e grande porte. Em 2013, inauguramos sete novas agências, totalizando 98 agências em nossa rede de atendimento naquele país, em 31 de dezembro de 2013. O PIB do Chile cresceu 4,0% em 2013.

Iniciamos nossas atividades no Chile em 2007, depois que o *Bank of America Corporation* transferiu as operações do *BankBoston Chile* e do *BankBoston Uruguay* para nós. Em 2011, adquirimos a carteira de clientes de alta renda do HSBC e, em 2012, concluímos a aquisição de 50% da *Munita, Cruzat & Claro*, empresa líder na gestão de fortunas de terceiros no Chile.

Atualmente, somos um dos líderes nesse segmento e contamos com a segunda carteira de empréstimos que mais cresce no Chile, de acordo com a Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras (SBIF), o órgão regulador chileno, em novembro de 2013. Além disso, em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de câmbio e nosso programa de financiamento estudantil apresentaram crescimento.

Alinhados com nosso foco de atuação e comprometimento com o mercado chileno, lançamos o *"It Now IPSA"*, o primeiro ETF (*Exchange Traded Fund*) que replica a rentabilidade das 40 ações com maior presença no mercado daquele país. Nossas ETFs são negociadas sob a marca *"It Now"*. Nos próximos anos, esperamos crescer entre 20% e 30% no setor de ETF no mundo inteiro e acreditamos que o Chile fará parte dessa expansão.

Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Destaques de 2013, Eventos Recentes, para mais informações sobre a fusão do Banco Itaú Chile com a CorpBanca.

Banco Itaú Uruguai

Nossas operações no Uruguai incluem o Banco Itaú Uruguai, a OCA (o maior emissor de cartões de crédito naquele país) e a empresa de gestão de fundos de pensão Unión Capital AFAP S.A., cenário que nos posiciona como uma das principais instituições financeiras no mercado uruguaio. Nossa estratégia no Uruguai é atender uma ampla gama de clientes por meio de soluções bancárias personalizadas. O PIB do Uruguai cresceu 3,8% em 2013.

Nosso negócio de banco de varejo é focado em clientes pessoas físicas e pequenas empresas, com mais de 297.000 clientes, em 31 de dezembro de 2013. Os produtos e serviços de varejo priorizam os segmentos de média e alta renda e também incluem contas correntes e de poupança, folha de pagamento, áreas de autosserviços e caixas eletrônicos em todas as agências, além de serviços bancários via telefone e internet. A divisão de banco de atacado é voltada para empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas de médio e grande porte e ao setor público, fornecendo serviços de empréstimos, gerenciamento de caixa, tesouraria, negociação e investimentos. Além disso, a unidade de *private banking* oferece uma carteira completa de produtos para o mercado financeiro local e internacional.

Somos o segundo maior banco privado no Uruguai, em termos de participação de mercado, desde julho de 2012, sendo reconhecidos como o melhor banco naquele país pela revista *Euromoney*. Com o objetivo de manter o ritmo de crescimento e a penetração no mercado local, em junho de 2013 celebramos um acordo para compra das operações de varejo do Citibank no Uruguai, assumindo uma carteira com mais de 15.000 correntistas. Os ativos adquiridos nessa época envolvem principalmente operações com cartões de crédito das bandeiras Visa, Mastercard e Diners, representando uma carteira de US\$45,6 milhões em empréstimos com cartões de crédito e US\$12,6 milhões em empréstimos pessoas. Essa operação foi concluída em dezembro de 2013, após aprovação das autoridades competentes locais.

Banco Itaú Paraguai

Em 1978, iniciamos nossas operações no Paraguai, nos segmentos de varejo e de atacado, por intermédio do Banco Itaú Paraguai S.A., anteriormente conhecido como Interbanco. Em 1995, o Interbanco foi adquirido pelo Unibanco, e a marca "Itaú" está presente no país desde 2010. O PIB do Paraguai cresceu 13,0% em 2013.

O Banco Itaú Paraguai oferece produtos e serviços para pequenas e médias empresas, agronegócios, grandes empresas, clientes institucionais e clientes do segmento *consumer banking*. Suas principais fontes de receita são os produtos de *consumer banking*, com destaque para os cartões de crédito. O segmento de varejo também está voltado para clientes de folha de pagamento; no segmento de *corporate banking*, o Banco Itaú Paraguai tem presença tradicional no segmento de agronegócios, que vem experimentando ótimo desempenho.

Nossa estratégia para os segmentos de varejo e de médias empresas, nos últimos anos, tem resultado no crescimento significativo de nossa participação de mercado. De acordo com o Banco Central do Paraguai, em novembro de 2013, Somos líderes no segmento de cartões de crédito e também entre os bancos no Paraguai com base em resultados, retorno sobre patrimônio líquido médio e depósitos. Em 2011, 2012 e 2013, fomos considerados a marca mais respeitada no Paraguai, de acordo com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – seção Paraguai, e fomos reconhecidos como o melhor banco no Paraguai pela revista *Global Finance*.

Colômbia

Na Colômbia, iniciamos nossas operações nos segmentos de atacado e de banco de investimento, no final de 2012. Nosso mercado alvo naquele país consiste em investidores institucionais e empresas brasileiras de grande porte com operações na Colômbia, e também empresas colombianas que operam no Brasil. A carteira de produtos inclui operações de crédito, financiamento de operações comerciais no exterior, câmbio e derivativos, e atividades de banco de investimentos, tais como assessoria para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais. Estimamos que o PIB da Colômbia cresceu 4,1% em 2013.

Nossa presença na Colômbia está crescendo e pretendemos ser um dos três principais bancos de investimento e de atacado naquele país nos próximos cinco anos.

Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Destaques de 2013, Eventos Recentes, para mais informações sobre a fusão do Banco Itaú Chile com a CorpBanca.

Peru

Possuímos um escritório de representação no Peru e estamos considerando expandir nossas atividades nos segmentos de grandes empresas e banco de investimento, seguindo a mesma estratégia executada na Colômbia, e visando aproveitar o forte crescimento experimentado pelo Peru atualmente. O PIB do Peru cresceu 5,0% em 2013.

México

No México, operamos no segmento de cartões de crédito e iniciamos a fase de abertura de uma corretora e de um banco de investimentos. O PIB do México cresceu 1,1% em 2013.

Outras operações internacionais

Para apoiar nossos clientes em serviços e operações financeiras internacionais, nossas unidades internacionais fornecem aos nossos clientes diversos produtos financeiros, como financiamento de operações comerciais, empréstimos de agências multilaterais de crédito, empréstimos no exterior, serviços internacionais de gestão de caixa, câmbio, cartas de crédito, garantias exigidas em processos internacionais de licitação, derivativos para fins de proteção (*hedging*) ou negociação própria, transações estruturadas e ofertas nos mercados de capitais estrangeiros. Esses serviços são oferecidos, principalmente, por meio de nossas agências localizadas em Nassau, Nova Iorque e Ilhas Cayman, bem como por meio de nossas unidades na América Latina acima mencionadas.

Gerenciamos carteiras próprias e captamos recursos mediante a emissão de títulos e valores mobiliários no mercado internacional. A captação de recursos, mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, certificados de depósito, papéis comerciais e notas comerciais, pode ser feita por nossas agências localizadas nas Ilhas Cayman, Bahamas e em Nova Iorque, bem como pelo Itaú Bank Ltd., subsidiária bancária constituída nas Ilhas Cayman.

Nossas carteiras próprias são mantidas principalmente pelo Itaú Bank e por nossa agência das Ilhas Cayman, cujas unidades também aumentam nossa capacidade de administrar nossa liquidez internacional.

Por meio das nossas operações internacionais, estabelecemos e monitoramos linhas de crédito comerciais de bancos estrangeiros e mantemos relacionamentos com bancos correspondentes com centros monetários e bancos regionais em todo o mundo, além de supervisionamos nossas outras atividades de captação de fundos no exterior.

Itaú BBA International

Nossas atividades bancárias realizadas sob a estrutura corporativa do Itaú BBA International são concentradas principalmente em duas linhas de negócios:

- *Corporate & Investment banking* – com sede no Reino Unido, mas com plataformas de negócios em várias cidades na Europa, atendemos as necessidades financeiras de empresas com presença e operações internacionais, com foco em transações relacionadas a relações de investimentos e financiamentos entre empresas na América Latina e na Europa. Os serviços oferecidos incluem a originação de financiamento estruturado, *hedging*, financiamento de operações comerciais e serviços de consultoria tanto para empresas europeias investindo na América Latina quanto para empresas latino-americanas investindo no exterior.
- *Private banking* – sob a estrutura corporativa do Itaú BBA International, administramos atividades de banco privado em Miami, na Suíça e em Luxemburgo (onde atualmente nossas atividades estão sendo reduzidas), oferecendo produtos e serviços financeiros especializados para clientes latino-americanos com alto poder aquisitivo.

Em 1º de fevereiro de 2013, o Banco Itaú BBA International S.A., com sede em Portugal, foi incorporado ao *Itaú BBA International Limited*, com sede no Reino Unido, por meio de fusão. Em 17 de maio de 2013, a entidade foi registrada como *public liability company (plc)* com a razão social Itaú BBA International plc. O objetivo desse processo de reestruturação é o de permitir que o Itaú BBA International melhore seu desempenho, amplie suas fontes de captação, expanda sua base de clientes, fortaleça sua posição como plataforma internacional para o grupo, alcance maior diversificação de riscos e melhore os seus indicadores de rentabilidade.

Além disso, o Itaú BBA atua como distribuidor nos mercados internacionais de capital, com equipes de negociação e vendas de ações e produtos de renda fixa em importantes centros financeiros como São Paulo, Nova York, Londres, Hong Kong e Tóquio. Em 31 de dezembro de 2013, possuímos a melhor equipe de análise e pesquisa da América Latina de acordo com a revista Institutional Investor e ampla cobertura para mais de 205 empresas, com ações negociadas no Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Panamá e Argentina. Nossas equipes de ações e renda fixa atuam na oferta e na negociação de títulos e valores mobiliários brasileiros e latino-americanos para investidores institucionais.

Pontos fortes competitivos

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos proporcionam vantagens competitivas significativas e nos distinguem da concorrência.

Principal marca de banco do Brasil

As nossas marcas são bastante fortes e altamente reconhecidas no Brasil. Estão associadas com qualidade e confiabilidade e, com a nossa ampla carteira de produtos, ajudam-nos a manter uma rotatividade baixa de clientes, particularmente entre clientes no segmento de alta renda. Em 2013, nossa marca foi eleita a “marca mais valiosa” no Brasil pela 10ª vez consecutiva pela empresa de consultoria *Interbrand*.

Extensa rede de agências em regiões geográficas com grande atividade econômica

A nossa rede de agências no Brasil, embora tenha alcance nacional, está estrategicamente concentrada no sudeste do país, a região brasileira mais desenvolvida. A nossa rede de agências em outros países do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) também está localizada em regiões de alto nível de atividade econômica. Ter nossa rede de agências localizada em regiões econômicas “chave” nos proporciona uma forte presença e uma vantagem competitiva para oferecer nossos serviços a uma ampla variedade de clientes, lucrando com oportunidades seletivas de mercado. A nossa rede exclusiva de caixas eletrônicos – um dos nossos fortes pontos competitivos – permite que ofereçamos uma ampla gama de produtos e serviços para nossos clientes.

Além disso, repensamos o atendimento de agências localizadas em *shopping centers*. Essas agências possuem uma nova identidade visual e nova proposta de serviços, oferecendo um novo conceito de atendimento ao cliente e *layout* diferenciado, inspirado no *design* de uma loja de varejo. As agências localizadas em *shopping centers* possuem horário de atendimento ampliado, uma conveniência adicional aos nossos clientes. Para mais informações, consulte a seção Itaú Unibanco Holding – item Nosso Perfil, Marketing e Canais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2013, contávamos com uma ampla rede de atendimento, com 4,1 mil agências, 885 postos de atendimento bancário, ou PABs, e 27,9 mil caixas eletrônicos, no Brasil e no exterior.

Linha diversificada de produtos e serviços

Somos um banco de múltiplos serviços com uma linha diversificada de produtos e serviços criados para atender às necessidades dos nossos diversos tipos de clientes: grandes, micro e pequenas empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de *private bank*, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Acreditamos que esse modelo de negócio cria oportunidades para melhorar nossa relação com os clientes e, dessa forma, aumenta a nossa participação no mercado. Esperamos manter nossa presença dominante conquistando um sólido e crescente número de operações em diversos segmentos de negócios.

Tecnologia e canais de distribuição eletrônicos como incentivos para vendas

Nosso uso intenso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos contribui significativamente para o aumento de vendas de produtos e serviços e é uma das nossas vantagens competitivas mais importantes. Em 2013, investimos aproximadamente R\$ 5,8 bilhões em tecnologia da informação, dos quais, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões na compra de *hardware* e *software* e, aproximadamente, R\$ 3,8 bilhões no custeio de infraestrutura, operação e manutenção de tecnologia de informação. Contamos com tecnologia sofisticada que suporta determinados acessos remotos ao banco (por exemplo, *call centers*, *Internet Banking*, etc.) e oferece aos clientes a capacidade de verificar seus extratos e realizar transações. As nossas equipes de vendas podem acessar a avaliação de crédito do cliente diretamente pelo celular e as propostas de crédito podem ser enviadas pela internet por qualquer corretor cadastrado em nossos sistemas.

Modelo de precificação baseado em risco como ferramenta para gerenciar risco ao mesmo tempo em que explora oportunidades

Nosso modelo de precificação baseado em risco aplicado a nossos produtos é uma importante vantagem competitiva, pois fornece uma dimensão mais precisa da equação risco versus retorno, em diversos cenários. É uma ferramenta fundamental para explorar oportunidades comerciais e, simultaneamente, administrar riscos. Dependendo do produto, cada contrato é precificado separadamente, utilizando os modelos de retorno sobre capital ajustado ao risco, proporcionando uma melhor avaliação do mercado correspondente.

Informação para o investidor

Direito de preferência, aumento de capital e integralização de ações subscritas

Todo acionista tem o direito de preferência na subscrição de novas ações, em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação acionária, exceto em casos específicos, conforme a legislação societária brasileira.

Nosso estatuto social autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de 6,6 bilhões de ações, dos quais 3,3 bilhões precisam ser ações ordinárias e 3,3 bilhões precisam ser em ações preferenciais (capital autorizado). Até o limite do nosso capital autorizado, a emissão de ações pode ser feita sem consideração ao direito de preferência dos nossos acionistas se (i) for realizada para venda em bolsa de valores; (ii) por subscrição pública; e (iii) troca por nossas ações em uma oferta pública para aquisição do nosso controle. Independentemente desta disposição, todos os nossos aumentos de capital social precisam ser ratificados pelos nossos acionistas e aprovados pelo Banco Central.

Após aprovação do aumento de capital pelo Banco Central, o acionista precisará integralizar o montante correspondente às ações subscritas, nos prazos previstos, na documentação de subscrição relativa àquele aumento de capital. O acionista que não fizer a integralização na documentação de subscrição, no prazo determinado, será considerado inadimplente pelos termos da legislação societária brasileira.

A legislação brasileira não prevê a responsabilidade em chamadas de capital, portanto, a participação de nossos acionistas pode ser diluída caso eles optem por não exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações em aumento de capital.

Forma e transferência

Nossas ações são escriturais e a Itaú Corretora de Valores S.A. é a nossa prestadora de serviços de escrituração contábil. As ações emitidas por nós devem ser mantidas em contas de depósito e em nome do investidor.

Como alternativa, o investidor também pode depositar ações na BM&FBOVESPA por intermédio de uma instituição custodiante autorizada pela CVM. Nesse caso, a BM&FBOVESPA, como depositária central, detém as ações em seu nome, mas controla a titularidade dos valores mobiliários por meio de uma estrutura de contas de depósito mantidas em nome do investidor. Não há distinção nos direitos e nas obrigações dos acionistas, independentemente de suas ações estarem depositadas em uma corretora e distribuidora de valores ou na BM&FBOVESPA.

Resgate e direito de retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, exceto no caso de deixarem de ser negociadas em bolsa. Segundo a legislação societária brasileira, contudo, a aprovação de determinadas matérias dá ao acionista dissidente, em certas condições, o direito de se retirar da empresa. Este afastamento pode ocorrer mediante o reembolso do valor justo das ações desse detentor, calculado com base em critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. O direito de retirada prescreve 30 dias após a publicação da ata da assembleia geral. Ainda de acordo com a legislação societária brasileira, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que dê origem a uma retirada em relação às nossas ações, em até 10 dias após o término do prazo estabelecido, se o exercício do direito de retirada vier a comprometer a nossa estabilidade financeira.

O direito de retirada não está disponível para acionistas cujas ações possuírem liquidez e forem negociadas ativamente no mercado acionário – casos de fusão ou incorporação –, ou em casos nos quais a empresa opte por fazer parte de um grupo de sociedades.

As ações ordinárias e preferenciais devem ser reembolsadas mediante o cancelamento de seu registro, ao preço justo apurado pelos critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Se a assembleia geral ordinária na qual foi aprovada a deliberação que ensejou o direito de retirada realizar-se mais de 60 dias após a data da aprovação do último balanço patrimonial, o acionista poderá exigir o resgate de suas ações por um valor baseado em novo balanço patrimonial, datado de até 60 dias após a data da realização da assembleia.

Nossas ações preferenciais podem ser registradas, no Brasil, por meio do nosso Banco Central, conforme a regulamentação brasileira, o qual permite aos investidores estrangeiros acometer quase todos os ativos financeiros e efetuar quase todas as transações disponíveis nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, desde que algumas exigências sejam cumpridas. Um investidor estrangeiro pode deparar-se com atrasos no registro das nossas ações, os quais poderão causar o retardamento do envio de quaisquer remessas ao exterior. Esses atrasos também podem afetar, adversamente, o montante de dólares dos Estados Unidos recebidos por tal Investidor não residente.

Nos Estados Unidos

Nossas ações preferenciais são negociadas na NYSE, com o símbolo ITUB, na forma de *American Depositary Shares* (ADSs), desde 21 de fevereiro de 2002, de acordo com as exigências da NYSE e da SEC. Estas exigências incluem a divulgação das demonstrações contábeis em IFRS, a partir de 2011, e o atendimento às exigências da legislação dos EUA, inclusive a lei *Sarbanes-Oxley* de 2002.

Cada ADS representa uma ação preferencial. As ADSs são evidenciadas por *American Depositary Receipts* (ADRs), emitidas pelo The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, nos termos do contrato de depósito datado de 31 de maio de 2001, e alterações posteriores.

Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Informação para o Investidor, Considerações para investidores estrangeiros, Outras informações sobre o nosso programa de ADS, para mais informações.

O investidor pode deter as ADSs diretamente, registradas em seu nome, ou indiretamente, por meio de uma corretora ou outra instituição financeira. Os detentores das nossas ADSs não possuem os mesmos direitos que os nossos acionistas, sendo o depositário o proprietário das ações correspondentes no Brasil. O contrato de depósito determina os direitos e obrigações dos detentores de ADS e é regido pela legislação de Nova Iorque.

Na hipótese de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência apenas na subscrição de novas ações preferenciais emitidas. Na hipótese de um aumento de capital, que reduza a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência nas ações preferenciais, na proporção das suas participações e nas ações ordinárias somente até o limite necessário para evitar diluição de suas participações.

Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Informação para o Investidor, Considerações para investidores estrangeiros, Outras informações sobre o nosso programa de ADS, para mais informações.

Na Argentina

Emitimos também Certificados de Depósitos Argentinos – CEDEAR, que representam ações de empresas estrangeiras negociadas na Argentina. Os nossos CEDEAR estão vinculados às nossas ações preferenciais, e são negociados na Bolsa de Comércio de Buenos Aires – BCBA, uma associação privada autorregulamentada, sem fins lucrativos.

A BCBA é responsável pelo registro dos negócios e a publicação das cotações e dos volumes das operações. A sua autoridade de fiscalização permite, entre outras medidas, a suspensão do pregão sempre que o considere necessário para controlar ou prevenir variações anormais nas cotações.

Pagamento dos acionistas

Nosso estatuto social estabelece a distribuição, aos acionistas de dividendo obrigatório, do equivalente a 25% de nosso lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores referentes à reserva legal, à reserva para contingências e à sua reversão relativa a exercícios anteriores.

O dividendo obrigatório poderá ser pago na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, sendo que a principal diferença entre as duas formas de pagamento refere-se aos impostos. O pagamento de dividendos é isento de tributação para os acionistas; o pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 15%.

Qualquer pagamento de juros sobre o capital, para detentores de ações preferenciais, inclusive detentores de ADSs, residentes brasileiros ou não, está sujeito à retenção de imposto de renda no Brasil à alíquota de 15%, ou 25% para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado. O valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital, líquido de qualquer retenção de imposto, poderá ser incluído como parte do dividendo obrigatório. Nesses casos, temos que distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido pelos acionistas, depois do pagamento que nos cabe dos impostos aplicáveis referentes à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja, no mínimo, igual ao dividendo obrigatório. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Informação para o Investidor, Considerações para investimentos estrangeiros, Tributação para maiores detalhes.

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo nosso Conselho de Administração, estabelece o pagamento mensal de R\$ 0,015 por ação, a título de antecipação do dividendo obrigatório. A data utilizada no Brasil, como referência para apuração de quais acionistas fazem jus a receber o dividendo mensal, é determinada de acordo com a posição acionária registrada no último dia do mês precedente. Com relação às nossas ADSs, entretanto, a data usada para determinar os acionistas que fazem jus a receber o dividendo mensal é três dias após a data de referência brasileira. Em ambos os casos, os dividendos mensais de um determinado mês são pagos no primeiro dia útil do mês seguinte.

Quando o valor do nosso resultado estiver calculado, pretendemos pagar a diferença existente entre o valor acumulado dos dividendos mensais antecipados e o valor equivalente ao dividendo obrigatório, calculado conforme mencionado anteriormente. Além disso, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários, os quais serão submetidos à ratificação da nossa assembleia geral ordinária.

O acionista pode pleitear o pagamento de qualquer dividendo no prazo de três anos, a partir da data de pagamento desses dividendos. Após esse período, não temos qualquer responsabilidade por tal pagamento.

Acionistas não residentes no Brasil precisam registrar-se no Banco Central para que os dividendos, juros sobre o capital próprio e outros valores relativos às suas ações possam ser remetidos em moeda estrangeira para fora do Brasil.

Atualmente, pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalentes ou superiores aos dividendos obrigatórios, mas isto pode deixar de ocorrer caso os nossos acionistas decidam que tal distribuição seja desaconselhável em vista de nossa situação financeira. Nesse caso, se o nosso Conselho Fiscal estiver constituído, ele precisará dar um parecer sobre essa informação e a administração precisará apresentar à CVM um relatório detalhado com os motivos da suspensão do pagamento de dividendos. O lucro não distribuído em virtude de uma suspensão de pagamento de dividendos terá que ser alocado em uma reserva especial e, caso não seja absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, ele será pago como dividendo assim que a situação financeira permitir.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 21, b, e a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulador, Implementação de Basileia III no Brasil.

Pagamento de dividendos aos detentores de ADS

As ações preferenciais subjacentes às ADSs são mantidas no Brasil pelo custodiante, o Itaú Unibanco, que é também o proprietário registrado nos serviços de registro de nossas ações preferenciais. O depositário do nosso programa de ADS é o *The Bank New York Mellon*. Os pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro, sobre nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs são feitos diretamente ao banco depositário no exterior, que se incumbe de repassá-lo aos acionistas titulares em um prazo médio de 10 dias após a realização do pagamento no Brasil. O montante recebido pelo detentor de ADS pode ser reduzido se nós, custodiante ou depositário, pudermos reter um montante referente aos impostos ou outros encargos governamentais.

Histórico de pagamento de dividendos¹

A tabela a seguir apresenta os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou declarados para os titulares de nossas ações ordinárias e preferenciais desde 2011.

Ano	Dividendos			
	Valor (em milhões de R\$) ²	Por Ação (R\$) ³	Payout (%) ⁴	Dividend Yield (%) ⁵
2013	5.095	1,03	30,8	3,3
2012	4.518	1,00	34,3	3,3
2011	4.394	0,97	30,1	3,1

1. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 21 – Patrimônio Líquido, para outras informações sobre dividendos e ações em circulação.

2. Dividendos e juros sobre o capital próprio – pagos/provisionados (líquidos).

3. Dividendos e juros sobre o capital próprio – pagos/provisionados (líquidos)/total de ações.

4. Dividendos e juros sobre o capital próprio – pagos/provisionados (líquidos)/lucro líquido do exercício.

5. Dividendos pagos por ação no período / preço da nossa ação preferencial (ITUB4) na data de início do período.

Considerações para investidores estrangeiros em ADSs

Em 28 de novembro de 2013, nosso Conselho da Administração declarou o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 0,20360 por ação (ou R\$ 0,17306 por ação, líquido de impostos) que foram pagos em 28 de fevereiro de 2014, para todos os acionistas com posição acionária ao final do fechamento do dia 20 de dezembro de 2013. Em 3 de fevereiro de 2014, nosso Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 0,5263 por ação (ou R\$ 0,44506 por ação, líquido de impostos) que serão pagos até 28 de fevereiro de 2014 para todos os acionistas com posição no fechamento do dia 18 de fevereiro de 2014.

Riscos relativos às nossas ADSs

Antes de investir em nossas ações e ADSs, é importante que o investidor saiba que, além dos riscos relacionados aos nossos negócios, que podem impactar no valor de nossos títulos e valores mobiliários e na nossa capacidade de cumprir com certas obrigações – inclusive o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio –, o investidor estará exposto a riscos adicionais, conforme descrevemos a seguir. Riscos adicionais e incertezas dos quais nós não estamos cientes, ou que, atualmente, consideramos imateriais, também podem se tornar fatores importantes que nos afetam.

A relativa volatilidade do preço e a liquidez limitada dos mercados de capitais brasileiros de títulos e valores mobiliários podem limitar a capacidade de nossos investidores venderem as ações preferenciais subjacentes às ADSs, pelo preço e na época em que desejarem.

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve, com frequência, um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos EUA ou em outros países desenvolvidos, pois esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é menor, menos líquido e mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados nos EUA ou em outros países. Desse modo, a capacidade do investidor de vender as ações preferenciais subjacentes às ADSs ao preço, e no momento desejado pelo investidor, pode ser substancialmente limitada.

As ações preferenciais subjacentes às nossas ADSs não têm direito ao voto, exceto em circunstâncias específicas.

De acordo com nosso estatuto social, os detentores de ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs, não têm direito a voto nas assembleias gerais ordinárias, exceto em circunstâncias específicas. Mesmo nessas circunstâncias, os detentores de ADSs podem estar sujeitos às restrições de ordem prática, como a capacidade de exercer o direito de voto em decorrência de passos operacionais adicionais envolvidos na comunicação com esses acionistas, conforme mencionamos a seguir.

De acordo com as disposições do contrato de depósito de ADSs, em caso de uma assembleia geral ordinária, notificaremos o banco depositário que, na medida do possível, repassará a convocação aos detentores de ADSs acompanhada de instruções sobre como esses detentores podem participar daquela assembleia; e os detentores de ADSs deverão instruir o banco depositário sobre como exercer o seu direito de voto. Esse passo adicional, de instrução ao banco depositário de ADS, pode tornar o processo para exercício do direito de voto mais longo para os detentores de ADS.

Os detentores de ADSs podem ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência com relação às ações preferenciais.

Podemos não conseguir oferecer, aos detentores de nossas ADSs, nos EUA, os direitos de preferência aplicáveis aos detentores de nossas ações preferenciais em caso de aumento do nosso capital social mediante emissão de ações preferenciais, exceto no caso de concessão de uma declaração válida de registro referente a tais direitos de preferência e às nossas ações preferenciais, ou uma isenção dessa exigência de registro de acordo com a lei de Valores Mobiliários dos EUA. Como não somos obrigados a arquivar a declaração de registro referente aos direitos de preferência de nossas ações preferenciais, não podemos garantir que o direitos de preferência serão oferecidos.

No caso de esse registro não ser solicitado ou caso não haja uma isenção do registro, o *Bank of New York Mellon*, como banco depositário, tentará vender esses direitos de preferência no período de exercício; caso a venda seja concretizada, os detentores de ADS terão o direito de receber os resultados referentes à venda. Entretanto, os detentores de ADSs, nos EUA, não receberão qualquer valor decorrente da concessão dos direitos de preferência se o banco depositário não conseguir efetuar a venda daqueles direitos dentro do prazo de exercício.

O cancelamento de ADSs poderá acarretar a perda da possibilidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e de certas vantagens fiscais no Brasil.

Apesar de os detentores de ADS beneficiarem-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, obtido no Brasil pelo custodiante de nossas ações preferenciais representadas por ADSs, o qual permite ao banco depositário converter dividendos e outras distribuições relacionadas às ações preferenciais subjacentes às ADSs em moeda estrangeira e remeter os resultados para o exterior, a disponibilidade e as exigências referentes a esse certificado eletrônico podem ser afetadas negativamente por futuras mudanças na legislação.

Se o detentor de ADS solicitar o cancelamento das ADSs e, consequentemente, receber as ações preferenciais subjacentes às ADSs, esse detentor não poderá remeter moeda estrangeira ao exterior mediante a alienação das ações preferenciais ou recebimento de distribuições, a menos que o detentor obtenha (i) o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o Registro Declaratório Eletrônico – Investimentos Externos Diretos (RDE-IED), ou (ii) qualifique-se nos termos das normas brasileiras que autorizam alguns investidores estrangeiros a comprar e vender ações nas bolsas de valores brasileiras sem a necessidade de obter, separadamente, um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o Registro Declaratório Eletrônico de Portfólio (RDE – Portfólio). Além disso, mediante recebimento das ações subjacentes às ADSs, a regulamentação brasileira requer que o investidor realize operações referentes à taxa de câmbio e pague impostos sobre essas operações de câmbio.

O tratamento fiscal da remessa de dividendos, distribuições e resultados de qualquer alienação de nossas ações preferenciais, é menos favorável no caso de um detentor de ações preferenciais adquirir o RDE-IED ao invés do RDE-Portfólio. Além disso, se o detentor de ações preferenciais obter o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, esse investidor poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de registro, com possível impacto na sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relacionadas às nossas ações preferenciais ou o retorno sobre capital de forma tempestiva.

Os detentores de ADSs possuem direitos que diferem dos direitos dos acionistas de empresas organizadas sob as leis dos EUA ou de outros países.

Nossos assuntos societários são disciplinados por nosso estatuto social e pela legislação societária brasileira, que podem ter princípios legais diferentes daqueles aplicáveis nos EUA ou em outro país. Nos termos da legislação societária brasileira, os detentores de ADSs e os detentores de nossas ações preferenciais podem ter direitos diferentes em relação àqueles relacionados com a proteção dos interesses do investidor, inclusive as soluções disponíveis para os investidores em relação às medidas tomadas pelo nosso Conselho de Administração, ou pelos acionistas detentores de ações ordinárias, que podem ser diferentes do que está previsto na legislação dos EUA ou de outro país.

Outras informações sobre o nosso programa de ADS

American Depositary Shares

Nos Estados Unidos, nossas ações preferenciais são negociadas na forma das ADSs, com cada ADS representando uma ação preferencial. As ADSs são emitidas pelo *The Bank of New York Mellon*, na capacidade de depositário, nos termos do Contrato de Depósito, datado de 31 de maio de 2001, aditado e consolidado em 20 de fevereiro de 2002 e 30 de março de 2009, em vigor a partir 03 de abril de 2009, entre o banco, o depositário e titulares e usufrutuários de ADSs. O escritório principal do depositário está localizado em *One Wall Street, New York, New York 10286*.

Não tratamos os detentores de ADS como nossos acionistas, e os seus direitos não são os mesmos dos acionistas, os quais são regidos pela legislação societária brasileira. O depositário é o detentor das ações preferenciais subjacentes às ADSs e possuem direitos específicos.

Taxas e despesas

A tabela a seguir resume as taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs ao depositário:

As pessoas que depositam ações preferenciais, ou os detentores de ADR, são obrigados a pagar:	Por
US\$ 5,00 (ou menos) por 100 ADSs (ou parcela deles) + taxas adicionais cobradas por quaisquer autoridades governamentais, ou outras instituições, pela formalização e entrega ou resgate de ADRs	Emissão de ADSs, inclusive aquelas resultantes da distribuição de ações preferenciais ou direitos ou outros bens, substituição de ações subjacentes e transferência, desdobramento ou agrupamento de recebimentos. Cancelamento de ADSs para fins de retirada, inclusive em caso de término do contrato de depósito
US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela dele)	Qualquer distribuição em dinheiro.
Taxa equivalente àquela que seria paga se os títulos e valores mobiliários distribuídos ao detentor fossem ações preferenciais, e essas ações tivessem sido depositadas para emissão de ADSs	Distribuição de valores mobiliários feita pelo depositário aos detentores de ADSs
US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela dele), por ano calendário (além de uma taxa de distribuição em dinheiro de US\$ 0,02 por ADS durante o ano).	Serviços depositários
Taxas de registro	Registro das transferências de ações preferenciais no nosso registro de ações preferenciais de/para o nome do depositário ou seu agente, quando o detentor deposita ou retira ações preferenciais
Taxas de conversão de moeda estrangeira.	Despesas do depositário na conversão de moeda estrangeira para dólares dos EUA.
Despesas do depositário	Transmissões por cabo, telex e fac-símile (quando previsto expressamente no Contrato de Depósito)
Impostos e outros encargos governamentais que o depositário, ou o custodiante, tem que pagar sobre qualquer ADR ou ação preferencial objeto de uma ADS, como, por exemplo, os impostos sobre a transferência, impostos do selo ou impostos retidos na fonte	Conforme necessário
Quaisquer encargos incorridos pelo depositário, ou seus agentes, para administrar os títulos e valores mobiliários depositados	Não há nenhum encargo deste tipo atualmente no mercado brasileiro

Pagamento de impostos

O depositário pode deduzir o valor de quaisquer impostos devidos por quaisquer pagamentos realizados aos investidores. Ele pode também vender títulos, depositados em uma venda pública ou privada, para pagar quaisquer impostos em débito. Os investidores continuarão responsáveis pelo débito se o produto da venda não for suficiente para pagar os impostos. Se o depositário vender os títulos e valores mobiliários depositados, ele reduzirá – caso seja adequado – o número de ADSs para então refletir a venda e pagar aos investidores qualquer importância obtida, ou ainda enviar aos investidores quaisquer bens remanescentes após o pagamento dos impostos.

Reembolso de taxas

O *Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário, concordou em nos reembolsar pelas despesas que incorreremos em relação à organização e manutenção do programa de ADS. O depositário concordou em nos reembolsar as taxas anuais de continuidade de negociação em bolsa de valores e também concordou em pagar os custos de manutenção usuais para as ADSs, que consistem em despesas de postagem e envelopes para remessa de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre impostos federais dos EUA, despacho de formulários fiscais obrigatórios, papel timbrado, *fac-símile* e ligações telefônicas. Também concordou em nos reembolsar, anualmente, por certos programas de relacionamento com o investidor ou atividades promocionais especiais de relações com investidores. Em certos casos, o depositário concordou em realizar pagamentos adicionais para nós, com base em indicadores de desempenho aplicáveis, referentes à facilidade de ADS. Existem limites para o valor das despesas que serão reembolsadas pelo depositário, mas o valor do reembolso disponível para nós não está necessariamente vinculado ao valor das taxas que o depositário cobra dos investidores.

O depositário cobra taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs, em caso de exercício dos direitos de retirada ou de intermediários agindo em nome deles. O depositário cobra taxas pela realização das distribuições aos investidores, deduzindo-as dos valores distribuídos ou vendendo uma parte dos bens passíveis de distribuição para pagar essas taxas. O depositário pode cobrar uma taxa anual pelos serviços de depósito por ele prestados, deduzindo-a das distribuições em dinheiro, faturando diretamente os investidores ou, ainda, fazendo lançamentos nas contas do sistema de escrituração dos participantes agindo em nome deles. Em geral, o depositário pode se recusar a prestar serviços sujeitos às taxas até que as mesmas tenham sido pagas.

Reembolso de despesas incorridas em 2013

No ano de 2013, recebemos do depositário US\$ 14.7 milhões destinados a promover e incentivar o programa de ADR no mercado e a suprir os custos usuais de manutenção dos ADSs (conforme descritos anteriormente), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes à facilidade de ADS, taxas de subscrição e despesas legais.

Principais diferenças entre as práticas de governança corporativa no Brasil e nos EUA

Nos EUA, registramos nossas ADSs na qualidade de emissor privado estrangeiro e, como resultado, a NYSE nos permite cumprir algumas exigências previstas na legislação brasileira aplicável ao invés daquelas estabelecidas pelas regras dos Estados Unidos.

Nos termos das regras da NYSE, temos apenas que (i) ter um comitê de auditoria ou um conselho de auditoria que atenda a certas exigências, conforme discutiremos a seguir; (ii) fornecer certificação do nosso Diretor Presidente para a NYSE com relação a qualquer descumprimento relevante com quaisquer normas de governança corporativa para registro de ações da NYSE; (iii) fornecer para a NYSE as declarações anuais e intermediárias por escrito e de acordo com as normas de governança corporativa para registro de ações da NYSE; e (iv) fornecer uma breve descrição das diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e a prática de governança corporativa que deve ser seguida pelas empresas de capital aberto dos EUA.

Apresentamos a seguir a descrição das diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas para as empresas de capital aberto dos EUA.

Maioria de membros independentes do Conselho de Administração

As regras da NYSE exigem que a maioria dos membros de um conselho de administração seja independente. Essa independência é definida por vários critérios, como a ausência de um relacionamento relevante entre o membro do conselho e a empresa de capital aberto. Entretanto, de acordo com as regras da NYSE, as empresas nela registradas (tanto dos EUA, quanto estrangeiras), das quais mais de 50% do capital votante são detidos por outra empresa, como no nosso caso, não têm que cumprir tal exigência.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante, entretanto, o nosso Conselho de Administração tem quatro membros considerados independentes, de acordo com os critérios estabelecidos em nossa política de governança corporativa. Para mais informações sobre a composição do nosso Conselho de Administração, vide seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Membros do nosso Conselho de Administração, Diretores e membros de Comitês.

Além disso, a legislação societária brasileira, o Banco Central do Brasil e a CVM estabeleceram regras que tratam dos deveres e das responsabilidades dos diretores e membros do conselho das empresas e de suas qualificações profissionais, de forma a assegurar o funcionamento adequado desse órgão.

Sessões executivas

As regras da NYSE exigem que os membros do conselho de administração – não diretores – se reúnam em sessões executivas, regularmente programadas, sem a presença dos membros do conselho de administração que são diretores da empresa.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante, entretanto, nós realizamos, sem periodicidade estabelecida, reuniões dos membros do nosso Conselho de Administração – não diretores – sem a presença dos membros que também são diretores. A legislação societária brasileira permite que até um terço dos membros do conselho de administração seja também membro da diretoria executiva.

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e Comitê de Remuneração

Pelas da NYSE, as empresas nela registradas são obrigadas a ter um comitê de nomeação e governança corporativa e, ainda, um comitê de remuneração, formados inteiramente por membros independentes do conselho de administração e regidos por um ato constitutivo que dispõe sobre os objetivos e as responsabilidades de cada comitê. Entretanto, ainda de acordo com as regras da NYSE, as empresas nela registradas (tanto dos EUA como estrangeiras), das quais mais de 50% do capital votante são detidos por outra empresa, como em nosso caso, não têm que cumprir tal exigência.

Segundo a legislação brasileira, não somos obrigados, entretanto, optamos por instituir o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, responsável, em termos gerais, pelos assuntos referentes à governança da empresa e indicar as diretrizes de governança corporativa para o Conselho de Administração, bem como supervisionar o seu cumprimento e a seleção, nomeação e avaliação do Conselho de Administração.

Ainda de acordo com as leis do Brasil, as empresas de capital aberto não são obrigadas a ter um comitê de remuneração, no entanto, de acordo com a regulamentação bancária brasileira, somos obrigados a estabelecer um comitê de remuneração. O nosso Comitê de Remuneração é subordinado ao Conselho de Administração e os membros desse comitê não são, obrigatoriamente, independentes.

Comitê de Auditoria

As regras da NYSE exigem que as empresas nela registradas tenham um comitê de auditoria que (i) seja composto por, no mínimo, três membros independentes que tenham conhecimento em finanças; (ii) atenda às regras da SEC referentes ao comitê de auditoria de empresas registradas na NYSE; (iii) tenha, no mínimo, um membro que seja especialista em contabilidade ou gestão financeira; e (iv) seja regido por um ato constitutivo que determine expressamente os objetivos e as responsabilidades do comitê e estabeleça avaliações anuais de desempenho.

A legislação brasileira aplicável regula a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e exige a formação de um comitê de auditoria composto por, no mínimo, três membros. O nosso Comitê de Auditoria, criado em 28 de abril de 2004 e eleito anualmente pelo Conselho de Administração, atende às exigências brasileiras legais aplicáveis e é composto por membros e profissionais com comprovada capacitação técnica compatível com as atribuições desse comitê.

Segundo a SEC, os emissores privados estrangeiros que atendem a determinadas exigências não têm obrigação de ter um comitê de auditoria. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria atenda às exigências da Regra 10A-3(c)(3), capaz de atuar de forma independente no desempenho de suas atribuições. O nosso Comitê de Auditoria, na medida permitida pela legislação brasileira, desempenha todas as funções exigidas pela regra 10A-3 da *Exchange Act* (lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários).

De acordo com a legislação brasileira aplicável, a contratação de auditores independentes é responsabilidade do conselho de administração, enquanto a recomendação para a contratação e destituição de auditores independentes é de responsabilidade do comitê de auditoria. O nosso Conselho de Administração atua no lugar do Comitê de Auditoria, conforme permitido pela Regra 10A-3(c)(3)(v) da *Exchange Act* (lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários) para os fins de contratação dos nossos auditores independentes.

Aprovação pelos acionistas da remuneração dos administradores e dos programas de incentivo de longo prazo

As regras da NYSE exigem que os acionistas tenham a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração baseados em ações e suas alterações relevantes, em aumentos significativos da quantidade de ações disponíveis para o plano, salvo algumas exceções.

A legislação brasileira estabelece uma exigência semelhante, uma vez que prevê a necessidade de aprovação da remuneração total dos administradores (incluindo ações) e dos planos de outorga de opções de ações em assembleia geral ordinária. Consulte a seção Nossa governança, itens Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da alta administração e Programas de incentivo de longo prazo, para mais informações.

Diretrizes de governança corporativa

As regras da NYSE exigem que as empresas de capital aberto adotem e divulguem suas diretrizes de governança corporativa.

Já a legislação brasileira não contempla uma exigência semelhante. Contudo, nós temos a Política de Governança Corporativa, um conjunto de normas que consolida os nossos princípios e as nossas práticas de governança corporativa. Acreditamos que essas diretrizes, condizentes com a legislação do Brasil, sejam compatíveis com as diretrizes estabelecidas pela NYSE. Adotamos regras mais rígidas do que aquelas exigidas pela legislação brasileira, uma vez que aderimos, de forma voluntária, ao Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa e concedemos direitos de venda conjunta (*tag-along*) para todos os acionistas, independentemente de seus direitos de voto. Consulte a seção Nossa governança, item Nossas práticas para mais informações.

Código de ética

As regras da NYSE exigem que as empresas nela registradas adotem e divulguem um código de ética para os membros do conselho de administração, diretores e colaboradores. A NYSE também exige que as empresas nela registradas informem, imediatamente, assuntos relacionados à dispensa de aplicação das disposições do código de ética para os membros do conselho ou diretores.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante, entretanto, nós temos um Código de Ética que, dentre outros assuntos, rege a conduta de todos os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores do Grupo Itaú Unibanco, detalhando os princípios que norteiam nossas atitudes e práticas.

Auditoria interna

As regras da NYSE exigem que as empresas nela registradas mantenham uma auditoria interna cuja responsabilidade é reportar, à administração e ao comitê de auditoria, avaliações constantes dos processos de gerenciamento de risco da empresa e do sistema de controles internos.

A legislação bancária brasileira estabelece uma exigência semelhante, uma vez que exige que as instituições financeiras tenham uma auditoria interna. A nossa auditoria interna é responsável por avaliar a suficiência e a efetividade dos nossos controles operacionais e de gestão, bem como a adequação dos nossos processos de identificação e gerenciamento de riscos. Além disso, nossa auditoria interna é independente da administração na condução de suas atividades e tem acesso a todas as informações e pessoas necessárias para desempenhar suas funções. A auditoria interna está subordinada, administrativamente, à presidência do Conselho de Administração, sendo suas atividades supervisionadas pelo nosso Comitê de Auditoria.

Controles cambiais

Pessoas físicas ou pessoas jurídicas, domiciliadas fora do Brasil, podem deter nossas ações. Entretanto, o direito de converter os pagamentos de dividendos e resultados das vendas de nossas ações em moeda estrangeira, bem como remeter esses montantes para o exterior, está sujeito às restrições da legislação sobre investimentos estrangeiros que geralmente exigem, entre outras coisas, que o investimento em questão seja registrado no Banco Central do Brasil e na CVM. Os investidores estrangeiros devem registrar seus investimentos diretos em nossas ações nos termos da lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, ou da resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.

A lei nº 4.131 é o principal instrumento referente ao capital estrangeiro e aos investimentos diretos em empresas brasileiras, e aplica-se ao capital que ingressa no Brasil na forma de divisas, bens e serviços. Exceto pelo registro de entrada/saída de capital junto ao Banco Central, os investidores não residentes que investem diretamente no capital de empresas brasileiras não precisam de nenhuma autorização específica para realizar esses investimentos.

O registro acordado na resolução nº 2.689 concede um tratamento fiscal favorável para os investidores não residentes, ou domiciliados em paraísos fiscais, conforme definido pela legislação fiscal brasileira.

De acordo com a resolução nº 2.689, os investidores não residentes podem investir em quase todos os ativos financeiros e realizar quase todas as transações disponíveis nos mercados financeiros e de capitais brasileiros, desde que certas exigências sejam atendidas. De acordo com a resolução nº 2.689, a definição de investidor não residente inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimento coletivo, domiciliadas ou sediadas fora do Brasil.

Nos termos da resolução nº 2.689, um investidor não residente deve:

- Nomear, pelo menos, um representante no Brasil com poderes para praticar atos relacionados ao seu investimento;
- Nomear um custodiante, autorizado no Brasil, para seu investimento;
- Registrar-se como investidor estrangeiro na CVM; e
- Registrar seu investimento estrangeiro no Banco Central.

Adicionalmente, o investidor com operações nos termos dos dispositivos da resolução nº 2.689 deve ser registrado na Receita Federal, cujo processo é realizado pelo representante legal do investidor no Brasil.

De acordo com a resolução nº 2.689, os títulos e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros devem ser registrados, protegidos ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade autorizada pelo Banco Central ou pela CVM.

A negociação de títulos e valores mobiliários, segundo o regime da resolução nº 2.689, está restrita às transações realizadas nas bolsas de valores ou por meio de mercados de balcão organizados, autorizados pela CVM, com exceção de transações resultantes de subscrições, dividendos de ações, conversão de títulos de dívida em ações, índices referenciados, compra e venda de ações de fundos de investimentos abertos e, quando previamente autorizado pela CVM, casos resultantes das transações de fechamento de capital, cancelamento ou suspensão de negociação, acordos judiciais e negociação de ações previstas em acordos de acionistas.

Além disso, qualquer transferência ou cessão de titularidade de investimentos, em títulos ou valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros detidos por investidores não residentes, que não esteja prevista na resolução nº 2.689 está proibida, salvo exceção das transferências resultantes de fusões, cisões e outras reestruturações societárias realizadas no exterior, bem como os casos de sucessão hereditária.

Informações Adicionais ao Investidor

Calendário Corporativo de 2014

Evento	Assembleia Geral Ordinária Data
Assembleia Geral Ordinária	23 de abril de 2014
Divulgação dos Resultados – Primeiro Trimestre de 2014	29 de abril de 2014
Divulgação dos Resultados – Segundo Trimestre de 2014	05 de agosto de 2014
Divulgação dos Resultados – Terceiro Trimestre de 2014	04 de novembro de 2014

Cópia Impressa do Relatório Anual

Os investidores podem receber uma cópia impressa deste Relatório Anual, incluindo as Demonstrações Contábeis completas e auditadas do último exercício social, sem custo nenhum, mediante a solicitação de uma cópia impressa para o Departamento de Relação com Investidores, via mensagem eletrônica para relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br, indicando seus dados para contato e o endereço completo.

Nossas informações corporativas e contatos GRI G4-5

Somos constituídos, por prazo indeterminado e de acordo com as leis do Brasil, como uma empresa de capital aberto. Nossa sede administrativa está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 04344-902, São Paulo, SP, Brasil, e nosso telefone é (11) 2794-3547. Somos regidos, principalmente, pela legislação societária brasileira e por nosso estatuto social. Nosso CNPJ nº 60.872.504/0001-23 está registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo por meio do NIRE 35300010230. Nosso objetivo corporativo, conforme estabelecido no Artigo 2º do nosso estatuto social é o de desenvolver a atividade bancária em todas as formas autorizadas, incluindo transações cambiais. Nosso agente para citação nos Estados Unidos é o gerente geral de nossa agência em Nova Iorque, que está localizada na 767 Fifth Avenue, 50th floor, Nova Iorque, NY 10153.

Nossa governança

Nosso foco estratégico é a criação de valor para os acionistas e consideramos a governança corporativa uma ferramenta relevante, em um processo contínuo e de longo prazo, para este fim.

A adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa, facilita seu acesso ao capital e contribui para a sua longevidade. Portanto, adotamos práticas de governança corporativa que estão alinhadas com as melhores práticas adotadas nos mercados brasileiro e internacional. Buscamos a evolução constante de nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o crescimento sustentável de nossa empresa.

De acordo com esses princípios, aderimos, de forma voluntária, ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Associação Brasileira das Companhias Abertas ("Abrasca"), que foi elaborado com base nas melhores práticas de governança corporativa existentes no Brasil e no exterior. Fomos indicados para o *Dow Jones Sustainability Index* pelo 14º ano consecutivo – somos o único banco latino-americano a participar desse índice, desde a sua criação, em 1999 –, e, além disso, comporemos o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa pelo 9º ano consecutivo. **GRI G4-15**

Nos EUA, nossas ADSs estão registradas no Nível 2 da NYSE, por meio do qual, e além dos critérios estabelecidos pela CVM e pelo BACEN, estamos sujeitos aos critérios adicionais estabelecidos pela NYSE e pela SEC.

Adotamos um Código de Ética que se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores. Em 2013, como parte da nossa evolução constante nas práticas de governança corporativa, revisamos o nosso Código de Ética, amplamente disseminado em nossa empresa. Consulte [www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/Itaudecode.pdf?title=Código de Ética](http://www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/Itaudecode.pdf?title=Código%20de%20Ética) do Itaú Unibanco para mais informações sobre o nosso Código de Ética. O nosso código baseia-se em princípios que sustentam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, para o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos e para a busca permanente pelo desenvolvimento.

Adicionalmente, adotamos a Política de Divulgação de Informações Relevantes, que trata da divulgação, para o público, de informações relevantes e de acordo com a regulamentação da CVM. Também adotamos a Política de Negociação de Títulos e Valores Mobiliários, que restringe a negociação de títulos e valores mobiliários durante certo período, exigindo que a administração anuncie publicamente todas as operações realizadas com os nossos títulos e valores mobiliários, conforme faculta a regulamentação da CVM.

Consulte [www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/ENGLISHpolitica_gc.pdf?title=Política de Governança Corporativa](http://www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/ENGLISHpolitica_gc.pdf?title=Política%20de%20Governança%20Corporativa) para mais informações sobre os princípios e práticas de governança corporativa que adotamos.

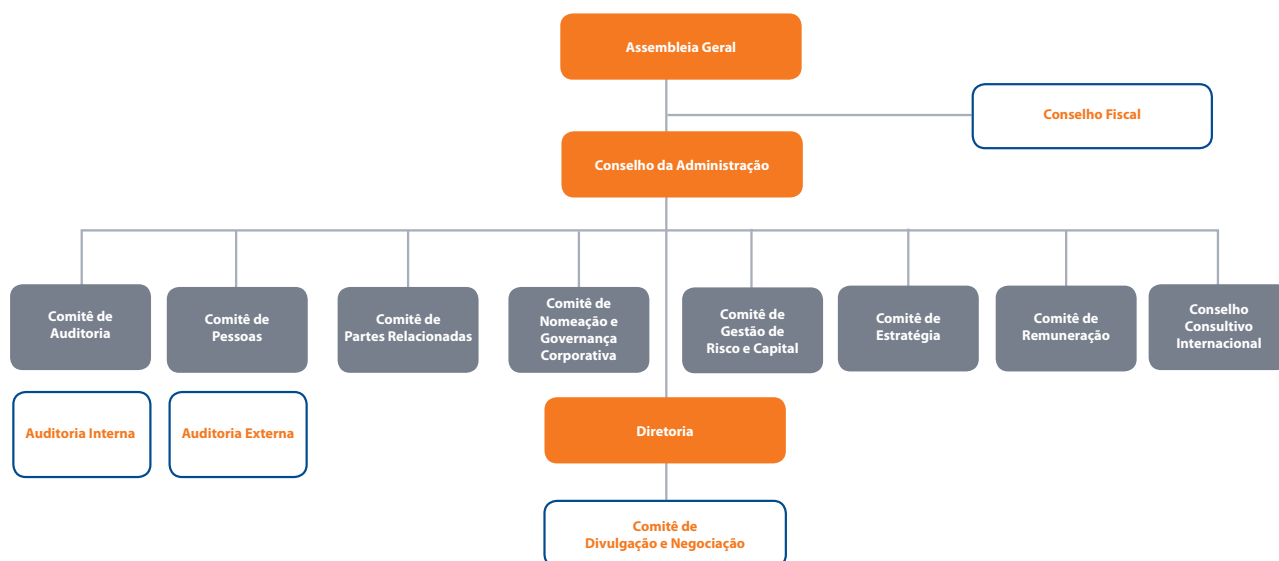
Nossas práticas

Ao longo de nossa história, como parte de nossas iniciativas de governança corporativa, adotamos decisões relacionadas com a melhoria da divulgação de nossas informações e com a proteção dos direitos dos acionistas não controladores. Por exemplo, somos registrados como uma empresa de capital aberto na BM&FBovespa e nossas ações são negociadas desde a nossa fundação em 1944. Em 2001, aderimos, de forma pioneira, e voluntária, ao Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa. Em 2002, registramos nossos ADSs de Nível 2 na NYSE, cumprindo tanto com os critérios da SEC como também com as exigências legais dos EUA, como a lei Sarbanes-Oxley, de 2002.

Desde 2002, com o compromisso de fortalecer nossa posição no mercado de capitais brasileiro, realizamos uma série de apresentações nos escritórios regionais da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC). Também promovemos, desde 1996, apresentações nos Estados Unidos e na Europa. Nesses encontros, temos a oportunidade de fornecer para a comunidade financeira os detalhes sobre nosso desempenho, estratégias para agregar valor, perspectivas futuras, entre outras questões importantes.

Estrutura da administração

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam amplamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma conjunta. Apresentamos, a seguir, os órgãos de nossa administração, suas principais funções e os administradores que os compõem. **GRI G4-34**



Assembleia Geral

A nossa Assembleia Geral é o órgão mais alto de tomada de decisões e reúne os acionistas periodicamente, no primeiro quadrimestre de cada ano, e, excepcionalmente, sempre que os interesses da empresa assim exigirem.

A convocação da assembleia geral é de responsabilidade do nosso Conselho de Administração. O primeiro edital de convocação deve ser publicado até 15 dias antes da data da assembleia. A legislação societária brasileira estabelece que, em circunstâncias específicas, a assembleia também pode ser convocada pelo conselho fiscal ou qualquer acionista.

O edital de convocação de uma assembleia geral deve ser publicado três vezes em datas diferentes, em diários oficiais de ampla circulação em São Paulo, onde está localizada a nossa sede, determinando o local, a data e a hora do encontro, a ordem do dia e, no caso de uma alteração em nosso estatuto social, uma descrição da alteração proposta.

Além de cumprir as exigências da legislação societária brasileira, nós também publicamos os editais, em três idiomas diferentes (português, inglês e espanhol), em nosso site e os enviamos por mensagem eletrônica para os investidores e acionistas cadastrados, bem como por meio da CVM, da BM&FBovespa, da SEC, da NYSE e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA).

Em regras gerais, a legislação societária brasileira prevê que o quórum para uma assembleia geral é composto por acionistas que representem, pelo menos, 25% do capital votante emitido e em circulação na data da primeira convocação da assembleia. Caso esse quórum não seja alcançado, ele será representado por qualquer percentual do capital votante da empresa, na data da segunda convocação da assembleia. Geralmente, as nossas assembleias são realizadas com um quórum que representa dois terços do nosso capital votante.

Para participar de uma assembleia geral, os acionistas devem apresentar um documento de identificação. Um acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um representante nomeado – menos de um ano – antes da assembleia. O representante deve ser um acionista ou um diretor da empresa, um advogado ou uma instituição financeira. Os fundos de investimento devem ser representados pelo seu diretor.

Em 2012, passamos a disponibilizar uma ferramenta de “Assembleia Online”, a qual corresponde a uma plataforma de votação eletrônica que proporciona maior acessibilidade aos acionistas e permite que eles exerçam seus direitos de voto antecipadamente, de qualquer lugar.

Os mesmos procedimentos de convocação de assembleias gerais ordinárias se aplicam para a convocação de assembleias gerais extraordinárias.

Conselho de Administração

O nosso Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios, incluindo nossas controladas, cuja eleição é feita anualmente pelos nossos acionistas.

Os membros do Conselho da Administração devem atuar de forma imparcial, de acordo com regras preestabelecidas, evitando conflitos de interesse. Essas regras incluem:

- Não participar de deliberações referentes aos assuntos com os quais os interesses do membro do Conselho de Administração sejam conflitantes com os nossos interesses. O membro do Conselho de Administração deve informar ao conselho sobre qualquer possível conflito de interesse assim que o assunto que gerou esse conflito for incluído na ordem do dia ou proposto pelo Presidente do Conselho de Administração e, em qualquer circunstância, antes do início de qualquer discussão sobre o tema em questão;
- Caso o membro do Conselho de Administração, ou uma empresa por ele controlada ou gerida, realize uma operação com qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco: (i) a operação deve ser realizada em condições normais de mercado; (ii) se ela não for uma operação cotidiana ou uma prestação de serviços, um parecer deve ser emitido por consultores financeiros reconhecidos comprovando que a operação foi realizada em condições normais de mercado; e (iii) a operação deve ser informada e conduzida sob a supervisão do Comitê de Partes Relacionadas, da Superintendência de Ética e Ouvidoria ou dos canais habitualmente competentes na hierarquia do Grupo Itaú Unibanco, observadas as regras e condições previstas em nossa Política para Transações com Partes Relacionadas; e
- Participar em, no máximo, quatro conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo grupo.

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado anualmente e visa assegurar que seus membros estejam alinhados com os valores da organização e que eles representem os interesses dos nossos acionistas.

Nosso Conselho de Administração conta, atualmente, com 12 membros, sendo quatro deles independentes (33%), seis deles conjuntamente nomeados pela Itaúsa e Cia. E. Johnston e, devido à sua participação direta em nosso capital, dois deles são nomeados pela Itaúsa. Os membros do nosso Conselho de Administração se reúnem periodicamente, oito vezes ao ano e, excepcionalmente, sempre que necessário.

Comitês do Conselho de Administração

De acordo com o nosso estatuto social, a idade máxima para membros do Conselho de Administração é de 70 anos. Ainda, conforme o estatuto, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo não podem ser exercidos pela mesma pessoa.

De acordo com a legislação brasileira, a eleição ou reeleição de cada membro do nosso Conselho de Administração está sujeita à aprovação do Banco Central. Todos os membros do Conselho de Administração são eleitos para um mandato de um ano e podem ser reeleitos mediante a aprovação do Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um membro do Conselho de Administração em exercício cargo é mantido em seu cargo até que ele seja reeleito ou até que o seu sucessor seja eleito.

Consulte [www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/InternalCharterof...pdf?title=Ato Constitutivo Interno do Conselho de Administração](http://www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/InternalCharterof...pdf?title=Ato%20Constitutivo%20Interno%20do%20Conselho%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o) para mais informações.

Apresentamos a seguir nossos sete comitês, os quais respondem diretamente ao Conselho de Administração. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano e devem ter comprovado conhecimento nas respectivas áreas de atuação e capacitação técnica compatível com suas atribuições. Esses comitês são:

- Comitê de Auditoria
- Comitê de Estratégia
- Comitê de Gestão de Riscos e de Capital
- Comitê de Nomeação e Governança Corporativa
- Comitê de Pessoas
- Comitê de Remuneração
- Comitê de Partes Relacionadas
- Conselho Consultivo Internacional

Os comitês podem contratar especialistas externos, com a preocupação de sempre zelar pela manutenção da integridade e da confidencialidade dos seus trabalhos.

Consulte www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas para mais informações sobre as regras de cada comitê.

Comitê de Auditoria

“O Comitê reuniu-se em 41 dias, no período de fevereiro/13 a janeiro/14, no desempenho das funções inerentes às suas responsabilidades de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Conglomerado.

Dedicou-se, especialmente, na melhoria de procedimentos da Auditoria Interna e no acompanhamento da evolução dos controles internos e *compliance* da organização.”

Gustavo Jorge Laboissiere Loyola

Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário responsável pela supervisão da qualidade e da integridade das nossas demonstrações contábeis, do cumprimento das exigências legais e reguladoras, do desempenho, independência e qualidade dos serviços prestados pelos nossos auditores independentes e auditores internos, e da eficiência dos controles internos e sistemas de gestão de risco. Instituído em abril de 2004 pela assembleia geral dos acionistas, é o único órgão responsável pela supervisão das empresas do Grupo Itaú Unibanco que estão autorizadas a operar pelo Banco Central ou que são supervisionadas pela SUSEP.

Todos os membros do Comitê de Auditoria são independentes, nos termos da regulamentação do CMN, sendo que o Conselho de Administração encerrará o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência for afetada por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa. Visando atender as exigências da SEC e da NYSE, o Comitê de Auditoria conta com o especialista financeiro independente, Sr. Guy Almeida Andrade.

As avaliações do Comitê de Auditoria se baseiam em informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, das áreas responsáveis pela gestão de risco e controles internos, e por meio das análises dos membros do Comitê de Auditoria resultantes da observação direta. Após estabelecer uma programação de operações para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê se reuniu 31 vezes no período entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014.

Comitê de Estratégia

“O Comitê de Estratégia dedicou-se nos últimos doze meses à análise e implementação de oportunidades identificadas a partir da visão estratégica para o ano de 2020, bem como a compatibilização do orçamento e das metas para 2014, com a referida visão estratégica.

Das diversas oportunidades analisadas, foram recomendadas para aprovação investimentos que reforçaram a presença do banco na área de cartões de crédito e, em especial, a sua presença na América Latina. Neste contexto cabe destacar as aquisições dos negócios de cartões de crédito e empréstimo pessoal conduzidas pela Credicard e a fusão das nossas operações bancárias no Chile e Colômbia com o Corpbanca.”

Nildemar Secches

Conselheiro Independente e membro do Comitê de Estratégia

O Comitê de Estratégia é responsável por promover discussões sobre assuntos estratégicos críticos para nós. Suas atribuições incluem, sem limitações, o apoio às decisões do Conselho de Administração, propondo diretrizes orçamentárias para o conselho e emitindo pareceres e recomendações sobre diretrizes estratégicas e oportunidades de investimentos.

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital

“Ao longo de 2013, o Comitê de Gestão de Riscos e Capital continuou a exercer o seu mandato de supervisão das atividades de gestão de riscos e de capital. Como em outros anos, houve o acompanhamento e aprimoramento do arcabouço de limites estabelecidos pelo apetite de riscos. Neste ano, houve a primeira entrega do relatório ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital) ao Banco Central do Brasil. Dentro deste contexto, avaliações de adequação de capital em cenários normais e em estresse foram amplamente discutidos, inclusive tendo em vista as novas normas de capital definidas no Brasil, alinhadas à Basileia III.”

Pedro Luiz Bodin de Moraes

Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Gestão de Riscos e Capital

O Comitê de Gestão de Riscos e de Capital é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de atribuições relacionadas à nossa gestão de riscos e de capital, enviando relatórios e recomendações sobre esses temas para a aprovação do conselho. Suas atribuições incluem, sem limitações, a definição do nosso apetite de risco, o retorno mínimo esperado sobre o nosso capital, e a supervisão das atividades de gestão e controle de riscos, assegurando a sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações, e o atendimento às exigências reguladoras. Ele também é responsável por promover o aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

“O ano de 2013 se concentrou na continuidade e aprofundamento de diversas questões que vinham sendo discutidas no ano anterior. Merece destaque o novo projeto de estruturação do Comitê Executivo e a alteração da idade limite do CEO da holding de 60 para 62 anos.

Foi também discutida, em detalhe, a avaliação de todos os diretores executivos e por sugestão do CEO acordadas alterações. Discutido também o resultado das avaliações do funcionamento dos comitês, do conselho de administração, do CEO e do presidente do Conselho de Administração.

Diversos outros temas foram discutidos para aprofundamento futuro relativos a:

- Evolução da tecnologia e seu impacto para o setor bancário
- *Commercial drive*, uso de *big data centers* e *customer centricity*
- Eficiência de custos.”

Henri Penchas

Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, para mais informações sobre mudanças em nosso Conselho da Administração.

O Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é responsável por promover e supervisionar discussões relacionadas à nossa governança. Suas atribuições incluem, sem limitações, a análise e a emissão de pareceres sobre situações de potencial conflito de interesses entre os membros do Conselho de Administração e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, a revisão periódica dos critérios de nomeação dos membros independentes do nosso Conselho de Administração – de acordo com os princípios de governança e a regulamentação aplicável –, o apoio metodológico e procedimental à avaliação do conselho, dos seus membros, dos comitês e do Diretor Presidente, e a discussão sobre a sucessão dos membros do Conselho de Administração e do Diretor Presidente, bem como a recomendação dos mesmos.

Comitê de Pessoas

“Ao longo de 2013, o Comitê de Pessoas dedicou-se à revisão do modelo de avaliação de lideranças, buscando melhor alinhar nossos processos internos à cultura proposta no Nosso Jeito de Fazer, sobretudo na busca da meritocracia. Discutimos em profundidade os comportamentos esperados de um gestor do Itaú Unibanco Holding e propusemos que as lideranças fossem avaliadas à luz de dez comportamentos desejados.

O comitê também reviu todo o programa de atração de talentos: estagiário corporativo, trainee, patrocínios internacionais e captação de universitários com pós-graduação no exterior. Finalmente, analisamos questões relacionadas a clima interno, a partir das nossas pesquisas de satisfação; temas como relações no ambiente de trabalho e *turn over* foram debatidos, e metas quantitativas propostas à administração.”

Pedro Moreira Salles

Presidente do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas

O Comitê de Pessoas é responsável por definir as principais diretrizes referentes a pessoas. Suas atribuições incluem, sem limitações, a definição das diretrizes relacionadas com a atração e retenção de talentos, recrutamento e capacitação, e com os nossos programas de incentivo de longo prazo.

Comitê de Remuneração

“Ao longo de 2013, o Comitê de Remuneração teve como foco a análise dos incentivos gerados pelos modelos de remuneração variável vigentes no Itaú Unibanco Holding, principalmente em relação ao alinhamento do apetite de risco da organização ao montante total distribuído.

Um ponto importante foi a observação dos efeitos da resolução 3.921 do Banco Central do Brasil que definiu parâmetros para remuneração dos Administradores de instituições financeiras.

Para subsidiar as definições aplicadas aos modelos, o Comitê trabalha com pesquisas de remuneração nacionais e internacionais atualizadas constantemente, acompanhando os movimentos de mercado. Além disso, conta com a participação ativa das áreas de risco e finanças nas discussões relacionadas a esse tema, garantindo que todos os fatores sejam considerados no desenho.”

Israel Vainboim

Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é responsável por promover discussões sobre assuntos relacionados à remuneração de nossa administração. Suas atribuições incluem, sem limitações, o desenvolvimento de uma política de remuneração para os nossos administradores, propondo ao Conselho de Administração diferentes formas de remuneração fixa e variável – além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento –, a discussão, a análise e a supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais para a remuneração dos nossos colaboradores e recomendando o seu aprimoramento ao Conselho de Administração.

Comitê de Partes Relacionadas

“No ano de 2013, o Comitê de Partes Relacionadas analisou, conforme estabelece a Política Corporativa, quatro transações com partes relacionadas, que atingiram em um único contrato ou em contratos sucessivos, no período de 1 ano, valor igual ou superior a R\$ 1 milhão, tendo recomendado ao Conselho de Administração a sua aprovação.”

Nildemar Secches

Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por analisar as transações entre partes relacionadas, nas circunstâncias especificadas em nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, visando assegurar a igualdade e a transparência nessas operações. Ele é composto, em sua totalidade, por membros independentes.

Conselho Consultivo Internacional

O Conselho Consultivo Internacional é responsável por avaliar as perspectivas para a economia mundial e a adoção, por nossa parte, de códigos e normas internacionalmente aceitos, especialmente com relação à política monetária e financeira, governança corporativa, mercado de capitais, e aos sistemas de pagamento e prevenção contra a lavagem de dinheiro, visando contribuir para o fortalecimento de nossa presença na comunidade financeira internacional e oferecer diretrizes para o Conselho de Administração. O Conselho Consultivo Internacional é composto pelas seguintes pessoas – algumas delas não são membros do nosso Conselho de Administração nem colaboradores do Grupo Itaú Unibanco: Pedro Sampaio Malan, Alessandro Profumo, André Lara Rezende, Andres Velasco, Angel Corcóstegui, Carlos Ghosn, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino, Roberto Egidio Setubal, Vikram Pandit e Woods Staton.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente, eleito anualmente pelos nossos acionistas, cujas atribuições são fiscalizar as atividades da nossa administração, examinar as nossas demonstrações contábeis do exercício social e emitir uma opinião sobre essas demonstrações, dentre outras competências estabelecidas pela legislação brasileira. É composto por três a cinco membros e pelo mesmo número de suplentes, que devem ser eleitos anualmente em uma assembleia geral. O Conselho Fiscal deve atuar de forma independente da administração, dos nossos auditores externos e do comitê de auditoria.

Embora sua existência permanente não seja legalmente obrigatória, temos um Conselho Fiscal instalado e operando de forma ininterrupta desde 2000.

Consulte <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas> para mais informações sobre as regras de cada comitê.

Diretoria

Nossa Diretoria é eleita anualmente, pelo Conselho de Administração, e tem o papel de implementar as diretrizes por ele propostas. Os diretores conduzem as nossas atividades diárias, garantindo a melhor alocação e gestão dos nossos recursos e o alcance das metas que estabelecemos. A estrutura da nossa Diretoria é definida em função da segmentação dos nossos negócios.

De acordo com a legislação brasileira, a eleição de cada membro do nosso Conselho de Administração deve ser aprovada pelo Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um diretor em exercício mantém o seu cargo até que ele seja reeleito ou até que o seu sucessor seja eleito. Os nossos diretores passam por uma rigorosa avaliação interna e periódica, na qual são considerados critérios de desempenho como a satisfação do cliente e a gestão de pessoas e financeira.

Comitê de Divulgação e Negociação

O Comitê de Divulgação e Negociação está subordinado à Diretoria e é composto por membros do Conselho de Administração e da diretoria da Itaú Unibanco Holding, ou qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco, e por profissionais de conhecimento comprovado na área de mercado de capitais, indicados pelo nosso Diretor de Relações com Investidores, que também é um membro permanente do comitê.

O Comitê é responsável por gerir a nossa Política de Divulgação de Informações Relevantes e a nossa Política de Negociação de Títulos e Valores Mobiliários. Fomos um dos primeiros, entre as empresas de capital aberto do Brasil, a instituir esse comitê.

As atribuições do Comitê de Divulgação e Negociação incluem, sem limitações, a condução de ações internas que buscam melhorar o fluxo de informações e promover a conduta ética dos nossos administradores e colaboradores, assegurando a transparência, a qualidade, a igualdade e a segurança nas informações prestadas aos nossos acionistas, investidores e demais agentes do mercado de capitais.

Membros	Conselho de Administração	Committees						
		1. Auditoria	2. Estratégia	3. Gestão de Risco e de Capital	4. Nomeação e Governança Corporativa	5. Pessoas	6. Remuneração	7. Partes Relacionadas
Pedro Moreira Salles	P		P		P	P	P	
Roberto Egydio Setubal	M		M	M		M		
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	M				M		M	
Gustavo Jorge Laboissiere Loyola	I	I P		M				M
Henri Penchas	M		M		M		M	
Ricardo Villela Marino	M		M			M		
Alfredo Egydio Setubal	M				M			
Candido Botelho Bracher	M			M		M		
Israel Vainboim	I		M		M		M	
Pedro Luiz Bodin de Moraes	I			IP			M	M
Nildemar Secches	I		M			M		P
Demosthenes Madureira de Pinho Neto	M			M	M			
José Castro Araújo Rudge ¹							M	
Guy Almeida de Andrade		I						
Alkimar Ribeiro Moura		I						
Geraldo Travaglia Filho		I						
Luiz Alberto Fiore		I						

Membro: M

Membro independente: I

Presidente: P

1. Membro não administrador do Itaú Unibanco Holding S.A.

Membros do nosso Conselho de Administração e Diretores Executivos

Quatro membros do nosso Conselho de Administração, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Villela Marino e os irmãos Alfredo Egydio Setubal e Roberto Egydio Setubal são membros da família Egydio de Souza Aranha; um dos membros do nosso Conselho de Administração, Pedro Moreira Salles, é membro da família Moreira Salles.

Em 21 de fevereiro de 2013, anunciamos certas mudanças em nossa alta administração:

- Caio Ibrahim David, nosso Diretor Executivo que atua como Diretor Financeiro, e Claudia Politanski, nossa Diretora Executiva que atua como Diretora Jurídica Geral, também ocuparão o cargo de Vice-Presidentes Executivos do Itaú Unibanco;
- Eduardo Mazzilli de Vassimon, recentemente eleito nosso Diretor Executivo responsável pela unidade de Controle de Risco, também se tornou responsável pela nossa Divisão de Controle Interno; e
- Marcos de Barros Lisboa, anteriormente nosso Diretor Executivo responsável por nossas unidades de risco operacional e eficiência, deixou o cargo em 15 de março de 2013.

Conselho de Administração

Pedro Moreira Salles

Idade: 54

*Mandato atual:
Presidente do Conselho
de Administração desde
fevereiro de 2009*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston de Participações e IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. desde 2008

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: membro do Conselho de Administração da Totvs S.A. desde março de 2010

Membro dos seguintes Comitês: Remuneração, Estratégia, Nomeação e Governança Corporativa e Pessoas

Histórico profissional: atua como Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston de Participações e IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. desde 2008. Atuou como Vice-Presidente Executivo desde novembro de 2008 a agosto de 2009. Atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. entre fevereiro de 2009 e abril de 2012; como Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Unibanco Holdings S.A. desde abril 2004 a novembro de 2008; e como Vice-Presidente Corporativo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. entre abril de 2004 e novembro de 2008. Atuou, ainda, como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. desde novembro de 2009 a março de 2012; como Presidente do Conselho de Administração da Unibanco Seguros S.A. desde dezembro de 1995 a fevereiro de 2009; e como Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participações S.A. desde 2001 a fevereiro de 2009.

Formação acadêmica: Possui diploma de bacharel, *magna cum laude*, em economia e história pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e cursou os programas de relações internacionais na Yale University e de owner/president management na Harvard University.

**Alfredo Egydio Arruda
Villela Filho****Idade: 44**

*Mandato atual: Vice-
Presidente do Conselho
de Administração desde
novembro de 2002*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: membro do Conselho de Administração da Itaúsa desde 1995. Atua como Vice-Presidente desde maio de 2011 e como Diretor Presidente desde setembro de 2008

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco:
Não

Membro dos seguintes Comitês: divulgação e Negociação, Nomeação e Governança Corporativa e Remuneração

Histórico profissional: atua como membro do Conselho de Administração da Itautec S.A. desde abril de 1997 e, como Vice-Presidente, desde janeiro de 2010. Atuou como Presidente do Conselho de Administração da Itautec S.A. de abril de 2009 a janeiro de 2010 e, como Vice-Presidente, desde abril de 1997 a abril de 2009. Atua como Membro do Conselho de Administração da Duratex S.A. desde 1996, sendo Vice-Presidente desde 2008. Atuou também como Membro do Conselho de Administração da Elekeiroz S.A. de abril de 2004 a abril de 2010, tendo sido Presidente entre abril de 2009 e novembro de 2009 e Vice-Presidente entre abril de 2004 e abril de 2009 e entre novembro de 2009 e abril de 2010. Atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco S.A. entre 2001 e março de 2003.

Formação acadêmica: Engenheiro mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia e pós-graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas.

**Roberto Egidio
Setubal**
Idade: 59

*Mandato atual: Vice-
Presidente do Conselho
de Administração e
Diretor Presidente desde
março de 2003*

Prazo de mandato: para o seu cargo como Membro do Conselho de Administração, até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014. Para o seu cargo como Diretor Presidente, até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Vice-Presidente Executivo da Itaúsa desde maio de 1994. Atua como Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. desde fevereiro de 2003

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Estratégia, Gestão de Riscos e de Capital e Pessoas

Histórico profissional: atua como Diretor Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde abril de 1994; sendo Diretor Geral entre 1990 e 1994. É Vice-Presidente do Instituto de Finanças Internacionais (IIF) desde setembro de 2003, membro do Conselho da Conferência Monetário Internacional, membro do Comitê Consultivo Internacional do *The Federal Reserve Bank of New York*, membro do Comitê Consultivo Internacional da NYSE desde abril de 2005, e membro do Fórum de Desenvolvimento da China desde 2010. Foi Presidente da FENABAN e da FEBRABAN entre abril de 1997 e março de 2001, e membro do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) entre março de 2002 e janeiro de 2003.

Formação acadêmica: Formado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e master of science engineering pela Stanford University.

**Alfredo Egydio
Setubal**
Idade: 55

*Mandato atual:
Membro do Conselho
de Administração
desde 2007 e Vice-
Presidente Executivo e
Diretor de Relações com
Investidores desde 2003*

Prazo de mandato: para o seu cargo como Membro do Conselho de Administração, até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014. Para o seu cargo como Vice-Presidente Executivo, até a posse dos eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Vice-Presidente do Conselho de Administração da Itaúsa desde 2008

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Divulgação e Negociação, Nomeação e Governança Corporativa.

Histórico profissional: atua como Vice-Presidente Executivo do Itaú Unibanco S.A. desde março de 1996 e foi Diretor de Relações com Investidores entre 1995 e 2003. Atuou como Diretor Executivo entre 1993 e 1996 e, como Diretor Gerente, entre 1988 e 1993. É membro do Conselho de Administração da Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (ADEVAL) desde 1993, da BM&FBovespa (antiga Bovespa), desde 1996, e da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), desde 1999. Foi Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) entre 2000 e 2003 e membro do Conselho de Administração entre 1999 e 2000 e de 2004 a 2009. Foi membro da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) – atualmente Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) – entre 1994 e agosto de 2003 e Presidente, entre agosto de 2003 e agosto de 2008. Foi ainda membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC entre 1998 e 2003.

Formação acadêmica: Graduado e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas com curso de especialização no INSEAD (França).

Outras ocupações: atua como Diretor Financeiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) desde 1992.

**Candido Botelho
Bracher**
Idade: 55

*Mandato atual:
Membro do Conselho
de Administração
desde novembro de
2008 e Vice-Presidente
Executivo desde maio
de 2005*

Prazo de mandato: para o seu cargo como Membro do Conselho de Administração, até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014. Para o seu cargo como Vice-Presidente Executivo, até a posse dos eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014.

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. desde fevereiro de 2003, e Diretor Presidente, desde abril de 2005

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: membro do Conselho de Administração da BM&FBovespa S.A. e membro do Conselho de Administração do Pão de Açúcar – Cia. Brasileira de Distribuição

Membro dos seguintes Comitês: Gestão de Riscos e de Capital e Pessoas

Histórico profissional: atuou como Diretor Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. entre fevereiro de 2003 e abril de 2005, no qual foi responsável pelas áreas comercial, mercado de capitais e políticas de recursos humanos. Atuou como Diretor do Banco Itaú BBA Creditanstalt S.A. entre 1988 e 2003.

Formação acadêmica: Administrador de empresas formado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getulio Vargas.

**Demosthenes
Madureira de Pinho
Neto**
Idade: 53

*Mandato atual:
Membro do Conselho
de Administração desde
abril de 2012*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco:
não

Membro dos seguintes Comitês: Gestão de Riscos e de Capital, Nomeação e Governança Corporativa

Histórico profissional: atuou como Diretor Executivo do Itaú Unibanco S.A. entre dezembro de 2008 e abril de 2011 e, como Vice-Presidente Executivo do Banco Itaú BBA S.A., entre novembro de 2008 e abril de 2009. Foi Vice-Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. entre julho de 2005 e abril de 2011 e atuou como Diretor Executivo da Unibanco Asset Management entre agosto de 2002 e julho de 2005. Atuou como Vice-Presidente da ANBID entre 2000 e 2003, como Diretor Executivo da *Dresdner Asset Management* entre novembro de 1999 e 2002, como Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil entre 1997 e 1999, e como Coordenador Geral de Política Monetária e Financeira do Ministério da Fazenda.

Formação acadêmica: Bacharel e mestre em economia pela PUC-RJ e Ph.D em economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley.

**Gustavo Jorge
Laboissiere Loyola**
Idade: 61

*Mandato atual:
Membro do Conselho
de Administração
desde abril de 2006 e
Presidente do Comitê
de Auditoria desde
setembro de 2008*

Prazo de mandato: para o seu cargo como Membro do Conselho de Administração, até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014. Para seu cargo como Presidente do Comitê de Auditoria, até a posse dos eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014.

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Gestão de Riscos e de Capital e Partes Relacionadas

Histórico profissional: foi Presidente do nosso Conselho Fiscal entre março de 2003 e abril de 2006. Atua como sócio nas empresas Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda. e Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda. Atua, ainda, como Sócio-Diretor da Gustavo Loyola Consultoria S/C desde fevereiro de 1998. Atuou como Presidente do Banco Central do Brasil entre novembro de 1992 e março de 1993 e entre junho de 1995 e agosto de 1997, e como Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional de março de 1990 a novembro de 1992.

Formação acadêmica: Economista formado pela Universidade de Brasília, mestre e doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Henri Penchas**Idade: 67**

*Mandato atual:
Membro do Conselho
de Administração desde
novembro de 2002*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Vice-Presidente Executivo da Itaúsa desde abril de 2009, e Diretor de Relações com Investidores desde 1995. Atua como Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. desde fevereiro de 2003.

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Remuneração, Estratégia, Nomeação e Governança Corporativa

Histórico profissional: atuou como Vice-Presidente Sênior desde abril de 1997 a abril de 2008, como Vice-Presidente Executivo desde abril de 1993 a março de 1997 e, como Diretor Executivo, desde 1988 a 1993, sendo responsável pelos controles financeiros do Itaú Unibanco S.A. entre 1988 e 1993. Foi Diretor Executivo da Itaúsa entre dezembro de 1984 e abril de 2008. Atua como membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Duratex S.A. desde abril de 2013, e como membro do Conselho de Administração da Elekeiroz S.A. desde abril de 2013. Atua como membro do Conselho de Administração, como Diretor Presidente e como membro do Comitê de Divulgação da Itaútec S.A. – Grupo Itaútec desde abril de 2013. Atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. entre fevereiro de 2003 e abril de 2008.

Formação acadêmica: Engenheiro mecânico formado pela Universidade Mackenzie e pós-graduação em finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

Israel Vainboim**Idade: 69***Mandato atual:**Membro do Conselho
de Administração desde
novembro de 2008***Prazo de Mandato:** até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014**Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco:** não**Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco:**
não**Membro dos seguintes Comitês:** Remuneração, Estratégia, Nomeação e Governança Corporativa**Histórico profissional:** atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. entre 1988 e 2009, como Diretor Presidente da Unibanco Holdings S.A., de 1994 a 2007, e foi Presidente do Conselho de Administração, entre 2007 e 2009. Atuou como Diretor Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. desde 1988 a agosto de 1992, como Diretor Vice-Presidente entre 1978 e 1988, e comandou a retaguarda do Grupo Unibanco desde 1973 a 1977.**Formação acadêmica:** Bacharel em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e MBA pela Stanford University.

Nildemar Secches**Idade: 65***Mandato atual:**Membro do Conselho
de Administração desde
abril de 2012***Prazo de mandato:** até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014**Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco:** não**Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco:**

Presidente do Conselho de Administração da BRF – Brasil Foods desde abril de 2007, Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 1998, Vice-Presidente do Conselho de Administração da *lochpe-Maxion* desde 2004, membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose desde maio de 2008, e da Ultrapar S.A. desde abril de 2002

Membro dos seguintes Comitês: Comitês de Estratégia, de Partes Relacionadas e de Pessoas

Histórico profissional: atuou como Diretor Presidente da Perdigão S.A. desde janeiro de 1995 a outubro de 2008. Foi também Diretor Geral Corporativo do Grupo *lochpe-Maxion* desde 1990 a 1994, e atuou como Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 1987 a 1990.

Formação acadêmica: Engenheiro mecânico pela USP de São Carlos, pós-graduado em finanças pela PUC do Rio de Janeiro e doutorado em economia pela Unicamp de Campinas.

Outras ocupações: Engenheiro Mecânico pela USP de São Carlos, Pós Graduado em Finanças pela PUC do Rio de Janeiro e Doutorado em Economia pela Unicamp de Campinas.

**Pedro Luiz Bodin
de Moraes****Idade: 57**

*Mandato atual:
Membro do Conselho
de Administração desde
novembro de 2008*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014**Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco:** não**Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco:** não**Membro dos seguintes Comitês:** Remuneração, Partes Relacionadas e Gestão de Riscos e de Capital

Histórico profissional: atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. desde abril de 2003 a agosto de 2009. Atuou como diretor e sócio do Banco Icatu S.A. desde 1993 a 2002 e, como diretor, entre 2002 e 2003. Atua como sócio da Icatu Holding S.A. desde 2003. Foi Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil entre 1991 e 1992, e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 1990 e 1991.

Formação acadêmica: Bacharel em ciências econômicas e mestrado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É doutor (PhD) em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Ricardo Villela Marino**Idade: 39**

*Mandato atual:
Membro do Conselho
de Administração desde
abril de 2008*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: membro Suplente do Conselho de Administração da Itaúsa desde abril de 2011. Vice-Presidente Executivo do Itaú Unibanco S.A. desde setembro de 2009

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Estratégia e Pessoas

Histórico profissional: atuou como Diretor Gerente Sênior desde maio de 2005 a agosto de 2006, como Diretor Gerente, desde abril de 2004 a abril de 2005, como Chefe da Mesa de Negociação de Derivativos entre 2003 e 2004 e como Chefe de Inteligência Comercial entre 2002 e 2003. Atua como membro suplente do Conselho de Administração da Itaúsa, desde abril de 2011, e como membro suplente do Conselho de Administração da Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., desde abril de 2009. Foi Presidente da Federación Latino Americana de Bancos (FELABAN) entre 2008 e 2010.

Formação acadêmica: Bacharel em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e mestre em administração de empresas, pela Universidade de Administração de Empresas – MIT Sloan – Cambridge, EUA.

Diretoria

Caio Ibrahim David
Idade: 45

Mandato atual:
Diretor Executivo
desde maio de 2010

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2013

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Divulgação e Negociação

Histórico profissional: ingressou no Itaú Unibanco S.A. em 1987 como *trainee* e atuou nas áreas de controladoria e controle de riscos de mercado e liquidez. Foi Diretor Executivo do Itaú BBA desde abril de 2008 a julho de 2010. Atua como membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Investimentos Bemge S.A., desde outubro de 2010, e como membro do Conselho de Administração da *Dibens Leasing S.A.* – Arrendamento Mercantil desde abril de 2010. Também atuou como Diretor Executivo da Itauseg Participações S.A. (empresa de capital aberto até novembro de 2012) desde abril de 2010 até o fechamento de seu capital. Atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Redecard S.A. desde maio de 2010 a dezembro de 2012. Atuou como associado no *Bankers Trust*, em Nova Iorque, na área de Gestão de Risco Global, em 1998.

Formação acadêmica: Engenheiro formado pela Universidade Mackenzie, com pós-graduação em economia e finanças pela Universidade de São Paulo e mestrado em controladoria também pela Universidade de São Paulo e MBA pela New York University com especialização em *finance, accounting e international business*.

Claudia Politanski**Idade: 43**

*Mandato atual:
Diretora Executiva desde
novembro de 2008*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Diretora Executiva de abril de 2009 a abril de 2013 e Vice-Presidente Executiva do Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2013. É atualmente responsável pela nossa divisão jurídica, atuando como Assessora Jurídica Geral.

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Divulgação e Negociação

Histórico profissional: ingressou no União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco) em 1991 e foi eleita Diretora Executiva em março de 2007. Atuou como Diretora desde janeiro de 2005 a fevereiro de 2007 e como Diretora Adjunta entre junho de 2001 e dezembro de 2004.

Formação acadêmica: Formada em direito pela Universidade de São Paulo e possui LLM pela University of Virginia e MBA pela Fundação Dom Cabral de Minas Gerais.

**Eduardo Mazzilli de
Vassimon**
Idade: 55

*Mandato atual:
Diretor Executivo desde
janeiro de 2013*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde janeiro de 2013. Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. desde abril de 2003

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atua como membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. desde abril de 2003. Atuou como Diretor Vice-Presidente desde abril de 2003 a dezembro de 2008 e foi responsável pelas áreas internacional, de instituições financeiras, produtos, mesa de clientes e tesouraria. Atuou como Gerente Geral do Itaú Unibanco entre 1980 e 1990. Atua como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. desde fevereiro de 2013. Atuou como Diretor Adjunto de Câmbio do Banco BBA-Creditanstalt S.A. entre 1990 e 1991 e, como diretor da área internacional, entre 1992 e 2003.

Formação acadêmica: Economista pela Faculdade de Economia da USP, administrador de empresas pela Fundação Getulio Vargas, pós-graduação pela EAESP/FGV e pela École des Hautes Études Commerciales – França.

Ricardo Baldin

Idade: 59

*Mandato atual:
Diretor Executivo desde
abril de 2009*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro S.A. desde outubro de 2011

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: foi Diretor Executivo do Itaú Unibanco S.A. entre abril de 2009 e abril de 2011. Em 1977, foi contratado pela *PricewaterhouseCoopers* como *trainee* e lá atuou como sócio durante 18 anos. Como auditor independente, foi o sócio responsável pela área de instituições financeiras. Foi também o sócio responsável pelo grupo de instituições financeiras da *PricewaterhouseCoopers* na América do Sul, onde foi responsável pela coordenação de vários projetos na região, inclusive a avaliação do sistema financeiro equatoriano. Foi diretor da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) e responsável pelo grupo de instituições financeiras no IBRACON, por diversos anos.

Formação acadêmica: Graduado em ciências contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. Cursos de extensão universitária na Fundação Dom Cabral e Fundação Getúlio Vargas, relativos à administração e finanças.

**Alexsandro Broedel
Lopes**
Idade: 39

*Mandato atual:
Diretor desde
maio de 2012*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Diretor no Itaú Unibanco S.A. desde maio de 2012

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes comitês: não

Histórico profissional: na Investimentos Bemge S.A., atua como diretor desde junho de 2012; na *Dibens Leasing S.A.* – Arrendamento Mercantil, como Diretor Executivo desde junho de 2012 e, como diretor, desde abril de 2013. Na Universidade de São Paulo (USP), atua como Professor Titular de Ciências Contábeis e Finanças desde 2002, lecionando disciplinas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado nas áreas de finanças e contabilidade. Atuou como diretor na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de 2010 a 2012. É membro do Conselho Consultivo de Normas e do Grupo Consultivo de Educação da Fundação IFRS.

Formação acadêmica: Doutor em ciências contábeis e finanças pela Escola de Economia de Manchester, doutor em controladoria e ciências contábeis pela Universidade de São Paulo, bacharel em ciências contábeis pela Universidade de São Paulo e bacharel em direito pela Universidade de São Paulo. Foi agraciado com o Prêmio Unibanco de Desempenho Universitário e com o Prêmio Prof. Ari Toríbio de Melhor Trabalho de Conclusão de Curso.

**Ana Tereza de Lima e
Silva Prandini**
Idade: 35

*Mandato atual:
Diretora desde
abril de 2012*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou como Diretora Executiva da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil desde abril de 2012 a janeiro de 2014. Ocupou diversos cargos de administração em unidades de controle de risco e de risco de crédito na Itaú Unibanco Holding S.A. entre 2008 e 2012. Foi Gerente dos grupos de Tesouraria e Liquidez e Exposição à Taxa de Juros (Carteira de Não Negociação) do Banco Citibank S.A. de 2006 a 2008, Supervisora de Controle de Riscos e Analista de Tesouraria no Banco Itaú S.A. entre 2001 e 2005. Atuou como estagiária e engenheira civil na Figueiredo Ferraz Engenharia de Projetos entre 2000 e 2001.

Formação acadêmica: Bacharel em engenharia civil pela Unicamp, MBA em finanças de mercado pelo IBMEC (SP). Kursou monitoria de riscos e mercados de derivativos financeiros pelo IBMEC (SP) e foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

**Eduardo Hiroyuki
Miyaki**
Idade: 41

*Mandato atual:
Diretor desde
abril de 2011*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Diretor no Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2010 a agosto de 2011

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou como gestor e diretor de *Compliance* do programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro do Itaú Unibanco S.A. desde 1996 a 2003. Foi o gestor responsável pelo Departamento de Auditoria Interna das nossas áreas de Gestão de Ativos e Tesouraria entre 2003 e 2004. Foi também gestor das nossas áreas de Auditoria Interna, Mercado de Capitais, Seguros e Títulos e Valores Mobiliários desde 2005 a 2010.

Formação acadêmica: Graduado em engenharia civil pela Universidade de São Paulo, especialização em saneamento pela Universidade Federal de Gundai, no Japão, especialização em administração de empresas pelo CEAG na Fundação Getulio Vargas e MBA em finanças e negócios internacionais pela Leonard Stern School of Business da New York University.

**Emerson Macedo
Bortoloto**
Idade: 36

*Mandato atual:
Diretor desde
setembro de 2011*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: ingressou no Grupo Itaú Unibanco em julho de 2003, ocupando cargos na área de Auditoria Interna. Desde novembro de 2008, é responsável pela avaliação de processos relacionados com riscos de mercado, crédito e operacional, além de auditoria de projetos e auditoria contínua. Também foi responsável por auditorias nos processos de tecnologia da informação e de análise e concessão de crédito no varejo no Itaú Unibanco S.A.. Também atuou na *Ernst & Young* Auditores Independentes no período entre maio de 2001 e junho de 2003. Atuou no Banco Bandeirantes S.A. entre 1992 e 2001, sendo responsável por conduzir auditorias de TI e de processos operacionais.

Formação acadêmica: Graduado em tecnologia em processamento de dados pela Faculdades Integradas TIBIRIÇA, pós-graduado em auditoria e consultoria em segurança da informação pela FASP – Faculdades Associadas de São Paulo, certificação CISA, emitida pelo ISACA e obteve MBA em auditoria interna pela FIPECAFI.

**Robert George
Stribling**
Idade: 60

*Mandato atual:
Diretor desde
julho de 2012*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou como Diretor de Riscos de Grupo do *Suncorp Group Ltd.* de 2010 a 2012. Anteriormente, foi Gerente Nacional do *National Australia Bank*, na China, entre 2007 e 2008, e Diretor de Riscos do *National Australia Bank*, na Austrália, desde 2005 a 2007. Atuou como Diretor Operacional e Chefe de Risco de Mercado do *ANZ Banking Group* desde 2001 a 2005.

Formação acadêmica: Bacharel em relações humanas e comportamento organizacional pela Universidade de São Francisco, e doutor em *banking*.

**Rodrigo Luis Rosa
Couto****Idade: 38***Mandato atual:
Diretor desde
dezembro de 2011***Prazo de mandato:** até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014**Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco:** Diretor no Itaú Unibanco S.A. desde novembro de 2011**Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco:** não**Membro dos seguintes Comitês:** não**Histórico profissional:** ingressou no Grupo Itaú Unibanco em 2008, ocupando um cargo no segmento de gerenciamento de risco corporativo. Atua como diretor da *Dibens Leasing S.A.* – Arrendamento Mercantil desde abril de 2013. Anteriormente, atuou na *McKinsey & Company* como associado, no período de setembro de 2005 a fevereiro de 2008. Atuou, ainda, como inspetor no Banco Central do Brasil de 1998 a 2003.**Formação acadêmica:** Graduado em administração, com ênfase em finanças, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e MBA com honras pela The Wharton School, University of Pennsylvania.

**Rogério Paulo
Calderón Peres**
Idade: 51

*Mandato atual:
Diretor desde
abril de 2011*

Prazo de mandato: até a posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: Diretor no Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2009

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: Divulgação e Negociação

Histórico profissional: atua como Diretor Vice-Presidente da Investimentos Bemge S.A. desde junho de 2012 e, como Presidente do Conselho de Administração, desde abril de 2013. Atua como diretor da *Dibens Leasing S.A.* – Arrendamento Mercantil desde abril de 2013. Exerceu, ainda, o cargo de Diretor Executivo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. entre 2007 e 2009. Atuou como membro do Conselho de Administração da Fosfertil, Ultrafertil e Fertifos, e como membro do Comitê de Auditoria da Fundação Bunge, Bungeprev e Fosfertil. No Grupo Bunge – Bunge Brasil S.A., atuou como Vice-Presidente Executivo entre 2003 e 2006.

Formação acadêmica: Bacharel em administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas e em ciências contábeis pela Fundação Paulo Eiró. Pós-graduado na E-Business Education Series da Darden Graduate School of Business Administration da Universidade de Virgínia. Também fez cursos na Summer Executive Business School da Universidade de Western Ontario, no Canadá; no Center for Executive Development Faculty da Universidade de Princeton e cursou gerenciamento de educação continuada e treinamento de profissionais em Arundel, Inglaterra; e executive business development na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo.

Conselho Fiscal

Alberto Sozin

Furuguem

Idade: 70

*Mandato atual:
Membro do Conselho
Fiscal desde
abril de 2006*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou no Banco Central do Brasil como economista, chefe do Departamento Econômico (1981-1983), diretor (1985), Delegado Regional em São Paulo (1991-1992), e escriturário (1963-1966). Atuou como Assessor de Ministro (Gestão Mário Henrique Simonsen) no Ministério da Fazenda e como diretor do Banco de Desenvolvimento (1975/1979) no Governo do Estado do Rio de Janeiro e diretor do Banco Central (1985).

Formação acadêmica: Economista, pós-graduado pela Fundação Getulio Vargas.

Outras ocupações: não

Iran Siqueira Lima
Idade: 69

Mandato atual:
Membro do Conselho
Fiscal desde março
de 2003

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou no Banco Central do Brasil como funcionário de carreira entre 1967 e 1993, no qual ocupou diversos cargos, com destaque para: Chefe Adjunto de Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais (1976/1979); Chefe do Departamento do Mercado de Capitais (1979/1984); Diretor da Área de Mercado de Capitais (1984); Diretor da Área de Fiscalização (1985); e Delegado Regional em São Paulo (SP) (1991 e 1993). No Banco da Cidade S.A., foi Diretor da Área de Mercado de Capitais (1986) durante o período em que esteve sob licença do Banco Central do Brasil. Nesse mesmo período (1986/1988), fundou um escritório de consultoria, na área de mercado de capitais, pelo qual exerceu a função de sócio-gerente, desde 1987 a junho de 1988. Em julho de 1988, retornou ao Governo Federal para exercer a função de Secretário de Orçamento e Controle de Empresas Estatais (SEST) (1988/1990). De maio de 1991 a dezembro de 1992, exerceu o cargo de Diretor Econômico-Financeiro da Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A. e atuou como membro dos conselhos de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Telecomunicações de São Paulo (Telesp) e da Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A. Desde 1972, leciona disciplinas ligadas à área de Contabilidade e Finanças nas seguintes universidades: AEUDF, UnB, USP, e nos cursos de M.B.A. da FIPECAFI.

Formação acadêmica: Economista formado pela UERJ, Formado em contabilidade pela AEUDF, pós-graduado em engenharia econômica e administração industrial pela Universidade Candido Mendes, mestre e doutor em contabilidade e controladoria pela Universidade de São Paulo.

**Luiz Alberto de
Castro Falleiros**
Idade: 56

*Mandato atual:
Membro do Conselho
Fiscal desde abril
de 2012*

Prazo de mandato: até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atua como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Universidade Tiradentes desde janeiro de 2009, como Conselheiro Consultivo da Perfipar, desde outubro de 2011, como membro do Conselho Fiscal da Total Agroindústria Canavieira, desde agosto de 2011, como membro suplente do Conselho Fiscal da AES Tiete, da Tupy S.A. e do Instituto de Energia e Meio Ambiente, desde abril de 2010. Atuou como membro do Conselho Fiscal do Banco Indusval entre abril de 2010 e abril de 2012. Foi Gerente Geral do Banco Alfa de Investimento S.A. desde maio de 1998 a fevereiro de 2000; Superintendente de Relações com o Mercado da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) desde maio de 1997 a abril de 1998, Diretor Adjunto de Investimento e Subscrição do Banco ABC – Roma S.A. desde setembro de 1991 a junho de 1996, Gerente de Subscrição e de Análise de Investimentos do Banco Multiplic S.A. desde maio de 1986 a setembro de 1991, e Coordenador de Análise da Cia. Suzano de Papel e Celulose entre outubro de 1984 e abril de 1986. Atua como sócio da FASCE Assessoria e Consultoria Empresarial S/C Ltda. desde abril de 2000.

Formação acadêmica: Economista formado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e MBA em finanças pela FACAMP.

Comitê de Auditoria

Alkimar Ribeiro Moura
Idade: 72

*Mandato atual:
Membro do Comitê de
Auditoria desde maio
de 2010*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou como membro independente do Conselho de Supervisão da BM&FBovespa S.A. de outubro de 2007 a setembro de 2010, como membro do Conselho de Administração do Banco Nossa Caixa S.A. entre maio de 2006 a fevereiro de 2007 e como Diretor Presidente e Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais do Banco do Brasil S.A. de abril de 2001 a janeiro de 2003. Atuou como membro do Conselho de Administração da Cia. Brasil de Seguros desde maio de 2001 a fevereiro de 2003, e do Banco Bandeirantes S.A. entre maio de 1999 e dezembro de 2000. Foi Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil desde fevereiro de 1996 a setembro de 1997.

Formação acadêmica: Bacharel em economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. MA, pela Universidade da Califórnia, Berkeley, Califórnia, PhD em economia aplicada pela Universidade Stanford, Califórnia.

Outras ocupações: atua como professor de economia na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), desde agosto de 1969.

**Eduardo Augusto de
Almeida Guimarães**
Idade: 67

*Mandato atual:
Membro do Comitê
de Auditoria desde
dezembro de 2008*

Prazo de mandato: até 31 de dezembro de 2013

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou como Diretor Presidente do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) entre 1999 e 2000, como Diretor Presidente do Banco do Brasil S.A., entre 2001 e 2003, como membro do Conselho de Administração da Fertibrás S.A., entre 2005 e 2007, como membro do Comitê de Auditoria da Globex – Utilidades Domésticas S.A., entre 2008 e 2009 e como membro do Comitê de Auditoria do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. desde abril de 2004 a dezembro de 2008. Foi Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1990 a 1992, e Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda entre 1996 e 1999. Também desempenhou diversas funções acadêmicas, tais como: professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Formação acadêmica: Bacharel em engenharia civil e economia. Mestre em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em economia pela Universidade de Londres.

**Geraldo Travaglia
Filho**
Idade: 62

*Mandato atual:
Membro do Comitê de
Auditoria desde
janeiro de 2013*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou como Diretor Executivo do Itaú Unibanco S.A. e da Itaú Unibanco Holding S.A. de novembro de 2008 a abril de 2009, como Diretor Executivo do Banco Itaú BBA S.A., de novembro de 2008 a janeiro de 2010 e como Diretor Executivo de Finanças da Redecard S.A. de maio de 2009 a abril de 2010. Atuou como Vice-Presidente Corporativo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de abril de 2004 a abril de 2009.

Formação acadêmica: Bacharel em administração pela Universidade de São Paulo e especialização em gestão bancária pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia.

**Guy Almeida
de Andrade**
Idade: 59

*Mandato atual:
Membro do Comitê
de Auditoria desde
dezembro de 2008*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: atuou como membro do Comitê de Auditoria do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de abril de 2004 a dezembro de 2008. Iniciou sua carreira em 1974 e atua, desde 1982, como sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes. Atuará, até dezembro de 2014, como Presidente do Conselho de Administração do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), no qual também atuou como membro do Conselho de Administração entre 2009 e 2011 e, como Presidente da Diretoria Nacional entre 2002 e 2004. Atuou na Federação Internacional de Contadores (IFAC) como membro do Comitê de Nomeação entre 2007 e 2010, como Presidente do Comitê de Auditoria, entre 2003 e 2006, e como membro do Conselho de Administração em 2000, sendo reconduzido a este cargo em 2003 e permanecendo até novembro de 2006. Foi Diretor Suplente pelo Brasil, da Associação Interamericana de Contabilidade desde 1999 a 2003.

Formação acadêmica: Bacharel em ciências contábeis pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e bacharel em administração de empresas pela Universidade Mackenzie.

Luiz Alberto Fiore**Idade: 62**

*Mandato atual:
Membro do Comitê de
Auditoria desde fevereiro
de 2012*

Prazo de mandato: até a posse dos membros eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

Outros cargos no Grupo Itaú Unibanco: não

Outros cargos em empresas de capital aberto que não fazem parte do Grupo Itaú Unibanco: não

Membro dos seguintes Comitês: não

Histórico profissional: em 1973, ingressou na *Deloitte Touche Tohmatsu*, na qual atuou como sócio nas áreas de Auditoria Externa e *Corporate Finance* desde 1985 a 2010. Atuou como membro do Comitê Executivo e do Conselho de Administração da Deloitte do Brasil de 1987 a 2008, e como membro da Diretoria Internacional da Deloitte *Corporate Finance* de 1998 a 2005. Foi auditor independente na *PricewaterhouseCoopers* entre 1971 e 1973.

Formação acadêmica: Bacharel em administração de empresas pela Universidade Católica (ESAN-PUC) e bacharel em ciências contábeis pela Universidade Mackenzie.

Outras ocupações: atua como consultor na Universidade São Judas desde 2010.

Remuneração dos administradores

Nossa Política de Remuneração está estruturada nos nossos princípios e práticas, e destina-se a alinhar os interesses dos nossos acionistas e dos nossos administradores. Em relação à remuneração variável, nossa Política de Remuneração tem o objetivo de atrair, reter e recompensar as realizações da administração, bem como incentivar a adoção de níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, nossa Política de Remuneração prevê que, do total da remuneração variável paga aos administradores, 50%, no mínimo, precisam ser pagos em ações ou instrumentos nelas baseados, e os outros 50%, no mínimo, precisam ser diferidos para pagamento futuro, por um período mínimo de três anos. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser retidas proporcionalmente, devido à redução significativa do lucro recorrente realizado ou a um resultado negativo do período em curso.

Instituímos um plano para outorga de opções de ações para os nossos administradores; o plano e as respectivas regras foram aprovados pelo nosso Conselho de Administração. De acordo com os termos desse plano, cada um dos seus beneficiários terá, anualmente, a atribuição de um valor base para o cálculo dos pagamentos previstos pelo plano de participação nos lucros. O valor final do pagamento para um indivíduo baseia-se nos resultados consolidados do Grupo Itaú Unibanco, nos resultados da unidade de negócios à qual o executivo pertence e ao seu desempenho individual. Este valor individual é determinado por meio da multiplicação do valor base por um índice aplicável para todos os participantes, o qual depende do nível de retorno sobre o patrimônio líquido.

Nossa estrutura de governança para a definição da remuneração prevê processos claros e transparentes e conta com a supervisão do Comitê de Remuneração, que se reporta ao Conselho de Administração. Dentre as suas atribuições, está a elaboração da Política de Remuneração, submetida à aprovação e revisão anual do Conselho de Administração. Além disso, nosso Comitê de Remuneração atua como importante intermediário junto ao Banco Central, aumentando a precisão e a transparência das informações prestadas para esse órgão regulador. Consulte [www.itaubr/arquivosestaticos/RI/pdf/Remuneracao.pdf?title=Regimento Interno do Comitê de Remuneração](http://www.itaubr/arquivosestaticos/RI/pdf/Remuneracao.pdf?title=Regimento%20Interno%20do%20Comit%C3%AA%20de%20Remunera%C3%A7%C3%A3o) para mais informações.

Os valores máximos a serem pagos aos administradores são propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária. Para 2013, foi aprovado o montante global da remuneração de R\$ 140,5 milhões para os administradores, sendo, até, R\$ 15,5 milhões para os membros do Conselho de Administração, e até R\$ 125 milhões para os diretores.

Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária aprovou para os membros do Conselho Fiscal, em 2013, uma remuneração fixa mensal individual de R\$ 15.000, para os membros efetivos, e de R\$ 6.000 para os suplentes.

Em 2013, registramos despesas com remuneração e com o plano de opções dos administradores do Grupo Itaú Unibanco no valor aproximado de R\$ 706,8 milhões. Esse valor inclui honorários, no montante aproximado de R\$ 278,6 milhões, participação nos lucros no valor aproximado de R\$ 258,9 milhões, e contribuições para os planos de previdência, no montante aproximado de R\$ 3,2 milhões. Além disso, os administradores receberam benefícios, tais como assistência médica e odontológica, que totalizaram R\$ 3,0 milhões.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 35 – Partes relacionadas – (b) Remuneração do pessoal-chave da administração, para mais detalhes.

Nossa Política de Remuneração está em conformidade com as diretrizes da regulamentação brasileira.

Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório, Remuneração dos administradores de instituições financeiras, para mais informações.

A legislação brasileira não exige a divulgação da remuneração individual dos nossos administradores, com exceção do maior e do menor valor recebido, não sendo necessário identificar os executivos. O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF) ajuizou, em nome dos seus filiados, uma ação judicial questionando a legalidade da exigência de referida divulgação, tendo sido deferida liminar para suspender a exigência. Não temos a intenção de fazer tal divulgação até que seja obtida uma decisão final sobre este assunto.

Nossa política de remuneração prevê benefícios pós-emprego para os nossos conselheiros e diretores, incluindo benefícios médicos, tais como plano de saúde e anual *check-up* médico. Exceto pelos benefícios estabelecidos pela nossa Política de Remuneração, não temos contratos de prestação de serviços com os membros do conselho que estabeleçam benefícios em caso de término do vínculo empregatício.

Programas de incentivo de longo prazo

Possuímos um programa de incentivo de longo prazo, por meio do qual os colaboradores e administradores do Grupo Itaú Unibanco, ou beneficiários, recebem opções de ações, que permitem que os colaboradores e administradores compartilhem o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais com outros acionistas. Essas ações são destinadas a integrar os beneficiários do nosso Plano de Opções de Ações no processo de desenvolvimento do nosso grupo a médio e longo prazo.

O nosso Comitê de Pessoas administra o Plano de Opções de Ações, inclusive aspectos como preços de exercício, prazos de carência e de vigência das opções simples e das opções de sócios, de acordo com as diretrizes previstas no documento.

As opções somente poderão ser outorgadas aos beneficiários se houver um lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios. Consulte a seção Itaú Unibanco, item Informação para o investidor, Pagamento dos acionistas, para mais informações sobre o pagamento de dividendos. Ainda, a fim de evitar a diluição dos acionistas, a soma das ações a serem utilizadas para remuneração dos administradores e das opções a serem outorgadas em cada exercício, não ultrapassará o limite de 0,5% do total de ações em circulação na data do balanço de encerramento do mesmo exercício. Caso o número de ações entregues e de opções outorgadas tenha ficado abaixo do limite de 0,5%, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração em ações ou de outorga de opções em qualquer um dos sete exercícios subsequentes.

Em 2013, 5.196.008 opções foram outorgadas no âmbito de nosso Plano de Opções. Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos ainda 76.062.424 opções a serem exercidas pelos beneficiários, compreendendo 603 beneficiários de opções simples e 252 beneficiários de opções de sócios.

Consulte a seção Desempenho, Item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 22 – Plano para Outorga de Opções de Ações.

Nossa gestão de risco



Fatores de risco

Apresentamos os riscos que consideramos relevantes para os nossos negócios e para os investimentos em nossos valores mobiliários. Caso qualquer um desses riscos se materialize, nossa situação financeira e nossos negócios podem ser afetados negativamente, assim como o valor dos investimentos realizados em nossos valores mobiliários. Dessa forma, é importante que os investidores avaliem cuidadosamente os fatores de risco descritos a seguir e as demais informações contidas neste documento.

Outros riscos que, atualmente, consideramos irrelevantes ou sobre os quais não temos conhecimento podem gerar efeitos semelhantes aos mencionados anteriormente, caso se materializarem.

Riscos macroeconômicos

Alterações nas condições econômicas podem nos afetar adversamente.

Nossas operações dependem do desempenho da economia brasileira, e, em grau menor, das economias de outros países nos quais realizamos negócios. A demanda por crédito e serviços financeiros, assim como a capacidade de pagamento, por parte de nossos clientes, é impactada diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como o crescimento econômico, renda, desemprego, inflação, flutuações nas taxas de juros e de câmbio. Assim, qualquer mudança relevante na economia brasileira, e, em menor grau, nas economias de outros países nos quais realizamos negócios, pode nos afetar.

Apesar de o Brasil ter apresentado crescimento econômico elevado em passado recente, as taxas de crescimento começaram a diminuir em 2011. Esse crescimento pode ser limitado por diversos fatores, inclusive estruturais, como infraestrutura inadequada (riscos de falta de energia, deficiências no setor de transporte, dentre outros) e a escassez de profissionais qualificados que contribui para reduzir os níveis de produtividade e eficiência do país. Dependendo da sua intensidade, esses fatores poderiam levar à redução nas taxas de emprego e queda nos níveis de renda e de consumo, resultando no aumento das taxas de inadimplência e, conseqüentemente, efeito material adverso para nós.

As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial e na estrutura do governo brasileiro podem nos afetar adversamente.

As autoridades brasileiras intervêm periodicamente na economia brasileira, por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, cenário que pode nos afetar negativamente. Tais alterações podem impactar variáveis fundamentais para nossa estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a nossa atuação em determinados mercados, afetando a nossa liquidez e a capacidade de pagamento dos nossos clientes.

Ademais, alterações na estrutura do governo brasileiro podem resultar em mudanças nas políticas governamentais, as quais podem nos impactar. Essa incerteza pode, no futuro, contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados de capitais brasileiros, a qual, por sua vez, pode ter efeito relevante adverso sobre nós. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem nos afetar.

A inflação e a oscilação nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Aumentos de preços repentinos e longos períodos de alta inflação podem causar, dentre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia. As medidas para combater as altas taxas de inflação incluem maior rigidez na política monetária, com elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez de curto prazo que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós. Mudanças nas taxas de juros podem afetar de forma material nossas margens líquidas, já que influenciam nossos custos de captação e concessão de empréstimos.

Adicionalmente, aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito, aumentar os custos de nossas reservas e elevar o risco de inadimplência dos nossos clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC poderiam diminuir nossos ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as nossas margens.

A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente.

O Brasil utiliza o sistema de câmbio flutuante, segundo o qual o mercado estabelece o valor do real em relação às moedas estrangeiras. No entanto, o Banco Central faz intervenções na compra ou venda de moedas estrangeiras com o objetivo de amenizar as variações e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio. Apesar dessas intervenções, a taxa de câmbio pode apresentar variações significativas. Além disso, em alguns casos, intervenções realizadas com o objetivo de evitar oscilações bruscas do valor do real, frente às outras moedas, podem ocasionar o efeito oposto, levando ao aumento na volatilidade da referida taxa de câmbio.

A instabilidade nas taxas de câmbio também pode causar um efeito adverso relevante sobre nós, já que uma potencial depreciação do real poderia ter efeitos negativos sobre nossos negócios, inclusive (i) perdas em nossos passivos expressos em moeda estrangeira, ou a ela indexados; (ii) redução da nossa capacidade de pagar obrigações expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, pois a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações ficaria mais cara; (iii) redução da capacidade dos tomadores brasileiros de nos pagar dívidas expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, e (iv) impactos negativos sobre o preço de mercado da nossa carteira de títulos. Por outro lado, a valorização da moeda brasileira poderia nos levar a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados. Para mais informações sobre como os efeitos dessas variáveis podem nos afetar, vide “O valor dos nossos valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras e internacionais, que podem gerar perdas significativas” a seguir.

Uma política fiscal expansionista pode nos afetar.

Uma política fiscal excessivamente expansionista, combinada com um aumento da intervenção do governo brasileiro na economia, poderia gerar uma perda de confiança por parte de investidores nacionais e estrangeiros. A menor credibilidade poderia ocasionar um rebaixamento da dívida soberana brasileira, e impactar a economia do país de forma negativa, causando desvalorização da taxa de câmbio, aumento da inflação e das taxas de juros e a desaceleração do crescimento econômico, afetando-nos, assim, de forma adversa.

Crises e volatilidade no mercado financeiro de países, que não o Brasil, podem afetar o mercado financeiro global e a economia brasileira e, consequentemente, os nossos negócios.

As condições econômicas e de mercado de outros países – inclusive os EUA, países da União Europeia e mercados emergentes –, podem afetar a disponibilidade de crédito e o montante de investimentos estrangeiros no Brasil em vários graus. Crises nesses países podem diminuir o interesse dos investidores por ativos brasileiros, o qual poderia afetar, de forma adversa e material, o preço de mercado de nossos títulos e dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e, consequentemente, o financiamento de nossas operações no futuro.

Bancos que operam em países considerados mercados emergentes, inclusive o nosso, podem estar particularmente suscetíveis às turbulências e às reduções na disponibilidade de crédito, ou aos aumentos nos custos de financiamentos, os quais poderiam ter impacto material adverso sobre as suas operações. Em particular, a disponibilidade de crédito para as instituições financeiras que operam nos mercados emergentes é significativamente influenciada por movimentos de aversão ao risco global. Adicionalmente, qualquer fator que impacte a confiança dos investidores, como uma diminuição na classificação do risco de crédito ou a intervenção do governo ou da autoridade monetária em um desses mercados, pode impactar o preço ou a disponibilidade de recursos para instituições financeiras inseridas em qualquer um desses mercados, afetando nossos negócios.

As crises financeiras globais dos últimos anos reduziram a capacidade de várias instituições financeiras em conceder empréstimos e causaram prejuízos. Além disso, o rebaixamento da classificação dos títulos de crédito e de dívida, e as incertezas em relação à solvência de certas instituições financeiras e ao setor de serviços financeiros em geral causaram problemas de liquidez no mercado como um todo, e poderiam ter levado a perdas, inadimplência ou falências de um número maior de instituições do mercado financeiro.

A turbulência e a volatilidade do mercado financeiro global, causadas pela recente crise econômica mundial, tiveram consequências significativas para o Brasil e para os outros países onde operamos, tais como a volatilidade no valor de títulos patrimoniais, das taxas de juros e de câmbio. O aumento da incerteza e da volatilidade levou a um arrefecimento no mercado de crédito e à desaceleração da economia, o qual, por sua vez, gerou elevação na taxa de desemprego e redução do poder aquisitivo dos consumidores. Essa crise financeira global pode afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros e ter um efeito adverso relevante sobre nós. Adicionalmente, como cedemos crédito, principalmente, para tomadores brasileiros, esses eventos podem prejudicar de forma significativa a capacidade dos nossos clientes de cumprir com suas obrigações e, assim, acrescer as operações de crédito em atraso ou em inadimplência, resultando em um aumento do risco associado à nossa atividade de crédito, nos obrigando a rever os nossos modelos de gestão de risco e de provisão para perdas.

A continuidade ou a piora da turbulência e da volatilidade do mercado financeiro global, ou mesmo a deterioração das condições econômicas de certos países, poderiam promover outros efeitos negativos no ambiente econômico e financeiro brasileiro e nos outros países em que atuamos, ocasionando um efeito material adverso sobre nós, além dos já mencionados anteriormente.

Consulte a seção Contexto – item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e global para mais informações sobre os dados e indicadores econômicos.

Risco legal e regulatório

Alterações na lei ou regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso sobre nossos negócios.

Alterações na legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras podem afetar a nossa capacidade de conceder empréstimos e de cobrar dívidas em atraso, um efeito adverso sobre nós. Outras alterações, inclusive aquelas referentes às restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles cambiais, podem também ter um efeito relevante sobre nossos negócios. Além disso, as interpretações das leis, por tribunais e agências, de forma divergente das opiniões dos nossos especialistas podem causar impacto relevante sobre nós.

Crises financeiras também podem motivar o governo brasileiro a alterar leis e regulamentações aplicáveis às instituições financeiras brasileiras. Por exemplo, em resposta à crise financeira global iniciada no final de 2007, os órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, propuseram reformas normativas para evitar a ocorrência de crises semelhantes, inclusive aquelas relativas à estrutura de Basileia III, a qual aumentou as exigências de capital mínimo regulamentar. Consulte a seção Nossa gestão de risco – item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, para mais detalhes sobre as exigências de capital regulatório. Considerando nossos índices atuais de capital regulatório, assim como as estimativas conservadoras de retorno esperado e de crescimento de ativos, não prevemos que um capital regulatório adicional seja necessário para suportar as nossas operações em um futuro próximo. No entanto, uma vez que a implementação da estrutura de Basileia III esteja concluída para os bancos brasileiros, e seus efeitos tenham sido totalmente avaliados, poderemos reavaliar nossa estratégia de financiamento para esse segmento.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando a promulgação de uma nova legislação que, se convertidos em lei tal como se encontra, poderia nos afetar de forma adversa, dificultando a cobrança de valores de tomadores inadimplentes.

Também temos operações em países como Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Uruguai e Estados Unidos. Alterações nas leis e regulamentos pertinentes aos nossos negócios, nos países em que operamos – ou a adoção de novas leis, como a lei *Dodd-Frank* de proteção ao consumidor e a Reforma de Wall Street, nos EUA, e suas respectivas regulamentações –, podem nos afetar de forma negativa.

Aumentos nas exigências de depósitos compulsórios podem nos afetar de forma negativa e material.

Depósitos compulsórios são as reservas que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central. Em geral, os depósitos compulsórios não proporcionam os mesmos retornos que outras formas de investimentos e depósitos, já que uma parte deles não rende juros. Esses recursos precisam ser detidos em títulos do Governo Federal brasileiro e são usados para financiar programas governamentais, como o projeto habitacional federal e subsídios do setor rural. O Banco Central vem alterando, periodicamente, o nível mínimo dos depósitos compulsórios. Os aumentos no referido nível reduzem nossa liquidez para conceder empréstimos e realizar outros investimentos e, como consequência, podem nos afetar de forma negativa e material.

Estamos sujeitos à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos à liquidação ou intervenção.

Atuamos em diversos setores relacionados a crédito e serviços financeiros, por meio de entidades que controlamos. Para fins de regulamentação ou supervisão, o Banco Central trata o banco e nossas subsidiárias e coligadas como uma única instituição financeira. Embora a nossa base de capital

consolidada proporcione solidez financeira e flexibilidade para nossas subsidiárias e coligadas, suas atividades individuais podem colocar, indiretamente, nossa base de capital em risco. Uma investigação ou intervenção do Banco Central, em especial nas atividades desenvolvidas por qualquer uma de nossas subsidiárias ou coligadas, pode ter impacto material adverso sobre nossas outras subsidiárias e coligadas e, por fim, sobre nós.

Na hipótese de nós ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras se tornar insolvente, o Banco Central poderá realizar um processo de intervenção ou liquidação em bases consolidadas, ao invés de realizar tais procedimentos em cada entidade individualmente. Em caso de intervenção ou liquidação nas bases consolidadas, os nossos credores fazem reivindicações sobre os nossos ativos e sobre os ativos das nossas subsidiárias financeiras consolidadas. Neste caso, os créditos de mesma natureza, detidos contra nós e nossas subsidiárias financeiras consolidadas, tem classificação equivalente com relação ao pagamento. Se o Banco Central realizar o processo de liquidação ou de intervenção do banco ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras em base individual, os nossos credores não poderão fazer uma reivindicação direta dos ativos dessas subsidiárias, e os credores dessas subsidiárias financeiras terão preferência em relação aos nossos credores sobre os ativos dessas subsidiárias financeiras. O Banco Central também tem autoridade para realizar outras reorganizações societárias ou transferências de controle em caso de processo de intervenção ou liquidação.

Reformas tributárias podem nos afetar negativamente.

O governo brasileiro altera regularmente as leis e a regulamentação tributária, o qual inclui a criação de novos tributos, que podem ser temporários, e alterar as alíquotas de tributação ou suas bases de cálculo em relação às alíquotas aplicáveis somente ao setor bancário. As reformas tributárias reduzem o volume de nossas operações, aumentam os nossos custos ou limitam a nossa rentabilidade, e, portanto, têm efeito material sobre nós.

Os detentores das nossas ações e ADSs podem não receber dividendos.

De acordo com o nosso estatuto, somos obrigados a pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido ajustado, o qual pode diferir significativamente do nosso lucro líquido calculado de acordo com o IFRS. Entretanto, este valor ajustado pode ser capitalizado, utilizado para absorver perdas ou ser acumulado, conforme permitido pela legislação societária brasileira. Além disso, a legislação societária brasileira permite-nos suspender a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício específico se o nosso Conselho de Administração informar aos nossos acionistas que essa distribuição é incompatível com a nossa situação financeira. Portanto, diante da ocorrência desse fato, o detentor de nossas ações e ADSs pode não receber dividendos.

Além disso, devido à implementação das regras de Basileia III, se as instituições financeiras não cumprirem as exigências de capital do CMN, o Banco Central poderá reduzir o valor dos dividendos planejados ou determinar que não haja distribuição de nenhum dividendo.

Consulte a seção Itaú Unibanco Holding item Nosso perfil, Pagamento dos acionistas e a seção Nossa gestão de riscos – item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil para mais detalhes sobre os pagamentos aos detentores de ADS e exigências de capital pelo CMN.

Riscos relativos ao nosso negócio

Fator de risco de mercado

O valor de nossos títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado, devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais, e, como resultado, podem nos sujeitar a prejuízos relevantes.

Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de nossa carteira podem nos levar a registrar ganhos e perdas – quando vendidos ou ajustados ao valor de mercado (no caso de títulos negociáveis), e com flutuação considerável de um período para o outro –, em função das condições econômicas nacionais e internacionais. Se, por exemplo, realizarmos operações com derivativos como ação estratégica para nos proteger contra uma diminuição no valor do real e das taxas de juros, e, no entanto, o valor do real e das taxas de juros subirem, podem trazer perdas financeiras e essas perdas podem nos afetar de forma adversa e material. Adicionalmente, podem gerar perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas dos riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), adicionalmente com outros índices sobre estes fatores de risco, os quais podem também nos afetar de forma adversa e relevante.

Não temos condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados – ou não realizados –, para qualquer período futuro, pois as variações de um período para o outro não possuem valor analítico prático que nos ajude a fazer tal estimativa. Ganhos e perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a nossa receita líquida, podem deixar de contribuir para ela em níveis coerentes com os períodos mais recentes, ou contribuir de forma alguma. Podemos não ser bem sucedidos ao realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes na nossa carteira de investimentos consolidada ou em qualquer um dos ativos dessa carteira.

Fator de risco operacional

Falhas ou defeitos de nossos sistemas negócios e má-conduta ou erros humanos podem nos afetar de forma adversa.

Embora tenhamos um rígido controle de segurança da informação em vigor, políticas e procedimentos elaborados para minimizar erros humanos, e façamos investimentos contínuos em infraestrutura e no gerenciamento de crises e operações, os sistemas operacionais relacionados aos nossos negócios

podem parar de funcionar adequadamente por um período limitado – ou ficar temporariamente indisponíveis – devido a uma série de fatores. Esses fatores incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora de nosso controle, como a falta de energia, a interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades (bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços), e eventos resultantes de questões de natureza política ou social mais abrangentes, como ataques cibernéticos ou a divulgação não autorizada de informações pessoais em nosso poder.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos, como também promovem conflitos com nossos clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre nós.

Fatores de risco de competição

O ambiente cada vez mais competitivo e as recentes consolidações do setor bancário brasileiro podem ter efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

O mercado brasileiro de serviços financeiro e bancário é altamente competitivo. Enfrentamos significativa concorrência de outros grandes bancos brasileiros e internacionais, a qual aumentou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Consulte a seção Nossa gestão de riscos – item Ambiente regulatório, Regulamentação concorrencial para mais informações sobre a concorrência nos mercados brasileiros. Essa crescente concorrência pode nos afetar negativamente caso, entre outros fatores, limite a nossa capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir nossas operações; ou, ainda, impacte as tarifas e taxas que praticamos, reduzindo as nossas margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que oferecemos.

Fatores de risco de crédito

Alterações no perfil de nossos negócios podem afetar negativamente nossa carteira de crédito.

Embora a qualidade da nossa carteira de crédito esteja ligada ao risco de inadimplência dos setores nos quais atuamos, podem ocorrer mudanças no perfil dos nossos negócios em função do nosso crescimento orgânico, ou de fusões e aquisições, alterações no cenário econômico nacional e, em menor grau, no cenário internacional, e de alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos, entre outros fatores. Quaisquer alterações que afetem um dos setores a qual temos exposição de crédito significativa podem ocasionar impacto material negativo sobre nós. Adicionalmente, nossa experiência histórica de perdas de crédito pode não ser indicativa das nossas futuras perdas de crédito.

Por exemplo, nos últimos anos, os bancos brasileiros experimentaram um aumento nas operações de crédito aos consumidores, principalmente no setor automotivo. No entanto, o aumento da demanda por financiamento de veículos foi acompanhado, posteriormente, pela elevação do endividamento das famílias brasileiras, levando o setor automotivo a enfrentar elevados índices de inadimplência que geraram perdas de crédito para as instituições financeiras decorrentes do aumento do volume de provisões e da redução da concessão de empréstimos para aquisição de veículos.

Podem incorrer em perdas associadas aos riscos de exposição das contrapartes.

Podem incorrer em prejuízos no caso de qualquer uma de nossas contrapartes deixar de honrar suas obrigações contratuais em virtude de falência, falta de liquidez, falha operacional ou de outros motivos atribuíveis exclusivamente às nossas contrapartes. Esse risco da contraparte pode surgir, por exemplo, ao contratarmos resseguro ou ao celebrarmos contratos de crédito nos quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos – não honrados –, ao realizar operações no mercado de câmbio (ou outros mercados) que não sejam liquidadas no momento especificado – decorrente da não entrega pela contraparte, câmara de compensação ou outros intermediários financeiros. Nós, rotineiramente, fazemos transações com contrapartes no setor de serviços financeiros como corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de *hedge*, entre outros clientes institucionais, e o não cumprimento de suas respectivas obrigações podem nos afetar de forma adversa.

A exposição à dívida do Governo Federal brasileiro pode nos afetar negativamente.

Assim como a maioria dos bancos brasileiros, investimos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 15,8% de todos os nossos ativos e 61,0% da nossa carteira de títulos eram compostos por esses títulos de dívida. Assim, qualquer descumprimento do governo brasileiro em relação ao pagamento pontual desses títulos, ou a redução significativa em seus valores de mercado, poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Fator de risco de subscrição

A inadequação de nossas metodologias de precificação de produtos de seguros, previdência e capitalização podem nos afetar adversamente.

Nossas subsidiárias com atividades no segmento de seguros e previdência definem os preços e estabelecem os cálculos para seus produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação desses produtos de seguros e previdência é baseada em modelos que incluem premissas e projeções que podem se provar incorretas, já que envolvem uma série de juízos de valor, inclusive quanto ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, reivindicações, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Podemos incorrer em perdas decorrentes de eventos que são contrários às nossas expectativas direta ou indiretamente associadas às premissas biométricas e econômicas. O mesmo também pode ocorrer com as bases atuariais utilizadas para cálculo de contribuições e provisões.

Embora os preços de nossos produtos de seguros e planos de pensão, e a adequação das respectivas reservas, sejam revisados anualmente, não podemos determinar com precisão os ativos que suportam as nossas responsabilidades, somados aos prêmios e contribuições futuros, serão suficientes para o pagamento dos benefícios, sinistros e despesas. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação podem ter um efeito adverso na rentabilidade dos nossos produtos de seguros e de previdência. Adicionalmente, se concluirmos que as nossas reservas e prêmios futuros são insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, teremos que elevar as nossas reservas e registrar tais efeitos em nossas demonstrações contábeis, podendo incorrer em um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

Fatores de riscos relacionados com o gerenciamento

Nossas políticas, procedimentos e modelos relacionados ao controle de riscos podem se mostrar ineficazes e o nosso resultado pode ser afetado de maneira adversa por perdas não esperadas.

Nossos métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos, inclusive as ferramentas e modelos estatísticos para mensuração, tais como o *Value at risk*, ou VaR, e os modelos que estimam as probabilidades de inadimplência, podem não ser totalmente eficazes na mensuração da nossa exposição ao risco, em todos os ambientes econômicos, e contra todos os tipos de riscos, inclusive aqueles que não conseguimos identificar ou prever. Alguns de nossos instrumentos e medições qualitativos para o gerenciamento de risco são baseados em nossas observações sobre o comportamento histórico do mercado. Além disso, devido à limitação brasileira quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, confiamos, principalmente, nas informações disponíveis em nossos bancos de dados, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e outras fontes. Aplicamos ferramentas estatísticas, entre outras, para essas observações, e dados para quantificar a nossa exposição ao risco. Essas ferramentas e medições podem não prever todo tipo de exposições futuras, cujo risco pode ser decorrente de fatores que não prevemos ou avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse cenário limita a nossa capacidade de gerenciar nossos riscos e, portanto, nossas perdas, podem ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, nosso método quantitativo pode não levar em consideração todos os riscos existentes; e a nossa abordagem qualitativa para a gestão desses riscos pode revelar-se insuficiente, nos expondo a perdas inesperadas relevantes.

Nossos resultados operacionais e nossa posição financeira dependem da nossa capacidade de avaliar as perdas associadas aos riscos aos quais estamos expostos e da nossa capacidade de incluir esses riscos nas políticas de preços que adotamos. Estimamos a nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os princípios regulatórios. Esse cálculo envolve, ainda, o julgamento significativo por parte de nossos administradores, o qual pode se provar incorreto ou ser modificado no futuro, dependendo das informações que forem disponibilizadas e cujos fatores podem nos afetar negativamente.

Danos à nossa reputação podem prejudicar os nossos negócios e perspectivas.

Somos altamente dependentes da nossa boa imagem e da nossa credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros públicos, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores externos com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas na gestão de riscos, dentre outros. Além disso, algumas ações significativas, tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à nossa reputação podem nos afetar adversamente e de maneira relevante.

Fatores de risco relacionados à nossa estratégia**O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios.**

Em 31 de dezembro de 2013, a IUPAR, nossa acionista controladora, detinha, de maneira direta, 51,00% das nossas ações ordinárias e 25,54% do nosso capital total, e o poder de nos controlar, nomeando e destituindo nossos membros do conselho e diretores e determinando o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias e a data e o pagamento de dividendos.

Além disso, a IUPAR é controlada em conjunto pela Itaúsa, que, por sua vez, é controlada pela família Egydio de Souza Aranha e pela família Moreira Salles. Os interesses da IUPAR, da Itaúsa e das famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles podem ser diferentes dos interesses dos nossos demais acionistas.

O nosso Conselho de Administração é formado atualmente por 12 membros, dos quais, de acordo com a nossa Política de Governança Corporativa, somente quatro são considerados independentes. Como a maioria dos membros do Conselho de Administração não é independente, nossos acionistas não têm a proteção que teriam, pois os interesses dos membros do conselho podem não estar sempre alinhados com os dos nossos acionistas.

Além disso, alguns de nossos membros do conselho são afiliados da IUPAR, e podem surgir circunstâncias nas quais haja conflitos entre os interesses da IUPAR e seus afiliados e os interesses dos nossos outros acionistas. Quando existirem estes ou outros conflitos de interesses, nossos acionistas dependerão do devido exercício, por parte de nossos membros do conselho, de seus deveres fiduciários como membros do Conselho de Administração.

A integração dos negócios adquiridos ou incorporados envolve riscos que podem ter um efeito relevante adverso sobre nós.

Como parte da nossa estratégia de crescimento no setor financeiro brasileiro, realizamos uma série de fusões, aquisições e parcerias com outras empresas e instituições financeiras no passado e podemos realizar novas operações no futuro. No entanto, qualquer uma dessas operações envolve riscos, como, por exemplo, a possibilidade de se incorrer em custos não esperados decorrentes das dificuldades de integração das plataformas de sistemas, finanças, contabilidade e pessoas, ou da ocorrência de contingências não previstas. Ademais, as sinergias operacionais e financeiras esperadas, e outros benefícios decorrentes dessas operações, podem não ser alcançados.

Existe ainda o risco de as autoridades regulatórias e de defesa da concorrência determinarem restrições ou limitações às operações ou aos negócios decorrentes de certas combinações.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, de redução de custos, e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou de incorrermos em maiores custos de integração do que o estimado, nós poderemos ser afetados adversamente.

Gerenciamento de riscos e capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

Nosso gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais em nossas operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias;
- Nossa carteira é administrada vis-à-vis às melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, descritos abaixo, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a nossa administração através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, conduzida por um vice-presidente com reporte ao CEO e ao Conselho de Administração, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco do Itaú Unibanco e as políticas estabelecidas. Esta estrutura independente também é responsável por centralizar o nosso gerenciamento de capital. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho de Administração e aos Executivos uma visão global das nossas exposições aos riscos bem como uma visão prospectiva sobre a nossa adequação de capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Nós administramos sistemas de tecnologia da informação proprietários para completo atendimento aos requerimentos de reserva de capital do Banco Central, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordenamos as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Em 2013, nossa área de Controle de Risco e nossas Áreas de Negócios trabalharam em conjunto para construir uma nova governança em modelagem de crédito, criar indicadores para identificar inadimplência antecipadamente e minimizar riscos em nossa segurança da informação.

“Adicionalmente, mapeamos nossos riscos operacionais de cada área de negócio e aqueles relacionados às suas atividades, considerando o potencial risco que cada um representa e a qualidade do ambiente de controle. Esta matriz nos dá uma direção clara para concentrar nossos esforços”

Eduardo Vassimon, Diretor Executivo do Itaú Unibanco Holding – Controle de Riscos

Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da administração, Membros do nosso Conselho de Administração e Comitê Executivo para mais informações sobre as responsabilidades do nosso Conselho de Administração.

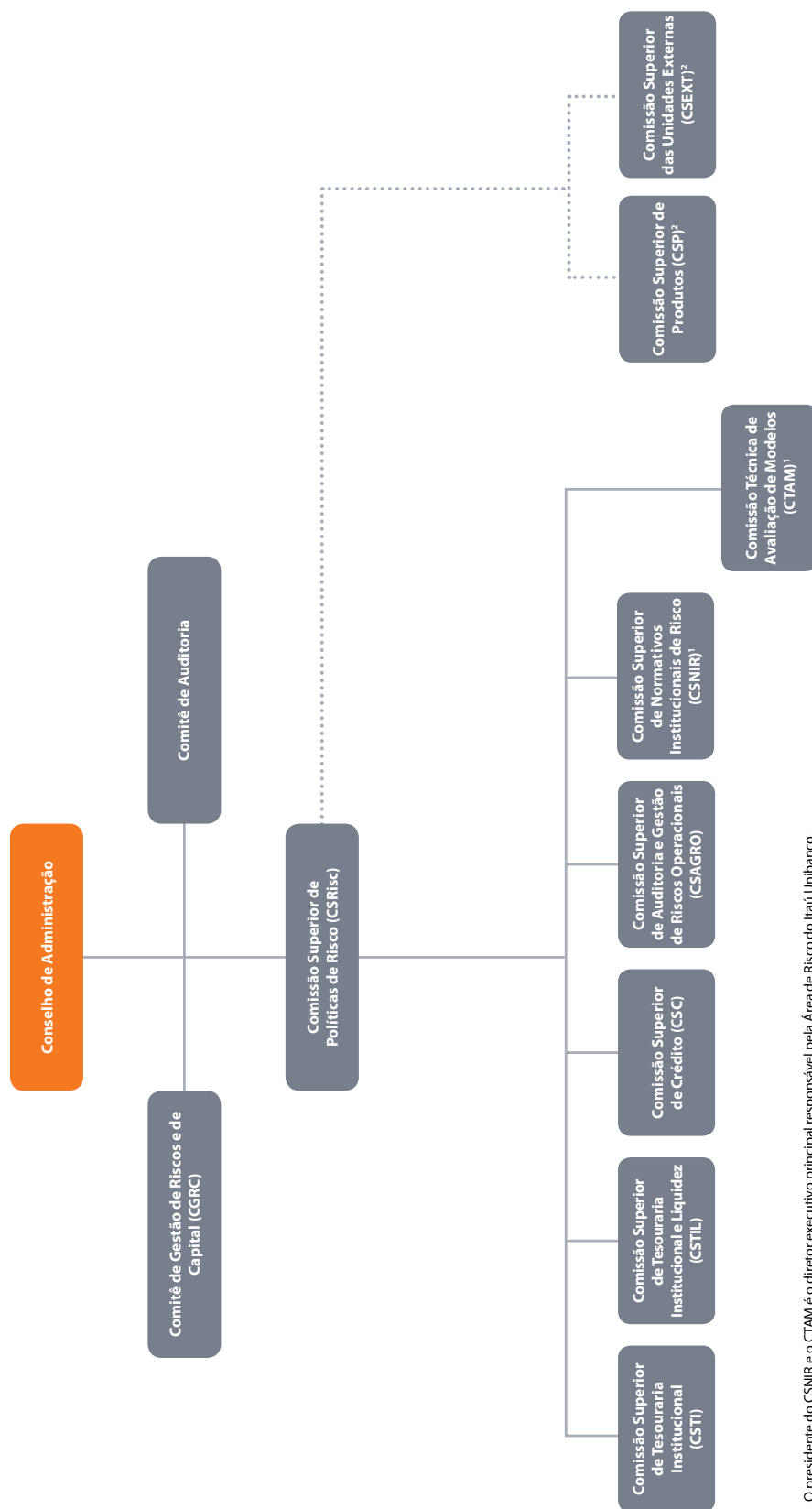
Governança de riscos e capital

Nosso Conselho de Administração é o órgão máximo no nosso gerenciamento de risco e de capital. Nós estabelecemos comitês responsáveis pela gestão de riscos e de capital que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração. Os membros dos comitês são eleitos pelo Conselho de Administração. No nível executivo, a gestão de riscos é exercida pelas Comissões Superiores, que são presididas pelo nosso CEO.

Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da administração, Comitês do Conselho de Administração – Comitê de Gestão de Riscos e de Capital – para mais informações sobre as responsabilidades do comitê.

Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/RCA18hsAnexo2.pdf para mais informações.

Os Comitês abaixo são parte da nossa estrutura de governança de gerenciamento de risco:



1. O presidente do CSNIR e o CTAM é o diretor executivo principal responsável pela Área de Risco do Itaú Unibanco.

2. O CSP e o CSEXT estão sob a responsabilidade do CSRisc somente nas questões de risco.

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC): apoia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à nossa gestão de riscos e capital, reunindo-se a cada dois meses, submetendo relatórios e recomendações sobre os temas abaixo à deliberação do Conselho de Administração:

- Supervisão das nossas atividades de gestão e controle de risco e capital, visando a assegurar sua adequação aos níveis de riscos assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;
- Revisão e aprovação de normativos institucionais e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos;
- Definição do retorno mínimo esperado sobre o nosso capital como um todo e de suas linhas de negócio, bem como monitoramento do desempenho;
- Supervisão das nossas estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor;
- Promoção do aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

Comitê de Auditoria: temos um único Comitê de Auditoria supervisionando todas as entidades que fazem parte do Grupo Itaú Unibanco, tanto as autorizadas a funcionar pelo Banco Central quanto para as supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). De acordo com seu regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria reúne-se no mínimo trimestralmente ou quando nosso CEO considera necessário e compete a ele zelar pela qualidade e integridade das nossas demonstrações financeiras e pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como supervisionar as atividades de auditoria (tanto interna quanto independente).

Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da Administração para mais informações sobre as responsabilidades do comitê.

Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc): reuniões da CSRisc que acontecem, no mínimo, a cada dois meses. As atribuições desta Comissão são:

- Estabelecer políticas gerais de risco que definam a forma de atuação e alçadas para os fóruns específicos, gestores de cada tipo de risco;
- Aprovar os procedimentos necessários para o efetivo cumprimento dos normativos institucionais e processos definidos;
- Aprovar decisões de tomada de risco com grande impacto no capital e revisar decisões tomadas por outros Comitês dentro da sua alçada;

- Estabelecer e monitorar limites agregados por tipo de risco;
- Garantir, no tempo, a consistência da gestão de riscos e capital;
- Monitorar o processo de implantação dos instrumentos de gestão de riscos e capital; e
- Aprovar metodologias de avaliação de riscos e de cálculo de capital.

Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI): suas reuniões ocorrem mensalmente. Suas principais atribuições são discutir e decidir, dentro da alçada delegada pela CSRisc:

- Os limites de exposição para risco de mercado e os limites de perda máxima das posições (inclusive em condições de estresse) subordinados aos definidos pela CSRisc, podendo inclusive estabelecer controles e limites adicionais ou complementares, caso necessário;
- As diretrizes de atuação e poderes de decisão delegados ao Comitê Gestor de Tesouraria Institucional (CGTI);
- Os períodos de retenção dos principais tipos de riscos, tendo em vista o tamanho das posições e a liquidez do mercado;
- As posições da Tesouraria Institucional;
- Os modelos e procedimentos de controle de risco, inclusive aqueles complementares aos delegados pela CSRisc;
- Os assuntos e limites relacionados ao risco operacional de tesouraria;
- As políticas de *stop loss*;
- As políticas de incentivo (para alinhamento aos riscos); e
- As estratégias de *hedge* contábil.

Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL): suas reuniões acontecem trimestralmente. Suas principais atribuições são:

- Controlar a utilização de limites de liquidez;
- Analisar os níveis de liquidez corrente e futuro e adotar ações destinadas a promover um andamento seguro e eficiente para os fluxos financeiros;
- Discutir e decidir dentro da alçada delegada pela CSRisc: limites máximos de descasamento de liquidez (GAP), níveis mínimos de reservas, política de captação e aplicação no mercado financeiro, critérios para definição de preços de transferência de recursos em nossas empresas e planos de contingência de liquidez.

Comissão Superior de Crédito (CSC): reúne-se semanalmente para discutir o nosso risco de crédito e é a nossa alçada máxima para aprovação de créditos individuais. Suas principais funções são:

- Avaliar e decidir sobre propostas de crédito que excedam as alçadas das Comissões e Comitês de Crédito a ela subordinados;
- Avaliar e decidir sobre alteração nas alçadas máximas de crédito das Comissões e Comitês de Crédito a ela subordinados;
- Avaliar e decidir sobre políticas de risco de crédito do Banco de Atacado;
- Analisar casos que não chegaram a consenso nos comitês imediatamente a ela subordinados, ou casos que, por sua relevância ou por características especiais, aquela Comissão decidir por bem submeter a sua apreciação.

Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO): reúne-se no mínimo trimestralmente e tem por objetivo conhecer os riscos de nossos processos e negócios, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do sistema de controles internos e compliance. Dentre suas atribuições, são destacadas:

- Analisar os resultados das auditorias, com ênfase nos assuntos relacionados a políticas, investimentos e estrutura, estipular e acompanhar as providências;
- Definir as diretrizes para gestão do risco operacional;
- Acompanhar o desenvolvimento dos modelos de provisão para perdas e alocação de capital para risco operacional;
- Analisar os resultados da atividade de Controles Internos, Riscos Operacionais e *Compliance*.

Comissão Superior de Normativos Institucionais de Risco (CSNIR): reúne-se trimestralmente e tem por objetivo revisar, validar e aprovar, dentro da alçada estabelecida pela CSRisc, os normativos institucionais de controle de riscos e de gerenciamento de capital.

Comissão Técnica de Avaliação de Modelos (CTAM): reúne-se mensalmente para avaliação dos modelos de risco, baseado no parecer independente da validação de modelos. Suas principais responsabilidades são:

- Aprovar modelos relacionados ao cálculo de risco e preços;
- Aprovar, sugerir e monitorar os planos de ação propostos para os modelos validados;
- Acompanhar o desempenho dos modelos ao longo do tempo, determinando o redensenvolvimento ou recalibragem de modelos caso necessário.

Posteriormente, as decisões são apresentadas na CSRisc, assegurando desta forma que nossa alta administração esteja também informada sobre as decisões adotadas.

Comissão Superior de Produtos (CSP): reúne-se semanalmente e é a alçada máxima para aprovação de nossos produtos, operações, serviços e processos. As principais atribuições desta Comissão são:

- Avaliar produtos, operações, serviços e processos que estão fora do âmbito de decisão dos Comitês de Produtos, que avalia nossos produtos em um nível operacional;
- Garantir a aderência dos produtos, operações, serviços e processos às necessidades dos clientes/segmentos (*suitability*);
- Avaliar produtos, operações, serviços e processos que envolvam nosso risco de imagem.

Comissão Superior das Unidades Externas (CSEXT): reúne-se trimestralmente e tem por objetivo supervisionar nossos negócios no exterior e é a alçada máxima para aprovação de iniciativas, operações, serviços e processos nos mercados em que atuamos fora do Brasil. As principais atribuições desta Comissão são:

- Garantir que as iniciativas de negócios em nossas unidades internacionais estejam amparadas pela nossa governança corporativa nos seguintes quesitos: contábil, fiscal societário, financeiro e liquidez, controle de riscos, controles internos, auditoria e tecnologia;
- Decidir quanto a iniciativas, operações, serviços e processos que superem as alçadas dos Comitês locais ou que envolvam nosso risco de imagem nos mercados em que atuamos fora do Brasil.

Gerenciamento de riscos

Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte; (iii) à redução de ganhos ou remunerações; e (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou aos custos de recuperação.

Nossa estrutura de gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da nossa carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco para cada segmento de mercado em que operamos. Nossa estrutura e normativo institucional de gerenciamento de risco de crédito são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis às nossas empresas subsidiárias no Brasil e exterior.

Estabelecemos uma política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

Nossa governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao nosso Conselho de Administração ou à nossa estrutura executiva, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando as ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura de governança o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação dos normativos institucionais referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

A classificação de crédito para o nosso segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, através de uma estrutura interna de governança de aprovações.

Em relação ao nosso segmento de varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da nossa relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais já temos uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Buscamos controlar rigorosamente a nossa exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros para mais informações sobre risco de crédito.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco. A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual monitoramos e controlamos os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão de risco adequados.

Nossa política institucional de gerenciamento de risco de mercado é um conjunto de princípios da regulamentação do CMN que norteiam nossa estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado, aplicável a todas as nossas unidades de negócio e entidades organizacionais.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco busca balancear nossos objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado; e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis (exemplo: Carteira de Não Negociação, Carteira de Negociação e Mesa de Ações) e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros e risco de variação cambial). Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas. Nossa estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar que a assunção de riscos de mercado esteja em linha com os nossos objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado com os executivos sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação de cenários de estresse, análise e testes, (iv) relatar os resultados de risco para os responsáveis dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança, (v) monitorar as ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) providenciar apoio para o lançamento de novos produtos financeiros. Para isto, contamos com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

Nossa estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente. O arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio líquido disponível para suportar as atividades de negociação e o perfil de risco de cada entidade organizacional, definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente pela nossa área independente de controle de risco de mercado e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes, de acordo com o procedimento a seguir:

- Em um dia útil, para a gestão da unidade de negócios responsável;
- Em uma semana, para o comitê de risco e posição, que é composto pelo nosso vice-presidente Executivo da Tesouraria Institucional, nosso Diretor Executivo da Tesouraria Institucional, pelos diretores das unidades Trading e Banking, nosso Vice presidente de riscos e nosso diretor de Risco de Mercado; e
- Em um mês, para a Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI), que é presidida pelo nosso presidente.

Adicionalmente, os membros de nosso Conselho de Administração estabeleceram certos limites de alertas de alto nível aplicáveis especificamente às atividades de tesouraria. Estes limites de alerta de alto nível também são monitorados diariamente pela Unidade independente de risco, e quaisquer violações são comunicadas aos Comitês, Comissões, aos Diretores e ao Conselho de Administração, de acordo com os procedimentos citados acima. Violações potenciais de limite também são relatados aos diretores executivos, através da CSRisc, que reúne-se a cada dois meses, e aos membros do Conselho de Administração por intermédio do CGRC, que reporta suas atividades aos membros do Conselho de Administração.

Nós realizamos *hedge* de operações com clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado (ex: preços) e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por nossos normativos institucionais. Nossa estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias (inclusive derivativos), realizada com a intenção de negociação, para se beneficiar de oportunidades de arbitragem, ou para cobertura de risco dentro desta carteira, e que não têm nenhuma restrição à negociação. Os lucros são baseados em mudanças nos preços efetivos ou esperados no curto prazo.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição e que não são classificadas na carteira de negociação. Operações de tesouraria da carteira bancária são executadas em conjunto com a gestão ativa dos riscos financeiros inerentes em nosso balanço patrimonial em geral, e são realizadas sem a intenção de operar no curto prazo. A carteira pode incluir derivativos. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados por nós são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial (ex: posições em moedas estrangeiras);
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS),

Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros para mais informações sobre risco de mercado.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O modelo interno de VaR utilizado considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela abaixo mostra o VaR Global Consolidado, que compreende nossas carteiras *Trading* e *Banking* e nossas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguai, Banco Itaú Paraguai e Itaú BBA Colômbia). Nós, mantendo nossa gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguimos com nossa política de operar dentro de limites reduzidos em relação ao nosso capital no período.

VaR Global ¹⁾	(R\$ milhões)											
	Média	Mínimo	Máximo	31/12/13	Média	Mínimo	Máximo	31/12/12	Média	Mínimo	Máximo	31/12/11
Grupo de Fatores de Risco												
Taxa de Juros	172,4	65,6	416,9	69,1	191,2	71,8	427,6	348,7	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	26,2	8,6	76,7	45,2	20,4	7,3	49,6	11,4	29,5	12,6	59,0	23,6
Variação Cambial	34,5	4,4	70,2	10,4	25,7	4,6	53,9	8,8	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	76,1	37,3	155,5	65,7	110,3	14,8	325,0	51,2	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	29,6	14,0	60,1	20,4	24,2	13,6	43,5	16,8	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas												
Banco Itaú BBA International	2,4	1,6	4,1	1,9	1,7	0,7	5,1	1,1	2,9	0,4	6,5	1,5
Banco Itaú Argentina	4,0	2,2	7,4	5,7	3,0	1,7	5,6	5,5	4,0	1,6	9,4	3,7
Banco Itaú Chile	5,6	2,1	13,6	2,1	5,5	3,2	9,6	4,4	5,3	1,9	10,3	5,3
Banco Itaú Uruguai	2,8	1,5	8,9	1,7	1,7	0,3	3,4	2,0	0,5	0,2	1,1	0,7
Banco Itaú Paraguai	0,9	0,4	1,8	0,9	0,4	0,2	1,4	1,0	0,6	0,2	1,7	0,2
Banco Itaú BBA Colômbia	0,4	0,0	1,3	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de Diversificação ¹	(113,0) (77,1) (53,4)											
Total	224,5	97,9	443,4	110,4	289,7	118,0	601,4	373,7	142,0	74,0	278,5	150,9

1. Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Em 31 de dezembro de 2013, nossa média do VaR Global foi R\$ 224,5 milhões, ou 0,27% do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013, em comparação com R\$ 289,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, ou 0,38%, do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012 e R\$ 142,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, ou 0,19%, do total do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2011. O VaR Total Consolidado das Unidades Externas representa menos de 1% do patrimônio líquido do Itaú Unibanco em 31 de dezembro de 2013.

VaR – Carteira de Negociação

A Tesouraria Institucional tem sua administração de risco segregada em Carteira de Não Negociação e Carteira de Negociação.

Recentemente aprimoramos nossa metodologia interna de apuração do VaR para o *Trading Book*, migrando da abordagem Paramétrica para a “Simulação Histórica”. Esta abordagem utiliza 4 anos de dados históricos de mercado, efetua o reapreçamento integral de todas as posições, considerando tanto o período de manutenção de um dia quanto o de dez dias, e é reportado o risco em diversos níveis de confiança, incluindo o usual nível de confiança de 99%. Essa metodologia é amplamente reconhecida por melhorar a aferição do risco para produtos não lineares (como opções), e por capturar com maior eficácia tanto os riscos de base como os eventos de cauda. O modelo calcula VaR em retornos simples não ponderados e também considerando uma ponderação por volatilidade. Estamos estendendo o uso desse modelo para além do *Trading Book* de forma a incluir todos os portfólios relevantes que estão sujeitos a riscos de mercado.

A Carteira de Negociação se posiciona visando otimizar resultados de risco-retorno. A Carteira de Negociação, que busca as melhores oportunidades de mercado externo e interno dentro de limites preestabelecidos, tem por objetivo criar uma exposição ao risco bem diversificada.

VaR Carteira de Negociação¹	(R\$ milhões)											
	Média	Mínimo	Máximo	31/12/13	Média	Mínimo	Máximo	31/12/12	Média	Mínimo	Máximo	31/12/11
Grupo de Fatores de Risco												
Taxa de Juros	38,2	15,7	104,9	20,1	38,3	12,8	95,4	25,2	31,2	9,5	79,0	18,4
Cupons Cambiais	13,7	4,5	31,7	21,7	10,7	4,2	27,2	6,4	11,5	5,5	27,1	7,5
Varição Cambial	31,8	6,2	68,1	9,4	25,1	4,9	55,6	9,9	20,9	7,7	37,8	22,0
Índices de Preços	12,0	3,1	30,4	21,4	9,4	1,8	22,2	7,1	6,9	0,9	24,5	4,7
Renda Variável	19,2	5,8	38,2	13,7	23,3	13,8	41,5	14,8	7,5	1,5	15,1	24,0
Efeito de Diversificação¹	(56,0) (38,6) (22,6)											
Total	40,2	17,7	71,7	30,3	54,3	21,3	112,3	24,7	69,1	38,4	125,0	53,9

1. Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Nossa média total do VaR da Carteira de Negociação foi de R\$ 40,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, comparado com R\$ 54,3 milhões em 2012 e R\$ 69,1 milhões em 2011.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Conforme requerido pelas regulações brasileiras, realizamos a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes são apresentadas abaixo, por fator de risco, em cada um dos cenários e líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão de nossa exposição em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis que adotamos.

Exposições		R\$ mil					
		Carteira de Negociação¹ 31 de Dezembro, 2013			Carteiras de Negociação e Carteira de Não Negociação¹ 31 de Dezembro, 2013		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(387)	(9.632)	(19.187)	(2.107)	(52.469)	(104.507)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	122	(3.079)	(6.188)	375	(9.336)	(18.593)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	3.994	(99.844)	(199.688)	3.183	(79.568)	(159.136)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(758)	(18.600)	(36.489)	(4.237)	(103.960)	(203.958)
TR	Taxas de cupom de TR	5	(119)	(238)	257	(6.428)	(12.885)
Ações	Preços de ações	3.597	(89.920)	(179.839)	2.867	(71.679)	(143.358)
Total sem correlação		6.573	(221.193)	(441.628)	337	(323.439)	(642.438)
Total com correlação		6.336	(213.234)	(425.738)	325	(311.801)	(619.322)

1. Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, utilizamos os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros e índices associados, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas taxas de juros e índices associados, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e
- Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas taxas de juros e índices associados, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Sensibilidade à taxa de juros

A sensibilidade à taxa de juros é a relação entre as taxas de juros do mercado e a receita financeira líquida resultante do vencimento ou das características de repactuação de preços dos ativos e dos passivos remunerados.

Nossa estratégia de sensibilidade à taxa de juros considera as taxas de retorno, o grau de risco implícito e as exigências de liquidez, inclusive as reservas normativas mínimas de caixa, índices de liquidez obrigatórios, saques e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional por fundos.

A estrutura de determinação de preços está casada quando valores iguais desses ativos ou passivos vencem ou são repactuados. Qualquer descasamento de ativos e de passivos remunerados é conhecido como gap. Um gap negativo denota sensibilidade do passivo e normalmente significa que uma queda nas taxas de juros teria um efeito positivo na receita financeira líquida, enquanto um gap positivo denota sensibilidade de ativos e normalmente significa que um aumento nas taxas de juros teria um efeito positivo na receita financeira líquida. Além disso, variações na sensibilidade à taxa de juros podem ocorrer dentro dos períodos de repactuação apresentados devido às diferentes datas de repactuação dentro do período. Podem ainda surgir variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxa de juros são mantidas.

Essas relações são somente para uma data específica e oscilações significativas podem ocorrer diariamente como resultado tanto das forças do mercado quanto das decisões da administração. Nossa Comissão Superior de Tesouraria Institucional e Liquidez (CSTIL) analisa mensalmente a demonstração de resultado e as informações de risco e estabelece limites para exposição ao risco de mercado, posições de taxa de juros e posições em moeda estrangeira.

Consulte a seção Nossa Gestão de Risco, item Gestão de Risco – Risco de Liquidez para mais detalhes.

A tabela a seguir apresenta a posição de nossos ativos e passivos remunerados em 31 de dezembro de 2013 e, dessa forma, não reflete os gaps de taxa de juros que podem existir em outros momentos, pois o gerenciamento de ativos e passivos elimina os gaps no fechamento.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	Até 30 Dias	31-180 Dias	181-365 Dias	1-5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Total de Ativos Remunerados	281.495	182.557	100.636	248.019	102.326	915.033
Depósitos Compulsórios no Banco Central	71.877	-	-	-	-	71.877
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.341	2.126	3.557	636	-	25.660
Aplicações no Mercado Aberto	90.970	47.291	-	184	10	138.455
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	16.807	12.269	22.257	81.032	16.495	148.860
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	371	-	-	-	-	371
Derivativos	2.933	2.419	1.675	3.377	962	11.366
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.470	13.244	10.553	26.430	31.929	96.626
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	52	47	-	158	9.859	10.116
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	64.674	105.161	62.594	136.202	43.071	411.702
Total de Passivos Remunerados	252.818	81.456	56.068	255.198	50.872	696.412
Depósitos de Poupança	106.166	-	-	-	-	106.166
Depósitos a Prazo	12.260	29.436	9.961	61.551	3.923	117.131
Depósitos Interfinanceiros	1.768	3.909	2.146	363	8	8.194
Captações no Mercado Aberto	119.745	13.663	15.190	104.547	13.537	266.682
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	6	19	62	233	51	371
Derivativos	2.421	1.393	1.892	5.076	623	11.405
Mercado Interbancário	6.609	26.507	22.661	46.541	9.058	111.376
Mercado Institucional	811	6.529	4.156	36.887	23.672	72.055
Passivos de Planos de Capitalização	3.032	-	-	-	-	3.032
Diferença Ativo/Passivo	28.677	101.101	44.568	(7.179)	51.454	218.621
Diferença Acumulada	28.677	129.778	174.346	167.167	218.621	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados %	3,1	14,2	19,1	18,3	23,9	

Sensibilidade à taxa de câmbio

A maior parte de nossas operações é expressa em reais ou indexada a essa moeda. Também temos ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares dos EUA, assim como ativos e passivos que, embora expressos em reais, são indexados ao dólar e nos expõe, portanto, ao risco de taxas de câmbio. O Banco Central regula nossas posições máximas em aberto, vendidas e compradas em moeda estrangeira.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros para mais detalhes.

A política de administração de gap adotada pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional e Liquidez (CSTIL) leva em consideração os efeitos fiscais sobre esta posição. Como os rendimentos da variação cambial de investimentos no exterior não são tributados constituímos um hedge (um passivo em instrumentos derivativos em moeda estrangeira) em montante suficiente para que nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, seja compatível com a nossa estratégia de baixa exposição ao risco.

Nossa posição de câmbio é composta do lado do passivo pela emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais internacionais, crédito de bancos estrangeiros para financiar importações e exportações, e repasses vinculados ao dólar de instituições financeiras governamentais. Os resultados dessas operações são geralmente aplicados em operações de crédito e em compras de títulos e valores mobiliários vinculadas ao dólar.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens) Em 31 de Dezembro de 2013					
	Moeda Brasileira	Indexado a Moeda Estrangeira ¹	Expresso em Moeda Estrangeira ¹	Total	Porcentagem dos Valores Expressos e Indexados a Moeda Estrangeira sobre o Total (%)
Ativos:	784.686	34.719	207.892	1.027.297	23,6
Disponibilidades	5.741	2.099	8.736	16.576	65,4
Depósitos Compulsórios no Banco Central	72.921	-	4.089	77.010	5,3
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.564	-	20.096	25.660	78,3
Aplicações no Mercado Aberto	137.557	-	898	138.455	0,6
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	141.343	2.055	5.462	148.860	5,0
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	-	371	371	100,0
Derivativos	6.399	-	4.967	11.366	43,7
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	45.208	484	50.934	96.626	53,2
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.393	-	6.723	10.116	66,5

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens) Em 31 de Dezembro de 2013				
	Moeda Brasileira	Indexado a Moeda Estrangeira ¹	Expresso em Moeda Estrangeira ¹	Total	Porcentagem dos Valores Expressos e Indexados a Moeda Estrangeira sobre o Total (%)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	298.430	13.584	99.688	411.702	27,5
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.554)	-	(1.681)	(22.235)	7,6
Outros Ativos Financeiros	28.004	15.871	3.717	47.592	41,2
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	3.931	-	-	3.931	0,0
Ágio	1.905	-	-	1.905	0,0
Imobilizado, Líquido	6.140	-	424	6.564	6,5
Ativos Intangíveis, Líquido	5.404	-	393	5.797	6,8
Ativos Fiscais	33.830	-	912	34.742	2,6
Bens Destinados à Venda	106	-	11	117	9,4
Outros Ativos Financeiros	9.364	626	2.152	12.142	22,9
Porcentagem do Ativo Total	76,4	3,4	20,2	100,0	
Passivo e Patrimônio Líquido:	749.182	70.808	207.307	1.027.297	27,1
Depósitos	189.460	283	84.640	274.383	31,0
Captações no Mercado Aberto	251.091	-	15.591	266.682	5,8
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	371	371	100,0
Derivativos	7.868	-	3.537	11.405	31,0
Recursos de Mercados Interbancários	58.688	20.530	32.158	111.376	47,3
Recursos de Mercados Institucionais	9.425	30.515	32.115	72.055	86,9
Outros Passivos Financeiros	40.248	14.440	6.586	61.274	34,3
Provisão de Seguros e Previdência Privada	96.842	2.138	43	99.023	2,2
Passivos de Planos de Capitalização	3.032	-	-	3.032	0,0
Provisões	18.834	-	28	18.862	0,1
Obrigações Fiscais	3.136	-	658	3.794	17,3
Outros Passivos	15.301	2.902	2.645	20.848	26,6
Participações de Acionistas não Controladores	969	-	-	969	0,0
Patrimônio Líquido	54.288	-	28.935	83.223	34,8
Porcentagem do Total do Passivo e Patrimônio Líquido	72,9	6,9	20,2	100,0	

1. Predominantemente em dólar dos EUA.

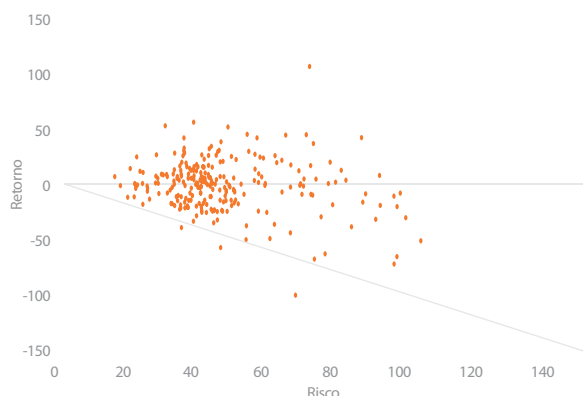
Teste de Aderência

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, onde são comparados perdas e ganhos hipotéticos diários com o VaR diário estimado. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99% (isto é, há 1% de probabilidade de perdas financeiras maiores que as perdas estimadas pelo modelo), considerando uma janela de 250 dias úteis (findos em 31 de dezembro de 2013). As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo documento de Basileia “*Supervisory Framework for the use of backtesting in conjunction with the internal models approach to market risk capital requirements*”.

Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

Teste de Aderência – Risco Global Carteira de Negociação – Tesouraria Institucional (R\$ milhões)



Fonte: Itaú Unibanco Holding

Para ilustrar a confiabilidade das nossas medidas de risco geradas pelos modelos utilizados, apresentamos o gráfico do teste de aderência do risco da Carteira de Negociação da Tesouraria Institucional (as unidades internacionais não são incluídas no gráfico, devido à baixa relevância de seus montantes de VaR). O gráfico demonstra o grau de adequação dos nossos modelos de risco de mercado, apresentando o risco (em módulo) versus o retorno para o período considerado. Como a linha diagonal representa risco igual ao retorno, todos os pontos que ficam abaixo dela apontam exceções ao risco estimado. Com relação ao VaR da Carteira de Negociação da Tesouraria Institucional, a perda hipotética foi maior que o VaR estimado pelo modelo em 3 dias no período.

Risco operacional

Definimos o risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Classificamos internamente seus eventos no primeiro nível em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção em nossas atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento de nossas atividades.

Em linha com os princípios da regulamentação do CMN, possuímos uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e são aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

Nosso gerenciamento de risco operacional é composto pelas atividades de gestão e controle dos riscos operacionais, cujo objetivo é suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas, assim como a proteção aos nossos ativos e a nossa imagem.

Nosso gerenciamento de risco operacional é suportado por uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, subordinados à CSAGRO e à CSRisc, que por sua vez respondem ao Conselho de Administração, e por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas com relação aos riscos. Isto se reflete através da gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, que é executado pelas áreas de risco operacional, controles internos e *compliance*.

A gestão de risco operacional tem como objetivos identificar, avaliar, mensurar e responder aos riscos operacionais da instituição e monitorá-los com a finalidade de manter as perdas e os riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e garantir aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas de negócio e de suporte se utilizam de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pelas áreas de risco operacional, de controles internos e *compliance* para suportar o processo de gestão. Entre as metodologias atualmente utilizadas, destacam-se a identificação de riscos, a auto avaliação de riscos, a aprovação de processos e produtos e o monitoramento de indicadores chave de risco, todas suportadas por uma base de dados de perdas operacionais.

O conjunto de princípios, governança, papéis e responsabilidades, metodologias e procedimentos que suportam o processo de gerenciamento de riscos operacionais aplicados aos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas são descritos e publicados no normativo institucional para gerenciamento de risco operacional.

A sofisticação do negócio bancário e a evolução das tecnologias aumentaram da complexidade dos perfis de risco e afeta nossa gestão de risco operacional. Como resultado, nós estabelecemos uma estrutura específica de risco operacional distinta da estrutura tradicional de riscos de mercado e crédito.

Em linha com os princípios estabelecidos pelo CMN, nós estabelecemos uma política de gestão de risco operacional, a qual abrange um conjunto de princípios, procedimentos e diretrizes para a gestão de produtos, processos e sistemas de riscos, considerando suas naturezas e complexidades. A política de gestão de risco operacional define procedimentos para identificar, avaliar, mensurar, responder, monitorar e reportar a respeito de risco operacional, bem como as funções e responsabilidades dos participantes no processo.

Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

Nosso Programa de Continuidade de Negócios tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de nossos clientes e parceiros estratégicos em nossa prestação de serviços e produtos.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos chave:

- **Gestão de Crises:** processo de comunicação centralizada e os procedimentos de resposta, para gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à imagem e reputação de sua identidade perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que sejamos citados. O êxito da Gestão de Crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção;
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentação de procedimentos e informações desenvolvida, consolidada e mantida de forma que esteja disponível para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, definimos em nosso PCN ações corporativas e customizadas para nossas linhas de negócio, por meio de:
 - Plano de *Disaster Recovery*: foco na recuperação do *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos preestabelecidos;
 - Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente 2.000 posições de contingência totalmente equipadas para atender as necessidades das áreas de negócio em situações de emergência.
 - Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre nossas instalações, com foco preventivo;
 - Plano de Contingência de Processos: alternativas para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da organização:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos, que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;
- Avaliação de Riscos (RA): avaliação dos processos para adequação dos controles existentes e implantação de novos, para mitigação de riscos que possam causar eventuais interrupções aos negócios;
- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças inerentes às localidades, onde os prédios que utilizamos estão operando. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação às ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, fortalecimento das soluções e estabelecimento de novos controles.

Consulte www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/PoliticaCorporativaDeContinuidadeDeNegocios.pdf, para mais informações sobre nossa política corporativa de continuidade de negócios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Nosso controle de risco de liquidez é realizado por nossa área de risco independente das nossas áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde operamos, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro – Resultados para mais informações sobre liquidez e recursos de capital.

Nossos principais fontes de recursos são depósitos que pagam juros, os depósitos recebidos com acordos de recompra de títulos da dívida, no mercado interbancário e da dívida no mercado institucional.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Passivos para mais informações sobre captações.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 17 – Depósitos para mais informações sobre depósitos.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 19 – Captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários e institucionais para mais informações.

Devido a nossas fontes estáveis de recursos, que incluem uma ampla base de depósitos e um grande número de correspondentes bancários com os quais temos relações duradouras, assim como as linhas de crédito disponíveis através do qual temos acesso a mais recursos, historicamente, temos contratado e não utilizado.

Estamos investindo na melhoria da nossa estrutura de gerenciamento de risco de liquidez. Nós sempre mantemos uma carteira altamente líquida de títulos e valores mobiliários (reserva operacional) disponível, o que representa a nossa principal fonte de liquidez. Nossa reserva de liquidez operacional, que é o valor total dos bens que podem ser convertidos em dinheiro no mesmo dia com base em práticas de mercado e as normas legais, inclui, em geral: caixa e equivalentes de caixa, a nossa própria carteira de investimentos em acordos de recompra e obrigações com nenhum ônus.

De acordo com a legislação brasileira, os dividendos em espécie só podem ser pagos se a empresa-mãe que distribui esses dividendos contribuiu para o lucro em suas demonstrações financeiras. Além disso, as subsidiárias que são instituições financeiras estão proibidas de emprestar-nos dinheiro, mas podem fazer depósitos conosco por meio de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). Estas restrições não têm e não devem ter um impacto relevante sobre a nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de caixa.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros para mais informações sobre risco de liquidez.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro - Resultados para mais informações sobre liquidez.

Risco socioambiental

Na nossa gestão de negócios, consideramos, constante e continuamente, o potencial de risco de perdas em função da exposição a eventos socioambientais que decorrem, direta ou indiretamente, do desempenho de nossas atividades. Esses eventos podem decorrer de (i) nossa atuação direta que, por si, gere impacto ao meio ambiente ou à saúde humana, ou (ii) ações de tomadores, emissores e contrapartes, que, de alguma forma, geram perdas à instituição.

Nosso gerenciamento de riscos socioambiental cumpre as etapas de avaliação, gerenciamento, capacitação organizacional e participação das partes interessadas. Essa gestão permeia todos os níveis da nossa administração, estando estruturada por governança e políticas específicas, que formalizam os mecanismos de gestão do risco socioambiental, além de fortalecer a agenda de sustentabilidade no processo decisório da instituição.

Na governança de questões socioambientais, temos o Comitê de Riscos Socioambiental, órgão não estatutário, de caráter permanente, que tem por objetivo estabelecer a governança para questões de riscos socioambientais para toda a instituição.

Consulte www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/RISCOSOCIOAMBIENTAL.pdf, para mais informações sobre nossa Política de Risco Socioambiental.

A fim de evitar perdas para a instituição, e também atender aos interesses de partes interessadas, temos desenvolvido diversos processos internos que visam ao gerenciamento, ao controle e à mitigação de eventos que possam levar à ocorrência do risco socioambiental e à manutenção de uma gestão transparente. Destacam-se, por exemplo, a incorporação da variável socioambiental nos processos de concessão de crédito, de contratação de fornecedores, de subscrição de seguros e de aquisição de imóveis para uso próprio, a qual é formalizada por meio de políticas de risco socioambiental próprias.

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das nossas seguradoras estão relacionados aos segmentos de vida, de grandes riscos, garantia estendida, previdência privada e capitalização. Deste modo, os principais riscos a que estas carteiras estão sujeitas são subscrição, mercado, crédito de contraparte, longevidade, entre outros.

No que tange a Seguros, Previdência e Capitalização, entendemos que:

- Risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco de longevidade é a possibilidade dos planos de previdência pagarem pensões e aposentadorias por períodos mais longos que o previsto originalmente; e
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficiente e tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, possuímos estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo nosso Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas.

As principais atribuições da área de controle de riscos de seguros, previdência e capitalização são:

- Definir a governança e elaborar o normativo institucional de gerenciamento de riscos de seguros, de previdência e capitalização;
- Auxiliar a área de negócios no desenvolvimento de novos produtos, trazendo a perspectiva de riscos;
- Auxiliar a área de negócios no desenvolvimento e implantação dos modelos de preço e risco; e
- Controlar, monitorar e reportar de forma consolidada os riscos provenientes dos produtos de seguros, previdência e capitalização às alçadas pertinentes.

Nossa estrutura de gerenciamento de risco é estruturada para permitir que as Comissões Superiores participem das decisões que possam envolver determinados níveis de riscos relacionados aos nossos negócios de seguros, de acordo com os limites e diretrizes estabelecidos em nossas políticas.

Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração é nosso órgão máximo no gerenciamento de capital, responsável por monitorar a adequação de capital, aprovar o Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP) e analisar os resultados da validação independente dos processos e modelos do ICAAP, performedo pelas equipes de controles internos e validação de modelos, bem como aprovar o normativo institucional de gerenciamento de capital.

O ICAAP é um processo que visa avaliar nossa adequação do nível de capitalização dado nosso perfil de risco, nossas diretrizes estratégicas e o ambiente econômico em que atuamos. De modo a validar independentemente a eficácia de processos e modelos integrantes do ICAAP, a equipe de controles internos avalia a nossa estrutura de governança, processos envolvidos, políticas e atividades de monitoramento e de reporte. Nosso time responsável pela validação técnica de modelos, avalia a documentação, dados, metodologia, desempenho e uso dos modelos envolvidos.

No nível executivo, a CSRisc é responsável por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando a governança, possuímos uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital da instituição, que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

No contexto de gerenciamento de capital, é elaborado um plano de capital estruturado de forma consistente com o nosso planejamento estratégico e que tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital incorporando análises do ambiente econômico, competitivo, político e outros fatores externos. O plano de capital compreende:

- Nossas metas e projeções de capital de curto e de longo prazo, em cenários normais e em cenários de estresse, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração;
- A descrição das principais fontes de capital;
- Nosso plano de contingência de capital, contendo ações a serem realizadas em caso de potencial deficiência de capital.

Alguns dos fatores levados em consideração do nosso plano de capital são:

- Análise de ameaças e de oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios;
- Projeções de balanços e de resultados;
- Metas de crescimento e/ou de participação no mercado;
- Segmentos visados pela instituição e produtos destinados a cada um deles;
- Políticas de distribuição de resultados e seus impactos no capital.

Como parte do planejamento de capital, condições extremas de mercado são simuladas, considerando eventos severos que busquem identificar potenciais restrições de capital. Os cenários de estresse são aprovados pelo Conselho de Administração e seus impactos no capital são considerados na definição de estratégia e posicionamento de negócios e de capital.

Complementando o cálculo de capital para cobertura dos riscos de Pilar 1 (riscos de crédito, mercado e operacional), viemos desenvolvendo mecanismos que visam à identificação e à análise da materialidade de outros riscos incorridos pela instituição, além de metodologias para avaliação e quantificação da necessidade de capital adicional para cobertura dos mesmos.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em Comissões e Comitês, informando-os sobre nossa adequação de capital bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Composição do capital

Nos termos das resoluções do CMN, nosso capital regulatório (Patrimônio de Referência ou "PR") utilizado para verificar o cumprimento dos limites impostos pelo Banco Central consiste no somatório do Nível I e Nível II, onde:

- Nível I: é composto pelo Capital Principal (apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais), bem como pelo Capital Complementar (baseado em instrumentos híbridos de capital, segundo critérios definidos pelo regulador);
- Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a ajustes prudenciais.

De acordo com os regulamentos do Banco Central, os quais entraram em vigor em outubro de 2013, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior (Consolidado Operacional).

De acordo com a Resolução CMN, devemos manter os montantes de PR, Nível I e Capital Principal, maiores do que os requerimentos mínimos estabelecidos. Para avaliar estes índices mínimos de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = \boxed{\begin{array}{c} \text{RISCO DE CRÉDITO} \\ RWA_{CPAD} \end{array}} + \boxed{\begin{array}{c} \text{RISCO DE MERCADO} \\ RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} \end{array}} + \boxed{\begin{array}{c} \text{RISCO DE OPERACIONAL} \\ RWA_{OPAD} \end{array}}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;
- RWA_{CAM} = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- RWA_{JUR} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{COM} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);
- RWA_{ACS} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

Adequação de capital

Nosso capital regulatório mínimo requerido (PRE) é o capital requerido das instituições financeiras para cobertura das exposições aos riscos inerentes às nossas atividades. De acordo com a regulação atual, para o cálculo do PRE, baseado no RWA, um fator de 11% é aplicado no montante total do RWA.

Nós, por meio do processo de Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP), visamos a garantir a suficiência de capital para fazer frente à cobertura dos riscos de crédito, mercado e operacional, representados pelo capital regulatório mínimo requerido e cobertura dos demais riscos que consideramos materiais.

Visando a garantir nossa solidez e a disponibilidade de capital para suportarmos o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia (conforme descrito abaixo) e pelos índices de capital principal, capital complementar e Nível II (calculados, respectivamente, pela divisão do capital principal, do capital complementar e do Nível II pelo montante total dos ativos ponderados pelo risco).

Desde outubro de 2013, o consolidado econômico financeiro (que considera todas as empresas controladas por nós, independentemente se elas são reguladas pelo Banco Central) deixou de ser base para determinar o cumprimento dos requisitos de capital. Considerando as regras atuais, nosso capital regulatório (PR) para o consolidado econômico financeiro seria de R\$ 118.512 milhões e nosso capital regulatório mínimo requerido seria de R\$ 81.693 milhões, em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, nosso capital regulatório no Consolidado Operacional alcançou R\$ 125.144 milhões, um aumento de R\$ 5.198 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, devido, principalmente ao aumento do Nível I.

Composição do Capital (Consolidado Operacional)	(R\$ milhões)			Porcentagem	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	2013-2012	2012-2011
Nível I	87.409	79.711	71.052	9,7	12,2
Capital Principal	87.409	-	-	-	-
Capital Complementar	-	-	-	-	-
Nível II	37.734	40.654	21.564	(7,2)	88,5
Exclusões	-	(420)	(55)	-	662,8
Patrimônio de Referência (PR)	125.144	119.945	92.561	4,3	29,6
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRE)	83.099	72.798	63.728	14,2	14,2
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	42.045	47.148	28.833	(10,8)	63,5
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	755.441	661.797	579.338	14,1	14,2

Nosso índice de Basileia (calculado da relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e total de ativos ponderados ao risco) do Consolidado Operacional atingiu 16,6% em 31 de dezembro de 2013, uma queda em relação a 31 de dezembro de 2012, resultado principalmente explicado pela adoção de nova regulamentação do Banco Central para requerimento de capital (como ajuste no ganho potencial futuro de derivativos e créditos a liberar) e mudanças em alguns fatores ponderadores de nossa exposição a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, a composição do índice de Basileia foi de 11,6% de capital principal e 5% de capital Nível II.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil para mais informações sobre índices de capital mínimos.

Índices de Capital (Conglomerado Operacional)	Porcentagem		
	31 de Dezembro, 2013	31 de Dezembro, 2012	31 de Dezembro, 2011
Índice de Basileia	16,6	18,1	16,0
Nível I	11,6	12,0	12,3
Capital Principal	11,6	0,0	
Capital Complementar	0,0		
Nível II	5,0	6,1	3,7

Recentemente, as regras do Banco Central mudaram os procedimentos de cálculo da RWA_{CAM} (parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial).

Até 31 de dezembro de 2013, caso as exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial considerados no cálculo da RWA_{CAM} fossem iguais ou inferiores a 2% do PR, o valor da RWA_{CAM} seria igual a zero. Caso a nova regra do Banco Central (que entrou em vigor em 2014) estivesse em vigor em 2013, o Índice de Basileia seria reduzido em cerca de 0,2%.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre a estrutura de Basileia III.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 33 – Capital Regulatório para mais informações sobre capital regulatório.

Prevenção à lavagem de dinheiro

Com o intuito de prevenir e combater atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, corrupção, financiamento ao terrorismo e fraudes, adotamos uma série de medidas, normas e procedimentos, a fim de evitar o uso de nossos produtos e serviços em operações ilícitas. Estabelecemos uma política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos, e com base nela, as áreas de negócio implementam suas próprias políticas setoriais de prevenção à lavagem de dinheiro, que inclui uma avaliação prévia dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo em novos produtos, monitoramento eletrônico de operações para detectar tentativas de lavagem de dinheiro, além de consulta on-line das listas de restritivos internacionais na abertura de contas.

Estabelecemos um programa de prevenção, detecção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços sob a perspectiva de prevenção contra atividades ilícitas;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se à todo o grupo Itaú Unibanco, incluindo nossas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO), Comitês Setoriais de Risco (CSR) e pelo Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre prevenção à lavagem de dinheiro.

Consulte www.italy.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/PREVENCAO_COMBATE_ATOS_ILICITOS_RI_2013.pdf, para mais informações sobre prevenção e combate à atos ilícitos.

Pessoas expostas politicamente

Nosso compromisso com o cumprimento da legislação vigente e com a adoção das melhores práticas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro consiste na identificação, análise do relacionamento e monitoramento diferenciado para pessoas expostas politicamente (PEP), seja ela pessoa física ou jurídica.

De acordo com as nossas políticas relacionadas às pessoas politicamente expostas, apenas diretores tem alçada para aprovar o início de um relacionamento de negócios com uma pessoa politicamente exposta.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais informações sobre pessoas expostas politicamente.

Ambiente regulatório

Estamos sujeitos à regulamentação e à supervisão de várias entidades, de acordo com os países e segmentos de negócios nos quais atuamos, cujas atividades de supervisão são determinantes para a estrutura dos nossos negócios e impactam diretamente as nossas estratégias de crescimento. Destacamos a seguir as principais entidades que regulamentam e supervisionam nossas atividades no Brasil:

- CMN – a principal autoridade responsável por estabelecer políticas monetária e financeira no Brasil; também é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública brasileira, pela regulamentação das condições para constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como pela supervisão da liquidez e solvência dessas instituições;
- Banco Central – responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN e supervisionar as instituições financeiras no Brasil. O Banco Central determina os requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN;

- CVM – responsável por normatizar, sancionar e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários e de seus participantes;
- CNSP – responsável por estabelecer as orientações e as diretrizes para companhias de seguros e capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- SUSEP – responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes; e;
- ANS – responsável por regulamentar e supervisionar o mercado brasileiro de seguro saúde e seus participantes.

Fora do Brasil, possuímos operações sujeitas à supervisão de autoridades regulatórias locais na América do Sul, especialmente Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Paraguai; na Europa, especialmente Reino Unido, Suíça e Portugal; na América Central e Caribe, especialmente nas Bahamas e Ilhas Cayman e, finalmente, nos Estados Unidos.

As instituições financeiras estão sujeitas a várias exigências e restrições regulatórias, dentre as quais podemos citar as seguintes:

- Proibição de operar no Brasil sem a autorização prévia do Banco Central;
- Proibição de adquirir imóveis não destinados ao uso próprio da instituição financeira, salvo os recebidos em liquidação de empréstimo de difícil ou duvidosa solução, sendo que, nesse caso, tal imóvel deverá ser vendido no prazo de um ano, prorrogável pelo Banco Central;
- Proibição de adquirir participações em empresas sem a autorização prévia do Banco Central, exceto as participações societárias típicas de carteiras de investimento mantidas por bancos de investimento ou bancos universais com carteira de investimento;
- Proibição de conceder empréstimos que representem mais de 25% do patrimônio de referência da instituição financeira para uma única pessoa ou grupo;
- Restrições para tomar ou conceder empréstimos, bem como para conceder adiantamentos e garantias, para determinadas pessoas físicas e jurídicas relacionadas. Consulte a seção Nossa gestão de risco – Ambiente regulatório, item Empréstimos e adiantamentos a pessoas ligadas para mais informações sobre pessoas físicas e jurídicas;
- Obrigação de depositar uma parcela dos depósitos que recebem de clientes no Banco Central (depósito compulsório); e
- Obrigação de manter reservas de capital suficientes para absorver perdas inesperadas, de acordo com as regras propostas pelo Comitê da Basileia e implementadas pelo Banco Central.

Estrutura de Basileia III

Em 16 de dezembro de 2010, o Comitê da Basileia emitiu a nova estrutura de Basileia III, que foi revisada em 1º de junho de 2011. Essa estrutura aumentou os requisitos mínimos de capital e criou “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico, alterou as mensurações de capital baseadas em risco e introduziu novo limite de alavancagem e novas normas de liquidez. Essas novas regras deverão ser gradualmente introduzidas e a expectativa é que cada país adote tais recomendações em leis ou regulamentações a serem aplicáveis às instituições financeiras locais.

A estrutura de Basileia III exige que os bancos mantenham níveis mínimos de capital correspondentes aos seguintes percentuais dos seus ativos ponderados pelo risco: (i) coeficiente mínimo de capital principal de 4,5%, composto por ações ordinárias; (ii) coeficiente mínimo de capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) coeficiente mínimo de capital total de 8,0%. Além dos requisitos mínimos de capital, Basileia III exige um “capital de conservação” de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco e cada regulador nacional poderá instituir, em seu critério, o “colchão” de capital anticíclico, caso tal regulador entenda haver um maior risco sistêmico como resultado da excessiva expansão do crédito em sua jurisdição. O Comitê da Basileia determinou a implementação dos três requisitos mínimos de capital, a partir de 1º de janeiro de 2013, com um prazo maior para as instituições financeiras atenderem à exigência dos “colchões” de capital de conservação, de capital anticíclico e outros requisitos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

A Basileia III introduz, ainda, um novo índice de alavancagem, que começou a ser monitorado em 1º de janeiro de 2011 e teve sua estrutura revisada em janeiro de 2014. Entre 1º de janeiro de 2013 e 1º de janeiro de 2017, deverão ser realizados testes semestrais para um novo índice de alavancagem mínimo, de 3,0% do novo capital de Nível 1. Ao final desse período, a expectativa é que esse índice seja revisto em 2017 e um novo padrão mínimo seja introduzido a partir de 1º de janeiro de 2018. Os bancos serão obrigados a divulgar seu índice de alavancagem e respectivos componentes a partir de 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, a Basileia III busca aperfeiçoar a cobertura de riscos por meio da revisão do tratamento do risco de crédito de contraparte, ou CCR. Os bancos afetados deverão determinar o capital exigido para fazer frente ao CCR, utilizando dados de estresse, entre outros fatores, e ficarão sujeitos aos encargos de capital por meio do risco potencial de perda na marcação por mercado combinado com a deterioração da capacidade de pagamento da contraparte.

A Basileia III também implementou índices de liquidez de curto prazo, ou LCR, e de longo prazo, ou NSFR. O LCR exige que os bancos afetados mantenham ativos de alta liquidez suficientes para cobrir as saídas de caixa líquidas que poderiam ocorrer em caso de um cenário de potencial perda de liquidez por um período de 30 dias. Já o NSFR exige que os bancos mantenham sempre um valor mínimo de fontes de captações estáveis (*"stable sources of funding"*), calculado com base nos perfis de liquidez dos ativos do banco, bem como na potencial necessidade de liquidez de natureza contingencial resultante de compromissos não registrados no balanço patrimonial, durante o período de um ano. Os novos índices de liquidez começaram a ser monitorados em 2011. Em 7 de janeiro de 2013, o Comitê da Basileia emitiu uma versão revisada dos requisitos de LCR. A versão revisada, entre outras alterações, ampliou a definição de ativos de alta liquidez e estabelece um novo cronograma para a implementação do LCR. De acordo com este novo calendário, o LCR, inclusive quaisquer revisões, será introduzido como um requisito mínimo em 1º de janeiro de 2015. O LCR inicial será 60%, em 1º de janeiro de 2015, e com aumento de 10 pontos percentuais em cada exercício, até atingir 100% em 1º de janeiro de 2019. Em janeiro de 2014, o Comitê da Basileia emitiu diretrizes para assistir os reguladores locais a avaliarem o perfil de liquidez dos ativos mantidos pelos bancos. A expectativa é que o NSFR, inclusive quaisquer revisões, seja introduzido como um padrão mínimo em 2018.

Além disso, em 13 de janeiro de 2011, o Comitê da Basileia expandiu as regras de capital definidas em Basileia III, também designadas de forma geral como "Anexo de 13 de janeiro", aplicáveis aos instrumentos não usuais de capital de Nível 1 e de Nível 2 emitidos por bancos ativos internacionalmente. Para ser incluído no capital de Nível 1, ou no capital de Nível 2, o anexo de 13 de janeiro exige que os bancos ativos internacionalmente emitam instrumentos conversíveis que possam, de acordo com o critério da autoridade competente, ser baixados ou convertidos em ações ordinárias caso ocorra um "evento de gatilho", o qual é determinado pela a decisão de uma autoridade competente, segundo a qual, como condição para manter a situação do banco como uma instituição financeira viável, é necessário (i) baixar um instrumento conversível; ou (ii) injetar recursos públicos ou qualquer outro tipo de suporte equivalente nesse banco, qual ocorrer primeiro. Essas exigências são adicionais aos critérios detalhados nas regras de capital de Basileia III anteriormente descritas e serão válidas para todos os instrumentos emitidos após 1º de janeiro de 2013, dependendo da implementação da estrutura por parte de cada país. Os instrumentos qualificados como capital, emitidos antes dessa data, que não cumpram com as novas exigências de Basileia III serão gradualmente excluídos do capital dos bancos, em um prazo de 10 anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Em 4 de novembro de 2011, o Comitê da Basileia publicou um documento final referente à metodologia de avaliação para determinar instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes, ou *G-SIFs*, o valor das exigências de patrimônio de referência adicional que as *G-SIFs* devem atender e os acordos segundo os quais essas exigências adicionais serão gradualmente implementadas. A metodologia de avaliação para determinação das *G-SIFs* baseia-se em indicadores que refletem os seguintes aspectos das *G-SIFs*: (i) o porte, (ii) a interconexão, (iii) a inexistência imediata de substitutos ou de infraestrutura para prestar os serviços que ela presta; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade; cada um deles receberá peso igual de 20% na avaliação. As exigências para absorção de perdas adicionais pelas *G-SIFs*, propostas pelo Comitê da Basileia, variam de 1,0% a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco e deverão ser atendidas apenas com Capital Principal, conforme definido na estrutura de Basileia III. As exigências de absorção de perdas adicionais pelas *G-SIFs* serão implementadas paralelamente aos “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico, entre 1º de janeiro de 2016 e o final de 2018, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2019. Em 15 de fevereiro de 2014, não fomos classificados como uma *G-SIFI* pelo Comitê da Basileia.

Em 11 de outubro de 2012, o Comitê da Basileia publicou diretrizes para a regulamentação de bancos locais sistemicamente importantes, ou *D-SIBs*, que envolvem um conjunto de princípios os quais as autoridades regulatórias nacionais podem adotar quando da determinação da metodologia de avaliação, e os requisitos de absorção de perda superior para os *D-SIBs*. A estrutura de *D-SIB* complementa a estrutura de *G-SIFI*, concentrando-se no impacto que a adversidade ou falha de bancos sistemicamente importantes teriam sobre a economia interna de cada país. O Banco Central ainda não emitiu nenhuma proposta de regulamentação, orientações oficiais sobre a metodologia de avaliação ou requisito de absorção de perda superior para os *D-SIBs* no Brasil.

Nenhuma revisão oficial dos acordos de implementação da estrutura de Basileia III foi feita pelo Comitê da Basileia (exceto referente ao LCR), cuja implementação, por país individualmente, era para ter sido iniciada em 1º de janeiro de 2013.

Implementação de Basileia III no Brasil

Certas alterações legislativas necessárias para viabilizar a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil são abordadas na Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013.

Essa regulamentação adaptou as letras financeiras à estrutura de Basileia III e concedeu ao Banco Central o poder de limitar o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pelas instituições financeiras, se as mesmas não cumprirem os requisitos de capital definidos pelo CMN. As letras financeiras foram criadas para proporcionar às instituições uma fonte mais estável de recursos, em comparação com outros tipos de depósitos recebidos ou de instrumentos de dívida emitidos por bancos.

As letras financeiras devem ser emitidas com prazo mínimo de 24 meses e são sujeitas a certas restrições de recompra, ou resgate, antes de sua data de vencimento. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.838, as instituições financeiras brasileiras deverão provavelmente emitir instrumentos de dívida subordinada ou instrumentos híbridos em conformidade com Basileia III no contexto da estrutura regulatória das letras financeiras. As principais características das letras financeiras alteradas pela Lei nº 12.838 são:

- Possibilidade de emissão de letras financeiras conversíveis em ações, sujeitas ao direito de preferência dos acionistas, exceto no caso de ofertas públicas e outras exceções estabelecidas na regulamentação. A conversão não poderá ser solicitada pelo investidor ou pela instituição financeira emissora;
- Suspensão do pagamento de juros em caso de não conformidade com as regras sobre requisitos de capital e no caso das letras financeiras fazerem parte do patrimônio de referência da instituição financeira. Além disso, de acordo com as regras de Basileia III, e com o objetivo de preservar o funcionamento regular do sistema financeiro, o Banco Central poderá determinar a conversão de letras financeiras em ações ou a extinção da dívida (baixa). Essas decisões não constituirão inadimplência e não anteciparão o vencimento de outras dívidas da instituição financeira; e
- As letras financeiras podem incluir, como eventos de vencimento antecipado, o não pagamento da remuneração ou a dissolução da instituição financeira.

Em março de 2013, o CMN e o Banco Central emitiram resoluções e diversas cartas circulares, que foram alteradas ou substituídas desde então e que detalham a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil.

Essas regulamentações abordam, entre outras coisas, os cálculos de exigência de capital (exigências de Capital Principal, Capital de Nível 1 e capital total), critérios para que os instrumentos sejam qualificados como Capital de Nível 1 ou de Nível 2, metodologia de cálculo para o patrimônio de referência, introdução dos “colchões” de capital e períodos de transição para aplicação das novas regras.

De acordo com essas regulamentações, o coeficiente mínimo de capital total dos bancos brasileiros é calculado como a soma dos três componentes indicados a seguir:

- Patrimônio de referência;
- Capital de conservação (para aumentar a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras); e
- Capital anticíclico (para cobrir o risco de excessiva expansão do crédito).

O Patrimônio de referência dos bancos brasileiros continua a ser composto por dois níveis – Capital de Nível 1 e Nível 2 –, e a qualificação dos instrumentos financeiros como Capital de Nível 1 ou Capital de Nível 2 é baseada na capacidade desses instrumentos absorverem perdas. O Capital de Nível 1 é subdividido em duas parcelas, o Capital Principal (*Common Equity Tier 1*, capital social e reservas de lucros) e o Capital Complementar (*Additional Tier 1*, instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central). Os instrumentos híbridos de capital e as dívidas subordinadas já aprovadas pelo Banco Central como Capital Complementar ou de Nível 2, podem continuar qualificados como Capital Complementar ou de Nível 2, conforme o caso, desde que tais instrumentos atendam às exigências do CMN e uma nova autorização do Banco Central seja obtida. Todos os instrumentos que não atendam a essas exigências serão retirados dos instrumentos de capital qualificáveis, com a dedução de 10% de seus valores contábeis, por ano, do valor qualificado como Capital Adicional ou de Nível 2. A primeira dedução ocorreu em 1º de outubro de 2013, e as deduções subsequentes ocorrerão anualmente, entre 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2022.

Para ser incluído no Capital Complementar ou no Nível 2, um instrumento emitido por um banco brasileiro será obrigado, entre outras coisas, a ter uma cláusula que estabeleça que tais instrumentos sejam automaticamente baixados ou convertidos em ações se ocorrer um “evento de gatilho”. Um “evento de gatilho” é aquele que ocorrer primeiro entre: (i) o Capital Principal ser inferior a 5,125% do RWA (ativos ponderados pelo risco) para instrumentos de Nível 1 e 4,5% para instrumentos de Nível 2, calculados segundo as exigências da regulamentação do CMN; (ii) a assinatura de um contrato firme e irrevogável por escrito, de injeção de capital na instituição financeira por parte do governo, conforme determinado pela legislação aplicável; (iii) a declaração, pelo Banco Central, do início de um regime de administração especial temporária (“RAET”) ou intervenção na instituição financeira; ou (iv) a decisão, pelo Banco Central, segundo critérios estabelecidos pelo CMN, de que a baixa ou a conversão do instrumento é necessária para manter o banco como uma instituição financeira viável e mitigar os riscos relevantes para o sistema financeiro brasileiro (o “evento de gatilho regulamentar discricionário”). Essas exigências são aplicáveis a todos os instrumentos emitidos após 1º de outubro de 2013. A regulamentação do CMN estabelece procedimentos e critérios específicos para conversão das ações e baixa da dívida pendente, relacionada aos instrumentos de captação de recursos elegíveis para qualificação como patrimônio de referência.

A regulamentação do CMN também estabelece os “colchões” de capital de conservação e de capital anticíclico para instituições financeiras brasileiras, e determina as porcentagens mínimas e as sanções e limitações aplicáveis em caso de não cumprimento desses requisitos adicionais. As sanções e limitações incluem: (i) impossibilidade total ou parcial de pagar uma remuneração variável aos diretores e membros do conselho de administração; (ii) impossibilidade total ou parcial de distribuir dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas; e (iii) impossibilidade de recomprar as próprias ações da instituição financeira e de efetuar reduções no capital social da instituição financeira. Além disso, os requisitos de capital serão aumentados em 2019, até o máximo de 13% dos ativos ponderados pelo risco, dos quais 2,5% serão exigidos apenas como medida anticíclica, cuja introdução gradual dessas modificações terá início em 1º de outubro de 2013. A composição dos ativos ponderados pelo risco das instituições financeiras e as diferentes categorias de risco estão também detalhadas pelas regulamentações competentes. Para mais detalhes sobre o cálculo dos ativos ponderados pelo risco e requisitos de capital, consulte Nossa gestão de risco, item Gestão de risco, Suficiência de capital.

Apresentamos a seguir o cronograma de implementação gradual pelo Banco Central das exigências de adequação de capital e alavancagem, segundo a Basileia III. Os números apresentados a seguir referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco da instituição financeira.

	A partir de 1º de Outubro (%)	A partir de 1º de Janeiro (%)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Capital de Nível 1	5,5	5,5	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
Patrimônio de Referência	11,0	11,0	11,0	9,875	9,25	8,625	8,0
Capital de conservação	-	-	-	0,625	1,25	1,875	2,5
				Até	Até	Até	Até
Capital anticíclico	-	-	-	0,625	1,25	1,875	2,5

A regulamentação do CMN também define as entidades que compõem o conglomerado prudencial de uma instituição financeira brasileira, e estabelece o requisito de que uma instituição financeira deve elaborar e arquivar, mensalmente no Banco Central, as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, conforme definido em tal documento. Essas demonstrações contábeis também devem ser auditadas por empresa de auditoria independente a cada seis meses. Em 1º de janeiro de 2014, as exigências de capital serão aplicadas ao conglomerado prudencial).

Também como parte da implementação da estrutura de Basileia III no Brasil, o CMN exige que as instituições financeiras brasileiras implantem uma estrutura de gestão de capital compatível com a natureza das transações dessa instituição financeira, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, bem como com a dimensão da exposição a riscos da instituição financeira. A gestão de capital é definida como um processo que inclui: (i) monitoramento e controle do capital da instituição financeira; (ii) avaliação das necessidades de capital em vista dos riscos aos quais a instituição financeira está sujeita; e (iii) estabelecimento de metas e planejamento de capital para atender às necessidades de capital em virtude de mudanças nas condições de mercado. As instituições financeiras devem publicar, pelo menos uma vez por ano, um relatório descrevendo a sua estrutura de gestão de capital e são obrigadas a observar certas exigências mínimas e ajustes prudenciais ao efetuarem marcação ao mercado de instrumentos financeiros complexos ou ilíquidos, e ao precificarem instrumentos financeiros em condições de estresse. Os sistemas e controles de precificação devem estar em conformidade com critérios estritos de confiabilidade e de avaliação prudencial (com base no método de precificação adotado), e deverão ser aplicados ajustes prudenciais quando necessário, durante a avaliação do processo de precificação de uma instituição financeira. O Banco Central regulamenta a divulgação e a comunicação de questões relacionadas ao gerenciamento de riscos, o cálculo de ativos ponderados pelo risco e a adequada observância de exigências de patrimônio de referência, que reflitam o chamado "Pilar 3" do patrimônio de referência recomendado por Basileia III, com o objetivo de aprimorar a governança e a divulgação de informações.

Implementação de Basileia III no Brasil – futuras normas previstas

É esperado que um índice máximo de alavancagem de 3,0% seja aplicado aos bancos brasileiros, a partir de janeiro de 2018, com certas exigências de divulgação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. Também é esperado que um LCR para tratar do risco de liquidez de curto prazo e um NSFR para tratar do risco de liquidez de longo prazo sejam aplicados aos bancos brasileiros a partir de 1º de janeiro de 2015 e 2018, respectivamente, com certas exigências de cálculo e monitoramento aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2012. Contudo, as atuais regras do CMN e do Banco Central não tratam das exigências de índices de alavancagem e de liquidez, e o Banco Central ainda não anunciou oficialmente sua posição sobre a regulamentação da liquidez, inclusive se a implementação do LCR no Brasil seguirá os acordos modificados de implementação estabelecidos pelo Comitê da Basileia em janeiro de 2013.

Benefícios de créditos presumidos por instituições financeiras

É previsto também que o Banco Central e o CMN emitam, num futuro próximo, regulamentações sobre a metodologia de avaliação e as exigências adicionais de absorção de perda para os *D-SIBs* no Brasil.

Nos termos da regulamentação do CMN, o Capital Principal é reduzido por créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, entre outros itens, os quais não têm fins contábeis, e dependem de lucros futuros a serem realizados, que podem, futuramente, reduzir a tributação incidente sobre os lucros. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma das diferenças temporárias mais significativas.

A fim de reduzir o impacto negativo dessas reduções no Capital Principal, as instituições financeiras podem substituir as diferenças temporárias referentes às provisões para créditos de liquidação duvidosa por crédito presumido, conversível em dinheiro pelo Tesouro Nacional. As diferenças temporárias relacionadas às provisões para créditos de liquidação duvidosa são também, automaticamente, substituídas por crédito presumido quando a instituição financeira está em processo de liquidação ou falência (se a liquidação ou falência for determinada após 1º de janeiro de 2014). Se o processo de liquidação ou falência forem determinados antes de 1º de janeiro de 2014, a instituição financeira não está qualificada a usar tal crédito presumido para mitigar os efeitos negativos sobre o Capital Principal. O crédito presumido, por outro lado, não reduz o patrimônio de referência. Espera-se que o uso de créditos presumidos seja mais bem regulamentado pela Secretaria da Receita Federal e pelo Banco Central em um futuro próximo.

Operações e exposição em moeda estrangeira

Operações de compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser conduzidas por instituições autorizadas pelo Banco Central. Não existem limites para as posições – compradas ou vendidas – de câmbio para bancos autorizados a operar no mercado de câmbio, enquanto as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central têm sua posição vendida de câmbio limitada a zero. Atualmente, a alíquota do recolhimento compulsório sobre a posição vendida de câmbio de instituições financeiras é 0%.

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras brasileiras podem captar recursos no exterior, por meio de empréstimos diretos ou emissão de títulos de dívida. Os recursos captados dessa forma podem ser livremente aplicados no Brasil, inclusive para o repasse a empresas e instituições financeiras brasileiras. Os bancos brasileiros autorizados a operar no mercado de câmbio com patrimônio de referência superior a R\$ 5 bilhões também podem utilizar tais recursos para conceder empréstimos, no exterior, para empresas brasileiras, suas subsidiárias *offshore* e empresas estrangeiras controladas por brasileiros ou para adquirir no mercado primário os títulos emitidos ou garantidos por tais empresas. Os empréstimos transnacionais, cujo processo envolve uma das partes no Brasil e a outra, no exterior, exigem registro prévio no Banco Central, o qual pode estipular limites sobre o prazo, a taxa de juros e as condições gerais dessas operações de empréstimos em moeda estrangeira (incluindo a emissão de notas por instituições financeiras). Atualmente, não há limites impostos sobre tais operações, porém o ingresso de recursos para

empréstimos cujo prazo de pagamento médio mínimo não ultrapassa 360 dias está sujeito ao IOF/Câmbio, à alíquota de 6,0%. Entretanto, se o prazo médio mínimo do empréstimo ultrapassar 360 dias, o IOF/Câmbio ficará reduzido a zero.

As instituições financeiras também podem conceder empréstimos em moeda estrangeira, ou a ela indexados, para as atividades relacionadas ao comércio exterior de seus clientes, como a concessão de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, ou pré-pagamento de exportação e financiamento à importação, todas acordadas com os regulamentos brasileiros referentes aos mercados cambiais e aos fluxos de capital internacional. O Banco Central e o governo brasileiro frequentemente alteram as regras e os regulamentos aplicáveis aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, de acordo com o cenário econômico e a política monetária brasileira atuais. Por exemplo, em 2012 e 2013, o Banco Central reduziu as limitações anteriormente estabelecidas sobre os financiamentos à exportação mediante, entre outras alterações, a exclusão do prazo máximo de financiamento à exportação.

Em 16 de dezembro de 2013, o Banco Central emitiu uma série de normas para substituir o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais ("RMCCI"), em vigor a partir de 3 de fevereiro de 2014. Essas regras foram emitidas no âmbito do programa Otimiza BC, por meio do qual o banco busca otimizar e simplificar sua regulamentação, e refletem o conjunto de regras que envolvem o mercado de câmbio, o capital brasileiro no exterior e o capital estrangeiro no Brasil anteriormente contempladas pelo RMCCI.

Entre outros assuntos, essas regras consolidam as alterações nos códigos para operações de câmbio realizadas pelo Banco Central, por meio de uma série de normas publicadas em 2013. O objetivo da nova série de regras para operações de câmbio é cobrir as situações que, pelas regras atuais, não podem ser incluídas em nenhuma categoria.

A legislação impõe, ainda, que a exposição total em ouro e outros ativos e passivos indexados ou vinculados à variação da taxa de câmbio de instituições financeiras (inclusive as sucursais *offshore*), e suas controladas diretas e indiretas, de forma consolidada, não pode ultrapassar 30,0% do seu patrimônio de referência.

Limites operacionais

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras não podem deter, de forma consolidada, um ativo permanente, o qual inclui investimentos em subsidiárias não consolidadas, imóveis, equipamentos e ativos intangíveis, em valor superior a 50,0% do patrimônio de referência ajustado.

Além disso, a regulamentação também nos impede de conceder empréstimos ou adiantamentos, garantias, contratar operações de derivativos, subscrever ou deter em nossa carteira de investimentos os títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, em conjunto, gerem exposição para esse cliente ou grupo de clientes afiliados, e que ultrapasse 25,0% do nosso patrimônio de referência.

Empréstimos e adiantamentos para pessoas ligadas

A regulamentação brasileira estabelece que não é permitido às instituições financeiras conceder empréstimo, adiantamento ou garantia para determinadas pessoas físicas e jurídicas, a ela relacionadas, incluindo:

- a) Diretores, membros de conselhos de administração, conselhos fiscais, conselhos consultivos e demais conselhos estatutários, assim como os seus respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e parentes na linha colateral até o segundo grau, sejam consanguíneos ou afins;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, controlam a instituição financeira ou possuam mais de 10% do capital social da mesma;
- c) Pessoas jurídicas direta ou indiretamente controladas pela instituição financeira ou por pessoas jurídicas nas quais a instituição financeira possua, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social; ou
- d) Pessoas jurídicas direta ou indiretamente controladas pelas pessoas físicas mencionadas nos itens a e b acima, ou por pessoas jurídicas nas quais as mesmas possuam, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social.

Remuneração de membros da diretoria e do conselho de administração de instituições financeiras

O CMN regulamenta as políticas de remuneração aplicáveis aos membros da diretoria e do conselho de administração de instituições financeiras, especialmente no que diz respeito às regras sobre o pagamento de remuneração variável.

No caso de pagamento para membros da diretoria e do conselho de administração, do total da remuneração variável, 50%, no mínimo, deve ser pago em ações ou instrumentos baseados em ações; e 40%, no mínimo, da remuneração total, deve ser diferido para pagamento futuro, em um período de, pelo menos, três anos. Se a instituição apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado, ou um resultado negativo durante o período de diferimento, as parcelas diferidas e não pagas da remuneração dos membros da diretoria e do conselho de administração devem ser revertidas, proporcionalmente, à redução no resultado, de forma a minimizar o prejuízo da instituição financeira e de seus acionistas (*claw back*).

Nossa política de remuneração encontra-se alinhada às exigências regulatórias brasileiras e com nossos princípios e práticas de buscar um maior ajuste entre os interesses dos nossos acionistas e os dos nossos administradores.

Para mais informações, consulte a seção Nossa governança, item Governança corporativa – Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da alta administração.

Regulamentação concorrencial

A lei antitruste brasileira estabelece que as operações que resultam em concentração econômica devem ser submetidas à aprovação prévia do CADE, o órgão brasileiro que regulamenta a concorrência no país por meio dos seguintes critérios: (i) o grupo econômico de uma das partes de uma operação registrar, no exercício fiscal anterior ao da operação, faturamento bruto mínimo de R\$ 750 milhões, e (ii) ao menos um dos demais grupos econômicos envolvidos na operação registrar, no mesmo período, o faturamento bruto mínimo de R\$ 75 milhões. A consumação de uma operação antes da aprovação pelo CADE sujeita as partes à pena de multa, cuja variação corresponde entre R\$ 60 mil e R\$ 60 milhões, à nulidade do respectivo acordo e aos processos administrativos em potencial.

Conglomerados financeiros devem submeter operações relacionadas com diversos setores à aprovação do CADE, incluindo os mercados de seguros, cartões de crédito, fundos de investimento imobiliários e fundos de investimento em participações. Adicionalmente, a circular nº 3.590/12 estabelece a obrigatoriedade da submissão de atos de concentração que envolvam duas ou mais instituições financeiras, à aprovação do Banco Central nos seguintes casos: (i) aquisição de controle societário, (ii) fusão, (iii) aquisição ou (iv) transferência do negócio para outra instituição financeira.

Com relação ao conflito de competência para análise a aprovação de atos de concentração envolvendo instituições financeiras, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (agosto de 2010) atribuiu ao Banco Central a competência exclusiva para tal análise e aprovação, questão cuja referida decisão se encontra no Supremo Tribunal Federal (STF) para deliberação final e definitiva. Embora a decisão final do STF, no caso em questão, não vincule automaticamente todas as instituições financeiras, a indefinição sobre a obrigatoriedade, ou não, da revisão e aprovação pelo CADE ou Banco Central em atos de concentração que envolvam instituições financeiras resultou na submissão, pelas instituições financeiras, de todos os atos de concentração no setor bancário para aprovação não somente do Banco Central, mas também do CADE.

Tratamento de dívidas vencidas

As instituições financeiras brasileiras devem classificar suas operações de crédito (inclusive as operações de arrendamento mercantil e outras caracterizadas como adiantamentos de crédito) em diferentes níveis e fazer provisões de acordo com o nível atribuído a cada transação. Essa classificação é baseada na situação financeira do cliente, nos termos e nas condições da transação e no eventual tempo de atraso no pagamento da mesma. Para atendimento às exigências do Banco Central, as operações são classificadas nos níveis AA, A, B, C, D, E, F, G ou H, sendo AA a classificação mais alta. As classificações de crédito devem ser revisadas mensalmente e, sem prejuízo das provisões adicionais àquelas exigidas pelo Banco Central, consideradas necessárias pela administração das instituições financeiras, cada nível tem um percentual específico de provisão que é aplicado a ele, e que usamos para calcular nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme especificado mais detalhadamente na tabela a seguir:

Classificação ¹	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisão %	0	0,5	1	3	10	30	50	70	100
Atraso (em dias)	-	-	15 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 a 150	151 a 180	Acima de 180

1. Nossa classificação também considera o perfil de crédito do cliente, o qual pode impactar negativamente a classificação das dívidas vencidas.

Insolvência Bancária

Segundo o IFRS, a provisão de créditos de liquidação duvidosa, baseia-se em nossos modelos de perda incorrida, desenvolvidos internamente, os quais calculam a provisão de créditos de liquidação duvidosa, multiplicando a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (*PD*) pelo potencial de recuperação dos créditos inadimplentes (*LGD*) para cada operação, conforme descrito na nota 2.4(g) VIII das nossas demonstrações contábeis, consolidadas de acordo com o IFRS. Os níveis de risco são classificados em “baixo”, “médio”, “alto” e “perda do valor recuperável” (*impairment*), com base na probabilidade de inadimplência, por meio de uma escala interna estabelecida por nós, detalhada na nota 36 das nossas demonstrações contábeis, consolidadas de acordo com o IFRS.

A insolvência de instituições financeiras é tratada de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis pelo Banco Central, responsável por iniciar e acompanhar todos os procedimentos administrativos aplicáveis. São três as modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras (privadas ou públicas não federais) ou às instituições a elas equiparadas: (i) regime de administração especial temporária (RAET), (ii) intervenção e (iii) liquidação extrajudicial. Essas instituições também podem ser submetidas ao regime falimentar, conforme adiante destacado.

No curso dos regimes especiais descritos a seguir, o conselho diretor, o interventor e o liquidante poderão, quando autorizados pelo Banco Central, (i) alienar bens e direitos da instituição financeira a terceiros e (ii) realizar processos de reorganização societária na instituição financeira ou em suas subsidiárias, dentre outras medidas possíveis, de efeito similar.

RAET

O RAET é um regime especial menos severo que permite às instituições financeiras continuarem a operar, sendo seu principal efeito a perda do mandato dos administradores e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de gestão. Tem duração limitada e objetiva, principalmente, a adoção de medidas que visam à retomada das atividades normais da instituição financeira. Caso essa retomada não seja possível, tal regime pode vir a ser transformado em liquidação extrajudicial.

Intervenção

No âmbito desse regime, o Banco Central nomeia um interventor para assumir a gestão direta da instituição financeira, suspendendo as suas atividades normais e destituindo os administradores da mesma. De modo geral, a intervenção objetiva evitar a continuação de determinadas irregularidades cometidas e o agravamento da situação financeira da instituição, que pode colocar em risco os ativos e prejudicar os credores da instituição financeira. A intervenção também tem duração limitada no tempo e poderá ser seguida da retomada das atividades normais da instituição financeira, ou da decretação da sua liquidação extrajudicial ou da sua falência.

A intervenção suspende as ações relacionadas às obrigações de pagamento da instituição financeira, impede a liquidação ou vencimento antecipado de suas obrigações e congela os depósitos preexistentes.

Liquidação extrajudicial

A liquidação extrajudicial, de forma geral, corresponde à extinção da empresa em casos de insolvência irrecuperável ou de graves infrações às normas que regulam as atividades da instituição financeira. A liquidação extrajudicial promove a liquidação dos ativos existentes para pagamento dos credores, com devolução de eventual saldo aos acionistas. Os acionistas controladores também podem ser responsabilizados pelas obrigações remanescentes.

A liquidação extrajudicial (i) suspende as ações ou execuções relacionadas com a instituição financeira, (ii) antecipa o vencimento das obrigações da instituição financeira; e (iii) interrompe a prescrição das obrigações da instituição financeira. Além disso, deixam de incorrer juros contra a massa liquidanda até que todas as obrigações perante terceiros tenham sido pagas.

Seguro de depósitos

Em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, o Fundo Garantidor de Crédito, ou FGC – um sistema de seguro de depósitos, garante o valor máximo de R\$ 250.000 em certos depósitos e instrumentos de crédito mantidos por uma pessoa física, jurídica ou outra entidade legal, em uma instituição financeira (ou instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo econômico). Os recursos do FGC provêm, principalmente, de contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que recebem depósitos de clientes, atualmente à taxa mensal de 0,0125% do montante total dos saldos em aberto das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia ordinária – e certas contribuições especiais. Os depósitos e recursos captados no exterior não são garantidos pelo FGC.

A regulamentação aplicável autoriza, ainda, as instituições financeiras a captar recursos por meio de depósitos a prazo - objeto de garantia especial do FGC – até um determinado montante, desde que tais depósitos atendam aos requisitos legais, dentre os quais:

- (i) Tenham um prazo mínimo de 12 meses e máximo de 24 meses, podendo variar por meio da constituição de certos direitos reais de garantia em favor do FGC;
- (ii) Não sejam resgatáveis antes de seus prazos, sujeito a exceções limitadas; e
- (iii) Estejam limitados a um montante variável segundo os critérios atrelados aos direitos reais de garantia em favor do FGC, ao valor do patrimônio de referência de Nível 1 da instituição financeira e às regras de depósitos a prazo, limitado a R\$ 5 bilhões até 31 de dezembro de 2014 e a R\$ 3 bilhões, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Regulamentação de seguros

Pagamento dos credores em liquidação

Em caso de liquidação extrajudicial de uma instituição financeira ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, os salários dos funcionários e suas respectivas ações trabalhistas até certo valor, créditos com garantia real e cobranças de impostos, têm prioridade entre todas as reivindicações contra a entidade falida. O pagamento de créditos quirografários, inclusive os depósitos ordinários de clientes de varejo não garantidos pelo FGC, está sujeito ao pagamento prioritário dos créditos com preferência. Além disso, quando do pagamento dos depósitos garantidos pelo FGC, o mesmo se torna um credor quirografário da massa falida e tem a mesma prioridade dos demais credores quirografários.

As companhias de seguro domiciliadas no Brasil, com aprovação do governo, podem oferecer – diretamente aos clientes ou por meio de corretores habilitados –, todos os tipos de seguros, com exceção do seguro contra acidentes de trabalho.

As companhias de seguro são obrigadas a separar reservas para investimento em tipos específicos de títulos e valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras estão entre os principais investidores no mercado brasileiro de títulos mobiliários e estão sujeitas às regulamentações do CMN sobre o investimento de reservas técnicas.

No caso de ter sua falência decretada, uma seguradora estará sujeita a um procedimento específico administrado pela SUSEP ou pela ANS. Caso tenha sua falência decretada e (i) seus ativos não sejam suficientes para garantir, pelo menos, a metade dos créditos quirografários, ou (ii) caso existam indícios de prática de atos que possam ser considerados crimes falimentares, a seguradora estará sujeita ao processo normal de falência.

Atualmente, não existem restrições aos investimentos estrangeiros em companhias de seguro no Brasil.

A legislação brasileira determina que as companhias de seguro sejam obrigadas a comprar resseguro na medida em que seus passivos ultrapassem os limites técnicos, de acordo com as normas do órgão regulador (CNSP e SUSEP), sendo a celebração de contratos de resseguro feita por negociação direta entre as seguradoras e as resseguradoras, ou por uma corretora de resseguro autorizada a operar no Brasil.

Regulamentação sobre prevenção à lavagem de dinheiro

As companhias de seguro, ao transferir os seus riscos em resseguro, devem transferir 40,0% de cada cessão para as resseguradoras locais (empresas domiciliadas no Brasil). Além disso, a alocação de risco entre seguradoras e resseguradoras, pertencentes ao mesmo grupo econômico, está atualmente limitada a 20,0% do prêmio correspondente a cada cobertura contratada.

As principais seguradoras do nosso grupo são: Itaú Seguros S.A. (seguros de vida e não vida), Itaú Vida e Previdência S.A. (seguros de vida e planos privados de concessão de pecúlio ou de rendas de previdência complementar aberta), Cia. Itaú de Capitalização (produtos de capitalização) e Itaúseg Saúde S.A. (seguro saúde).

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro estabelece a estrutura básica para a prevenção e punição de práticas de lavagem de dinheiro como crime, cujas diretrizes proíbem a ocultação ou a dissimulação da origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores financeiros decorrentes, direta ou indiretamente, de crimes; e os agentes dessas práticas ilegais ficam sujeitos à pena de prisão de até dez anos e multa pecuniária.

A lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, ou COAF, a unidade brasileira de inteligência financeira que opera sob a égide do Ministério da Fazenda. O COAF possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e sua responsabilidade legal é coordenar os mecanismos de cooperação internacional e trocas de informações.

Em conformidade com a lei brasileira de combate à lavagem de dinheiro e regulamentações relacionadas promulgadas pelo Banco Central, incluindo as regras aplicáveis aos procedimentos que devem ser adotados pelas instituições financeiras na prevenção e no combate desses crimes – e em resposta às recomendações do Grupo de Ação Financeira Contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo – GAFI (*Financial Action Task Force - FATF*) –, as instituições financeiras brasileiras devem estabelecer controles internos e procedimentos com os objetivos:

- Identificar e conhecer os seus clientes, determinando se eles são Pessoas Expostas Politicamente (PEPs), identificando os usufrutuários finais (UBO) das operações, se houver. Esses registros devem ser mantidos atualizados;
- Verificar a compatibilidade entre a movimentação de recursos do cliente e a capacidade econômica e financeira desse cliente;
- Verificar a origem dos recursos;
- Preparar uma análise prévia dos novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção à lavagem de dinheiro;
- Manter registros de todas as transações realizadas ou serviços financeiros prestados em nome de um determinado cliente ou para ele;

- Notificar o COAF, no prazo de um dia útil, sobre qualquer transação considerada suspeita pela instituição financeira, inclusive quaisquer transações em dinheiro equivalentes ou superiores a R\$ 100.000, sem informar a pessoa envolvida ou qualquer terceiro;
- Prestar atenção especial a (i) transações não usuais ou transações propostas, ou aparentemente sem base econômica ou legal; (ii) transações que envolvam PEPs, (iii) indicadores de fraude na identificação do cliente ou da transação; (iv) clientes e transações para os quais o usufrutuário final não pode ser identificado; (v) transações originadas ou destinadas aos países que não cumprem integralmente com as recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI); e (vi) situações em que não é possível manter os registros de identificação do cliente devidamente atualizados;
- Estabelecer critérios para contratação de pessoal e oferecer treinamento para combate à lavagem de dinheiro para os colaboradores;
- Estabelecer os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro que devem ser respeitados por todas as agências e subsidiárias de instituições financeiras brasileiras localizadas no exterior;
- Determinar que quaisquer instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio brasileiro com instituições financeiras localizadas no exterior devem verificar se a instituição financeira estrangeira está localizada fisicamente na jurisdição em que foi constituída e autorizada a operar, e se está sujeita a uma supervisão eficiente;
- Monitorar as transações e as situações que poderiam ser consideradas suspeitas para fins de combate à lavagem de dinheiro;
- Notificar o COAF sobre a ocorrência de transações suspeitas, conforme exigido pela regulamentação aplicável, e, pelo menos, anualmente, tenha ou não sido verificadas transações suspeitas, para certificar a não ocorrência de transações que devam ser notificadas ao COAF (declaração de inoccorrência);
- Exigir que os clientes informem à instituição financeira, com pelo menos um dia útil de antecedência, sobre a intenção de sacar valores iguais ou superiores a R\$ 100.000, e
- Garantir que as políticas, procedimentos e controles internos sejam proporcionais ao tamanho e volume das transações.

O descumprimento de qualquer uma das obrigações anteriores sujeita a instituição financeira e seus diretores a penalidades que variam de (i) advertência formal, (ii) multas (de 1,0% a 200,0% do valor da transação, 200,0% do lucro gerado por ela, ou multa de até R\$ 20.000.000); (iii) seus diretores executivos serão considerados inelegíveis para qualquer cargo gerencial em instituições financeiras, até (iv) revogação da licença de funcionamento da instituição financeira.

Em agosto de 2013, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) promulgou o Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, cujo objetivo é melhorar a contribuição do sistema financeiro brasileiro para a prevenção da lavagem de dinheiro e padronizar as práticas adotadas por todos os bancos, incentivando-os a reforçar os procedimentos de prevenção.

Pessoas Expostas Politicamente (PEPs)

Pessoas Expostas Politicamente, ou PEPs, são funcionários públicos que ocupam – ou ocuparam – cargos públicos importantes, bem como seus representantes, familiares e outras pessoas próximas, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em outros países, jurisdições e territórios estrangeiros. Inclui também suas entidades legais. As instituições financeiras precisam elaborar e implementar procedimentos internos para identificar PEPs e obter aprovação especial de um membro da equipe de nível mais alto, como diretores, processo necessário para aprovar e estabelecer relacionamentos com essas pessoas. As instituições também precisam adotar medidas contínuas e severas para vigilância das transações com PEPs e notificar o COAF sobre todas as transações suspeitas.

Portabilidade de operações de crédito

Em 20 de dezembro de 2013, o CMN promulgou uma nova resolução, que entrará em vigor em 2 de maio de 2014, por meio da qual dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito, definida como a transferência de uma operação de crédito do credor original para outra instituição, por solicitação do devedor, mantendo o mesmo saldo em aberto e as mesmas condições de pagamento. A nova regra uniformiza os procedimentos e prazos para a troca de informações e o uso obrigatório de um sistema eletrônico, autorizado pelo Banco Central, para a transferência de recursos entre as instituições financeiras, proibindo o uso de qualquer procedimento alternativo para produzir os mesmos efeitos da portabilidade.

Regras relativas à cobrança de tarifas bancárias e de cartões

As tarifas bancárias e as operações com cartões de crédito são amplamente reguladas pelo CMN e pelo Banco Central. De acordo com a legislação brasileira, temos que classificar os serviços que prestamos para pessoas físicas em categorias predefinidas e estamos sujeitos às limitações na cobrança de tarifas por esses serviços.

As instituições financeiras brasileiras, em geral, não estão autorizadas a cobrar tarifas bancárias pela prestação de serviços a pessoas físicas, classificados como essenciais, em relação às contas correntes, tais como o fornecimento de cartões de débito, talões de cheques, saques, extratos, transferências, entre outros.

A legislação brasileira também autoriza as instituições financeiras a cobrar tarifas por “serviços prioritários”, um conjunto de serviços definidos por norma do Banco Central, cujas diretrizes estabelecem que as instituições financeiras são obrigadas oferecer para esses clientes “um pacote padronizado de serviços prioritários”. Os clientes podem também optar por este ou outros pacotes oferecidos pela instituição financeira, ou pela utilização e pelo pagamento de serviços individuais, em oposição à escolha de um pacote.

As regras atuais autorizam, ainda, as instituições financeiras a cobrar tarifas por serviços específicos chamados de “serviços diferenciados”, desde que o correntista ou usuário seja informado sobre as suas condições de uso e pagamento desses serviços, ou que as tarifas e formas de cobrança estejam definidas em contrato.

O CMN também estabelece regras aplicáveis aos cartões de crédito, definindo os fatos geradores que permitem a cobrança de tarifas por instituições financeiras, bem como as informações a serem divulgadas nas faturas de cartões de crédito e no respectivo contrato, e a criação de dois tipos de cartões de crédito: (i) cartões de crédito básicos, com serviços mais simples, classificados como “serviços prioritários”; e (ii) “cartões de crédito especiais”, com programas de benefícios e recompensa e serviços adicionais ao consumidor, classificados como “serviços adicionais”. No mínimo 15% do saldo total em aberto da fatura precisam ser pagos mensalmente pelos portadores de cartões de crédito.

A cobrança de nova tarifa bancária ou a majoração do preço de tarifa vigente somente poderá ocorrer após divulgação ao público, com no mínimo 30 dias de antecedência, enquanto as tarifas relativas aos serviços prioritários e ao “pacote padrão” somente poderão ter seu valor acrescido após 180 dias da data do último aumento (a redução do preço, por outro lado, poderá ser feita a qualquer momento). Com relação aos cartões de crédito, é necessária a divulgação ao público, com pelo menos 45 dias de antecedência, para qualquer aumento ou criação de taxas, e elas só podem ser aumentadas 365 dias após o último aumento. O prazo de 365 dias fica sujeito também às mudanças nas regras aplicáveis aos programas de benefícios ou recompensas.

Regulamentação de Arrendamento Mercantil

Embora as operações de arrendamento mercantil não sejam classificadas como operações de crédito pela legislação brasileira, o Banco Central regulamenta e supervisiona essas operações. Às partes envolvidas em uma operação de arrendamento mercantil são o “arrendador” (o banco) e o “arrendatário” (nosso cliente). O bem, de propriedade do arrendador, é entregue para o uso do arrendatário até o final da vigência do contrato, momento no qual o arrendatário pode optar por adquirir o bem ou devolvê-lo ao arrendador, ou ainda renovar o contrato por um novo período.

A legislação brasileira estabelece uma metodologia específica para a contabilização de lucros ou perdas nas operações de arrendamento mercantil e para todas as informações que devem constar do respectivo contrato. O Valor Residual Garantido (VGR), pago pelo arrendatário, deve corresponder ao mínimo valor de retorno necessário para que a operação seja viável para o arrendador, seja ou não exercida a opção de compra. As leis e os regulamentos aplicáveis às instituições financeiras, tais como as referentes aos requisitos de informação, adequação de capital e alavancagem, limites de composição de ativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa, também são geralmente aplicáveis às empresas de arrendamento mercantil.

Bancos correspondentes

Podemos contratar outras empresas para prestar determinados serviços aos nossos clientes, inclusive atendimento. Essas empresas são, em geral, denominadas *correspondentes*, e o nosso relacionamento com elas é regulamentado pelo Banco Central. Entre outras exigências, o Banco Central determina que, até 24 de fevereiro de 2014, os funcionários de todos os bancos correspondentes deverão entrar com um pedido de certificação técnica que os autorize atender clientes em operações de crédito e de arrendamento mercantil, cuja certificação deve ser obtida até 2 de março de 2015.

Sigilo bancário

As instituições financeiras brasileiras devem guardar sigilo em relação às operações bancárias e aos serviços prestados aos seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais informações sobre clientes, serviços e transações de instituições financeiras brasileiras ou empresas de cartão de crédito podem ser divulgadas a terceiros são:

- A divulgação de informações com o consentimento expresso dos interessados;
- A troca de informações entre instituições financeiras para fins cadastrais;
- A divulgação de informações às empresas de proteção ao crédito, com base no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes;
- A divulgação de informações às autoridades competentes relacionadas à prática real ou suspeita de atos criminosos ou improbidade administrativa, inclusive a divulgação de informações relacionadas às operações que envolvam recursos relacionados a atividades ilegais;
- A revelação de informações mediante mandado judicial.

Exceto conforme estabelecido pela legislação brasileira e por ordem judicial, a quebra de sigilo bancário constitui crime.

Regulamentação do mercado brasileiro de valores mobiliários

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulamentado por:

- Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – responsável por emitir normas específicas sobre o mercado de valores mobiliários (no Brasil, inclui os derivativos) e por supervisionar os mercados de bolsa e de balcão organizado;
- CMN – responsável pelas diretrizes gerais a serem observadas na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários e pela regulamentação das operações de investimento no Brasil; e
- Banco Central – responsável por autorizar o funcionamento das corretoras.

Segundo a legislação societária brasileira, uma empresa é considerada de capital aberto, ou fechado, dependendo da admissão ou não dos valores mobiliários de sua emissão à negociação no mercado. Todas as empresas de capital aberto, como a nossa, são registradas na CVM e estão sujeitas às exigências de divulgação de informações e apresentação de relatórios.

Exigências de divulgação

Segundo as regras da CVM, as empresas de capital aberto estão sujeitas às exigências de divulgação e às normas que regem o uso de informações relevantes. Considera-se relevante qualquer decisão que possa influenciar razoavelmente o preço dos valores mobiliários de emissão da empresa de capital aberto ou a decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários.

Em 2009, a CVM alterou as exigências de divulgação e aprimorou a qualidade das informações que devem ser apresentadas nos arquivamentos periódicos pelos emissores de valores mobiliários, ao exigir que esses emissores arquivem o "Formulário de Referência" na CVM. Esse formulário baseia-se no modelo do sistema denominado pela *International Organization of Securities Commission* ("IOSCO"), como "*shelf registration system*", que reúne todas as informações do emissor em um único documento.

Regulamentação de gestão de ativos (asset management)

A regulamentação brasileira de gestão de ativos exige que os gestores de ativos tenham um registro prévio na CVM para prestarem serviços de gestão de carteiras e administração de fundos de investimento.

O Grupo Itaú Unibanco oferece diversos serviços relacionados aos mercados de capital e, especificamente, executa atividades relacionadas ao registro de fundos de investimento e gestão de carteiras de acordo com a regulamentação da CVM.

Na prestação desses serviços, nossas entidades envolvidas no negócio de gestão de ativos podem ser responsáveis, civil e administrativamente, por prejuízos resultantes de atos danosos ou de negligência na condução de nossas atividades.

A CVM tem poderes regulatórios para supervisionar essas atividades, incluindo a aplicação de multas e outras sanções aos gestores de ativos registrados.

Regulamentação de internet e comércio eletrônico

Apesar de o Brasil não possuir ainda uma legislação ou regulamentação para as transações por internet, certos aspectos do comércio eletrônico são regulamentados como a validade dos documentos eletrônicos no Brasil e as transações do comércio eletrônico sob a ótica da defesa do consumidor. A regulamentação atual destina-se a (i) identificar com clareza o fornecedor e o produto comercializado pela internet; (ii) disponibilizar um canal de atendimento para os clientes em meio eletrônico; e (iii) garantir o direito de cancelamento e devolução dos pedidos feitos pela internet. Com relação aos produtos financeiros, a regulamentação existente trata apenas da obrigação do fornecedor do produto de informar para a instituição financeira ou a administradora do cartão de crédito que a transação não deve ser cobrada do consumidor, ou que o valor cobrado deve ser estornado. Além disso, as violações de computadores realizadas por hackers passaram a ser consideradas crime no Brasil, em 2012.

Em vista do aumento do uso de canais eletrônicos no setor bancário brasileiro, o CMN promulgou diversas resoluções ao longo dos últimos anos de forma a prever ou estabelecer:

- A permissão para a abertura, por residentes brasileiros, de contas de depósito bancário por meios eletrônicos – internet, caixas eletrônicos, telefone e outros canais de comunicação –, na qual as transferências de valores dessas contas devem ser feitas apenas entre contas do mesmo correntista ou na hipótese de liquidação de produtos de investimento e fundos de uma conta dos mesmos correntistas que possuam produtos ou fundos de investimentos;
- Os requisitos referentes à verificação da identidade do cliente;
- Todas as instituições financeiras que oferecem produtos e serviços por meios eletrônicos devem garantir a segurança, o sigilo e a confiança de todas as transações eletrônicas e divulgar, em termos claros e precisos, os riscos e as responsabilidades envolvendo o produto ou serviço adquirido por meio desses canais;
- A abertura de contas de depósito e de poupança, movimentáveis, exclusivamente, por meios eletrônicos.

Por fim, o Congresso Nacional está analisando, atualmente, projetos de lei sobre a regulamentação do uso da internet e do comércio eletrônico.

Regulamentação sobre agentes de pagamento e arranjos de pagamento

Uma nova lei brasileira, promulgada em outubro de 2013, estabeleceu a estrutura legal para “arranjos de pagamento” (ou seja, o conjunto de regras que regem um esquema de pagamento, como, por exemplo, uma operação de cartão de crédito ou débito) e para “agentes de pagamento” (ou seja, qualquer agente que emite um instrumento de pagamento ou credencia um estabelecimento para aceitação de pagamento) que passaram a fazer parte do Sistema de Pagamento Brasileiro e estão sujeitos à supervisão pelo Banco Central. Apesar de regulamentados pelo Banco Central, os agentes de pagamento não são considerados instituições financeiras e estão proibidos de exercer atividades que sejam exclusivas de instituições financeiras.

Em 6 de novembro de 2013, a CMN e o Banco Central publicaram um conjunto de regras referentes aos arranjos de pagamento e aos agentes de pagamento, que entrarão em vigor em 2 de maio de 2014. Essa regulamentação determina (i) o cumprimento das regras de proteção ao consumidor e de combate à lavagem de dinheiro e a prevenção de perdas que devem ser seguidas por todas as entidades supervisionadas pelo Banco Central quando atuarem como agentes de pagamento e organizadores de pagamento; (ii) os procedimentos para a constituição, organização, autorização e funcionamento de agentes de pagamento, bem como para a transferência de controle, sujeitos à aprovação prévia do Banco Central; (iii) as exigências de capital; (iv) a definição de arranjos excluídos do Sistema de Pagamento Brasileiro; (v) as contas de pagamento que são segregadas em pré-pagas e pós-pagas; e (vi) uma exigência de liquidez para contas pré-pagas que requer que o saldo total dos agentes de pagamento e organizadores de pagamento seja alocado para uma conta especial no Banco Central ou investido em títulos públicos, entre outras questões.

Informações sobre desempenho de crédito

A legislação brasileira estabelece regras para a organização e a consulta de bancos de dados que compilam as informações do histórico de crédito de pessoas físicas e jurídicas. Em 20 de dezembro de 2012, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.172, por meio da qual regulamenta o fornecimento de informações do histórico de crédito por instituições financeiras para esses bancos de dados e o compartilhamento dessas informações, sujeitando o fornecimento e o compartilhamento dessas informações à solicitação ou autorização expressa do cliente.

Código de Defesa do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro, ou CDC, estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, aplicáveis às relações dos clientes com fornecedores de produtos ou prestadores de serviços. Os tribunais superiores entendem que o CDC também se aplica às instituições financeiras.

Os direitos básicos dos consumidores que usam serviços de instituições financeiras são:

- Inversão do ônus da prova em juízo;
- As instituições financeiras devem garantir informações adequadas e claras aos diferentes produtos e serviços oferecidos, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que os produtos apresentem;
- As instituições financeiras são proibidas de fazer publicidade ou divulgar informações abusivas ou enganosas em relação aos seus contratos e serviços, bem como promover métodos comerciais impositivos ou desleais;
- As instituições financeiras são responsáveis por qualquer dano causado aos seus clientes, em decorrência de imprecisões na publicidade ou nas informações fornecidas;
- A cobrança de juros relacionados com crédito pessoal e transações de crédito direcionadas aos consumidores precisa ser proporcionalmente reduzida em caso de pagamento antecipado de dívidas;
- A cobrança de dívida não pode expor o cliente a constrangimento ou ser feita em forma de ameaça; e
- Os valores cobrados indevidamente poderão, em circunstâncias limitadas, ser devolvidos em valor equivalente ao dobro do valor pago a maior. Essa regra não se aplica aos casos de erro justificável, como falha de sistema ou erro operacional.

Regulamentação de auditores independentes

Segundo a regulamentação do CMN que disciplina as normas que regem os serviços de auditoria externa prestados às instituições financeiras, as demonstrações contábeis e as informações contábeis das instituições financeiras, devem ser auditadas por auditores independentes que (i) sejam devidamente registrados na CVM, (ii) sejam certificados como especialistas em análise bancária por meio de exame realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), e (iii) atendam às exigências que assegurem a independência do auditor.

Pelo menos, a cada cinco exercícios sociais consecutivos, é obrigatória a promoção do rodízio do sócio de auditoria responsável e dos membros da equipe de auditoria com funções de gerência. Os auditores anteriores podem ser recontratados somente depois de decorridos três anos fiscais completos desde sua última substituição.

O regulamento do CMN também proíbe a contratação e a manutenção de auditores independentes por instituições financeiras no caso de (i) ocorrência de qualquer uma das circunstâncias de impedimento ou incompatibilidade da prestação de serviços de auditoria, previstas nas regras e regulamentos da CVM, do CFC ou do Ibracon; (ii) existência de participação acionária ou operação financeira ativa ou passiva, na instituição financeira auditada, da empresa de auditoria ou de membros da equipe de auditoria envolvida no trabalho de auditoria da instituição financeira; e (iii) o pagamento de honorários com representatividade igual ou superior a 25% do faturamento anual total do auditor independente. Além disso, a instituição financeira auditada está proibida de contratar os sócios e os membros da equipe de auditoria que exerçam cargos de gerência e estejam envolvidos no trabalho de auditoria da instituição financeira nos últimos 12 meses.

O auditor independente deve elaborar, além do relatório de auditoria, os seguintes relatórios:

- Avaliação dos controles internos e dos procedimentos de gestão de risco da instituição financeira, incluindo o seu sistema de processamento eletrônico de dados; e
- Descrição de qualquer não conformidade com dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, impacto significativo nas demonstrações contábeis auditadas ou nas operações da instituição financeira auditada.

Tais relatórios, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria deverão ficar à disposição do Banco Central, pelo período mínimo de cinco anos.

De acordo com a legislação brasileira, as nossas demonstrações contábeis devem ser elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também elaboramos as nossas demonstrações contábeis de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Consulte Contexto, item Contexto desse relatório, Sobre nossas informações contábeis, para mais detalhes. As instituições financeiras devem ter suas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses. As informações contábeis trimestrais arquivadas na CVM devem ser revisadas pelos auditores independentes das instituições financeiras. A CVM requer que as empresas de capital aberto, inclusive as instituições financeiras, divulguem informações referentes a quaisquer serviços prestados por auditores independentes, além do trabalho de auditoria das demonstrações contábeis, que representem mais de 5% dos honorários pagos à empresa de auditoria externa. Essas informações devem incluir o tipo de serviço, o valor pago e o percentual que tal valor representa dos honorários pagos pela auditoria das demonstrações contábeis. Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, honorários e serviços dos principais auditores.

Tributação

Resumimos a seguir os principais tributos incidentes sobre as operações realizadas pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco. Esta descrição não representa uma análise abrangente de todas as considerações tributárias aplicáveis ao Grupo Itaú Unibanco. Para uma análise mais detalhada, recomendamos aos investidores em potencial que consultem os seus próprios assessores tributários.

Os principais impostos aos quais estamos sujeitos, com suas respectivas alíquotas, estão apresentados a seguir:

Imposto	Alíquota	Base de Cálculo do Tributo
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	15,0% mais adicional de 10,0%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido)	15,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 9,0% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)	4,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 7,6% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
PIS (Programa de Integração Social)	0,65% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 1,65% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	2,0% a 5,0%	Preço do serviço prestado
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) IOF/Crédito	Depende do tipo de operação, conforme descrito a seguir: 0,0041% ao dia, até o limite anual de 1,5%, mais 0,38% (alíquota máxima: 1,5% ao dia mais 0,38%) zero a 6,38%	Valor nominal da operação
IOF/Câmbio	(alíquota máxima: 25%) zero a 1,5%	
IOF/Títulos e Valores Mobiliários IOF/Seguros	(alíquota máxima: 1,5% ao dia) zero a 7,38%\ (alíquota máxima: 25%)	

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação aplicável, nosso regime de apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, ou “IRPJ”, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, ou “CSLL”, é o Lucro Real. De acordo com esse regime, nosso lucro tributável sobre o qual irá incidir o IRPJ e a CSLL, precisa ser ajustado por meio de adições, deduções e exclusões como, por exemplo, despesas indedutíveis, custos operacionais e equivalência patrimonial, respectivamente.

O IRPJ incide a uma alíquota básica de 15,0%, e uma alíquota adicional de 10,0% é aplicável quando o montante total do lucro do período fiscal excede R\$ 20.000 ao mês ou R\$ 240.000 ao ano. Em outras palavras, qualquer parte do nosso lucro que exceder referido limite será tributada por uma alíquota efetiva de 25,0%.

A CSLL incide sobre o nosso lucro tributável a uma alíquota de 15,0%, específica para instituições financeiras, seguradoras e empresas similares. Certas instituições financeiras brasileiras, incluindo nossa empresa, questionam a constitucionalidade desta alíquota majorada de CSLL, já que a alíquota padrão é de 9,0%. Os valores em discussão são contabilizados na provisão para passivos fiscais em nosso balanço.

Como as demais pessoas jurídicas brasileiras, nossas empresas podem compensar os montantes históricos nominais de prejuízos fiscais, apurados em exercícios anteriores, com os resultados produzidos em exercícios futuros, a qualquer momento (isto é, sem limitações quanto às restrições temporais), desde que essa compensação não ultrapasse o limite de 30% do lucro tributável do ano da compensação. Para fins de tributação do IRPJ e da CSLL, as empresas devem considerar suas receitas auferidas no exterior e também as receitas referentes às operações brasileiras. Dessa forma, os lucros, ganhos de capital e outras receitas auferidas no exterior, pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil, suas agências, filiais, coligadas ou subsidiárias, também serão computados para a apuração do lucro líquido dessas empresas. No entanto, a legislação brasileira nos permite deduzir do IRPJ devido no Brasil os valores pagos em de imposto de renda no exterior, e também da CSLL, desde que respeitados certos limites.

Contribuição para o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Além do IRPJ e da CSLL, as pessoas jurídicas brasileiras estão sujeitas às seguintes contribuições sobre suas receitas: Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

De acordo com a legislação vigente, as instituições financeiras estão sujeitas ao regime de apuração cumulativo destas contribuições. Por meio desse regime cumulativo, as instituições estão obrigadas ao recolhimento do PIS à alíquota de 0,65% e da COFINS à alíquota de 4,0%. O regime cumulativo apresenta alíquotas inferiores àquelas incidentes no regime não cumulativo, explicado a seguir, mas, em contrapartida, impede a utilização de créditos fiscais.

Algumas deduções adicionais são permitidas por lei às instituições financeiras, de forma que a base de cálculo é similar à margem de lucro. Algumas das nossas subsidiárias defendem que o PIS e a COFINS devem incidir somente sobre as receitas provenientes da venda de produtos e serviços, e não sobre as receitas das atividades financeiras e outras atividades. Os valores em discussão são provisionados como contingências fiscais nos balanços dessas empresas.

A maioria das empresas não financeiras, por outro lado, está autorizada a recolher o PIS e a COFINS de acordo com o regime não cumulativo, o qual a contribuição ao PIS incide a uma alíquota de 1,65%, e à COFINS, a uma alíquota de 7,6%. A base de cálculo destes impostos é a receita bruta auferida pela entidade; entretanto, o contribuinte pode compensar créditos, calculados por meio da aplicação das mesmas alíquotas sobre o valor pago na compra de insumos usados no processo produtivo da entidade. Atualmente, segundo o regime não cumulativo, as receitas financeiras das empresas não financeiras (com exceção das receitas decorrentes do recebimento de juros sobre o capital próprio) não estão sujeitas ao PIS e à COFINS.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS), Nota 37 – Informações Suplementares e Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos, IV) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais para mais informações sobre a Medida Provisória nº 627/13.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e é cobrado pelo município no qual nossa agência ou escritório prestador de serviço está localizado. As alíquotas do imposto variam de 2,0%, até o máximo de 5,0%, dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza.

Imposto sobre Operações Financeiras

O Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e o Imposto Sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") apresenta alíquotas específicas e de acordo com a operação em questão, podendo tê-las alteradas por meio de decreto do Poder Executivo (o qual pode entrar em vigor a partir da data de sua publicação), não sendo necessária uma lei ordinária promulgada pelo Congresso Nacional.

A tabela a seguir resume as principais alíquotas do IOF incidentes sobre nossas operações. Mesmo assim, notamos que o IOF é um imposto muito abrangente. Dessa forma, para uma análise mais detalhada, recomendamos que consulte os seus assessores tributários.

Tipo de Operação	Alíquotas Aplicáveis (As alíquotas podem ser mudadas por decreto promulgado pelo governo brasileiro; inclusive a alíquota máxima descrita a seguir; o decreto poderá entrar em vigor na data da sua publicação)
Operações de Câmbio	IOF/Câmbio: zero a 6,38% (dependendo da operação) Alíquota máxima: 25%
Operações de Seguros	IOF/Seguros: zero a 7,38% Alíquota máxima: 25%
Empréstimos e Operações de Crédito	IOF/Crédito: 0,0041% (pessoas físicas e jurídicas) ao dia, até atingir o limite de 1,5%, em 365 dias, mais 0,38% Alíquota máxima: 1,5% ao dia (mais 0,38%)
Títulos	IOF/Títulos e Valores Mobiliários: zero a 1,5% como regra geral (pode ser maior) Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos – Derivativos	IOF/Títulos e Valores Mobiliários – Derivativos: zero a 1,0%

Créditos presumidos apurados por instituições financeiras

Conforme discutido na seção Ambiente regulatório – Regulamentação de Basileia III, item Benefícios de créditos presumidos por instituições financeiras, as instituições podem se beneficiar de créditos presumidos calculados com base nas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, este cálculo é complexo e ainda uma regulamentação adicional pela Secretaria da Receita Federal e pelo Banco Central é aguardada.

Litígios

“Alinhada com a nossa visão, trabalhamos para criar um relação sustentável com nossos clientes focados na satisfação deles. Isto nos permitirá alcançar uma performance sustentável.”

Claudia Politanski, Diretora Executiva do Itaú Unibanco Holding e Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Área Jurídica e Ouvidoria

Visão geral

Não somos réus em nenhum processo administrativo significativo da CVM, da SUSEP, do Banco Central ou de qualquer município. Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos e somos parte em vários processos judiciais e administrativos (incluindo reclamações de consumidores) movidos contra nós junto à SUSEP e ao Banco Central do Brasil.

As nossas demonstrações contábeis incluem apenas provisões para perdas prováveis, que possam ser razoavelmente estimadas, e despesas que eventualmente incorreremos com relação a litígios ou processos administrativos pendentes ou, de outra forma, exigidas pela legislação brasileira. Em 31 de dezembro de 2013, as nossas provisões para tais contingências eram de R\$ 18.862 milhões, sendo que R\$ 8.974 milhões estão relacionados com contingências fiscais, R\$ 5.192 milhões com contingências trabalhistas, R\$ 4.473 milhões com contingências cíveis e R\$ 223 milhões com outras contingências. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, para mais informações. A nossa administração acredita que nossas provisões – incluindo juros – para processos judiciais nos quais somos réus, são suficientes para cobrir as prováveis perdas que possam ser razoavelmente estimadas no caso de decisões judiciais desfavoráveis.

No momento, não é possível estimar o montante de todos os custos em potencial em que possamos incorrer, ou penalidades que possam nos ser impostas, além daqueles para os quais constituímos provisões. Acreditamos que as obrigações em potencial, relacionadas com esses processos judiciais e administrativos, não exercerão efeito adverso sobre nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados. Não há processos relevantes nos quais qualquer um dos nossos membros do conselho, membros de nossa alta administração, ou qualquer uma de nossas coligadas, seja parte contrária a nós ou às nossas subsidiárias ou tenha interesse relevante diferente do nosso ou de nossas subsidiárias.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, para mais detalhes sobre as alterações nas provisões e os respectivos depósitos judiciais para ações fiscais e previdenciárias.

Processos cíveis

Litígios originados dos planos de estabilização econômica do governo

De 1986 a 1994, o governo federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação. Para implementar esses planos, o governo federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os planos de estabilização econômica foram implementados, questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os planos de estabilização econômica.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos planos de estabilização econômica, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação.

Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) pelo Ministério Público em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares de cadernetas de poupança podem cobrar qualquer valor devido com base nessas decisões. Para provisões referentes a ações coletivas, utilizamos os mesmos critérios adotados para as ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal tem proferido algumas decisões em favor dos titulares das cadernetas de poupança, porém, não se manifestou quanto a uma decisão final em relação à constitucionalidade dos planos de estabilização econômica aplicáveis para as cadernetas de poupança. Em relação à controvérsia semelhante em relação à constitucionalidade dos planos de estabilização econômica, conforme aplicável aos depósitos a prazo e outros acordos particulares, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as leis estavam de acordo com a Constituição Federal decorrente dessa contradição, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou Consif, moveu um processo especial no Supremo Tribunal Federal ("Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165" – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e os planos de estabilização econômica, aplicáveis às cadernetas de poupança, estavam de acordo com a Constituição Federal.

Outros processos cíveis

Além dos processos decorrentes dos planos de estabilização econômica, somos réus em vários processos cíveis resultantes do curso normal dos negócios. No momento, não temos condições de prever o total dos valores envolvidos nessas reivindicações por conta da natureza dos assuntos em discussão, entretanto, acreditamos que quaisquer possíveis passivos relacionados a esses processos não terão impacto adverso significativo sobre a nossa situação financeira ou os nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total das nossas provisões para processos cíveis, incluindo os planos de estabilização econômica, era de R\$ 4.473 milhões.

Litígios de natureza fiscal

Estamos envolvidos em algumas controvérsias de natureza fiscal – decorrentes do curso normal dos nossos negócios – relacionadas, principalmente, com a constitucionalidade e a legalidade de tributos que nos são cobrados. Os passivos contingentes originados de litígios de natureza fiscal são registrados de acordo com o valor principal dos impostos em discussão, sujeitos às autuações fiscais, acrescidos de juros e, se aplicável, penalidades e outros encargos administrativos.

Uma provisão para passivos contingentes é reconhecida se envolver uma obrigação fiscal legal, independentemente da probabilidade de ganhar ou perder o processo. Existe uma obrigação fiscal legal para o caso de ganho ou perda do litígio em questão depender diretamente da determinação de uma lei atualmente exequível ser, ou não, constitucional. Em qualquer outra situação, reconhece-se uma provisão, caso uma perda seja provável (vencer no litígio for menos provável do que perder).

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total das nossas provisões para impostos era de R\$ 8.974. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, para mais detalhes sobre as alterações nas provisões e os respectivos depósitos judiciais para ações fiscais e previdenciárias.

Os principais tipos de discussão de natureza fiscal para as quais reconhecemos provisões são apresentados a seguir:

- PIS e COFINS – declaramos que a incidência dessas contribuições deve ser sobre a receita da venda de bens e serviços, e não relacionadas à receita bruta total;
- CSLL – alegamos a inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL para empresas financeiras e seguradoras de 9% para 15%;
- IRPJ e CSLL – afirmamos que esses tributos deveriam incidir sobre os lucros auferidos no exterior e argumentamos sobre a inaplicabilidade da instrução normativa SRF nº 213-02;
- PIS – alegamos que as emendas constitucionais nº 10 e nº 17 não deveriam ser aplicadas retroativamente. Períodos anteriores à vigência dessas emendas deveriam ser regidos de acordo com a Lei nº 7/70.

Em relação às discussões fiscais nas quais o ganho de causa é mais provável do que a perda, nenhuma provisão foi reconhecida. Em 31 de dezembro de 2013, o risco total estimado em tais controvérsias foi de R\$ 10.879 milhões, e reflete o montante no qual foi questionada uma possível perda. As principais discussões de natureza fiscal são as descritas a seguir:

- INSS – defendemos e alegamos que os benefícios não salariais, tais como participação nos lucros, vale transporte e abono único, não estão sujeitos à incidência de impostos de previdência social;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – pleiteamos certos créditos fiscais que não foram reconhecidos pelas autoridades fiscais, os quais compensamos com outras obrigações fiscais;
- IRPJ e CSLL – defendemos a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio, pagos aos acionistas, mesmo que esses juros tenham sido provisionados em exercícios anteriores ao do pagamento efetivo;
- ISS – alegamos que determinadas operações não estão sujeitas à incidência do ISS;
- IRPJ e CSLL – defendemos a dedutibilidade da amortização do ágio relacionado às operações de combinação de negócios.

Além disso, aderimos ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei nº 12.865 de 9 de outubro de 2013, que quitou a dívida dos contribuintes em litígio por meio de um acordo para suspensão parcial do processo em relação aos juros, e total em relação às multas aplicáveis. Nos termos desse programa, pagamos parte dos montantes em litígio referentes à discussão de PIS e COFINS, com base no total da receita, e algumas contingências fiscais, cujos processos tinham menor probabilidade de vencer do que de perder de acordo com nossos assessores tributários.

Em 25 de junho de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que a Itaú Unibanco Holding não recolheu, aproximadamente, R\$ 11.884,7 milhões de IRPJ, mais multas e juros acumulados, e, aproximadamente, R\$ 6.867,0 milhões de CSLL, mais multas e juros acumulados, no exercício fiscal de 2008, decorrentes da transação que levou à associação da Itaú Holding e do Unibanco Holdings S.A. A Receita Federal do Brasil alega que deveriam ter sido realizadas transações de outro tipo. Entretanto, a operação sugerida pela Receita não tem respaldo nas normas aplicáveis às instituições financeiras.

Em 30 de janeiro de 2014, fomos informados que a Receita Federal do Brasil confirmou as notificações em uma decisão não unânime. Entraremos com um recurso contra a decisão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Continuamos defendendo que as transações conduzidas foram apropriadas e legítimas, tendo sido aprovadas pelos órgãos administrativos das empresas envolvidas e seus respectivos acionistas e, subsequentemente, sancionadas também pelas autoridades reguladoras competentes, incluindo a CVM, o Banco Central e o CADE. Juntamente com nossos advogados externos, avaliamos o risco de perda nesse processo tributário como remoto.

Reclamações trabalhistas

Sindicatos e ex-funcionários moveram reclamações trabalhistas contra nós, buscando obter uma compensação por supostas violações ao contrato de trabalho ou respectivos direitos previstos em lei. Em 31 de dezembro de 2013, havia 57.192 reclamações trabalhistas movidas contra nós.

Relações sindicais

Relacionamento

Mantemos um canal permanente de diálogo com as entidades sindicais que representam todos os nossos colaboradores, nas diversas categorias profissionais. O respeito, a transparência e a interação direta com esses sindicatos estão entre nossos princípios. Nossa prioridade é encontrar soluções criativas e negociadas para minimizar eventuais divergências e lidar com questões que envolvem nossos colaboradores. **GRI G4-11**

Asseguramos aos nossos colaboradores o direito de livre associação aos sindicatos, bem como reconhecemos os direitos e prerrogativas daqueles que venham a ser eleitos para cargos diretivos nos sindicatos, em conformidade com a legislação brasileira e a Convenção Coletiva da qual fazemos parte. Além disso, permitimos aos sindicatos a possibilidade de realizar campanhas de sindicalização e quando solicitado, realizamos reuniões com os sindicatos, seus gestores e/ou colaboradores.

Mantemos o nosso compromisso de priorizar as negociações coletivas e uma agenda permanente de assuntos a serem debatidos com os sindicatos. Essa agenda nos permite resolver conflitos de maneira mais eficiente e reforça o nosso compromisso em manter a política de relacionamento permanente com os sindicatos.

Todos os nossos colaboradores estão amparados por Convenções Coletivas de Trabalho que garantem direitos adicionais e complementares à legislação trabalhista vigente, além de outros benefícios não recorrentes que podemos conceder aos nossos colaboradores de acordo com nossas políticas. Empenhamos nossos esforços para seguir as diretrizes estabelecidas com os sindicatos visando melhorar as condições de saúde dos nossos colaboradores e proporcionar um ambiente de trabalho mais produtivo.

Durante as negociações salariais de colaboradores bancários em 2013, nossas agências sofreram greve de 18 dias úteis, que resultou no fechamento de cerca de 31,6% de nossas agências durante o período de greve.

Durante as negociações salariais de colaboradores bancários em 2012, nossas agências sofreram greve de nove dias úteis, que resultou no fechamento de cerca de 30,0% de nossas agências durante o período de greve.

Durante a greve da categoria bancária em 2011, nossas agências sofreram greve de 12 dias úteis, que resultou no fechamento de cerca de 32,0% de nossas agências durante o período de greve.

Apesar das interrupções, em nossas operações bancárias de varejo e, em menor proporção, em nossas operações bancárias corporativas, historicamente, não sofremos perdas significativas devido a greves.

Contingências e Reclamações Trabalhistas GRI G4-LA16

Em 2013, nós e nossas controladas não fomos expostos a passivos ou contingências trabalhistas que impactaram nossos resultados significativamente. A carteira de processos trabalhistas das nossas controladas, em referido período, compreendeu processos ajuizados tanto por colaboradores/ex-colaboradores, quanto por prestadores de serviços terceirizados.

Sindicatos e ex-funcionários moveram reclamações trabalhistas contra nós, buscando obter compensação por supostas violações de contratos de trabalho ou direitos trabalhistas previstos em lei. Em 31 de dezembro de 2013, havia 57.192 reclamações trabalhistas movidas contra nós.

Os principais pedidos reclamados nos processos trabalhistas ajuizados por nossos colaboradores/ ex-colaboradores incluem:

- Diferenças salariais decorrentes da aplicação das 30 horas de trabalho por semana, limite previsto no art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho do Brasil (CLT), que beneficia os colaboradores do banco, cuja função não necessita de especial confiança pelo empregador;
- Diferenças salariais decorrentes de horas extras não devidamente registradas no sistema interno;
- Reivindicações em relação ao método para estabelecer a compensação das horas extras trabalhadas; e
- Equiparação salarial.

As ações coletivas trabalhistas movidas contra nós referem-se principalmente à manutenção de planos de saúde, normas de segurança e greves. Somos também réus em reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público do Trabalho referentes a enquadramento sindical, terceirização, doenças ocupacionais, saúde e segurança, determinação de dias de trabalho e cumprimento da cota mínima de pessoas com necessidades especiais. No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2013, pagamos aproximadamente R\$ 1.270.249 mil em acordos com ex-funcionários e sentenças proferidas pela justiça do trabalho.

Já em relação às reclamações trabalhistas ajuizadas por prestadores de serviços terceirizados, elas geralmente envolvem alegações de responsabilidade subsidiária das empresas pertencentes ao nosso conglomerado.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS), Nota 32 - Provisões, Contingências e Outros Compromissos.

Desempenho



Mensagem do CFO

Caro Leitor,

O ano de 2013 foi particularmente importante pois revelou a assertividade de uma estratégia definida em 2011, a qual estava baseada em uma reavaliação do apetite de risco da instituição, com foco na melhoria da qualidade da carteira de crédito, em um efetivo controle de custos e em uma agenda de crescimento das receitas advindas de produtos não-crédito, como serviços e seguros. Desta forma, o Itaú Unibanco Holding conseguiu elevar sua rentabilidade e a criação de valor para seus acionistas em 2013.

Sempre em busca da alta performance através de resultados sustentáveis, a instituição tem obtido importantes ganhos com a simplificação de processos, o aumento de produtividade e de eficiência nas várias linhas de produto e nos vários canais de distribuição e a qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes.

Adicionalmente, os investimentos em novas tecnologias, como *mobile*, *internet banking* e outros meios de pagamentos, tem permitido uma gradual migração para um modelo de negócios cada vez mais virtual e, portanto, ainda mais eficiente, ágil e moderno.

Dentro deste ambiente de rápida transformação, a área de Finanças tem tido oportunidade de contribuir cada vez mais no apoio às unidades de negócio e no desenvolvimento estratégico do Itaú Unibanco Holding. Tal contribuição baseia-se no controle e planejamento das operações e no estabelecimento e fortalecimento das parcerias com as áreas de negócios.

Além disso, a simplificação e a centralização de processos na área de Finanças, ocorrida ao longo de 2013, trouxeram ganhos de produtividade, qualidade e eficiência. Dois exemplos ilustrativos são: a gestão unificada e integrada da informação, que garante maior tempestividade e agilidade no processo de tomada de decisão da instituição, e o desenvolvimento de uma nova plataforma operacional, que integra todas as atividades administrativas, como pagamentos, compras e viagens, do Grupo Itaú Unibanco.

Em relação às demonstrações contábeis, continuamos investindo para provê-las com altos níveis de transparência, consistência e qualidade, tanto no padrão contábil IFRS como também no BRGAAP. Em 2013, lideramos o *ranking* do estudo *Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking*, um relatório que analisa de forma independente, técnica e aprofundada as demonstrações financeiras divulgadas por várias companhias em todo o mundo. Um belo reconhecimento.

A seguir você terá a oportunidade de leitura sobre o desempenho financeiro do Itaú Unibanco Holding.

Boa leitura!

Caio Ibrahim David

Diretor Financeiro Executivo (CFO) do Itaú Unibanco Holding S.A

Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A.

Desempenho financeiro

Principais políticas contábeis

Aspectos gerais

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, incluídas neste relatório anual, envolve algumas premissas, baseadas em nossa experiência histórica e em outros fatores que consideramos razoáveis e importantes. Embora revisemos as projeções e estimativas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e o resultado das operações frequentemente exigem que nossa administração tome decisões com relação aos efeitos sobre a nossa condição financeira e os resultados de operações sobre assuntos que são incertos por natureza. Os comentários a seguir descrevem os aspectos que requerem julgamento significativo, ou que envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação de políticas contábeis que atualmente afetam nossa situação financeira e os resultados das nossas operações. Os resultados reais podem diferir daqueles estimados, segundo diferentes variáveis, premissas ou condições.

Uso de estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, exige que a administração faça estimativas e parta de premissas que afetam os valores informados dos ativos e passivos, na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os valores informados de receita e despesa, ganhos e perdas, durante o período do relatório, uma vez que os resultados reais podem diferir dos resultados obtidos por meio dessa análise.

Todas as estimativas e premissas adotadas pela administração estão em conformidade com o IFRS e representam nossas melhores estimativas atuais, feitas de acordo com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em bases contínuas, a partir de experiências passadas e outros fatores.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a nossa estimativa de prováveis perdas da carteira de operações de crédito no final de cada período de relatório. Para determinar o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma carteira é classificada em duas categorias, para as quais são utilizadas metodologias específicas na estimativa de seus prejuízos, sendo os empréstimos analisados individualmente e coletivamente.

- Empréstimos e arrendamentos analisados individualmente (correspondem ao nosso portfólio de grandes empresas): a análise individual é feita para a verificação da perda do valor recuperável (*impairment*). Para aqueles empréstimos considerados como tendo seu valor recuperável reduzido, determinamos o valor da provisão com base na expectativa dos fluxos de caixa da companhia beneficiária do empréstimo. Os empréstimos aos quais essa hipótese não se aplica, são classificados com base em fatores de risco e os prejuízos inerentes para cada classificação são estimados com base em nossa experiência histórica, envolvendo julgamentos relacionados à identificação dos fatores de risco e à atribuição de uma classificação.
- Empréstimos analisados coletivamente (correspondem aos *portfólios* (i) de pessoas físicas, (ii) de micro, pequenas e médias empresas e (iii) de unidades externas - América Latina): são subdivididos em classes, quando apropriado, com base em seus riscos e características subjacentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada por *portfólio*, com base na experiência histórica e por meio de julgamentos e premissas.

Muitos fatores afetam a estimativa de perdas em cada um dos *portfólios*, cuja provisão é feita para a carteira como um todo, por meio de uma metodologia utilizada para quantificar a inadimplência histórica e o período histórico relevante a ser considerado. Além disso, os fatores que afetam o valor específico das provisões a serem registradas são subjetivos e incluem as condições econômicas e políticas, as tendências de qualidade de crédito, e o volume e o crescimento verificados em cada *portfólio*. Apresentamos a seguir as informações sobre nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Em R\$ milhões	2013	2012	2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			
Montante Reconhecido no Balanço Patrimonial	22.235	25.713	23.873
Despesa Reconhecida no Resultado	17.856	23.982	20.038

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nosso balanço patrimonial incluem, principalmente, os valores mobiliários classificados como “mantidos para negociação”, disponíveis para venda, bem como outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os valores mobiliários classificados como “mantidos até o vencimento” são registrados em nosso balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, cujo valor justo correspondente é apresentado nas notas de nossas demonstrações contábeis consolidadas. Apresentamos a seguir informações sobre o valor justo de nossos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Em R\$ milhões	2013	2012	2011
Instrumentos Financeiros Registrados pelo Valor justo			
Ativos			
Mantidos para Negociação	148.860	145.516	121.889
Designados a Valor Justo através do Resultado	371	220	186
Derivativos	11.366	11.597	8.754
Disponível para Venda	96.626	90.869	47.510
Ativo Total	257.223	248.202	178.339
Derivativos/Ativo Total (%)	4,4	4,7	4,9
Passivo			
Mantidos para Negociação	371	642	2.815
Derivativos	11.405	11.069	6.747
Passivo Total	11.776	11.711	9.562
Derivativos/Passivo Total (%)	96,8	94,5	70,6

Apuramos o valor justo de nossos instrumentos financeiros com base no *International Financial Reporting Standard 13, (IFRS 13)*, por meio do qual é definido o valor justo e a quantia pelos quais um ativo pode ser trocado, ou um passivo transferido em uma transação acordada entre participantes do mercado.

De acordo com o IFRS 13, existem diferentes níveis de dados que podem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como níveis 1, 2 e 3.

- Nível 1: os dados observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos;
- Nível 2: os dados observáveis refletem as informações de ativos e passivos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) observáveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1; e

- Nível 3: as informações de ativos e passivos não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, aqueles que apresentam pouca atividade de mercado na data de mensuração. Apresentamos a seguir informações sobre nossos instrumentos financeiros de Nível 3, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Em R\$ milhões	2013	2012	2011
Nível 3			
Mantidos para Negociação	27	20	290
Disponíveis para Venda	6.489	2.489	1.596
Derivativos (Líquido)	119	144	205
Total	6.635	2.653	2.091
Porcentagem (Mantidos para Negociação + Disponíveis para Venda)/Total Nível 3 (%)	98,2	94,6	90,2

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 31 – Valor justo dos instrumentos financeiros para mais detalhes.

Também é necessário um julgamento específico para determinar se existe uma evidência objetiva de que um ativo financeiro – ou grupo de ativos financeiros – sofreu perda do valor recuperável. Caso haja essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, a perda cumulativa, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, é reconhecida na demonstração do resultado. Os principais fatores usados pela administração para determinar se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro tenha sofrido perda do valor recuperável incluem o período observado e a perda, o grau de perda, se fomos obrigados a vender os títulos antes da recuperação, e a expectativa, na data da análise, da possibilidade de realização do valor mobiliário. Consulte a seção Desempenho, item demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2 – Políticas contábeis significativas para mais informações sobre outras importantes políticas contábeis.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros – inclusive ex-funcionários e órgãos públicos – em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas de nossa administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver uma probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante dessas obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas com base na probabilidade de perdas:

- Prováveis: passivos divulgados e reconhecidos na rubrica “provisões” em nosso balanço patrimonial consolidado;
- Possíveis: passivos divulgados em nossas demonstrações contábeis, mas nenhuma provisão é registrada;
- Remotas: passivos que não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes para os quais são registradas provisões, e os classificados como tendo probabilidade “possível” de perda, são avaliados com base em nossas melhores estimativas, para as quais utilizamos modelos e critérios que permitam uma avaliação adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Alterações significativas nas normas contábeis

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2.2 – Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de Pronunciamentos existentes para mais detalhes sobre informações sobre mudanças significativas nas normas contábeis.

Práticas contábeis adotadas no Brasil

Nossos livros e registros são mantidos em reais, a moeda de curso legal no Brasil, e as nossas demonstrações contábeis consolidadas, para propósitos estatutários e regulatórios, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis às instituições cujo funcionamento depende de autorização do Banco Central. Os princípios e normas contábeis, geralmente aplicáveis segundo o BR GAAP, incluem aqueles estabelecidos por meio da legislação societária brasileira, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cujo início de emissão de normas foi em 2007, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No caso de empresas sujeitas às regras do Banco Central, caso do Itaú Unibanco Holding, a vigência dos pronunciamentos contábeis emitidos por entidades como o CPC depende da aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que também estabelece a data de vigência de quaisquer pronunciamentos relacionados às instituições financeiras. Além disso, a CVM e outros órgãos reguladores brasileiros, como a SUSEP e o Banco Central, emitem diretrizes complementares específicas ao setor. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Nossa História e Perfil, para mais detalhes.

Regulamentação aplicável para apresentação das demonstrações contábeis

A regulamentação brasileira estabelece regras específicas para a consolidação das demonstrações contábeis pelas instituições financeiras. De acordo com as normas atuais do Banco Central, todas as instituições financeiras, com exceção de cooperativas de crédito, são obrigadas a preparar demonstrações contábeis consolidadas, incluindo investimentos em companhias que elas detêm, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, e pelas quais, essas instituições financeiras possuem (i) o direito de nomear ou designar a maioria do conselho de administração da companhia; (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos diretores e conselheiros da companhia; e/ou (iii) o controle operacional ou societário. Essa resolução aplica-se a todo o grupo ao qual a instituição financeira pertence.

Ativos

Carteira de títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Informações gerais

Apresentamos a seguir a nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Os valores excluem nossos investimentos em títulos de empresas não consolidadas. Para mais informações sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, consulte a Nota 13 – Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto às demonstrações contábeis consolidadas. Ativos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2 – Políticas contábeis significativas, e veja mais detalhes.

Em 31 de dezembro de 2013, detínhamos títulos emitidos pelo governo federal brasileiro, classificados como “títulos públicos do governo brasileiro – no país”, com valor contábil e valor de mercado agregados de R\$ 165.296 milhões e R\$ 162.779 milhões, respectivamente, representando 193,3% de nosso patrimônio líquido consolidado nessa data. Em 31 de dezembro de 2013, não detínhamos títulos de qualquer outro emissor que, no valor contábil agregado, representassem mais de 10,0% de nosso patrimônio líquido consolidado. Isso se deve à nossa gestão conservadora de ativos e passivos e de nossa liquidez em moeda local, mantida em títulos emitidos pelo governo federal brasileiro. Além disso, os títulos emitidos pelo governo federal são aceitos como depósitos em nossas operações na BM&FBovespa.

Mantidos para negociação

Apresentamos a seguir os ativos adquiridos e incorridos, com o intuito de venda no curto prazo, ou quando são parte de um portfólio de instrumentos financeiros administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Consulte a seção Desempenho – item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 7 – Ativos financeiros mantidos para negociação e designados a valor justo por meio de resultados, para mais detalhes.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013	% do total	2012	% do Total	2011	% do Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	148.860	100,0	145.516	100,0	121.889	100,0
Fundos de Investimento	1.062	0,7	1.468	1,0	1.339	1,1
Títulos Públicos – Brasil	113.039	75,9	112.492	77,3	94.824	77,8
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	111.135	74,7	111.206	76,4	93.914	77,0
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.904	1,3	1.286	0,9	910	0,7
Títulos Públicos – Outros Países	679	0,5	872	0,6	802	0,7
Argentina	99	0,1	106	0,1	225	0,2
Estados Unidos	18	0,0	345	0,2	292	0,2
México	182	0,1	225	0,2	205	0,2
Chile	6	0,0	108	0,1	50	0,0
Uruguai	41	0,0	33	0,0	27	0,0
Colômbia	226	0,2	34	0,0	3	0,0
Belgica	107	0,1	-	0,0	-	0,0
Peru	-	0,0	21	0,0	-	0,0
Títulos de Dívida de Empresas	34.080	22,9	30.684	21,1	24.924	20,4
Ações Negociáveis	2.896	1,9	2.815	1,9	2.297	1,9
Certificados de Recebíveis Imobiliários	12	0,0	21	0,0	24	0,0
Certificado de Depósito Bancário	3.006	2,0	2.933	2,0	7.820	6,4
Debêntures	5.097	3,4	4.636	3,2	3.526	2,9
Eurobonds e Assemelhados	1.278	0,9	1.612	1,1	1.431	1,2
Letras Financeiras	21.566	14,5	18.441	12,7	8.973	7,4
Notas Promissórias	27	0,0	20	0,0	290	0,2
Outros	198	0,1	206	0,1	563	0,5
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação como Porcentagem do Total de Ativos (%)	14,5		15,2		14,9	

Destacamos que os títulos do governo brasileiro representaram mais de 74,7% de nosso portfólio de títulos mantidos para negociação. Em 2013, esses títulos representaram 10,8% do total de ativos no mesmo período.

Disponíveis para venda

Relacionamos a seguir os ativos financeiros que, quando do julgamento da administração, podem ser vendidos em resposta ou em antecipação às alterações nas condições de mercado, e não são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento. Consulte a seção Desempenho – item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 10 – Ativos financeiros disponíveis para venda, para mais detalhes.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013	% do Total	2012	% do Total	2011	% do Total
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	96.626	100,0	90.869	100,0	47.510	100,0
Fundos de Investimento	211	0,2	255	0,3	806	1,7
Títulos Públicos – Brasil	39.648	41,0	43.527	47,9	18.330	38,6
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	27.939	28,9	25.462	28,0	12.424	26,2
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	11.709	12,1	18.065	19,9	5.906	12,4
Títulos Públicos – Outros Países	8.658	9,0	7.137	7,9	4.317	9,1
Estados Unidos	1.101	1,1	375	0,4	-	0,0
México	-	0,0	-	0,0	11	0,0
Italia	94	0,1	-	0,0	-	0,0
Dinamarca	2.631	2,7	2.554	2,8	1.949	4,1
Espanha	-	0,0	-	0,0	418	0,9
Coreia	2.455	2,5	1.662	1,8	295	0,6
Chile	1.047	1,1	1.534	1,7	995	2,1
Paraguai	638	0,7	491	0,5	344	0,7
Uruguai	420	0,4	294	0,3	268	0,6
Bélgica	51	0,1	71	0,1	-	0,0
França	88	0,1	57	0,1	37	0,1
Reino Unido	-	0,0	83	0,1	-	0,0
Holanda	126	0,1	-	0,0	-	0,0
Outros	7	0,0	16	0,0	-	0,0
Títulos de Dívida de Empresas	48.109	49,8	39.950	44,0	24.057	50,6
Ações Negociáveis	2.025	2,1	3.812	4,2	3.978	8,4
Certificados de Recebíveis Imobiliários	12.275	12,7	8.568	9,4	8.014	16,9
Certificado de Depósito Bancário	2.181	2,3	391	0,4	274	0,6
Debêntures	15.507	16,0	13.964	15,4	7.236	15,2
Eurobonds e Assemelhados	4.896	5,1	5.596	6,2	3.638	7,7
Letras Financeiras	1.227	1,3	777	0,9	646	1,4
Notas de Produto Rural	625	0,6	778	0,9	108	0,2
Notas Promissórias	8.804	9,1	5.720	6,3	-	0,0
Outros	569	0,6	344	0,4	163	0,3
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, como Porcentagem do Total de Ativos (%)	9,4		9,5		5,8	

Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas representaram 28,9% e 49,8%, respectivamente, de nossa carteira de títulos disponíveis para venda em 2013. Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas, classificados como títulos disponíveis para venda, usados como proteção à nossa carteira de dívida subordinada, representavam 2,7% e 4,7%, respectivamente, do total de ativos no mesmo período.

Mantidos até o vencimento

Relacionamos a seguir os ativos financeiros não derivativos aos quais tivemos a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Consulte a seção Desempenho – item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 11 – Ativos financeiros mantidos até o vencimento, para mais detalhes.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013	% do Total	2012	% do Total	2011	% do Total
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.116	100,0	3.202	100,0	3.105	100,0
Títulos Públicos – Brasil	10.092	99,8	3.131	97,8	3.008	96,9
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3.778	37,3	3.013	94,1	2.812	90,6
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	6.314	62,4	118	3,7	196	6,3
Títulos Públicos – Outros Países – Uruguai	23	0,2	20	0,6	-	0,0
Títulos de Dívida de Empresas	1	0,0	51	1,6	97	3,1
Debêntures	-	0,0	-	0,0	30	1,0
Eurobonds e Assemelhados	1	0,0	51	1,6	65	2,1
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	0,0	-	0,0	2	0,1
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, como Porcentagem do Total de Ativos – %	1,0		0,3		0,4	

Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*), conforme determinado pela regulamentação brasileira. A nossa carteira de derivativos (ativos e passivos) é composta por futuros, termos, swaps, opções e derivativos de crédito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos

Ativo	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013	%	2012	%	2011	%
Contrato de Futuro	-	0,0	-	0,0	26	0,3
Contratos de Opções	1.717	15,1	1.906	16,4	2.443	27,9
Contratos a Termo	3.315	29,2	3.530	30,4	1.879	21,5
Contratos de Swaps – Ajuste a Receber	4.442	39,1	3.686	31,8	2.750	31,4
Derivativos de Crédito – Instituições Financeiras	686	6,0	728	6,3	610	7,0
Forwards (Offshore)	555	4,9	379	3,3	451	5,2
Verificação de Swap – Empresas	88	0,8	35	0,3	4	0,0
Outros	563	5,0	1.333	11,5	591	6,8
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos – Ativo	11.366	100,0	11.597	100,0	8.754	100,0
Instrumentos Financeiros Derivativos como Porcentagem do Total de Ativo (%)	1,1		1,2		1,1	

Passivo	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013	%	2012	%	2011	%
Contrato de Futuro	(33)	0,3	(23)	0,2	-	0,0
Contratos de Opções	(1.921)	16,8	(2.281)	20,6	(2.606)	38,6
Contratos a Termo	(1.862)	16,3	(2.293)	20,7	(818)	12,1
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	(6.111)	53,6	(5.068)	45,8	(2.798)	41,5
Derivativos de Crédito	(391)	3,4	(90)	0,8	(106)	1,6
Forwards (Offshore)	(560)	4,9	(346)	3,1	(326)	4,8
Verificação de Swap – Empresas	(145)	1,3	(42)	0,4	(2)	0,0
Outros	(382)	3,3	(926)	8,4	(91)	1,3
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos – Passivo	(11.405)	100,0	(11.069)	100,0	(6.747)	100,0
Instrumentos Financeiros Derivativos como Porcentagem do Total de Passivo (%)	1,1		1,2		0,8	

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 8 – Derivativos para mais detalhes.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)											
Vencimento não Especificado		Vencimento em Um Ano ou Menos		Vencimento entre 1 e 5 Anos		Vencimento entre 5 e 10 Anos		Vencimento após 10 Anos		Total	
R\$	Médio	R\$	Médio	R\$	Médio	R\$	Médio	R\$	Médio	R\$	Médio
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, ao Valor Justo	2.232	36.035	26.430	14.792	17.137	96.626					
Fundos de investimento ¹	207	0,0	4	0,0	-	0,0	-	0,0	211	0,0	0,0
Títulos Públicos – Brasil	-	19.564	3.812	4.482	11.790	39.648					
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	0,0	19.430	2,0	1.674	4,9	1.353	4,6	5.482	4,7	27.939
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	0,0	134	6,3	2.138	6,0	3.129	5,9	6.308	8,9	11.709
Títulos Públicos – Outros Países	-	4.549	3.937	172	-	8.658					
Estados Unidos	-	0,0	115	0,0	921	1,2	65	0,0	-	0,0	1.101
Itália	-	0,0	-	0,0	94	2,8	-	0,0	-	0,0	94
Dinamarca	-	0,0	1.653	6,1	978	7,5	-	0,0	-	0,0	2.631
Coreia	-	0,0	1.129	0,0	1.326	0,0	-	0,0	-	0,0	2.455
Chile	-	0,0	1.018	5,3	29	3,1	-	0,0	-	0,0	1.047
Paraguai	-	0,0	413	6,7	225	8,3	-	0,0	-	0,0	638
Uruguai	-	0,0	221	0,1	157	0,1	42	0,1	-	0,0	420
Bélgica	-	0,0	-	0,0	51	2,8	-	0,0	-	0,0	51
França	-	0,0	-	0,0	88	3,3	-	0,0	-	0,0	88
Holanda	-	0,0	-	0,0	61	0,0	65	0,0	-	0,0	126
Outros	-	0,0	-	0,0	7	0,9	-	0,0	-	0,0	7
Títulos de Dívida de Empresas	2.025	11.918	18.681	10.138	5.347	48.109					
Ações Negociáveis	2.025	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	2.025
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	0,0	954	2,6	3.500	1,0	3.195	2,8	4.626	3,9	12.275
Certificado de Depósito Bancário	-	0,0	2.170	0,8	11	0,0	-	0,0	-	0,0	2.181
Debêntures	-	0,0	1.135	1,4	7.545	2,2	6.135	2,0	692	7,1	15.507
Eurobonds e Assemelhados	-	0,0	509	3,5	3.641	3,4	746	5,7	-	0,0	4.896
Notas Promissórias	-	0,0	1.227	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1.227
Cédula de Produtor Rural	-	0,0	257	12,0	306	11,2	62	10,4	-	0,0	625
Letras Financeiras	-	0,0	5.660	0,0	3.144	1,7	-	0,0	-	0,0	8.804
Outros	-	0,0	6	0,0	534	0,0	-	0,0	29	0,0	569
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, ao Custo Amortizado	-	98	158	5.498	4.362	10.116					
Títulos Públicos – Brasil	-	98	144	5.497	4.353	10.092					
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	0,0	-	0,0	144	0,0	1.240	0,0	2.395	0,0	3.778
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	0,0	98	6,8	-	0,0	4.257	5,7	1.958	8,8	6.314
Títulos Públicos – Outros Países	-	-	14	-	14	7,5	-	0,0	9	23	7,7
Uruguai	-	0,0	-	0,0	14	-	-	0,0	9	23	1
Títulos de Dívida de Empresas	-	-	-	-	-	1	6,9	-	-	0,0	1
Eurobonds e Assemelhados	-	0,0	-	0,0	-	-	-	-	-	0,0	6,9

1. Os rendimentos médios não são demonstrados para esses títulos mobiliários, pois não são significativos, uma vez que rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos e valores mobiliários foram excluídos do cálculo do total de rendimentos.

	(em milhões de R\$)					
	Valor Justo				Custo Amortizado	
	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo	Derivativos	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
31/12/2013	148.860	371	11.366	96.626	10.116	267.339
Denominados em Moeda Brasileira	127.934	-	11.351	73.717	5.020	218.022
Denominados em Moeda Brasileira e Indexadas a Moeda Estrangeira ¹	20.397	-	-	11.927	5.096	37.420
Denominados em Moeda Estrangeira ¹	529	371	15	10.982	-	11.897
31/12/2012	145.516	220	11.597	90.869	3.202	251.404
Denominados em Moeda Brasileira	122.970	-	11.563	66.484	3.043	204.060
Denominados em Moeda Brasileira e Indexadas a Moeda Estrangeira ¹	21.959	-	-	14.610	159	36.728
Denominados em Moeda Estrangeira ¹	587	220	34	9.775	-	10.616
31/12/2011	121.889	186	8.754	47.510	3.105	181.444
Denominados em Moeda Brasileira	108.755	-	8.655	37.670	2.823	157.903
Denominados em Moeda Brasileira e Indexadas a Moeda Estrangeira ¹	12.602	-	-	5.690	282	18.574
Denominados em Moeda Estrangeira ¹	532	186	99	4.150	-	4.967

1. Predominantemente dólares dos Estados Unidos.

Com o objetivo de analisar a exposição às variações nas taxas de câmbio, apresentamos a seguir a composição de nossos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013, em reais e em moeda estrangeira. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 7 – Ativos financeiros mantidos para negociação e designados a valor justo por meio de resultados e Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros.

(em milhões de R\$)			
Valores Nominais			
	Moeda Brasileira	Expressos ou Vinculados a Moedas Estrangeiras	Total
Instrumentos Financeiros Derivativos			
Contratos de <i>Swap</i>			
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos	8.260	(8.260)	-
Contratos de <i>Forward</i>			
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos	(35.686)	(10.424)	(46.110)
Contratos de Futuros			
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos	(138.820)	(100.609)	(239.429)
Contratos de Opções			
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos	62.539	11.189	73.728
Outros			
Compromissos de Compra (Venda), Líquidos	9.031	(1.631)	7.400

Exposição aos países GIIPS

Em 31 de dezembro de 2013, nossa exposição bruta aos títulos soberanos dos países da Zona do euro (GIIPS) bem como às instituições financeiras – grandes e pequenas empresas e pessoas físicas domiciliadas nesses países –, é apresentada na tabela a seguir.

(Em milhões de reais)							
Em 31 de dezembro de 2013							
	Segmento	Crédito	Co-Obrigaçã	Título Soberano	Bond	Derivativo	Exposição Total
Itália	Grandes Empresas	-	-	94	-	-	94
	Instituições Financeiras	-	8	-	-	-	8
Portugal	Grandes Empresas	719	5	-	-	1	725
	Instituições Financeiras	-	-	-	6	-	6
Espanha	Grandes Empresas	877	519	-	-	1	1.397
	Instituições Financeiras	-	149	-	-	1	150
Total		1.596	681	94	6	3	2.380

A exposição bruta demonstrada anteriormente, relacionada à nossa exposição às operações de crédito para grandes empresas, totalizou R\$ 2.380 milhões em 31 de dezembro de 2013, com coobrigações no montante de R\$ 681.0 milhões. Essa exposição foi calculada com base em nosso valor realizável estimado, atualizado dependendo da sua natureza (como valores mantidos em contas correntes utilizadas para recebíveis de clientes, investimentos financeiros, imóveis, equipamentos e máquinas, entre outros), exceto por garantias oferecidas por terceiros quando o valor corresponde à dívida em aberto. Nossos derivativos relacionados aos países GIIIPS, em 31 de dezembro de 2013, totalizavam R\$ 3.0 milhões.

Depósitos compulsórios no Banco Central

O Banco Central exige depósitos compulsórios às instituições financeiras brasileiras. Esses depósitos compulsórios funcionam como um mecanismo de controle da liquidez do sistema financeiro brasileiro, bem como um recurso de política monetária do governo federal. Tais exigências são aplicadas em operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. Veja a seguir as taxas de depósitos compulsórios exigidos para cada tipo de aplicação:

Depósitos Compulsórios		Regulamentação ¹	Remuneração	2013 (%)	2012 (%)	2011 (%)
Depósito à Vista						
	Compulsório	Circular nº 3.632	Zero	44	45	45
	Compulsório Adicional	Circular nº 3.655	SELIC	0	5	8
	Rural ²	Resolução nº 4.096	Zero	34	30	25
	Microcrédito ²	Resolução nº 4.000	Zero	2	2	2
Poupança³						
	Compulsório	Circular nº 3.093	TR + 6,17% a.a	20	20	20
	Compulsório Adicional	Circular nº 3.655	SELIC	10	10	10
	Financiamento Imobiliário ²	Resolução nº 3.932	Zero	65	65	65
Depósito a Prazo e Interfinanceiros						
Captados de Sociedades de Arrendamento Mercantil						
	Compulsório	Circular nº 3.569	SELIC	20	14	15
	Compulsório Adicional	Circular nº 3.655	SELIC	8	4	8

1. Regulação mais recente sobre o assunto.

2. Trata-se de aplicação obrigatória de recursos que são feitas em operações elegíveis para tanto, ou seja, o numerário é cedido para os outros entes econômicos.

3. Remuneração sobre os recursos de depósitos de poupança:

Para depósitos efetuados até 03/05/2012, inclusive: TR + 6,17 a.a.

Para depósitos efetuados após 03/05/2012:

a. Se a meta da taxa Selic > 8,5% a.a.: TR + 6,17 a.a.

b. Se a meta da taxa Selic <= 8,5% a.a.: TR + 70% da meta da taxa Selic a.a.

As mudanças mais recentes nas taxas de depósitos compulsórios foram:

- A exigibilidade adicional sobre os depósitos à vista foi reduzida de 6% para 0% em novembro de 2012;
- A exigibilidade adicional sobre depósitos a prazo foi reduzida de 12% para 11% em novembro de 2012;
- Ajuste da parcela sobre depósitos a prazo não remunerado, em novembro de 2013.

Os regulamentos que regem as taxas de recolhimento sobre depósitos compulsórios são frequentemente alterados pelo Banco Central, conforme o cenário econômico e em reação às provisões sobre a política monetária brasileira. Em 31 de dezembro de 2013, registramos depósitos compulsórios em dinheiro, no valor de R\$ 77.010 milhões, comparados a R\$ 63.701 milhões, em 31 de dezembro de 2012, dos quais R\$ 71.877 milhões e R\$ 57.253 milhões, respectivamente, auferem juros. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 5 – Depósitos compulsórios no Banco Central para mais detalhes.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013		2012		2011	
	R\$	% do Total dos Depósitos Compulsórios	R\$	% do Total dos Depósitos Compulsórios	R\$	% do Total dos Depósitos Compulsórios
Depósitos não Remunerados ¹	5.133	6,7	6.448	10,1	5.730	5,8
Depósitos Remunerados ²	71.877	93,3	57.253	89,9	92.323	94,2
Total	77.010	100,0	63.701	100,0	98.053	100,0

1. Relacionados basicamente a depósitos à vista.

2. Relacionados basicamente a depósitos a prazo e depósitos de poupança.

Operações de crédito

De forma substancial, todos os nossos empréstimos foram concedidos para clientes domiciliados no Brasil e estão denominados em reais. Adicionalmente, 60,0% de nossa carteira de crédito consiste de transações com taxas de juros fixas e 40,0% de transações com taxas de juros variáveis.

Operações de Crédito, por Tipo ¹	(em milhões de R\$)							
	2013		2012		2011		2010	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
Pessoas Físicas	167.431	13.853	150.921	14.844	149.391	13.684	126.805	11.146
Cartão de Crédito	53.149	2.952	40.531	2.863	38.961	3.825	33.041	3.306
Crédito Pessoal	26.635	6.488	26.749	6.841	25.876	4.842	17.144	3.590
Crédito Consignado	22.571	1.133	13.550	867	10.107	556	8.402	429
Veículos	40.584	3.245	51.646	4.227	60.463	4.415	60.151	3.709
Crédito Imobiliário	24.492	35	18.445	46	13.984	46	8.067	112
Grandes Empresas	126.413	1.783	103.729	1.362	91.965	703	74.565	544
Micro/Pequenas e Médias Empresas	81.601	6.085	85.185	9.091	85.649	9.197	79.950	8.041
Unidades Externas América Latina	36.257	514	27.149	416	19.259	289	13.517	263
Total de Operações de Crédito e Adiantamentos a Clientes	411.702	22.235	366.984	25.713	346.264	23.873	294.837	19.994

1. Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. O valor contratual das operações de crédito de curso anormal era de R\$ 18.065 milhões, R\$ 20.791 milhões, R\$ 20.439 milhões e R\$ 14.736 milhões em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011 e 2010, respectivamente. As operações de crédito de curso anormal estão demonstradas na tabela acima segundo a categoria apropriada de crédito. O resultado financeiro determinado em nossas operações de crédito de curso anormal líquido da provisão em 2013, 2012, 2011 e 2010 era de R\$ 1.681 milhões, R\$ 1.852 milhões, R\$ 1.914 milhões e R\$ 1.548 milhões, respectivamente.
- Nosso segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário.
 - Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para Grandes clientes corporativos.
 - Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte.
 - Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de operações de crédito atingiu R\$ 411.702 milhões, uma evolução de 12,2% em relação a 31 de dezembro de 2012. Os empréstimos para pessoas físicas cresceram 10,9%, enquanto os empréstimos para pessoas jurídicas aumentaram 10,1% em relação a 2012. Em 2013, aumentamos o volume de empréstimos relacionados a cartões de crédito, crédito consignado, crédito imobiliário e crédito para clientes grandes empresas; o volume de crédito para pessoas físicas para financiamento de veículos e crédito pessoal e para pequenas empresas foi reduzido.

Em relação aos créditos não classificados como não provisionados, ou em atraso, e que não haviam sido negociados em 31 de dezembro de 2013, não temos conhecimento de qualquer informação sobre problemas com tomadores de empréstimo que poderiam nos levar a ter dúvidas sobre sua capacidade de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2013, o crédito para pessoas físicas totalizou R\$ 167.431 milhões, um aumento de 10,9% quando comparado a 31 de dezembro de 2012. Esse crescimento é, primordialmente, o resultado dos aumentos de 31,1% em empréstimos relacionados a cartões de crédito, numa soma de R\$ 53.149 milhões, decorrente do impacto da aquisição da Credicard; de 32,8% no crédito imobiliário, totalizando R\$ 24.492 milhões, resultado do nosso foco em carteiras com menores taxas de inadimplência; e de 66,6% no crédito consignado, num montante de R\$ 22.571 milhões, devido ao contínuo crescimento em nossas transações nas agências de varejo e à associação com o BMG, que visa à oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados por meio de uma nova instituição financeira, o Itaú BMG Consignado. Essa associação complementou nossa estratégia de distribuição de crédito consignado e melhorou o perfil de risco de nossa carteira de crédito. O financiamento de veículos diminuiu

21,4% em 31 de dezembro de 2013, em relação a 2012, totalizando R\$ 40.584 milhões, como resultado de nossa contínua aplicação de exigências mais estritas para a concessão desses empréstimos no período, o qual resultou em exigências de entradas mais altas e períodos mais curtos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2013, os créditos para pessoas jurídicas totalizaram R\$ 208.014 milhões. O crédito para pequenas e médias empresas diminuiu 4,2% em 2013, em comparação com 2012, totalizando R\$ 81.601 milhões. O crédito para grandes empresas cresceu 21,9% em 2013, quando comparado com 2012, totalizando R\$ 126.413 milhões.

O saldo dos empréstimos estrangeiros em nossas operações na América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e Paraguai) totalizou R\$ 36.257 milhões em 31 de dezembro de 2013, um crescimento de 33,5% quando comparado com 2012, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações nos países onde operamos. Esse crescimento é resultado de uma combinação entre o progresso de nossas operações e a desvalorização do real em relação a várias moedas estrangeiras, em especial o dólar dos Estados Unidos.

Em 31 de dezembro de 2012, o total de operações de crédito atingiu R\$ 366.984 milhões, uma evolução de 6,0% em relação a 2011. Os empréstimos para pessoas físicas cresceram 1,0%, enquanto os empréstimos para pessoas jurídicas aumentaram 6,4% em relação a 2011. Em 2012, aumentamos o volume de empréstimos relacionados a cartões de crédito, crédito consignado, crédito imobiliário e crédito para clientes grandes empresas, com redução no volume de crédito para pessoas físicas para financiamento de veículos e para pequenas empresas.

Em 31 de dezembro de 2012, o crédito para pessoas físicas totalizou R\$ 150.921 milhões, um crescimento de 1,0% em relação a 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi basicamente resultado dos aumentos de 31,9% no crédito imobiliário, que totalizou R\$ 18.445 milhões, e de 34,1% no crédito consignado, em um montante de R\$ 13.550 milhões, como resultado de nosso foco em carteiras de menor risco, parcialmente compensadas por uma redução de 14,6% no financiamento de veículos, totalizando R\$ 51.646 milhões em 31 de dezembro de 2012, ambos em relação a 2011, como resultado da contínua aplicação de nossas exigências mais estritas para a concessão de empréstimos durante esse período, com valor mais alto de entrada e menores prazos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2012, o crédito para pessoas jurídicas totalizou R\$ 188.914 milhões, um aumento de 6,4%, em comparação com 2011. O crédito para pequenas e médias empresas diminuiu 0,5% em 31 de dezembro de 2012, em comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 85.185 milhões. Os créditos para os clientes grandes empresas aumentaram 12,8% em 31 de dezembro de 2012, em comparação com 2011, totalizando R\$ 103.729 milhões, em especial para o financiamento à exportação/importação, empréstimos consignados adquiridos de outras instituições financeiras e linhas de capital de giro.

O saldo dos empréstimos estrangeiros das nossas operações na América Latina (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai) totalizou R\$ 27.149 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 41,0% em relação a 2011. Esse aumento é reflexo de uma combinação entre o crescimento de nossas operações e a desvalorização do real em relação a várias moedas estrangeiras, em especial o dólar dos Estados Unidos.

O quadro a seguir apresenta nossa carteira de crédito por categoria de transação, de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos ("U.S.GAAP").

Carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil por modalidade de transação em U.S.GAAP		(em milhões de R\$)
		U.S. GAAP
		2009
Modalidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil¹		
Comercial:		
Industrial e Outros		104.505
Financiamento à Importação		1.895
Financiamento à Exportação		6.823
Crédito Imobiliário (Principalmente Financiamentos Habitacionais)		10.939
Arrendamento Mercantil (Principalmente Financiamento de Veículos)		47.230
Setor Público (Brasileiro)		1.611
Pessoas Físicas:		
Cheque Especial		4.119
Financiamentos e Outros		32.701
Cartões de Crédito		30.781
Crédito Rural		5.132
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(19.968)
Empréstimos, Líquidos de PDD		225.768

1. Operações de crédito de curso anormal chegaram a R\$ 15.499 milhões em 31 de dezembro de 2009. A receita financeira cancelada em nossos empréstimos de curso anormal para 2009 foi de R\$ 1.564 milhões.

- A carteira comercial é formada por empréstimos em curto prazo, bem como os empréstimos de capital e financiamentos em médio prazo para empresas de grande, médio, micro e pequeno portes. Atuamos também como agente financeiro do governo brasileiro, por meio do BNDES, e de suas afiliadas, nos repasses de dinheiro para os grupos-alvo de tomadores do setor privado. Nossas atividades de financiamentos de operações comerciais estão voltadas para financiamentos de exportação, pré-exportação e importação.
- A carteira de crédito imobiliário consiste, principalmente, de empréstimos para construção, reformas, ampliação e aquisição de residências. Esses empréstimos são financiados, principalmente, por parcelas de nossos depósitos em conta de poupança, autorizadas pelo Banco Central. Os créditos imobiliários são destinados, principalmente, aos clientes do banco de varejo para o financiamento da compra de moradias. Esse sistema, em geral, tem um prazo de vencimento de até 15 anos.
- A carteira de arrendamento mercantil consiste, principalmente, de automóveis arrendados para pessoas físicas e máquinas e equipamentos arrendados aos tomadores empresas de médio e grande portes. Somos um dos principais participantes do mercado brasileiro de arrendamento por meio de nossa subsidiária Itaú leasing.
- A carteira do setor público consiste, principalmente, de empréstimos destinados às entidades governamentais federais, estaduais e municipais.

- A carteira de pessoas físicas consiste, em sua maioria, da oferta, aos nossos clientes pessoas física, de três produtos de crédito: proteção do cheque especial, financiamento ao consumo e cartões de crédito. Também somos um dos maiores emissores de cartão de crédito no Brasil, sob a bandeira Itaucard.
- A carteira de crédito rural consiste, principalmente, da obtenção de financiamento para nossos empréstimos rurais, por meio de parcelas autorizadas pelo Banco Central e de nossa base de depósitos. Nossos empréstimos rurais destinam-se principalmente aos tomadores do setor agroindustrial.

Indexação

A maior parte de nossa carteira é expressa em reais. Contudo, uma parcela de nossa carteira está indexada às moedas estrangeiras, principalmente ao dólar dos EUA. A parcela de nossa carteira em moeda estrangeira consiste em empréstimos, financiamentos à importação e à exportação e repasses. Nossos empréstimos indexados às moedas estrangeiras, ou expressos em dólares dos EUA, representaram 28,7%, 23,9% e 22,1% de nossa carteira de empréstimos, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente.

Processo de aprovação de empréstimo

Contamos com uma estrutura de gestão de risco de crédito administrada por nossas unidades de negócios, além de um controle centralizado de risco de crédito, conforme exigido pela regulamentação brasileira.

Nossas unidades de negócios elaboram políticas de crédito com base em fatores internos, como o perfil de risco do cliente, desempenho da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e alocação do capital econômico, bem como em fatores externos relacionados ao ambiente econômico, como taxas de juros, indicadores de inadimplência de mercado, inflação e taxas de desemprego.

Nossas políticas consideram o uso de serviços de proteção ao crédito com o objetivo de analisar se o histórico de crédito do cliente inclui informações que possam ser consideradas eventuais obstáculos à concessão do empréstimo, como bens bloqueados por ordem judicial, número de CPF/CNPJ inválidos, processos de reestruturação ou renegociação de dívidas anteriores ou pendentes, e cheques não honrados devido à insuficiência de fundos.

Nossa área independente de controle de risco de crédito é responsável pela avaliação das políticas de crédito estabelecidas por nossas unidades de negócios e pelo acompanhamento consolidado de nossa carteira, entre outras atribuições.

O processo de avaliação possibilita a identificação dos riscos potenciais e sua meta é assegurar que a tomada de decisões de crédito seja razoável, tanto em relação às perspectivas econômica e de risco.

Os resultados das atividades de monitoramento da carteira de crédito são apresentados à alta administração do grupo. Esses resultados fornecem à alta administração uma visão global da exposição de nosso conglomerado ao risco, bem como indicadores de deterioração na qualidade da carteira e o impacto de potenciais alterações no ambiente econômico.

Nossa governança da gestão do risco de crédito tem como base os nossos comitês, que se reportam à alta administração. Esse órgão é responsável por avaliar as condições competitivas do mercado, estabelecer nossos limites de crédito e aprovar as políticas e práticas de controle de risco. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco – item Gerenciamento de Riscos e Capital, Gestão de Risco de Crédito.

Pessoas físicas

Nossa rede de atendimento de abrangência nacional adota uma estratégia de segmentação para a qual são desenvolvidos produtos e serviços que atendam às necessidades específicas da nossa base diversificada de clientes. Entre os produtos de crédito ofertados em nossa rede de agências e nos canais eletrônicos, incluímos cheque especial, cartões de crédito, empréstimos pessoais e financiamento de veículos, entre outros.

O crédito pode ser concedido por meio de um processo de pré-aprovação ou por mecanismo tradicional de aprovação, conforme descrevemos a seguir. Nos dois casos, as decisões são tomadas com base em princípios de qualidade de crédito, como classificação de crédito suportada por modelos estatísticos, percentual da renda do cliente comprometida ou restrições de crédito definidas por nós e pelo mercado.

Em todos os casos, aplicamos uma pontuação interna de crédito e estabelecemos um limite de corte para cada linha de produto.

No caso do crédito pré-aprovado, se o perfil de risco do cliente estiver dentro do limite de corte e dos parâmetros estabelecidos em nossa política de crédito, o crédito será considerado pré-aprovado e estará automaticamente disponível para o cliente. Nos casos em que o crédito não é pré-aprovado, a análise de crédito é realizada por meio de um processo tradicional, pelo qual as propostas são avaliadas individualmente por um especialista em crédito. Nesse processo, as aprovações são decididas por uma mesa de crédito, pois os gerentes comerciais não possuem competência para aprovações individuais.

É exigida uma documentação específica no momento em que o cliente decide abrir uma conta ou quando concedemos um empréstimo, o qual inclui um formulário com assinatura do cliente, identificação pessoal e comprovação de renda.

Cartões de crédito

Esta área abrange cartões de crédito da Itaucard e do Hipercard (“Hiper”, a partir de 2013), bem como os cartões de associações e acordos comerciais com importantes varejistas. Nossos cartões de crédito estão disponíveis para clientes correntistas ou não correntistas, cuja solicitação pode ocorrer por contato telefônico, internet ou postos de atendimento nos parceiros.

O processo de concessão de cartões de crédito contempla uma fase de pré-qualificação, na qual são aplicados filtros restritivos internos ou de mercado. Para os clientes elegíveis, os limites ofertados consideram o risco do cliente, a partir de modelos estatísticos específicos para cartões de crédito (*application score*) e em função da renda dos proponentes. Uma taxa de juros fixa é aplicada para operações com crédito rotativo.

Empréstimos pessoais

Nossa decisão de conceder crédito para um correntista considera o seu nível de renda e a nossa classificação interna de crédito, baseada em modelos estatísticos desenvolvidos internamente. Por meio desses modelos, definimos quais clientes receberão as ofertas de crédito, em quais valores, o número máximo de prestações e o valor máximo para as prestações mensais, baseadas em uma taxa de juros fixa.

Empréstimos consignados

Nossos empréstimos consignados estão disponíveis para clientes correntistas e não correntistas. As parcelas fixas são descontadas diretamente da folha de pagamento do devedor pelo empregador e transferidas para a conta do banco, sem serem registrada na conta do devedor.

O percentual máximo da parcela é definido por lei e limitado a 30% da renda líquida do cliente.

Nossa estratégia nesse setor é voltada para aposentados e pensionistas do governo, de tal forma que, combinada com as nossas boas práticas de gestão e políticas de crédito, possibilite aumentar a nossa carteira e manter os níveis de inadimplência baixos em comparação com os de outras carteiras.

A documentação exigida inclui a identificação pessoal, os comprovantes de folha de pagamento e de residência e o comprovante de conta no banco por meio do qual o cliente recebe o benefício. Se o benefício for depositado em nosso banco, essa documentação não é necessária.

O Itaú BMG Consignado é a instituição financeira controlada pela Itaú Unibanco Holding voltada para a oferta, distribuição e venda de empréstimos consignados no Brasil. Essa operação teve início em dezembro de 2012 e promove a expansão do nosso negócio neste setor.

Financiamento de veículos

As propostas de financiamento de veículos são recebidas por meio (i) das concessionárias parceiras existentes em todo o Brasil e para todos os tipos de clientes (sejam correntistas ou não), (ii) diretamente nas agências ou por meio dos canais eletrônicos para correntistas.

A classificação interna de crédito do cliente e os termos e condições da operação proposta são consideradas. Caso a proposta preencha todos os requisitos de nossa política de crédito, que define o valor máximo da prestação, o *loan-to-value* (LTV – relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem) e o vencimento, e as informações pessoais sejam validadas pelos serviços de proteção de crédito, o crédito será aprovado automaticamente.

Uma taxa de juros fixa é definida com base na classificação de crédito e de acordo com as características da operação. Todas as operações de financiamento de veículos são garantidas por alienação fiduciária do próprio bem, sendo considerado o LTV máximo para suportar eventuais períodos de estresse.

Crédito imobiliário

Para atender nossos clientes, além da rede de agências celebramos parcerias com grandes corretoras imobiliárias do Brasil, que originam, com exclusividade, financiamentos imobiliários em diferentes municípios do país.

O processo decisório de crédito imobiliário baseia-se nas premissas de comprometimento de renda, na classificação do cliente de acordo com nosso sistema interno de classificação e no LTV máximo, de tal forma que o LTV, mesmo em cenário de estresse, se mantenha em níveis adequados. As taxas de juros são fixas.

Os dados constantes na proposta de financiamento são analisados, validados e confirmados por uma documentação fornecida pelo cliente. A proposta pode ser rejeitada se for constatada divergência nas informações prestadas, se não se enquadrar na política vigente ou, ainda, se não forem apresentadas as informações solicitadas.

Crédito para micro e pequenas empresas

Para micro e pequenas empresas, oferecemos produtos como financiamento para capital de giro e desconto de duplicatas.

A atribuição de limites de crédito para micro e pequenas empresas é baseada no seu faturamento e tem como fundamento a avaliação de risco de empresas, além de critérios como a situação econômico financeira dos seus acionistas e proprietários, a identificação de possíveis restrições no mercado e a avaliação do setor de atividade no qual a empresa opera.

De forma similar aos nossos procedimentos para concessão de créditos para pessoas físicas, podemos conceder crédito para micro e pequenas empresas de acordo com limites pré-aprovados ou por meio de uma análise individual por nossa mesa de crédito.

A documentação exigida inclui os documentos corporativos da empresa, o comprovante de receita e as informações sobre seus sócios ou acionistas.

A maior parte dos créditos para pessoas jurídicas necessita de garantias. As operações de financiamento para produção de bens normalmente requerem máquinas e equipamentos para esse fim. O financiamento de capital de giro pode ser garantido por contas a receber, cheques a receber ou cartões de crédito a receber, ou poderá ser garantido pelos sócios ou acionistas da empresa e/ou por terceiros.

A taxa de juros pode ser fixa ou variável dependendo do produto escolhido pelo cliente.

Crédito corporativo

O processo de análise de crédito para as médias e grandes empresas é realizado com base na situação econômica financeira dessas empresas e dos grupos econômicos aos quais pertencem. A análise de crédito considera o histórico da empresa, sua capacidade financeira e a adequação da transação solicitada em relação às necessidades do cliente. Essa análise é fundamentada em demonstrações contábeis (balanço, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa), visitas na empresa, condições de mercado, análise do setor econômico no qual a entidade opera e consultas aos órgãos de proteção ao crédito. Uma análise socioambiental é realizada simultaneamente à nossa análise de crédito, e um plano de ação pode ser criado como resultado dessa análise, cujo objetivo é que a empresa satisfaça as exigências determinadas por nossa política socioambiental interna, ou uma recomendação para rejeição do crédito em questão pode ser emitida.

O valor máximo de crédito proposto e a classificação interna do cliente, com nível de corte determinado, são submetidos, de acordo com o valor envolvido, o prazo da transação e as garantias disponíveis, à instância de autorização de crédito competente, de acordo com nossas políticas de governança. A taxa de juros pode ser fixa ou variável dependendo do produto escolhido pelo cliente e dentro do limite de crédito aprovado.

Unidades internacionais

A concessão de crédito em nossas subsidiárias segue a mesma governança corporativa e as políticas descritas anteriormente. Todas as subsidiárias estão sujeitas à gestão centralizada que monitora o desempenho de nossa carteira, estabelece as regras para a concessão de crédito e é responsável pela governança corporativa relacionada à nossa concessão de crédito.

Instrumentos mitigadores de risco

Como parte de nosso controle do risco de crédito, temos políticas institucionais que estabelecem as diretrizes gerais e as atribuições relativas à exigência de garantias, pelas quais cada unidade de negócio é responsável por definir, em suas próprias políticas, normas de gestão do risco de crédito para aceitação dessas garantias.

Essas garantias devem mitigar nossa exposição ao risco de certas transações e podem ser pessoais ou na forma de direito real de garantia ou de outras estruturas jurídicas, com poder de mitigação do risco de crédito.

Para que sejam considerados instrumentos mitigadores de risco, as garantias devem atender a certos requisitos jurídicos.

Revisamos, periodicamente, todas as garantias que possam afetar o risco de crédito, a alocação de capital e o provisionamento, certificando-nos de que são juridicamente exequíveis

Operações de crédito por vencimento

O quadro a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito por vencimento, inclusive as operações com parcelas vincendas e vencidas, conforme a modalidade:

Distribuição da carteira de crédito por vencimento de acordo com a modalidade de operações de crédito e arrendamento mercantil – parcelas vincendas

Parcelas vincendas 31/12/13

Modalidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(em milhões de R\$)						Total de Parcelas Vincendas
	Vencimento em 30 Dias ou Menos	Vencimento em 31-90 Dias	Vencimento em 91-180 Dias	Vencimento em 181-360 Dias	Vencimento em 1 a 5 Anos	Vencimento após 5 Anos	
Pessoas Físicas	27.605	22.520	17.913	21.482	52.209	17.294	159.023
Cartão de Crédito	20.182	15.184	8.625	4.357	159	-	48.507
Crédito Pessoal	4.553	2.760	2.757	4.565	10.032	12	24.679
Crédito Consignado	730	1.203	1.725	3.266	15.486	24	22.434
Veículos	1.942	3.098	4.389	8.333	21.266	2	39.030
Crédito Imobiliário	198	275	417	961	5.266	17.256	24.373
Grandes Empresas	11.572	16.420	12.525	20.453	50.146	14.346	125.462
Micro/Pequenas e Médias Empresas	12.705	15.235	9.470	14.091	26.808	431	78.740
Unidades Externas América Latina	5.139	4.325	3.722	3.613	7.687	11.000	35.486
Total¹	57.021	58.500	43.630	59.639	136.850	43.071	398.711

1. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 18.065 milhões estão apresentados na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vincendas como as vencidas.

Parcelas vincendas 31/12/12

Modalidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(em milhões de R\$)						
	Vencimento em 30 Dias ou Menos	Vencimento em 31-90 Dias	Vencimento em 91-180 Dias	Vencimento em 181-360 Dias	Vencimento em 1 a 5 Anos	Vencimento após 5 Anos	Total de Parcelas Vincendas
Pessoas Físicas	23.323	18.434	15.188	19.356	54.228	12.568	143.097
Cartão de Crédito	15.791	11.861	6.340	3.032	95	-	37.119
Crédito Pessoal	4.117	2.124	2.484	4.162	11.144	261	24.292
Crédito Consignado	465	692	983	1.931	9.340	9	13.420
Veículos	2.350	3.524	4.962	9.509	29.531	5	49.881
Crédito Imobiliário	600	233	419	722	4.118	12.293	18.385
Grandes Empresas	10.212	13.194	14.524	16.103	39.169	9.663	102.865
Micro/Pequenas e Médias Empresas	14.305	14.383	10.163	14.100	27.987	323	81.261
Unidades Externas América Latina	4.570	3.153	2.832	2.084	5.508	8.380	26.527
Total¹	52.410	49.164	42.707	51.643	126.892	30.934	353.750

1. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.791 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vincendas como as vencidas.

Parcelas vincendas 31/12/11

Modalidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(em milhões de R\$)						
	Vencimento em 30 Dias ou Menos	Vencimento em 31-90 Dias	Vencimento em 91-180 Dias	Vencimento em 181-360 Dias	Vencimento em 1 a 5 Anos	Vencimento após 5 Anos	Total de Parcelas Vincendas
Pessoas Físicas	23.082	17.768	14.788	19.317	56.733	9.424	141.112
Cartão de Crédito	15.187	11.112	5.740	2.650	81	-	34.770
Crédito Pessoal	4.935	2.093	2.578	4.021	10.142	359	24.128
Crédito Consignado	380	596	852	1.630	6.442	81	9.981
Veículos	2.441	3.781	5.385	10.515	36.680	23	58.825
Crédito Imobiliário	139	186	233	501	3.388	8.961	13.408
Grandes Empresas	7.347	11.478	10.926	13.783	39.897	7.867	91.298
Micro/Pequenas e Médias Empresas	16.829	12.532	9.592	14.289	27.302	309	80.853
Unidades Externas América Latina	2.502	4.234	1.559	1.184	3.572	5.071	18.122
Total¹	49.760	46.012	36.865	48.573	127.504	22.671	331.385

1. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.439 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vincendas como as vencidas.

Distribuição da carteira de crédito por vencimento de acordo com a modalidade de operações de crédito e arrendamento mercantil – parcelas vencidas

Parcelas vencidas¹ 31/12/13

Modalidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(em milhões de R\$)								Total Líquido
	01-30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-180 Dias	181-360 Dias	1 Ano ou Mais	Total do Empréstimo Bruto	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
Pessoas Físicas	1.875	849	781	1.993	2.820	91	167.431	(13.853)	153.578
Cartão de Crédito	932	344	375	1.114	1.840	36	53.149	(2.952)	50.197
Crédito Pessoal	353	223	226	534	616	3	26.635	(6.488)	20.147
Crédito Consignado	34	17	14	32	40	2	22.571	(1.133)	21.438
Veículos	481	252	159	302	314	47	40.584	(3.245)	37.339
Crédito Imobiliário	75	13	7	11	10	3	24.492	(35)	24.457
Grandes Empresas	341	204	135	173	97	2	126.413	(1.783)	124.630
Micro/Pequenas e Médias Empresas	610	292	285	658	981	35	81.601	(6.085)	75.516
Unidades Externas América Latina	537	76	40	51	59	6	36.257	(514)	35.743
Total²	3.363	1.421	1.241	2.875	3.957	134	411.702	(22.235)	389.467

1. Definido como operações de crédito e arrendamento mercantil já vencidas contratualmente em relação a pagamento de juros ou do principal.

2. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 18.065 milhões estão apresentados na tabela acima na categoria apropriada de operações de crédito e arrendamento mercantil. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vincendas como as vencidas.

Parcelas vencidas¹ 31/12/12

Modalidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(em milhões de R\$)								Total Líquido
	01-30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-180 Dias	181-360 Dias	1 Ano ou Mais	Total do Empréstimo Bruto	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
Pessoas Físicas	1.791	818	711	1.827	2.605	72	150.921	(14.844)	136.077
Cartão de Crédito	634	231	261	848	1.430	8	40.531	(2.863)	37.668
Crédito Pessoal	500	277	259	615	802	4	26.749	(6.841)	19.908
Crédito Consignado	34	17	15	37	26	1	13.550	(867)	12.683
Veículos	597	280	171	319	340	58	51.646	(4.227)	47.419
Crédito Imobiliário	26	13	5	8	7	1	18.445	(46)	18.399
Grandes Empresas	476	203	7	84	94	-	103.729	(1.362)	102.367
Micro/Pequenas e Médias Empresas	801	447	406	1.027	1.222	21	85.185	(9.091)	76.094
Unidades Externas América Latina	457	64	21	31	46	3	27.149	(416)	26.733
Total²	3.525	1.532	1.145	2.969	3.967	96	366.984	(25.713)	341.271

1. Definido como operações de crédito e arrendamento mercantil já vencidas contratualmente em relação a pagamento de juros ou do principal.

2. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.791 milhões estão apresentados na tabela acima na categoria apropriada de operações de crédito e arrendamento mercantil. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vincendas como as vencidas.

Parcelas vencidas¹ 31/12/11

Modalidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(em milhões de R\$)							Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Total Líquido
	01-30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-180 Dias	181-360 Dias	1 Ano ou Mais	Total do Empréstimo Bruto		
Pessoas Físicas	1.730	846	871	1.989	2.656	187	149.391	(13.684)	135.707
Cartão de Crédito	608	256	370	1.062	1.780	115	38.961	(3.825)	35.136
Crédito Pessoal	482	309	333	598	559	1	25.876	(4.842)	21.034
Crédito Consignado	35	19	15	32	24	1	10.107	(556)	9.551
Veículos	588	255	150	292	287	66	60.463	(4.415)	56.048
Crédito Imobiliário	17	7	3	5	6	4	13.984	(46)	13.938
Grandes Empresas	444	74	60	54	34	-	91.965	(703)	91.262
Micro/Pequenas e Médias Empresas	950	523	454	1.182	1.669	18	85.649	(9.197)	76.452
Unidades Externas América Latina	1.065	27	16	15	14	1	19.259	(289)	18.970
Total²	4.189	1.470	1.401	3.240	4.373	206	346.264	(23.873)	322.391

1. Definido como operações de crédito e arrendamento mercantil já vencidas contratualmente em relação a pagamento de juros ou do principal.

2. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.439 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada de operações de crédito e arrendamento mercantil. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto as parcelas vencidas como as vencidas.

Operações de crédito por taxa de juros

O quadro a seguir apresenta a classificação de nossa carteira de crédito segregada em taxas fixas e variáveis, inclusive as operações com parcelas vencidas e vencidas:

Classificação da carteira de crédito entre taxas fixas e variáveis de acordo com o vencimento – parcelas vencidas
Parcelas vencidas¹ 31/12/13

	(em milhões de R\$)						
	Vencimento em 30 Dias ou Menos	Vencimento em 31-90 Dias	Vencimento em 91-180 Dias	Vencimento em 181-360 Dias	Vencimento em 1 a 5 Anos	Vencimento após 5 Anos	Total de Parcelas Vencidas
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	11.263	19.553	12.867	22.402	55.621	40.443	162.149
Taxas Fixas	45.758	38.947	30.763	37.237	81.229	2.628	236.562
Total¹	57.021	58.500	43.630	59.639	136.850	43.071	398.711

1. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 18.065 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vencidas como vencidas.

Parcelas vincendas 31/12/12

	(em milhões de R\$)						Total de Parcelas Vincendas
	Vencimento em 30 Dias ou Menos	Vencimento em 31-90 Dias	Vencimento em 91-180 Dias	Vencimento em 181-360 Dias	Vencimento em 1 a 5 Anos	Vencimento após 5 Anos	
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	10.007	16.207	12.713	16.379	48.581	29.569	133.456
Taxas Fixas	42.403	32.957	29.994	35.264	78.311	1.365	220.294
Total¹	52.410	49.164	42.707	51.643	126.892	30.934	353.750

1. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.791 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vincendas como vencidas.

Parcelas vincendas 31/12/11

	(em milhões de R\$)						Total de Parcelas Vincendas
	Vencimento em 30 Dias ou Menos	Vencimento em 31-90 Dias	Vencimento em 91-180 Dias	Vencimento em 181-360 Dias	Vencimento em 1 a 5 Anos	Vencimento após 5 Anos	
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	6.384	14.270	10.093	12.056	45.072	21.175	109.050
Taxas Fixas	43.376	31.742	26.772	36.517	82.432	1.496	222.335
Total¹	49.760	46.012	36.865	48.573	127.504	22.671	331.385

1. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.439 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vincendas como vencidas.

Classificação da carteira de crédito entre taxas fixas e variáveis de acordo com o vencimento – parcelas vencidas
Parcelas vencidas¹ 31/12/13

	(em milhões de R\$)						Total de Empréstimo Bruto
	01-30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-180 Dias	181-360 Dias	1 Ano ou Mais	
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	755	195	165	258	185	12	163.717
Taxas Fixas	2.608	1.226	1.076	2.617	3.772	122	247.985
Total²	3.363	1.421	1.241	2.875	3.957	134	411.702

1. Definido como operações de crédito e arrendamento já vencidas contratualmente relativas a pagamento de juros ou do principal.

2. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 18.065 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vincendas como vencidas.

Parcelas vencidas¹ 31/12/12

	(em milhões de R\$)						Total de Empréstimo Bruto
	01-30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-180 Dias	181-360 Dias	1 Ano ou Mais	
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	714	263	39	119	153	7	134.751
Taxas Fixas	2.811	1.269	1.106	2.850	3.814	89	232.233
Total²	3.525	1.532	1.145	2.969	3.967	96	366.984

1. Definido como operações de crédito e arrendamento já vencidas contratualmente relativas a pagamento de juros ou do principal.

2. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.791 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vincendas como vencidas.

Parcelas vencidas¹ 31/12/11

	(em milhões de R\$)						Total de Empréstimo Bruto
	01-30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-180 Dias	181-360 Dias	1 Ano ou Mais	
Taxa de Juros de Empréstimos a Clientes por Vencimento:							
Taxas Variáveis	1.266	120	75	73	91	6	110.681
Taxas Fixas	2.923	1.350	1.326	3.167	4.282	200	235.583
Total²	4.189	1.470	1.401	3.240	4.373	206	346.264

1. Definido como operações de crédito e arrendamento já vencidas contratualmente relativas a pagamento de juros ou do principal.

2. As operações de crédito de curso anormal no valor de R\$ 20.439 milhões estão apresentadas na tabela acima na categoria apropriada. Operações de crédito de curso anormal incluem, no caso de empréstimos parcelados, tanto parcelas vincendas como vencidas.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por atividade econômica

A tabela a seguir apresenta a composição da nossa carteira de crédito, incluindo as operações de crédito de curso anormal, por atividade econômica do tomador.

Atividades Econômicas	(em milhões de R\$, exceto percentagens)					
	2013		2012		2011	
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	% do Total da Carteira	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	% do Total da Carteira	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	% do Total da Carteira
Setor Público	3.981	1,0	877	0,2	1.990	0,6
Indústria e Comércio	115.025	27,8	107.405	29,3	99.859	28,8
Serviços	87.103	21,2	77.922	21,2	70.642	20,4
Setor Primário	20.492	5,0	16.649	4,5	16.109	4,7
Pessoas Físicas	183.548	44,6	161.937	44,2	156.167	45,1
Outros Setores	1.553	0,4	2.194	0,6	1.497	0,4
Total	411.702	100,0	366.984	100,0	346.264	100,0

Em 31 de dezembro de 2013, não havia concentração de operações de crédito e arrendamento mercantil que excediam 10% do total da carteira que não tenha sido divulgada em uma categoria de empréstimos e perdas.

Rating da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil

Apresentamos, na sequência, a classificação de nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, com base na probabilidade de inadimplência.

Rating Interno	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
	31/12/13			
	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	300.816	4.354	-	305.170
Médio	64.722	7.676	-	72.398
Alto	11.273	6.556	-	17.829
Impairment ¹	-	-	16.305	16.305
Total	376.811	18.586	16.305	411.702
%	91,5	4,5	4,0	100,0

Rating Interno	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
	31/12/12			
	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	249.282	5.438	-	254.720
Médio	61.075	9.436	-	70.511
Alto	14.190	8.052	-	22.242
Impairment ¹	-	-	19.511	19.511
Total	324.547	22.926	19.511	366.984
%	88,5	6,2	5,3	100,0

Rating Interno	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
	31/12/11			
	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	221.315	5.800	-	227.115
Médio	63.762	10.956	-	74.719
Alto	16.911	9.134	-	26.045
Impairment ¹	-	-	18.385	18.385
Total	301.988	25.890	18.385	346.264
%	87,2	7,5	5,3	100,0

(1) Consideramos os créditos deteriorados quando (i) as operações de crédito com grandes empresas têm uma probabilidade de inadimplência superior a 31,84%; (ii) as operações estão vencidas há mais de 90 dias; ou (iii) as operações renegociadas estão vencidas há mais de 60 dias.

A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a condição econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a perspectiva do mercado no qual atua, a garantia oferecida e o uso dos empréstimos concedidos. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio de um mecanismo de aprovação de crédito subordinado à Comissão Superior de Crédito.

Em relação às operações no varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de crédito e na pontuação comportamental. As decisões são tomadas com base em modelos de pontuação, continuamente atualizadas por uma unidade independente. Em casos excepcionais, pode haver uma análise individualizada de casos específicos na qual a aprovação esteja sujeita aos níveis aplicáveis de aprovação de crédito. As classificações de risco são agrupadas em quatro categorias específicas: baixo, médio, alto e *impairment*. Consulte a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro – Provisão para créditos de liquidação duvidosa, para detalhes sobre as análises individuais e coletivas.

Operações de crédito de curso anormal

Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos, há 60 dias ou mais, como de curso anormal e, dessa forma, interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. Em 2013, não tínhamos qualquer empréstimo de curso anormal significativo.

Baixas contábeis

As operações de crédito e arrendamento mercantil são baixadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando o empréstimo não é recebido, ou quando é considerado sujeito à redução permanente no valor recuperável. Normalmente, baixamos os empréstimos quando estes estão vencidos e não pagos há 360 dias, exceto aqueles com vencimento original superior a 36 meses, os quais são baixados quando o atraso é superior a 540 dias. Entretanto, as baixas contábeis podem ser reconhecidas antes de 360 dias, se for entendido que o empréstimo não é recuperável. Consulte a seção Desempenho, item Ativo – Operações de crédito – Operações de crédito renegociadas para mais detalhes.

Informações sobre a qualidade de operações de crédito e arrendamento mercantil

A tabela a seguir apresenta as nossas operações de crédito de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
	2013	2012	2011	2010
Operações de Crédito de Curso Anormal	18.065	20.791	20.439	14.736
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.235	25.713	23.873	19.994
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	411.702	366.984	346.264	294.837
Operações de Crédito de Curso Anormal como Porcentagem do Total de Operações de Crédito (%)	4,4	5,7	5,9	5,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como Porcentagem do Total de Operações de Crédito (%)	5,4	7,0	6,9	6,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como Porcentagem de Operações de Crédito de Curso Anormal (%)	123,1	123,7	116,8	135,7

A tabela a seguir apresenta com base em U.S. GAAP nossa informação de empréstimos de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos para o ano findo em 31 de dezembro de 2009.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens) U.S. GAAP 2009
Operações de Crédito de Curso Anormal e Bens não de Uso Próprio	15.717
Operações de Crédito de Curso Anormal	15.499
Bens não de Uso Próprio, Líquidos de Provisões	218
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.968
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	245.736
Operações de Crédito de Curso Anormal como Porcentagem do Total de Operações de Crédito (%)	6,3
Operações de Crédito de Curso Anormal e Bens não de Uso Próprio como Porcentagem do Total de Operações de Crédito (%)	6,4
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como Porcentagem do Total de Operações de Crédito (%)	8,1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como Porcentagem de Operações de Crédito de Curso Anormal (%)	128,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como Porcentagem de Operações de Crédito de Curso Anormal e Bens não de Uso Próprio (%)	127,0

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
	2013	2012	2011	2010
Saldo no Início do Período	25.713	23.873	19.994	20.245
Baixas	(21.769)	(22.142)	(16.159)	(15.798)
Pessoas Físicas				
Cartão de Crédito	(3.513)	(4.073)	(3.038)	(2.731)
Crédito Pessoal	(6.247)	(4.895)	(3.222)	(3.908)
Crédito Consignado	(480)	(472)	(308)	(316)
Veículos	(3.263)	(2.840)	(2.013)	(2.377)
Crédito Imobiliário	(38)	(37)	(74)	(75)
Grandes Empresas	(478)	(556)	(122)	(150)
Micro/Pequenas e Médias Empresas	(7.573)	(9.209)	(7.118)	(5.793)
Unidades Externas América Latina	(177)	(60)	(264)	(448)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.856	23.982	20.038	15.547
Saldo no Final do Período	22.235	25.713	23.873	19.994
Recuperações	5.061	4.664	5.477	4.195
Pessoas Físicas				
Cartão de Crédito	653	515	616	470
Crédito Pessoal	525	427	446	184
Crédito Consignado	278	173	160	120

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
	2013	2012	2011	2010
Veículos	499	656	956	856
Crédito Imobiliário	103	147	184	174
Grandes Empresas	1.554	1.318	1.455	1.061
Micro/Pequenas e Médias Empresas	1.003	1.083	1.355	1.138
Unidades Externas América Latina	446	345	305	192
Baixas Líquidas	(16.708)	(17.478)	(10.682)	(11.603)
Relação de Baixas no Período sobre a Média dos Empréstimos em Aberto no Período (%)	5,7	6,2	5,1	5,9
Relação de Baixas Líquidas no Período sobre a Média dos Empréstimos em Aberto no Período (%)	4,4	4,9	3,3	4,3
Relação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre o Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (%)	5,4	7,0	6,9	6,8

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baixamos uma carteira de crédito no montante total de R\$ 21.769 milhões e o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 5,4%. O aumento no volume de créditos baixados é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, baixamos uma carteira de crédito no montante total de R\$ 22.142 milhões e o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em relação ao total dos créditos, era de 7,0%. O aumento no volume de créditos baixados é consequência do aumento da inadimplência, em 2011 e no início de 2012, associado ao aumento do volume da nossa carteira de cartões de crédito, empréstimos pessoais, e clientes pequenas e médias empresas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, baixamos uma carteira de crédito no montante total de R\$ 16.159 milhões e o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em relação ao total de crédito, era de 6,9%. Nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em relação ao total das operações de crédito, aumentou 0,1%, em comparação ao ano anterior uma vez que o volume de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro baixado manteve o mesmo nível em 2011. Esse nível é o resultado do aumento da taxa de inadimplência em 2009 e 2010, aliado ao forte crescimento da carteira de crédito e do arrendamento mercantil financeiro em 2011.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baixamos uma carteira de crédito no montante total de R\$ 15.798 milhões e, em 31 de dezembro de 2010, nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total de crédito era 6,8%. O aumento no volume da carteira de crédito baixada em 2010 foi resultado do aumento da taxa de inadimplência em 2009, combinado ao forte crescimento de nossa carteira de crédito.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)**U.S. GAAP****2009**

Saldo no Início do Período	12.202
Baixas	(9.490)
Comercial	
Industrial e Outras	(3.883)
Financiamento à Importação	(53)
Financiamento à Exportação	-
Crédito Imobiliário (Principalmente Empréstimos Residencial)	(72)
Arrendamento Mercantil (Principalmente Veículos)	(1.465)
Setor Público (Brasileiro)	-
Pessoas Físicas	
Cheque Especial	(903)
Financiamento	(1.606)
Cartões de Crédito	(1.508)
Crédito Rural	(1)
Recuperações	1.884
Comercial	
Industrial e Outras	255
Financiamento à Importação	-
Financiamento à Exportação	-
Crédito Imobiliário (Principalmente Empréstimos Residencial)	207
Arrendamento Mercantil (Principalmente Veículos)	119
Setor Público (Brasileiro)	-
Pessoas Físicas	
Cheque Especial	398
Financiamento	769
Cartões de Crédito	136
Crédito Rural	-
Baixas Líquidas	(7.606)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.372
Saldo no Fim do Período	19.968
Relação de Baixas no Período sobre a Média dos Empréstimos no Período (%)	4,3
Relação das Baixas Líquidas no Período sobre a Média dos Empréstimos no Período (%)	3,4
Relação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre o Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (%)	8,1

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com o U.S. GAAP, baixamos o montante total de R\$ 9.490 milhões da carteira de crédito e, em 31 de dezembro de 2009, nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em relação ao total dos créditos, era 8,1%. O aumento nas perdas reflete o ambiente econômico adverso observado, conforme nossas previsões. Dados indicam que os principais indicadores das taxas de inadimplência, tais como os níveis de inadimplência no pagamento da primeira parcela, melhoraram, e acreditamos que seja resultado da maior seletividade em nossas políticas de origemação, do nosso desenvolvimento contínuo dos procedimentos de análise de risco e de uma melhoria geral das condições macroeconômicas no Brasil.

A tabela a seguir apresenta nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas e recuperações incluídas no resultado das operações.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
	2013	2012	2011	2010	2013/2012 (%)	2012/2011 (%)	2011/2010 (%)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.856)	(23.982)	(20.038)	(15.547)	(25,5)	19,7	28,9
Empréstimos Baixados	(21.769)	(22.142)	(16.159)	(15.798)	(1,7)	37,0	2,3
Empréstimos Recuperados	5.061	4.664	5.477	4.195	8,5	(14,8)	30,6
Baixas Líquidas	(16.708)	(17.478)	(10.682)	(11.603)	(4,4)	63,6	(7,9)

	(em milhões de R\$)
	U.S. GAAP
	2009
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.372)
Empréstimos Baixados	(9.490)
Empréstimos Recuperados	1.884
Baixas Líquidas	(7.606)

Avaliamos periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito, ou um grupo de créditos, esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos estão deteriorados, com a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida para cobrir perdas prováveis, inerentes à carteira na data do balanço patrimonial. A determinação do nível de provisão fundamenta-se em vários julgamentos e premissas, inclusive nas condições econômicas atuais, na composição da carteira de crédito, em experiências anteriores com operações de crédito e na avaliação do risco de crédito

relacionado aos empréstimos para pessoas físicas. Nosso processo de determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui o julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela administração.

Os critérios que utilizamos para determinar se há existência de evidência objetiva de perda do valor recuperável (*impairment*) incluem:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em uma deterioração da posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas de monitoramento de créditos, particularmente utilizados para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência; e
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela administração, para cada carteira identificada de créditos semelhantes. O período utilizado pela administração é composto por 12 meses; os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam de acordo com a carteira específica e podem variar entre 9 e 12 meses. Determinamos que o período entre os eventos de perda e sua identificação, no caso dos créditos testados individualmente quanto ao *impairment*, também é composto por 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

Avaliamos, de forma individualizada, a existência de evidência objetiva de perda alocada para créditos que sejam individualmente significativos, ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos, com evidência objetiva da perda do valor recuperável, utilizamos metodologias que consideram tanto a qualidade do cliente quanto a natureza da operação, inclusive as garantias envolvidas e o fluxo de caixa esperado dessas operações de crédito.

Se não houver evidência objetiva da perda em um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco e avaliados coletivamente quanto ao *impairment*. Os créditos que são individualmente avaliados, e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado quanto à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros do ativo financeiro.

No caso de empréstimos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, para os quais exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico de execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que podem resultar das execuções, menos custos para obtenção e venda daquela garantia.

Para fins de avaliação coletiva da perda do valor recuperável, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos, pois são indicadores da dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros em grupos de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de reconhecimento da perda do valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais do grupo de créditos e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada, com base em dados observáveis correntes, de modo a refletir os efeitos das condições correntes – que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada – e para excluir os efeitos de condições que não existem atualmente.

No caso de créditos individualmente significativos, sem evidência objetiva de perda do valor recuperável, as operações de crédito são classificadas em determinadas categorias de crédito (*ratings*) com base em vários fatores qualitativos e quantitativos, aplicados em modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diversas características de risco de cada contrato, os *ratings* são determinados segundo os modelos internos e podem ser revisados e modificados pelo nosso Comitê de Crédito, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito corporativo. Estimamos as perdas inerentes para cada *rating* utilizando a abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que usam nossa experiência histórica para a elaboração dos modelos internos utilizados em estimativas de probabilidade de inadimplência e do potencial de recuperação de créditos inadimplentes.

Para determinar o valor da provisão para itens que não são individualmente significativos, as operações de crédito são segregadas em classes baseadas nos riscos subjacentes e nas características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes, por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência com perdas em operações de crédito nos últimos anos.

Alocação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Na tabela a seguir apresentamos um detalhamento por segmento e classe, conforme definido na segmentação da nossa carteira, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão como uma porcentagem do total das perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil para o respectivo segmento ou classe, e a porcentagem do total de operações de crédito e arrendamento mercantil, em cada segmento e classe, em relação ao total de operações.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)											
2013				2012				2011			
Provisão Alocada	Provisão Alocada como % do Total de Ope- rações de Crédito e Ar- rendamento	Operações por Modalidade como % do Total das Operações de Crédito e Arrendamento	Mercantil ¹	Provisão Alocada como % do Total de Ope- rações de Crédito e Ar- rendamento	Operações por Modalidade como % do Total das Operações de Crédito e Arrendamento	Mercantil ¹	Provisão Alocada como % do Total de Ope- rações de Crédito e Ar- rendamento	Operações por Modalidade como % do Total das Operações de Crédito e Arrendamento	Mercantil ¹	Provisão Alocada como % do Total de Ope- rações de Crédito e Ar- rendamento	Operações por Modalidade como % do Total das Operações de Crédito e Arrendamento
Pessoas Físicas	13.853	3,4	40,7	14.844	4,0	41,1	13.684	4,0	43,1	11.146	3,8
Cartão de Crédito	2.952	0,7	12,9	2.863	0,8	11,0	3.825	1,1	11,3	3.306	1,1
Crédito Pessoal	6.488	1,6	6,5	6.841	1,9	7,3	4.842	1,4	7,5	3.590	1,2
Crédito Consignado	1.133	0,3	5,5	867	0,2	3,7	556	0,2	2,9	429	0,1
Veículos	3.245	0,8	9,9	4.227	1,2	14,1	4.415	1,3	17,5	3.709	1,3
Crédito Mobiliário	35	0,0	5,9	46	0,0	5,0	46	0,0	4,0	112	0,0
Grandes Empresas	1.783	0,4	30,7	1.362	0,4	28,3	703	0,2	26,6	544	0,2
Micro/Pequenas e Médias Empresas	6.085	1,5	19,8	9.091	2,5	23,2	9.197	2,7	24,7	8.041	2,7
Unidades Externas América Latina	514	0,1	8,8	416	0,1	7,4	289	0,1	5,6	263	0,1
Total	22.235	5,4	100,0	25.713	7,0	100,0	23.873	6,9	100,0	19.994	6,8

1. Exclui as operações de crédito de curso anormal.

Alocação da provisão para créditos por modalidade da operação de crédito com base em U.S. GAAP

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
	U.S. GAAP		
	2009		
	Provisão Alocada	Provisão Alocada como % do Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	Operações por Modalidade como % do Total das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil¹
Modalidade da Operação de Crédito			
Comercial			
Industrial e Outras	3.334	1,4	42,4
Financiamento à Importação	11	0,0	0,8
Financiamento à Exportação	127	0,1	2,8
Crédito Imobiliário (Principalmente Financiamentos Habitacionais)	209	0,1	4,5
Arrendamento Financeiro (Principalmente Financiamento de Veículos)	2.521	1,0	19,2
Setor Público (Brasileiro)	-	0,0	0,7
Pessoas Físicas			
Cheque Especial	1.319	0,5	1,7
Financiamento	6.382	2,6	13,3
Cartão de Crédito	5.309	2,2	12,5
Crédito Rural	756	0,3	2,1
Total	19.968	8,1	100,0

1. Exclui os créditos de curso anormal.

Operações de crédito renegociadas

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Ano Findo em 31 de Dezembro			
	2013	2012	2011
Operações de Crédito Renegociadas ¹	12.880	14.519	11.844
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.284	6.767	5.355
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa/Operações de Crédito Renegociadas (%)	48,8	46,6	45,2

1. Inclui consolidação e diferimento de dívida, bem como qualquer outro acordo que altere o prazo ou condições do contrato, de operações originalmente em atraso.

As operações de crédito renegociadas incluem tanto os créditos cujos prazos contratuais originais foram acordados, quanto as novas operações de crédito celebradas para liquidar contratos ou transações com o mesmo cliente (operações de créditos reestruturadas) que, originalmente, estavam vencidos. Aditamentos e operações de crédito reestruturadas geralmente refletem modificações nos termos contratuais, nas taxas e condições de pagamento.

Na quase totalidade dos casos de produtos de crédito, exige-se, pelo menos, o pagamento de uma parcela, nos termos pactuados, para que as operações renegociadas saiam da condição de crédito de curso anormal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento, sob os termos da renegociação, normalmente correspondente ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

O fato de uma operação de crédito ou arrendamento mercantil ter sido renegociada é também levado em consideração quando da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa após a renegociação. O desempenho passado e o histórico de pagamento do cliente e da transação, bem como a probabilidade de nova inadimplência ocorrer nas operações renegociadas, são levados em consideração por nossos modelos de risco, a fim de determinar a probabilidade de inadimplência, a qual é sempre mais alta do que a probabilidade atribuída a operações similares nas quais nunca ocorreu renegociação. Outro fator considerado na determinação do nível adequado da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a garantia adicional a ser fornecida pelo devedor. Os níveis da provisão resultantes são compatíveis com o perfil de risco de cada operação.

Em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 3,13%, em relação ao total de nossa carteira de crédito, em comparação a 3,96% em 31 de dezembro de 2012. No final de 2013, o índice da carteira renegociada, em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa, era de 48,8%, em comparação a 46,6%, em 31 de dezembro de 2012. Durante todo o exercício de 2013, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiram uma evolução do “mix” do risco de crédito na carteira renegociada.

Nossa carteira de créditos renegociados cresceu 3,96%, em relação ao total de nossa carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 3,42%, em 31 de dezembro de 2011. No final de 2012, o índice de nossa carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 46,6%, em comparação a 45,2%, em 31 de dezembro de 2011. Esse índice aumentou em 2012, principalmente, devido ao aumento do volume de operações renegociadas em atraso sobre o total de créditos renegociados, de 29,8%, em 31 de dezembro de 2011, em comparação para 35,4%, em 31 de dezembro de 2012.

Em 2012, a economia brasileira experimentou um aumento dos níveis de inadimplência de pessoas físicas, principalmente nas carteiras de crédito para financiamento de veículos e crédito pessoal. Como um dos maiores bancos no Brasil, a nossa carteira de crédito também foi afetada por esse aumento. Para melhorar a recuperação das operações de crédito vencidas, inclusive as operações de créditos já baixados como perdas, e para reduzir possíveis perdas, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, que, pelo menos, uma parcela seja paga antes de considerar a renegociação válida e tratada, como um acordo renegociado.

Em 2013, foi mantida a política de recuperação dos créditos com parcelas vencidas, inclusive créditos já baixados como perdas, e, para de reduzir os prejuízos, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, que, pelo menos, uma parcela seja paga antes de considerar a renegociação como válida e tratada como um acordo renegociado, e também adotamos uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência e uma quantidade menor de operações renegociadas.

O valor total de cada tipo de crédito renegociado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 é apresentado na tabela a seguir.

Tipo de Operações de Crédito	Em 31 de Dezembro de 2013				
	Total de Operações de Crédito Renegociadas	Total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa/Operações de Crédito Renegociadas (%)	Total de Operações de Crédito Renegociadas com Nova Inadimplência ¹	Operações de Crédito Renegociadas com Nova Inadimplência (%)
Operações de Crédito Reestruturadas	10.325	5.064	49,0	3.072	29,8
Acordos	2.555	1.220	47,7	1.555	60,9
Total	12.880	6.284	48,8	4.627	35,9

1. Nossas operações de crédito renegociadas com nova inadimplência são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

Tipo de Operações de Crédito	Em 31 de Dezembro de 2012				
	Total de Operações de Crédito Renegociadas	Total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa/Operações de Crédito Renegociadas (%)	Total de Operações de Crédito Renegociadas com Nova Inadimplência ¹	Operações de Crédito Renegociadas com Nova Inadimplência (%)
Operações de Crédito Reestruturadas	11.343	5.287	46,6	4.012	35,4
Acordos	3.176	1.480	46,6	1.722	54,2
Total	14.519	6.767	46,6	5.734	39,5

1. Nossas operações de crédito renegociadas com nova inadimplência são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

Tipo de Operações de Crédito	Em 31 de Dezembro de 2011				
	Total de Operações de Crédito Renegociadas	Total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa/Operações de Crédito Renegociadas (%)	Total de Operações de Crédito Renegociadas com Nova Inadimplência ¹	Operações de Crédito Renegociadas com Nova Inadimplência (%)
Operações de Crédito Reestruturadas	8.652	3.732	43,1	2.574	29,8
Acordos	3.192	1.623	50,8	1.791	56,1
Total	11.844	5.355	45,2	4.365	36,9

1. Nossas operações de crédito renegociadas com nova inadimplência são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

As tabelas a seguir apresentam uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por carteiras, em segmentos e tipos, com base no tipo de modificação, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	Em 31 de Dezembro de 2013			
	Prorrogação do Pagamento ¹	Concessões Múltiplas ²	Modificações Múltiplas ³	Total
	(em milhões de R\$)			
Pessoas Físicas	1.979	2.046	4.513	8.538
Cartão de Crédito	-	335	-	335
Crédito Pessoal	1	1.710	4.513	6.224
Crédito Consignado	-	1	-	1
Veículos	1.907	-	-	1.907
Crédito Imobiliário	71	-	-	71
Grandes Empresas	-	-	476	476
Micro, Pequenas e Médias Empresas	102	3.247	481	3.830
Unidades Externas – América Latina	-	36	-	36
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	2.081	5.329	5.470	12.880

1. Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

2. Representa múltiplas operações de crédito e arrendamento mercantil que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

3. Representa operações de crédito e arrendamento mercantil realizadas com um cliente e renegociadas mediante aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	Em 31 de Dezembro de 2012			
	Prorrogação do Pagamento ¹	Concessões Múltiplas ²	Modificações Múltiplas ³	Total
	(em milhões de R\$)			
Pessoas Físicas	2.095	1.743	4.625	8.463
Cartão de Crédito	-	460	-	460
Crédito Pessoal	14	1.283	4.625	5.922
Crédito Consignado	-	-	-	-
Veículos	2.025	-	-	2.025
Crédito Imobiliário	56	-	-	56
Grandes Empresas	-	-	495	495
Micro, Pequenas e Médias Empresas	136	5.137	259	5.532
Unidades Externas – América Latina	-	29	-	29
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	2.231	6.909	5.379	14.519

1. Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

2. Representa múltiplas operações de crédito e arrendamento mercantil que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

3. Representa operações de crédito e arrendamento mercantil realizadas com um cliente e renegociadas mediante aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	Em 31 de Dezembro de 2011			
	Prorrogação do Pagamento ¹	Concessões Múltiplas ²	Modificações Múltiplas ³	Total
	(em milhões de R\$)			
Pessoas Físicas	1.655	1.732	2.406	5.793
Cartão de Crédito	-	260	-	260
Crédito Pessoal	85	1.472	2.406	3.963
Crédito Consignado	-	-	-	-
Veículos	1.518	-	-	1.518
Crédito Imobiliário	52	-	-	52
Grandes Empresas	-	-	54	54
Micro, Pequenas e Médias Empresas	135	5.566	291	5.992
Unidades Externas – América Latina	-	5	-	5
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	1.790	7.303	2.751	11.844

1. Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

2. Representa múltiplas operações de crédito e arrendamento mercantil que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

3. Representa operações de crédito e arrendamento mercantil realizadas com um cliente e renegociadas mediante aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

As tabelas a seguir apresentam uma quebra adicional das operações renegociadas de crédito e arrendamento mercantil, por segmento e classes:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	Em 31 de Dezembro de 2013				
	Não Vencidas e com Evento de Perda	Não Vencidas e sem Evento de Perda	Vencidas e com Evento de Perda	Vencidas e sem Evento de Perda	Total
	(em milhões de R\$)				
Pessoas Físicas	-	3.832	3.097	1.609	8.538
Cartão de Crédito	-	335	-	-	335
Crédito Pessoal	-	3.324	1.642	1.258	6.224
Crédito Consignado	-	1	-	-	1
Veículos	-	162	1.417	328	1.907
Crédito Imobiliário	-	10	38	23	71
Grandes Empresas	111	261	51	54	477
Micro, Pequenas e Médias Empresas	-	1.515	1.486	828	3.829
Unidades Externas – América Latina	-	20	6	10	36
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	111	5.628	4.640	2.501	12.880

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	Em 31 de Dezembro de 2012				
	Não Vencidas e com Evento de Perda	Não Vencidas e sem Evento de Perda	Vencidas e com Evento de Perda	Vencidas e sem Evento de Perda	Total
	(em milhões de R\$)				
Pessoas Físicas	-	3.995	2.966	1.502	8.463
Cartão de Crédito	-	460	-	-	460
Crédito Pessoal	-	3.142	1.654	1.126	5.922
Crédito Consignado	-	-	-	-	-
Veículos	-	379	1.284	362	2.025
Crédito Imobiliário	-	14	28	14	56
Grandes Empresas	87	247	161	-	495
Micro, Pequenas e Médias Empresas	-	1.792	2.659	1.081	5.532
Unidades Externas – América Latina	-	15	4	10	29
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	87	6.049	5.790	2.593	14.519

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	Em 31 de Dezembro de 2011				
	Não Vencidas e com Evento de Perda	Não Vencidas e sem Evento de Perda	Vencidas e com Evento de Perda	Vencidas e sem Evento de Perda	Total
	(em milhões de R\$)				
Pessoas Físicas	-	2.678	2.026	1.089	5.793
Cartão de Crédito	-	260	-	-	260
Crédito Pessoal	-	2.203	961	799	3.963
Crédito Consignado	-	-	-	-	-
Veículos	-	205	1.035	278	1.518
Crédito Imobiliário	-	10	30	12	52
Grandes Empresas	5	35	14	-	54
Micro, Pequenas e Médias Empresas	-	2.342	2.319	1.331	5.992
Unidades Externas – América Latina	-	1	4	-	5
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Renegociadas	5	5.056	4.363	2.420	11.844

A tabela a seguir apresenta alterações em nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com evento de perda, incluindo as alterações das operações renegociadas em nossas operações com evento de perda.

Operações de Crédito com Evento de Perda	2013	2012	2011
	(em milhões de R\$)		
Saldo do Início do Período	19.511	18.385	13.774
(+) Operações de Crédito Acrescentadas	9.882	11.441	12.150
(+) Operações de Crédito Acrescentadas Devido a Nova Inadimplência	5.029	6.873	5.304
(-) Operações de Crédito Excluídas Devido a Baixas	(12.460)	(12.867)	(6.774)
(-) Operações de Crédito Excluídas Devido a Baixas (Inclusive Aditamentos)	(4.595)	(622)	(518)
(-) Operações de Crédito Excluídas Devido a Baixas Totais ou Parciais	(1.062)	(3.699)	(5.551)
Saldo no Final do Período	16.305	19.511	18.385

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 12 – Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro para mais detalhes.

Transações transfronteiriças

Transações transfronteiriças englobam empréstimos (incluindo juros acumulados), aceites, depósitos remunerados junto a outros bancos, outros investimentos remunerados e quaisquer outros ativos monetários denominados em uma moeda que não seja a moeda local. Nossas transações transfronteiriças ultrapassam 1% do nosso total de ativos no caso de transações com clientes no exterior realizadas por nossas subsidiárias no Reino Unido (nossa antiga subsidiária em Portugal), nas Ilhas Cayman e nas Bahamas.

Apresentamos abaixo a composição do total das transações transfronteiriças:

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013 ¹	%	2012	%	2011	%
Disponibilidades	4.897	0,4	3.349	0,3	1.235	0,1
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.630	3,0	23.684	2,3	42.122	4,9
Aplicações no Mercado Aberto	2.877	0,3	4.302	0,4	1.573	0,2
Depósitos Compulsórios no Banco Central	3	0,0	-	0,0	-	0,0
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.854	0,5	5.689	0,6	5.041	0,6
Derivativos	8.008	0,7	9.450	0,9	7.141	0,8
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	38.290	3,5	40.512	4,0	28.807	3,4
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	6.723	0,6	527	0,1	570	0,1
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	57.834	5,2	34.933	3,4	34.016	4,0
Total	158.116	14,3	122.446	12,1	120.505	14,2

1. Em 1º de fevereiro de 2013, o Itaú BBA International S.A., com sede em Portugal, foi incorporado ao Itaú BBA International Limited, com sede no Reino Unido, por meio de fusão. Em 17 de maio de 2013, a entidade foi registrada como public liability company (plc) com a razão social Itaú BBA International plc. O objetivo desse processo de reestruturação é o de permitir que o Itaú BBA International melhore seu desempenho, amplie suas fontes de captação, expanda sua base de clientes, fortaleça sua posição como plataforma internacional para o grupo, alcance maior diversificação de riscos e melhore os seus indicadores de rentabilidade. Os dados de 2011 e 2012 refletem empréstimos transfronteiriças em aberto (não em euro) da antiga subsidiária portuguesa e os dados de 2013 refletem empréstimos transfronteiriças em aberto não em libra esterlina britânica.

Empréstimos de curto prazo

Os empréstimos de curto prazo estão contidos em nosso balanço patrimonial na linha de mercado aberto. A principal categoria para os empréstimos de curto prazo são as captações no mercado aberto com ativos financeiros próprios e de terceiros.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
	2013	2012	2011
Captações no Mercado Aberto			
Valor em Aberto (em 31 de Dezembro)	266.682	267.405	185.413
Valor Máximo em Aberto Durante o Período	271.621	267.405	206.753
Média Ponderada da Taxa de Juros no Fim do Período (%)	9,4	9,0	9,8
Valor Médio em Aberto Durante o Período	256.025	204.358	196.949
Média Ponderada da Taxa de Juros (%)	9,2	9,4	10,4

Passivos

Captações

Principais fontes

Nossa atual estratégia de financiamento é continuar a usar todas as nossas fontes de recursos, de acordo com seus custos e disponibilidades, e nossa estratégia geral de administração de ativos e passivos. Para financiar nossas operações, intensificamos o uso da liquidez proporcionada por depósitos de poupança, depósitos interbancários, dívidas no mercado interbancário e dívidas no mercado institucional em 2013, 2012 e 2011.

Além disso, utilizamos as *debêntures* brasileiras sujeitas à recompra como fonte de recursos, reportadas em "captações no mercado aberto" e oferecidas não somente aos clientes institucionais, mas também para clientes de *private banking*, *corporate banking* (grandes empresas) e clientes de varejo. Essa captação de recursos foi definida para oferecer maior rentabilidade, por meio de *spreads* mais altos em nossos depósitos de poupança, e taxas mais altas obtidas sobre fundos de mercado.

Nossa capacidade de obter financiamento depende de diversos fatores, incluindo as classificações de crédito, as condições econômicas gerais e a percepção dos investidores dos mercados emergentes em geral e do Brasil (em particular, as condições vigentes no Brasil e os regulamentos do governo com relação a financiamentos em moeda estrangeira).

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe, em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência e descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido e não temos motivos para acreditar que seja provável que qualquer um desses eventos virá a ocorrer em 2014.

Nossa principal fonte de captação de recursos são os depósitos que estão divididos em depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo e depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2013, o total de depósitos era de aproximadamente R\$ 274.383 milhões, valor que representa 37,9% da captação total. Em 31 de dezembro de 2012, o total de depósitos era de, aproximadamente, R\$ 243.200 milhões, representando 35,8% da captação total. Em 31 de dezembro de 2011, o total de depósitos era de, aproximadamente, R\$ 242.636 milhões, 42,3% da captação total. Nossos depósitos a prazo representam uma das nossas maiores fontes de recursos e, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, eram responsáveis por 17,2% e 25,2% da captação total, respectivamente.

Composição das principais fontes de recursos

	2013		2012		2011	
	Em Milhões de R\$	% do Total de Recursos	Em Milhões de R\$	% do Total de Recursos	Em Milhões de R\$	% do Total de Recursos
Depósitos	274.383	37,9	243.200	35,8	242.636	42,3
Depósitos à Vista	42.892	5,9	34.916	5,1	28.932	5,0
Depósitos de Poupança	106.166	14,7	83.451	12,3	67.170	11,7
Depósitos a Prazo	117.131	16,2	117.232	17,2	144.469	25,2
Depósitos Interfinanceiros	8.194	1,1	7.601	1,1	2.065	0,4
Captações no Mercado Aberto	266.682	36,8	267.405	39,3	185.413	32,3
Dívida no Mercado Interbancário	111.376	15,4	97.073	14,3	90.498	15,8
Letras Hipotecárias	181	0,0	227	0,0	244	0,0
Letras de Crédito Imobiliário	8.919	1,2	13.296	2,0	15.751	2,7
Letras de Crédito do Agronegócio	7.273	1,0	5.321	0,8	3.284	0,6
Letras Financeiras	13.823	1,9	18.695	2,8	14.308	2,5
Financiamento à Importação e à Exportação	33.614	4,6	23.053	3,4	21.452	3,7
Repasse no País	43.015	5,9	36.048	5,3	35.459	6,2
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	4.514	0,6	394	0,1	-	-
Outros	37	0,0	39	0,0	-	-
Dívida no Mercado Institucional	72.055	9,9	72.028	10,6	54.807	9,6
Obrigações por Emissão de Debêntures	-	-	1.569	0,2	1.039	0,2
Dívidas Subordinadas	56.564	7,8	55.179	8,1	39.715	6,9
Obrigações por TVM no Exterior	15.491	2,1	15.280	2,2	14.053	2,5
Total	724.496	100,0	679.706	100,0	573.354	100,0

Depósitos por vencimento

	(em milhões de R\$)				
	2013				
	0-30 Dias	31-180 Dias	181-365 Dias	Acima de 365 Dias	Total
Depósitos não Remunerados	42.892	-	-	-	42.892
Depósitos à Vista	42.892	-	-	-	42.892
Depósitos Remunerados	120.194	33.345	12.107	65.845	231.491
Depósitos de Poupança	106.166	-	-	-	106.166
Depósitos a Prazo	12.260	29.436	9.961	65.474	117.131
Depósitos Interfinanceiros	1.768	3.909	2.146	371	8.194
Total	163.086	33.345	12.107	65.845	274.383

	(em milhões de R\$)				
	2012				
	0-30 Dias	31-180 Dias	181-365 Dias	Acima de 365 Dias	Total
Depósitos não Remunerados	34.916	-	-	-	34.916
Depósitos à Vista	34.916	-	-	-	34.916
Depósitos Remunerados	98.462	24.412	17.868	67.542	208.284
Depósitos de Poupança	83.451	-	-	-	83.451
Depósitos a Prazo	12.369	20.861	16.667	67.335	117.232
Depósitos Interfinanceiros	2.642	3.551	1.201	207	7.601
Total	133.378	24.412	17.868	67.542	243.200

	(em milhões de R\$)				
	2011				
	0-30 Dias	31-180 Dias	181-365 Dias	Acima de 365 Dias	Total
Depósitos não Remunerados	28.933	-	-	-	28.933
Depósitos à Vista	28.933	-	-	-	28.933
Depósitos Remunerados	98.752	19.850	11.920	83.181	213.703
Depósitos de Poupança	67.170	-	-	-	67.170
Depósitos a Prazo	30.917	19.167	11.475	82.909	144.468
Depósitos Interfinanceiros	665	683	445	272	2.065
Total	127.685	19.850	11.920	83.181	242.636

A tabela a seguir apresenta o vencimento dos depósitos a prazo em aberto, com saldos que excedem US\$ 100.000 (ou seu equivalente) de nossa emissão, em 31 de dezembro de 2013, 2012, e 2011.

	(em milhões de R\$)		
	2013	2012	2011
Vencimento em Três Meses	21.737	18.752	28.183
Vencimento entre Três e Seis Meses	6.066	4.977	5.335
Vencimento entre Seis e Doze Meses	5.273	11.833	9.298
Vencimento após Doze Meses	47.116	38.388	11.937
Total de Depósitos a Prazo que Excedem US\$ 100.000	80.192	73.950	54.753

Apresentamos a seguir a composição dos depósitos a prazo, de pessoas físicas e jurídicas, segregados entre os mercados de varejo, Itaú Personnalité, médias e grandes empresas (cada um expresso como uma porcentagem do total de depósitos a prazo), em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

	%		
	2013	2012	2011
Varejo	6,2	7,6	19,0
Itaú Personnalité	17,1	22,7	18,2
Médias Empresas	28,0	28,0	15,2
Grandes Empresas	48,7	41,7	47,6
Total	100,0	100,0	100,0

Saldos médios de depósitos e taxas médias de juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de depósitos, em conjunto com as taxas de juros médias pagas para cada período apresentado.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
	2013		2012		2011	
	Saldo Médio	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Taxa Média (%)
Depósitos não Remunerados	36.726		30.324		26.072	
Depósitos à Vista	36.726		30.324		26.072	
Depósitos Remunerados	209.347	4,7	206.652	5,1	186.429	6,5
Depósitos Interfinanceiros	7.446	4,0	8.661	3,3	2.376	7,1
Depósitos de Poupança	92.964	5,4	73.404	5,5	61.143	6,5
Depósitos a Prazo	108.937	4,1	124.587	5,0	122.910	6,5
Total	246.073		236.976		212.502	

Outras fontes

Atuamos também como agente financeiro em empréstimos de fundos do BNDES e do FINAME e no repasse de tais recursos por um diferencial determinado pelo governo, para determinados setores da economia. Obtemos linhas de crédito em dólares americanos de nossas coligadas, inclusive do Itaú Unibanco Holding S.A. – agência de Grand Cayman, Banco Itaú Chile e Itaú BBA S.A. – agência de Nassau, para financiamento de operações comerciais de empresas brasileiras. Para mais detalhes sobre repasse no país e financiamento à importação e à exportação, vide seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 19 – Captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários e institucionais.

Informações quantitativas e qualitativas sobre risco de mercado

Instrumentos derivativos que se qualificam para hedge contábil

As operações de *hedge* podem ser classificadas em três categorias: *hedges* de valor justo, de fluxo de caixa e de investimento líquido de operações no exterior.

- *Hedge* de valor justo: visa nos proteger da variação no risco de mercado decorrente de mudanças no valor justo de juros sujeitos às taxas variáveis;
- *Hedge* de fluxo de caixa: visa nos proteger da variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros;
- *Hedge* de investimento líquido de operações no exterior: visa nos proteger das alterações dos fluxos de caixas futuros de variações cambiais dos investimentos líquidos, em operações no exterior.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 9 – *Hedge* contábil, para mais detalhes. Quanto à política de contabilização desses *hedges*, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 2.4 g III – Resumo das principais políticas contábeis.

Divulgação tabular de obrigações contratuais

A tabela a seguir resume o perfil de vencimentos de nossa dívida consolidada de longo prazo, arrendamentos operacionais e outros compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2013:

Obrigações Contratuais	(em milhões de R\$)				
	Pagamentos Devidos por Período				
	Total	Menos de 1 Ano	1-3 Anos	3-5 Anos	Mais de 5 Anos
Recursos de Mercados Interbancários ^{1 e 2}	111.376	55.776	36.241	10.300	9.059
Recursos de Mercados Institucionais ^{1 e 3}	72.055	11.496	15.040	21.847	23.672
Obrigações de Arrendamentos Operacionais e de Capital ¹	5.069	1.255	1.683	1.272	859
Garantias e Cartas de Crédito em Aberto	71.162	16.143	7.217	4.363	43.439
Obrigações com Previdência	579	40	36	33	470
Benefícios de Planos de Saúde	146	7	17	19	103
Total	260.387	84.717	60.234	37.834	77.603

1. Inclui total estimado de pagamento de juros. Esses pagamentos estimados de juros foram calculados com base nas taxas interbancárias a termo e derivativos similares em períodos específicos.
 2. Contemplam letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras financeiras, financiamento à importação e à exportação.
 3. Contemplam dívida subordinada, obrigações por emissão de debêntures e obrigações por TVM no exterior.

Nossa estratégia para gerenciar o risco de taxa de juros sobre nossa dívida de longo prazo não inclui *swaps* de taxa de juros fixa ou derivativos similares. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 19 – Captações no mercado aberto e Recursos de mercados interbancários e institucionais para mais detalhes.

Compra de ações pelo emissor e compradores afiliados

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, em 18 de novembro de 2004 passamos a divulgar voluntariamente as nossas “Regras operacionais de negociação das próprias ações para tesouraria”, em nosso site de Relações com Investidores [https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/regratesouraria.pdf?title= Regras Operacionais de Negociação das Próprias Ações para Tesouraria](https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/regratesouraria.pdf?title=Regras%20Operacionais%20de%20Negocia%C3%A7%C3%A3o%20das%20Pr%C3%B3prias%20A%C3%A7%C3%B5es%20para%20Tesouraria). Divulgamos mensalmente ao mercado as operações realizadas com ações próprias pela tesouraria por meio de um comunicado ao mercado.

Ressaltamos que essas aquisições referem-se ao nosso programa de recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração, pelo qual foi autorizada a aquisição de até 13,7 milhões de ações ordinárias e 86,3 milhões de ações preferenciais, até 4 de novembro de 2013.

O programa de recompra, em vigor até 15 de dezembro de 2014, foi aprovado em 13 de dezembro de 2013, com os limites de 86,3 milhões de ações preferenciais e 13,7 milhões de ações ordinárias.

Período ¹	(A) Quantidade Total de Ações Preferenciais Compradas	(B) Preço Médio Pago por Ação Preferencial ²	(C) Quantidade Total de Ações Preferenciais Compradas como Parte de Planos ou Programas Anunciados Publicamente	(D) Quantidade Máxima de Ações Preferenciais que Ainda Podem Ser Compradas pelos Planos ou Programas
02/01 a 31/01/2013	-	-	-	86.300.000
01/02 a 28/02/2013	-	-	-	86.300.000
01/03 a 29/03/2013	-	-	-	86.300.000
02/04 a 30/04/2013	-	-	-	86.300.000
01/05 a 31/05/2013	-	-	-	86.300.000
03/06 a 28/06/2013	9.000.000	28,43	9.000.000	86.300.000
01/07 a 31/07/2013	6.500.000	27,06	15.500.000	86.300.000
01/08 a 30/08/2013	7.000.000	28,75	22.500.000	86.300.000
02/09 a 30/09/2013	1.000.000	29,17	23.500.000	86.300.000
01/10 a 31/10/2013	-	-	23.500.000	86.300.000
01/11 a 29/11/2013	-	-	23.500.000	86.300.000
02/12 a 31/12/2013	-	-	23.500.000	86.300.000

1. Nosso Conselho de Administração aprovou, em 22 de outubro de 2012, a aquisição de até 86.300.000 das nossas ações preferenciais, até 4 de novembro de 2013 e, em 13 de dezembro de 2013, a aquisição de até 13.700.000 ações ordinárias e 86.300.000 ações preferenciais, até 15 de dezembro de 2014.

2. Inclui custos de corretagem.

Investimentos

Conforme a nossa prática nos últimos anos, os dispêndios para aquisição de imobilizado, em 2013, foram realizados com recursos internos. Não podemos assegurar que realizaremos dispêndios para aquisição de imobilizado no futuro e que, caso sejam feitos, o montante corresponderá à estimativa atual.

	(em milhões de R\$)		
	Ano Findo em 31 de Dezembro		
	2013	2012	2011
Imobilizado	2.534	1.914	1.903
Terrenos e Edificações	554	278	248
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	207	226	229
Móveis e Equipamentos de Processamento de Dados	1.655	1.349	1.341
Outros	118	61	85
Ativos Intangíveis	2.035	1.738	1.972
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	195	320	366
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	340	12	318
Software Desenvolvido ou Obtido para Uso Interno	1.202	1.295	981
Outros Ativos Intangíveis	298	111	307
Total	4.569	3.652	3.875

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 15 – Imobilizado e Nota 16 – Ativos Intangíveis para mais detalhes.

Honorários e serviços dos principais auditores

O quadro a seguir apresenta o valor total cobrado por categoria pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, pelos serviços prestados nos exercícios de 2013, 2012 e 2011:

	Total dos Honorários (em milhares de R\$)					% de Aprovação pelo Comitê de Auditoria
	2013	% de Aprovação pelo Comitê de Auditoria	2012	% de Aprovação pelo Comitê de Auditoria	2011	
Honorários de Auditoria	39.129	100,0	37.191	99,0	37.834	99,5
Honorários Relacionados a Auditoria ¹	6.264	99,0	3.330	100,0	2.583	100,0
Honorários de Serviços Tributários	-	-	64	100,0	181	100,0
Demais Honorários ¹	508	100,0	1.491	100,0	936	99,9
Total	45.901		42.075		41.534	

1. Em 31 de dezembro de 2011, R\$ 94 mil foi reclassificado de Demais Honorários para Honorários relacionados a auditoria, referente a garantia do controle e políticas de Emissão de Gás Estufa foram reclassificados.

Honorários de auditores

Os honorários dos auditores referem-se à auditoria das nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais, à revisão das nossas demonstrações contábeis trimestrais, bem como a auditoria e revisão das demonstrações contábeis das nossas subsidiárias, serviços referentes à emissão de *comfort letters* em ofertas de títulos e valores mobiliários e auditoria de controles internos referentes à lei *Sarbanes-Oxley*.

Honorários de auditoria

Os honorários de auditoria referem-se aos serviços prestados em relação à elaboração de relatórios de avaliação contábil, assessoria na elaboração de documentos a serem enviados aos órgãos reguladores nacionais e internacionais – inclusive documentos sobre o cumprimento de leis e regulamentos –, auditoria de demonstrações contábeis específicas, observância dos controles e políticas de Emissão de gases do efeito estufa, atividades de due diligence e garantia de relatórios para fins especiais.

Honorários de serviços tributários

Os honorários de serviços tributários referem-se à consultoria tributária e outras consultorias.

Demais honorários

Os outros honorários pagos referem-se a testes sobre segurança de internet, avaliação da gestão de continuidade de negócios, consultoria em novos projetos, utilização de bancos de dados eletrônicos, material técnico, treinamento, assistência na análise de operações e serviços de consultoria relacionados com a certificação *Global Investment Performance Standards (GIPS)*.

Pré-aprovação de políticas e procedimentos

Entre as responsabilidades do Comitê de Auditoria está a determinação de políticas e procedimentos relativos aos serviços que podem ser fornecidos por nossos auditores externos. Anualmente, o Comitê de Auditoria emite (i) a lista dos serviços que não podem ser fornecidos por nossos auditores externos, considerando que tais serviços poderiam, eventualmente, afetar sua independência, (ii) a lista dos serviços que estão pré-aprovados, e (iii) a lista dos serviços que precisam ser aprovados previamente pelo Comitê de Auditoria. Aprimoramos nossa governança corporativa, assegurando seu alinhamento com as exigências da lei *Sarbanes-Oxley*.

Transações com partes relacionadas

A nossa política referente às transações com partes relacionadas define o conceito de parte relacionada e estabelece regras e procedimentos para transações entre elas. Essa política estabelece que tais transações devam ser realizadas por escrito, em condições de mercado, em conformidade com nossas políticas internas (tais como as orientações especificadas em nosso Código de Ética) e divulgadas em nossas demonstrações contábeis, de acordo com os critérios de relevância definidos pelas normas dessa área.

Transações envolvendo valores “significativos” ou “relevantes”, conforme definido na nossa Política para Transações com Partes Relacionadas, estão sujeitas a diferentes regras internas. “Transações significativas” (transações que envolvem valores iguais ou superiores a R\$ 1,0 milhão) são analisadas pela Superintendência de Ética e Ombudsman e reportadas, trimestralmente, ao nosso Conselho de Administração. “Transações relevantes” (transações que atingem, em um único contrato ou em contratos sucessivos ou em contratos com o mesmo fim, no período de um ano, valor igual ou superior a 0,1% do nosso patrimônio líquido) são analisadas pelo Comitê de Partes Relacionadas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Consulte a seção Anexos, e vide nossa Política para Transações com Partes Relacionadas.

A concessão de crédito aos nossos diretores, conselheiros e afiliadas está sujeita a restrições, de acordo com a lei brasileira. Em 2013, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos a nenhuma de nossas subsidiárias, diretores executivos, membros do conselho ou seus familiares. Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório – empréstimos e adiantamentos para partes relacionadas, para mais detalhes.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 35 – Partes relacionadas para mais detalhes sobre as partes relacionadas com quem fazemos negócios e os principais termos dessas transações.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta a nossa capitalização em 31 de dezembro de 2013. As informações descritas são extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Na data deste relatório anual, não havia nenhuma alteração relevante em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2013.

A tabela deve ser analisada em conjunto com as informações incluídas na seção Itaú Unibanco, item Em números em Dados contábeis selecionados – IFRS e seção Desempenho e seção Anexos, item Informações Contábeis Selecionadas, para mais detalhes.

Em 31 de dezembro de 2013		
em milhões de		
	R\$	US\$ ¹
Passivo circulante		
Depósitos	208.538	89.020
Captações no mercado aberto	148.598	63.433
Passivos financeiros mantidos para negociação	87	37
Derivativos	5.706	2.436
Recursos de mercados interbancários	55.777	23.810
Recursos de mercados institucionais	11.496	4.907
Outros passivos financeiros	60.582	25.861
Provisão de seguros e previdência privada	8.948	3.820
Passivos de planos de capitalização	3.032	1.294
Provisões	4.295	1.833
Obrigações fiscais	1.655	706
Outras obrigações	20.173	8.611
Total	528.887	225.769
Exigível a longo prazo		
Depósitos	65.845	28.108
Captações no mercado aberto	118.084	50.407
Passivos financeiros mantidos para negociação	284	121
Derivativos	5.699	2.433
Recursos de mercados interbancários	55.599	23.734
Recursos de mercados institucionais	60.559	25.851
Outros passivos financeiros	692	295
Provisão de seguros e previdência privada	90.075	38.451
Provisões	14.567	6.218
Obrigações fiscais	1.811	773
Outras obrigações	675	288
Total	413.890	176.680
Imposto de renda e contribuição social – diferido	328	140
Participações de acionistas não controladores	969	414
Patrimônio líquido ⁽²⁾	83.223	35.526
Capitalização total ⁽³⁾	1.027.297	438.529
Índice de capital baseado em risco ⁽⁴⁾	16,6	

(1) Conversão de conveniência a 2,3426 reais por dólar dos Estados Unidos, a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013.

(2) O capital acionário autorizado e em circulação da Itaú Unibanco Holding é composto de 2.518.215.040 ações ordinárias e 2.509.814.670 ações preferenciais, todas totalmente integralizadas. Para mais informações sobre nosso capital acionário vide Note 21 das nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013.

(3) A capitalização total corresponde à soma do total do passivo circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros, participações minoritárias nas subsidiárias e patrimônio líquido.

(4) Calculado dividindo-se o capital regulatório total pelos ativos ponderados pelo risco.

Contratos não registrados no balanço patrimonial

Não temos nenhum contrato não registrado no balanço patrimonial, exceto as garantias concedidas e descritas na Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros, item 3 – Garantia e políticas para mitigação dos riscos de crédito e item 5 – Exposição ao risco de crédito das nossas demonstrações contábeis consolidadas, e os instrumentos financeiros derivativos discutidos anteriormente. Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Gerenciamento de risco e capital – Sensibilidade à taxa de câmbio para mais detalhes.

Resultados

Destaques

“Há dois anos antecipamos o cenário atual e trabalhamos para reduzir riscos de crédito e melhorar o controle de custos focando em eficiência. Isto foi uma estratégia vencedora que beneficiou o resultado de 2013 e pode beneficiar em 2014.”

Alfredo Setubal – Membro do Conselho da Administração do Itaú Unibanco Holding, Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente do Itaú Unibanco – Wealth Management & Services

Os destaques em 2013, 2012 e 2011 estão apresentados a seguir:

- **Lucro líquido:** ▲ aumentou 30,0% em 2013, em comparação com 2012, e ▼ diminuiu 8,7% em 2012, em relação a 2011.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nosso lucro líquido atribuível aos proprietários da controladora foi de R\$ 16.424 milhões e aumentou 30,0% em comparação com o exercício anterior, quando atingiu R\$ 12.634 milhões. Comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o lucro líquido alcançou R\$ 13.837 milhões, uma redução de 8,7%.

Nosso índice de desempenho ROAE – retorno sobre patrimônio líquido médio – é calculado por meio da divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido médio e atingiu 20,9% em 2013, um aumento de 4,40 pontos percentuais em comparação com 2012, quando nosso índice de desempenho chegou a 16,6%, representando uma diminuição de 3,9 pontos percentuais em comparação com o índice de 20,5% de 2011.

- **Patrimônio líquido:** ▲ aumentou 9,6% em 2013, em comparação com 2012, e ▲ aumentou 2,7% em 2012, em relação a 2011.

Em 31 de dezembro de 2013, nosso patrimônio líquido cresceu 9,6%, quando comparado com o de 31 de dezembro de 2012, e alcançou R\$ 83.223 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, o crescimento foi de 2,7% em relação ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2011, totalizando R\$ 75.902 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, nosso patrimônio líquido foi de R\$ 73.941 milhões.

- **Carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil:** ▲ aumentou 12,2% em 2013, em comparação com 2012, e ▲ aumentou 6,0% em 2012, em relação a 2011.

– Empréstimos para pessoas físicas:

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos para pessoas físicas totalizaram R\$ 167.431 milhões, um aumento de R\$ 16.510 milhões, ou 10,9%, em comparação com 31 de dezembro de 2012, principalmente em decorrência de um aumento de 66,6% no crédito consignado, decorrente do contínuo crescimento em nossas transações de crédito consignado nas agências de varejo, da associação com o BMG, que visa à oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados por meio de uma nova instituição financeira, o Itaú BMG Consignado, do aumento de 31,1% em cartões de crédito, principalmente devido ao impacto da aquisição da Credicard, e do aumento de 32,8% no crédito imobiliário, resultado da estratégia adotada pelo banco ao focar em carteiras com taxas de inadimplência mais baixas. O financiamento de veículos sofreu redução de 21,4% em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 2012, e chegou a R\$ 40.584 milhões, como resultado da aplicação de exigências cada vez mais rigorosas para a concessão de financiamento nesse período, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos para pessoas físicas totalizaram R\$ 150.921 milhões, um aumento de R\$ 1.530 milhão, ou 1,0%, em comparação com 31 de dezembro de 2011, principalmente em decorrência do aumento de 31,9% no crédito imobiliário e do aumento de 34,1% no crédito consignado. O volume de financiamento de veículos caiu 14,6%, em 2012, em comparação com 2011, totalizando R\$ 51.646 milhões em 31 de dezembro de 2012, como resultado da aplicação contínua de exigências mais rigorosas no período, que levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento.

– Empréstimos para empresas:

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos para empresas totalizaram R\$ 208.014 milhões, com um aumento de R\$ 19.100 milhões, ou 10,1%, em comparação com 2012. Como resultado da estratégia adotada pelo banco ao focar em carteiras com taxas de inadimplência mais baixas, os empréstimos para grandes empresas aumentaram 21,9%, enquanto os empréstimos para pequenas e médias empresas diminuíram 4,2%.

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos para empresas totalizaram R\$ 188.914 milhões, um aumento de R\$ 11.300 milhões, ou 6,4%, em relação a 2011. Os empréstimos para pequenas e médias empresas tiveram uma redução de R\$ 464 milhões, ou 0,5%, em 31 de dezembro de 2012, em comparação com 2011, totalizando R\$ 85.185 milhões. O volume de empréstimos para grandes empresas aumentou R\$ 11.764 milhões, ou 12,8%, em 31 de dezembro de 2012, em relação a 2011, totalizando R\$ 103.729 milhões.

Além disso, a desvalorização do real em relação a outras moedas, especialmente o dólar dos Estados Unidos, também contribuiu para o crescimento da carteira de médias e grandes empresas, considerando que certos empréstimos são denominados, ou originados, em tais moedas.

– Empréstimos para clientes da América Latina:

O saldo de empréstimos das nossas operações na América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) ▲ aumentou 33,5% em 31 de dezembro de 2013, em relação a 2012, e ▲ aumentou 41,0% em 31 de dezembro de 2012, em comparação com 2011. Nos dois anos, o resultado de crescimento foi resultado de uma combinação do aumento nas nossas operações com a desvalorização do real em relação às diversas moedas estrangeiras, particularmente o dólar americano.

• **Qualidade de crédito (índice de NPL 90):** melhorou ▼1,10 pontos percentual em 31 de dezembro de 2013, e ▼0,1 ponto percentual em 31 de dezembro de 2012, mas aumentou ▲0,7 ponto percentual em 31 de dezembro de 2011.

O índice de inadimplência acima de 90 dias, calculado por meio da divisão das operações de crédito vendidas há mais de 90 dias pela nossa carteira de crédito, reflete a mecânica do nosso modelo de provisionamento. Quando o índice de inadimplência diminui, espera-se um aumento no índice de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2013, nosso índice de NPL 90 chegou a 3,7%, uma melhora decorrente das diminuições dos índices de NPL 90 para pessoas físicas e para empresas. O índice para empréstimos para pessoas físicas caiu 110 pontos percentuais em relação a 31 de dezembro de 2012. Esse é o menor índice desde a associação entre Itaú e Unibanco, em novembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2012, nosso índice de NPL 90 caiu para 4,8%, em comparação com 4,9%, em 31 de dezembro de 2011.

Em 2011, os níveis de inadimplência aumentaram, tanto na nossa carteira quanto no sistema financeiro brasileiro, cujas consequências são perdas maiores, especialmente nas carteiras de pequenas empresas e de financiamento de veículos, e o crescimento nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de 2010 a 2011. Consequentemente, adotamos mais exigências para a concessão de crédito, solicitamos mais garantias ou aumentamos o valor da entrada, e reduzimos o prazo de pagamento dessas carteiras. Essas mudanças, associadas ao crescimento mais lento do mercado brasileiro, resultaram em uma pequena redução da nossa carteira de crédito para pequenas empresas e da carteira de financiamento de veículos.

O índice de cobertura, calculado por meio da divisão das provisões para créditos de liquidação duvidosa por operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, alcançou 147% em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 10 pontos percentuais em comparação com 2012; e em 31 de dezembro de 2012 o índice de cobertura aumentou 60 pontos percentuais em relação a 2011. Quando o índice de inadimplência diminui, espera-se um aumento no índice de cobertura. As provisões para crédito de liquidação duvidosa são revertidas somente quando há uma forte indicação de recuperação das operações de crédito vencidas, aumentando o índice de cobertura.

- **Receita de juros:**

- **Juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil:** ▼ diminuíram 2,6% em 31 de dezembro de 2013, em comparação com mesmo período de 2012, e ▲ aumentaram 4,5% em 31 de dezembro de 2012, em comparação com o mesmo período de 2011.

- **Juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação:** ▼ caíram 18,5% em 31 de dezembro de 2013, em relação ao mesmo período 2012, e ▼ diminuíram 9,2% em 31 de dezembro de 2012, quando comparados com o mesmo período de 2011.

- **Juros e despesas similares:** ▼ diminuíram 3,6% em 31 de dezembro de 2013, em comparação com o mesmo período de 2012, e ▼ tiveram redução de 13,5% em 31 de dezembro de 2012, em comparação com o mesmo período de 2011.

- **Receitas de prestação de serviços:** ▲ aumentaram 19,9% em 31 de dezembro de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, e ▼ diminuíram 2,4% em 31 de dezembro de 2012, em comparação com o mesmo período de 2011.

- **Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização:** ▲ aumentou 8,7% em 31 de dezembro de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, e ▲ aumentou 14,3% em 31 de dezembro de 2012, comparado com o mesmo período de 2011.

- **Despesas gerais e administrativas:** ▲ aumentaram 4,8% em 2013, em relação a 2012, e ▲ aumentaram 6,7% em 2012, em relação a 2011.

- **Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa:** ▼ caíram 25,5% em 31 de dezembro de 2013, em comparação com o mesmo período de 2012, como resultado da melhor qualidade de crédito da carteira e da aplicação contínua de exigências mais rigorosas para concessão de crédito nesse período, mas aumentaram ▲ 19,7% em 31 de dezembro de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, devido à queda na qualidade dos ativos das nossas carteiras de veículos e de crédito pessoal.

- **Operações de crédito em situação de perda provável:** Operações de crédito em situação de perda provável: as operações de crédito em situação de perda provável diminuíram de R\$ 19.511 milhões, em 31 de dezembro de 2012, para R\$ 16.305 milhões em 31 de dezembro de 2013. O volume desses créditos apresentou um aumento de R\$ 18.385 milhões, em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 19.511 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência do crescimento do crédito pessoal e dos financiamentos de veículos em situação de perda provável. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 36.6 – Qualidade de Crédito de Ativos Financeiros.

- **Operações de crédito em renegociação:** as operações de crédito em renegociação, que incluem pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos, diminuíram 4,3% em 31 de dezembro de 2013, principalmente, por conta de uma redução nas renegociações de 5,3%, em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, as operações de crédito em renegociação representavam 4,2% do total da carteira.

	Em milhões de R\$ (exceto onde indicado)		
	2013	2012	2011
Demonstração do Resultado do Período			
Lucro Líquido	16.424	12.634	13.837
Produto Bancário	79.387	81.172	74.276
Ações (R\$)			
Lucro Líquido por Ação – Básico (Ordinárias e Preferenciais)	3,31	2,54	2,78
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Básica – Em milhares			
Ordinárias	2.518.213	2.518.213	2.518.213
Preferenciais	2.447.467	2.451.543	2.464.029
Cotação Média da Ação Preferencial no Último dia de Negociação do Período	31,65	33,33	33,85
Market Capitalization ¹	156.957	150.598	152.787
Market Capitalization (em milhões de US\$) ²	67.001	73.696	81.451
Índices de Desempenho (%)			
Lucro Líquido sobre o Patrimônio Líquido Médio – Anualizado ³ – %	20,9	16,6	20,5
Lucro Líquido sobre o Ativo Médio – Anualizado ⁴ – %	1,7	1,5	1,7
Índice de Basileia – Consolidado Operacional – %	16,6	18,0	16,0
Índice de Inadimplência (90 dias) – %	3,7	4,8	4,9
Índice de Inadimplência (15-90 dias) – %	3,0	3,6	4,4
Índice de Eficiência (IE) ⁵ – %	48,5	45,6	47,6
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (IEAR) ⁵ – %	69,5	73,6	70,0
Balanco Patrimonial			
	31/dez/13	31/dez/12	31/dez/11
Ativos Totais	1.027.297	957.154	818.136
Total de Operações de Crédito	411.702	366.984	294.837
Recursos Captados	724.496	679.706	573.354
Patrimônio Líquido	84.192	75.998	75.336
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	83.223	75.902	73.941

1. Quantidade total de ações em circulação (ordinárias e preferencias) multiplicado pela cotação média da ação preferencial no ultimo dia de negociação do período.

2. A taxa de conversão US\$/Reais foi R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013, R\$ 2,0435 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1,8758 em 31 de dezembro de 2011.

3. O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido Médio.

4. O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido pelo Ativo Médio.

5. O Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajusta do Risco, são calculados com base nas informações gerenciais (Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo para o Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajustado ao Risco, veja Base da Apresentação das Informações por Segmento).

Alguns efeitos das taxas de câmbio sobre nossa receita

A variação do real pode afetar nossa margem financeira líquida (inclui receitas e despesas de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações). Um determinado valor dos nossos ativos e passivos financeiros está expresso em moeda estrangeira, ou a ela indexado, principalmente em dólares dos Estados Unidos. Quando há uma desvalorização do real, incorremos em perdas nos passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como dívida de longo prazo e empréstimos de curto prazo expressos em dólares dos EUA, pois o custo em reais da correspondente despesa financeira aumenta. Ao mesmo tempo, realizamos ganhos sobre ativos monetários expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como títulos e valores mobiliários para negociação e empréstimos indexados ao dólar dos Estados Unidos, devido a uma maior receita de juros referente a esses ativos, medida em reais. Quando há a valorização do real, os efeitos são opostos aos descritos acima, e consequentemente, a administração do *gap* (descasamento) em moedas estrangeiras pode ter um efeito significativo sobre o nosso lucro líquido. A administração do *gap* em moedas estrangeiras também considera os efeitos fiscais dessas posições. Como os lucros da variação da taxa de câmbio de investimentos no exterior não são tributáveis, nosso objetivo é manter *hedge* suficiente (posição passiva em derivativos em moeda estrangeira) para reduzir os possíveis efeitos da nossa exposição total em moedas estrangeiras, líquida dos efeitos fiscais.

Salvo indicação contrária, a discussão na seção Desempenho, item Desempenho financeiro – Resultados refere-se às nossas taxas de juros e rentabilidades médias anuais. As taxas de juros citadas são calculadas em reais e incluem o efeito da variação do real em relação a moedas estrangeiras.

Lucro líquido

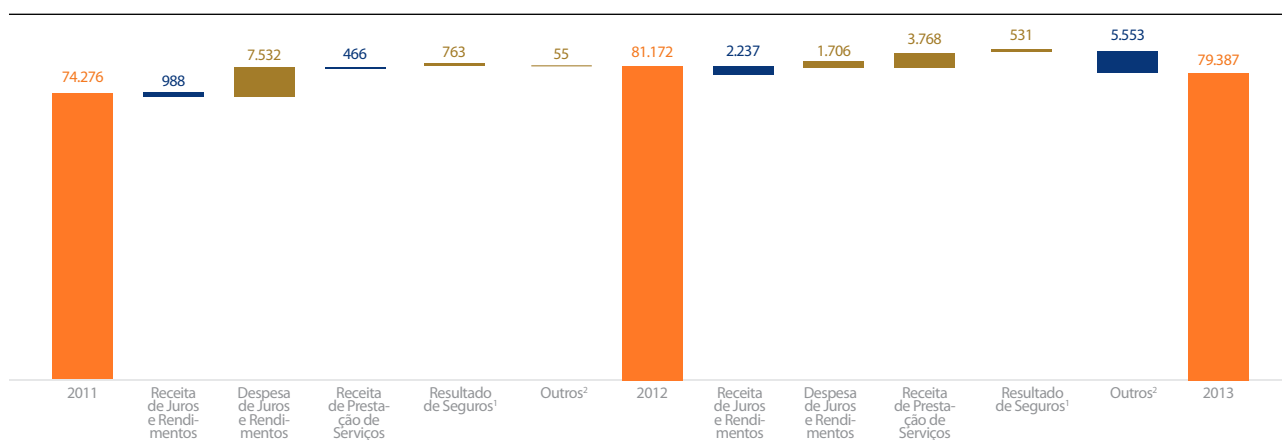
A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido:

	(em milhões de R\$, exceto percentuais)						
	Ano findo em 31 de Dezembro,			Variação		Variação	
	2013	2012	2011	2013-2012	%	2012-2011	%
Produto Bancário	79.387	81.172	74.276	(1.785)	(2,2)	6.896	9,3
Receita de Juros e Rendimentos	94.127	96.364	97.352	(2.237)	(2,3)	(988)	(1,0)
Despesa de Juros e Rendimentos	(46.361)	(48.067)	(55.599)	1.706	(3,5)	7.532	(13,5)
Receita de Dividendos	205	323	361	(118)	(36,5)	(38)	(10,5)
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	(5.924)	1.463	1.251	(7.387)	(504,9)	212	16,9
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	6.594	3.755	4.998	2.839	75,6	(1.243)	(24,9)
Receita de Prestação de Serviços	22.712	18.944	19.410	3.768	19,9	(466)	(2,4)
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.639	6.108	5.345	531	8,7	763	14,3
Outras Receitas	1.395	2.282	1.158	(887)	(38,9)	1.124	97,1
Perdas com Créditos e Sinistros	(14.870)	(21.354)	(16.072)	6.484	(30,4)	(5.282)	32,9
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.856)	(23.982)	(20.038)	6.126	(25,5)	(3.944)	19,7
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.061	4.663	5.477	398	8,5	(814)	(14,9)
Despesas com Sinistros	(3.155)	(3.320)	(2.446)	165	(5,0)	(874)	35,7
Recuperação de Sinistros com Resseguros	1.080	1.285	935	(205)	(16,0)	350	37,4
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	64.517	59.818	58.204	4.699	7,9	1.614	2,8
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(43.652)	(42.402)	(39.953)	(1.250)	2,9	(2.449)	6,1
Despesas Gerais e Administrativas	(39.914)	(38.080)	(35.674)	(1.834)	4,8	(2.406)	6,7
Despesas Tributárias	(4.341)	(4.497)	(4.166)	156	(3,5)	(331)	7,9
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	603	175	(113)	428	244,6	288	(254,9)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.865	17.416	18.251	3.449	19,8	(835)	(4,6)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(7.503)	(7.716)	(6.956)	213	(2,8)	(760)	10,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.160	3.491	3.315	(331)	(9,5)	176	5,3
Lucro Líquido	16.522	13.191	14.610	3.331	25,3	(1.419)	(9,7)
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	98	557	773	(459)	(82,4)	(216)	(27,9)
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	16.424	12.634	13.837	3.790	30,0	(1.203)	(8,7)

Os resultados de nossas operações são afetados por variações nas taxas de SELIC e nas taxas de câmbio (dólar dos EUA comparado com real). Em 2013, observamos uma redução da taxa média de SELIC para 8,3%, de 8,6% em 2012 e 11,8% em comparação com 2011. O real sofreu desvalorização de 14,7% em 2013, 8,9% em 2012 e 12,6% em 2011.

Produto bancário

O produto bancário é a soma das nossas receitas operacionais, líquida dos custos de captação, conforme detalhado na tabela anterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 23 – Receitas e despesas de juros e rendimentos e ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e Nota 25 – Outras receitas, para mais detalhes.



1. Inclui operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização.

2. Inclui ganhos (perdas) líquidos de investimento em títulos e derivativos, resultados de câmbio e variação cambial sobre operações e outras receitas.

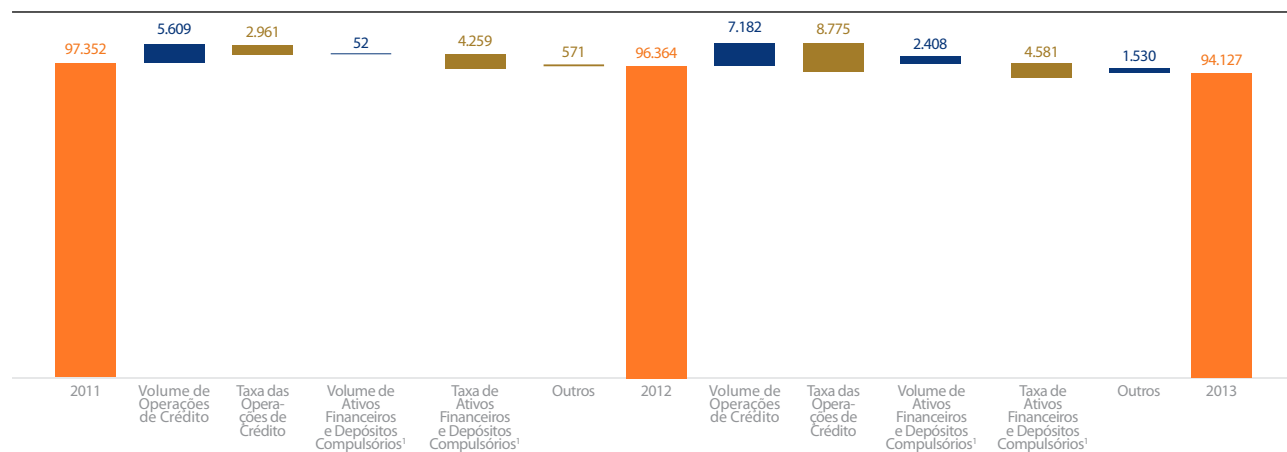
	Ano Findo em 31 de Dezembro		
	2013	2012	2011
	(em milhões de R\$)		
Receita de Juros e Rendimentos			
Operações de Crédito	59.546	61.139	58.492
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	583	1.042	890
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4.314	5.334	9.182
Aplicações em Mercado Aberto	12.630	10.096	9.961
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	10.860	13.324	14.676
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.067	3.771	2.888
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	486	471	360
Outros Ativos Financeiros	642	1.187	903
Total	94.127	96.364	97.352

Em 2013, a redução de 2,3% em receitas e despesas de juros e rendimentos, em comparação com 2012, deveu-se principalmente às reduções de juros sobre ativos de negociação, juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil e juros sobre depósitos no Banco Central, parcialmente compensadas pelo aumento dos juros sobre aplicações no mercado aberto e dividendos sobre títulos disponíveis para venda. As reduções dos juros sobre ativos de negociação e sobre depósitos compulsórios no Banco Central estão relacionadas com a redução da taxa Selic, que caiu de 8,6% em 2012, para 8,3% em 2013. A diminuição de 2,6% nos juros sobre as operações de crédito e arrendamento mercantil é decorrente de uma mudança no *mix* da nossa carteira de crédito voltada para clientes e produtos com menores riscos, consequentemente resultando em spreads menores e níveis de inadimplência mais baixos.

Em 2012, a redução de 1,0% em receitas de juros e rendimentos, em relação a 2011, foi decorrente, principalmente, da redução da taxa Selic – a diminuição dos juros sobre depósitos compulsórios no Banco Central e dos juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação –, parcialmente compensada pelo aumento de 4,5% dos juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil (principalmente decorrente do aumento nos volumes) e dos juros sobre ativos financeiros mantidos para venda.

As variações no volume e na rentabilidade/taxa de juros de operações de crédito e arrendamento mercantil, ativos para negociação e depósitos compulsórios no Banco Central estão descritas a seguir. (Vide Anexos: item Informações estatísticas selecionadas, Variações nas receitas e despesas de juros – Análise de volume e taxas, para mais informações).

R\$ milhões

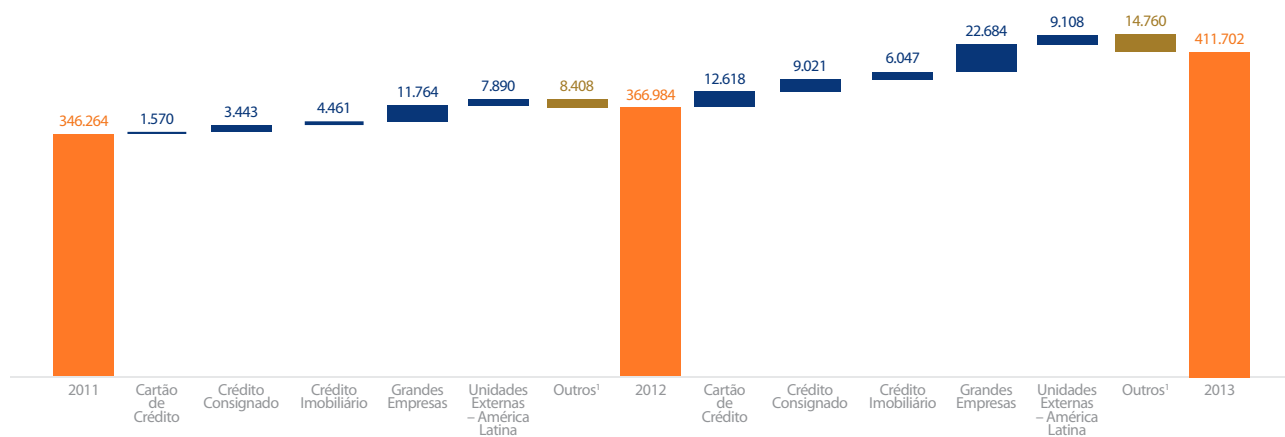


1. Inclui ativos para negociação, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e depósitos compulsórios no Banco Central.

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração.

	(R\$ milhões)				
	Ano findo em 31 de Dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013-2012	2012-2011
Pessoas Físicas	167.431	150.921	149.391	10,9	1,0
Micro/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	208.014	188.914	177.614	10,1	6,4
Unidades Externas América Latina	36.257	27.149	19.259	33,5	41,0
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	411.702	366.984	346.264	12,2	6,0

R\$ milhões



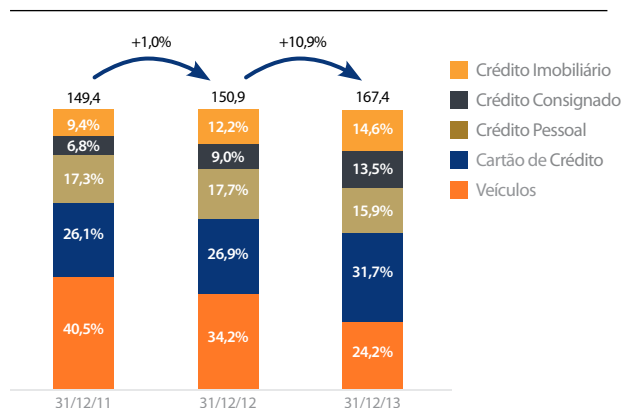
1. Outros: Crédito pessoal, veículos, Pequenas e médias empresas.

O aumento das operações de crédito e arrendamento mercantil, tanto em 2012 quanto em 2013, foi resultado do aumento no volume de empréstimos relacionados com cartões de crédito, crédito consignado, crédito imobiliário e crédito para grandes empresas.

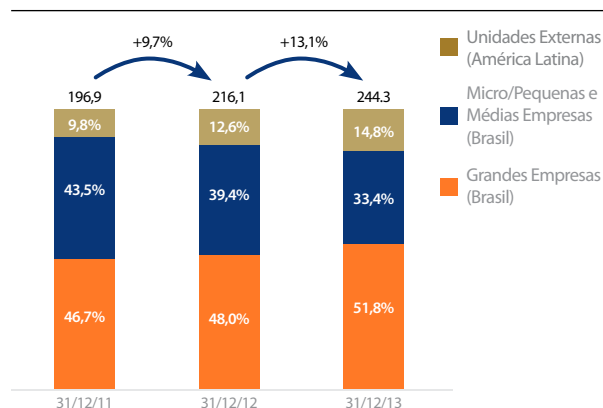
Desde 2011, estamos voltados à redução dos riscos da nossa carteira de crédito. Consequentemente, nossas carteiras de crédito imobiliário, consignado, empresas e América Latina (ex-Brasil) cresceram mais rapidamente, enquanto as carteiras de veículos e de pequenas empresas apresentaram uma redução. Nossa carteira de crédito imobiliário avançou em linha com o mercado e mantivemos uma

abordagem conservadora em relação às garantias. Em 2013, o LTV (*loan-to-value*: relação entre o valor do financiamento e o valor dos imóveis) de safras originadas permaneceu estável em aproximadamente 60%. Nossa carteira de crédito consignado cresceu mais rápido do que a carteira de crédito pessoal, não apenas em decorrência da ênfase dada a ela na nossa rede de atendimento, mas também decorrente da nossa associação com o Banco BMG para originação de crédito consignado, que atingiu um saldo de R\$ 7.111 milhões, em 31 de dezembro de 2013. Na América Latina, excluindo o Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) tivemos um crescimento de 33,5% em 2013, e 41,0% em 2012, em decorrência do crescimento orgânico e da depreciação do real em relação às moedas daqueles países.

Evolução da Nossa Carteira de Crédito – Pessoa Física (em bilhões de R\$)



Evolução da Nossa Carteira de Crédito – Pessoa jurídica Pequena e Médias Empresas e Empréstimos para Clientes da América Latina (em bilhões de R\$)



Ano Findo em 31 de Dezembro

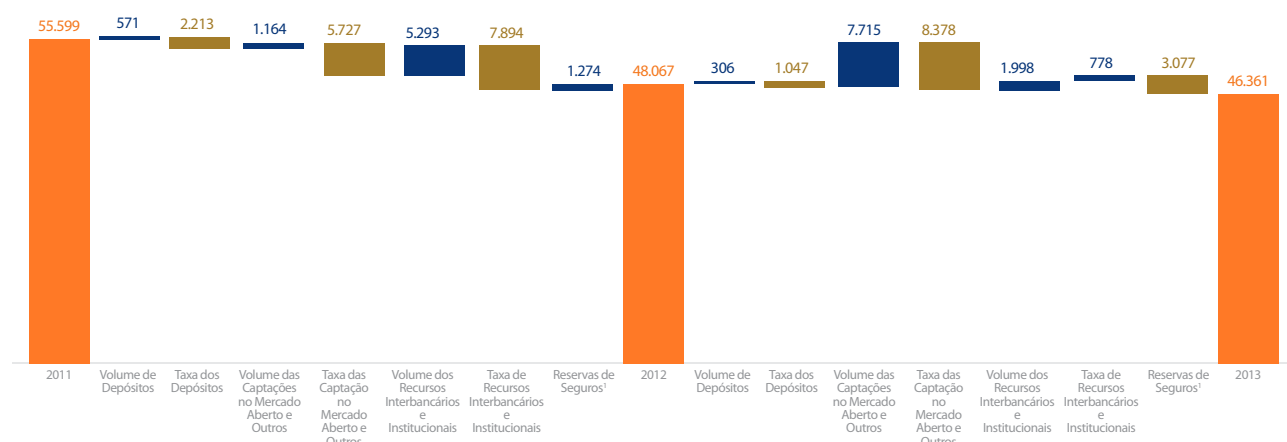
2013 2012 2011

(em milhões de R\$)

Despesas de Juros e Rendimentos

Depósitos	9.802	10.544	12.186
Despesas de Captação no Mercado Aberto	16.865	17.539	22.133
Recursos de Mercados Interbancários	6.245	5.747	5.535
Recursos de Mercados Institucionais	9.971	7.693	10.505
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	3.436	6.513	5.239
Outros	42	31	-
Total	46.361	48.067	55.599

R\$ milhões



1. Inclui operações de seguros, previdência e capitalização.

As mudanças na taxa Selic também afetaram o total das nossas despesas de juros. Em 2013, a taxa Selic caiu 8,3% em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 8,6%, em 31 de dezembro de 2012, e 11,8%, em 31 de dezembro de 2011.

Em 2013, a redução da taxa Selic diminuiu as nossas despesas de juros sobre captações no mercado aberto e sobre depósitos, apesar do crescimento nos saldos médios dessas carteiras em comparação com 2012 e 2011 (para mais detalhes, vide seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Passivos, Captações).

A receita de dividendos totalizou R\$ 205 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 323 milhões no mesmo período de 2012, e R\$ 361 milhões no mesmo período de 2011, decorrente da menor receita de dividendos de outras empresas.

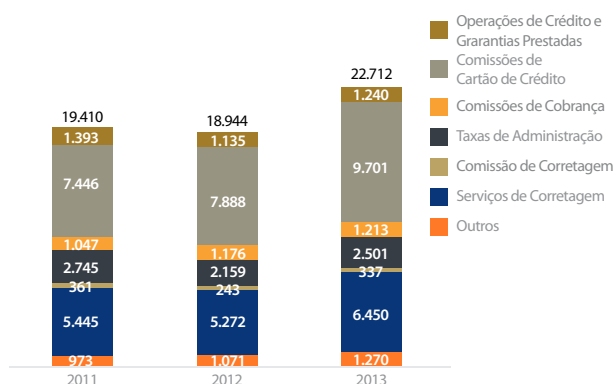
O ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou uma perda de R\$ 5.924 milhões em 31 de dezembro de 2013, um ganho de R\$ 1.463 milhões no mesmo período de 2012, e um ganho de R\$ 1.251 milhões no mesmo período de 2011, principalmente em decorrência da nossa estratégia de gerenciamento de risco, em particular aqueles relacionados com instrumentos derivativos usados para proteger nossos investimentos no exterior.

O resultado das operações de câmbio e a variação cambial sobre as transações totalizaram R\$ 6.594 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 3.755 milhões no mesmo período de 2012, e R\$ 4.998 milhões no mesmo período de 2011. As alterações devem-se, principalmente, ao efeito de instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos do impacto de variações cambiais em subsidiárias no exterior.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de receitas não decorrentes de juros:

	(R\$ milhões)						
	Ano findo em 31 de Dezembro			Variação			
	2013	2012	2011	2013-2012		2012-2011	
Receita de Prestação de Serviços	22.712	18.944	19.410	3.768	19,9%	(466)	(2,4)%
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.639	6.108	5.345	531	8,7%	763	14,3%
Outras Receitas	1.395	2.282	1.158	(887)	(38,9)%	1.124	97,1%
Receitas Não Decorrentes de Juros	30.746	27.334	25.913	3.412	12,5%	1.421	5,5%

Composição das Receitas de Prestação de Serviços (em milhões de R\$)



Em 2013, o aumento da nossa receita não decorrente de juros é decorrente de um aumento na receita de prestação de serviços e no resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização, e foi parcialmente compensada por uma redução de outras receitas não decorrentes de juros (que consistem principalmente de ganhos sobre a venda de ativos mantidos para venda, imobilizado e investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto (joint ventures), e reversão de provisões).

Em 2012, o aumento da nossa receita não decorrente de juros é decorrente de um aumento em outras receitas não decorrentes de juros, e no resultado de operações de seguro, previdência e

capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização, e foi parcialmente compensada por uma redução na receita de prestação de serviços.

A receita de prestação de serviços refere-se à soma de honorários de serviços de conta corrente, gestão de ativos, cobrança, serviços de cartão de crédito, garantias emitidas e linhas de crédito, comissão de corretagem e outros honorários. Em 2013, o aumento da receita de prestação de serviços foi decorrente, principalmente, da receita de honorários de serviços de cartão de crédito, influenciada por maiores receitas relacionadas à anuidade de cartão de crédito, aumento nas vendas e no número de equipamentos (PDV) alugados no período, e da receita de serviços de conta corrente, influenciada pelo crescimento no volume de pacotes de produtos e serviços, cujo destaque é um pacote que converte mensalidades pagas pelos clientes em créditos de recarga de telefones celulares. Novas contratações de pacotes de produtos e serviços de conta corrente, o ajuste dos serviços fornecidos aos nossos clientes Uniclass e a nossa unidade de negócios Itaú Empresas também contribuíram para esse crescimento. O aumento da receita de prestação de serviços e de outros honorários está alinhado com a nossa estratégia de diversificação da receita, principalmente em torná-la menos dependente das variações da taxa de juros.

Em 2012, a redução da receita de prestação de serviços foi causada, principalmente, pela redução da receita de gestão de ativos (principalmente de fundos de previdência privada) e pela redução nas tarifas de conta corrente (que seguiram as mudanças nos valores aplicados pelos nossos concorrentes), parcialmente compensada por um aumento do nosso volume de transações com clientes.

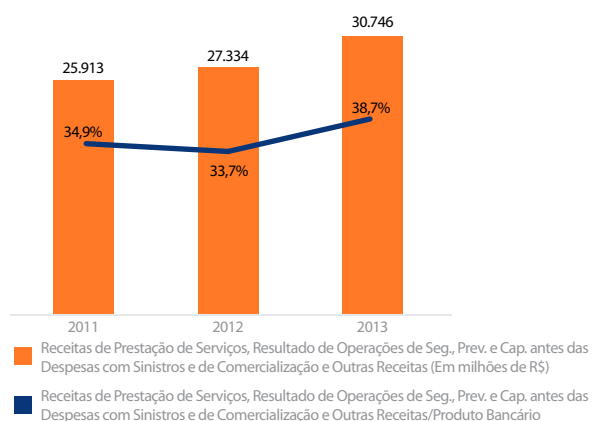
Em 2013, houve um crescimento do resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização, principalmente decorrente de menores despesas – devido às mudanças em relação à provisão de seguros e previdência privada –, e parcialmente compensado por uma redução nas receitas de seguros e previdência.

Em 2012, o resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização aumentou, em decorrência, principalmente, ao crescimento no volume de operações de previdência, relacionado com o crescimento de 28,3% nas provisões técnicas, num montante total de R\$ 81.198 milhões, e ao aumento nos prêmios retidos, principalmente do ramo Vida e DPVAT (danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre).

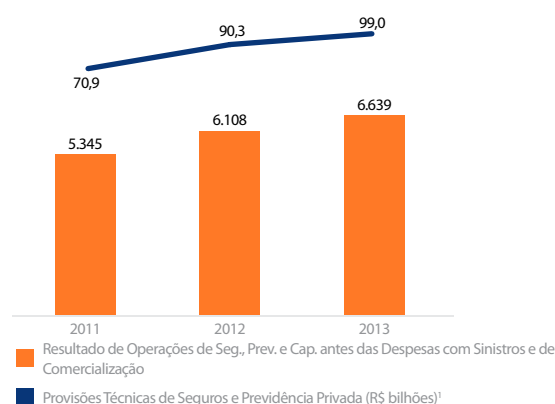
Em 2013, outras receitas apresentaram queda, influenciadas, principalmente, pelo efeito da nossa participação na Serasa S.A. em 2012.

Em 2012, outras receitas refletiram a venda da nossa participação de 16,14% na Serasa S.A. para a Experian Brasil Ltda., gerando um ganho de R\$ 1.542 milhões em 2012.

Receitas de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas (em milhões de R\$)



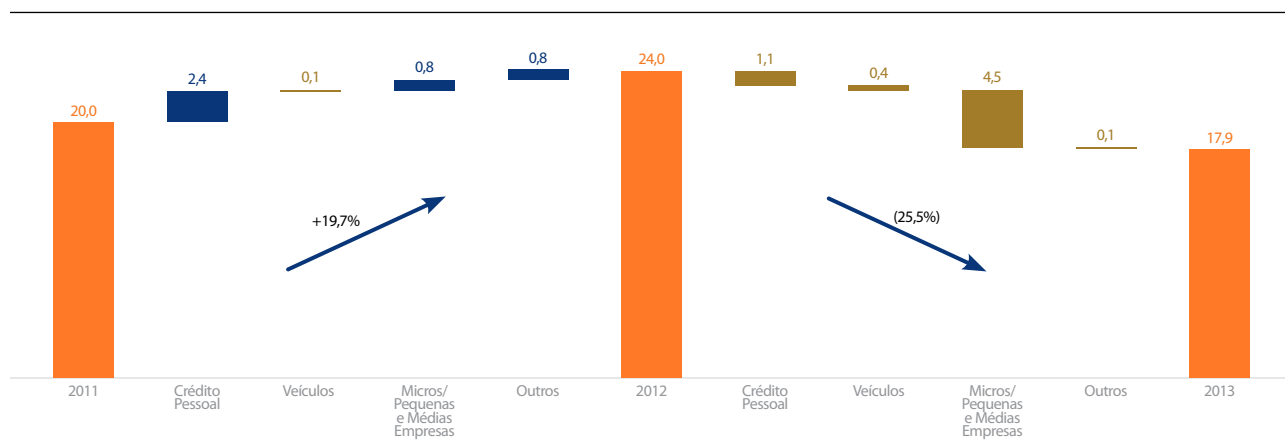
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. das Despesas com Sinistros e de Comercialização (em milhões de R\$)



1. Reconhecemos reservas técnicas com o objetivo de identificar a perda do segurado em caso de sinistros.

	(R\$ milhões)					
	Ano Findo em 31 de Dezembro			Variação		
	2013	2012	2011	2013 x 2012	2012 x 2011	
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.856)	(23.982)	(20.038)	6.126	(25,5)%	(3.944)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.061	4.663	5.477	398	8,5%	(814)
Despesas com Sinistros	(3.155)	(3.320)	(2.446)	165	(5,0)%	(874)
Recuperação de Sinistros com Resseguros	1.080	1.285	935	(205)	(16,0)%	350
Perdas com Créditos e Sinistros	(14.870)	(21.354)	(16.072)	6.484	(30,4)%	(5.282)

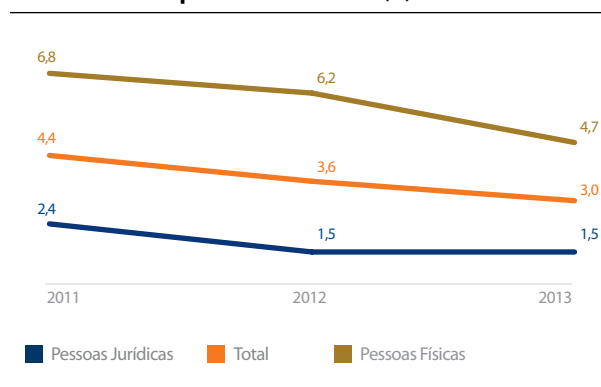
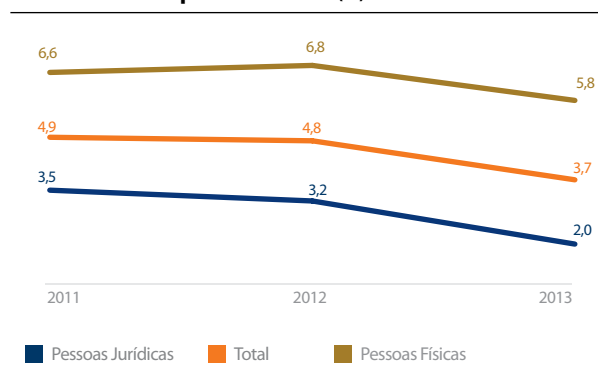
Evolução das Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (em bilhões de R\$)



Em 2013, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa caíram 25,5%, principalmente, em função da redução das taxas de inadimplência nas nossas carteiras de crédito para pequenas empresas, e de crédito pessoal, contribuindo com R\$ 5.614, ou 92%, para a redução total de R\$ 6.126 milhões. Os índices de inadimplência da nossa carteira de financiamento de veículos continuam sua tendência de queda e as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuíram 14%, em 2013. Essas reduções são decorrentes das mudanças no nosso mix das carteiras de crédito, iniciadas no segundo semestre de 2011 e ainda em curso.

Em 2012, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram R\$ 3.944 milhões, ou 19,7%, principalmente por causa do aumento nos índices de inadimplência observados nas carteiras de crédito pessoal e crédito para pequenas empresas. No segundo semestre de 2011, decidimos mudar nosso *mix* de carteiras e incluir empréstimos e clientes com menores riscos (carteiras de crédito imobiliário, consignado, empresas e América Latina). Essa mudança resultou na redução das taxas de inadimplência (conforme apresentamos a seguir) e, consequentemente, na redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Considerando que os efeitos dessa mudança são contínuos e demoram em serem percebidos em uma carteira grande, os resultados da mudança no nosso *mix* de crédito ficou mais evidente em 2013, quando as despesas diminuíram R\$ 6.126 milhões, ou 25,5%, em comparação com 2012.

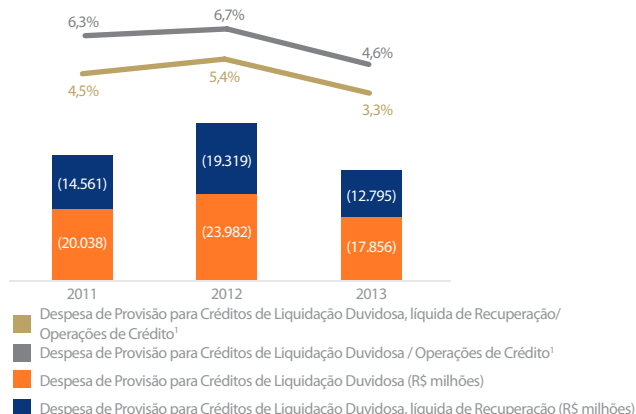
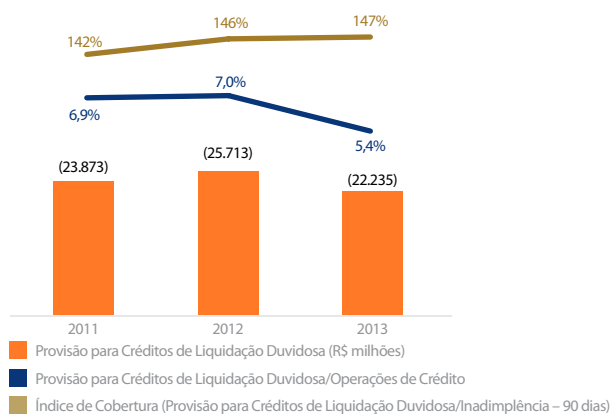
Os índices de inadimplência apresentados em 31 de dezembro de 2013 são os mais baixos desde novembro de 2008, ano da associação entre Itaú e Unibanco.

Índice de Inadimplência 15 a 90 Dias (%)**Índice de Inadimplência 90 Dias (%)**

Em 2013, a recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 8,5%, ou R\$ 398 milhões. Em 2012, decorrente da mudança nos critérios contábeis, nossa recuperação diminuiu R\$ 814; se desconsiderarmos essa mudança, essas recuperações terão diminuído R\$ 205 milhões. A mudança resultou em descontos concedidos na renegociação de créditos baixados como prejuízo (no valor total de R\$ 609 milhões), e que foram deduzidos das receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo, e não deduzidos das receitas de juros e rendimentos, como em 2011.

Em 2013, as despesas com sinistros tiveram redução de R\$ 165 milhões, decorrente, principalmente, da queda no índice de sinistralidade para riscos nomeados e operacionais, prestamista e extensão de garantia patrimonial. Em 2012, o aumento de R\$ 874 milhões em despesas com sinistros foi decorrente, principalmente, do crescimento de 37,4% na nossa carteira de seguros e do aumento nos índices de sinistralidade do ramo Vida e riscos nomeados e operacionais.

A recuperação de sinistros com resseguro apresentou uma redução de R\$ 205 milhões em 2013, devido, principalmente, a uma redução na recuperação de sinistros em seguro corporativo que possuem resseguro. Em 2012, o aumento foi de R\$ 350 milhões, ou 37,4%, comparado com 2011.



1. Saldo médio da carteira de crédito considerando os dois últimos anos.

	(R\$ milhões)						
	Ano Findo em 31 de Dezembro			Variação			
	2013	2012	2011	2013x2012		2012x2011	
Despesas de Pessoal	(15.860)	(14.332)	(13.373)	(1.528)	10,7%	(959)	7,2%
Despesas Administrativas	(13.257)	(12.665)	(12.490)	(592)	4,7%	(175)	1,4%
Depreciação	(1.522)	(1.346)	(1.184)	(176)	13,1%	(162)	13,7%
Amortização	(808)	(844)	(984)	36	(4,3)%	140	(14,2)%
Despesas de Comercialização de Seguros	(1.147)	(1.253)	(1.268)	106	(8,5)%	15	(1,2)%
Outras Despesas	(7.320)	(7.640)	(6.375)	320	(4,2)%	(1.265)	19,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(39.914)	(38.080)	(35.674)	(1.834)	4,8%	(2.406)	6,7%

Mantivemos um rígido controle de custos e compensamos o aumento dos custos (gerado pelo crescimento das operações, pelo aumento de salários e benefícios definido em negociações coletivas e pelo impacto da inflação sobre nossos custos administrativos) com ganhos de eficiência. Em 2013, o número de colaboradores diminuiu 1,3% para 95.696, apesar do ingresso de 1.194 colaboradores da Credicard, em dezembro de 2013. Em 2012, o número de colaboradores caiu 7,2%, chegando a 96.977, principalmente em decorrência de iniciativas de reestruturação da nossa unidade de negócios de cartão de crédito, que integrou sistemas e processos em uma plataforma única. Essa reestruturação foi conduzida com o intuito de capturar sinergias das nossas operações ao consumidor e referente à análise estratégica de alguns negócios.

Em 2013, o aumento de despesas de pessoal foi resultado de um aumento nas despesas relacionadas com remuneração, encargos, benefícios e participação nos lucros, que contribuíram com R\$ 1.042 milhões no aumento de R\$ 1.528 milhões em despesas de pessoal. O aumento deveu-se, principalmente, às negociações coletivas anuais estabelecidas em outubro de 2013, as quais aumentaram essas despesas em 8,0%, e do acordo firmado em setembro de 2012, que aumentou a remuneração em 7,5% e os benefícios em 8,5%. Em 2012, o aumento das despesas de pessoal foi o resultado de um aumento nas despesas relacionadas com rescisões e reclamações trabalhistas, que contribuíram com R\$ 906 milhões para o aumento de R\$ 959 milhões em despesas de pessoal. O aumento de 9,0% em remunerações, encargos e benefícios foi decorrente das negociações coletivas de setembro de 2011 e dos aumentos de 7,5% em remunerações e 8,5% em benefícios definidos nas negociações coletivas de 2012, compensados pela eficiência obtida pela redução no número de colaboradores mencionada anteriormente.

Em 2013, as despesas administrativas aumentaram 4,7%, decorrentes de aumentos em despesas de propaganda, promoções e publicações e de aluguel, que representaram R\$ 545 milhões no aumento total de R\$ 592 milhões em despesas administrativas. O aumento das despesas de propaganda, promoções e publicações é relacionado com a Copa das Confederações da FIFA, o *Rock In Rio*, o Itaú Bike e o reposicionamento das marcas REDE e Hiper. Apesar do crescimento orgânico das nossas operações e do efeito da inflação sobre a maior parte dos contratos e custos – tais como serviços públicos, aluguel e outros –, as despesas administrativas aumentaram somente 1,4% em 2012 (enquanto a inflação para o consumidor aumentou 5,8%, de acordo com o IPCA), compensadas pelas reduções nas despesas de instalações, transporte e materiais.

Em 2013, outras despesas não decorrentes de juros diminuíram 4,2%, principalmente, pelo fato de a alienação do nosso investimento no Banco BPI SA ter crescido R\$ 302 milhões em 2012. Nossas outras despesas tiveram um aumento de R\$ 1.265 milhões em 2012, principalmente em decorrência dos aumentos de R\$ 312 milhões relacionados com o programa de recompensa de cartão de crédito, de R\$ 302 milhões decorrentes da alienação do nosso investimento no Banco BPI S.A., e de R\$ 713 milhões de provisões cíveis, que incluem provisões para ações cíveis relacionadas com planos econômicos. Para mais detalhes, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 26 – Despesas gerais e administrativas, e Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos.

Em 2013, as despesas tributárias (ISS, PIS, Cofins, entre outras) totalizaram R\$ 4.341 milhões, uma redução de R\$ 156 milhões, devido a uma redução no produto bancário. Em 2012, as despesas tributárias (ISS, PIS, Cofins e outras despesas tributárias) totalizaram R\$ 4.497 milhões, um aumento de R\$ 330 milhões, ou 7,9%, em comparação com 2011.

Certos montantes de receitas e despesas são reconhecidos na nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributária. Por outro lado, certos montantes são considerados receitas tributáveis ou despesas dedutíveis de nossa base tributária, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como diferenças permanentes, cujo total inclui o imposto de renda e a contribuição social correntes, e o imposto de renda e a contribuição social diferidos. Os primeiros contemplam uma despesa tributária exigida pela legislação tributária brasileira do período e, os segundos, a despesa tributária resultante de diferenças permanentes.

Em 2013, o valor do imposto de renda e da contribuição social foi R\$ 4.343 milhões, uma diminuição de R\$ 118 milhões, ou 2,8%. Em 2012, o valor foi de R\$ 4.225 milhões, uma redução de R\$ 584 milhões, ou 2,8%, em comparação com 2011.

Base de apresentação das informações por segmento

Nossas informações por segmento são baseadas em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho financeiro dos nossos negócios e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil (nossas informações por segmento não foram preparadas de acordo com o IFRS), mas incluem os seguintes ajustes *pro forma*: (i) o reconhecimento do impacto relacionado com a alocação de capital por meio de um modelo proprietário; (ii) o uso de financiamento e custo de capital, de acordo com preços de mercado, usando alguns critérios gerenciais; (iii) a exclusão de eventos não recorrentes dos nossos resultados, e (iv) a reclassificação dos efeitos fiscais de transações de *hedge* realizadas para nossos investimentos no exterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), Nota 34 – Informações por segmento para mais detalhes.

Os custos de capital e de financiamento são alocados em cada segmento, com base nas regras de capital Nível I e de acordo com um modelo proprietário, enquanto o capital e a dívida subordinada, excedentes, são alocados ao segmento Atividades com Mercado + Corporação. Os efeitos fiscais de pagamentos de juros sobre nosso capital próprio foram alocados aos segmentos e, proporcionalmente, ao montante de Capital Nível I de cada segmento. Além disso, o resultado de equivalência patrimonial das empresas não consolidadas, e não associadas aos segmentos, e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento Atividades com Mercado + Corporação.

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustada ao risco foram calculados com base em informações gerenciais, conforme apresentado a seguir:

$$\begin{aligned} \text{Índice de Eficiência} &= \frac{\text{Despesas não decorrentes de Juros}}{\text{Produto bancário} + \text{Participações minoritárias nas subsidiárias} + \text{Outros} - \text{Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras}} \\ \text{Índice de Eficiência Ajustado ao Risco} &= \frac{\text{Despesas não decorrentes de Juros} + \text{Perdas com créditos e sinistros}}{\text{Produto bancário} + \text{Participações minoritárias nas subsidiárias} + \text{Outros} - \text{Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras}} \end{aligned}$$

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustado ao risco são indicadores para fins gerenciais, que divulgamos aqui por considerarmos que são métricas importantes para se entender como gerenciamos nossos custos indiretos. Essas medidas são divulgadas ao mercado trimestralmente.

Índices de eficiência baixos indicam um desempenho melhor, considerando que medem a proporção de despesas em relação a receitas. O índice de eficiência ajustado ao risco inclui as parcelas de risco associadas com operações bancárias (resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da recuperação de créditos baixados como prejuízo) e operações de seguro e previdência (sinistros).

Em 2013, fizemos alterações em nossos critérios para consolidação de resultados gerenciais, com o intuito de reforçar o alinhamento da nossa apresentação de resultados gerenciais com o sistema pelo qual a nossa administração monitora os nossos resultados. Esses ajustes reorganizam algumas receitas e alguns custos nas unidades e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Além disso, em decorrência de mudanças implementadas em nossa estrutura, alteramos os nomes dos nossos segmentos para: (i) Banco Comercial – Varejo, (ii) Banco De Atacado, (iii) Crédito Ao Consumidor – Varejo e (iv) Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas ao segmento Banco Comercial, passaram a ser reportados no Banco de atacado. Nossas demonstrações contábeis consolidadas de 2012 e 2011 não apresentam as mudanças na nossa estrutura implementadas em 2013.

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados de nossos segmentos operacionais. A coluna de ajustes mostra os efeitos das diferenças entre os resultados por segmento (substancialmente alinhados com as políticas contábeis adotadas no Brasil) e aqueles calculados por meio das políticas adotadas nas nossas demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com o IFRS. A análise a seguir deve ser lida conjuntamente com nossas demonstrações contábeis consolidadas, especialmente a Nota 34 referente às informações por segmento, na Seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), bem como as informações incluídas na seção Itaú Unibanco, item Em números, Dados financeiros selecionados (IFRS).

Demonstração Consolidada do Resultado							
De 1º de Janeiro à 31 de Dezembro de 2013							
(Em R\$ milhões)							
	Banco Comercial – Varejo	Crédito ao Consumidor – Varejo	Banco de Atacado	Atividades com Mercado e Coporação	Itaú Unibanco	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário ¹	44.567	14.892	15.116	3.901	78.476	911	79.387
Perdas com Créditos e Sinistros	(7.613)	(4.860)	(3.055)	(82)	(15.610)	740	(14.870)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.954	10.032	12.061	3.819	62.866	1.651	64.517
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(26.043)	(7.496)	(6.159)	(572)	(40.270)	(3.382)	(43.652)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.911	2.536	5.902	3.247	22.596	(1.731)	20.865
Imposto de renda e Contribuição Social	(3.908)	(642)	(1.886)	(187)	(6.623)	2.280	(4.343)
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	(124)	-	(13)	(137)	39	(98)
Lucro Líquido	7.003	1.770	4.016	3.047	15.836	588	16.424

Indicadores de Performance

Índice de Eficiência (%)	55,9	46,5	37,2	18,2	48,5	-	52,8
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	74,0	81,7	58,6	20,2	69,5	-	72,4

Informações do Balanço Patrimonial

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	137.802	88.586	180.886	4.966	412.235	(533)	411.702
Ativo Total	737.341	94.174	322.667	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297

1. Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Demonstração Consolidada do Resultado							
De 1º de Janeiro à 31 de Dezembro de 2012 (Em R\$ milhões)							
	Banco Comercial – Varejo	Crédito ao Consumidor – Varejo	Banco de Atacado	Atividades com Mercado e Coporação	Itaú Unibanco	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário¹	51.551	14.211	7.491	5.808	78.978	2.194	81.172
Perdas com Créditos e Sinistros	(15.292)	(5.179)	(795)	251	(21.015)	(339)	(21.354)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.259	9.032	6.696	6.059	57.963	1.855	59.818
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(27.030)	(7.476)	(3.301)	(281)	(38.041)	(4.361)	(42.402)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.229	1.556	3.395	5.778	19.922	(2.506)	17.416
Imposto de renda e Contribuição Social	(2.981)	(311)	(1.066)	(968)	(5.326)	1.101	(4.225)
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(589)	(553)	(4)	(557)
Lucro Líquido	6.248	1.245	2.329	4.221	14.043	(1.409)	12.634

Indicadores de Performance

Índice de Eficiência (%)	50,0	49,3	40,8	7,5	45,6	-	49,6
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	81,2	88,3	52,1	3,3	73,6	-	77,3

Informações do Balanço Patrimonial

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	166.718	85.839	109.435	4.309	366.285	699	366.984
Ativo Total	745.032	90.096	233.430	134.544	1.014.425	(57.271)	957.154

1. Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Demonstração Consolidada do Resultado							
De 1º de Janeiro à 31 de Dezembro de 2011							
(Em R\$ milhões)							
	Banco Comercial – Varejo	Crédito ao Consumidor – Varejo	Banco de Atacado	Atividades com Mercado e Coporação	Itaú Unibanco	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário ¹	48.236	14.102	6.897	5.109	74.257	19	74.276
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.011)	(4.270)	(134)	(521)	(15.936)	(136)	(16.072)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	37.225	9.832	6.763	4.588	58.321	(117)	58.204
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(25.829)	(7.911)	(2.911)	(390)	(37.025)	(2.928)	(39.953)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	11.396	1.921	3.852	4.198	21.296	(3.045)	18.251
Imposto de renda e Contribuição Social	(3.833)	(477)	(1.287)	(244)	(5.841)	2.200	(3.641)
Participação Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(885)	(814)	41	(773)
Lucro Líquido	7.563	1.444	2.565	3.069	14.641	(804)	13.837

Indicadores de Performance

Índice de Eficiência (%)	51,0	52,9	39,5	16,5	47,6	-	51,0
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	75,1	85,4	41,6	25,8	70,0	-	73,9

Informações do Balanço Patrimonial

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	147.740	99.600	96.154	1.989	345.483	781	346.264
Ativo Total	571.315	101.453	191.620	115.171	851.332	(33.196)	818.136

1. Inclui receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Receitas das operações no Brasil e no exterior

A maior parte dos nossos negócios é conduzida no Brasil, e não segregamos nossas receitas por mercado geográfico. Nossas receitas de juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil, de prestação de serviços e de operações de seguro, previdência e capitalização estão divididas entre receitas auferidas no Brasil e no exterior. As informações a seguir estão apresentadas de acordo com o IFRS, após as eliminações na consolidação.

	Ano findo em 31 de dezembro (em milhões de R\$)		
	2013	2012	2011
Receitas da Intermediação Financeira¹	95.002	101.905	103.962
Brasil	86.934	95.063	99.083
Exterior	8.068	6.842	4.879
Receita de Prestação de Serviços	22.712	18.944	19.410
Brasil	21.388	17.918	18.506
Exterior	1.324	1.026	904
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	3.417	2.820	2.566
Brasil	3.382	2.792	2.535
Exterior	35	28	31

A tabela abaixo apresenta as receitas no exterior por segmentos de negócios:

	Ano findo em 31 de dezembro (em milhões de R\$)		
	2013 ³	2012 ³	2011 ³
Banco Comercial	4.617	3.806	3.081
Argentina	606	425	244
Chile	883	629	444
Uruguai	406	227	166
Outras companhias no exterior ⁽²⁾	2.723	2.525	2.227
Itaú BBA	936	832	968
Crédito ao Consumo	163	127	103
Argentina	34	22	20
Uruguai	30	24	17
Chile	99	81	66
Ajustes do IFRS	3.710	3.132	1.662

(1) Inclui Receita de juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (perda) líquido de títulos e valores mobiliários e derivativos, Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) Itaú Unibanco S.A. - Grand Cayman, New York and Tokyo branches, ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. - Grand Cayman Branch, Banco Itaú Argentina S.A., Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión, Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I., Itaú Sociedad de Bolsa S.A., Itaú Chile Holdings Inc., BICSA Holdings LTD, Banco Itaú Chile S.A., Itaú Chile Inversiones, Servicios Y Administración S.A., Itaú BBA Corredor de Bolsa Limitada (novo nome da companhia do Itaú Chile Corredor de Bolsa Ltda.), Itaú Chile Corretora de Seguros Ltda., Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A., Recuperadora de Créditos Ltda, Itaú Chile Compañía de Seguros de Vida S.A., ACO Ltda., Banco Itaú Uruguay S.A., OCA Casa Financiera S.A., OCA S.A., Unión Capital AFAP S.A., Banco Itaú Paraguay, Tarjetas Unisoluciones S. A. de Capital Variable, Proserv - Promociones Y Servicios S.A. de C. V., MCC Asesorias Limitada (50%), MCC Securities INC. (50%), Itaú BBA SAS, MCC Corredora de Bolsa (50.0489%) and Itaú BBA Colombia; only at 12/31/2013, Fundo ETF IPSA, IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS Lda. (49%), Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Lda., Itaú Europa, SGPS, Lda., Itaúsa Portugal - SGPS S.A., Itaú BBA International (Cayman) Ltd., Banco Itaú Europa Luxembourg S.A., Banco Itaú Europa International, Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd., Itaú International Securities Inc. (new company name of Itaú Europa Securities Inc.), Itaú Bahamas Directors Ltd., Itaú Bahamas Nominees Ltd., Banco Itaú Suisse S.A. and Itaú BBA International PLC; only at 12/31/2012, Banco Itaú BBA International S.A. and BIE Cayman Ltd., Itaú Bank Ltd., ITB Holding Ltd., Jasper International Investment LLC, Itaú Bank & Trust Cayman Ltd., Uni-Investments Inter. Corp., Rosefield Finance Ltd. (50%), UBT Finance S.A., Itaú Cayman Directors Ltd. and Itaú Cayman Nominees Ltd.; somente até 31/12/2013, BIE Cayman Ltd, Afincos Americas Madeira, SGPS Soc. Unipessoal Ltda, Topaz Holding Ltd., Itaú USA Inc., Itaú International Investment LLC, Albarus S.A., Banco Del Paraná S.A., Garnet Corporation, Itaú Global Asset Management, Itaú Asia Securities Ltd., IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS Lda. (51%), Itaú BBA USA Securities Inc., Itaú Middle East Limited, Unipart B2B Investments, S.L., Itaú BBA UK Securities Limited, Itaú Japan Asset Management Ltd., Itaú (Beijing) Investment Consultancy Limited, Itaú UK Asset Management Limited, Itaú Asia Limited and Itaú USA Asset Management Inc; only at 12/31/2012, Zux Cayman Company Ltd.; only at 12/31/2013, Itaú Singapore Securities Pte. Ltd.

(3) Atividades com mercados e Corporação não possuem operações fora do Brasil nos anos findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Banco comercial – varejo

Demonstração consolidada do resultado

	(em R\$ milhões)				
	Ano Findo em 31 de Dezembro			Variação	
	2013	2012	2011	2013x2012 (%)	2012x2011 (%)
Produto Bancário	44.567	51.551	48.236	(13,5)	6,9
Margem Financeira	23.719	32.770	31.584	(27,6)	3,8
Receita de Prestação de Serviços	12.585	12.289	10.915	2,4	12,6
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.263	6.030	5.229	37,0	15,3
Outras Receitas	-	462	508	(100,0)	(9,1)
Perdas com Créditos e Sinistros	(7.613)	(15.292)	(11.011)	(50,2)	38,9
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.155)	(16.577)	(13.845)	(44,8)	19,7
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.561	3.320	4.346	7,3	(23,6)
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.019)	(2.035)	(1.512)	(0,8)	34,6
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.954	36.259	37.225	1,9	(2,6)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(26.043)	(27.030)	(25.829)	(3,7)	4,6
Despesas Não Decorrentes de Juros	(23.522)	(24.539)	(23.315)	(4,1)	5,2
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.521)	(2.704)	(2.596)	(6,8)	4,2
Resultado de Participação sobre o Lúcro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	108	(43)	(100,0)	(351,2)
Outros Resultados	-	105	125	(100,0)	(16,0)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.911	9.229	11.396	18,2	(19,0)
Imposto de renda e Contribuição Social	(3.908)	(2.981)	(3.833)	31,1	(22,2)
Participação Minoritária nas Subsidiárias	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	7.003	6.248	7.563	12,1	(17,4)
Índice de Eficiência (%)	55,9	50,0	51,0		
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	74,0	81,2	75,1		

Desde o primeiro trimestre de 2013, os resultados das médias empresas, alocadas no segmento Banco Comercial, passaram a serem reportados no segmento Banco de Atacado.

Em 2013, o lucro líquido do segmento Banco Comercial – Varejo aumentou 12,1%, devido, principalmente, ao impacto positivo sobre o lucro líquido de uma redução de 50,2% nas perdas com créditos e sinistros, influenciadas, principalmente, pela mudança no perfil de crédito da nossa carteira. Além disso, o resultado das operações de seguro, previdência e capitalização, antes das despesas com sinistros e comercialização, aumentou 37%; e as despesas não decorrentes de juros diminuíram 4,1% decorrente da migração das médias empresas para o segmento Banco de Atacado. Por outro lado, com um impacto negativo sobre o lucro líquido, a margem financeira sofreu uma redução de 27,6%, também em consequência da migração das médias empresas juntamente com a mudança no *mix* da nossa carteira de crédito.

Em 2012, a receita líquida do nosso segmento Banco Comercial – Varejo diminuiu 17,4%, principalmente por conta do aumento da inadimplência observada em nossa carteira de crédito pessoal. O aumento nas receitas foi impulsionado por um crescimento de 12,6% na receita de prestação de serviços (relacionada com o aumento no volume de serviços e da nossa base de clientes), por um aumento de 3,8% na margem financeira, influenciada pelo crescimento de 12,8% da carteira de crédito, e por um aumento de 15,3% no resultado de operações de seguro, previdência e capitalização (decorrentes principalmente do crescimento dos planos de previdência e dos prêmios de seguro de vida). No entanto, esses efeitos positivos não foram suficientes para compensar o aumento de 38,9% em perdas com créditos e sinistros. O aumento das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorreu, principalmente, por conta do aumento nos níveis de inadimplência observados nas nossas carteiras de crédito pessoal e de crédito para pequenas empresas, juntamente com o crescimento da nossa carteira de crédito total.

As despesas não decorrentes de juros aumentaram abaixo da inflação, em decorrência do maior volume de transações – resultado de um crescimento das nossas operações bancárias –, e decorrente do aumento de despesas com pessoal, as quais foram afetadas pelas negociações coletivas em 2011 e 2012.

Banco de atacado

Demonstração consolidada do resultado

	(em R\$ milhões)				
	Ano Findo em 31 de Dezembro			Variação	
	2013	2012	2011	2013x2012 (%)	2012x2011 (%)
Produto Bancário	15.116	7.491	6.897	101,8	8,6
Margem Financeira	11.117	5.334	4.896	108,4	8,9
Receita de Prestação de Serviços	3.688	2.261	2.123	63,1	6,5
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	311	38	-	718,4	-
Outras Receitas	-	(142)	(122)	(100,0)	16,4
Perdas com Créditos e Sinistros	(3.055)	(795)	(134)	284,3	493,3
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.347)	(871)	(266)	284,3	227,4
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	348	76	132	357,9	(42,4)
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(56)	-	-	-	-
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	12.061	6.696	6.763	80,1	(1,0)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6.159)	(3.301)	(2.911)	86,6	13,4
Despesas Não Decorrentes de Juros	(5.296)	(2.891)	(2.605)	83,2	11,0
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(863)	(410)	(341)	110,5	20,2
Resultado de Participação sobre o Lúcro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	5	6	(100,0)	(16,7)
Outros Resultados	-	(5)	29	(100,0)	(117,2)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.902	3.395	3.852	73,8	(11,9)
Imposto de renda e Contribuição Social	(1.886)	(1.066)	(1.287)	76,9	(17,2)
Participação Minoritária nas Subsidiárias	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	4.016	2.329	2.565	72,4	(9,2)
Índice de Eficiência (%)	37,2	40,8	39,5		
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	58,6	52,1	41,6		

Desde o primeiro trimestre de 2013, os resultados das médias empresas, alocadas no segmento Banco Comercial, passaram a ser reportados no segmento Banco de Atacado.

Em 2013, o lucro líquido do nosso segmento Banco de Atacado aumentou 72,4% em relação ao ano anterior. O produto bancário aumentou 101,8%, visto que a margem financeira e a receita de prestação de serviços cresceram 108,4% e 63,1% em relação a 2012. Além do efeito do resultado de médias empresas, o aumento da carteira de crédito para grandes empresas e dos honorários de banco de investimento, a gestão de caixa e os serviços de pagamento (com REDE) foram responsáveis pelo crescimento significativo do produto bancário.

As perdas com créditos e sinistros aumentaram 284,3% em decorrência da migração das médias empresas vindas do segmento Banco Comercial – Varejo. Nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa com médias empresas foram R\$ 2.454 milhões em 2013, 15,5% mais baixas que em 2012. Também com impacto negativo sobre o lucro líquido, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 83,2% em decorrência do aumento das despesas com tecnologia da informação, telecomunicação e cobrança de dívidas.

Em 2012, o lucro líquido do nosso segmento Banco de Atacado (anteriormente Itaú BBA) diminuiu 9,2%, principalmente em consequência do aumento das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo reflexo é percebido no reconhecimento de provisões gerais para alguns grupos econômicos em decorrência de sua classificação em categorias de nível de risco. O aumento da margem financeira deve-se, principalmente, ao aumento de 13,8% da carteira de crédito para grandes empresas e ao aumento na receita de dividendos. A receita de prestação de serviços também cresceu, embalada por um aumento na receita com operações de bancos de investimento.

Nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa refletiram o crescimento da nossa carteira de crédito e a revisão na classificação de alguns grupos econômicos, conforme mencionado anteriormente, embora não tenha ocorrido nenhum aumento nos saldos vencidos em nossa carteira de empresas e 92,1% das empresas dessa carteira tenham sido classificadas como “B” ou melhor, de acordo com os critérios determinados pela regulamentação do CMN em 31 de dezembro de 2012. As despesas não decorrentes de juros cresceram, resultado do impacto das negociações coletivas sobre os custos com pessoal e ao aumento de 14% no número de colaboradores no segmento.

Crédito ao consumidor – varejo

Demonstração consolidada do resultado

	(em R\$ milhões)				
	Ano Findo em 31 de Dezembro			Variação	
	2013	2012	2011	2013x2012 (%)	2012x2011 (%)
Produto Bancário	14.892	14.211	14.102	4,8	0,8
Margem Financeira	9.230	8.310	8.356	11,1	(0,6)
Receita de Prestação de Serviços	5.662	5.890	5.719	(3,9)	3,0
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	-	(7)	(13)	(100,0)	(46,2)
Outras Receitas	-	18	40	(100,0)	(55,0)
Perdas com Créditos e Sinistros	(4.860)	(5.179)	(4.270)	(6,2)	21,3
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.996)	(6.111)	(5.270)	(1,9)	16,0
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.136	932	1.000	21,9	(6,8)
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	-	-	-	-	-
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	10.032	9.032	9.832	11,1	(8,1)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(7.496)	(7.476)	(7.911)	0,3	(5,5)
Despesas Não Decorrentes de Juros	(6.428)	(6.551)	(6.948)	(1,9)	(5,7)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.068)	(968)	(953)	10,3	1,6
Resultado de Participação sobre o Lúcro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	58	-	100,0	-
Outros Resultados	-	(15)	(10)	100,0	150,0
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.536	1.556	1.921	63,0	(19,0)
Imposto de renda e Contribuição Social	(642)	(311)	(477)	106,4	(34,8)
Participação Minoritária nas Subsidiárias	(124)	-	-	-	-
Lucro Líquido	1.770	1.245	1.444	42,2	(13,8)
Índice de Eficiência (%)	46,5	49,3	52,9		
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	81,7	88,3	85,4		

Em 2013, o lucro líquido do nosso segmento Crédito ao Consumidor – Varejo aumentou 42,2% em relação a 2012, principalmente por conta do aumento de 4,8% no produto bancário e da redução de 6,2% nas perdas com créditos e sinistros. Em 2013, mantivemos nosso apetite de crédito mais conservador com relação à carteira de veículos, aplicando exigências mais rigorosas para concessão de crédito nesse período, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento. Essa estratégia reduziu nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 6.111, em 2012, para R\$ 5.996 em 2013, uma diminuição de 1,9% no acumulado do ano. O aumento de 4,8% do produto bancário é resultado do aumento de 11,1% na margem financeira, parcialmente compensado pela redução de 3,9% da receita de prestação de serviços. O aumento da margem de juros deveu-se, principalmente, aos resultados do Itaú BMG Consignado e à mudança nos critérios de consolidação das nossas subsidiárias FIC e Luizacred, que foram consolidadas proporcionalmente com base em nossa participação de 50% em 2012, e totalmente consolidadas em 2013. A redução da receita de prestação de serviços ocorreu principalmente em decorrência da redução da concessão de financiamento de veículos.

Em 2012, o lucro líquido do nosso segmento crédito ao consumidor teve uma queda de 13,8%, em decorrência do aumento acentuado em despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de 16,0%. O aumento da inadimplência observado na nossa carteira de financiamento de veículos não apenas aumentou as nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, como também levou a uma redução de nossa margem financeira e de nossas comissões de crédito, e a carteira caiu 14,6%. Entretanto, o crescimento das receitas de juros e de prestação de serviços da nossa carteira de cartão de crédito para não correntistas compensou as reduções das receitas da carteira de veículos e permitiu ao segmento absorver parte das perdas. O crescimento das tarifas de cartão de crédito da Redecard, em particular, contribuiu para essa compensação. Houve também uma redução nas despesas não decorrentes de juros, decorrentes, principalmente, da reestruturação da nossa unidade de negócios de crédito ao consumidor, e da revisão de contratos e parcerias e de uma redução no número de colaboradores. Essa reestruturação compensou os aumentos de remuneração e benefícios decorrentes das negociações coletivas.

Atividades com mercado + corporação

Demonstração consolidada do resultado

	(em R\$ milhões)				
	Ano Findo em 31 de Dezembro			Variação	
	2013	2012	2011	2013x2012 (%)	2012x2011 (%)
Produto Bancário	3.901	5.808	5.109	(32,8)	13,7
Margem Financeira	3.571	5.555	4.801	(35,7)	15,7
Receita de Prestação de Serviços	213	249	309	(14,5)	(19,4)
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	117	4	(1)	2825,0	(500,0)
Outras Receitas	-	-	-	-	-
Perdas com Créditos e Sinistros	(82)	251	(521)	(132,7)	(148,2)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(82)	(85)	(531)	(3,5)	(84,0)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	-	336	10	100,0	3260,0
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	-	-	-	-	-
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	3.819	6.059	4.588	(37,0)	32,1
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(572)	(281)	(390)	103,6	(27,9)
Despesas Não Decorrentes de Juros	(741)	(449)	(935)	65,0	(52,0)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	169	(148)	51	(214,2)	(390,2)
Resultado de Participação sobre o Lúcro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	316	447	(100,0)	(29,3)
Outros Resultados	-	-	47	-	100,0
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.247	5.778	4.198	(43,8)	37,6
Imposto de renda e Contribuição Social	(187)	(968)	(244)	(80,7)	296,7
Participação Minoritária nas Subsidiárias	(13)	(589)	(885)	(97,8)	(33,4)
Lucro Líquido	3.047	4.221	3.069	(27,8)	37,5
Índice de Eficiência (%)	18,2	7,5	16,5		
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	20,2	3,3	25,8		

O segmento Atividades com Mercado e Corporação inclui o resultado do investimento do nosso capital excedente, os custos da nossa dívida subordinada excedente e o saldo líquido dos ativos e passivos fiscais. Inclui, também, a margem financeira sobre transações no mercado, os custos das operações de tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias que não são ligadas em qualquer segmento, bem como os ajustes referentes à participação minoritária e à nossa participação na Porto Seguro S.A.

Em 2013, o lucro líquido de atividades com mercado e corporação diminuiu 27,8%, uma vez que a margem financeira caiu 35,7% e as despesas não decorrentes de juros aumentaram 65,0% em comparação com o ano anterior. As despesas não decorrentes de juros aumentaram em 2013 em comparação com 2012, principalmente devido à redução das despesas com benefícios pós-emprego em 2012 relacionados com certos planos de previdência concedidos a funcionários no passado (consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS) – Nota 29 – Benefícios pós-emprego).

As perdas com créditos e sinistros diminuíram de R\$ 251 milhões em 2012 para R\$ 82 milhões em 2013. Essas mudanças foram devidas a diferenças na alocação de receitas e despesas para outros segmentos operacionais.

Em 2012, o lucro líquido do segmento avançou 37,5%, principalmente como resultado do aumento de 15,7% da margem de juros líquida decorrente de maiores ganhos do investimento do nosso capital excedente em comparação com 2011. O imposto de renda e a contribuição social aumentaram frente a maior receita antes do imposto de renda e à contribuição social. A diminuição de R\$ 296 milhões em participações de acionistas não controladores em subsidiárias foi ocasionada, principalmente, por meio da aquisição da participação minoritária remanescente da Redecard em 24 de setembro de 2012.

Variações nos fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações nos fluxos de caixa:

Variações nos Fluxos de Caixa	(em R\$ milhões)		
	Ano Findo em 31 de Dezembro		
	2013	2012	2011
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais	32.530	48.633	(7.440)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento	(14.500)	(37.582)	(1.311)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(10.606)	(4.912)	(921)
Aumento/(Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	7.425	6.139	(9.672)

Atividades operacionais

Em 2013, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais foram resultantes de aumentos em depósitos, aplicações no mercado aberto para revenda aos nossos clientes, e recursos de mercados interbancários, parcialmente compensados por aumentos em operações de crédito e depósitos compulsórios do Banco Central. Em 2012, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais resultaram, principalmente, do aumento das captações no mercado aberto e da diminuição nos depósitos compulsórios do Banco Central, estes parcialmente compensados

por aumentos em aplicações no mercado aberto, operações de crédito e ativos financeiros mantidos para negociação e outros ativos. Em 2011, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais foram decorrentes, principalmente, dos aumentos em operações de crédito e aplicações no mercado aberto, parcialmente compensado por um aumento nos depósitos.

Atividades de investimento

Em 2013, 2012 e 2011, o aumento da compra de ativos disponíveis para venda foi a principal causa das saídas de caixa, decorrentes de atividades de investimento compensadas por recursos recebidos com a venda de ativos disponíveis para venda.

Atividades de financiamento

Em 2013, as variações nos fluxos de caixa, provenientes de atividades de financiamento, decorreram, principalmente, da diminuição dos resgates da nossa dívida subordinada em mercados institucionais, e de dividendos e juros pagos sobre o capital próprio. Em 2012, as variações nos fluxos de caixa de atividades de financiamento foram resultado de uma diminuição dos resgates em mercados institucionais e da aquisição da participação minoritária remanescente da Redecard, parcialmente compensadas por um aumento nas captações em mercados institucionais. Em 2011, as variações nos fluxos de caixa de atividades de financiamento foram, principalmente, decorrentes da diminuição dos resgates em mercados institucionais e de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, esses parcialmente compensados por um aumento nas captações em mercados institucionais. Além disso, pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio nos montantes aproximados de R\$ 5.206 milhões e R\$ 4.588 milhões em 2012 e 2011, respectivamente. Em 2012, realizamos a compra de ações de tesouraria no montante de R\$ 122 milhões, as quais geraram uma saída de caixa no mesmo montante.

Liquidez e recursos de capital

Nosso Conselho de Administração determina nossa política com respeito à gestão de risco de liquidez e estabelece amplos limites quantitativos para uma gestão alinhada com nosso apetite de risco. A Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL), composta por membros da alta administração, é responsável pela gestão estratégica de risco de liquidez, alinhada com a estrutura de gestão de risco aprovada pelo conselho e o nosso apetite de risco. Para estabelecer nossas diretrizes, a CSTIL considera as implicações de liquidez de cada segmento de mercado e produto. A unidade de tesouraria institucional do Itaú Unibanco Holding é responsável pelo gerenciamento diário do perfil de liquidez do grupo, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo conselho e pela CSTIL, incluindo a responsabilidade de supervisão em relação a todas as unidades de negócio por meio das quais operamos no exterior.

Mantemos *pools* de liquidez separados nas nossas operações no Brasil e em cada uma das nossas subsidiárias na América Latina e na Europa. Nossas operações no Brasil incluem instituições financeiras brasileiras e as entidades utilizadas pelas operações brasileiras para captação de recursos e prestação de serviços aos clientes no exterior. Todas as subsidiárias na América Latina (por exemplo, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai) e na Europa possuem as suas próprias tesourarias, com a devida autonomia para administrar a liquidez de acordo com as necessidades e os regulamentos locais, respeitando, simultaneamente, os limites de liquidez estabelecidos pela alta administração da Itaú Unibanco Holding. Em geral, raramente há transferências de liquidez entre as subsidiárias, ou entre a matriz e as subsidiárias, exceto em circunstâncias específicas (como, por exemplo, aumentos de capital direcionados). O Reino Unido e a Colômbia são os únicos países em que operamos onde os órgãos reguladores estabeleceram níveis e regulamentos para liquidez locais.

A regulamentação do CMN também estabelece a conservação de capital e as reservas anticíclicas para instituições financeiras brasileiras, e determina as respectivas porcentagens mínimas, as sanções e as limitações aplicáveis em caso de não cumprimento desses requisitos adicionais. Consulte a seção Nossa gestão de risco – ambiente regulatório, item Implementação de Basileia III no Brasil para mais detalhes.

Definimos a nossa reserva de liquidez operacional do grupo consolidado como o valor total dos ativos que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro, com base em práticas de mercado e normativos legais. A reserva geralmente inclui: disponibilidades, posição bancada de operações compromissadas e títulos públicos se ônus.

A tabela a seguir apresenta nossa reserva operacional em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como a média anual.

	Em 31 de Dezembro			
	2013	2012	2011	2013 Saldo Médio ¹
	(em milhões de R\$)			
Disponibilidades	16.576	13.967	10.668	14.729
Posição Bancada de Operações Compromissadas	23.979	22.896	25.438	26.418
Títulos Públicos sem Ônus	50.573	83.980	44.741	68.969
Reserva Operacional	91.128	120.843	80.447	110.116

1. Saldo médio calculado baseado nos saldos trimestrais das Demonstrações Contábeis.

A administração controla nossas reservas de liquidez, mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL). Esses limites buscam assegurar que o Grupo Itaú Unibanco tenha liquidez disponível suficiente para cobrir casos de imprevistos no mercado. Esses limites são revisados periodicamente, com base nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez adequada para cumprir nossas obrigações atuais e futuras e aproveitar as possíveis oportunidades de negócios.

Estamos expostos aos efeitos das turbulências e da volatilidade nos mercados financeiros globais e na economia dos países nos quais temos negócios, e especialmente no Brasil. Entretanto, devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, que incluem uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas disponíveis que nos possibilitam ter acesso a mais recursos quando necessário, não tivemos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de perturbações nos mercados financeiros internacionais. Consulte a seção Desempenho – Desempenho financeiro, item Passivos para mais detalhes sobre captações.

A tabela a seguir apresenta nossa média de depósitos e empréstimos:

	Ano Findo em 31 de Dezembro					
	2013		2012		2011	
	Saldo Médio	% do Total	Saldo Médio	% do Total	Saldo Médio	% do Total
Passivos Remunerados	738.535	83,3	649.026	83,3	572.622	79,2
Depósitos Remunerados	209.347	23,6	206.652	26,5	186.429	25,8
Depósitos de Poupança	92.964	10,5	73.404	9,4	61.143	8,5
Depósitos Interfinanceiros	7.446	0,8	8.661	1,1	2.376	0,3
Depósitos a Prazo	108.937	12,3	124.587	16,0	122.910	17,0
Captações no Mercado Aberto	256.025	28,9	204.358	26,2	194.949	26,9
Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Institucionais	174.834	19,7	154.852	19,9	125.007	17,3
Recursos de Mercados Interbancários	104.002	11,7	94.555	12,1	77.189	10,7
Recursos de Mercados Institucionais	70.832	8,0	60.297	7,7	47.818	6,6
Provisão de Seguros e Previdência e Passivos de Planos de Capitalização	97.818	11,0	82.820	10,6	66.237	9,2
Outros Passivos Remunerados	511	0,1	344	0,0	-	0,0
Passivos não Remunerados	148.216	16,7	130.293	16,7	150.813	20,8
Depósitos não Remunerados	36.726	4,1	30.324	3,9	26.072	3,6
Derivativos	10.355	1,2	8.251	1,1	7.193	1,0
Outros Passivos não Remunerados	101.135	11,4	91.718	11,8	117.547	16,2
Total do Passivo	886.751	100,0	779.319	100,0	723.435	100,0

Nossas principais fontes de recursos são depósitos remunerados, captações no mercado aberto, repasses de instituições financeiras governamentais, linhas de crédito junto a bancos estrangeiros e emissão de títulos e valores mobiliários no exterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas, Nota 17 – Depósitos para mais detalhes sobre captações.

Parte da nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados eventos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência ou descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido, e não temos motivos para acreditar que seja provável que qualquer deles virá a ocorrer em 2014.

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a subsidiária que distribui tais dividendos tiver contabilizado lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as subsidiárias consideradas instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem realizar depósitos no Itaú Unibanco Holding, os quais representam certificados de depósitos interbancários (CDIs). Essas restrições não tiveram – e não se espera que tenham – um impacto relevante em nossa capacidade de atender nossas obrigações de caixa.

Sazonalidade

Em geral, nossos negócios de banco de varejo e cartão de crédito apresentam certa sazonalidade, com níveis mais altos de transações de cartão de crédito e varejo durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Também temos certa sazonalidade nas nossas taxas de serviços bancários relacionados aos serviços de cobrança do início do ano, que é quando os impostos e outras contribuições fiscais são geralmente pagos.

Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS)

As demonstrações contábeis a seguir, juntamente com o parecer dos auditores independentes, são arquivadas como parte deste relatório anual:

<u>Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas</u>	F-1
<u>Relatório do Auditor Independente Registrado no PCAOB</u>	F-2
<u>Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2013 e 2012</u>	F-4
<u>Demonstração Consolidada do Resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011</u>	F-6
<u>Demonstração Consolidada do Lucro Abrangente referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011</u>	F-7
<u>Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011</u>	F-8
<u>Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011</u>	F-10
<u>Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas</u>	F-12



Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo esses controles, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar erros. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

A nossa administração avaliou a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2013. Nessa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pela Estrutura Integrada de Controle Interno (1992) do Comitê das Organizações Patrocinadoras (COSO - Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission). Com base nessa avaliação e critérios, a nossa administração concluiu que os nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2013 são efetivos.

Em concordância com os requisitos de avaliação da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana 13a-15(d), a nossa administração concluiu que as mudanças ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não afetaram de maneira relevante e nem têm probabilidade razoável de afetar significativamente esses controles e nos controles internos relacionados às demonstrações contábeis.

A efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2013 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma de auditoria independente da companhia, cujo parecer consta no seu relatório incluído em anexo.

/a/ _____
Roberto Egydio Setubal
Diretor Presidente

/a/ _____
Caio Ibrahim David
Vice-Presidente Financeiro

Um original assinado deste relatório foi fornecido ao registrante e será retido e fornecido por ele à Comissão de Valores Mobiliários ou sua equipe mediante solicitação.

Data: 01 de abril de 2014.



Relatório do auditor independente registrado no PCAOB

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Em nossa opinião, os balanços patrimoniais consolidados e as respectivas demonstrações contábeis consolidadas do resultado, resultado abrangente, fluxos de caixa e mutações do patrimônio líquido apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Itaú Unibanco Holding") em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e os resultados das suas operações e seus fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Também em nossa opinião, o Itaú Unibanco Holding manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control – Integrated Framework 1992 (Controles Internos – Um Modelo Integrado 1992) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). A Administração do Itaú Unibanco Holding é responsável por essas demonstrações contábeis consolidadas, pela manutenção de controles internos efetivos relacionados a essas demonstrações contábeis consolidadas e pela avaliação sobre a efetividade desses controles internos conforme descrito no "Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas". Nossa responsabilidade é a de emitir uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e sobre os controles internos do Itaú Unibanco Holding relacionados às demonstrações contábeis consolidadas com base em nossos exames de auditoria integrada. Nossos exames de auditoria integrada foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB) e as normas internacionais de auditoria (ISA). Estas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de se obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de erros materiais e de que os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas foram efetivos em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de demonstrações contábeis consolidadas compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação das práticas e estimativas contábeis relevantes adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Um exame de controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas compreende a obtenção do entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação do risco sobre a existência de deficiência material nos controles internos, e o teste e a avaliação do desenho e da operação efetiva dos controles internos baseado em nossa avaliação de risco. Nossos exames incluíram também a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão de nossas opiniões.



Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são um processo desenvolvido para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e financeiras e à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, refletem adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de adequação ("compliance") com as políticas e procedimentos possa se deteriorar.

/s/ PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil
01 de abril de 2014



Itaú Unibanco Holding S.A.

Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	4	16.576	13.967
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	77.010	63.701
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	25.660	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	6	138.455	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	148.860	145.516
Dados em Garantia		25.743	2.348
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		123.117	143.168
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	371	220
Derivativos	8 e 9	11.366	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	96.626	90.869
Dados em Garantia		18.851	25.929
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		77.775	64.940
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	10.116	3.202
Dados em Garantia		5.095	120
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		5.021	3.082
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	389.467	341.271
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		411.702	366.984
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(22.235)	(25.713)
Outros Ativos Financeiros	20a	47.592	44.492
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	3.931	3.005
Ágio	3b e e	1.905	-
Imobilizado, Líquido	15	6.564	5.628
Ativos Intangíveis, Líquido	16	5.797	4.671
Ativos Fiscais		34.742	32.412
Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes		1.955	3.198
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	27b	31.886	28.381
Outros		901	833
Bens Destinados a Venda	36	117	117
Outros Ativos	20a	12.142	9.923
Total do Ativo		1.027.297	957.154

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos	17	274.383	243.200
Captações no Mercado Aberto	19a	266.682	267.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	371	642
Derivativos	8 e 9	11.405	11.069
Recursos de Mercados Interbancários	19a	111.376	97.073
Recursos de Mercados Institucionais	19b	72.055	72.028
Outros Passivos Financeiros	20b	61.274	50.255
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	99.023	90.318
Passivos de Planos de Capitalização		3.032	2.892
Provisões	32	18.862	19.209
Obrigações Fiscais		3.794	7.109
Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes		1.655	2.560
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidas	27b II	328	3.038
Outras		1.811	1.511
Outros Passivos	20b	20.848	19.956
Total do Passivo		943.105	881.156
Capital Social	21a	60.000	45.000
Ações em Tesouraria	21a	(1.854)	(1.523)
Capital Adicional Integralizado	21c	984	888
Reservas Integralizadas	21d	13.468	22.423
Reservas a Integralizar		12.138	7.379
Resultado Abrangente Acumulado		(1.513)	1.735
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		83.223	75.902
Participações de Acionistas não Controladores		969	96
Total do Patrimônio Líquido		84.192	75.998
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.027.297	957.154

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado – Períodos Findos em (Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Produto Bancário		79.387	81.172	74.276
Receita de Juros e Rendimentos	23a	94.127	96.364	97.352
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(46.361)	(48.067)	(55.599)
Receita de Dividendos		205	323	361
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(5.924)	1.463	1.251
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		6.594	3.755	4.998
Receita de Prestação de Serviços	24	22.712	18.944	19.410
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		6.639	6.108	5.345
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	23.327	24.748	18.179
Resseguros de Prêmios	30b III	(1.523)	(1.166)	(1.010)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(15.628)	(17.970)	(12.311)
Receita de Operações de Capitalização		463	496	487
Outras Receitas	25	1.395	2.282	1.158
Perdas com Créditos e Sinistros		(14.870)	(21.354)	(16.072)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(17.856)	(23.982)	(20.038)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		5.061	4.663	5.477
Despesas com Sinistros		(3.155)	(3.320)	(2.446)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		1.080	1.285	935
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		64.517	59.818	58.204
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(43.652)	(42.402)	(39.953)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(39.914)	(38.080)	(35.674)
Despesas Tributárias		(4.341)	(4.497)	(4.166)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	603	175	(113)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	20.865	17.416	18.251
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(7.503)	(7.716)	(6.956)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		3.160	3.491	3.315
Lucro Líquido		16.522	13.191	14.610
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	16.424	12.634	13.837
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		98	557	773
Lucro por Ação – Básico	28			
Ordinárias		3,31	2,54	2,78
Preferenciais		3,31	2,54	2,78
Lucro por Ação – Diluído	28			
Ordinárias		3,30	2,53	2,77
Preferenciais		3,30	2,53	2,77
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Básica	28			
Ordinárias		2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.703
Preferenciais		2.447.467.073	2.451.543.058	2.464.029.213
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Diluída	28			
Ordinárias		2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.703
Preferenciais		2.464.967.419	2.466.079.564	2.479.134.050

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Períodos Findos em

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido		16.522	13.191	14.610
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(3.187)	1.231	(226)
Variação de Valor Justo		(6.166)	2.760	39
Efeito Fiscal		2.476	(1.106)	2
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	23c	839	(705)	(444)
Efeito Fiscal		(336)	282	177
Hedge		(317)	(465)	(445)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	312	(7)	(184)
Variação de Valor Justo		541	(14)	(300)
Efeito Fiscal		(229)	7	116
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(629)	(458)	(261)
Variação de Valor Justo		(1.049)	(764)	(435)
Efeito Fiscal		420	306	174
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego (*)		(379)	-	-
Remensurações	28	(633)	-	-
Efeito Fiscal		254	-	-
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		635	530	392
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda – (Alienação do Banco BPI S.A.)	26	-	413	(189)
Variação de Valor Justo		-	626	(286)
Efeito Fiscal		-	(213)	97
Total do Resultado Abrangente		13.274	14.900	14.142
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		98	557	773
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		13.176	14.343	13.369

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22) Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2013, 2012 e de 2011 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total Patrimônio Líquido – Acionistas não Controladores		
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes					Total Patrimônio Líquido – Acionistas Controladores	
							Disponíveis para Venda ⁽ⁱ⁾	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós- Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas – Hedge ⁽ⁱⁱ⁾			
Saldo em 01/01/2011	45.000	(628)	490	16.904	3.615	-	775	-	(274)	(7)	65.875	1.677	67.552
Transações com os Acionistas	-	(1.035)	248	1.847	-	(5.054)	-	-	-	-	(3.994)	(1.055)	(5.049)
Ações em Tesouraria – Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	(1.035)	248	-	-	-	-	-	-	-	(787)	-	(787)
Outorga de Opções de Ações – Opções Exercidas	-	268	85	-	-	-	-	-	-	-	353	-	353
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	(1.303)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.303)	-	(1.303)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	163	-	-	-	-	-	-	-	163	-	163
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(391)	(391)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	1.847	-	(5.054)	-	-	-	-	(3.207)	(664)	(3.871)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2011 – Exercício 2010 – Reserva Estatutária	-	-	-	(1.308)	-	-	-	-	-	-	(1.308)	-	(1.308)
Outros	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	13.837	(415)	-	392	(445)	13.369	773	14.142
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	13.837	-	-	-	-	13.837	773	14.610
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(415)	-	392	(445)	(468)	-	(468)
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	594	-	(594)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	6.242	1.947	(8.189)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	45.000	(1.663)	738	24.279	5.561	-	360	-	118	(452)	73.941	1.395	75.336
Mutação do Período	-	(1.035)	248	7.375	1.946	-	(415)	-	392	(445)	8.066	(282)	7.784
Saldo em 01/01/2012	45.000	(1.663)	738	24.279	5.561	-	360	-	118	(452)	73.941	1.395	75.336
Transações com os Acionistas	-	140	150	(7.479)	-	(5.177)	-	-	-	-	(12.366)	(1.458)	(13.824)
Ações em Tesouraria – Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	140	150	-	-	-	-	-	-	-	290	-	290
Outorga de Opções de Ações – Opções Exercidas	-	262	(53)	-	-	-	-	-	-	-	209	-	209
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	(122)	-	-	-	-	-	-	-	-	(122)	-	(122)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	203	-	-	-	-	-	-	-	203	-	203
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(141)	(141)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	(119)	-	(5.177)	-	-	-	-	(5.296)	(378)	(5.674)
Reorganizações Societárias (Nota 3c)	-	-	-	(7.360)	-	-	-	-	-	-	(7.360)	(939)	(8.299)
Outros	-	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	(16)	(398)	(414)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total Patrimônio Líquido – Acionistas não Controladores	Total Patrimônio Líquido – Acionistas não Controladores	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes						
							Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós- Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas – Hedge ⁽²⁾			
Total do Resultado Abrangente													14.900
Lucro Líquido													13.191
Outros Resultados Abrangentes no Período													1.709
Destinações:													
Reserva Legal													-
Reserva Estatutária													-
Saldo em 31/12/2012													96
Mutações do Período													662
Saldo em 01/01/2013													96
Transações com os Acionistas													775
Aumento de Capital – Reserva Estatutária													-
Ações em Tesouraria – Outorga de Opções de Ações													-
Outorga de Opções de Ações – Opções Exercidas													215
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)													662
Outorga de Opções Reconhecidas													212
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 24a I e 3d)													812
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)													37
Reorganizações Societárias (Nota 3c)													640
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2013 – Exercício 2012 – Reserva Especial de Lucros													1.730
Outros													4
Total do Resultado Abrangente													98
Lucro Líquido													98
Outros Resultados Abrangentes no Período													3.248
Destinações:													
Reserva Legal													-
Estatutária													-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio													-
Saldo em 31/12/2013													969
Mutações do Período													873

Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associações e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associações e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.





Itaú Unibanco Holding S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido Ajustado		47.706	54.805	46.785
Lucro Líquido		16.522	13.191	14.610
Ajustes ao Lucro Líquido:		31.184	41.614	32.175
Opções de Outorgas Reconhecidas	22d	212	203	163
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.590)	(1.546)	(2.168)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	17.856	23.982	20.038
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		4.940	4.374	4.441
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		41	138	165
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		15.628	17.970	12.311
Resultado de Operações de Capitalização		(463)	(496)	(487)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	2.333	2.190	2.168
Despesa de Atualização/Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		801	1.178	771
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		4.534	4.793	3.197
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia		(265)	(302)	(365)
Tributos Diferidos		(3.160)	(3.491)	(3.315)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(603)	(175)	113
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	839	(705)	(444)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(8.482)	(4.725)	(3.744)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(544)	(495)	(408)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	1	(52)	(36)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(10)	(1.194)	(53)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	10	20	(43)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível	15 e 16	30	7	45
Outros		77	(61)	(174)
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(15.176)	(6.172)	(54.225)
(Aumento) Redução em Ativos		(48.638)	(94.929)	(109.624)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		520	323	(1.354)
Aplicações no Mercado Aberto		27.601	(61.519)	(23.218)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(13.180)	34.525	(12.187)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(3.347)	(23.627)	(6.378)
Derivativos (Ativos/Passivos)		582	1.565	98
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(151)	(34)	120
Operações de Crédito		(56.661)	(39.837)	(66.850)
Outros Ativos Financeiros		(3.921)	(4.003)	751
Outros Ativos Fiscais		1.059	994	1.377
Outros Ativos		(1.139)	(3.316)	(1.983)
(Redução) Aumento em Passivos		33.462	88.757	55.399
Depósitos		29.466	(3.056)	38.607
Captações no Mercado Aberto		(723)	81.953	(14.252)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(271)	(2.173)	1.480
Recursos de Mercados Interbancários		14.196	6.256	27.853
Outros Passivos Financeiros		5.894	5.886	3.024



	Nota	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Provisão de Seguros e Previdência		(6.923)	1.444	1.729
Passivos de Planos de Capitalização		603	550	722
Provisões		(4.286)	(1.845)	(1.295)
Obrigações Fiscais		3.509	6.157	(645)
Outros Passivos		(1.247)	228	2.185
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.756)	(6.643)	(4.009)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		32.530	48.633	(7.440)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		62	204	70
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		29.518	15.905	35.107
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		465	397	533
Alienação de Bens Destinados a Venda		111	131	140
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		15	1.796	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	60	226	190
Distrato de Contratos do Intangível	16	201	22	184
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(38.738)	(51.796)	(33.600)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(585)	-	(60)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Credicard	3e	(2.875)	-	-
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(379)	(816)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(2.516)	(1.914)	(1.903)
Aquisição de Intangível	16	161	(1.738)	(1.972)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		(14.500)	(37.582)	(1.311)
Captação em Mercados Institucionais		121	26.495	14.246
Resgate em Mercados Institucionais		(5.166)	(14.017)	(8.574)
(Aquisição)/Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		292	(141)	(391)
Aquisição de Participação Adicional junto a Acionistas não Controladores – Redecard S.A.	3c	-	(11.752)	-
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		215	209	353
Aquisições de Ações para Tesouraria		(662)	(122)	(1.303)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(37)	(378)	(664)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(5.369)	(5.206)	(4.588)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(10.606)	(4.912)	(921)
Aumento/(Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	24c e 4	7.425	6.139	(9.672)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	45.775	38.105	45.609
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.590	1.546	2.168
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	55.790	45.790	38.105
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa				
Juros Recebidos		92.411	88.376	94.911
Juros Pagos		52.338	39.304	36.159
Transações não Monetárias				
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	4
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		1.070	1.358	1.309

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas



Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Consolidadas – Em 31 de Dezembro de 2013, 2012 e de 2011

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai e Uruguai. Em 2012, iniciamos uma operação na Colômbia que se intensificará gradualmente durante o ano de 2013.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial – Varejo, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para clientes pessoas físicas de varejo (sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Itaú, *Uniclass* e *Personnalité*) ou com alto patrimônio (*Private Bank*) e para clientes pessoas jurídicas (micro e pequenas empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Crédito ao Consumidor – Varejo, que oferece produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor; (3) Banco de Atacado, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como atividades de banco de investimento e (4) Atividade com Mercado + Corporação, que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, de gestão de *gaps* de moedas, taxas e demais fatores de riscos e de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de Fevereiro de 2013.



Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de Dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB").

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" ("IFRIC") descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

Com o intuito de melhorar a apresentação e classificação das operações de seguros na Demonstração Consolidada do Resultado, de acordo com o IFRS 4 – Contratos de Seguros, reclassificações foram realizadas em relação as operações de seguros. Anteriormente, as receitas das atividades de seguros eram apresentadas na Demonstração Consolidada do Resultado Líquido dos resseguros mantidos no item Receitas de Seguros e Previdência Privada e os números brutos estão apresentados na (Nota 30b III). Nas Demonstrações Contábeis essa informação será apresentada pelos montantes brutos em itens separados na Demonstração Consolidada do Resultado nos itens Receitas de Seguros e Previdência Privada e Resseguros de Prêmios. Despesas com Sinistros que estavam apresentadas líquidas no item Despesas com Sinistros também serão apresentadas de forma bruta nos valores recuperáveis de Sinistros com Resseguros mantidos no item Despesas com Sinistros e Recuperação de Sinistros com Resseguros.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2013

- Alteração do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Em Dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Alteração do IAS 19 – Benefícios aos Empregados – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do "corredor", requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.



- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operation*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Ciclo Anual de Melhorias (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS's), IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, IAS 16 – Imobilizado, IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Estas alterações não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em Novembro de 2009 o IASB emitiu a IFRS 9, introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB alterou a norma incorporando os requerimentos para os passivos financeiros. Em Novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre *hedge accounting*. O IASB decidiu adiar a data de vigência, ainda não definida, contudo, manteve a permissão para adoção antecipada. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas – Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não gerarão impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.



- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2013, não houve aprimoramento de premissas de modelos, em 2012, o aprimoramento das premissas de modelos gerou um incremento no nível de provisões de R\$ 1.492.

O montante de provisão era de R\$ 22.235 (R\$ 25.713 em 31/12/2012).



Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 3.895 (R\$ 3.413 em 31/12/2012).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 39.545 (R\$ 35.003 em 31/12/2012).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 257.223 (R\$ 248.202 em 31/12/2012) dos quais R\$ 11.366 são Derivativos (R\$ 11.597 em 31/12/2012) e passivos no valor de R\$ 11.776 (R\$ 11.711 em 31/12/2012) dos quais R\$ 11.405 são Derivativos (R\$ 11.069 em 31/12/2012). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 31/12/2013 o montante de R\$ (358) (R\$ 29 em 31/12/2012) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.



Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 672, com impacto no montante reconhecido refletido no Patrimônio Líquido – ORA antes dos impostos de R\$ 392, líquido do efeito da Restrição do Ativo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Ativos e Passivos Contingentes

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 18.862 (R\$ 19.209 em 31/12/2012).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

g) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da administração. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.



2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I. Subsidiárias

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, definidas de acordo com o IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, e suas entidades de propósito específico, definidas de acordo com o SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu o IAS 27 e o SIC 12.

De acordo com o IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou, em 1º de Janeiro de 2013, seus investimentos a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com o IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com o IAS 27 e SIC 12.

Para os investimentos que já eram consolidados conforme IAS 27 e SIC 12 e que permanecem consolidados de acordo com o IFRS 10 em 1º de Janeiro de 2013 ou para os investimentos que não eram consolidados pelo IAS 27 e SIC 12 e que continuam não sendo consolidados de acordo com o IFRS 10, nenhum ajuste é requerido.

Os efeitos da adoção do IFRS 10, que originaram a alteração de política contábil, resultaram em um aumento do patrimônio líquido dos acionistas não controladores de R\$ 489. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente não consolidados, que passaram a ser consolidados em 1º de Janeiro de 2013:

	01/01/2012	31/12/2012
Operações de Crédito	2.971	3.089
Total de Ativos	1.168	1.275
Total de Passivos	1.168	1.275
Participação não Controlador	473	520
Lucro Líquido/(Prejuízo) do não Controlador	52	(53)



A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2013 e 31/12/2012:

		País de Constituição	Atividade	Participação % no Capital Votante em		Participação % no Capital Total em	
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Banco Citicard S.A.	(Nota 3e)	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	-	100,00%	-
CitiFinacial Promotora de Negócios e Cobrança S.A.	(Nota 3e)	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	-	100,00%	-
Banco Dibens S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	(1)	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%
Banco Investcred Unibanco S.A.	(2)	Brasil	Instituição Financeira	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%
Banco Itaú BBA International S.A.	(3)	Portugal	Instituição Financeira	-	99,99%	-	99,99%
Banco Itaú BBA S.A.		Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile		Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(4) (Nota 3d)	Brasil	Instituição Financeira	70,00%	100,00%	70,00%	100,00%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.		Luxemburgo	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Suisse S.A.		Suíça	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard Financiamentos S.A.	(5)	Brasil	Instituição Financeira	-	100,00%	-	100,00%
Banco Itauleasing S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização		Brasil	Capitalização	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil		Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	(6)	Brasil	Administração de Consórcios	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(2)	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.		Brasil	Administração de Consórcios	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd.		Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	(7)	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		Colômbia	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú BBA International PLC		Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Itaú BBA USA Securities Inc.		Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		Brasil	Securitizadora	100,00%	99,99%	99,98%	99,98%
Itaú Corretora de Valores S.A.		Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Itaú Japan Asset Management Limited		Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Limited		Emirados Árabes	Representação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.		Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	(8) (Nota 3b)	Brasil	Sociedade de Crédito	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda.		Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.		Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	(2)	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. (Rede)		Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tarjetas Unisoluciones S.A. de Capital Variable		México	Administradora de Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Nova denominação social do Banco Fiat S.A.

(2) Entidades anteriormente consolidadas proporcionalmente, consolidadas integralmente a partir de 01/01/2013.

(3) Empresa incorporada em 01.02.2013 pela Itaú BBA International PLC.

(4) Nova denominação social do Banco Banerj S.A.

(5) Empresa incorporada em 31.07.2013 pelo Itaú Unibanco S.A.

(6) Nova denominação social da Fiat Administradora de Consórcios Ltda.

(7) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis.

(8) Nova denominação social da FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.



O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC – Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25,0% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II. Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações Junto a Acionistas não Controladores

O IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apreamento de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.



Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ 2.635 para o período de 01/01 a 31/12/2013 (R\$ 1.109 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 2.186 de 01/01 a 31/12/2011).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros



e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.



Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II. Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como *hedge* contábil.



De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.



Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.



Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI. Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nossa carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

A área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.



VII. Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.



Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.



Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** – Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.



Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX. Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 20a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a).
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b).
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I. Associadas

De acordo com o IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20,0% a 50,0%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Negócios em conjunto

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou o IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.



De acordo com o IFRS 11, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em joint ventures de acordo com as provisões de transição do IFRS 11.

Os efeitos da adoção do IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente consolidados proporcionalmente, que passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 1º de Janeiro de 2013:

	31/12/2013
Total de Ativos (*)	31
Total de Passivos (*)	7

(*) Composto pelas empresas Olímpia Promoção e Serviços S.A., Rosefield Finance Ltd., MCC Securities Inc. e MCC Corredora de Bolsa.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como



arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com o IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu no período findo em 31/12/2013 perdas por redução ao valor recuperável, (em 31/12/2012 não reconheceu perda e em 31/12/2011 reconheceu perda de R\$ 15), referente ao Imobilizado de Uso.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com o IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.



Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

I) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No período findo em 31/12/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 27, referente a Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros e perda de R\$ 6 correspondente a Gastos com Desenvolvimento de Software (em 31/12/2012 e 31/12/2011 reconheceu perda de R\$ 7 e R\$ 30 respectivamente, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros), causadas por resultados inferiores aos previstos.

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.



m) Bens Destinados a Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social – Correntes e Obrigações Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social – Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos e Obrigações Fiscais – Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados.

31/12/2013	
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (*)	15,00%

(*) Para operações não financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras, a alíquota de contribuição social é 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50,0% de probabilidade de ser realizado.



o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

O IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo IFRS 1, quando da adoção inicial do IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das *commodities*, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente a apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.



Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.



Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada. Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 1.547 de 01/01 a 31/12/2013 (R\$ 1.488 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 1.429 de 01/01 a 31/12/2011).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – Benefícios aos Empregados até 31 de dezembro de 2012 e de acordo com o IAS 19 (revisado em Junho de 2011) – Benefícios aos Empregados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).



Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão – Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) Plano de Outorga de Opções de Ações

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – Pagamento baseado em ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.



Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.



v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecido no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucro por Ação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.



y) Receita de Prestação de Serviços

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de comissões de cartões de crédito são decorrentes da captura destas transações e são apropriadas ao resultado na data de sua captura e processamento.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial – Varejo, (ii) Crédito ao Consumidor – Varejo, (iii) Banco de Atacado e (iv) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) BSF Holding S.A.

Em 14 de Abril de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (“Carrefour”) firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49,0% do BSF Holding S.A. (“Banco Carrefour”), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira “Carrefour” no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de Abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a qual foi efetuada em 31 de Maio de 2012.

A partir de 31 de Maio de 2012, passamos a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13) e como transações entre partes relacionadas (Nota 35).



A alocação do diferencial entre o valor do investimento detido na BSF e a participação em seus ativos líquidos, na data de aquisição, está demonstrada abaixo:

Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos Identificáveis	
Caixa e Equivalentes a Caixa	1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	131
Operações de Crédito, Líquido	600
Imobilizado, Líquido	6
Ativos Intangíveis, Líquido	33
Outros Ativos (*)	1.881
Total de Ativos Adquiridos	2.652
Depósitos	312
Captações no Mercado Aberto	94
Provisões	27
Outros passivos (*)	1.738
Total dos Passivos Assumidos	2.171
Ativos Líquidos a Valor Justo – 100,0%	481
Participação Adquirida – 49,0%	236
Preço Pago	816
Ágio	580

(*) Basicamente representado por operações com cartões de crédito.

O ágio apurado na transação é apresentado como parte do investimento na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto (Nota 13a) e a análise de seu valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

b) FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FAI”)

Em 09 de Agosto de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou o encerramento de sua parceria com a LOJAS AMERICANAS S.A. (“LASA”), celebrada em 2005, para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade pela FAI (entidade controlada em conjunto por ITAÚ UNIBANCO HOLDING e LASA), de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários aos clientes da LASA e de suas afiliadas.

Em consequência de referido encerramento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e LASA celebraram, naquela data, contrato de compra e venda e outras avenças por meio do qual a LASA concordou em (i) vender para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a totalidade da participação que detinha no capital social da FAI, pelo valor de R\$ 95 milhões; e (ii) adquirir o direito de lavra detido pela FAI, relativo à exclusividade para a oferta, distribuição e comercialização dos Produtos e Serviços Financeiros por meio dos canais de distribuição da LASA e/ou de suas afiliadas, pelo valor aproximado de R\$ 112 milhões. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 27 de Dezembro de 2012.

Como resultado dessa transação, a FAI deixou de ser uma entidade controlada em conjunto entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e LASA e passou a ser uma subsidiária integral do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2012 o saldo das contas patrimoniais da FAI foram consolidados integralmente, entretanto o resultado do exercício de 2012 foi consolidado proporcionalmente.



A alocação do diferencial entre o valor pago por 50% da FAI e a participação em seus ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio no valor de R\$ 15.

c) Redecard

Em 24 de setembro de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluiu o leilão de oferta pública de aquisição de ações (OPA) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard, nos termos do edital da OPA publicado em 23 de agosto de 2012.

Como resultado do leilão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu, por meio de sua subsidiária não financeira Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 298.989.237 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 44,4% do capital social, passando a deter 635.474.593 ações ordinárias, representativas de 94,4% de seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 35,00, totalizando o valor de R\$ 10.469.

Com o intuito de concluir a compra da participação minoritária remanescente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu por meio de sua subsidiária Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 36.423.856 ações ordinárias (24.207.582 ações em outubro de 2012; 9.893.659 ações em novembro de 2012; e 2.322.615 ações em dezembro de 2012) pelo valor ofertado na OPA de 24 de setembro de 2012 de R\$ 35,00 acrescido da variação da SELIC do período, resgatou 999.884 ações ordinárias e cancelou 72.372 ações em tesouraria, aumentando a sua participação no capital social de 94,4% para 100,0%, totalizando o valor de R\$ 1.283 (incluindo taxas e corretagens).

No dia 18 de outubro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cancelou o registro da Redecard como companhia aberta.

As alterações no patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., em virtude da compra de ações de não controladores da Redecard, são demonstradas abaixo:

	2012
Efeito da alteração de participação	(11.151)
Reconhecimento da receita de imposto de renda diferido por diferenças temporárias (*)	3.791
Diminuição do patrimônio líquido pela compra de ações da Redecard	(7.360)

(*) Para as controladas não financeiras, a alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social é de 34,00%.

d) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de Julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 17 de Outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de Dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 07 de Janeiro de 2013. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 18 de Abril de 2013.

Como resultado desta transação, o patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores aumentou em R\$ 303.

e) Credicard

Em 14 de maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou um contrato de compra e venda de ações e quotas com Banco Citibank, para aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobranças Ltda., pelo valor de



R\$ 2.948 milhões (atualizado monetariamente), incluindo a marca “Credicard”. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 12 de Dezembro de 2013 e liquidada em 20 de Dezembro de 2013. Será concluída, no decorrer de 2014, a alocação final do diferencial entre o valor pago pela Credicard e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

O Banco Citicard e a Citifinancial são entidades responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca “Credicard”, principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a consolidar integralmente o Banco Citicard e a Citifinancial Promotora de Negócios e Cobranças Ltda. nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Dezembro de 2013. Os saldos patrimoniais e de resultado referentes a Credicard em 31 de Dezembro de 2013 estão apresentados abaixo:

Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos	
Caixa e Equivalentes a Caixa	74
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	183
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	19
Operações de Crédito, Líquido	6.465
Imobilizado, Líquido	18
Ativos Intangíveis, Líquido	317
Outros Valores e Bens e Outros Ativos ⁽¹⁾	1.538
Total de Ativos Adquiridos	8.614
Depósitos	1.942
Outros passivos ⁽²⁾	5.602
Total dos Passivos Assumidos	7.544
Ativos Líquidos	1.070
Preço Pago	2.948
Ágio	1.879

(1) Basicamente representado por créditos tributários.

(2) Basicamente representado por operações com cartões de crédito.

f) Cencosud S.A.

Em 17 de junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um Memorando de Entendimentos com a Cencosud S.A. (“Cencosud”), rede de varejo chilena, buscando uma aliança estratégica por 15 anos, a ser implementada por meio de uma associação.

A implementação da transação estava sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes. Apesar do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ter atuado em estrito cumprimento do previsto no Memorando de Entendimentos entre as partes e emvidado seus maiores esforços na negociação dos contratos definitivos com a Cencosud, a referida negociação não logrou êxito, razão pela qual não será concretizada a associação pretendida.

g) BMG Seguradora S.A.

Em 25 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. (“JV”), sociedade indiretamente controlada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, celebrou contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG S.A. (“Vendedores”), por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas da JV, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A.



A BMG Seguradora gerou R\$ 62,6 milhões em volume de prêmios retidos durante o ano de 2012 e, durante os meses de janeiro a maio de 2013, um volume de prêmios retidos de R\$ 42,4 milhões, 77% acima do volume gerado em igual período de 2012.

A BMG Seguradora celebrou acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com a JV para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos.

A aprovação do Banco Central do Brasil foi obtida em 19 de Dezembro de 2013 e a operação foi liquidada em 27/01/2014 pelo montante de R\$ 88. Estima-se que referida aquisição não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidará a operação em suas demonstrações contábeis.

h) Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. ("BIU") firmou contrato definitivo com o Citibank N.A. Uruguay Branch ("Citi"), por meio do qual foram estabelecidas as regras para aquisição pelo BIU da operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai.

Como resultado da operação, o BIU assumirá uma carteira de mais de 15.000 clientes no Uruguai relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolvem principalmente as operações de cartão de crédito que o Citi desenvolve no Uruguai sob as bandeiras Visa, Mastercard e Dinners, as quais representavam, em 2012, pouco mais de 6% do market share uruguaio.

O valor envolvido na operação em questão não é significativo para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, não acarretará efeitos contábeis relevantes em seus resultados.

A concretização da operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

i) Parceria com a Fiat

Em 20 de agosto de 2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que renovou por mais 10 anos, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A., o acordo de cooperação comercial que mantém com Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. ("Fiat"). Esse acordo prevê (i) a exclusividade para a oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro; e (ii) o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

Não se espera que a operação acarrete efeitos relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	16.576	13.967
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.599	14.347
Aplicações no Mercado Aberto	20.615	17.476
Total	55.790	45.790



Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 7.061 (R\$ 9.479 em 31/12/2012) e R\$ 117.840 (R\$ 145.261 em 31/12/2012), respectivamente.

Nota 5 – Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2013	31/12/2012
Não Remunerados	5.133	6.448
Remunerados	71.877	57.253
Total	77.010	63.701

Nota 6 – Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.024	636	25.660	23.430	396	23.826
Aplicações no Mercado Aberto (*)	138.260	195	138.455	162.558	179	162.737
Total	163.284	831	164.115	185.988	575	186.563

(*) O montante de R\$ 3.333 (R\$ 9.106 em 31/12/2012) está dado em garantia de operações na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 96.262 (R\$ 116.922 em 31/12/2012) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.



Nota 7 – Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.062	-	1.062	1.422	46	1.468
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	112.008	(873)	111.135	110.999	207	111.206
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	1.900	4	1.904	1.250	42	1.286
Títulos Públicos – Outros Países ^(1c)	680	(1)	679	860	12	872
Argentina	99	-	99	105	1	106
Estados Unidos	12	6	18	335	10	345
México	187	(5)	182	224	1	225
Chile	6	-	6	108	-	108
Uruguai	42	(1)	41	33	-	33
Colômbia	225	1	226	34	-	34
Bélgica	109	(2)	107	-	-	-
Peru	-	-	-	21	-	21
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	34.021	59	34.080	30.613	71	30.684
Ações Negociáveis	2.853	43	2.896	2.777	38	2.815
Certificado de Recebíveis Imobiliários	12	-	12	21	-	21
Certificado de Depósito Bancário	3.006	-	3.006	2.933	-	2.933
Debêntures	5.089	8	5.097	4.629	7	4.636
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	1.270	8	1.278	1.587	25	1.612
Letras Financeiras	21.566	-	21.566	18.440	1	18.441
Notas Promissórias	27	-	27	20	-	20
Outros	198	-	198	206	-	206
Total ⁽²⁾	149.671	(811)	148.860	145.144	372	145.516

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeiras e Clientes em 31/12/2013 eram: a) R\$ 24.870 (R\$ 1.881 em 31/12/2012), b) R\$ 429, c) R\$ 18 e d) R\$ 426 (R\$ 467 em 31/12/2012), totalizando R\$ 25.743 (R\$ 2.348 em 31/12/2012).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de ativos financeiros mantidos para negociação para outras categorias de ativos financeiros.



O custo/custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	51.301	51.333	32.225	32.334
Sem vencimento	3.915	3.958	4.199	4.284
Até um ano	47.386	47.375	28.026	28.050
Não Circulante	98.370	97.527	112.919	113.182
De um a cinco anos	81.576	81.032	85.418	85.581
De cinco a dez anos	9.068	8.935	17.878	17.934
Após dez anos	7.726	7.560	9.623	9.667
Total	149.671	148.860	145.144	145.516

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 82.394 (R\$ 75.146 em 31/12/2012). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2013		
	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	355	16	371

	31/12/2012		
	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	217	3	220

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Não Circulante – após dez anos	355	371	217	220

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.



Futuros – Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo – Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps – Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções – Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito – São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 10.385 (R\$ 4.895 em 31/12/2012) e estava basicamente composto por títulos públicos.



A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Contratos de Futuros	427.507	(212)	179	(33)
Compromissos de Compra	94.038	74	221	295
Moeda Estrangeira	6.248	27	222	249
Mercado Interfinanceiro	65.934	7	(1)	6
Índices	16.775	40	-	40
Títulos	4.910	-	-	-
Commodities	164	-	-	-
Outros	7	-	-	-
Compromissos de Venda	333.469	(286)	(42)	(328)
Moeda Estrangeira	106.857	(2)	(43)	(45)
Mercado Interfinanceiro	177.323	(27)	1	(26)
Prefixados	84	-	1	1
Índices	42.746	(257)	(1)	(258)
Títulos	6.371	-	-	-
Commodities	78	-	-	-
Outros	10	-	-	-
Contratos de Swaps		(2.249)	580	(1.669)
Posição Ativa	297.381	2.434	2.008	4.442
Moeda Estrangeira	12.209	917	306	1.223
Mercado Interfinanceiro	60.465	44	823	867
Prefixados	56.717	577	611	1.188
Pós-Fixados	106.590	72	117	189
Índices	61.344	824	149	973
Títulos	50	-	-	-
Commodities	3	-	-	-
Outros	3	-	2	2
Posição Passiva	299.630	(4.683)	(1.428)	(6.111)
Moeda Estrangeira	20.340	(1.440)	(208)	(1.648)
Mercado Interfinanceiro	43.773	49	(714)	(665)
Prefixados	70.318	(1.344)	(188)	(1.532)
Pós-Fixados	4.365	(68)	(85)	(153)
Índices	160.534	(1.777)	(259)	(2.036)
Títulos	143	(86)	23	(63)
Commodities	6	-	-	-
Outros	151	(17)	3	(14)



	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Contratos de Opções	1.182.380	287	(491)	(204)
De Compra – Posição Comprada	234.552	1.216	107	1.323
Moeda Estrangeira	22.409	765	57	822
Mercado Interfinanceiro	30.075	166	(58)	108
Pós-Fixados	96	1	(1)	-
Índices	178.617	244	(47)	197
Títulos	2.943	31	155	186
<i>Commodities</i>	367	5	3	8
Outros	45	4	(2)	2
De Venda – Posição Comprada	393.502	651	(257)	394
Moeda Estrangeira	18.079	205	(110)	95
Mercado Interfinanceiro	34.199	32	(24)	8
Prefixados	28	1	-	1
Pós-Fixados	500	1	-	1
Índices	334.616	210	(170)	40
Títulos	5.808	196	45	241
<i>Commodities</i>	261	5	2	7
Outros	11	1	-	1
De Compra – Posição Vendida	170.271	(1.131)	(433)	(1.564)
Moeda Estrangeira	18.717	(909)	(147)	(1.056)
Mercado Interfinanceiro	12.498	(37)	(31)	(68)
Prefixados	2	-	-	-
Índices	136.645	(161)	(103)	(264)
Títulos	2.237	(17)	(153)	(170)
<i>Commodities</i>	132	(3)	(1)	(4)
Outros	40	(4)	2	(2)
De Venda – Posição Vendida	384.055	(449)	92	(357)
Moeda Estrangeira	10.582	(161)	109	(52)
Mercado Interfinanceiro	52.354	(21)	9	(12)
Prefixados	2	-	-	-
Índices	317.387	(73)	25	(48)
Títulos	3.208	(188)	(50)	(238)
<i>Commodities</i>	511	(5)	(1)	(6)
Outros	11	(1)	-	(1)



	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Contratos a Termo	58.960	1.416	37	1.453
Compras a Receber	9.282	954	128	1.082
Moeda Estrangeira	8.786	480	128	608
Prefixados	128	128	-	128
Pós-Fixados	346	345	-	345
Commodities	22	1	-	1
Obrigações por Compra a Pagar	1.611	(497)	5	(492)
Moeda Estrangeira	1.577	(20)	6	(14)
Prefixados	-	(128)	-	(128)
Pós-Fixados	-	(347)	-	(347)
Commodities	34	(2)	(1)	(3)
Vendas a Receber	27.664	2.243	(10)	2.233
Moeda Estrangeira	3.246	38	(14)	24
Mercado Interfinanceiro	22.482	179	4	183
Prefixados	725	861	-	861
Pós-Fixados	149	149	-	149
Títulos	1.035	1.011	-	1.011
Commodities	27	5	-	5
Obrigações por Venda a Entregar	20.403	(1.284)	(86)	(1.370)
Moeda Estrangeira	8.542	(400)	(89)	(489)
Mercado Interfinanceiro	11.842	-	(1)	(1)
Prefixados	-	(731)	-	(731)
Pós-Fixados	-	(149)	-	(149)
Commodities	19	(4)	4	-
Derivativos de Crédito	25.300	151	144	295
Posição Ativa	13.852	604	82	686
Prefixados	12.973	604	63	667
Títulos	659	-	13	13
Outros	220	-	6	6
Posição Passiva	11.448	(453)	62	(391)
Moeda Estrangeira	2.544	(67)	(17)	(84)
Prefixados	7.724	(386)	108	(278)
Títulos	1.155	-	(28)	(28)
Outros	25	-	(1)	(1)



	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Forwards	50.737	(32)	27	(5)
Posição Ativa	20.900	533	22	555
Moeda Estrangeira	20.775	530	22	552
Pós-Fixados	98	1	-	1
Índices	27	2	-	2
Posição Passiva	29.837	(565)	5	(560)
Moeda Estrangeira	29.774	(564)	5	(559)
Índices	63	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	1.647	(103)	(42)	(145)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	772	-	-	-
Posição Passiva	875	(103)	(42)	(145)
Moeda Estrangeira	810	(103)	(41)	(144)
Mercado Interfinanceiro	65	-	(1)	(1)
Verificação de Swap – Posição Ativa – Moeda Estrangeira	886	-	88	88
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	7.093	195	(14)	181
Posição Ativa	5.602	536	27	563
Moeda Estrangeira	509	25	6	31
Prefixados	1.256	400	8	408
Títulos	3.824	111	13	124
Outros	13	-	-	-
Posição Passiva	1.491	(341)	(41)	(382)
Moeda Estrangeira	482	(13)	(22)	(35)
Prefixados	-	(328)	(1)	(329)
Títulos	777	-	(14)	(14)
Outros	232	-	(4)	(4)
Ativo	9.171	2.195	11.366	
Passivo	(9.718)	(1.687)	(11.405)	
Total	(547)	508	(39)	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação – Valor Referencial	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	31/12/2013
Contrato de Futuros	98.979	111.667	54.054	162.807	427.507
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	10.220	19.984	33.462	231.281	294.947
Contratos de Opções	900.047	103.711	153.069	25.553	1.182.380
Contratos a Termo	9.900	32.131	10.889	6.040	58.960
Derivativos de Crédito	257	1.648	613	22.782	25.300
<i>Forwards</i>	20.418	21.734	6.390	2.195	50.737
<i>Swaps com Verificação</i>	8	7	51	706	772
<i>Verificação de Swap</i>	9	9	67	801	886
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	23	1.027	1.417	4.626	7.093



A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Contratos de Futuros	537.449	46	(69)	(23)
Compromissos de Compra	349.872	47	-	47
Moeda Estrangeira	15.013	29	-	29
Mercado Interfinanceiro	289.816	11	-	11
Índices	38.012	6	-	6
Títulos	6.731	-	-	-
Commodities	294	1	-	1
Outros	6	-	-	-
Compromissos de Venda	187.577	(1)	(69)	(70)
Moeda Estrangeira	58.848	2	(68)	(66)
Mercado Interfinanceiro	107.854	(5)	-	(5)
Índices	13.429	2	(1)	1
Títulos	7.196	-	-	-
Commodities	250	-	-	-
Contratos de Swaps		(906)	(476)	(1.382)
Posição Ativa	130.949	2.131	1.555	3.686
Moeda Estrangeira	12.851	518	140	658
Mercado Interfinanceiro	44.778	366	(7)	359
Prefixados	35.527	444	379	823
Pós-Fixados	4.742	13	4	17
Índices	32.492	741	1.011	1.752
Títulos	559	49	25	74
Outros	-	-	3	3
Posição Passiva	131.855	(3.037)	(2.031)	(5.068)
Moeda Estrangeira	14.899	(860)	(227)	(1.087)
Mercado Interfinanceiro	28.081	(89)	24	(65)
Prefixados	45.070	(735)	(444)	(1.179)
Pós-Fixados	6.652	(54)	(4)	(58)
Índices	36.526	(1.184)	(1.410)	(2.594)
Títulos	569	(115)	30	(85)
Commodities	28	-	-	-
Outros	30	-	-	-



	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Contratos de Opções	2.027.095	(168)	(207)	(375)
De Compra – Posição Comprada	525.476	428	(202)	226
Moeda Estrangeira	15.634	227	(109)	118
Mercado Interfinanceiro	80.332	57	(55)	2
Pós-Fixados	174	1	(1)	-
Índices	428.463	125	(46)	79
Títulos	632	7	13	20
Commodities	200	11	(4)	7
Outros	41	-	-	-
De Venda – Posição Comprada	578.535	1.058	622	1.680
Moeda Estrangeira	12.098	130	(16)	114
Mercado Interfinanceiro	20.343	125	100	225
Pós-Fixados	923	1	-	1
Índices	541.676	614	478	1.092
Títulos	3.054	165	37	202
Commodities	109	11	(3)	8
Outros	332	12	26	38
De Compra – Posição Vendida	296.683	(473)	263	(210)
Moeda Estrangeira	11.990	(212)	91	(121)
Mercado Interfinanceiro	45.296	(47)	46	(1)
Índices	238.695	(195)	139	(56)
Títulos	592	(7)	(17)	(24)
Commodities	84	(12)	5	(7)
Outros	26	-	(1)	(1)
De Venda – Posição Vendida	626.401	(1.181)	(890)	(2.071)
Moeda Estrangeira	9.379	(178)	6	(172)
Mercado Interfinanceiro	117.429	(143)	(322)	(465)
Índices	497.633	(668)	(513)	(1.181)
Títulos	1.455	(168)	(38)	(206)
Commodities	173	(12)	3	(9)
Outros	332	(12)	(26)	(38)



	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Contratos a Termo	23.641	1.227	10	1.237
Compras a Receber	4.103	1.170	(3)	1.167
Moeda Estrangeira	3.116	185	(3)	182
Prefixados	727	727	-	727
Pós-Fixados	258	258	-	258
Commodities	2	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	5.894	(1.077)	13	(1.064)
Moeda Estrangeira	5.759	(82)	13	(69)
Prefixados	-	(727)	-	(727)
Pós-Fixados	-	(258)	-	(258)
Commodities	135	(10)	-	(10)
Vendas a Receber	12.054	2.368	(5)	2.363
Moeda Estrangeira	6.788	107	(3)	104
Mercado Interfinanceiro	2.908	7	-	7
Prefixados	868	891	(1)	890
Pós-Fixados	395	396	(1)	395
Índices	5	5	-	5
Títulos	961	951	(2)	949
Commodities	129	11	2	13
Obrigações por Venda a Entregar	1.590	(1.234)	5	(1.229)
Moeda Estrangeira	1.558	(58)	4	(54)
Prefixados	-	(779)	-	(779)
Pós-Fixados	-	(396)	1	(395)
Commodities	32	(1)	-	(1)
Derivativos de Crédito	6.198	630	8	638
Posição Ativa	3.150	734	(6)	728
Prefixados	2.307	734	(12)	722
Títulos	650	-	5	5
Outros	193	-	1	1
Posição Passiva	3.048	(104)	14	(90)
Prefixados	2.810	(104)	20	(84)
Títulos	232	-	(6)	(6)
Outros	6	-	-	-



	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Forwards	39.875	(47)	80	33
Posição Ativa	18.969	315	64	379
Moeda Estrangeira	18.522	305	64	369
Pós-Fixados	410	8	-	8
Índices	25	2	-	2
Títulos	12	-	-	-
Posição Passiva	20.906	(362)	16	(346)
Moeda Estrangeira	20.890	(362)	16	(346)
Mercado Interfinanceiro	14	-	-	-
Índices	2	-	-	-
Swap com Verificação	1.087	(1)	(41)	(42)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	543	-	-	-
Posição Passiva	544	(1)	(41)	(42)
Moeda Estrangeira	479	(1)	(40)	(41)
Mercado Interfinanceiro	65	-	(1)	(1)
Verificação de Swap – Posição Ativa – Moeda Estrangeira	547	-	35	35
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6.677	276	131	407
Posição Ativa	5.493	1.291	42	1.333
Moeda Estrangeira	485	104	5	109
Prefixados	1.633	776	40	816
Pós-Fixados	285	262	-	262
Títulos	2.994	149	(4)	145
Outros	96	-	1	1
Posição Passiva	1.184	(1.015)	89	(926)
Moeda Estrangeira	179	(92)	94	2
Prefixados	-	(637)	2	(635)
Pós-Fixados	-	(286)	(1)	(287)
Títulos	819	-	(5)	(5)
Outros	186	-	(1)	(1)
Ativo	9.495	2.102	11.597	
Passivo	(8.438)	(2.631)	(11.069)	
Total	1.057	(529)	528	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação – Valor Referencial	0–30	31–180	181–365	Acima de 365	31/12/2012
Contrato de Futuros	107.856	116.709	147.543	165.341	537.449
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	14.159	29.218	21.019	64.422	128.818
Contratos de Opções	1.000.052	97.773	420.582	508.688	2.027.095
Contratos a Termo	7.057	9.140	3.512	3.932	23.641
Derivativos de Crédito	224	1.806	154	4.014	6.198
Forwards	11.037	22.537	4.186	2.115	39.875
Swaps com Verificação	-	-	-	543	543
Verificação de Swap	-	-	-	547	547
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	132	1.498	710	4.337	6.677



Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2013							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps – Ajuste a Receber	4.442	39,1	396	242	168	335	865	2.436
BM&FBOVESPA	350	3,1	2	46	63	19	41	179
Instituições Financeiras	1.141	10,0	225	5	3	47	180	681
Empresas	2.692	23,7	168	187	102	260	448	1.527
Pessoas Físicas	259	2,3	1	4	-	9	196	49
Contratos de Opções	1.717	15,1	423	130	149	698	187	130
BM&FBOVESPA	1.052	9,3	336	40	16	536	124	-
Instituições Financeiras	446	3,9	78	62	75	117	63	51
Empresas	219	1,9	9	28	58	45	-	79
Contratos a Termo	3.315	29,1	2.018	455	361	232	184	65
BM&FBOVESPA	1.195	10,5	424	381	273	117	-	-
Instituições Financeiras	857	7,5	726	2	6	2	120	1
Empresas	1.261	11,1	868	71	82	113	63	64
Pessoas Físicas	2	0,0	-	1	-	-	1	-
Derivativos de Crédito – Instituições Financeiras	686	6,0	-	658	1	1	4	22
Forwards	555	4,9	96	186	65	73	84	51
Instituições Financeiras	427	3,8	80	149	31	52	70	45
Empresas	126	1,1	16	37	34	19	14	6
Pessoas Físicas	2	0,0	-	-	-	2	-	-
Verificação de Swap – Empresas	88	0,8	-	-	-	1	7	80
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	563	5,0	-	-	4	335	79	145
Instituições Financeiras	520	4,6	-	-	1	334	55	130
Empresas	43	0,4	-	-	3	1	24	15
Total (*)	11.366	100,0	2.933	1.671	748	1.675	1.410	2.929
% por prazo de vencimento			25,8	14,7	6,6	14,7	12,4	25,8

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 7.027 referem-se ao circulante e R\$ 4.339 ao não circulante.



Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2013							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps – Ajuste a Receber	3.686	31,7	275	215	171	519	568	1.938
BM&FBOVESPA	471	4,1	5	10	13	17	145	281
Instituições Financeiras	420	3,6	86	137	19	27	32	119
Empresas	2.746	23,6	180	68	136	463	389	1.510
Pessoas Físicas	49	0,4	4	-	3	12	2	28
Contratos de Opções	1.906	16,4	936	176	83	295	358	58
BM&FBOVESPA	1.396	12,0	853	31	14	220	278	-
Instituições Financeiras	118	1,0	26	32	20	17	16	7
Empresas	392	3,4	57	113	49	58	64	51
Contratos a Termo	3.530	30,5	547	652	677	427	718	509
BM&FBOVESPA	961	8,3	285	502	149	25	-	-
Instituições Financeiras	172	1,5	171	1	-	-	-	-
Empresas	2.396	20,7	91	149	528	402	718	508
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Derivativos de Crédito – Instituições Financeiras	728	6,3	119	564	1	1	2	41
Forwards	379	3,3	66	86	56	58	49	64
Instituições Financeiras	126	1,1	38	45	26	14	2	1
Empresas	253	2,2	28	41	30	44	47	63
Verificação de Swap – Empresas	35	0,3	-	-	-	-	1	34
Outros	1.333	11,5	-	900	-	90	60	283
Instituições Financeiras	786	6,8	-	576	-	71	6	133
Empresas	547	4,7	-	324	-	19	54	150
Total (*)	11.597	100,0	1.943	2.593	988	1.390	1.756	2.927
% por prazo de vencimento			16,8	22,4	8,5	12,0	15,1	25,2

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 6.914 referem-se ao circulante e R\$ 4.683 ao não circulante.



	31/12/2013							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros – BM&FBOVESPA	(33)	0,3	-	-	-	-	-	(33)
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	(6.111)	53,6	(361)	(123)	(300)	(662)	(1.076)	(3.589)
BM&FBOVESPA	(514)	4,5	(81)	(1)	(10)	(74)	(150)	(198)
Instituições Financeiras	(903)	7,9	(72)	(22)	(13)	(67)	(253)	(476)
Empresas	(3.305)	29,0	(207)	(100)	(276)	(520)	(541)	(1.661)
Pessoas Físicas	(1.389)	12,2	(1)	-	(1)	(1)	(132)	(1.254)
Contratos de Opções	(1.921)	16,8	(406)	(124)	(201)	(733)	(316)	(141)
BM&FBOVESPA	(1.086)	9,5	(328)	(48)	(54)	(560)	(95)	(1)
Instituições Financeiras	(640)	5,6	(76)	(55)	(107)	(136)	(176)	(90)
Empresas	(195)	1,7	(2)	(21)	(40)	(37)	(45)	(50)
Contratos a Termo	(1.862)	16,3	(1.482)	(94)	(72)	(63)	(116)	(35)
BM&FBOVESPA	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(696)	6,1	(694)	-	(2)	-	-	-
Empresas	(1.165)	10,2	(788)	(93)	(70)	(63)	(116)	(35)
Derivativos de Crédito	(391)	3,5	(6)	(253)	-	(3)	(24)	(105)
Instituições Financeiras	(373)	3,3	(6)	(253)	-	(3)	(13)	(98)
Empresas	(18)	0,2	-	-	-	-	(11)	(7)
Forwards	(560)	4,9	(166)	(139)	(86)	(100)	(46)	(23)
Instituições Financeiras	(339)	3,0	(125)	(100)	(44)	(52)	(18)	-
Empresas	(219)	1,9	(40)	(39)	(41)	(48)	(28)	(23)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	(1)	-	(1)	-	-	-
Swap com Verificação – Empresas	(145)	1,3	-	-	-	(1)	(22)	(122)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(382)	3,3	-	-	(1)	(330)	(7)	(44)
Instituições Financeiras	(333)	2,9	-	-	-	(329)	(2)	(2)
Empresas	(49)	0,4	-	-	(1)	(1)	(5)	(42)
Total (*)	(11.405)	100,0	(2.421)	(733)	(660)	(1.892)	(1.607)	(4.092)
% por prazo de vencimento			21,2	6,4	5,8	16,6	14,1	35,8

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.706) referem-se ao circulante e R\$ (5.699) ao não circulante.



	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros – BM&FBOVESPA	(23)	0,2	-	-	-	(8)	(6)	(9)
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	(5.068)	45,8	(351)	(186)	(536)	(404)	(902)	(2.689)
BM&FBOVESPA	(819)	7,4	(3)	(10)	(169)	(13)	(170)	(454)
Instituições Financeiras	(1.111)	10,0	(238)	(78)	(66)	(184)	(100)	(445)
Empresas	(2.882)	26,1	(102)	(87)	(294)	(195)	(623)	(1.581)
Pessoas Físicas	(256)	2,3	(8)	(11)	(7)	(12)	(9)	(209)
Contratos de Opções	(2.281)	20,5	(1.145)	(152)	(145)	(275)	(508)	(56)
BM&FBOVESPA	(1.720)	15,5	(1.104)	(34)	(31)	(131)	(420)	-
Instituições Financeiras	(335)	3,0	(24)	(91)	(54)	(52)	(64)	(50)
Empresas	(226)	2,0	(17)	(27)	(60)	(92)	(24)	(6)
Contratos a Termo	(2.293)	20,7	(152)	(50)	(492)	(381)	(710)	(508)
Instituições Financeiras	(138)	1,2	(131)	-	(1)	(1)	(5)	-
Empresas	(2.155)	19,5	(21)	(50)	(491)	(380)	(705)	(508)
Derivativos de Crédito – Instituições Financeiras	(90)	0,8	(4)	(1)	-	-	(7)	(78)
Forwards	(346)	3,2	(72)	(153)	(40)	(58)	(18)	(5)
Instituições Financeiras	(185)	1,7	(48)	(77)	(26)	(33)	(1)	-
Empresas	(161)	1,5	(24)	(76)	(14)	(25)	(17)	(5)
Swaps com Verificação – Empresas	(42)	0,4	-	-	-	-	(1)	(41)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(926)	8,4	-	(826)	(1)	(85)	(2)	(12)
Instituições Financeiras	(606)	5,5	-	(512)	-	(84)	-	(10)
Empresas	(320)	2,9	-	(314)	(1)	(1)	(2)	(2)
Total (*)	(11.069)	100,0	(1.724)	(1.368)	(1.214)	(1.211)	(2.154)	(3.398)
% por prazo de vencimento			15,6	12,4	11,0	10,9	19,5	30,6

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.517) referem-se ao circulante e R\$ (5.552) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.



Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	31/12/2013				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	12.249	1.012	2.375	8.463	399
TRS	1.473	1.462	11	-	-
Total por Instrumento	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Total por Risco	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Total por Entidade	13.722	2.474	2.386	8.463	399

	31/12/2012				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	3.847	858	1.983	1.006	-
TRS	1.285	1.275	10	-	-
Total por Instrumento	5.132	2.133	1.993	1.006	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	5.132	2.133	1.993	1.006	-
Total por Risco	5.132	2.133	1.993	1.006	-
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	5.132	2.133	1.993	1.006	-
Total por Entidade	5.132	2.133	1.993	1.006	-



O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

	31/12/2013		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(12.249)	11.578	(671)
TRS	(1.473)	-	(1.473)
Total	(13.722)	11.578	(2.144)

	31/12/2012		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.847)	1.066	(2.781)
TRS	(1.285)	-	(1.285)
Total	(5.132)	1.066	(4.066)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos de compensação master executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos de compensação master executáveis e a acordos similares:

31/12/2013						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	138.455	-	138.455	(957)	(3)	137.495
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.149	(783)	11.366	(3.599)	(429)	7.338

31/12/2012						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	162.737	-	162.737	(200)	(6)	162.531
Instrumentos Financeiros Derivativos	11.597	-	11.597	(1.223)	(464)	9.910



Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos de compensação master executáveis e a acordos similares:

31/12/2013						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	266.682	-	266.682	(12.707)	(35)	253.940
Instrumentos Financeiros Derivativos	11.405	-	11.405	(2.258)	(686)	8.461

31/12/2012						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial		Total
				Instrumentos Financeiros	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	267.405	-	267.405	(8.654)	(104)	258.647
Instrumentos Financeiros Derivativos	11.069	-	11.069	(1.076)	(157)	9.836

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.



Nota 9 – Hedge Contábil

O *hedge* contábil varia de acordo com a natureza do objeto de *hedge* e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de *hedge*, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em Reais, e *swaps* de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em Dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias e, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a transações previstas altamente prováveis, denominadas em dólares.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transação prevista altamente provável: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2008, 2009, 2010 e 2013, e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2014 e 2018. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- *Hedge* de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.
- *Hedge* de Transação prevista altamente provável: câmbio pago/recebidos em datas futuras.



Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos a ativos pré-fixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de *swaps* de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.



Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem approach e o dollar offset:

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2012 e 2013, e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre 2016 e 2028. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2013		31/12/2012	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	193	8	(316)	-
Swap de Taxa de Juros	22	-	(10)	-
Futuros de Taxa de Câmbio	-	-	-	-
Total	215	8	(326)	-

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Em 31/12/2013, o ganho (perda) relativo ao *hedge* de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ (117) (R\$ (376) de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ (167) de 01/01 a 31/12/2011).

b) *Hedge* de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2013		31/12/2012	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(2,974)	19	(1,473)	66
Forward	(15)	15	67	(6)
NDF	751	5	207	4
Ativos Financeiros	(10)	-	-	-
Total	(2,248)	39	(1,199)	64



A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) Hedge de Valor Justo

Instrumentos de Hedge	31/12/2013		31/12/2012	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(15)	-	(4)	-
Total	(15)	-	(4)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/12/2013			31/12/2012		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo		Valor Nominal	Valor Justo	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	57.414	(12)	57.414	50.057	1	50.193
Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	921	22	921	803	(20)	803
Hedge de CDB Subordinado	162	-	140	87	-	129
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	11.438	(78)	6.863	8.593	30	5.156
Hedge de Operações de Crédito	1.683	(15)	1.683	470	4	470
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	314	-	313	-	-	-
Total	71.932	(83)	67.334	60.010	15	56.751

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40,00% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Prazo de Vencimento	Estratégias						Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	Hedge de Operações de Crédito	Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	
2014	37.711	-	162	11.438	-	166	49.477
2015	12.818	921	-	-	-	148	13.887
2016	1.742	-	-	-	259	-	2.001
2017	4.459	-	-	-	129	-	4.588
2018	684	-	-	-	161	-	845
2020	-	-	-	-	42	-	42
2022	-	-	-	-	198	-	198
2023	-	-	-	-	187	-	187
2025	-	-	-	-	46	-	46
2027	-	-	-	-	164	-	164
2028	-	-	-	-	497	-	497
Total	57.414	921	162	11.438	1.683	314	71.932

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.





Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/(Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	202	9	211	250	5	255
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	28.751	(812)	27.939	24.706	756	25.462
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	12.545	(836)	11.709	17.217	848	18.065
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	8.737	(79)	8.658	7.174	(37)	7.137
Estados Unidos	1.111	(10)	1.101	375	-	375
Itália	94	-	94	-	-	-
Dinamarca	2.631	-	2.631	2.554	-	2.554
Coréia	2.455	-	2.455	1.662	-	1.662
Chile	1.043	4	1.047	1.538	(4)	1.534
Paraguai	690	(52)	638	528	(37)	491
Uruguai	440	(20)	420	292	2	294
Bélgica	51	-	51	70	1	71
França	88	-	88	56	1	57
Reino Unido	-	-	-	83	-	83
Holanda	127	(1)	126	-	-	-
Outros	7	-	7	16	-	16
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	48.208	(99)	48.109	38.228	1.722	39.950
Ações Negociáveis	1.930	95	2.025	3.350	462	3.812
Certificado de Recebíveis Imobiliários	12.663	(388)	12.275	7.916	652	8.568
Certificado de Depósito Bancário	2.181	-	2.181	391	-	391
Debêntures	15.404	103	15.507	13.656	308	13.964
Euro Bonds e Assemelhados	4.768	128	4.896	5.311	285	5.596
Notas Promissórias	1.231	(4)	1.227	777	-	777
Cédula de Produtor Rural	647	(22)	625	770	8	778
Letras Financeiras	8.810	(6)	8.804	5.720	-	5.720
Outros	574	(5)	569	337	7	344
Total ⁽²⁾	98.443	(1.817)	96.626	87.575	3.294	90.869

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 9.291 (R\$ 9.969 em 31/12/2012), b) R\$ 7.259 (R\$ 11.646 em 31/12/2012), c) R\$ 586 (R\$ 450 em 31/12/2012) e d) R\$ 1.715 (R\$ 3.864 em 31/12/2012), totalizando R\$ 18.851 (R\$ 25.929 em 31/12/2012).

(2) No período, foram realizadas reclassificações da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento no montante de R\$ 6.036 relativos a Títulos da Dívida Brasileira mantidos em Subsidiárias no Exterior, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (menos valia) de R\$ 214 será diferido pelo prazo de vencimento dos papéis. Essa reclassificação se deu por alinhamento a estratégia de gerenciamento de risco onde a Instituição identificou que possui capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.



O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	38.219	38.267	25.963	26.515
Sem Vencimento	2.129	2.231	3.595	4.060
Até um ano	36.090	36.036	22.368	22.455
Não Circulante	60.224	58.359	61.612	64.354
De um a cinco anos	26.089	26.430	28.914	29.470
De cinco a dez anos	15.525	14.792	19.924	20.480
Após dez anos	18.610	17.137	12.774	14.404
Total	98.443	96.626	87.575	90.869

Nota 11 – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3.778	3.013
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1a)	6.314	118
Títulos Públicos - Outros Países	23	20
Títulos de Dívida de Empresas ^(1b)	1	51
Total ⁽²⁾	10.116	3.202

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) (R\$ 76 em 31/12/2012) e b) R\$ 5.095 (R\$ 44 em 31/12/2012), totalizando R\$ 5.095 (R\$ 120 em 31/12/2012).

(2) No período, foram realizadas reclassificações da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento no montante de R\$ 6.036 relativos a Títulos da Dívida Brasileira mantidos em Subsidiárias no Exterior, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (menos valia) de R\$ 214 será amortizado pelo prazo de vencimento dos papéis. Essa reclassificação se deu por alinhamento a estratégia de gerenciamento de risco onde a Instituição identificou que possui capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 486 (R\$ 471 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 360 de 01/01 a 31/12/2011).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	99	188
Até um ano	99	188
Não Circulante	10.017	3.014
De um a cinco anos	158	147
De cinco a dez anos	5.498	1.087
Após dez anos	4.361	1.780
Total	10.116	3.202



Nota 12 – Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2013	31/12/2012
Pessoas Físicas	167.431	150.921
Cartão de Crédito	53.149	40.531
Crédito Pessoal	26.635	26.749
Crédito Consignado	22.571	13.550
Veículos	40.584	51.646
Crédito Imobiliário	24.492	18.445
Grandes Empresas	126.413	103.729
Micro/Pequenas e Médias Empresas	81.601	85.185
Unidades Externas América Latina	36.257	27.149
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	411.702	366.984
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.235)	(25.713)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	389.467	341.271

Por vencimento	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas a partir de 1 dia	12.239	13.234
A vencer até 3 meses	111.254	101.273
A vencer de 3 a 12 meses	101.716	94.350
A vencer acima de um ano	186.493	158.127
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	411.702	366.984

Por Concentração	31/12/2013	31/12/2012
Principal Devedor	4.358	4.186
10 Maiores Devedores	19.778	18.429
20 Maiores Devedores	29.935	26.751
50 Maiores Devedores	50.131	41.798
100 Maiores Devedores	69.210	57.034



A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade. O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 1.681, R\$ 1.852 e R\$ 1.914 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2013, 31/12/2012 e 31/12/2011 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2012	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas 01/01 a 31/12/2013	Constituição / (Reversão) 01/01 a 31/12/2013	Saldo Final 31/12/2013
Pessoas Físicas	14.844	435	(13.541)	12.115	13.853
Cartão de Crédito	2.863	357	(3.513)	3.245	2.952
Crédito Pessoal	6.841	78	(6.247)	5.816	6.488
Crédito Consignado	867	-	(480)	746	1.133
Veículos	4.227	-	(3.263)	2.281	3.245
Crédito Imobiliário	46	-	(38)	27	35
Grandes Empresas	1.362	-	(478)	899	1.783
Micros/Pequenas e Médias	9.091	-	(7.573)	4.567	6.085
Unidades Externas América Latina	416	-	(177)	275	514
Total	25.713	435	(21.769)	17.856	22.235

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2011	Baixas 01/01 a 31/12/2012	Constituição / (Reversão) 01/01 a 31/12/2012	Saldo Final 31/12/2012
Pessoas Físicas	13.684	(12.317)	13.477	14.844
Cartão de Crédito	3.825	(4.073)	3.111	2.863
Crédito Pessoal	4.842	(4.895)	6.894	6.841
Crédito Consignado	556	(472)	783	867
Veículos	4.415	(2.840)	2.652	4.227
Crédito Imobiliário	46	(37)	37	46
Grandes Empresas	703	(556)	1.215	1.362
Micros/Pequenas e Médias	9.197	(9.209)	9.103	9.091
Unidades Externas América Latina	289	(60)	187	416
Total	23.873	(22.142)	23.982	25.713



Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2010	Baixas 01/01 a 31/12/2011	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/12/2011	Saldo Final 31/12/2011
Pessoas Físicas	11.146	(8.655)	11.193	13.684
Cartão de Crédito	3.306	(3.038)	3.557	3.825
Crédito Pessoal	3.590	(3.222)	4.474	4.842
Crédito Consignado	429	(308)	435	556
Veículos	3.709	(2.013)	2.719	4.415
Crédito Imobiliário	112	(74)	8	46
Grandes Empresas	544	(122)	281	703
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.118)	8.274	9.197
Unidades Externas América Latina	263	(264)	290	289
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2013	31/12/2012
Setor Público	2	2
Indústria e Comércio	4.630	6.443
Serviços	3.012	3.742
Setor Primário	251	411
Outros Setores	12	16
Pessoa Física	14.328	15.099
Total	22.235	25.713

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2013						31/12/2012					
	Impaired			Not impaired			Impaired			Not impaired		
	Carteira	PCLD	Total	Carteira	PCLD	Total	Carteira	PCLD	Total	Carteira	PCLD	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.584	1.019	124.829	764	126.413	1.783	1.467	845	102.262	517	103.729	1.362
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	10.371	6.289	157.060	7.564	167.431	13.853	11.594	7.531	139.327	7.313	150.921	14.844
Cartão de Crédito	2.520	1.493	50.629	1.459	53.149	2.952	2.296	1.463	38.235	1.400	40.531	2.863
Crédito Pessoal	3.574	2.404	23.061	4.084	26.635	6.488	4.477	3.212	22.272	3.629	26.749	6.841
Crédito Consignado	370	157	22.201	976	22.571	1.133	386	186	13.164	681	13.550	867
Veículos	3.701	2.219	36.883	1.026	40.584	3.245	4.250	2.647	47.396	1.580	51.646	4.227
Crédito Imobiliário	206	16	24.286	19	24.492	35	185	23	18.260	23	18.445	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4.165	3.165	77.436	2.920	81.601	6.085	6.335	4.886	78.850	4.205	85.185	9.091
Unidades Externas América Latina	185	95	36.072	420	36.257	514	116	68	27.033	348	27.149	416
Total	16.305	10.568	395.397	11.668	411.702	22.235	19.512	13.330	347.472	12.383	366.984	25.713

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.





c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas – veículos:

	31/12/2013		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	6.587	(792)	5.795
Até 1 ano	6.587	(792)	5.795
Não Circulante	6.149	(1.597)	4.552
Entre 1 e 5 anos	5.950	(1.559)	4.391
Acima de 5 anos	199	(38)	161
Total	12.736	(2.389)	10.347

	31/12/2012		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	10.811	(1.168)	9.643
Até 1 ano	10.811	(1.168)	9.643
Não Circulante	10.158	(2.751)	7.407
Entre 1 e 5 anos	9.938	(2.704)	7.234
Acima de 5 anos	220	(47)	173
Total	20.969	(3.919)	17.050

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 816 (R\$ 1.513 em 31/12/2012).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2013 e 31/12/2012:

Natureza da Operação	31/12/2013				31/12/2012			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	4.514	4.497	4.514	4.476	394	434	394	400

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários



Nota 13 – Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/12/2013		31/12/2013					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42.93	42.93	3.787	(2)	(2)	2.432	466	2.924
BSF Holding S.A. ^(c)	49.00	49.00	819	-	-	984	104	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^(d)	15.00	15.00	2.432	(16)	(102)	358	12	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	64	15	-
Entidades Controladas em Conjunto								
MCC Securities Inc. ^(f)	50.00	50.00	21	-	6	76	2	-
Outros ^(g)	-	-	-	-	-	17	4	-
Total	-	-	-	-	-	3.931	603	-

	% de participação em 31/12/2012		31/12/2012						31/12/2011
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	2.898	4	436	2.076	157	2.309	144
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	607	-	131	880	64	-	-
Banco BPI S.A. ^(h)	-	-	-	-	-	-	(102)	-	(343)
Serasa S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	70	-	102
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	49	(14)	-	(16)
Total	-	-	-	-	-	3.005	175	-	(113)

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2013 a posição de 30/11/2013 e em 31/12/2012 a posição de 30/11/2012, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 806 em 31/12/2013 e R\$ 832 em 31/12/2012, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento. No 4º trimestre/13 o resultado de participações foi impactado em R\$ 272 devido a reversão de provisão referente à decisão favorável sobre a legalidade de cobrança da COFINS sobre receitas das referidas controladas, divulgado em Fato Relevante da Porto Seguro de 19/12/2013.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/12/2013 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/12/2013, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (31,84% capital total e votante e 30,06% capital total e votante em 31/12/2012); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

(f) Em 01/08/2011 a BICSA Holdings Ltd. adquiriu 3.000.001 ações ordinárias da MCC Securities Inc. o montante do investimento inclui o valor de R\$ 66 em 31/12/2013 que corresponde ao ágio.

(g) Em 31/12/2013, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: MCC Corredora de Bolsa S.A. (50,05% capital total e votante); Rosefield Finance Ltd. (50,00% capital total e votante); Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50,00% capital total e votante), e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(h) Investimento alienado em 20/04/2012.

(i) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detinha 24% no capital votante da Serasa S.A.. Investimento alienado em 23/11/2012.



Em 31/12/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo a principal Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 175 (R\$ 161 em 31/12/2012 e R\$ 148 em 31/12/2011).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Total de Ativos ^{(1) (2)}	17.131	3.505	107.783
Total de Passivos ^{(1) (2)}	10.072	-	102.831
Total de Receitas ^{(1) (2)}	3.606	567	8.739
Total de Despesa ^{(1) (2)}	(2.394)	-	(9.894)

(1) Em 31/12/2011 representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R\$ 103.696 referente a Ativos, de R\$ 102.544 referente a Passivos, de R\$ 7.081 referente a Receitas e de R\$ 8.961 referente a Despesas. Esse investimento foi alienado em 20/04/2012.

(2) Em 31/12/2013 representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 12.503 referente a Ativos, de R\$ 10.071 referente a Passivos, de R\$ 2.455 referente a Receitas e de R\$ 2.353 referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 338 (R\$ 248 em 31/12/2012).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	162	174
Até 1 ano	162	174
Não Circulante	176	74
De 1 a 5 anos	176	74
Total de Pagamento Mínimos Futuros	338	248
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	338	248



b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas se referem basicamente a contratos de aluguéis que totalizam R\$ 933 de 01/01 a 31/12/2013 (R\$ 868 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 798 de 01/01 a 31/12/2011).

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	1.093	948
Até 1 ano	1.093	948
Não Circulante	3.638	3.412
De 1 a 5 anos	3.091	2.910
Mais de 5 anos	547	502
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.731	4.360



Nota 15 – Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2012	1.029	2.472	1.253	872	931	5.480	606	12.643
Aquisições	-	554	207	183	210	1.262	118	2.534
Baixas	(8)	(13)	(211)	(11)	(15)	(474)	(3)	(735)
Variação Cambial	-	2	5	4	(8)	9	3	15
Outros	(2)	(16)	44	(5)	(23)	2	1	1
Saldo em 31/12/2013	1.019	2.999	1.298	1.043	1.095	6.279	725	14.458
Depreciação								
Saldo em 31/12/2012	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Despesa de Depreciação	-	(70)	(235)	(80)	(83)	(987)	(67)	(1.522)
Baixas	-	10	209	7	7	430	2	665
Variação Cambial	-	-	(2)	3	9	(11)	-	(1)
Outros	-	16	(26)	(11)	(3)	2	1	(21)
Saldo em 31/12/2013	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Redução ao Valor Recuperável								
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2013	1.019	1.348	631	604	599	2.049	314	6.564

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1.212, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 949, sendo de Imóveis de Uso R\$ 763, Benfeitorias R\$ 16 e Equipamentos R\$ 170.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.



Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2011	1.184	2.340	1.245	937	863	4.988	548	12.105
Aquisições	53	225	226	202	139	1.008	61	1.914
Baixas	(173)	(15)	(251)	(10)	(38)	(504)	(7)	(998)
Variação Cambial	2	4	10	6	(20)	2	-	4
Outros	(37)	(82)	23	(263)	(13)	(14)	4	(382)
Saldo em 31/12/2012	1.029	2.472	1.253	872	931	5.480	606	12.643
Depreciação								
Saldo em 31/12/2011	-	(1.583)	(607)	(547)	(360)	(3.344)	(291)	(6.732)
Despesa de Depreciação	-	(78)	(263)	(68)	(77)	(801)	(59)	(1.346)
Baixas	-	6	251	10	15	466	4	752
Variação Cambial	-	(2)	3	4	3	9	(1)	16
Outros	-	50	3	243	2	6	-	304
Saldo em 31/12/2012	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Redução ao Valor Recuperável								
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	6	-	-	6
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2012	1.029	865	640	514	505	1.816	259	5.628

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado.

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 349, sendo de Imóveis de Uso R\$ 235, Benfeitorias R\$ 65 e Equipamentos R\$ 49.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.



Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de preciação	De-	4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2010	1.045	2.321	1.116	770	863	4.746	529	11.390
Aquisições	167	81	229	179	220	942	85	1.903
Baixas	(20)	(67)	(131)	(18)	(165)	(671)	(66)	(1.138)
Variação Cambial	2	(11)	(1)	5	(13)	39	3	24
Outros	(10)	16	32	1	(42)	(68)	(3)	(74)
Saldo em 31/12/2011	1.184	2.340	1.245	937	863	4.988	548	12.105
Depreciação								
Saldo em 31/12/2010	-	(1.522)	(490)	(503)	(430)	(3.342)	(302)	(6.589)
Despesa de Depreciação	-	(96)	(242)	(53)	(63)	(677)	(53)	(1.184)
Baixas	-	27	127	17	144	615	61	991
Variação Cambial	-	(2)	(4)	3	(6)	(11)	2	(18)
Outros	-	10	2	(11)	(5)	71	1	68
Saldo em 31/12/2011	-	(1.583)	(607)	(547)	(360)	(3.344)	(291)	(6.732)
Redução ao Valor Recuperável								
Saldo em 31/12/2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2011	1.184	757	638	390	488	1.644	257	5.358

(1) Há compromisso contratual para compra de Imobilizado no montante de R\$ 166.

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 131, sendo de Imóveis de Uso R\$ 56, Benfeitorias R\$ 51 e Equipamentos R\$ 24.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.



Nota 16 – Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807
Aquisições ⁽²⁾	195	340	382	820	298	2.035
Distratos/ Baixas	(527)	(83)	(161)	(178)	(1)	(950)
Variação Cambial	-	1	(10)	-	39	30
Outros	-	97	(108)	-	(5)	(16)
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Amortização ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)
Despesa de Amortização	(273)	(137)	(291)	(36)	(74)	(811)
Distratos/ Baixas	519	68	158	-	1	746
Variação Cambial	-	-	14	-	(25)	(11)
Outros	-	(9)	132	-	10	133
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Redução ao Valor Recuperável ⁽⁴⁾						
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Adições/reconhecimentos	-	(27)	-	(6)	-	(33)
Baixas	-	3	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2013	612	1.405	971	2.142	667	5.797

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 760, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Contempla aquisição da Credicard (Nota 3c).

(3) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(4) Nota 2.4f.



Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	até 9	até 5	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2011	1.678	1.402	1.520	613	621	5.834
Aquisições	320	12	370	925	111	1.738
Baixas	(500)	(95)	-	-	(1)	(596)
Variação Cambial	-	7	8	-	23	38
Outros	14	10	(162)	15	(66)	(189)
Saldo em 31/12/2012	1.512	1.336	1.736	1.553	688	6.825
Amortização⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2011	(897)	(111)	(795)	-	(174)	(1.977)
Despesa de Amortização	(384)	(137)	(258)	(11)	(71)	(861)
Baixas	499	71	-	-	1	571
Variação Cambial	-	(1)	1	-	(12)	(12)
Outros	(14)	(2)	171	-	(8)	147
Saldo em 31/12/2012	(796)	(180)	(881)	(11)	(264)	(2.132)
Redução ao Valor Recuperável⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2011	(30)	(2)	-	-	-	(32)
Adições/reconhecimentos	(3)	(4)	-	-	-	(7)
Reversões	15	2	-	-	-	17
Saldo em 31/12/2012	(18)	(4)	-	-	-	(22)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2012	698	1.152	855	1.542	424	4.671

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.



Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	até 9	até 5	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2010	2.432	1.174	1.327	-	271	5.204
Aquisições	366	318	368	613	307	1.972
Baixas	(1.097)	(94)	(116)	-	(7)	(1.314)
Variação Cambial	-	1	16	-	25	42
Outros	(23)	3	(75)	-	25	(70)
Saldo em 31/12/2011	1.678	1.402	1.520	613	621	5.834
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2010	(1.285)	(56)	(795)	-	(114)	(2.250)
Despesa de Amortização	(603)	(114)	(208)	-	(59)	(984)
Baixas	985	66	116	-	7	1.174
Variação Cambial	-	-	(6)	-	(8)	(14)
Outros	6	(7)	98	-	-	97
Saldo em 31/12/2011	(897)	(111)	(795)	-	(174)	(1.977)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2010	(17)	(3)	-	-	-	(20)
Adições/reconhecimentos	(24)	(6)	-	-	-	(30)
Reversões	11	7	-	-	-	18
Saldo em 31/12/2011	(30)	(2)	-	-	-	(32)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2011	751	1.289	725	613	447	3.825

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.



Nota 17 – Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	165.646	65.845	231.491	140.742	67.542	208.284
Depósitos a Prazo	51.657	65.474	117.131	49.897	67.335	117.232
Depósitos Interfinanceiros	7.823	371	8.194	7.394	207	7.601
Depósito de Poupança	106.166	-	106.166	83.451	-	83.451
Depósitos não Remunerados	42.892	-	42.892	34.916	-	34.916
Depósitos à Vista	42.892	-	42.892	34.916	-	34.916
Total	208.538	65.845	274.383	175.658	67.542	243.200

Nota 18 – Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Notas Estruturadas		
Ações	147	298
Títulos de Dívida	224	344
Total	371	642

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2013 e 31/12/2012.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
	Custo/Valor Justo	Custo/Valor Justo
Circulante	87	79
Não Circulante	284	563
De um a cinco anos	233	522
De cinco a dez anos	22	36
Após dez anos	29	5
Total	371	642



Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	148.598	118.084	266.682	157.120	110.285	267.405
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios (*)	80.319	118.084	198.403	57.080	110.285	167.365
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	68.279	-	68.279	100.040	-	100.040
Interbancário	55.777	55.599	111.376	53.542	43.531	97.073
Letras Hipotecárias	39	142	181	44	183	227
Letras de Crédito Imobiliário	6.634	2.285	8.919	12.432	864	13.296
Letras de Crédito do Agronegócio	4.176	3.097	7.273	2.735	2.586	5.321
Letras Financeiras	6.369	7.454	13.823	7.593	11.102	18.695
Financiamento à Importação e à Exportação	25.780	7.834	33.614	18.878	4.175	23.053
Repasse no País	12.772	30.243	43.015	11.860	24.188	36.048
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	3	4.511	4.514	-	394	394
Outros	4	33	37	-	39	39

(*) Inclui R\$ 123.922 (R\$ 127.652 em 31/12/2012) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	75% do CDI a 13,23%	0,2% a 4,08%
Letras Hipotecárias	-	2,7% a 7,5%
Letras de Crédito Imobiliário	84% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113% do CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	84% a 97,5% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	0,5% a 103,35% do CDI	0,54% a 11%
Repasse no País	0,62% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,2% a 16,6%	-

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 75% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.



b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada (*)	6.138	50.426	56.564	3.382	51.797	55.179
Obrigações por Emissão de Debêntures	-	-	-	1.569	-	1.569
Obrigações por TVM no Exterior	5.358	10.133	15.491	7.119	8.161	15.280
Total	11.496	60.559	72.055	12.070	59.958	72.028

(*) Em 31/12/2013, R\$ 55.186 (R\$ 51.134 em 31/12/2012) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 0,35% a IGPM + 7,60%	5,1% a 6,2%
Obrigações por Emissão de Debêntures	100% do CDI	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,4% a 12,75%	0,03% a 12,7%

Nota 20 – Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	34.285	13.307	47.592	31.293	13.199	44.492
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	22.138	-	22.138	20.429	-	20.429
Operações de Seguros e Resseguros	5.192	-	5.192	4.407	-	4.407
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.172	11.818	13.990	1.270	11.846	13.116
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	731	-	731	758	-	758
Negociação e Intermediação de Valores	2.144	72	2.216	2.532	110	2.642
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	41	692	733	237	553	790
Serviços Prestados a Receber	1.729	-	1.729	1.372	-	1.372
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	725	725	-	690	690



	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações sem Características de Concessão de Crédito	138	-	138	288	-	288
Não Financeiros	11.626	516	12.142	8.284	1.639	9.923
Despesas Antecipadas	4.232	420	4.652	2.561	1.615	4.176
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	2.308	-	2.308	2.815	-	2.815
Diversos no País	3.099	-	3.099	1.392	-	1.392
Diversos no Exterior	405	96	501	326	24	350
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-
Outros	1.582	-	1.582	1.190	-	1.190

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até março/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	60.582	692	61.274	50.033	222	50.255
Operações com Cartões de Crédito	54.263	-	54.263	45.125	-	45.125
Carteira de Câmbio	259	-	259	144	-	144
Negociação e Intermediação de Valores	5.230	516	5.746	4.105	148	4.253
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	162	176	338	174	74	248
Recursos de Consorciados	28	-	28	86	-	86
Outros	640	-	640	399	-	399
Não Financeiros	20.173	675	20.848	19.539	417	19.956
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	205	-	205	399	-	399
Diversos no País	1.071	46	1.117	1.648	-	1.648
Recursos em Trânsito	8.132	-	8.132	7.207	-	7.207
Provisão para Pagamentos Diversos	2.027	511	2.538	2.011	273	2.284
Sociais e Estatutárias	3.172	37	3.209	3.004	55	3.059
Relativas a Operações de Seguros	1.200	-	1.200	922	-	922
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	440	-	440	370	-	370
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	699	27	726	569	37	606
Provisão de Pessoal	1.251	54	1.305	1.163	52	1.215
Provisão para Seguro Saúde	655	-	655	635	-	635
Rendas Antecipadas	1.099	-	1.099	1.110	-	1.110
Outros	222	-	222	501	-	501



Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 19/04/2013 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 15.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 21/05/2013 e o processo foi homologado pelo BACEN em 06/05/2013. Em consequência, o capital social foi elevado em 457.093.610 ações.

O capital social está representado por 5.028.029.710 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.518.215.040 ações ordinárias e 2.509.814.670 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 60.000 (R\$ 45.000 em 31/12/2012), sendo R\$ 41.602 (R\$ 31.159 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 18.398 (R\$ 13.841 em 31/12/2012) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	31/12/2013			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2012	2.280.400.056	884.649.441	3.165.049.497	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	8.886.344	1.397.000.259	1.405.886.603	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Bonificação de Ações – AGE de 19/04/2013 – Efetivada em 21/05/2013	228.928.640	228.164.970	457.093.610	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Residentes no País em 31/12/2013	2.502.311.972	983.934.784	3.486.246.756	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	15.903.068	1.525.879.886	1.541.782.954	
Ações em Tesouraria em 31/12/2012 ⁽¹⁾	2.100	52.554.239	52.556.339	(1.523)
Aquisições de Ações	-	23.500.000	23.500.000	(662)
Exercidas – Outorga de Opções de Ações	-	(7.417.015)	(7.417.015)	107
Alienações – Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.477.121)	(4.477.121)	224
Bonificação de Ações – AGE de 19/04/2013 – Efetivada em 21/05/2013	210	4.706.907	4.707.117	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.310	68.867.010	68.869.320	(1.854)
Em Circulação em 31/12/2013	2.518.212.730	2.440.947.660	4.959.160.390	
Em Circulação em 31/12/2012 ⁽²⁾	2.518.212.730	2.452.005.007	4.970.217.737	



	31/12/2012 Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2011	2.512.277.718	1.013.125.540	3.525.403.258	
Residentes no Exterior em 31/12/2011	5.937.322	1.496.689.130	1.502.626.452	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Residentes no País em 31/12/2012	2.508.440.062	973.114.385	3.481.554.447	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	9.774.978	1.536.700.285	1.546.475.263	
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 ⁽¹⁾	2.310	63.023.368	63.025.678	(1.663)
Aquisições de Ações	-	4.730.000	4.730.000	(122)
Exercidas – Outorga de Opções de Ações	-	(6.362.312)	(6.362.312)	126
Alienações – Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(3.581.393)	(3.581.393)	136
Ações em Tesouraria em 31/12/2012 ⁽¹⁾	2.310	57.809.663	57.811.973	(1.523)
Em Circulação em 31/12/2012 ⁽²⁾	2.518.212.730	2.452.005.007	4.970.217.737	
Em Circulação em 31/12/2011	2.518.212.730	2.446.791.302	4.965.004.032	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2012, foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 21/05/2013.

Abaixo são discriminados o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo/Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2013	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	26,36
Médio ponderado	-	28,18
Máximo	-	29,24
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	8,77	26,93
Valor de Mercado em 31/12/2013	29,45	31,35

Custo/Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2012	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	27,25
Médio ponderado	-	28,45
Máximo	-	28,98
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	8,77	26,35
Valor de Mercado em 31/12/2012	31,18	33,39



b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, e o pagamento é efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,012 por ação, sendo que, a partir do pagamento de abril de 2012 foi elevado em 25% passando para R\$ 0,015 por ação, conforme Reunião do Conselho de Administração de 06/02/2012.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Lucro Líquido Individual (BR GAAP)	11.661	10.800	11.890
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(583)	(540)	(595)
Base de Cálculo do Dividendo	11.078	10.260	11.296
Dividendos Mínimo Obrigatório – 25%	2.769	2.565	2.824
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos/Provisionados	5.095	4.518	4.394

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2013		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.162	(206)	1.956
Dividendos – 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2013	786	-	786
Juros sobre Capital Próprio – R\$ 0,2774 por ação, pago em 21/08/2013	1.376	(206)	1.170
Declarados até 31/12/2013 (Registrados em Outras Passivos)	1.084	(152)	933
Dividendos – 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2014	74	-	74
Juros sobre Capital Próprio – R\$ 0,2036 por ação, creditados em 30/12/2013 a serem pagos em 28/02/2014	1.010	(152)	859
Declarados após 31/12/2013 (Registrados em Reservas de Lucros – Equalização de Dividendos)	2.596	(389)	2.207
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,5236 por ação.	2.596	(389)	2.207
Total de 01/01 a 31/12/2013 – R\$ 1,0340 líquido por ação	5.842	(747)	5.095



	31/12/2012		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	1.971	(188)	1.783
Dividendos – 02 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a março de 2012	108	-	108
Dividendos – 09 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de abril a dezembro de 2012	610	-	610
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,2774 por ação, pago em 15/08/2012	1.253	(188)	1.065
Declarados até 31/12/2012 (Registrados em Outros Passivos)	1.478	(212)	1.267
Dividendos – 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2013	68	-	68
Juros sobre Capital Próprio – R\$ 0,3120 por ação, creditados em 28/12/2012 a serem pagos até 30/04/2013	1.410	(212)	1.199
Declarados após 31/12/2012 (Registrados em Reservas de Lucros – Reservas Especiais de Lucros)	1.728	(259)	1.468
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,3824 por ação a serem pagos até 30/04/2013	1.728	(259)	1.468
Total de 01/01 a 31/12/2012 – R\$ 1,0000 líquido por ação	5.177	(658)	4.518

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2011		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	1.820	(183)	1.637
Dividendos – 11 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2011	598	-	598
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,2706 por ação, pago em 22/08/2011	1.222	(183)	1.039
Declarados até 31/12/2011 (Registrados em Outros Passivos)	1.387	(200)	1.187
Dividendos – 1 parcela mensal de R\$ 0,012 por ação, paga em 02/01/2012	54	-	54
Juros sobre Capital Próprio – R\$ 0,2880 por ação, creditados em 29/12/2011 pagos entre 01/01/2012 e 30/04/2012	1.300	(195)	1.105
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,0072 por ação pagos entre 01/01/2012 e 30/04/2012	33	(5)	28
Declarados após 31/12/2011 (Registrados em Reservas de Lucros – Reservas Especiais de Lucros)	1.847	(277)	1.570
Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 0,4092 por ação pagos – entre 01/01/2012 e 30/04/2012	1.847	(277)	1.570
Total de 01/01 a 31/12/2011 – R\$ 0,9727 líquido por ação	5.054	(660)	4.394



c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	13.183	22.138	23.994
Legal ⁽²⁾	4.971	4.388	3.848
Estatutárias	13.615	23.382	18.299
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	3.901	6.291	3.751
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	3.003	6.274	5.257
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	6.711	10.817	9.291
Reorganizações Societárias (Nota 3c)	(7.999)	(7.360)	-
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	2.596	1.728	1.847
Total das Reservas na Controladora	13.468	22.423	24.279

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 – Plano para Outorga de Opções de Ações

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas, bem como funcionários com base em avaliação de potencial e performance.



Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste plano somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos, e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

Em AGE de 19/04/2013 foi aprovada a conversão do Plano de Opção de Compra de Ações da REDECARD S.A para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com a troca das ações RDCD3 para ITUB4, sem impacto financeiro significativo.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e/ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas no fim do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no período findo em 31/12/2013 – R\$ 34,66 por ação (em 31/12/2012 – R\$ 36,00 por ação).



O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. Valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações no período findo em 31/12/2013 – R\$ 15 (em 31/12/2012 – R\$ 50).

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples			Opções de Sócios		Total
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Quantidade	Valor de Mercado Médio Ponderado	
Saldo em 31/12/2012	65.161.746	34,43		15.704.171		80.865.917
Opções exercíveis no final do período	21.464.092	34,84		36.821		21.500.913
Opções em aberto não exercíveis	43.697.654	34,23		15.667.350		59.365.004
Opções:						
Outorgadas ⁽¹⁾	509.336	28,90		5.196.008		5.705.344
Canceladas/Perda de Direito ⁽²⁾	(2.497.725)	39,41		(594.097)		(3.091.822)
Exercidas	(3.794.406)	28,25	33,44	(3.622.609)	31,02	(7.417.015)
Saldo em 31/12/2013	59.378.951	36,13		16.683.473		76.062.424
Opções exercíveis no final do período	29.758.904	33,46		-		29.758.904
Opções em aberto não exercíveis	29.620.047	39,88		16.683.473		46.303.520
Faixa de preços de exercício						
Outorga 2006-2009		27,78 – 46,66				
Outorga 2010-2012		28,90 – 45,13				
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,57			2,05		

(1) Refere-se a conversão do Plano REDECARD.

(2) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

**Resumo da Movimentação do Plano**

	Opções Simples			Opções de Sócios		Total
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Quantidade	Valor de Mercado Médio Ponderado	
Saldo em 31/12/2011	63.109.028	32,33		13.720.596		76.829.624
Opções exercíveis no final do período	18.377.843	28,69		95.278		18.473.121
Opções em aberto não exercíveis	44.731.185	33,83		13.625.318		58.356.503
Opções:						
Outorgadas	11.444.572	31,25		3.675.461		15.120.033
Canceladas/Perda de Direito (*)	(4.206.794)	38,32		(514.633)		(4.721.427)
Exercidas	(5.185.060)	24,35	32,61	(1.177.253)	31,63	(6.362.313)
Saldo em 31/12/2012	65.161.746	34,43		15.704.171		80.865.917
Opções exercíveis no final do período	21.464.092	34,84		36.821		21.500.913
Opções em aberto não exercíveis	43.697.654	34,23		15.667.350		59.365.004
Faixa de preços de exercício						
Outorga 2005-2009		18,43 – 44,05				
Outorga 2010-2012		31,23 – 42,75				
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,49			2,13		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	3.076.764
Instrumentos:	
Novos IBA's	485.239
Convertidos	(1.575.301)
Cancelados	(1.442)
Saldo em 31/12/2013	1.985.260
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	0,62

	Quantidade
Saldo em 31/12/2011	2.672.933
Instrumentos:	
Novos IBA's	1.547.158
Convertidos	(1.077.588)
Cancelados	(65.739)
Saldo em 31/12/2012	3.076.764
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	0,73



c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções dos Sócios (*)								
18ª	27/02/2013	27/02/2016	-	34,66	28,87	2,91%	-	-
18ª	27/02/2013	27/02/2018	-	34,66	27,25	2,91%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/12/2013 foi de R\$ (188) (R\$ (177) de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ (163) de 01/01 a 31/12/2011) em contrapartida a Reserva de Capital – Opção de Outorga Reconhecida – Lei 11.638 (Nota 16c).

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	215	209	353
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(331)	(262)	(268)
Efeito na Venda (*)	(116)	(53)	85

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.



Nota 23 – Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4.314	5.334	9.182
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	583	1.042	890
Aplicações em Mercado Aberto	12.630	10.096	9.961
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	10.860	13.324	14.676
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.067	3.771	2.888
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	486	471	360
Operações de Crédito	59.546	61.139	58.492
Outros Ativos Financeiros	641	1.187	903
Total	94.127	96.364	97.352

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Depósitos	(9.802)	(10.544)	(12.186)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(16.865)	(17.539)	(22.133)
Recursos de Mercados Interbancários	(6.245)	(5.747)	(5.536)
Recursos de Mercados Institucionais	(9.971)	(7.693)	(10.505)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(3.436)	(6.513)	(5.239)
Outros	(42)	(31)	-
Total	(46.361)	(48.067)	(55.599)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(2.736)	3.159	348
Derivativos (*)	(2.517)	(2.458)	351
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	15	17	20
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(839)	705	444
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	153	40	88
Total	(5.924)	1.463	1.251

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.



Durante o período findo em 31/12/2013, 31/12/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/12/2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 3 para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, durante o período findo em 31/12/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável.

Nota 24 – Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Serviços de Contas Correntes	6.450	5.272	5.445
Taxas de Administração	2.501	2.159	2.745
Comissões de Cobrança	1.213	1.176	1.047
Comissões de Cartões de Crédito	9.701	7.888	7.446
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.240	1.135	1.393
Comissão de Corretagem	337	243	361
Outros	1.270	1.071	973
Total	22.712	18.944	19.410

Nota 25 – Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto (*)	131	1.684	271
Recuperação de Despesas	110	121	184
Reversão de Provisões	119	234	366
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32e)	624	-	-
Outros	411	243	337
Total	1.395	2.282	1.158

(*) Composto basicamente por resultado na alienação integral do investimento na Serasa S.A. no montante de R\$ 1.542 de 01/01 a 31/12/2012.



Nota 26 – Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Despesas de Pessoal	(15.860)	(14.332)	(13.373)
Remuneração	(6.503)	(5.961)	(5.910)
Encargos	(2.181)	(2.109)	(2.036)
Benefícios Sociais	(1.983)	(1.845)	(1.479)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	7	760	82
Benefício Definido	(37)	(125)	(192)
Contribuição Definida	44	885	274
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(188)	(177)	(163)
Treinamento	(185)	(242)	(259)
Participações de Empregado nos Lucros	(2.850)	(2.560)	(2.316)
Desligamentos	(327)	(462)	(398)
Provisão Trabalhista (Nota 32)	(1.650)	(1.736)	(894)
Despesas Administrativas	(13.257)	(12.665)	(12.490)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.700)	(3.523)	(3.450)
Serviços de Terceiros	(3.215)	(3.255)	(3.014)
Instalações	(964)	(962)	(1.135)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.361)	(942)	(981)
Despesas de Aluguéis	(1.100)	(974)	(916)
Transportes	(454)	(500)	(583)
Materiais	(356)	(386)	(460)
Despesas com Serviços Financeiros	(496)	(512)	(438)
Segurança	(549)	(511)	(482)
Concessionárias de Serviços Públicos	(248)	(290)	(295)
Despesas de Viagem	(194)	(188)	(189)
Outros	(620)	(622)	(547)
Depreciação	(1.522)	(1.346)	(1.184)
Amortização	(808)	(844)	(984)
Despesas de Comercialização de Seguros	(1.147)	(1.253)	(1.268)
Outras Despesas	(7.320)	(7.640)	(6.375)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(1.874)	(2.108)	(1.796)
Reembolso relativo à Aquisições	38	(51)	(148)
Perdas com fraudes com Terceiros	(566)	(734)	(753)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto (*)	(132)	(458)	(139)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(2.274)	(2.329)	(1.616)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(1.311)	(1.004)	(1.038)
Ressarcimento de custos interbancários	(227)	(215)	(195)
Outros	(974)	(741)	(690)
Total	(39.914)	(38.080)	(35.674)

(*) De 01/01 a 31/12/2012 composto basicamente por resultado na alienação integral do investimento no Banco BPI, S.A. no montante de R\$ (302).



Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I. Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.865	17.416	18.251
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(8.346)	(6.966)	(7.300)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	243	68	45
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	1.054	447	916
Juros sobre o Capital Próprio	1.619	1.789	1.662
Reorganizações Societárias (Nota 3c)	639	-	-
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	172	188	269
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis	276	249	767
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(4.343)	(4.225)	(3.641)

b) Tributos Diferidos

I. O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2012	Realização/ Reversão	Efeitos de Consolidação ⁽¹⁾	Constituição	31/12/2013
Refletido no Resultado	31.060	(11.076)	1.062	13.997	35.043
Créditos de Liquidação Duvidosa	16.275	(4.438)	479	5.580	17.896
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	3.955	(1.336)	59	3.459	6.137
Provisões para Passivos Contingentes	3.487	(1.421)	167	1.740	3.973
Ações Cíveis	1.422	(516)	43	757	1.706
Ações Trabalhistas	1.224	(565)	80	661	1.400
Fiscais e Previdenciárias	822	(339)	44	322	849
Outros	19	(1)	-	-	18
Ágio na Aquisição do Investimento	2.761	(1.657)	31	380	1.515
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.645	(665)	215	284	1.479
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	8	(13)	-	658	653



	31/12/2011	Realização/ Reversão	Efeitos de Consolidação ⁽¹⁾	Constituição	31/12/2013
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	229	(229)	-	439	439
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	254	-	-	8	262
Outros	2.446	(1.317)	111	1.449	2.689
Refletido no Patrimônio Líquido	3.943	(638)	1	1.196	4.502
Reorganizações Societárias (Nota 3c)	3.791	(638)	-	-	3.153
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	152	-	-	1.088	1.240
Outros	-	-	1	108	109
Total ⁽²⁾	35.003	(11.714)	1.063	15.193	39.545

(1) Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I).

(2) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.886 (R\$ 28.381 em 31/12/2012) e R\$ 328 (R\$ 3.038 em 31/12/2012).

	31/12/2011	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2012
Refletido no Resultado	28.466	(11.438)	14.032	31.060
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	4.188	(1.480)	1.247	3.955
Créditos de Liquidação Duvidosa	12.889	(4.837)	8.223	16.275
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	302	(302)	229	229
Ágio na Aquisição do Investimento	4.261	(1.923)	423	2.761
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.417	(4)	232	1.645
Provisões para Passivos Contingentes	2.766	(1.585)	2.306	3.487
Ações Cíveis	1.185	(633)	870	1.422
Ações Trabalhistas	984	(844)	1.084	1.224
Fiscais e Previdenciárias	577	(107)	352	822
Outros	20	(1)	-	19
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	11	(4)	1	8
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	249	-	5	254
Outros	2.383	(1.303)	1.366	2.446
Refletida no Patrimônio Líquido	344	(192)	3.791	3.943
Reorganizações Societárias (Nota 3c)	-	-	3.791	3.791
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	344	(192)	-	152
Total ^(*)	28.810	(11.630)	17.823	35.003

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 28.381 e R\$ 3.038.



II. O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2012	Realização/ Reversão	Constituição ⁽¹⁾	31/12/2013
Refletido no Resultado	7.812	(2.959)	2.674	7.527
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	5.453	(2.527)	1.239	4.165
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	911	(130)	200	981
Planos de Pensão	355	-	-	355
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	117	-	275	392
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	234	(234)	157	157
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	167	-	100	267
Outros	575	(68)	703	1.210
Refletido no Patrimônio Líquido	1.848	(1.473)	85	460
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	1.288	(1.224)	-	64
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria ⁽²⁾	560	(249)	-	311
Outros	-	-	85	85
Total ⁽³⁾	9.660	(4.432)	2.759	7.987

(1) Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I) no montante de R\$ 2, referente à Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes.

(2) Em 31/03/2013 foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, conforme IAS 19 (R1).

(3) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.886 (R\$ 28.381 em 31/12/2012) e R\$ 328 (R\$ 3.038 em 31/12/2012).

	31/12/2011	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2012
Refletido no Resultado	9.885	(3.385)	1.872	8.372
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	7.560	(2.785)	678	5.452
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	78	-	89	167
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	83	(2)	35	117
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	175	(175)	234	234
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	806	(225)	330	911
Planos de Pensão	594	-	321	915
Outros	589	(199)	185	575
Refletido no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	499	-	789	1.288
Total (*)	10.384	(3.385)	2.660	9.660

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 28.381 e R\$ 3.038.



III. A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2013, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%		%		%
2014	11.537	34%	929	15%	12.466	32%	(3.576)	45%	8.890	28%
2015	5.881	17%	1.849	30%	7.730	20%	(1.854)	23%	5.876	19%
2016	5.243	16%	1.650	27%	6.893	17%	(1.047)	13%	5.846	18%
2017	2.637	8%	1.687	28%	4.324	11%	(305)	4%	4.019	13%
2018	3.220	10%	12	0%	3.232	8%	(252)	3%	2.980	9%
Acima de 2018	4.890	15%	10	0%	4.900	12%	(953)	12%	3.947	13%
Total	33.408	100%	6.137	100%	39.545	100%	(7.987)	100%	31.558	100%
Valor Presente (*)	29.108		5.496		34.604		(7.185)		27.419	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 – Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente dilúveis no denominador.



Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido	16.424	12.634	13.837
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(54)	(54)	(54)
Subtotal	16.370	12.580	13.783
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(55)	(55)	(55)
Subtotal	16.315	12.525	13.728
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	8.274	6.347	6.939
Aos Detentores de Ações Preferenciais	8.041	6.178	6.789
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	8.329	6.402	6.994
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	8.095	6.232	6.843
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.703
Ações Preferenciais	2.447.467.073	2.451.543.058	2.464.029.213
Lucro por Ação – Básico – R\$			
Ações Ordinárias	3,31	2,54	2,78
Ações Preferenciais	3,31	2,54	2,78



Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	8.095	6.232	6.843
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	29	19	21
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	8.124	6.251	6.864
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	8.329	6.402	6.994
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(29)	(19)	(21)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	8.300	6.383	6.973
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730	2.518.212.703
Ações Preferenciais	2.464.967.419	2.466.079.564	2.479.134.050
Ações Preferenciais	2.447.467.073	2.451.543.058	2.464.029.213
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	17.500.346	14.536.506	15.104.837
Lucro por Ação – Diluído – R\$			
Ações Ordinárias	3,30	2,53	2,77
Ações Preferenciais	3,30	2,53	2,77

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Plano de Opções de Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 13.230.933 ações preferenciais em 31/12/2013, 12.448.179 ações preferenciais em 31/12/2012 e 8.688.900 ações preferenciais em 31/12/2011.

Nota 29 – Benefícios Pós-Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados. Os efeitos da adoção do IAS 19 (R1), quando aplicáveis, estão apresentados comparativamente nas notas explicativas, entretanto não impactaram as demonstrações contábeis de 31/12/2012.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29d.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.



a) Descrição dos Planos

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar – PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev – PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 – PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam – PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam – PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
Fundação Bemgeprev	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – ACMV ⁽¹⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾
Múltipla – Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência Redecard ⁽³⁾
UBB-PREV – Previdência Complementar	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ^{(1) (4)}
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) Plano decorrente do processo de incorporação do Plano UMS pelo Básico, ambos administrados pela UBB Prev, aprovado pela Superintendência de Previdência Complementar- PREVIC em 28/12/2012.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.



c) Planos de Benefício Definido

I. Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	9,72% a.a.	8,16% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social/Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção desta premissa está baseada em estudo que utiliza como metodologia o acompanhamento das taxas de juros de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro, indexados por índices de inflação, e a análise da evolução das curvas de juros até a data base da avaliação atuarial. A premissa Taxa de Desconto foi alterada em 2013 de forma a estar compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas atuariais adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente, para as premissas biométricas/demográficas.

II. Exposição a Riscos

Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.



III. Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo			% Alocação			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	Meta 2014
Títulos de Renda Fixa	11.251	13.736	10.341	89,92%	91,14%	87,84%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	709	763	1.051	5,67%	5,06%	8,93%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	18	16	14	0,14%	0,11%	0,12%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0% a 5%
Imóveis	508	532	344	4,06%	3,53%	2,92%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	26	25	23	0,21%	0,17%	0,20%	0% a 5%
Total	12.512	15.072	11.773	100,00%	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (Itaúsa) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 596 (R\$ 589 em 31/12/2012 e R\$ 531 em 31/12/2011), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 474 (R\$ 498 em 31/12/2012 e R\$ 298 em 31/12/2011).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados – avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável – avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis – demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2012, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes – atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.



IV. Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 12/31/2011
1 - Ativos Líquidos dos Planos	12.512	15.072	11.773
2 - Passivos Atuariais	(11.577)	(12.906)	(10.413)
3 - Superveniência (1-2)	935	2.166	1.360
4 - Restrição do Ativo (*)	(1.293)	(2.137)	(1.263)
5 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(358)	29	97
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	222	487	342
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(580)	(458)	(245)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V. Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2013				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29
Custo Serviço Corrente	-	(103)	(103)	-	(103)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.202	(1.025)	177	(175)	2
Benefícios Pagos	(739)	739	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	68	-	68	-	68
Contribuições Participantes	16	-	16	-	16
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	1.036	1.036
Remensurações ^{(3) (4)}	(3.107)	1.718	(1.389)	(17)	(1.406)
Valor Final do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)

	31/12/2012				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	11.773	(10.413)	1.360	(1.263)	97
Custo Serviço Corrente	-	(85)	(85)	-	(85)
Juros Líquidos ^{(1) (2) (5)}	1.118	(985)	133	(122)	11
Benefícios Pagos	(671)	671	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	57	-	57	-	57
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(874)	(874)
Remensurações ^{(3) (4) (5)}	2.780	(2.094)	686	122	808
Valor Final do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29



	31/12/2011				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	11.168	(9.815)	1.353	(1.109)	244
Custo Serviço Corrente	-	(92)	(92)	-	(92)
Juros Líquidos ^{(1) (2) (5)}	1.059	(931)	128	(108)	20
Benefícios Pagos	(600)	600	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	42	-	42	-	42
Contribuições Participantes	9	-	9	-	9
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(154)	(154)
Remensurações ^{(3) (4) (5)}	95	(175)	(80)	108	28
Valor Final do Período	11.773	(10.413)	1.360	(1.263)	97

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2013 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 8,16% a.a..

(2) Em 01/01/2012 e 01/01/2011 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72%.

(3) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado. As remensurações apresentadas em Passivos Atuariais correspondem basicamente aos efeitos decorrentes da alteração da premissa taxa de desconto de 8,16% para 9,72% em 2013 (de 9,72% para 8,16% em 2012).

(4) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ (1.905) (R\$ 3.898 em 31/12/2012 e R\$ 1.154 em 31/12/2011).

(5) Corresponde aos valores pelo IAS 19 (R1), apresentados somente para efeito comparativo de acordo com IAS 8, não contabilizados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2012 e 31/12/2011.

VI. Total de valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado			Patrimônio Líquido (ORA)			Resultado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 ⁽¹⁾	01/01 a 31/12/2011 ⁽¹⁾	31/12/2013	31/12/2012 ⁽¹⁾	31/12/2011 ⁽¹⁾	01/01 a 31/12/2012 ⁽²⁾	01/01 a 31/12/2011 ⁽²⁾
Custo Serviço Corrente	(103)	(85)	(92)	-	-	-	(85)	(91)
Juros Líquidos	2	11	20	-	-	-	317	412
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	1.036	(874)	(154)	(874)	(154)
Remensurações	-	-	-	(1.390)	823	37	517	(359)
Total Valores Reconhecidos	(101)	(74)	(72)	(354)	(51)	(117)	(125)	(192)

(1) Corresponde aos valores pelo IAS 19 (R1), apresentados somente para efeito comparativo de acordo com IAS 8, não contabilizados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2012 e 31/12/2011, em função da imaterialidade.

(2) Em conformidade com o IAS 19, as movimentações até 31/12/2012 transitavam pelo resultado, sem impacto no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 68 (R\$ 57 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 42 de 01/01 a 31/12/2011). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante

Em 2014, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 57.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	763
2015	795
2016	818
2017	842
2018	866
2019 a 2023	4.727



VII. Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido – ORA (*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	672	5,82%	(392)
- Acréscimo em 0,5%	(609)	(5,57%)	316

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo.

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I. Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2013			31/12/2012			31/12/2011		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.646	(318)	2.328	1.756	(313)	1.443	1.750	(581)	1.169
Juros Líquidos ⁽¹⁾	206	(26)	180	167	(30)	137	159	(56)	103
Aportes e Contribuições	(136)	-	(136)	(146)	-	(146)	(144)	-	(144)
Efeito na Restrição do Ativo	-	43	43	-	(5)	(5)	-	268	268
Remensurações ⁽¹⁾	(355)	26	(329)	869	30	899	(9)	56	47
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.361	(275)	2.086	2.646	(318)	2.328	1.756	(313)	1.443

(1) Corresponde aos valores pelo IAS 19 (R1), apresentados somente para efeito comparativo de acordo com IAS 8, não contabilizados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2012 e 31/12/2011.



II. Total de Valores Reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado			Patrimônio Líquido (ORA)			Resultado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 ⁽¹⁾	01/01 a 31/12/2011 ⁽¹⁾	31/12/2013	31/12/2012 ⁽¹⁾	31/12/2011 ⁽¹⁾	01/01 a 31/12/2012 ⁽²⁾	01/01 a 31/12/2011 ⁽²⁾
Aportes/ Contribuições	(136)	(146)	(144)	-	-	-	(146)	(144)
Juros Líquidos	180	137	103	-	-	-	-	-
Remensurações	-	-	-	(329)	899	47	1.036	150
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	43	(5)	268	(5)	268
Total Valores Reconhecidos	44	(9)	(41)	(286)	894	315	885	274

(1) Corresponde aos valores pelo IAS 19 (R1), apresentados somente para efeito comparativo de acordo com IAS 8, não contabilizados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2012 e 31/12/2011, em função da imaterialidade.

(2) Em conformidade com o IAS 19, as movimentações até 31/12/2012 transitavam pelo resultado, sem impacto no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA).

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGDL, totalizaram R\$183 (R\$ 196 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 193 de 01/01 a 31/12/2011), sendo R\$ 136 (R\$ 146 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 144 de 01/01 a 31/12/2011) oriundos dos fundos previdenciais.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I. Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
No Início do Período	(148)	(120)	(105)
Custo de Juros	(12)	(11)	(10)
Benefícios Pagos	7	6	6
Remensurações	7	(23)	(11)
No Final do Período (Nota 20b)	(146)	(148)	(120)



II. Total de Valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado			Patrimônio Líquido (ORA)			Resultado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 ⁽¹⁾	01/01 a 31/12/2011 ⁽¹⁾	31/12/2013	31/12/2012 ⁽¹⁾	31/12/2011 ⁽¹⁾	01/01 a 31/12/2012 ⁽²⁾	01/01 a 31/12/2011 ⁽²⁾
Juros Líquidos	(12)	(11)	(10)	-	-		(11)	(10)
Benefícios Pagos	7	6	6	-	-		6	6
Remensurações	-	-		7	(23)	(11)	(23)	(11)
Total Valores Reconhecidos	(5)	(5)	(4)	7	(23)	(11)	(28)	(15)

(1) Corresponde aos valores pelo IAS 19 (R1), apresentados somente para efeito comparativo de acordo com IAS 8, não contabilizados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2012 e 31/12/2011, em função da imaterialidade.

(2) Em conformidade com o IAS 19, as movimentações até 31/12/2012 transitavam pelo resultado, sem impacto no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	7
2015	8
2016	9
2017	9
2018	10
2019 a 2023	59

III. Análise de Sensibilidade – Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 9,72% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	2	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	19	(16)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.



Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares Normativas Internas prevêem e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos envolve os seguintes passos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica.
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança.
- Parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novos processos de implementações.
- Lançamento do produto pós autorização do Comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência privada, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para comercialização também são requeridas. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de apreamento interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada contrato. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de apreamento padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de despesas administrativas, operacionais e de comercialização, onde as despesas administrativas, partindo da contabilização por centros de custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas operacionais e de comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.



b) Principais Produtos

I. Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- **Seguros Elementares:** garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- **Seguros de Vida:** incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade %		Comercialização %	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	87,5	87,7	1,4	1,5
Compreensivo Empresarial	54,8	43,7	14,6	15,7
Vida em Grupo	49,5	44,6	11,6	10,8
Prestamista	16,7	21,4	20,6	23,1
Extensão de Garantia - Patrimonial	17,1	17,9	63,9	65,1
Riscos Nomeados e Operacionais	41,3	85,6	2,5	4,5
Acidentes Pessoais Coletivo	7,1	7,9	35,8	37,8

II. Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III. Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos			Resseguros			Prêmios e Contribuições Retidas		
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
VGBL	13.675	15.890	10.010	-	-	-	13.675	15.890	10.010
PGBL	1.532	1.554	1.424	-	-	(1)	1.532	1.554	1.423
Vida em Grupo	1.392	1.299	1.165	(25)	(41)	(24)	1.367	1.258	1.141
Extensão de Garantia - Patrimonial	1.293	1.368	1.365	-	-	-	1.293	1.368	1.365
Prestamista	726	460	461	-	(2)	-	726	458	461
Acidentes Pessoais Coletivo	698	642	661	(2)	-	(1)	696	642	660
Riscos Nomeados e Operacionais	606	479	480	(487)	(361)	(384)	119	118	96
Riscos de Petróleo	471	282	257	(408)	(237)	(220)	63	45	37
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	366	404	308	-	-	-	366	404	308
Riscos Diversos	231	221	207	(69)	(54)	(36)	162	167	171
Compreensivo Empresarial	199	204	176	(45)	(49)	(38)	154	155	138
Tradicional	180	278	369	-	-	-	180	278	369
Acidentes Pessoais Individual	155	104	108	(3)	(2)	-	152	102	108
Doenças Graves ou Terminais	139	130	111	(1)	-	-	138	130	111
Riscos de Engenharia	120	104	72	(104)	(88)	(64)	16	16	8
Vida Individual	16	18	20	-	-	-	16	18	20
Demais Ramos	1.528	1.311	985	(379)	(332)	(242)	1.149	979	743
Total	23.327	24.748	18.179	(1.523)	(1.166)	(1.010)	21.804	23.582	17.169





c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I. Seguros e Previdência:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** – constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** – constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** – constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMB)** – constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja sua previsão contratual.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de sinistros e de benefícios.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** – constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

II. Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:



II.I – Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2013				31/12/2012			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	9.120	23.729	57.469	90.318	7.609	20.893	42.402	70.904
(+) Adições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	7.810	1.849	13.585	23.244	6.940	1.893	15.710	24.543
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(7.226)	(147)	-	(7.373)	(6.576)	-	-	(6.576)
(-) Pagamento de Sinistros/ Benefícios	(2.341)	(141)	(13)	(2.495)	(2.126)	(92)	(6)	(2.224)
(+) Sinistros Avisados	2.523	-	-	2.523	3.073	-	-	3.073
(-) Resgates	(2)	(1.129)	(9.479)	(10.610)	(4)	(985)	(5.213)	(6.202)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	(20)	(152)	(172)	-	161	57	218
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	3	1.103	2.103	3.209	3	1.891	4.440	6.334
(+/-) Outras (Constituição/Reversão)	388	8	(17)	379	201	(32)	79	248
Provisão de Seguros e Previdência Privada	10.275	25.252	63.496	99.023	9.120	23.729	57.469	90.318

II.II – Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios não Ganhos	5.274	4.693	10	6	5.284	4.699
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	19	19	87.239	79.733	87.258	79.752
Resgates e Outros Valores a Regularizar	20	18	139	55	159	72
Excedente Financeiro	1	1	490	514	491	515
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	3.631	3.049	19	87	3.650	3.136
Sinistros/Eventos Ocorridos e não Avisados – IBNR	799	821	12	12	811	833
Despesas Relacionadas e Administrativas	188	182	46	40	234	223
Outras Provisões	343	336	793	751	1.136	1.087
Total⁽²⁾	10.275	9.120	88.748	81.198	99.023	90.318

(1) A provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 462, de 01/03/2013, inclusive para fins comparativos.



d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2013	2.231
Constituições	15
Amortizações	(37)
Redução ao valor recuperável	(4)
Saldo em 31/12/2013	2.205
Saldo a amortizar até 12 meses	983
Saldo a amortizar após 12 meses	1.222
Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	207
Amortizações	(40)
Saldo em 31/12/2012	2.231
Saldo a amortizar até 12 meses	1.412
Saldo a amortizar após 12 meses	819

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I. Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (*)	3.631
(-) Operações DPVAT	168
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	254
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	31
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	3.178

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c III de 31/12/2013.



Ia. Sinistros Administrativos – Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.383	1.853	1.502	2.298	2.611	-
1 ano depois	1.378	2.025	1.648	2.220	-	-
2 anos depois	1.374	2.006	1.564	-	-	-
3 anos depois	1.352	2.091	-	-	-	-
4 anos depois	1.350	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.350	2.091	1.564	2.220	2.611	-
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	1.312	1.927	1.411	1.454	1.259	7.363
Passivo Reconhecido no Balanço	38	164	153	766	1.352	2.474
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	188
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						2.662

Ib. Sinistros Judiciais – Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	61	28	31	55	29	-
1 ano depois	74	43	64	64	-	-
2 anos depois	78	59	74	-	-	-
3 anos depois	111	68	-	-	-	-
4 anos depois	121	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	121	68	74	64	29	-
Pagamentos Acumulados até a Data Base	63	34	36	39	18	190
Passivo Reconhecido no Balanço	58	34	38	25	11	165
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	351
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						516

II. Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar⁽¹⁾	3.631
(-) Operações DPVAT	168
(-) IBNER	254
(-) Resseguros ⁽²⁾	2.369
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	31
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	809

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c III em 31/12/2013.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2013.



Ila. Sinistros Administrativos – Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.095	1.156	1.146	1.333	1.494	-
1 ano depois	1.087	1.118	1.172	1.330	-	-
2 anos depois	1.084	1.127	1.170	-	-	-
3 anos depois	1.077	1.123	-	-	-	-
4 anos depois	1.076	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.076	1.123	1.170	1.330	1.494	-
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.063	1.107	1.138	1.253	1.147	5.708
Passivo Reconhecido no Balanço	13	16	32	77	347	486
Passivo em Relação a anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	22
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						508

Ilb. Sinistros Judiciais – Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	56	27	31	53	29	-
1 ano depois	68	41	59	61	-	-
2 anos depois	73	56	69	-	-	-
3 anos depois	83	63	-	-	-	-
4 anos depois	91	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	91	63	69	61	29	-
Pagamentos Acumulados até a Data Base	62	34	37	40	18	192
Passivo Reconhecido no Balanço	29	29	32	21	11	122
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	179
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						301

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui a provisão de IBNER com o objetivo de cobrir a expectativa do montante de ajustes nos sinistros (não individualizáveis) no momento de constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar, principalmente nos casos judiciais, onde o desenvolvimento do sinistro é muito lento.



f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de um spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos Held to Maturity da carteira de Ativos Garantidores.
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de chain ladder com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G.

g) Risco de Seguro – Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apreçamento de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.



As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP – Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	31/12/2013		31/12/2012	
	Impacto no Resultado do TAP		Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.



Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
Extensão de Garantia	1.293	1.293	100.0	1.368	1.368	100.0	1.365	1.365	100.0
Prestamista	726	726	100.0	460	458	99.6	461	461	100.0
DPVAT	366	366	100.0	404	404	100.0	308	308	100.0
Pessoas									
Vida em Grupo	1.392	1.367	98.2	1.299	1.258	96.8	1.165	1.141	97.9
Acidentes Pessoais Coletivo	698	696	99.7	642	642	100.0	661	660	99.8
Acidentes Pessoais Individual	155	152	98.1	104	102	98.1	109	108	99.1
Vida Individual	16	16	100.0	18	18	100.0	20	19	95.0
Grandes Riscos									
Riscos Nomeados e Operacionais	606	119	19.6	479	118	24.6	480	96	20.0
Riscos de Petróleo	471	63	13.4	282	45	16.0	257	37	14.4
Riscos de Engenharia	120	16	13.3	104	16	15.4	72	8	11.1

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I. Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.



- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II. Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III. Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV. Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V. Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos órgãos reguladores brasileiros.



VI. Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de provisões e reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII. Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII. Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalha em conjunto com o gestor de investimentos para assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas (Nota 36 – Risco de Mercado):

- **Valor em Risco (VaR – Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança (Nota 36);
- **Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- **Sensibilidade (DV01 – Delta Variation):** em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas;
- **Concentração:** exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado (“MtM – Mark to Market”).



Classe	31/12/2013		31/12/2012	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Government securities				
NTN-C	4.114	(3,47)	3.254	(3,53)
NTN-B	1.719	(1,92)	1.821	(2,20)
NTN-F	7	-	7	-
LTN	-	-	168	(0,00)
Futuro DI	-	-	1	-
Título Privado				
Indexado a IGPM	14	(0,00)	26	(0,00)
Indexado a IPCA	309	(0,22)	289	(0,22)
Indexado a PRE	14	(0,00)	67	(0,01)
Ações	39	0,39	523	5,23
Ativos Pós-Fixados	7.301	-	5.660	-
Compromissadas Over	7.567	-	4.574	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	DU ⁽¹⁾	Valor	DU ⁽¹⁾
Operações de Seguros				
Prêmios não Ganhos ⁽²⁾	2.011	18,0	1.746	17,3
IBNR, PDR e PSL ⁽³⁾	1.540	17,1	1.409	17,6
Outras Provisões	344	118,2	253	182,1
Subtotal	3.895		3.408	
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual				
Despesas Relacionadas	46	95,6	40	126,2
Prêmios não Ganhos ⁽²⁾	11	-	8	
Sinistros Liquidar	21	-	90	
IBNR	13	9,8	13	
Resgates e Outros Valores a Regularizar	158	-	71	
Matemática de Benefícios Concedidos	1.152	95,7	1.066	126,5
Matemática de Benefícios a Conceder – PGBL/VGBL	82.279	133,2	75.055	132,8
Matemática de Benefícios a Conceder – Tradicionais	3.825	175,9	3.630	179,4
Outras Provisões	792	175,6	914	179,4
Excedente Financeiro	492	175,6	515	179,4
Subtotal	88.789		81.403	
Total Reservas Técnicas	92.684		84.811	

(1) DU = Duration em meses.

(2) Valor Líquido de Direito Creditório.

(3) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB.



Ativo	31/12/2013		31/12/2012	
Ativo Garantidor	Valor	DU ⁽¹⁾	Valor	DU ⁽¹⁾
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	2.011	2,4	1.746	7,0
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.540	7,2	1.409	7,0
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	344	25,0	253	7,0
Subtotal	3.895		3.408	
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	46	174,0	40	134,8
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	11	1,9	8	7,0
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	21	1,9	90	7,0
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	13	1,9	13	7,0
LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	158	1,9	71	6,9
LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.152	174,8	1.066	135,7
LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽⁴⁾	82.279	10,9	75.055	26,9
LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.825	83,5	3.630	136,3
LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	792	83,3	914	136,3
LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	492	83,3	515	136,3
Subtotal	88.789		81.403	
Total Ativos Garantidores	92.684		84.811	

(1) DU = *Duration* em meses.

(4) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 38,55% (37,60% em 31/12/2012), LLOYD'S (A+) com 16,92% (13,87% em 31/12/2012), American Home Assurance Company (A) com 8,64% (13,73% em 31/12/2012), Munich Re do Brasil com 6,15% (6,25% em 31/12/2012), e Mapfre Re, Cia De Reaseguros,S.A. com 2,50% (1,62% em 31/12/2012).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 48,84% (48,57% em 31/12/2012) e Munich Re do Brasil com 51,16% (34,85% em 31/12/2012). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em IRB Brasil Resseguros com 49,40% (50,00% em 31/12/2012) e Munich Re do Brasil 49,60% (50,00% em 31/12/2012).

A agência de *rating* utilizada para classificação das resseguradoras é a Standard & Poor's.



Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

Classificação Interna ^(*)	31/12/2013						
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	11.895	49.125	-	60	1.955	3.779	66.814
Médio	-	10.885	-	64	49	-	10.998
Alto	-	78	-	-	-	-	78
Total	11.895	60.088	-	124	2.004	3.779	77.890
%	15,2	77,1	-	0,2	2,6	4,9	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas propabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

Classificação Interna ^(*)	31/12/2012						
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	9.030	35.110	-	24	1.700	2.995	48.859
Médio	-	20.850	-	72	583	-	21.505
Alto	-	-	-	-	-	-	-
Total	9.030	55.960	-	96	2.283	2.995	70.364
%	12,8	79,5	-	0,1	3,2	4,3	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas propabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126, de 15/01/2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual (sendo as duas últimas respectivamente resseguradoras com ou sem escritório de representação no Brasil). A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.



Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I. Operações com Resseguradoras – Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	234	214	384	313
Contratos Emitidos	-	-	1.448	1.106
Sinistros a Recuperar	86	26	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	(30)	(7)	(1.184)	(1.043)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(17)	8
Outras Constituições/Reversões	7	1	-	-
Saldo Final	297	234	631	384

II. Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas – Saldo

	31/12/2013	31/12/2012
Sinistros de Resseguros	2.729	2.098
Prêmios de Resseguros	979	700
Comissão de Resseguros	(47)	(45)
Saldo Final	3.661	2.753

III. Provisões Técnicas – Sinistros de Resseguros – Movimentação

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	2.098	1.394
Sinistros Avisados	1.112	1.313
Sinistros Pagos	(503)	(598)
Outras Constituições/Reversões	-	(11)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	22	-
Saldo Final (*)	2.729	2.098

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não suficientemente avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.



IV. Provisões Técnicas – Prêmios de Resseguros – Movimentação

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	700	535
Constituições	1.353	1.049
Reversões	(1.074)	(884)
Saldo Final	979	700

V. Provisões Técnicas – Comissão de Resseguros – Movimentação

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	(45)	(58)
Constituições	67	(64)
Reversões	(69)	77
Saldo Final	(47)	(45)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados divulgou em 18/02/2013 as Resoluções CNSP nº 280 (que revogou a Circular nº 411 de 22/12/2010), nº 282 (que revogou a Resolução nº 227 de 06/12/2010), nº 283 e nº 284. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição e operacional. Em Janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas. Em 23/12/2013, o CNSP alterou os requisitos de cálculo com a divulgação da Resolução CNSP nº 302, com vigência a partir de 01/01/2014, que revogou a Resolução nº 282 e alterou as Resoluções nº 228 e 280.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2013		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	93.586	93.586	77.668	77.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.660	25.663	23.826	23.853
Aplicações no Mercado Aberto	138.455	138.455	162.737	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	148.860	148.860	145.516	145.516
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	371	371	220	220
Derivativos (*)	11.366	11.366	11.597	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	96.626	96.626	90.869	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.116	10.480	3.202	4.517
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	389.467	390.889	341.271	343.375
Outros Ativos Financeiros	47.592	47.592	44.492	44.492
Passivos Financeiros				
Depósitos	274.383	274.317	243.200	243.127
Captação no Mercado Aberto	266.682	266.682	267.405	267.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	371	371	642	642
Derivativos (*)	11.405	11.405	11.069	11.069
Recursos de Mercados Interbancários	111.376	111.059	97.073	96.858
Recursos de Mercados Institucionais	72.055	72.496	72.028	71.036
Passivos de Planos de Capitalização	3.032	3.032	2.892	2.892
Outros Passivos Financeiros	61.274	61.274	50.255	50.255

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias prestadas no total de R\$ 71.162 (R\$ 60.310 em 31/12/2012) com o valor justo estimado de R\$ 802 (R\$ 728 em 31/12/2012).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização – O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.



b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro – O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Outros Ativos/Passivos Financeiros – Basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.



De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado :

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados (principalmente NTN-I, NTN-A1, NTN-A3, CRI, TDA e CCI com vencimentos após 2025, CVS e notas promissórias) e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.



Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2013 e 31/12/2012 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros disponíveis para Venda.

	31/12/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	117.204	31.629	27	148.860	118.548	26.948	20	145.516
Fundos de Investimento	8	1.054	-	1.062	-	1.468	-	1.468
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	109.037	2.098	-	111.135	111.045	161	-	111.206
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.904	-	-	1.904	1.286	-	-	1.286
Títulos Públicos – Outros Países	406	273	-	679	710	162	-	872
Argentina	99	-	-	99	106	-	-	106
Estados Unidos	18	-	-	18	345	-	-	345
México	182	-	-	182	225	-	-	225
Chile	-	6	-	6	-	108	-	108
Uruguai	-	41	-	41	-	33	-	33
Colômbia	-	226	-	226	34	-	-	34
Bélgica	107	-	-	107	-	-	-	-
Peru	-	-	-	-	-	21	-	21



	31/12/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de Empresas	5,849	28,204	27	34,080	5,507	25,157	20	30,684
Ações Negociáveis	2.896	-	-	2.896	2.815	-	-	2.815
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	12	-	12	-	21	-	21
Certificado de Depósito Bancário	-	3.006	-	3.006	-	2.933	-	2.933
Debêntures	2.953	2.144	-	5.097	2.692	1.944	-	4.636
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.278	-	1.278	-	1.612	-	1.612
Notas Promissórias	-	-	27	27	-	-	20	20
Letras Financeiras	-	21.566	-	21.566	-	18.441	-	18.441
Outros	-	198	-	198	-	206	-	206
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	43.413	46.724	6.489	96.626	48.351	40.029	2.489	90.869
Fundos de Investimento	-	211	-	211	-	255	-	255
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	27.197	484	258	27.939	25.131	25	306	25.462
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	11.709	-	-	11.709	18.065	-	-	18.065
Títulos Públicos – Outros Países	1.467	7.157	34	8.658	602	6.535	-	7.137
Estados Unidos	1.101	-	-	1.101	375	-	-	375
Dinamarca	-	2.631	-	2.631	-	2.554	-	2.554
Coréia	-	2.455	-	2.455	-	1.662	-	1.662
Chile	-	1.013	34	1.047	-	1.534	-	1.534
Paraguai	-	638	-	638	-	491	-	491
Uruguai	-	420	-	420	-	294	-	294
Bélgica	51	-	-	51	71	-	-	71
França	88	-	-	88	57	-	-	57
Reino Unido	-	-	-	-	83	-	-	83
Holanda	126	-	-	126	-	-	-	-
Alemanha	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	94	-	-	94	-	-	-	-
Outros	7	-	-	7	16	-	-	16
Títulos de Empresas	3,040	38,872	6,197	48,109	4,553	33,214	2,183	39,950
Ações Negociáveis	1,986	39	-	2,025	2,258	1,554	-	3,812
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7,441	4,834	12,275	-	7,200	1,368	8,568
Certificado de Depósito Bancário	-	2,148	33	2,181	-	391	-	391
Debêntures	1,042	14,465	-	15,507	2,280	11,684	-	13,964
Euro Bonds e Assemelhados	12	4,810	74	4,896	15	5,576	5	5,596
Notas Promissórias	-	-	1,227	1,227	-	-	777	777
Cédula do Produtor Rural	-	625	-	625	-	778	-	778
Letras Financeiras	-	8,804	-	8,804	-	5,720	-	5,720
Outros	-	540	29	569	-	311	33	344
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	371	-	371	-	220	-	220
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	371	-	371	-	220	-	220
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	371	-	371	-	642	-	642
Notas Estruturadas	-	371	-	371	-	642	-	642



A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/1/2013 e 31/12/2012 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros disponíveis para Venda.

	31/12/2013				31/12/2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos – Ativo	-	11.242	124	11.366	-	11.284	313	11.597
Opções	-	1.704	13	1.717	-	1.759	147	1.906
Termo	-	3.315	-	3.315	-	3.528	2	3.530
Swaps - Diferencial a Receber	-	4.442	-	4.442	-	3.661	25	3.686
Verificação de Swap	-	88	-	88	-	35	-	35
Derivativos de Crédito	-	686	-	686	-	728	-	728
Forwards	-	555	-	555	-	379	-	379
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	452	111	563	-	1.194	139	1.333
Derivativos – Passivo	(33)	(11.367)	(5)	(11.405)	(23)	(10.877)	(169)	(11.069)
Opções	-	(1.916)	(5)	(1.921)	-	(2.132)	(149)	(2.281)
Termo	-	(1.862)	-	(1.862)	-	(2.291)	(2)	(2.293)
Swaps – Diferencial a Pagar	-	(6.111)	-	(6.111)	-	(5.053)	(15)	(5.068)
Swap c/ Verificação	-	(145)	-	(145)	-	(42)	-	(42)
Derivativos de Crédito	-	(391)	-	(391)	-	(90)	-	(90)
Forwards	-	(560)	-	(560)	-	(343)	(3)	(346)
Futuros	(33)	-	-	(33)	(23)	-	-	(23)
Outros Derivativos	-	(382)	-	(382)	-	(926)	-	(926)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2013 e 31/12/2012. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretores para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos inputs que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 78.724 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Dezembro de 2013, foi usado o serviço de apreçamento ou corretores para avaliar títulos com valor justo de R\$ 24.410 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de



participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os outliers.

- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apuração destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apuração são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva pré-fixada de juros em reais e curva de cupom de TR – e por consequência as suas dependentes – possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.



	Valor justo em 31/12/2012	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
--	------------------------------	---	-----------------------	-------------	--	------------------------------	--

**Ativos Financeiros
Mantidos para Negociação**

	20	-	57	(50)	-	27	-
Títulos de Empresas – Notas Promissórias	20	-	57	(50)	-	27	-

**Ativos Financeiros
Disponíveis para Venda**

	2.489	(867)	8.082	(3.215)	-	6.489	(140)
Títulos Públicos – Governo Brasileiro	306	(140)	92	-	-	258	(10)

Títulos Públicos – Outros Países – Chile	-	(5)	80	(41)	-	34	-
---	---	-----	----	------	---	----	---

Títulos de Empresas

	2.183	(722)	7.910	(3.174)	-	6.197	(130)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.368	(767)	4.714	(481)	-	4.834	(123)
Notas Promissórias	777	17	3.058	(2.625)	-	1.227	(4)

Certificado de Depósito Bancário	-	-	55	(22)	-	33	-
-------------------------------------	---	---	----	------	---	----	---

Euro Bonds e Assemelhados	5	32	83	(46)	-	74	2
---------------------------	---	----	----	------	---	----	---

Outros	33	(4)	-	-	-	29	(5)
--------	----	-----	---	---	---	----	-----

	Valor justo em 31/12/2012	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
--	------------------------------	---	-----------------------	-------------	--	------------------------------	--

Derivativos – Ativo

	313	38	55	(256)	(26)	124	-
Opções	147	4	44	(182)	-	13	1
Swaps – Diferencial a Receber	25	-	4	(3)	(26)	-	-
Termo	2	-	-	(2)	-	-	-
Outros Derivativos	139	34	7	(69)	-	111	(1)

Derivativos – Passivo

	(169)	1	(14)	162	15	(5)	2
Opções	(149)	1	(13)	156	-	(5)	2
Termo	(2)	-	-	2	-	-	-
Swaps – Diferencial a Pagar	(15)	-	-	-	15	-	-
Forwards	(3)	-	(1)	4	-	-	-



	Valor justo em 31/12/2011	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2012	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
--	---------------------------------	---	-----------------------	-------------	--	---------------------------------	--

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	(238)	71	(103)	-	20	-
--	------------	--------------	-----------	--------------	----------	-----------	----------

Títulos de Empresas – Notas Promissórias	290	(238)	71	(103)	-	20	-
--	-----	-------	----	-------	---	----	---

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	234	3.028	(2.369)	-	2.489	638
--	--------------	------------	--------------	----------------	----------	--------------	------------

Títulos Públicos – Governo Brasileiro	259	75	364	(392)	-	306	17
---------------------------------------	-----	----	-----	-------	---	-----	----

Títulos de Empresas	1.337	159	2.664	(1.977)	-	2.183	621
----------------------------	--------------	------------	--------------	----------------	----------	--------------	------------

Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	123	684	(130)	-	1.368	623
--	-----	-----	-----	-------	---	-------	-----

Notas Promissórias	646	37	1.941	(1.847)	-	777	-
--------------------	-----	----	-------	---------	---	-----	---

Euro Bonds e Assemelhados	-	(3)	8	-	-	5	(3)
---------------------------	---	-----	---	---	---	---	-----

Outros	-	2	31	-	-	33	1
--------	---	---	----	---	---	----	---

	Valor justo em 31/12/2011	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras e Emissões	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2012	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
--	---------------------------------	---	-----------------------	-------------	--	---------------------------------	--

Derivativos – Ativo	905	20	243	(855)	-	313	12
----------------------------	------------	-----------	------------	--------------	----------	------------	-----------

Opções	688	25	218	(784)	-	147	17
--------	-----	----	-----	-------	---	-----	----

Swaps – Diferencial a Receber	18	(6)	13	-	-	25	4
-------------------------------	----	-----	----	---	---	----	---

Termo	3	-	6	(7)	-	2	1
-------	---	---	---	-----	---	---	---

Forwards	1	-	-	(1)	-	-	-
----------	---	---	---	-----	---	---	---

Outros Derivativos	195	1	6	(63)	-	139	(10)
--------------------	-----	---	---	------	---	-----	------

Derivativos – Passivo	(700)	19	(238)	750	-	(169)	(30)
------------------------------	--------------	-----------	--------------	------------	----------	--------------	-------------

Opções	(676)	21	(228)	734	-	(149)	(17)
--------	-------	----	-------	-----	---	-------	------

Termo	(7)	-	(7)	12	-	(2)	1
-------	-----	---	-----	----	---	-----	---

Swaps – Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-	3	-	(15)	(14)
-----------------------------	------	-----	---	---	---	------	------

Forwards	(1)	-	(3)	1	-	(3)	-
----------	-----	---	-----	---	---	-----	---

Derivativos: em 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferiu R\$ 11 de Swap do nível 3 para nível 2, em função da disponibilidade de dados observáveis para tais derivativos.



Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Aumentos (reduções) significativos em qualquer desses *inputs* isolados podem resultar em reduções (aumentos) significativos no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade – Operações Nível III		31/12/2013	
		Impactos	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(5,9)
	II	(0,8)	(144,6)
	III	(1,5)	(283,8)
Moedas, Commodities e Índices	I	-	-
	II	-	-
Não Lineares	I	(3,3)	-
	II	(6,0)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.



Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/12/2013	31/12/2012
Cíveis	4.473	3.732
Trabalhistas	5.192	4.852
Fiscais e Previdenciárias	8.974	10.433
Outros	223	192
Total	18.862	19.209
Circulante	4.295	4.116
Não Circulante	14.567	15.093

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi decidido que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.095 (R\$ 1.660 em 31/12/2012), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.



- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante):

o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante):

a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem ações trabalhistas categorizadas como perda possível de valores relevantes.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2013			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.732	4.852	192	8.776
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
Saldo Oriundo da Aquisição de Empresas (Nota 2c)	192	99	-	291
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
Subtotal	3.819	4.017	192	8.028
Atualização/Encargos (Nota 26)	163	236	-	399
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	2.111	1.398	31	3.540
Constituição (*)	2.778	1.591	34	4.403
Reversão	(667)	(193)	(3)	(863)
Pagamento	(1.754)	(1.270)	-	(3.024)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	811	-	945
Saldo Final	4.473	5.192	223	9.888
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2013 (Nota 20a)	2.169	2.451	-	4.620

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 247.



	01/01 a 31/12/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.166	4.014	165	7.345
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(137)	(930)	-	(1.067)
Subtotal	3.029	3.084	165	6.278
Atualização/Encargos (Nota 26)	146	126	-	272
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	2.183	1.610	27	3.820
Constituição (*)	3.161	1.672	34	4.867
Reversão	(978)	(62)	(7)	(1.047)
Pagamento	(1.744)	(916)	-	(2.660)
Subtotal	3.614	3.904	192	7.710
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	118	948	-	1.066
Saldo Final	3.732	4.852	192	8.776
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2012 (Nota 20a)	2.048	2.471	-	4.519

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 526.

	01/01 a 31/12/2011			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	2.974	3.986	173	7.133
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(309)	(1.113)	-	(1.422)
Subtotal	2.665	2.873	173	5.711
Atualização/Encargos (Nota 26)	113	110	-	223
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.503	784	(8)	2.279
Constituição (*)	1.981	992	12	2.985
Reversão	(478)	(208)	(20)	(706)
Pagamento	(1.252)	(683)	-	(1.935)
Subtotal	3.029	3.084	165	6.278
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	137	930	-	1.067
Saldo Final	3.166	4.014	165	7.345
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2011	2.023	2.409	-	4.432

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 431.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.



Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Saldo Inicial	10.433	8.645	7.324
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	32	-	-
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(58)	(44)
Subtotal	10.404	8.587	7.280
Atualização/Encargos ⁽¹⁾	402	906	548
Movimentação do Período Refletida no Resultado	993	973	917
Constituição ⁽¹⁾	1.231	1.215	1.046
Reversão ⁽¹⁾	(238)	(242)	(129)
Pagamento	(2.882)	(94)	(157)
Subtotal	8.917	10.372	8.588
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	57	61	57
Saldo Final ⁽²⁾	8.974	10.433	8.645

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 23.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo Inicial	4.557	5.178
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	167	-
Apropriação de Rendas	265	302
Movimentação do Período	668	(25)
Novos Depósitos	1.406	239
Levantamentos Efetuados	(21)	(246)
Conversão em Renda	(717)	(18)
Saldo Final (Nota 20a)	5.657	5.455
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	1	(898)
Saldo Final após a Reclassificação	5.658	4.557

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 2.471: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 640.
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 1.789: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.696.
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 499: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 460.



• PIS – Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade – R\$ 422: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 93.

Contingências não reconhecidas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 10.879, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 2.564: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único.
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.128: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.075: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 1.049: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura.
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 616: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 733 (R\$ 790 em 31/12/2012) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.296	1.526
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	3.712	4.040

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.



e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 12.865/13 , com alterações produzidas pela Medida Provisória 627/13.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei 12.865, de 9/10/2013. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **REFIS – PIS e COFINS (art. 39 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98 (pessoas jurídicas de direito privado), devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS – Lucros no Exterior (art. 40 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior (art. 74 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS da crise (art. 17 da Lei nº 12.865/13)**

Esse programa se refere à renegociação dos débitos federais administrados pela RFB e pela PGFN, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal ajuizada.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 508, registrado em Despesas Tributárias, Outras Receitas e Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- **Nível I:** somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar.
- **Nível II:** inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.



A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	31/12/2013	31/12/2012
	Instituições Financeiras (Consolidação Parcial)	Instituições Financeiras (Consolidação Parcial)
Patrimônio de Referência		
Nível I	87.409	79.711
Capital Principal	87.409	-
Capital Complementar	-	-
Nível II	37.734	40.654
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	-	(420)
Total	125.144	119.945
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	694.039	599.671
De Mercado	24.555	27.516
Operacional	36.847	34.610
Ativos Ponderados pelo Risco	755.441	661.797
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	83.099	72.798
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	42.045	47.147
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	16,6%	18,1%



Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel/ Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado – BRL	1.865	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	3.610
	33			IGPM + 7,22%	77
	1.000	2008	2014	112% do CDI	1.695
	400	2008	2015	119,8% do CDI	720
	50	2010	2015	113% do CDI	75
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	971
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	3.988
	123			IPCA + 7,21%	198
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	594
	6.969			Total	11.928
Letra Financeira Subordinada – BRL	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	378
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.940
	30			IPCA + 7%	44
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	261
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.356
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	451
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	184
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.740
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	504
	42	2011	2018	IGPM + 7%	53
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	37
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	554
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.859
	6.373			108% a 113% do CDI	6.645
	112			9,95 a 11,95%	130
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2
	12	2012	2019	11,96%	15
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	118
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	25
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	7
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.655
	20			IGPM + 4,63%	22
	23.609			Total	24.982
Euronotes Subordinado – USD	990	2010	2020	6,20%	2.343
	1.000	2010	2021	5,75%	2.404
	730	2011	2021	5,75% a 6,2%	1.715
	550	2012	2021	6,20%	1.302
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	6.146
	1.851	2012	2023	5,13%	4.366
	7.721			Total	18.276
Total					55.186

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.



Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos para que esteja mais alinhada ao acompanhamento da evolução dos resultados. Houve mudanças de nomenclatura, com o intuito de adequá-la à realidade da atual estrutura, sendo agora apresentados os seguintes segmentos: Banco Comercial - Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas no antigo segmento Banco Comercial, passam a ser reportados no Banco de Atacado, sendo esta a principal alteração desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco Comercial – Varejo**

O resultado do segmento Banco Comercial – Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Bank*) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas).

- **Crédito ao Consumidor – Varejo**

O resultado do segmento de Crédito ao Consumidor – Varejo decorre de produtos e serviços financeiros ofertados aos clientes não correntistas. Este segmento abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito e a oferta de crédito para população de baixa renda.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:



Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento, que considera, além do capital alocado nível I, o capital alocado nível II (dívida subordinada) e os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco Comercial – Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram



reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100,0% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos – que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima – e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Variação cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior, as quais tem a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera) diferente do Real, no IFRS (IAS 21) é registrada diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.



ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2013
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	44.567	14.892	15.116	3.901	78.476	911	79.387
Margem Financeira ⁽¹⁾	23.719	9.230	11.117	3.571	47.637	1.004	48.641
Receita de Prestação de Serviços	12.585	5.662	3.688	213	22.148	564	22.712
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.263	-	311	117	8.691	(2.052)	6.639
Outras Receitas	-	-	-	-	-	1.395	1.395
Perdas com Créditos e Sinistros	(7.613)	(4.860)	(3.055)	(82)	(15.610)	740	(14.870)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.155)	(5.996)	(3.347)	(82)	(18.580)	724	(17.856)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.561	1.136	348	-	5.045	16	5.061
Despesas com Sinistros/ Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.019)	-	(56)	-	(2.075)	-	(2.075)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.954	10.032	12.061	3.819	62.866	1.651	64.517
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(26.043)	(7.496)	(6.159)	(572)	(40.270)	(3.382)	(43.652)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(23.522)	(6.428)	(5.296)	(741)	(35.987)	(3.927)	(39.914)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.521)	(1.068)	(863)	169	(4.283)	(58)	(4.341)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	603	603
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	10.911	2.536	5.902	3.247	22.596	(1.731)	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.908)	(642)	(1.886)	(187)	(6.623)	2.280	(4.343)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	(124)	-	(13)	(137)	39	(98)
Lucro Líquido	7.003	1.770	4.016	3.047	15.836	588	16.424
(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47,466, receita de dividendos R\$ 205 ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (5.924) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transação no exterior R\$ 6,594.							
(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1,522 e de amortização de R\$ 808.							
Ativo Total ⁽¹⁾	737.341	94.174	322.667	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297
Passivo Total	717.197	84.732	299.771	86.179	1.022.793	(79.688)	943.105
⁽¹⁾ Inclui:							
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	859	7	2.124	2.990	941	3.931
Ágio	29	1.892	-	-	1.921	(16)	1.905
Imobilizado, Líquido	5.485	401	624	-	6.510	54	6.564
Intangível, Líquido	3.686	1.355	678	-	5.719	78	5.797

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.



ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2012
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	51.551	14.211	7.491	5.808	78.978	2.194	81.172
Margem Financeira ⁽¹⁾	32.770	8.310	5.334	5.555	52.013	1.825	53.838
Receita de Prestação de Serviços	12.289	5.890	2.261	249	20.622	(1.678)	18.944
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.030	(7)	38	4	6.065	43	6.108
Outras Receitas	462	18	(142)	-	278	2.004	2.282
Perdas com Créditos e Sinistros	(15.292)	(5.179)	(795)	251	(21.015)	(339)	(21.354)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.577)	(6.111)	(871)	(85)	(23.644)	(338)	(23.982)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.320	932	76	336	4.664	(1)	4.663
Despesas com Sinistros/ Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.035)	-	-	-	(2.035)	-	(2.035)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	36.259	9.032	6.696	6.059	57.963	1.855	59.818
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(27.030)	(7.476)	(3.301)	(281)	(38.041)	(4.361)	(42.402)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(24.539)	(6.551)	(2.891)	(449)	(34.383)	(3.697)	(38.080)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.704)	(968)	(410)	(148)	(4.230)	(267)	(4.497)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	108	58	5	316	487	(312)	175
Outros Resultados	105	(15)	(5)	-	85	(85)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.229	1.556	3.395	5.778	19.922	(2.506)	17.416
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.981)	(311)	(1.066)	(968)	(5.326)	1.101	(4.225)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(589)	(553)	(4)	(557)
Lucro Líquido	6.248	1.245	2.329	4.221	14.043	(1.409)	12.634
(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 48.297, receita de dividendos R\$ 323, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 1.463 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 3.755.							
(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.346 e de amortização de R\$ 844.							
Ativo Total ⁽¹⁾ – 31/12/2012	745.032	90.096	233.430	134.544	1.014.425	(57.271)	957.154
Passivo Total – 31/12/2012	710.521	79.982	220.137	117.418	939.302	(58.146)	881.156
⁽¹⁾ Inclui:							
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	847	5	1.293	2.144	861	3.005
Imobilizado, Líquido	4.672	499	395	-	5.566	62	5.628
Intangível, Líquido	1.813	1.255	411	1.109	4.589	82	4.671

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.



ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de dezembro de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	48.236	14.102	6.897	5.109	74.257	19	74.276
Margem Financeira ⁽¹⁾	31.584	8.356	4.896	4.801	49.601	(1.238)	48.363
Receita de Prestação de Serviços	10.915	5.719	2.123	309	19.048	362	19.410
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.229	(13)	-	(1)	5.215	130	5.345
Outras Receitas	508	40	(122)	-	393	765	1.158
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.011)	(4.270)	(134)	(521)	(15.936)	(136)	(16.072)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.845)	(5.270)	(266)	(531)	(19.912)	(126)	(20.038)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.346	1.000	132	10	5.488	(11)	5.477
Despesas com Sinistros/ Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.512)	-	-	-	(1.512)	1	(1.511)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	37.225	9.832	6.763	4.588	58.321	(117)	58.204
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(25.829)	(7.911)	(2.911)	(390)	(37.025)	(2.928)	(39.953)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(23.315)	(6.948)	(2.605)	(935)	(33.787)	(1.887)	(35.674)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.596)	(953)	(341)	51	(3.839)	(327)	(4.166)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(43)	-	6	447	410	(523)	(113)
Outros Resultados	125	(10)	29	47	191	(191)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	11.396	1.921	3.852	4.198	21.296	(3.045)	18.251
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.833)	(477)	(1.287)	(244)	(5.841)	2.200	(3.641)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(885)	(814)	41	(773)
Lucro Líquido	7.563	1.444	2.565	3.069	14.641	(804)	13.837

(1) Inclui receita e despesa líquida de juros e rendimentos R\$ 41.753, receita de dividendos R\$ 361, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 1.251 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 4.998.

(2) Referem-se às despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.184 e de amortização de R\$ 984.

Ativo Total ⁽¹⁾	571.315	101.453	191.620	115.171	851.332	(33.196)	818.136
Passivo Total	542.701	91.820	181.226	90.325	777.845	(35.045)	742.800
⁽¹⁾ Inclui:							
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	3	1.681	1.684	860	2.544
Imobilizado, Líquido	4.454	467	366	-	5.287	71	5.358
Intangível, Líquido	2.803	668	339	-	3.810	15	3.825

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.



Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	86.934	8.068	95.002	95.063	6.842	101.905	99.083	4.879	103.962
Ativos não Correntes	11.488	873	12.361	9.515	784	10.299	8.487	696	9.183

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10,0% ou mais das receitas.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se a Itaútec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., BSF Holding S.A. e MCC Securities Inc.



As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDATED					
Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	1.604	-	144	189
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	-	614	-	48	56
Itaú Unibanco Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	-	14	31
Luizcred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	-	990	-	82	102
Depósitos	(1)	(3)	-	(1)	-
Duratex S.A.	(1)	(2)	-	(1)	-
Porto Seguro S.A.	-	(1)	-	-	-
Captações no Mercado Aberto	(286)	(54)	(14)	(7)	(21)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100% da SELIC (66)	-	-	-	-
Duratex S.A.	100% da SELIC (180)	(11)	(10)	(2)	(4)
Elekeiroz S.A.	100% da SELIC (36)	-	(2)	(1)	(3)
Itautec S.A.	100% da SELIC (4)	(2)	(2)	-	-
FIC Promotora de Venda Ltda. ⁽¹⁾	-	(18)	-	(1)	(1)
Facilita Promotora S.A.	-	(2)	-	-	(1)
Banco Investcred Unibanco S.A. ⁽¹⁾	-	(19)	-	(2)	(1)
Maxfácil Participações S.A.	-	-	-	-	(7)
Outras	-	(2)	-	(1)	(4)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(82)	(117)	-	-	-
Porto Seguro S.A.	-	12	-	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	-	(4)	-	-	-
Luizcred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	-	(5)	-	-	-
Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar	(6)	1	-	-	-
Caixa de Prev. dos Func. do Banco Beg – PREBEG	-	(6)	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	-	(9)	-	-	-
UBB Prev – Previdência Complementar	-	(25)	-	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	(76)	(81)	-	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	41	57	(17)
Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar	-	-	33	25	21
FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	5	5	5
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	1	1	1
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	-	-	-	1	(20)
Itaú Unibanco Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	(2)
Luizcred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	-	-	-	32	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	-	-	-	-	(26)
Outras	-	-	2	(7)	4
Receitas (Despesas) com Aluguéis	-	-	(48)	(37)	(38)
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	(1)	-	-
Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar	-	-	(37)	(27)	(27)
FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(10)	(10)	(10)
Outras	-	-	-	-	(1)
Despesas com Doações	-	-	(73)	(72)	(56)
Associação Clube "A"	-	-	(1)	(3)	-
Instituto Itaú Cultural	-	-	(72)	(69)	(56)
Despesas de Processamento de Dados	-	-	(267)	(270)	(314)
Itautec S.A.	-	-	(267)	(270)	(314)
Outras Receitas	-	-	-	-	48
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	-	-	48

(1) Até 31/12/2012, consolidadas proporcionalmente. A partir de 01/01/2013, passaram a ser consolidadas integralmente em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

(2) Atual denominação da FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.



Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 5 (R\$ 8 de 01/01 a 31/12/2012 e R\$ 8 de 01/01 a 31/12/2011) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A Resolução nº 3.921, de 25/11/2010, do CMN, determina que a remuneração variável dos administradores deverá ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) deverá ser obrigatoriamente paga em ações e deverá ser diferida para pagamento em no mínimo 3 (três) anos.

Para atender à Resolução sobre remuneração o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores e os administradores de suas controladas.

No período de 01/01 a 31/12/2013, o efeito contábil da remuneração está registrado na Remuneração do Pessoal-Chave da Administração em Remuneração e Participações no Lucro, obedecendo os limites estatutários.

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Remuneração	278	244	271
Conselho de Administração	13	8	5
Administradores	265	236	266
Participações no Lucro	259	160	192
Conselho de Administração	8	2	1
Administradores	251	158	191
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	3	8	5
Administradores	3	8	5
Plano de Pagamento em Ações – Administradores	166	163	150
Total	706	575	618



Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade de todas as unidades de negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica, maiores devedores e regiões geográficas, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84% Operações em Atraso > 90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.



Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30/04/2009, do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratuais previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser pessoais, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento, é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação.



Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *Corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2013			31/12/2012		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.564	20.096	25.660	9.254	14.572	23.826
Aplicações no Mercado Aberto	137.556	899	138.455	162.235	502	162.737
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	141.343	7.517	148.860	139.699	5.817	145.516
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	371	371	4	216	220
Derivativos	6.400	4.966	11.366	7.615	3.982	11.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	45.208	51.418	96.626	36.214	54.655	90.869
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.393	6.723	10.116	2.656	546	3.202
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	277.877	111.590	389.467	259.540	81.731	341.271
Outros Ativos Financeiros	45.389	2.203	47.592	41.284	3.208	44.492
<i>Off Balance</i>	273.766	21.286	295.052	274.822	14.653	289.475
Avais e Fianças	66.165	4.997	71.162	56.470	3.840	60.310
Cartas de Crédito	11.431	-	11.431	14.605	-	14.605
Compromissos a Liberar	196.170	16.289	212.459	203.747	10.813	214.560
Crédito Imobiliário	10.846	-	10.846	13.004	-	13.004
Cheque Especial	82.206	-	82.206	96.935	-	96.935
Cartão de Crédito	94.453	847	95.300	82.478	669	83.147
Outros Limites Pré-Aprovados	8.665	15.442	24.107	11.330	10.144	21.474
Total	936.496	227.069	1.163.565	933.323	179.882	1.113.205

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2013 e 31/12/2012, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.



A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 81,0% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 4,5% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 4,0% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1 Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Setor Público	3.981	1,0	877	0,2
Indústria e Comércio	115.025	27,8	107.405	29,3
Serviços	87.103	21,2	77.922	21,2
Setor Primário	20.492	5,0	16.649	4,5
Outros Setores	1.553	0,4	2.194	0,6
Pessoa Física	183.548	44,6	161.937	44,2
Total	411.702	100,0	366.984	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Setor Primário	1.766	0,4	1.924	0,4
Setor Público	174.331	40,4	110.012	25,1
Indústria e Comércio	11.665	2,7	7.563	1,7
Serviços	76.650	17,8	129.223	29,5
Outros Setores	2.664	0,6	2.633	0,6
Pessoa Física	263	0,1	49	0,0
Financeiras	164.115	38,0	186.563	42,6
Total	431.454	100,0	437.967	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.



6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2013				31/12/2012			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	300.816	4.354	-	305.170	249.282	5.438	-	254.720
Médio	64.722	7.676	-	72.398	61.075	9.436	-	70.511
Alto	11.273	6.556	-	17.829	14.190	8.052	-	22.242
Impairment	-	-	16.305	16.305	-	-	19.511	19.511
Total	376.811	18.586	16.305	411.702	324.547	22.926	19.511	366.984
%	91,5%	4,5%	4,0%	100,0%	88,5%	6,2%	5,3%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2013					31/12/2012				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	96.904	48.833	11.323	10.371	167.431	82.289	44.150	12.889	11.593	150.921
Cartão de Crédito	36.964	11.773	1.892	2.520	53.149	24.551	11.692	1.992	2.296	40.531
Crédito Pessoal	7.760	8.158	7.143	3.574	26.635	6.152	8.804	7.317	4.476	26.749
Crédito Consignado	5.676	16.147	378	370	22.571	4.553	8.080	531	386	13.550
Veículos	23.692	11.310	1.881	3.701	40.584	29.887	14.493	3.016	4.250	51.646
Crédito Imobiliário	22.812	1.445	29	206	24.492	17.146	1.081	33	185	18.445
Grandes Empresas	121.643	3.041	145	1.584	126.413	100.982	1.279	1	1.467	103.729
Micros/Pequenas e Médias Empresas	55.210	16.430	5.796	4.165	81.601	47.825	22.129	8.896	6.335	85.185
Unidades Externas América Latina	31.413	4.094	565	185	36.257	23.624	2.953	456	116	27.149
Total	305.170	72.398	17.829	16.305	411.702	254.720	70.511	22.242	19.511	366.984
%	74,1%	17,6%	4,3%	4,0%	100,0%	69,4%	19,2%	6,1%	5,3%	100,0%



A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2013				31/12/2012			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I – Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	120.828	2.861	-	123.689	100.186	1.278	-	101.464
II – Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	94.586	42.896	6.708	144.190	78.900	36.339	7.540	122.779
Cartão de Crédito	36.764	11.129	1.266	49.159	24.385	11.076	1.352	36.813
Crédito Pessoal	7.703	7.691	4.986	20.380	6.080	8.183	5.101	19.364
Crédito Consignado	5.574	15.881	245	21.700	4.434	7.817	338	12.589
Veículos	22.206	7.454	206	29.866	27.347	8.737	736	36.820
Crédito Imobiliário	22.339	741	5	23.085	16.654	526	13	17.193
Micro/Pequenas e Médias Empresas	54.544	15.142	4.121	73.807	47.163	20.739	6.293	74.195
Unidades Externas América Latina	30.858	3.823	444	35.125	23.033	2.719	357	26.109
Total	300.816	64.722	11.273	376.811	249.282	61.075	14.190	324.547

6.1.1 As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2013				31/12/2012			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	8.103	3.273	1.494	12.870	10.732	4.075	1.743	16.550
Cartão de Crédito	833	323	314	1.470	832	308	283	1.423
Crédito Pessoal	1.641	716	325	2.682	1.610	908	391	2.909
Crédito Consignado	372	74	55	501	434	83	58	575
Veículos	4.460	1.872	685	7.017	7.099	2.559	918	10.576
Crédito Imobiliário	797	288	115	1.200	757	217	93	1.067
Grandes Empresas	944	167	29	1.140	686	88	23	797
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.378	843	409	3.630	2.912	1.171	572	4.655
Unidades Externas América Latina	774	117	55	946	794	98	32	924
Total	12.199	4.400	1.987	18.586	15.124	5.432	2.370	22.926



6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/12/2013						Total
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	
Baixo	164.115	138.883	371	7.173	57.515	10.093	378.150
Médio	-	9.691	-	3.896	38.301	23	51.911
Alto	-	286	-	297	807	-	1.390
Impairment	-	-	-	-	3	-	3
Total	164.115	148.860	371	11.366	96.626	10.116	431.454
%	38,0	34,5	0,1	2,6	22,5	2,3	100,0

Classificação Interna	31/12/2012						Total
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	
Baixo	186.563	98.147	220	4.458	22.808	3.084	315.280
Médio	-	47.369	-	7.122	68.037	118	122.646
Alto	-	-	-	17	24	-	41
Total	186.563	145.516	220	11.597	90.869	3.202	437.967
%	42,7	33,2	0,1	2,6	20,7	0,7	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/12/2013				31/12/2012			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	61.723	156.230	2.738	2.290	60.635	140.466	8.021	6.933
Crédito Pessoal	377	879	13	7	329	946	17	12
Veículos	37.010	71.736	2.620	2.235	42.610	73.709	7.809	6.813
Crédito Imobiliário	24.336	83.615	105	47	17.695	65.812	196	108
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	161.274	476.507	5.200	2.610	127.655	439.665	33.917	14.408
Unidades Externas América Latina	11.457	17.169	24.660	22.084	5.441	8.695	21.708	12.053
Total	234.454	649.906	32.597	26.983	193.731	588.827	63.646	33.394

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 144.651 (R\$ 109.607 em 31/12/2012).



ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal – Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos – Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário – Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas – Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina – Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Imóveis Não de Uso	2	4	8
Imóveis Habitacionais – Crédito Imobiliário	93	67	34
Veículos – Vinculado a Operações de Crédito	1	2	4
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) – Dação	12	9	1
Total	108	82	47

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.



A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 do CMN e alterações posteriores, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Este arcabouço de limites cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, expectativa de performance e apetite de risco da instituição, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada entidade organizacional, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para a alta gestão.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). A revisão dessa estrutura de limites é realizada, no mínimo, anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.



O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas relevantes, de acordo com a governança estabelecida e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco, quando necessário. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da Carteira de Negociação e de Não Negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros, o valor em risco (*VaR*) e efetuando testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, utiliza-se o *VaR*, além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo.



As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR* - *Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM* – *Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01* - *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR – Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de *VaR* (paramétrico) utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de *VaR* Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

No ano de 2013, o *VaR* Global Médio foi de R\$ 224 milhões ou 0,27% do patrimônio total (em todo o ano de 2012 foi de R\$ 290 milhões ou 0,38%).



(em milhões de R\$)

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2013	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2012
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	172,4	65,6	416,9	69,1	191,2	71,8	427,6	348,7
Cupons Cambiais	26,2	8,6	76,7	45,2	20,4	7,3	49,6	11,4
Variação Cambial	34,5	4,4	70,2	10,4	25,7	4,6	53,9	8,8
Índices de Preços	76,1	37,3	155,5	65,7	110,3	14,8	325,0	51,2
Renda Variável	29,6	14,0	60,1	20,4	24,2	13,6	43,5	16,8
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA International	2,4	1,6	4,1	1,9	1,7	0,7	5,1	1,1
Itaú Argentina	4,0	2,2	7,4	5,7	3,0	1,7	5,6	5,5
Itaú Chile	5,6	2,1	13,6	2,1	5,5	3,2	9,6	4,4
Itaú Uruguai	2,8	1,5	8,9	1,7	1,7	0,3	3,4	2,0
Itaú Paraguai	0,9	0,4	1,8	0,9	0,4	0,2	1,4	1,0
Itaú BBA Colômbia	0,4	0,0	1,3	0,2	-	-	-	-
Efeito de Diversificação	(113,0)							(77,1)
Risco Global	224,5	97,9	443,4	110,4	289,7	118,0	601,4	373,7

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas ao risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

31/12/2013													31/12/2012																																																																																																																																																											
0-30 dias													31-180 dias													181-365 dias													1-5 anos													Acima de 5 anos													Total																																																																																																							
Ativos Remunerados													281.495													182.556													100.636													248.019													102.326													915.033													248.784													191.194													78.496													246.502													97.228													862.204												
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros													19.341													2.126													3.557													636													-													25.660													15.321													3.274													4.835													395													1													23.826												
Aplicações no Mercado Aberto													90.970													47.290													-													184													10													138.455													87.829													71.539													3.190													179													-													162.737												
Depósitos Compulsórios no Banco Central													71.877													-													-													-													-													71.877													57.253													-													-													-													-													57.253												
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação													16.807													12.269													22.257													81.032													16.495													148.860													17.163													7.251													7.920													85.581													27.601													145.516												
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado													371													-													-													-													-													371													220													-													-													-													220																									
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda													14.470													13.244													10.553													26.430													31.929													96.626													13.120													7.914													5.481													29.470													34.884													90.869												
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento													52													47													-													158													9.859													10.116													-													118													70													147													2.867													3.202												
Derivativos													2.933													2.419													1.675													3.377													962													11.366													1.943													3.581													1.390													3.742													941													11.597												
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro													64.674													105.161													62.594													136.202													43.071													411.702													55.935													97.517													55.610													126.988													30.934													366.984												
Passivos Remunerados													252.818													81.456													56.068													255.198													50.872													696.412													233.991													78.742													59.229													210.743													76.688													659.393												
Depósitos de Poupança													106.166													-													-													-													-													106.166													83.451													-													-													-													83.451																									
Depósitos a Prazo													12.260													29.436													9.961													61.551													3.923													117.131													12.369													20.861													16.667													62.226													5.109													117.232												
Depósitos Interfinanceiros													1.768													3.909													2.146													363													8													8.194													2.643													3.550													1.201													207													-													7.601												
Mercado Aberto													119.745													13.663													15.190													104.547													13.537													266.682													123.001													17.838													16.281													82.424													27.861													267.405												
Mercado Interbancário													6.609													26.507													22.661													46.541													9.058													111.376													5.606													26.871													21.065													38.802													4.729													97.073												
Mercado Institucional													811													6.529													4.156													36.887													23.672													72.055													2.299													7.018													2.753													22.062													37.896													72.028												
Derivativos													2.421													1.393													1.892													5.076													623													11.405													1.724													2.582													1.211													4.500													1.052													11.069												
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação													6													19													62													233													51													371													6													22													51													522													41													642												
Passivos de Planos de Capitalização													3.032													-													-													-													-													3.032													2.892													-													-													-													2.892																									
Diferença Ativo/Passivo (2)													28.677													101.100													44.568													(7.179)													51.454													218.621													14.793													112.452													19.267													35.759													20.540													202.811												
Diferença Acumulada													28.677													129.777													174.345													167.166													218.621													14.793													127.245													146.512													182.271													202.811																																						
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados													3,1%													14,2%													19,1%													18,3%													23,9%													1,7%													14,8%													17,0%													21,1%													23,5%																																						

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descalamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.



**Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda**

Ativo	31/12/2013				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	7.672	194	409	2.560	10.835
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	365	3.723	4.088
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.612	-	1.073	1.411	20.096
Aplicações em Mercado Aberto	880	-	19	-	899
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.099	-	13	405	7.517
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	371	-	-	-	371
Derivativos	4.511	-	443	12	4.966
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	46.830	-	3.308	1.280	51.418
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	6.723	-	-	-	6.723
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	67.557	1.776	23.657	18.600	111.590
Total do Ativo	159.255	1.970	29.287	27.991	218.503

Passivo	31/12/2013				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	48.516	16	18.439	17.952	84.923
Captações no Mercado Aberto	15.324	-	248	19	15.591
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	569	-	-	-	569
Derivativos	3.027	-	424	87	3.538
Recursos de Mercados Interbancários	48.694	71	2.945	978	52.688
Recursos de Mercados Institucionais	59.155	-	3.141	333	62.629
Total do Passivo	175.285	87	25.197	19.369	219.938
Posição Líquida	(16.030)	1.883	4.090	8.622	(1.435)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.



Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2012				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	5.681	388	379	2.262	8.710
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	323	2.206	2.529
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.160	1.209	989	1.214	14.572
Aplicações em Mercado Aberto	463	-	21	18	502
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.909	646	114	148	5.817
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	216	-	-	216
Derivativos	3.100	588	283	11	3.982
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	50.828	354	2.409	1.064	54.655
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	546	-	-	-	546
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	44.417	4.950	17.883	14.481	81.731
Total do Ativo	121.104	8.351	22.401	21.404	173.260

Passivo	31/12/2012				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	32.602	1.917	14.233	13.044	61.796
Captações no Mercado Aberto	17.156	-	606	16	17.778
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	720	-	-	720
Derivativos	2.755	493	200	5	3.453
Recursos de Mercados Interbancários	27.430	150	1.998	395	29.973
Recursos de Mercados Institucionais	52.421	3.065	2.262	149	57.897
Total do Passivo	132.364	6.345	19.299	13.609	171.617
Posição Líquida	(11.260)	2.006	3.102	7.795	1.643

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.



O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.393, de 03/06/2008, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 501,1 bilhões (R\$ 481,1 bilhões 31/12/2012), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 33,7% do total, ou R\$ 169,1 bilhões – tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens – depósito à vista e poupança – é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.



Recursos de Clientes	31/12/2013			31/12/2012		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	163.086	274.383		133.377	243.199	
Recursos à Vista	42.892	42.892	8,6	34.916	34.916	7,3
Recursos de Poupança	106.166	106.166	21,2	83.451	83.451	17,3
Recursos a Prazo	12.260	117.131	23,4	12.368	117.232	24,4
Outros Recursos	1.768	8.194	1,6	2.642	7.600	1,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	2.916	46.256	9,2	3.863	55.108	11,5
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.977	123.922	24,7	3.394	127.652	26,5
Dívida Subordinada	146	56.564	11,3	797	55.179	11,5
Total	169.125	501.125		141.431	481.138	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 91,1 bilhões e representavam 53,9% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 18,2% do total de recursos e 12,7% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2013	31/12/2012
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	53,9	85,4
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	18,2	25,1
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	12,7	17,7

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 716.925 (R\$ 682.867 em 31/12/2012).



Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos		31/12/2013				31/12/2012				
Ativos Financeiros ⁽¹⁾					Acima de 720 dias	Total				
	0-30 dias	31-365 dias	365- 720 dias	0-30 dias			31-365 dias	365-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Disponibilidades										
Aplicações em Instituições Financeiras										
	110.510	45.993	614	145	157.262	109.340	61.934	320	159	171.753
Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada ⁽²⁾	23.979	-	-	-	23.979	22.895	-	-	1	22.896
Aplicações no Mercado Aberto – Posição Financiada	67.190	37.921	-	10	105.121	71.124	53.678	-	-	124.802
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.341	8.072	614	135	28.162	15.321	8.256	320	158	24.055
Títulos e Valores Mobiliários										
	58.892	30.197	16.773	83.168	189.030	102.046	7.293	9.261	78.689	197.289
Títulos Públicos – Livres	50.573	-	-	-	50.573	83.980	-	-	-	83.980
Títulos Públicos – Compromissadas de Recompra	4.327	17.741	8.805	52.301	83.174	13.581	2.208	1.024	37.165	53.978
Títulos Privados – Livres	3.992	12.089	7.017	29.696	52.794	4.482	4.229	7.968	37.201	53.880
Títulos Privados – Compromissadas de Recompra	-	367	951	1.171	2.489	3	856	269	4.323	5.451
Instrumentos Financeiros Derivativos										
	2.933	3.781	1.410	2.929	11.053	1.943	4.005	1.756	2.927	10.631
Posição Líquida										
	2.933	3.781	1.410	2.929	11.053	1.943	4.005	1.756	2.927	10.631
Swaps	396	745	865	2.436	4.442	275	905	568	1.938	3.686
Opções	423	977	187	130	1.717	936	554	358	58	1.906
Contratos a Termo	2.018	1.048	184	65	3.315	547	1.756	718	509	3.530
Demais Derivativos	96	1.011	174	298	1.579	185	790	112	422	1.509
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾										
	56.041	160.287	92.762	135.469	444.559	48.460	153.079	82.459	116.066	400.064
Total de Ativos Financeiros										
	244.952	240.258	111.559	221.711	818.480	275.756	226.311	93.796	197.841	793.704

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 77.010 (R\$ 63.701 em 31/12/2012) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 3.333 (R\$ 9.106 em 31/12/2012), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao locista R\$ 34.142 (R\$ 27.382 em 31/12/2012).



Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos		31/12/2013				31/12/2012			
Passivos Financeiros	Total	0-30 dias	31-365 dias	365-720 dias	Acima de 720 dias	0-30 dias	31-365 dias	365-720 dias	Acima de 720 dias
Depósitos		163.436	46.756	12.005	86.269	133.310	42.494	15.290	74.632
Depósito a Vista		42.892	-	-	-	34.916	-	-	-
Depósito Poupança		106.166	-	-	-	83.451	-	-	-
Depósito a Prazo		12.609	40.590	11.833	85.968	12.261	37.620	15.150	74.402
Depósito Interfinanceiros		1.769	6.166	172	301	2.682	4.874	140	230
Depósitos Compulsórios		(42.600)	(12.537)	(3.321)	(18.552)	(35.238)	(9.761)	(3.744)	(14.959)
Depósito a Vista		(8.821)	-	-	-	(8.590)	-	-	-
Depósito Poupança		(29.805)	-	-	-	(23.582)	-	-	-
Depósito a Prazo		(3.974)	(12.537)	(3.321)	(18.552)	(3.066)	(9.761)	(3.744)	(14.959)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾		132.394	33.508	43.464	118.067	134.028	35.529	54.086	85.195
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾		3.176	20.511	14.363	12.598	3.793	29.349	11.049	15.526
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾		5.127	34.659	12.696	28.647	2.938	27.596	11.277	24.083
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾		214	8.752	5.146	63.917	831	4.352	7.726	61.698
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.421	2.972	1.607	4.092	1.724	2.827	2.154	3.398
Posição Bruta		-	15	-	-	15	40	-	-
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) – Posição Ativa		-	(313)	-	-	(313)	(966)	-	-
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) – Posição Passiva		-	329	-	-	-	1.006	-	-
Posição Líquida		2.421	2.956	1.607	4.092	1.724	2.787	2.154	3.398
Swaps		361	1.085	1.076	3.589	351	1.126	902	2.689
Opções		406	1.058	316	141	1.145	572	508	56
Contratos a Termo		1.482	229	116	35	152	923	710	508
Demais Derivativos		172	584	99	327	76	166	34	145
Total Passivos Financeiros		264.168	134.620	85.961	295.037	241.386	132.386	97.838	249.573
									721.183

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócio e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.



Compromissos	31/12/2013				31/12/2012					
	0-30 dias	31-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0-30 dias	31-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.257	14.886	4.620	50.399	71.162	1.526	13.271	3.078	42.435	60.310
Compromissos a Liberar	75.838	37.153	36.749	62.719	212.459	94.197	25.452	15.675	79.236	214.560
Cartas de Crédito Imobiliário a Liberar	11.431	-	-	-	11.431	14.605	-	-	-	14.605
Compromissos Contratuais – Imobilizado e Intangível (Nota 15 e 16)	-	875	576	521	1.972	-	-	-	-	-
Total	88.526	52.914	41.945	113.639	297.024	110.328	38.723	18.753	121.671	289.475



NOTA 37 – Informações Suplementares

Medida Provisória nº 627: em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

NOTA 38 – Evento Subsequente

Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com a sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. ("BIC") celebrou um acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca ("CorpBanca") e seus acionistas controladores ("Corp Group") estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca Chile no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de (i) aumento do capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias, (ii) incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, a ser aprovada em assembleia de acionistas do CorpBanca pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) das ações de emissão do CorpBanca, de forma que as participações no banco resultante da incorporação (a ser denominado "Itaú CorpBanca") sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 32,92% para o Corp Group, e (iii) posterior integração do Itaú BBA Colômbia, S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que celebrará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e também para terceiros.

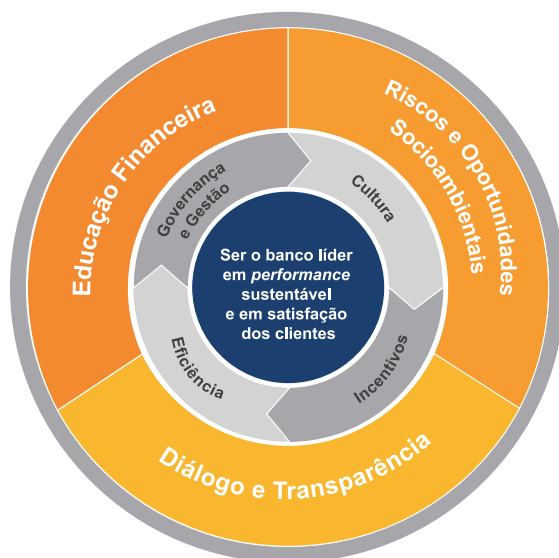
Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que consolidará o Itaú CorpBanca em suas demonstrações contábeis.

A concretização da operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pela assembleia de acionistas do CorpBanca mencionada acima e aprovações regulatórias no Brasil, no Chile e na Colômbia, bem como em outras jurisdições aplicáveis nas quais o CorpBanca conduz atividades.

Sustentabilidade

#isso muda o mundo

Mapa de Sustentabilidade



Nosso Mapa de Sustentabilidade aponta os nossos focos estratégicos e orienta nossas diversas unidades operacionais e de negócio na incorporação de valores de sustentabilidade em seus processos de tomada de decisão. Mais do que criar novos produtos, nossa meta consiste em ajustar nossas operações para atingir um crescimento sustentável, bem como minimizar riscos, encontrar vantagens competitivas e gerar receita em um contexto de demanda para uma gestão adequada dos impactos socioambientais. Essa visão de sustentabilidade de longo prazo tem evoluído e sido incorporada em nossas diferentes unidades de negócio, por meio da análise sistêmica de indicadores e da avaliação de resultados.

Em 2012, criamos um “painel de gestão”, construído com base em três focos estratégicos, conforme ilustrado na figura do mapa de sustentabilidade. Além disso, incorporamos os parâmetros do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, como ferramentas para avaliar as áreas em que tivemos avanços e outras que ainda exigem ações de melhoria.

Em 2013, trabalhamos na consolidação desse painel, aprimorando nossos projetos, estruturas e unidades envolvidas.

Estratégia de Sustentabilidade

2009

- Essência da Sustentabilidade – ponto de partida: publicação da Essência da Sustentabilidade, oito temas que definem nossa estratégia de sustentabilidade.
- Painéis de *stakeholders* – debates públicos: avaliação da Essência da Sustentabilidade em debates públicos com *stakeholders*, especialistas e colaboradores. **GRI G4-26**

2010

- Um novo banco, uma nova identidade corporativa – Encontro entre Líderes, reunião na qual nossa visão e cultura corporativa são apresentadas aos nossos colaboradores “chave”, após um processo que envolveu mais de 16 mil colaboradores.
- Definição da marca – campanha “Imagine”: marcou a definição de “Itaú” como a marca que representa nosso grupo.
- Final da integração das agências Unibanco – a campanha “1+1>2”: marcou o fim da integração entre as agências Itaú e Unibanco.
- Propósito da marca: lançamento do propósito da marca, ser um agente de transformação.

2011

- Novo posicionamento do banco – campanha “O mundo muda, o Itaú muda com você”: marcou a mudança em nosso posicionamento institucional, focando na interação mútua.
- Processo colaborativo para a construção de uma nova estratégia – (1) *workshop* e entrevistas: processo de consultas internas e externas e alinhamento com a alta administração e (2) painéis com especialistas de várias unidades de negócios para ouvir sugestões e aprovar os componentes de nossas estratégias; esse processo levou à definição de performance sustentável e de nosso Mapa de Sustentabilidade. **GRI G4-26**
- *Performance* sustentável – o Conselho de Administração aprovou a definição de performance sustentável e o mapa que integra sustentabilidade à agenda de negócios do banco.
- Mapa de Sustentabilidade – focos estratégicos e frentes facilitadoras: o Mapa de Sustentabilidade apresenta três focos estratégicos apoiados por quatro frentes facilitadoras.

2012

- Ferramenta de gestão – criação e validação do Painel de Gestão da Sustentabilidade: conduzido em linha com nossas unidades estratégicas e os parâmetros do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).
- Governança ativa – discussão em todas as frentes: integração de sustentabilidade em nosso Comitê de Excelência do Atendimento, no Comitê de Avaliação de Processos e Produtos e no Comitê de Risco Socioambiental.

2013

- Nosso novo foco de governança: criação de comitês específicos – de acordo com os principais temas de nossa agenda de sustentabilidade e com a participação de patrocinadores das várias unidades do banco, responsáveis por monitorar e implantar planos de ação no escopo da estrutura dos painéis de gestão.
- Engajamento dos *stakeholders* com foco na educação financeira: ciclo de debates com *stakeholders* para avaliação de nossa estratégia e iniciativas atuais, relacionadas à educação financeira de nossos colaboradores; construção de nossa agenda para o curto, médio e longo prazos. **GRI G4-26**,
- Multiplicadores: programa de educação financeira disponibilizado para 100% dos colaboradores de empresas clientes.
- Programa de educação financeira para colaboradores: visa educar nossos colaboradores para escolhas sensatas na administração de suas finanças, por meio de iniciativas de comunicação, treinamentos, voluntariado, política interna, serviços, avaliações de impacto e monitoramento, Implantação de nossa política de risco socioambiental sobre seguros e estabelecimento de ferramenta para avaliação da aderência de nossos produtos e processos aos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês).
- Documento Princípios para Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) da ONU: consolidação de nossa metodologia para mapeamento de externalidades socioambientais nas empresas em que investimos, por meio de nosso negócio de gestão de ativos.

Sustentabilidade: focos estratégicos

Os três focos estratégicos que direcionam nossa gestão da sustentabilidade são (i) educação financeira, (ii) riscos e oportunidades socioambientais e (iii) diálogo e transparência.

São resultado de uma profunda análise da nossa visão e do “Nosso Jeito de Fazer”, de nossas políticas corporativas e de outros compromissos e pactos voluntários dos quais somos signatários.

Também realizamos pesquisas e encontros com nossos stakeholders para compreender suas demandas, e mantemos debates constantes com a alta administração para entender suas expectativas em relação à *performance* sustentável.

Essa análise resultou na criação de nosso Mapa da Sustentabilidade com três focos estratégicos e quatro frentes de apoio. **GRI G4-27**

Educação financeira

GRI FS16

Acreditamos que uma maneira de contribuímos para o desenvolvimento da sociedade é entendermos as necessidades das pessoas para oferecer, então, conhecimento e soluções financeiras adequadas, contribuindo para que indivíduos e empresas tenham uma relação saudável com o dinheiro.

Em relação à educação financeira, nossa meta é orientar nossos colaboradores, clientes e a sociedade a fazer um melhor uso do dinheiro, de forma que possam fazer bom uso dos produtos e serviços financeiros. Nesse contexto, iniciativas como nossas campanhas institucionais e treinamentos (como o de uso consciente do dinheiro) procuram ajudar pessoas físicas e jurídicas a fazerem escolhas alinhadas aos seus objetivos.

Desafios para 2014

- Levar as estratégias de aprendizado dos colaboradores para os clientes;
- Relação direta no dia a dia com clientes para orientação e oferta de solução financeira adequada;
- Aprimorar a agenda com a sociedade, introduzindo um posicionamento diferencial para o mercado.

Iniciativas relacionadas:

- Campanha do Crédito Consciente;
- Educação financeira para investidores (gestão patrimonial);
- Uso consciente do dinheiro – treinamento para colaboradores;
- Programa de educação financeira para colaboradores de empresas clientes;
- Apresentações sobre educação financeira em eventos públicos, como *Expo Money* e *Road shows*;
- Ferramentas de educação financeira para jovens e universitários em mídias sociais;
- Manual para investimentos pessoais.

Diálogo e transparência

Buscamos oportunidades para aprimorar os negócios e inspirar transformações positivas na sociedade. Nosso foco também se concentra em entender melhor as necessidades de nossos *stakeholders*, por meio da criação de soluções para resolver problemas e reclamações de forma eficaz, aumentando seu nível de satisfação e melhorando nossos produtos e serviços.

Diálogo G4 Forma de gestão Rotulagem de Produtos e Serviços, GRI G4-26

Nossa meta é a melhoria contínua do processo de diálogo com os *stakeholders*, para sermos capazes de compreender suas expectativas, identificar tendências e priorizar seus problemas e apresentar nossas melhores soluções. Em 2013, nosso foco concentrou-se na educação financeira; ao mesmo tempo, mantivemos outras ferramentas que fortaleceram o diálogo com nossos *stakeholders* internos e externos. Internamente, buscamos educar, envolver e compreender as demandas de nossos colaboradores, por meio de ações como a campanha de *performance* sustentável, treinamento de sustentabilidade, *ombudsman* e outras pesquisas de satisfação de colaboradores. Externamente, para estabelecer um relacionamento positivo com nossos clientes, nossas iniciativas englobam desde a participação, com clientes, em grupos de discussão sobre sustentabilidade até a nossa forte presença ativa em redes sociais.

Transparência

Nosso compromisso é sermos transparentes e mantermos um relacionamento próximo com nossos *stakeholders*. Nossa meta é nos comunicarmos de maneira simples e objetiva, para evitar incertezas quanto à qualidade de nossos produtos e serviços, esclarecendo seus termos e condições. Um exemplo recente de nosso comprometimento para esse objetivo é nossa participação em um programa piloto de relatório integrado, com foco no fornecimento de informações abrangentes e transparentes. Também buscamos trabalhar para melhoria de nossos processos de comunicação e no fortalecimento da confiança do cliente.

Desafios para 2014

- Fortalecimento da cultura de *performance* sustentável;
- Transparência nas mensagens sobre produtos e serviços;
- Fortalecimento do processo de diálogo sistemático.

Riscos e oportunidades socioambientais

Os bancos se relacionam com todos os setores produtivos da economia e possuem enorme potencial para influenciar mudanças positivas na sociedade. Nosso foco é voltado para riscos e oportunidades socioambientais e, portanto, buscamos gerenciar os riscos e descobrir as melhores oportunidades de negócios, considerando tendências de mercado, regulamentações, demandas de clientes e dos *stakeholders*. Para fortalecer essa abordagem, adotamos políticas específicas e aderimos a compromissos voluntários que orientam as práticas de nossas unidades de negócios.

Crédito

Já adotamos critérios socioambientais nos processos de concessão de crédito para empresas, por meio de uma política de risco socioambiental e das atividades de um comitê relacionado. Nossa análise de crédito para a concessão de recursos financeiros, além dos aspectos convencionais, como finanças, gestão e governança, leva em consideração as práticas de nossos potenciais clientes em relação a direitos humanos, meio ambiente e biodiversidade. **GRI Forma de gestão FS1**

O Itaú Unibanco é signatário dos Princípios do Equador (PE), sistema voluntário de gestão de riscos adotado por algumas instituições financeiras para determinar e avaliar riscos ambientais e sociais em operações sob as modalidades de *project finance*, *corporate finance* e empréstimos-ponte. **GRI Forma de gestão FS1**

Além disso, as práticas do Itaú BBA para identificação e avaliação de riscos e oportunidades de monitoramento, e mitigação de impactos para assegurar fluxos de caixa sustentáveis, tornaram-se referência no mercado brasileiro e têm sido transmitidas para outras entidades por meio de programas e parcerias com clientes e organizações internacionais, como a *International Finance Corporation* (IFC). **GRI Forma de gestão FS5**

Em 2013, celebramos uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a IFC, em um projeto inovador, que disponibiliza produtos e serviços financeiros para mulheres empreendedoras. O principal objetivo dessa ação é compreender melhor como as decisões relacionadas aos produtos e serviços financeiros são tomadas dentro de empresas administradas e/ou de propriedade de mulheres empreendedoras no Brasil. **GRI Forma de gestão FS2**

Seguros

Alinhada com nossa estratégia de buscar *performance* sustentável em nossas linhas do negócio, somos uma das primeiras empresas a aderir aos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês) em 2012. Lançado na Conferência Rio+20 pelas Nações Unidas, o PSI tem o objetivo principal de orientar a indústria de seguros para a avaliação de questões socioambientais e de governança na gestão de seus negócios. **GRI Forma de gestão FS1**

Alguns de nossos produtos e práticas já estão em concordância com o PSI, mas, para reforçar esse tema dentro de nosso grupo, criamos o Comitê Específico de Seguros, com representantes de todos os departamentos desse segmento, inclusive com diretores executivos, no qual elaboramos planos de ação e monitoramos o progresso do PSI.

Em 2013, implantamos uma política de risco social e ambiental e treinamos todos os colaboradores envolvidos diretamente no processo de contratação de seguros. Também treinamos colaboradores de outras unidades de seguro (varejo e pequenas e médias empresas) em relação aos temas social e ambiental e desenvolvemos uma ferramenta para avaliar como um determinado produto adere aos princípios de PSI. **GRI Forma de gestão FS4**

Investimentos

Por meio da Itaú Asset Management, desenvolvemos estratégias de atuação alinhadas aos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), dos quais somos signatários desde 2008. PRI é uma rede internacional com mais de 1,000 investidores trabalhando juntos para entender as implicações de sustentabilidade para os investidores e dar apoio aos signatários para incorporar essas questões às tomadas de decisões quanto a investimento e práticas acionárias.

Nos últimos anos, consolidamos nossa metodologia para mapear as externalidades socioambientais das empresas nas quais investimos. Essas novas variáveis precisam ser compreendidas pelos analistas e incorporadas em seus modelos de avaliação de ações. **GRI FS11**

Com o objetivo de desenvolver projetos de organizações sem fins lucrativos, com foco em educação, meio ambiente e cultura, os fundos socioambientais geridos pela Itaú Asset Management reverterem parte da sua taxa de administração ao apoio a essas iniciativas. Em 2013, repassamos aproximadamente R\$ 3,8 milhões por meio do Fundo Itaú Ecomudança, do Fundo Itaú de Excelência Social (FIES) e do Fundo Social Itaú Personnalité Futura DI. **GRI FS7**

Adicionalmente, somos signatários do *Carbon Disclosure Project* (CDP). Junto com outros 550 signatários dessa iniciativa, respondemos à carta do CDP que solicita às empresas uma análise dos riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas. **GRI G4-15**

Desafios para 2014

- Melhorar os aspectos de integração social, ambiental e governança nas linhas de negócios do banco;
- Avaliar oportunidades de negócios sociais e ambientais;
- Facilitar a transferência de capacidade e de conhecimento social e ambiental entre as nossas áreas de negócios.

Gestão e governança de sustentabilidade

A inclusão da sustentabilidade como estratégia de gestão em todas as nossas unidades operacionais depende de uma estrutura de governança ativa. Dessa forma, em 2012, introduzimos uma nova estrutura de governança de sustentabilidade. E, no ano passado, criamos comitês específicos para debater diretamente com nossas unidades de negócios alguns temas relevantes para nossa *performance* sustentável.

O foco sustentabilidade também é representado nas atividades de nosso Comitê de Risco Socioambiental e do Comitê de Produtos de Varejo, esse último comitê avaliou mais de 200 projetos em 2013, orientado por nosso foco estratégico em sustentabilidade.



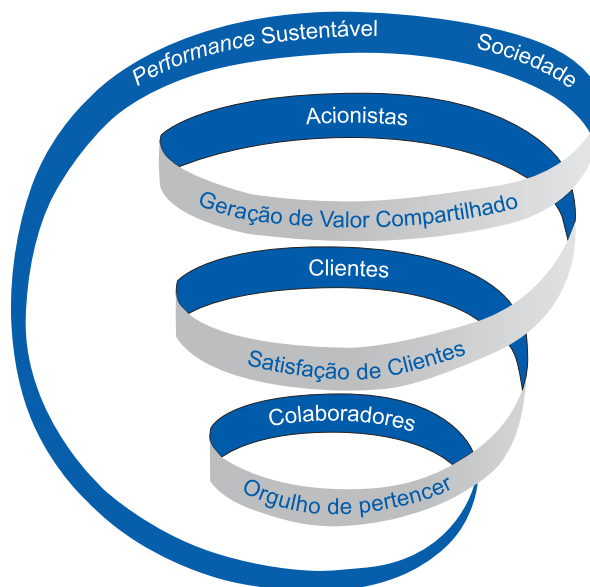
A estrutura de nossa governança de sustentabilidade é composta por: **GRI G4-34**

- Comitê de Supervisão de Sustentabilidade – composto por membros do Conselho de Administração, reúne-se anualmente e fornece subsídios às estratégias de longo prazo. Também é responsável por monitorar e orientar nossa política de sustentabilidade, bem como aprovar a nossa estratégia de sustentabilidade de longo prazo. Em 2013, foram realizadas duas reuniões do Comitê de Supervisão de Sustentabilidade.
- Comitê Executivo de Sustentabilidade – responsável pela integração entre as práticas de sustentabilidade e estratégias de negócio, juntamente com a promoção da correspondência das diversas áreas da organização na integração da sustentabilidade à nossa gestão e cultura organizacional. A maior autoridade em questões relacionadas à mudança climática dentro de nossa organização é o Comitê Executivo de Sustentabilidade. Composto por membros do Comitê Executivo (vice-presidentes). Em 2013, foram realizadas duas reuniões desse comitê.
- Comitê de Sustentabilidade – responsável por implantar a nossa estratégia de sustentabilidade e assegurar a sua gestão, bem como monitorar a evolução de nossas ações relacionadas à sustentabilidade, o desenvolvimento de indicadores e a mensuração de metas. É composto por diretores de áreas envolvidas na implantação dessas iniciativas estratégicas. Foram realizadas duas reuniões em 2013, nas quais foram abordadas questões relevantes para o fortalecimento dos objetivos de nossa estratégia de sustentabilidade.
- Comitês específicos – para melhorar nossa eficiência na abordagem de questões originadas em nossos três focos estratégicos e aumentar a integração das iniciativas de sustentabilidade em nosso negócio, em 2013, estruturamos os seguintes comitês específicos: Gestão Interna, Colaboradores, Banco de Varejo, Pequenas e Médias Empresas, Seguro, Investimentos, *Reporting* e Transparência.

Performance sustentável

Nossa visão é sermos o banco líder em *performance* sustentável e em satisfação dos consumidores. Compartilhamos esses valores com nossos colaboradores, que se identificam e compreendem nosso papel, e criamos ferramentas para atender nossos clientes de forma sustentável. Personalizamos soluções financeiras para necessidades individuais, promovemos educação financeira e asseguramos transparência em nosso negócio, construindo relacionamentos equilibrados e perenes com nossos clientes. Clientes satisfeitos e que se relacionam com o banco ao longo de suas vidas, no desenvolvimento de seus projetos e negócios, geram resultados financeiros para nossos acionistas.

No entanto, os resultados financeiros não são nossa única meta, também desejamos gerar valor compartilhado, pelo qual pautamos nossas ações e desejamos ser o parceiro no desenvolvimento das pessoas, da sociedade e dos países onde atuamos. Esse é o jeito como fazemos negócios e acreditamos que, por isso, as pessoas escolhem fazer negócios conosco, criando um ciclo virtuoso de *performance* sustentável. **GRI G4-56 e G4-24**



Engajamento dos *stakeholders*

As diretrizes para engajamento com nossos principais *stakeholders* – colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e a sociedade – encontram-se em nossa política de sustentabilidade, aberta ao público e aplicada em toda a organização, promovendo diálogo constante e nos ajudando a construir relacionamentos duradouros. Essa política também indica o AA1000 (estrutura de engajamento de stakeholder) como referência para nossa operação. **GRI G4-25**

Para mais detalhes, consulte http://ww2.italu.com.br/sustentabilidade/_arquivos/politica-desustentabilidade.pdf.

Os canais que utilizamos para interagir com os *stakeholders* são descentralizados. Por exemplo, nosso departamento de comunicação corporativa está disponível através de e-mail (comunicacao.corporativa@italu-unibanco.com.br / imprensa@italu-unibanco.com.br), website (www.italu.com.br/imprensa) e linhas telefônicas exclusivas voltadas ao atendimento da imprensa. Nossa ouvidoria interna trata de reclamações recebidas de clientes que já contataram anteriormente nosso SAC. Além de disponibilizar um canal de comunicação direta com os órgãos de defesa do consumidor, nosso canal de ouvidoria interna também administra um fórum de debates sobre direitos do consumidor. **GRI G4-26**

Além disso, nossa área de relações com investidores é responsável por divulgar de forma transparente, acessível e em tempo hábil, informações importantes sobre o nosso negócio. Um de seus principais canais de comunicação é o site de relações com investidores, que aprimoramos em 2013 para estabelecer contato direto entre acionistas, o mercado e nosso grupo. Outras formas de relacionamento transparentes com nossos acionistas são a publicação Ações Itaú em Foco, nossos perfis no *Facebook* e no *Twitter*, e reuniões públicas com analistas de investimento, acionistas e outros *stakeholders*.

Clientes

Educação Financeira **GRI FS16**

Um de nossos focos estratégicos é ajudar nossos clientes a ter um relacionamento saudável com seu dinheiro, razão pela qual investimos continuamente no desenvolvimento de conhecimento e soluções financeiras que possibilitam que as pessoas físicas e jurídicas façam escolhas financeiras alinhadas com suas metas.

Os objetivos de nossa educação financeira para clientes incluem:

- Promover educação financeira, transparência e satisfação do cliente nas estratégias de negócios, produtos e serviços;
- Oferecer orientação e soluções financeiras adequadas para as metas e momentos de vida de cada cliente.

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados das iniciativas de educação financeira em 2013:

Treinamos todos os nossos gestores de mais de 700 postos de atendimento bancário (PABs) que possuímos em todo Brasil, por meio de palestras, cujo programa já atingiu mais de três mil colaboradores de nossas empresas clientes. Oferecemos um programa de educação financeira para os colaboradores das empresas clientes, baseado no que aprendemos com o programa para os nossos colaboradores. Esse programa anual é oferecido sem custos, incluindo materiais, vídeos e palestras ministradas por gerentes.

Conduzimos grupos de estudo com base em conceitos de Psicologia Econômica, a fim de construir conteúdo e percepções para melhor orientar nossos clientes a escolher produtos e serviços financeiros adequados a suas necessidades e momentos de vida.

Fórum de Clientes

Nosso Fórum de Clientes é uma importante iniciativa implementada para trazer a visão do cliente para dentro do banco e proporcionar melhoria contínua de nossos produtos, serviços e atendimento.

Órgãos de defesa do consumidor

Outra fonte de diálogo é o Fórum de Debates sobre Direitos do Consumidor, uma iniciativa pioneira no setor financeiro cujo objetivo é melhorar o relacionamento com os líderes das principais entidades de proteção ao consumidor.

Transparência na comunicação

Com foco na satisfação do cliente, em 2013 estabelecemos um diagnóstico dos principais problemas causados por processos de comunicação que não são claros e, dessa forma, estamos desenvolvendo um guia de transparência a ser aplicado no desenvolvimento dos produtos e serviços do banco a fim de facilitar o entendimento do cliente.

Comprometimento com Clientes

Somos a primeira empresa a aderir ao PLANDEC (Plano Nacional de Consumo e Cidadania), que prevê um conjunto de medidas baseado em três pilares: Atendimento, Transparência e Relacionamento com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Colaboradores

Banco de Ideias Sustentáveis

Nosso Banco de Ideias Sustentáveis é uma plataforma interna de engajamento cujo objetivo é incentivar os nossos colaboradores a incluir a sustentabilidade em suas atividades do dia a dia, de maneira que essa cultura seja incorporada ao nosso negócio.

A *performance* sustentável serve como inspiração para novas ideias dentro de nosso grupo. Na edição de 2013, recebemos 704 ideias e houve dois vencedores.

Campanha Performance Sustentável

Em 2013, lançamos uma campanha de comunicação interna sobre o conceito de performance sustentável em nosso negócio. Trouxemos exemplos concretos de iniciativas de colaboradores que criaram valor compartilhado para nossos diversos *stakeholders*. Além de aprofundarem seu conhecimento sobre o tema, os colaboradores puderam compartilhar histórias e comentários sobre nossas iniciativas. A campanha gerou 24.531 acessos em 2013.

Educação financeira: GRI FS16

Colaboradores que se identificam com nossos valores percebem o impacto positivo da educação financeira em suas vidas, e dessa forma, estão mais bem preparados e motivados para transmitir seu conhecimento aos nossos clientes, criando valor compartilhado.

Os objetivos do nosso programa de educação financeira para colaboradores são:

- Contribuir para melhorar o bem-estar financeiro dos colaboradores e conscientizá-los da importância da gestão financeira;
- Proporcionar soluções financeiras personalizadas para suas necessidades; e
- Aprimorar as habilidades dos nossos colaboradores na gestão do próprio dinheiro e também na atenção a nossos clientes.

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados das iniciativas do programa para colaboradores em 2013:

Desde o seu lançamento em 2010 até março de 2013, cerca de 80 mil colaboradores realizaram ao menos um dos sete cursos à distância disponíveis.

Assessoria para planejamento financeiro:

- Em 2013, lançamos um serviço de assessoria para planejamento financeiro para monitorar e instruir os colaboradores sobre o melhor modo de usar o próprio dinheiro. Esse serviço conta com uma equipe de profissionais especializados em planejamento financeiro confidencial e independente.

Campanha de educação financeira para colaboradores:

- Criamos uma campanha que foi vista por cerca de 35 mil visitantes; também promovemos diversos eventos sobre educação financeira, transmitidos *via web* para todas as nossas unidades administrativas;
- Colaboradores voluntários participam de oficinas sobre o uso consciente do dinheiro com jovens de ONGs e escolas públicas. A Fundação Itaú Social desenvolveu um jogo para que os jovens façam um planejamento de seus projetos e um orçamento para colocá-los em prática. Até 2013, cerca de 1.200 voluntários já foram capacitados.

Pesquisa, resumos e resultados globais:

- Implantamos um índice de bem-estar financeiro para nossos colaboradores para avaliar o relacionamento entre sofrimento financeiro e *performance* profissional. O resultado baseia-se em um estudo realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).
- Conduzimos outra pesquisa para avaliar o comportamento financeiro de nossos colaboradores, confirmando que nosso programa de educação financeira tem influenciado positivamente na sua capacidade de poupança e no seu comportamento financeiro. De maio de 2010 a maio de 2012, identificamos uma evolução significativa no volume de recursos mantidos em poupança, planos de previdência e outros investimentos.

Pesquisa Fale Francamente

Realizada anualmente com todos os nossos colaboradores, tem como objetivo ouvir suas necessidades e avaliar o clima organizacional, possibilitando melhorias. Consulte o texto Pessoas, item 8 (canais), Fale Francamente.

Serviço de ombudsman para colaboradores

É destinado ao recebimento de reclamações e sugestões e é uma ferramenta importante para assegurar a qualidade do relacionamento com nossos colaboradores. Consulte o texto Pessoas, item 8 (canais), Ombudsman.

Programa Portas Abertas para executivos do banco: promove reuniões entre colaboradores, presidentes e vice-presidentes, sendo uma oportunidade não apenas para a discussão de temas pertinentes às áreas de negócio, mas também para um diálogo com os colaboradores. Consulte o texto Pessoas, item 8 (canais), Portas Abertas.

Apresentamos abaixo também o número total de terceirizados, segmentados por atividade desempenhada e por localização geográfica no Brasil.

Total de terceirizados (por atividade desempenhada)

Categoria	31 de dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013/2012	2012/2011
Segurança	13.531	13.863	14.024	(2,4)	(1,1)
Limpeza	4.109	3.831	3.869	7,3	(1,0)
Manutenção	1.776	1.765	1.759	0,6	0,3
Informática	3.109	3.670	3.120	(15,3)	17,6
Expedição	1.849	1.846	1.849	0,2	(0,2)
Mão de Obra Temporária	2.698	2.958	1.400	(8,8)	111,3
Jurídico	43	394	399	(89,1)	(1,3)
Outros	1.828	4.403	5.289	(58,5)	(16,8)
Total Itaú Unibanco	28.943	32.730	31.709	(11,6)	3,2

Total de terceirizados (por localização geográfica no Brasil)

Categoria	31 de dezembro			Variação (%)	
	2013	2012	2011	2013/2012	2012/2011
Sul	3.561	2.909	3.171	22,4	(8,3)
Sudeste	20.465	24.624	24.606	(16,9)	0,1
Centro-Oeste	1.339	1.267	1.204	5,7	5,2
Nordeste	2.897	3.584	2.354	(19,2)	52,3
Norte	681	346	374	96,8	(7,5)
Total	28.943	32.730	31.709	(11,6)	3,2

Nota: não contempla operações de call center; em mão de obra temporária contempla serviços de recursos humanos e promotores de venda.

Os dados a seguir apresentam as informações dos colaboradores no Brasil, em empresas sob gestão da Área de Pessoas.

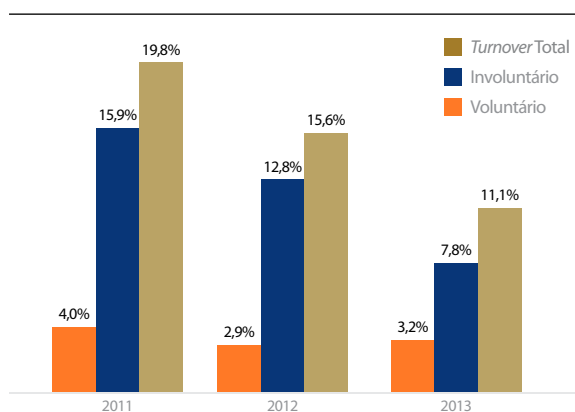
Índice de rotatividade GRI G4-LA1

O índice de rotatividade é a relação entre colaboradores contratados e desligados (sejam voluntária ou involuntariamente) em um determinado período. Acompanhamos este indicador mensalmente e o submetemos ao Comitê Executivo.

O índice no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 11,1%. Investimos em um programa de realocação de colaboradores, cujo objetivo é o de criar oportunidades internas, levando em consideração a disponibilidade de vagas em aberto e o perfil profissional dos candidatos internos. Em 2013 realocamos internamente 7.723 colaboradores.

O Centro de Realocação recebe colaboradores em momentos de transição de carreira, oriundos de áreas em reestruturação, dentre outros. O Centro proporciona oportunidades aos colaboradores, contribuindo para o conceito de pessoas certas no lugar certo. O processo consiste em fazer o acompanhamento dos colaboradores indicados, realizando entrevistas individuais ou dinâmicas de grupo, cruzando com as oportunidades disponíveis em todas as empresas do Conglomerado. Priorizamos a indicação desses colaboradores internamente, antes de abrir as oportunidades para o mercado, facilitando assim, a participação dos mesmos nos processos seletivos internos. Como resultado deste trabalho, foram indicados para o Centro de Realocação em 2013, 1.416 colaboradores, em diversos níveis de cargo, dos quais 87,7% conquistaram novas oportunidades internamente.

O gráfico abaixo apresenta nosso índice de rotatividade desde 2011.



1. Cálculo do Índice de Rotatividade: Total de Desligamentos/ (Média ((Total de colaboradores no início do período + Total de colaboradores no final do período)/2). Desconsiderados Aprendizes, Expatriados, Aposentados por invalidez, Diretores e Estagiários. Foi considerado as empresas administradas pela Área de Pessoas.

Diversidade

Acreditamos que as melhores práticas em diversidade aplicadas às estratégias de negócios e à interação com diversos públicos melhoram nossa imagem e contribuem para os resultados positivos no ambiente de trabalho, além de gerar benefícios para a sociedade.

Desde 2010 emitimos uma Política de Valorização da Diversidade para nossos colaboradores. A política descreve como as práticas de diversidade devem estar presentes no ambiente de trabalho e detalha quais são as responsabilidades das diferentes áreas na gestão de iniciativas de diversidade.

Essa política descreve ainda nosso compromisso com a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. É constituído pelas ações voltadas ao enfrentamento de atitudes e práticas discriminatórias e norteado por três princípios básicos:

- Justa avaliação dos colaboradores diante de suas diferenças;
- Diversidade dentro da organização; e
- Implantação de políticas e projetos para valorizar e promover a diversidade.

Apoiamos integralmente o memorando de entendimento firmado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos), cujo foco é o de oferecer oportunidades de trabalho para inclusão, no mercado de trabalho, de homens e mulheres afrodescendentes, jovens estudantes originários do Prouni (um programa financiado pelo governo que proporciona acesso à universidade) e outras classes socialmente desfavorecidas. O objetivo desse memorando é reduzir distorções nos índices de inclusão social do setor financeiro.

Com seminários, treinamentos e outras ações de comunicação, como palestras e vídeos, pretendemos mostrar a importância da inclusão de pessoas com deficiências físicas e da promoção das mulheres a cargos de liderança. Também combatemos a discriminação sexual, religiosa e racial. Orientamos todos os nossos colaboradores a procurar a área de Ética e Ombudsman para aconselhamento, esclarecimento de dúvidas e resolução de outros conflitos interpessoais.

Perfil da Nossa Diversidade*

	Total ¹	% em Relação ao Total de Colaboradores	Iniciativas de Destaque em 2013
Mulheres	49.770	59,3	Em 31 de dezembro de 2013, 48,6% dos cargos de gestão são exercidos por mulheres. Em 31 de dezembro de 2013, nosso Comitê Executivo inclui uma mulher.
Afrodescendentes	15.804	18,8	Para aumentar a inclusão de afrodescendentes, temos realizado ações e aplicado recursos a fim de sensibilizar nossas equipes e prestadores de serviços responsáveis por atrair e selecionar colaboradores para o tema relacionado à diversidade em geral e à raça em particular. Também temos sistematicamente exigido uma participação justa e proporcional de candidatos afrodescendentes em nossos processos seletivos. Essas ações permitem a inclusão de estudantes afrodescendentes em nossos programas de estágio. Em 31 de dezembro de 2013 temos 24,8% de estagiários afrodescendentes.
Deficientes	4.197	5,0	Realizamos palestras educacionais em todos os nossos centros administrativos, como treinamentos sobre assistência a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e programas de conscientização para transmitir o entendimento de como se comunicar com pessoas com deficiência auditiva, além de treinamento de sensibilidade. Essas ações permitem que haja interação entre nossos colaboradores e incentivam a construção de uma cultura corporativa de respeito, além de permitir o desenvolvimento sadio de nossos colaboradores com deficiência. Desenvolvemos um guia para nossos líderes, suas equipes e nosso pessoal de recursos humanos para engajá-los em seus papéis no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Incluimos cuidadores (profissionais que atendem as pessoas deficientes em suas atividades pessoais durante o dia de trabalho) em nossos centros administrativos, onde há maior concentração de colaboradores com deficiência. Em 2012 conduzimos um programa de conscientização através das comunicações internas com o objetivo de aumentar a conscientização dos direitos das pessoas com deficiência.
Jovem Aprendiz	1.762	2,1	Desenvolvimento de um guia para liderança, tutores e recursos humanos para engajar para o papel de incluir e atender menores legalmente autorizados a trabalhar no ambiente corporativo. Seminário sobre desenvolvimento de carreira, bem como reuniões de acompanhamento com os tutores desses menores.
Total: Colaboradores	83.903	100	

1. Consideramos apenas as informações sobre as empresas administradas pela Área de Pessoas.

Empresas consideradas: Banco Fiat S.A., Banco Itaucard, Bco Itaú Bmg, Dibens Leasing, Fai-Financeira, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Solucoes, Itaú Ubb Hold, Itaú Unibanco, Itauleasing, Itauprev, Itauseg Saude, Kinea, Kinea Private, Luizacred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negocios e Trishop

Performance

Meritocracia

Nós prezamos pela atração e retenção de talentos em um ambiente meritocrático, que reconhece cada colaborador na medida de seu talento e contribuição. Para que possamos avaliar *performances* de maneira adequada, analisamos de maneira estruturada as conquistas individuais de cada colaborador através de um programa de gestão de *performance*. Assim, desenvolvemos e retemos pessoas para criar uma equipe capaz de superar os desafios de nosso negócio.

Essa análise é composta por avaliações individuais, uma evidenciada a partir dos resultados obtidos frente a determinadas metas estipuladas previamente (avaliação de resultados) e outra pelo nível de aderência ao “Nosso Jeito de Fazer”. Desta forma, nosso modelo de avaliação considera as metas propostas, os resultados obtidos e a forma de entrega de tais resultados.

Em nossa estrutura meritocrática, esta análise serve como ponto inicial para o reconhecimento da *performance* dos colaboradores e para a criação de ações para o desenvolvimento de suas carreiras.

Programa de Gestão de Performance GRI G4-LA10

Nosso programa visa medir a *performance* do colaborador durante o período de um ano. Para conduzir esse exame, utilizamos três ferramentas de avaliação:

- **Avaliação de metas:** consiste em uma avaliação individual anual que analisa os resultados conquistados pelo colaborador com base em metas determinadas previamente contratadas no início do período de avaliação e nos níveis de atingimento propostos, caso existam.
- **Avaliação do comportamento:** mede a aderência do colaborador ao conjunto de princípios refletido em “Nosso Jeito de Fazer” e destacado nos itens “Nossa Cultura” e “Simplificar para Crescer”. Consulte a seção Nosso Perfil – item Nossa Cultura, para maiores detalhes.
- **Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP):** consolidação das notas relacionadas à avaliação de metas e à avaliação do comportamento a fim de analisar o desempenho relativo do colaborador frente a seus pares.

Portanto, enquanto que as notas relacionadas à avaliação das metas e da avaliação do comportamento refletem a *performance* individual, o resultado do PEP demonstra a *performance* relativa do colaborador. Em outras palavras, ela demonstra como o colaborador se saiu em um determinado ano em comparação com seus pares.

Na avaliação do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente 51.000 colaboradores foram avaliados no PEP (incluindo unidades externas), o que corresponde a cerca de 56% do total de nossos colaboradores. Os demais colaboradores participam somente de uma avaliação individual (avaliação de metas e avaliação do comportamento) ou de outros modelos específicos de avaliação, garantindo que 100% dos colaboradores elegíveis da organização são submetidos a alguma avaliação de desempenho. O processo de avaliação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está em andamento em data de publicação deste relatório.

No final de cada processo de avaliação abordado acima, nossos colaboradores recebem *feedback* sobre suas *performances* individuais, a fim de entender seus pontos fortes e as oportunidades para melhoria e suas posições relativas frente a seus pares em suas respectivas equipes. Desta forma, as decisões relativas à remuneração e desenvolvimento de carreira dos colaboradores são suportadas pelos resultados do PEP ou pelos demais modelos de avaliação ao longo do ano.

O processo de *feedback* proporciona ideias para a criação de um plano de desenvolvimento individual (PDI) para cada colaborador. A criação de planos individuais não é obrigatória, embora seja incentivada como uma prática valiosa de liderança. O formato do plano, juntamente com o guia para *feedback* destinado aos gerentes e colaboradores, encontra-se disponível em nossa intranet para servir como uma ferramenta colaborativa.

Formação da Liderança

Procuramos também assegurar a *performance* sustentável de nossos negócios com uma estratégia de formação de líderes, com iniciativas e ferramentas voltadas ao desenvolvimento de coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores. Essas ações englobam a definição e o mapeamento de competências desejadas e processos de *coaching*.

Na Escola Itaú de Negócios, criamos um centro de liderança voltado para o desenvolvimento de líderes para toda a organização. Nossos programas refletem nosso *pipeline* de liderança e nossas principais diretrizes. Os cursos relacionados foram estruturados com base nos desafios esperados para cada nível de cargo de liderança (coordenador, gerente e superintendente) e são classificados em 3 eixos: pessoas; excelência pessoal e negócios. Além de nossos programas internos, ofertamos um programa de desenvolvimento de liderança que envolve a participação em seminários, congressos e cursos de curta duração no Brasil ou no exterior.

Além disso, proporcionamos ferramentas para suporte à liderança, *coaching* e avaliação de prontidão para liderança em estágios específicos do desenvolvimento profissional. O processo de *coaching* encontra-se disponível para gerentes, superintendentes e diretores e é indicado quando existe um vácuo na liderança, a ser trabalhado com especialistas no tema e profissionais do banco de dados externo. Em 2013, 21 líderes passaram por esse processo. A avaliação de prontidão para liderança é ainda confirmado por um terceiro prestador de serviços, que proporciona sua opinião sobre a prontidão do colaborador para atuar como coordenador, gerente ou superintendente. Esse processo pode ser uma ferramenta para a tomada de decisões ou para criação de planos de desenvolvimento.

Reconhecimento

Valorizamos *performances* e comportamentos que se destacam e que merecem reconhecimento. Há duas grandes premiações em nosso grupo que reconhecem colaboradores e equipes que demonstram foco proeminente no cliente, paixão pela *performance* e forte alinhamento ao “Nosso Jeito de Fazer”.

Prêmio Walther Moreira Salles

Reconhece projetos e gestores que apresentam resultados impressionantes e que são modelos para a nossa organização. Desde 2000, o prêmio identifica projetos de profissionais que fazem diferença, comprovando a eficiência, qualidade, inovação e excelência na liderança. Cada premiado recebe um troféu e ações do Itaú Unibanco são distribuídas igualmente entre os vencedores. A próxima premiação acontecerá em 2014.

Desde sua em 2000, houve:

- 4.635 casos inscritos;
- 409 colaboradores premiados;
- 1.308 casos finalistas;
- 68 casos vencedores.

Prêmio Todos pelo Cliente

Criado em 2010, este prêmio reconhece colaboradores com iniciativas que contribuem para a satisfação de um ou mais dos nossos clientes. As iniciativas são avaliadas pelo gestor do colaborador indicado, pelo superintendente e diretor que supervisiona esse colaborador e pelo comitê do prêmio, composto por executivos de diversas unidades, entre as quais a área jurídica e a área de banco de varejo. Se a iniciativa for aprovada pelo gestor direto do colaborador, esse colaborador receberá o *kit* de premiação mensal e já concorrerá ao prêmio semestral de R\$ 6.000 em ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding.

Além de concorrer ao prêmio individual, os colaboradores da rede de agências também concorrem na categoria trabalho em equipe.

Remuneração

Política de Remuneração Fixa e Variável

O objetivo da remuneração fixa é reconhecer a competência e senioridade de um profissional. Os colaboradores podem ter sua remuneração fixa alterada de acordo com a nossa política de promoção e mérito, que leva em consideração o desempenho consistente do indivíduo no exercício de suas responsabilidades. A remuneração fixa de nossos colaboradores, acrescida de encargos e benefícios, totalizou aproximadamente R\$ 11,1 bilhões neste ano.

A remuneração variável, aplicável a cargos desde analistas até a alta administração, reconhece o nível de desempenho individual, o resultado financeiro atingido pelo banco e sua sustentabilidade a curto, médio e longo prazo. Cada colaborador possui metas a serem atingidas que estão atreladas à estratégia de cada área, e que por sua vez, refletem a nossa estratégia global.

Além disso, para determinados níveis da organização, parte desta remuneração variável pode ser diferida, tornando-se, desta forma, um incentivo de longo prazo. Além de funcionar como uma ferramenta de retenção, este tipo de remuneração fornece ainda um incentivo para que os colaboradores tenham cuidado ao tomarem decisões quando houver possibilidade de que as mesmas impactem nosso negócio no longo prazo.

A nossa política de remuneração fixa e variável está alinhada com as práticas de mercado e nossas estratégias de remuneração conforme a unidade na qual atua cada colaborador. Esse alinhamento é aferido anualmente por meio de uma pesquisa de remuneração conduzida por consultorias especializadas, da participação em pesquisas conduzidas por outras empresas e pela participação em fóruns especializados no assunto.

Nosso modelo de governança da remuneração, supervisionado por um comitê que envolve nossa alta administração e que estabelece princípios e diretrizes gerais, está alinhado às práticas de mercado e regulamentações. Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura Administrativa, Comitê de Remuneração para maiores detalhes sobre as práticas de remuneração.

Em 2013, nossa política de remuneração de administradores sofreu alterações em atendimento à legislação brasileira, desestimulando comportamentos que elevem a exposição ao risco acima de níveis prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, reajustes na remuneração e a participação nos lucros e resultados são garantidos a nossos colaboradores de acordo com os acordos e convenções coletivas de trabalho firmados com os sindicatos de cada categoria de colaboradores.

Remuneração Variável aos Colaboradores

Os nossos programas de remuneração variável são:

Tipos de Remuneração Variável	Descrição
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	Distribuição de um percentual de nosso lucro líquido, limitado ao número de colaboradores ou a um valor definido em acordo de convenção coletiva firmado com o respectivo sindicato.
Participação nos Resultados (PR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa performance nos negócios (exemplo: performance de uma área de negócio) e do desempenho individual do colaborador.
Programa de Participação Complementar nos Resultados (PCR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa performance corporativa (exemplo: performance do Itaú Unibanco Holding). Em algumas categorias, o valor é definido em acordo com o respectivo sindicato.
Programa de Remuneração por Alto Desempenho (PRAD)	Participação complementar nos resultados para 20% dos colaboradores melhores avaliados, não participantes de programas de PR.
Performance Diferenciada (PD)	<i>Performance Diferenciada (PD)</i> é um programa que abrange os colaboradores em cargos de liderança ou cargos similares do nosso conglomerado. Outorga remuneração na forma de nossas ações preferenciais (ITUB4) de forma diferida. Este modelo considera a avaliação individual e visa premiar os profissionais que foram destaques em resultados e em comportamento. Tem o objetivo de fortalecer (i) a gestão de pessoas, (ii) o autodesenvolvimento e (iii) o desenvolvimento das equipes.

A fim de reconhecer os profissionais que fazem a diferença e nos levar a melhores resultados, reforçando e disseminando a nossa visão e fortalecendo a nossa cultura, temos um programa de incentivo de longo prazo, no qual os colaboradores e administradores do grupo Itaú Unibanco podem receber opção de sócios. Consulte a seção Nossa Governança, item Remuneração dos Administradores e Programas de incentivo de longo prazo, Programas de incentivo de longo prazo, e seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas (IFRS), Nota 22 - Plano para outorga de opções de ações, para maiores detalhes.

Benefícios GRI G4-LA2

Oferecemos diversos benefícios firmados nos acordos e convenções coletivas de trabalho com sindicatos relevantes. Os acordos cobrem obrigações, tais como Vale Refeição, Cesta Alimentação, Auxílio Creche/Babá, Vale Transporte, etc. Estes benefícios são oferecidos somente para colaboradores ativos que atuam no Brasil.

Além destes, disponibilizamos um pacote de benefícios, com taxas e descontos diferenciados, parcerias exclusivas, planos de saúde com ampla rede credenciada, além de outros programas para melhorar a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores, tais como:

Programa	Descrição
Assistência Médica e Odontológica	<ul style="list-style-type: none">• Oferecemos aos nossos colaboradores um plano médico e odontológico. Atualmente 80.000 colaboradores estão cadastrados no plano médico e 61.000 estão cadastrados no plano odontológico.• Para o plano médico todos os colaboradores têm acesso a apartamento individual em hospitais credenciados e a uma rede de laboratórios, clínicas e consultórios. Existe também a opção de livre escolha com solicitação de reembolso de acordo com o valor pré-estabelecido.• Oferecemos 4 planos odontológicos, diferentes pela cobertura, incluindo implante.• Em 2012 a Fundação Saúde Itaú e a Porto Seguro firmaram um acordo para a gestão da operação do plano de saúde de nossos colaboradores, buscando ganho de qualidade na prestação dos serviços e maior poder de negociação com a rede credenciada. Os colaboradores foram beneficiados com a melhoria do processo de autorização de procedimentos, canais exclusivos de atendimento e uma rede credenciada mais abrangente, inclusive com acesso a rede própria de centros médicos da Porto Seguro.
Previdência Privada Complementar	<ul style="list-style-type: none">• Oferecemos aos nossos colaboradores 18 Planos de Previdência Complementar que são administrados por 5 Entidades Fechadas de Previdência Complementar e 1 Entidade Aberta de Previdência Complementar. Os objetivos principais desses planos são o complemento ao Benefício da Previdência Social e a manutenção do padrão de vida na aposentadoria.• Dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar temos:<ul style="list-style-type: none">- Fundação Itaú Unibanco: PAC, Itaúbank CD, Plano 002, Plano de Benefícios Franprev, Plano Itaúbank, Plano Itaú BD, Plano Itaú CD, Plano Básico Itaúlam, Plano Suplementar Itaúlam, Plano de Previdência Unibanco (Futuro Inteligente), Plano Prebeg- Funbep: Plano Funbep I e Plano Funbep II- Bemgeprev: Plano ACMV- Banorte: Planos de Benefícios I e II- UBB PREV: Plano de Benefícios Definidos UBB PREV• Atualmente o plano disponível para adesão dos nossos colaboradores é o PGBL Funcionários, que é administrado pela Itaú Vida e Previdência, uma Entidade Aberta de Previdência Complementar.• Nossos Planos de Previdência Complementar são administrados com total transparência e obedecendo aos princípios de governança corporativa e à legislação.• Conforme exigido pelas agências regulatórias brasileiras, todos os anos são feitas avaliações atuariais pelo atuário responsável por cada plano. Durante 2013, fizemos contribuições aos planos de pensão nos níveis previstos pelos padrões atuariais. Fizemos contribuições aos nossos planos de pensão de aproximadamente R\$ 68,7 milhões em 2013.• Devido à adesão voluntária temos 2/3 dos colaboradores participando de algum dos planos que oferecemos.

Programa	Descrição
Seguro de Vida Coletivo	<p>Seguro de vida coletivo oferecido a todos os nossos colaboradores prevê o pagamento de indenização em caso de óbito ou invalidez do beneficiário. Oferecemos a seguintes coberturas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inclusão automática de cônjuge e filhos, que são automaticamente amparados pelo seguro e sem custo adicional• Cônjuge recebe 50% do capital segurado do titular em caso de morte.• Filhos recebem 10% do capital segurado em caso de morte, respeitando o limite de R\$ 10.000,00.• Ampliação da garantia de assistência funeral até o valor de R\$ 3.000,00.• Colaboradores com salários até R\$ 2.286,37 tem subsídio total. <p>Os colaboradores que possuem seguro de vida têm a opção de contratar um seguro de vida complementar, aumentando assim o capital segurado.</p>
Produtos e Serviços Financeiros com Descontos para Colaboradores (Financiamentos, Consórcios, Seguros, Cartões e Créditos)	<ul style="list-style-type: none">• Certos produtos bancários comercializados para clientes externos são oferecidos para colaboradores com descontos e/ou taxas diferenciados, tais como:<ul style="list-style-type: none">- Crédito Consignado, Cheque Especial, tarifas bancárias (incluindo tarifas de Cartão de Crédito), Seguro Auto, Seguro Residencial, Consórcios, Crédito imobiliário.
Auxílio Farmácia	<ul style="list-style-type: none">• Oferecemos aos nossos colaboradores descontos na compra de medicamentos e perfumaria através de um cartão de identificação que deve ser utilizado na rede de lojas Droga Raia.• Além disso, o pagamento pode ser realizado com débito em conta corrente na mesma data de crédito do salário.
Auxílio Educação	<ul style="list-style-type: none">• O programa Bolsa Auxílio Educação visa subsidiar parte das despesas com a primeira graduação dos nossos colaboradores.• São 5.500 bolsas, das quais 1.000 são distribuídas preferencialmente para colaboradores com deficiência da categoria bancária, 4.000 para colaboradores bancários e 500 para colaboradores da categoria não bancária.• A bolsa é concedida na forma de reembolso, correspondendo a 70% da mensalidade, limitado a R\$ 320,00. Os colaboradores contemplados terão direito a reembolso de 11 mensalidades, de fevereiro a dezembro de 2013.• O Bolsa Auxílio Educação tem periodicidade anual. Portanto, a concessão em um determinado ano não é automaticamente extensível aos anos seguintes.• Não são elegíveis ao Bolsa Auxílio Educação colaboradores:<ul style="list-style-type: none">- matriculados ou cursando Pós-Graduação;- matriculados ou frequentando curso superior sem o reconhecimento do MEC – Ministério da Educação e Cultura;- que estejam recebendo outro benefício da mesma natureza;- licenciados com ou sem vencimentos.
Itaú Unibanco Clube	<ul style="list-style-type: none">• Oferecemos diversos serviços em atividades de lazer, recreação, cultura e esportes, que visam a promoção da integração e a melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores, aposentados e seus familiares.• Possuímos três clubes: Guarapiranga, Itanhaém e São Sebastião

Treinamento e desenvolvimento

O desenvolvimento e a qualificação de nossos colaboradores estão entre nossos principais valores. A educação continuada que promovemos internamente a nossas equipes e líderes incentiva o debate sobre temas como ética, sustentabilidade, meritocracia e eficiência.

Através da nossa escola de negócios, nos empenhamos em ser uma organização de ensino, focada na gestão do conhecimento e no constante aperfeiçoamento das habilidades de nossos colaboradores com soluções que atendam às necessidades específicas de cada negócio.

A escola de negócios investe em soluções que asseguram a ampla disseminação de conhecimento de maneira estruturada e através de diversos métodos e mídias para dar suporte aos colaboradores na aquisição de conhecimento e no desenvolvimento tecnológico.

Nossa escola de negócios direciona seu foco de atuação para atividades relacionadas com negócios, considerando a abrangência, a especificidade e o público-alvo, e está organizada como segue:

- **Centro de Negócios:** elaboramos um “Currículo de Conhecimento” para cada uma das nossas unidades de negócios, incluindo uma lista das habilidades necessárias para o desempenho de funções de acordo com certas posições. O “Currículo de Conhecimento” é uma ferramenta importante, que orienta os gestores no planejamento e desenvolvimento de recursos humanos, além de contribuir para uma alta *performance*.
- **Centro de Liderança:** responsável pelas trilhas de conhecimento, que visam o desenvolvimento de líderes, de analistas sênior que demonstram *performance* destacada até o nível de superintendente e diretores.
- **Programas Institucionais:** responsável por atender a organização com políticas e programas corporativos comuns às unidades de negócios. São exemplos de ações inerentes a este núcleo: programas de preparação para certificação, treinamentos técnicos e comportamentais (presenciais e *e-learning*).

No curto prazo, as iniciativas de treinamento visam adaptar os colaboradores em suas funções através de programas de capacitação específicos, tais como programas de formação e programas ferramentais.

No longo prazo, espera-se a formação mais abrangente de nossos colaboradores, sob aspectos técnicos e comportamentais, tais como programas de gestão de pessoas e gestão de negócios, além de ações de sustentação com foco no alinhamento contínuo com os nossos valores.

De forma geral, o treinamento tem por objetivo maior contribuir para a formação dos colaboradores para que eles se adaptem às suas funções e obtenham os melhores resultados possíveis.

Escola de negócios Itaú Unibanco em números:

Taxa média de adesão foi de 88,5%. Número de colaboradores treinados: 76.067 participações em ações presenciais (inclui um mesmo colaborador treinado em mais de um programa), 558 mil participações em treinamentos a distância e 2.963 incentivos a formação acadêmica, totalizando 1,5 milhões de horas.

Programas especiais de talentos

Nossa estratégia de carreira visa assegurar a sustentabilidade do nosso negócio preparando talentos para futuros desafios. Os programas de trainee e estágio são iniciativas para atrair e desenvolver esses talentos.

Com o programa de estágio, visamos desenvolver jovens profissionais com potencial para se tornarem profissionais de alta *performance* e fortalecer o nosso banco de talentos. Além de acumular experiências práticas, os estagiários passam por um ciclo de desenvolvimento de competências técnicas e habilidades pessoais com o objetivo de facilitar o encareiramento na organização. 3.451 pessoas foram recrutadas para o nosso Programa de Estágio em 2013 e a média de efetivação do programa é de 48,2%.

Nosso programa de *trainee* existe há mais de 30 anos e tem a finalidade de atrair e desenvolver os melhores talentos e transformar o alto potencial desses jovens em *performance* excepcional. O programa possibilita rotações em diversas unidades de negócios e inclui um plano de desenvolvimento, um programa de *mentoring* e treinamentos em parceria com as melhores escolas de negócio do país. Ao final de três anos contamos com uma retenção de 81% deste público. Em 2013 recrutamos 80 *trainees* (Itaú Unibanco: 63 *trainees*; Redecard: 17 *trainees*).

Em 1985, criamos os programas internacionais de desenvolvimento para atrair talentos nas melhores escolas de negócios dos Estados Unidos e da Europa e também desenvolver nossos colaboradores para assumir futuros desafios. Além deste programa, temos outros dois programas (*job swap* e *expatriação*) para apoiar nossa estratégia de internacionalização:

Programa	Descrição
Patrocínio Internacional (MBA, Master, Sloan e LLM)	A proposta do programa é desenvolver nossos colaboradores, por meio da realização de um programa de MBA/Sloan/MASTER (LLM – <i>Master of Laws</i> /MIF – <i>Master in Finance</i>) nas melhores universidades dos Estados Unidos e da Europa. Em 2013, oito colaboradores foram selecionados no programa, que receberam ajuda financeira e acompanhamento consistente e mentoring de nossos executivos, além da supervisão da área de recursos humanos durante o período passado no exterior.
Recrutamento de MBAs	Visa atrair profissionais de alto potencial que estão cursando MBA e mestrado nas melhores universidades dos Estados Unidos e da Europa. Recrutamos estudantes para oportunidades de tempo integral ou estágios de verão. Em 2013, contratamos nove estudantes de MBA de tempo integral e cinco para estágios de verão. Durante o ano, visitamos mais de cinco universidades no exterior e entrevistamos mais de 60 estudantes para recrutamento para 2014.
Job Swap e Expatriação	O objetivo destes programas é oferecer aos nossos colaboradores a oportunidade de trabalhar em uma de nossas unidades internacionais. Em 2013, 30 colaboradores foram selecionados para esses programas. Job Swap (troca de atividade): é focado em uma experiência no exterior de curta duração (3 a 12 meses), onde o colaborador tem a oportunidade de desenvolver um projeto específico em uma de nossas unidades internacionais. A quantidade de meses varia de acordo com as necessidades de cada unidade de negócios. International Assignment: é focado em uma experiência no exterior de longa duração (1 a 5 anos), onde o colaborador assume uma posição em uma unidade internacional. A quantidade de anos varia de acordo com as necessidades de cada área.

Saúde e segurança

Saúde GRI Forma de gestão Saúde e segurança no trabalho

Temos a preocupação constante com a qualidade de vida dos nossos colaboradores. Informamos e estimulamos nossos funcionários quanto a um estilo de vida saudável, oferecendo programas para auxiliar no seu bem estar.

Nossas ações e nossos programas focados em educação para a saúde procuram prevenir doenças e aconselhar a incorporação de um estilo de vida mais saudável e equilibrado. Eles são destinados aos nossos colaboradores e familiares, envolvendo as comunidades em torno de nossos centros administrativos quando é possível.

Essas iniciativas incluem:

Programas/Serviços	Descrição	Número de Colaboradores Participantes ¹
Ginástica Laboral	Este programa oferece informativo com desenhos e orientações sobre ginástica laboral. Acessível a todos os colaboradores de todo país através da intranet corporativa. O objetivo é prevenir desconfortos musculares, melhorar a postura e aumentar a sensação de bem-estar.	4.156
Atendimento Nutricional	O atendimento é disponibilizado aos colaboradores lotados em alguns de nossos escritórios com o objetivo de oferecer atendimento clínico nutricional.	1.547
Academia	Possuímos parcerias com academias que oferecem descontos aos colaboradores, além de instalações próprias em alguns de nossos escritórios, que são de uso restrito dos colaboradores que trabalham nos próprios locais.	4.796
Check-Up	Os fatores de risco individuais são gerenciados por meio de uma avaliação completa da condição de saúde dos nossos executivos. São elegíveis ao check-up exclusivamente os Diretores, Conselheiros, Superintendentes, Especialistas nível Superintendente, Gerentes da administração central e especialistas nível gerente do nosso grupo. Avaliação preventiva, clínica e laboratorial completa da condição de saúde.	2.940 executivos elegíveis
Programa de Prevenção à DST/AIDS	Desde 1987, estabelecemos medidas para apoiar e orientar os colaboradores, através de informativos eletrônicos disponíveis a todos os colaboradores pela intranet corporativa.	Livre acesso pela Intranet
Programa Saúde da Mulher	Este programa aborda temas e promove ações de saúde preventiva, comportamental e reprodutiva da mulher. Este programa é realizado através de palestras presenciais (na cidade de São Paulo, na primeira semana de vida os participantes do Bebê a Bordo recebem uma visita em casa por uma enfermeira para auxiliar nos primeiros cuidados com o bebê e incentivar o aleitamento), informativos, orientações eletrônicas e intranet corporativa tratam das doenças que mais afetam as mulheres. <ul style="list-style-type: none">• Curso presencial para o casal chamado "Bebê a Bordo" é um programa focado nas orientações fundamentais e necessárias a serem adotadas durante os primeiros meses de gestação, como: nutrição da gestante, primeiros cuidados com o bebê, questões psicológicas e aleitamento materno.• Canto da Mamãe (espaço para retirada e armazenamento do leite materno de forma segura e confortável durante o expediente)• Bebê em Casa (visita de enfermeira especializada na 1ª semana pós-parto na residência do colaborador, para orientar sobre o aleitamento materno e primeiros cuidados com o bebê).	Bebê a Bordo: 1.146 (pessoas) Canto da Mamãe: 225 Bebê em Casa: 555 famílias
Programa Quero Parar de Fumar	Este programa consiste de 5 consultas individuais, com cardiologista especializado em combate ao tabagismo. Se houver necessidade de medicamento, há subsídio de 50% do valor da prescrição.	Em implantação

Programas/Serviços	Descrição	Número de Colaboradores Participantes¹
Programa Depende de Você	Informativos e orientações eletrônicas via intranet corporativa, sobre formas de prevenção ao uso de drogas e orientações para usuários e familiares.	Livre acesso pela intranet
Programa Fique Ok	É um programa de apoio pessoal disponível para todos os nossos colaboradores e seus familiares. O programa dispõe de uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, advogados, nutricionistas, fisioterapeutas, personal trainer, veterinário, consultor financeiro, entre outros. O atendimento é feito por telefone, 24 horas por dia, 7 dias por semana de forma rápida, gratuita e confidencial.	Atendimento Telefônico: 92.061 Atendimento Presencial nos polos: 664
Programa de Apoio Emocional	Este programa inclui uma série de dez encontros terapêuticos em grupo mediados por Psicólogo, abordando temas como: problemas de sono, ansiedade, relacionamentos, variações de humor, autocontrole e equilíbrio emocional. Atendimento Psiquiátrico: 06 consultas por colaborador, indicado pela área médica, com Psiquiatra de referência para acompanhamento clínico, que emitirá parecer sobre se o paciente está capacitado para trabalhar.	Em implantação – 1º Grupo = 16 colaboradores
Vacina da Gripe	Este programa inclui a vacinação contra a gripe oferecida gratuitamente a todos os colaboradores e estagiários, no local de trabalho e através de clínicas credenciadas.	Parcial 2013: 54.900 colaboradores
Orientação ao Gestor sobre Adoecimento no Trabalho	Este programa inclui uma encenação teatral de situações de adoecimento no trabalho para contextualização em um cenário semelhante e promove o debate. Após a apresentação de aproximadamente 25 minutos é aberto o debate com o médico coordenador da área de Medicina do Trabalho do Itaú Unibanco.	3 eventos = 48 colaboradores
Programa de Readaptação Profissional	Programa previsto pela empresa, voltado a todos os colaboradores do conglomerado, que tenham ou não sido afastados junto à Previdência Social e que necessitem de suporte para retomar ou dar continuidade às suas atividades de origem, através de: <ul style="list-style-type: none"> • Mais flexibilidade para lidar com a doença no trabalho; • Adequação das tarefas e das condições de trabalho devido a eventuais problemas de saúde; e • Acolhimento do colaborador na volta ao ambiente de trabalho e incentivo à interação com os colegas. 	732 colaboradores/ 1.863 atendimentos

Segurança

Uma área específica, que conta com profissionais especializados, gerencia, mantém e desenvolve atividades que contribuem de forma permanente à segurança do trabalho e das instalações, dos equipamentos e das ferramentas que utilizamos nos nossos negócios. Nosso foco é a prevenção de ocorrências de acidentes e doenças ocupacionais, em atendimento à legislação vigente e aos regulamentos definidos pelo Ministério do Trabalho.

Realizamos outras atividades relacionadas a segurança dos nossos colaboradores, a saber:

Atividades	Descrição
SIPATs (Semana Interna de Prevenção de Acidentes)	Ocorre nos grandes polos administrativos, com foco na prevenção e sensibilização do tema acidente de trabalho. Esse evento é realizado em conjunto com a CIPA (Comissão interna de Prevenção de Acidentes)
Investigação de Acidentes com Ações Preventivas	Levantamento de causas de acidentes para trabalharmos na prevenção de outros casos de acidentes.
Análise Ergonômica dos Postos de Trabalho	Este programa se concentra na prevenção do desconforto do colaborador na realização das atividades diárias, bem como em possíveis afastamentos.
Levantamento Ambiental	Este programa consiste na visita às nossas unidades, para levantamento dos níveis de temperatura, iluminação e umidade relativa do ar, para se adequar aos níveis definidos pela legislação vigente. As correções pertinentes são feitas pelas respectivas áreas de manutenção.
Treinamento Ajuste Ergonômico	O programa consiste em fornecer informações sobre ergonomia a telefonistas, orientando quanto à utilização correta do mobiliário e equipamentos, visando proporcionar qualidade de vida e conforto no ambiente de trabalho, reduzindo assim o absenteísmo. O treinamento é ministrado pelos técnicos em segurança nas centrais de teleatendimento de São Paulo.
Treinamento <i>e-learning</i> Representante de Segurança no Local de Trabalho	Nas unidades da empresa onde não há a necessidade de CIPA, realizamos treinamento <i>e-learning</i> dos gestores. O curso tem como objetivo orientá-los na condução dos assuntos relacionados a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.
Treinamento <i>e-learning</i> Segurança e Saúde do Trabalhador (NR-1)	Visando orientar os colaboradores quanto a prevenção de acidentes e doenças do trabalho, a SBSO disponibiliza este curso via <i>e-learning</i> . Nele os colaboradores recebem todas as orientações relacionados a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, reduzindo o absenteísmo e proporcionando condições para que os colaboradores possam realizar suas atividades sem acidentes ou doenças ocupacionais.
Homologação de Acessórios Ergonômicos	Este programa consiste na avaliação prévia de acessórios ergonômicos, que proporciona maior conforto aos colaboradores, no desenvolvimento de suas atividades diárias.

Nossa pesquisa interna sobre clima organizacional denominada "Fale Francamente", realizada em agosto e setembro de 2013, demonstra que 77% dos colaboradores consideram que as nossas instalações são lugares seguros para se trabalhar.

Canais de comunicação para os colaboradores

Nossos canais de comunicação são estruturados para divulgar informações relevantes dentro do nosso conglomerado, permitindo a publicação de reportagens de interesse geral e o recebimento de sugestões e reclamações dos colaboradores. Nossos principais veículos de comunicação com as equipes são a Revista Itaú Unibanco, publicada mensalmente (incluindo uma versão para deficientes visuais), e o Portal Itaú Unibanco, acessado internamente onde os colaboradores podem acessar canais como o Boletim de Qualidade, criado para trazer informações sobre temas importantes.

Além desses mecanismos, promovemos durante o ano encontros, palestras e *workshops* para tratar de temas importantes e do desenvolvimento de nossas estratégias de negócio. Um dos eventos mais significativos é o Encontro entre Líderes, cuja terceira edição foi realizada em 2013. Nesse evento, os principais assuntos abordados foram:

- Mais foco no cliente;
- Mais simplicidade e agilidade;
- Mais eficiência (mais receita e menos custo); e
- Meritocracia e gestão de pessoas.

Programas/Serviços	Descrição
Programa Portas Abertas	Iniciado em 2010, o programa promove reuniões sem pauta definida entre colaboradores, o presidente executivo Roberto Setubal e o presidente do Conselho de Administração Pedro Moreira Salles para a discussão de temas pertinentes às unidades de negócios. As reuniões também são um veículo para a disseminação da nossa cultura. Em 2013, foram realizadas cinco reuniões com a participação de 75 colaboradores das mais diversas áreas e níveis hierárquicos da organização.
Fale Francamente	Realizada anualmente e disponível a todos os nossos colaboradores, a pesquisa Fale Francamente permite um diagnóstico do clima organizacional do engajamento e das práticas de gestão. Já a pesquisa de alinhamento ao Nosso Jeito de Fazer, que faz parte do Fale Francamente, é realizada a cada dois anos e mostra a aderência da organização aos nossos 10 princípios de orientação. Os resultados são divulgados para todos os colaboradores e subsidiam as unidades de negócios e a alta liderança no desenvolvimento de ações de melhoria. Em 2013, tivemos a participação voluntária de 90% dos colaboradores no Brasil e de 86% nas unidades internacionais. O índice de satisfação foi de 77% no Brasil e 69% nas unidades internacionais.
Ombudsman	Canal destinado aos colaboradores para esclarecimentos de dúvidas ou dilemas éticos, aconselhamentos e denúncias relacionadas ao desalinhamento do Código de Ética e do Nosso Jeito de Fazer. Tem como missão promover um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar o respeito e a ética no relacionamento e nos negócios.

Ética

A nossa ética nos negócios se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com o cliente e com os demais *stakeholders*, na qualidade dos serviços e produtos que prestamos e oferecemos, e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade social e ambiental. Acreditamos que ela seja cada vez mais o fator decisivo na escolha do cliente por nossos produtos e serviços.

Com esse objetivo nosso Código de Ética existe para orientar, prevenir e sanar dilemas éticos e conflitos de interesse relacionados às nossas atividades. Para nós, priorizar a ética é assegurar a sustentabilidade da sua performance e gerar valor compartilhado por meio de atividades e relações.

Código de Ética: nosso referencial GRI G4-56

Nosso Código de Ética nos ajuda nas nossas atividades e nas decisões que tomamos quando nos relacionamos com todos os nossos públicos: colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, parceiros, poder público, concorrência, mídia e a sociedade. Nosso Código de Ética está dividido em quatro princípios básicos:

- Identidade (o que nos distingue das outras empresas);
- Interdependência (motor da convivência social);
- Boa fé (confiança gerando confiança); e
- Excelência (busca continua da qualidade superior).

Além das orientações, nosso Código de Ética prevê encaminhamento dos casos de desvio de conduta, descumprimento de normas e conflito de interesses no âmbito das nossas operações, para análise das áreas competentes. Os casos mais complexos são encaminhados para os Colegiados de Ética específicos para deliberação.

O Código reflete também nossas atitudes com relação à construção de uma cultura corporativa, um conjunto de valores, crenças e atitudes praticados a todo instante por todos os nossos colaboradores. Esses valores estão descritos no Nosso Jeito de Fazer, na Introdução e no item "Nossa Cultura."

Nosso Código de Ética é aprovado pelo Conselho de Administração e se aplica a todos os administradores e colaboradores do nosso Conglomerado no Brasil e no exterior. O Código está disponível em 4 idiomas (português, inglês, espanhol e japonês) e requer dos nossos colaboradores a formalização do conhecimento e da aceitação dos seus termos uma vez por ano.

Em 2013 realizamos 28 reuniões dos comitês de ética que, juntamente com a pesquisa bienal de clima ético, monitoram o clima ético da organização e definem a estratégia para as ações do Programa Corporativo de Ética. Todo colaborador é incentivado a relatar prontamente qualquer violação ao Código de Ética ao seu gestor direto ou ao canal de notificação mais apropriado descrito no documento.

Em 2013 recebemos aproximadamente 1.142 reclamações dos nossos colaboradores relacionadas com ética sendo que 1.021 foram solucionadas no ano e 121 ainda estão sendo analisadas. No mesmo período, solucionamos 171 reclamações que foram recebidas antes de 2013.

Nossa governança de ética está dividida em comitês de conduta, conselhos de ética e comitê superior de ética, sendo que todos se reúnem, em média, a cada seis meses. Os comitês de conduta são presididos pelo executivo sênior e por seus subordinados diretos. As reuniões dos conselhos de ética são realizadas no nível da empresa e são presididas pelo seu presidente e seus subordinados diretos. No Itaú Unibanco S.A., o comitê é presidido pelo Diretor de Recursos Humanos e pelos diretores de cada negócio. O Comitê Superior de Ética é comandado pelo Presidente da Itaú Unibanco Holding e pelos seus subordinados diretos. As reuniões de todos esses comitês são realizadas, em média duas vezes ao ano.

Adicionalmente, nosso Código de Ética prevê nosso compromisso formal relativo aos temas apontados nas principais convenções da OIT e em outros acordos internacionais, como, por exemplo, a "erradicação" e o "combate" ao trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório, prática de discriminação em todas as suas formas, valorização da diversidade, prevenção ao assédio moral e do assédio sexual, respeito à livre associação sindical e direito à negociação coletiva.

Corrupção GRI G4-56

Possuímos compromisso formal em relação ao combate a todas as formas de corrupção tanto em nosso Código de Conduta como também em uma Política Corporativa específica sobre o tema. Esta política é pública e está disponível no nosso site de Relações com Investidores.

A Política Corporativa de Prevenção à Corrupção tem o objetivo de reforçar o nosso compromisso de cooperar proativamente com iniciativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e ainda estabelecer orientações para a concepção, efetivação e melhoria contínua de programa corporativo destinado:

- ao desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção;
- ao estabelecimento e gerenciamento de canais de denúncia; e,
- à realização de ações, englobando campanhas de conscientização e treinamento de administradores e colaboradores sobre o tema.

Estão previstos para 2014 treinamentos sobre práticas e prevenção contra corrupção. **GRI G4-SO4**

Sociedade

Nossos focos estratégicos e iniciativas ligadas ao desenvolvimento social - como as ações voltadas para a educação financeira - são estendidos às comunidades das quais estamos próximos, à imprensa e aos formadores de opinião e a diversas organizações de interesse social. Também contribuimos com os governos estaduais, por meio de parcerias que fortaleçam modelos de políticas públicas que possam ser replicadas para todo o país.

Nossas causas

O objetivo de ser um agente de transformação e a busca por uma *performance* sustentável que orienta o desempenho dos nossos negócios também determina o investimento que o banco faz em ações voltadas para o desenvolvimento da sociedade, as quais, em 2013, totalizaram R\$ 422,7 milhões. A melhoria contínua na educação pública e no transporte urbano, mais a valorização e a divulgação da arte nacional, e um maior apoio ao esporte em modalidades que refletem traços da identidade cultural brasileira, são oportunidades para o uso de tecnologias e competências que desenvolvemos naturalmente, por sermos uma das maiores instituições do mercado financeiro. **GRI G4-EC1**

Total de R\$422,7 milhões para patrocinar 631 projetos **GRI G4-EC1**

- Sem incentivo¹: R\$248,2 milhões para 140 projetos
- Com incentivo²: R\$174,5 milhões para 491 projetos

1 Fundos próprios das empresas do banco e orçamentos próprios de fundações e instituições.

2 Fundos com incentivos fiscais por leis como Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, entre outras.

Educação

Fundação Itaú Social

Educação Integral	<ul style="list-style-type: none"> • Fornece orientação para a implementação de políticas e projetos relacionados com serviços educacionais em escolas públicas no Brasil. • Prêmio Itaú-Unicef: criado em 1995, pela Fundação Itaú Social e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, seu objetivo é identificar, reconhecer, estimular e dar visibilidade a organizações não-governamentais (ONGs) que oferecem programas extracurriculares e iniciativas de aulas adicionais para crianças e jovens em condições de vulnerabilidade. • O prêmio é concedido a cada dois anos. Nos anos em que o prêmio não é concedido, são oferecidos cursos online e formação para educação integral. Como uma das iniciativas pioneiras de incentivo para esse tipo de ação no Brasil, o prêmio recebeu mais de 15 mil inscrições, um cenário que reflete a grande variedade de experiências inovadoras que estão sendo desenvolvidas em todo país. • Programa Jovens Urbanos: oferece educação extracurricular para jovens que vivem em grandes centros urbanos. Após a conclusão da 3ª edição do programa, os indicadores foram mensurados em relação aos jovens que participam do programa e, dentre os resultados, notou-se que: (i) a renda dos participantes é 49% maior, (ii) a taxa de emprego é 77% mais alta, (iii) a frequência dos hábitos de leitura é 7,77 maior; (iv) a participação em escolas preparatórias e profissionalizantes e em movimentos sociais ou ONGs quando comparados com seus pares é maior.
Gestão Educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da educação no município. • Desde 1999, o programa formou 3,438 gestores públicos em 1.027 cidades de 17 estados brasileiros, desenvolvendo estratégias para aprimorar a qualidade da educação em nível municipal e implementar planos de ação em educação municipal. • O programa oferece diversas ferramentas de treinamento, sendo a principal delas a Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal, um compêndio de debates sobre gestão municipal. Essa coleção contém uma base de dados sobre os indicadores sociais e educacionais do Brasil e uma metodologia específica para a preparação de um plano educacional. • Orientação (<i>coaching</i>) educativo para professores: <ul style="list-style-type: none"> - Diretores assistentes e extensão à família por meio da contratação de coordenadores para pais; - Treinamento social para gestores, técnicos e educadores para o aperfeiçoamento das estruturas de órgãos e departamentos de educação; e - Melhoria do nível de educação na escola pública por meio da assessoria de líderes educacionais no desenvolvimento e na gestão de políticas públicas. • Olimpíada de Língua Portuguesa: Programa de formação de professores com longo alcance que passou a fazer parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (MEC); incentiva a participação de estudantes em um concurso bianual de textos em nível nacional. Nos anos em que não ocorre o concurso, os professores participantes recebem treinamento e recursos que ajudam a melhorar suas estratégias de ensino e desenvolver as habilidades de leitura e escrita de seus alunos. No total, 99% das cidades brasileiras foram envolvidas no programa com uma participação de mais de 60 mil escolas públicas, 239 mil professores e 7 milhões de estudantes desde sua criação em 2008.
Avaliação Econômica de Projetos Sociais	<p>Essa iniciativa tem como objetivo ajuizar nossos projetos sociais e inferir uma cultura de avaliação que resulte em medidas de retorno e análises de impacto. A tecnologia de mensuração, criada em parceria com nossa área financeira, é aplicada nos projetos desenvolvidos pela organização e foi replicada por órgãos do poder público e organizações do terceiro setor, disseminando a cultura de avaliação. Mais de 1.500 funcionários públicos e organizações sociais participaram dos nossos cursos de avaliação econômica desde sua criação em 2004.</p>
Mobilização Social	<ul style="list-style-type: none"> • Itaú Criança: mobiliza colaboradores, clientes, parceiros e comunidade para garantir os Direitos da Criança e do Adolescente. Dispõe de três frentes de atuação que incluem ações e parcerias para divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fortalecer os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e incentivar a leitura. • Em 2013, comandamos a campanha nacional “Leia para uma Criança”, que disponibilizou mais de 4 milhões de livros para viabilizar as ações de leitura. <p>Programa Voluntários Itaú Unibanco: atende aos interesses dos nossos colaboradores em se engajar em ações sociais, e lhes oferece diversas oportunidades de atuação voluntária nas áreas de educação, apoio aos direitos da criança e do adolescente, uso consciente do dinheiro e uso seguro da internet.</p>

Consulte www.issomudaoomundo.com.br para maiores detalhes.

Instituto Unibanco

O *Instituto Unibanco* é uma fundação privada que tem como objetivo trabalhar na melhoria da educação no Ensino Médio no Brasil.

Em parceria com o Ministério da Educação e secretarias estaduais de educação, o *Instituto Unibanco* desenvolveu e implementou tecnologias e metodologias educacionais que aumentam a eficácia de políticas públicas nas escolas de Ensino Médio participantes.

O *Instituto Unibanco* contribui também para definir um posicionamento adequado para as organizações ligadas ao setor privado dentro da sociedade, desenvolvendo e proporcionando metodologias e ferramentas para a gestão escolar, bem como a assistência técnica para o poder público e para as escolas assistidas.

Programa Jovem de Futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Concebido em 2007, como um conjunto de ações voltadas para o aprimoramento da gestão da escola pública, com foco em resultados. O programa Jovem de Futuro foi implementado em quatro estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul) e mostrou-se uma experiência muito eficaz. • Em 2012, o programa foi incorporado como política pública pelo Ministério da Educação e, desde então, foi denominado ProEMI/JF e implantado em outros cinco estados: Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí. • O <i>Instituto Unibanco</i> está repassando à direção das escolas a tecnologia para o desenvolvimento e a execução de um plano de gestão, cujos resultados serão perenes e de longo prazo. • Em 2013, 1.434 escolas públicas participaram do programa, beneficiando mais de 750 mil estudantes. Até 2018, a expectativa é que o programa atinja quase 2.500 escolas públicas e beneficie cerca de 2 milhões de alunos.
Programas Voluntários: Estudar Vale a Pena e Mentoria Jovem	<ul style="list-style-type: none"> • O objetivo desses programas é contribuir para a diminuição do quadro de abandono escolar no Ensino Médio e oferecer, para esses estudantes, oportunidades de repensar seus objetivos ao conviver com nossos voluntários. • Em 2013, cerca de 1.507 voluntários trabalharam em ações que beneficiaram mais de 16.555 alunos do Ensino Médio.

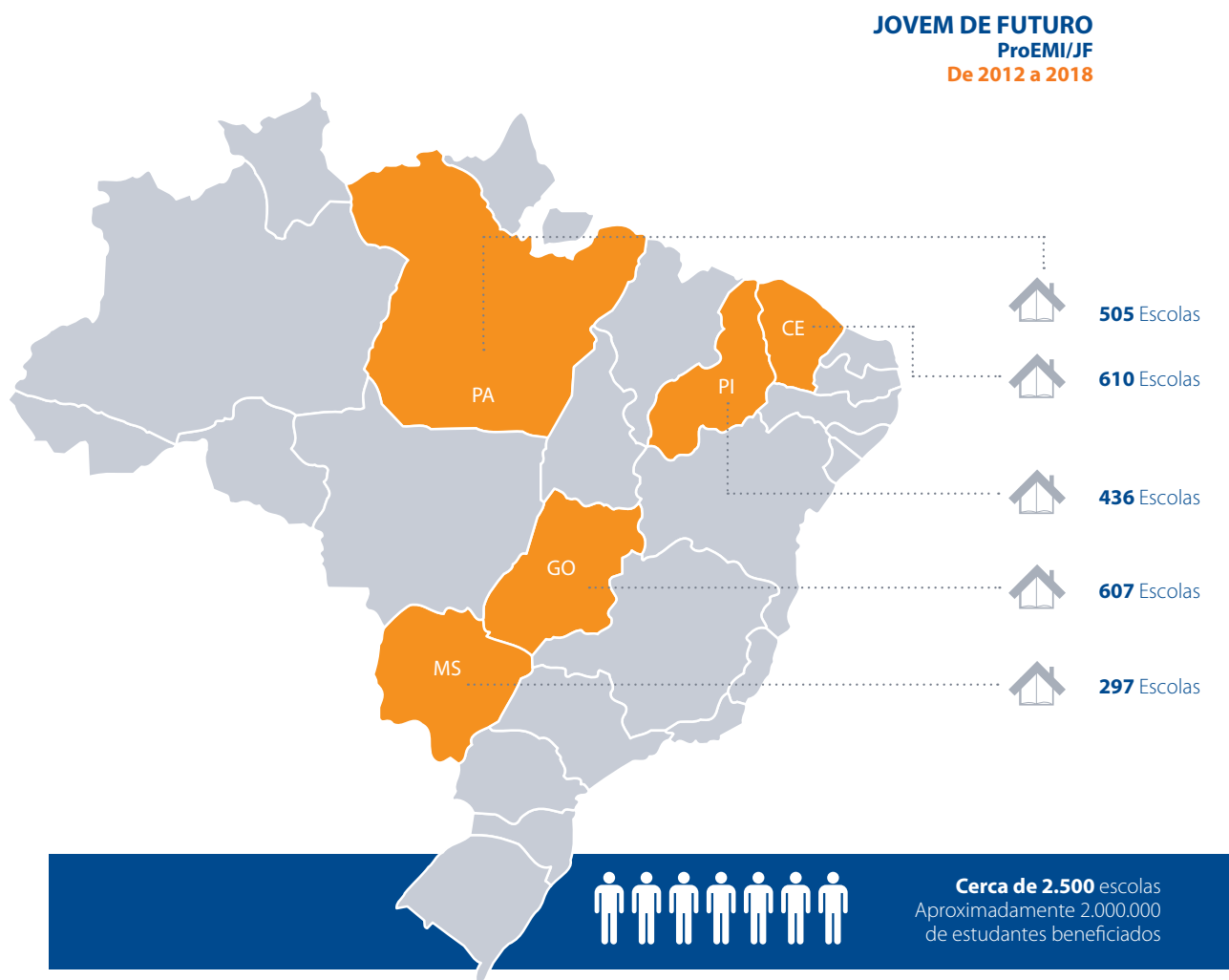
Consulte www.institutounibanco.org.br para maiores detalhes.

Metas do Instituto Unibanco:

Metas 2013	Situação
Fornecer treinamento, conteúdo e técnicas para secretarias estaduais de educação e escolas públicas do Ensino Médio para melhorar seus resultados por meio da implantação do programa Jovem de Futuro.	Alcançada
Monitorar e supervisionar as atividades do programa Jovem de Futuro de acordo com as especificidades de cada estado participante.	Alcançada

Metas 2014

Em 2014, a expectativa é que o programa Jovem de Futuro seja incorporado em mais de 800 escolas, nos cinco estados brasileiros participantes.



Instituto REDE

Instituto REDE é a iniciativa de responsabilidade social da *REDE*, a nossa empresa adquirente de cartão de crédito. A sua missão é propiciar educação para empreendedorismo, propagando o conhecimento sobre gestão, e contribuir com o desenvolvimento de micro e pequenos comerciantes, organizações sociais e empreendimentos sociais, conectados aos parceiros que apoiam essa causa.

Em 2013, o *Instituto REDE* organizou palestras, cursos e oficinas atingindo mais de 140 empreendedores e também patrocinou a Semana Global do Empreendedorismo, organizada pela Endeavor Brasil. O evento mobilizou 1,678,251 de pessoas e ofereceu mais de quatro mil atividades em todo o Brasil.

Cultura

Itaú Viver Mais

O *Itaú Viver Mais* é uma associação sem fins lucrativos que oferece atividades socioculturais a pessoas com mais de 55 anos de idade. Lançada em 2012, essa iniciativa é baseada em três pilares – Viver, Conviver e Reviver – e incorpora os programas desenvolvidos, desde 2004, pelo extinto Clube A. Em 2013, o programa atendeu 3,900 pessoas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Instituto Itaú Cultural

O *Instituto Itaú Cultural* é nossa principal instituição para a gestão de investimentos na área da cultura, com foco na preservação da memória cultural brasileira e na promoção da inovação da arte nacional. Desenvolvemos diversos projetos que se tornaram referência para o setor nas últimas duas décadas.

Em 2013, o Itaú Cultural repensou sua missão e sua visão, em um longo processo de inovação e de busca por melhorias pelo qual passou o instituto. Sua nova missão é inspirar e ser inspirado pela sensibilidade e pela criatividade das pessoas, gerando experiências transformadoras no mundo da arte e da cultura brasileiras.

O Programa Rumos foi desenvolvido para apoiar projetos de artistas locais e iniciantes e contribuir para que as comunidades sejam protagonistas na produção artística. Iniciado há 16 anos, em 2013, sua estrutura passou por mudanças significativas. Atualmente, o programa oferece um amplo leque de opções e um único projeto inscrito pode ser incluído em diferentes categorias. O resultado é uma estrutura adaptável na qual os projetos podem ser alterados ou aprimorados, ao longo de seu processo, independente da área de expressão ou do campo temático.

Auditório Ibirapuera – firmamos uma parceria com a Prefeitura de São Paulo para administrar o Auditório Ibirapuera até 2016. Cerca de 170 mil pessoas assistiram a 166 apresentações em 2013.

Exposições do Itaú Unibanco – de 2010 a 2013, nossa coleção de arte (incluindo o arquivo do Itaú Cultural) viajou para 16 cidades, no Brasil e no exterior, para exposições que foram visitadas por mais de 1,4 milhão de pessoas.

Enciclopédias virtuais é um importante investimento feito pelo Instituto Itaú Cultural para fornecer, com acesso gratuito, enciclopédias virtuais com informações sobre artistas brasileiros. Em 2013, as enciclopédias tiveram mais de 13 milhões de acessos. Além disso, o *website* do Itaú Cultural foi relançado e aperfeiçoado. Está agora totalmente conectado com as redes sociais, e conta com um vídeo institucional e um arquivo em áudio.

Outros números do Instituto Itaú Cultural em 2013:

- 450 atividades nacionais e internacionais;
- 3.753 participantes do Projeto Caminhando com Arte, no Espaço Memória, cuja visitação às obras de arte no nosso Centro Empresarial é conduzida por educadores;
- 189 parcerias com TVs e 2.007 parcerias com rádios no site da radioweb.

Espaço Itaú de Cinema

Criado em 1995, como Espaço Unibanco, as salas de cinema do Itaú Unibanco promovem filmes independentes de qualidade em todo Brasil. Presente em seis cidades com oito complexos, suas 56 salas de exibição contribuem para o acesso à cultura no Brasil. Em 2013, cerca de quatro milhões de pessoas foram ao Espaço Itaú de Cinema.

Outras iniciativas e patrocínios culturais:

- Fornecimento de recursos para a construção das novas instalações do Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro;
- Apoio ao carnaval de rua de Salvador;
- Há seis anos, o Itaú Personnalité patrocina concertos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp);
- Patrocinador do Festival de Teatro de Curitiba, há 13 anos, e do Festival de Dança de Joinville, há seis anos;
- Patrocinador do *Rock in Rio* no Brasil, o maior festival mundial de música e entretenimento, em 2013.

Esporte

Futebol

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos, quando patrocinamos a transmissão de jogos em diversas competições, como o Campeonato Brasileiro, os jogos classificatórios para a Copa do Mundo da FIFA, amistosos da Seleção Brasileira de Futebol, entre outros.

Desde 2008, patrocinamos as seleções brasileiras em todas as modalidades e categorias: equipe principal, equipe olímpica Sub-23, Sub-20, Sub-17, Sub-15, e equipe feminina. Em 2013, o patrocínio foi renovado e estendido até 2022. No início de 2011, passamos a patrocinar a Seleção Brasileira de Futebol de Praia.

Em 2006, fomos a única empresa brasileira a apoiar a candidatura do Brasil e, em 2009, a primeira a assinar o contrato de patrocínio da Copa do Mundo 2014 e da Copa das Confederações Brasil 2013. No final de 2013, a nossa marca era a terceira mais associada ao evento, em um estudo realizado pelo Ibope.

Tênis

Também estimulamos o desenvolvimento do tênis brasileiro. Damos apoio ao Instituto Tênis, excelente centro de treinamento que investe em jovens talentos para preparar atletas. Em 2013, promovemos: Itaú Masters Tour, Circuito Itaú de Tênis Feminino, Circuito de Tênis Escolar e Universitário, torneios Futures e Challengers, ATP 250 de Viña del Mar e o ATP 1000 de Miami, um dos mais tradicionais torneios do circuito profissional. Em 2014, vamos patrocinar o Rio Open – ATP 500.

Entre os projetos que apoiamos está também a Caravana do Esporte, um programa itinerante que atende municípios escolhidos pela Unicef e que, desde 2009, formou quase 18 mil treinadores em 17 estados, beneficiando mais de 200 mil crianças diretamente e 1,8 milhão, indiretamente.

Comunidade

Atuação na comunidade

Conduzimos um programa para a identificação das necessidades e oportunidades nas regiões onde possuímos grandes polos operacionais. Esse processo nos permitiu estudar formas de atuação, em conjunto com as lideranças comunitárias e o poder público, para a melhoria da qualidade de vida nas áreas do entorno dos nossos centros administrativos.

Participamos de sessões de debate com as comunidades do entorno do Centro Empresarial, no bairro do Jabaquara, e do Centro Técnico Operacional, no bairro da Mooca, em São Paulo.

Principais atividades em 2013:

- Concebemos e iniciamos a execução de melhorias civis na vizinhança do Centro Empresarial, com foco na acessibilidade de portadores de deficiência e na segurança de pedestres;
- Fizemos um evento de portas abertas para a vizinhança do Centro Empresarial, com a presença de 20 participantes da Rede Social do Jabaquara, organização que representa os interesses da sociedade civil do bairro;
- Patrocinamos um evento esportivo realizado pela Rede de Desenvolvimento Local do Jabaquara, e um evento social promovido por uma ONG para o Dias das Crianças, no dia 12 de outubro, no qual foram promovidos jogos e brincadeiras para entretenimento das crianças participantes.

Somos responsáveis, ainda, pela manutenção do Parque Lina e Paulo Raia, próximo à sede administrativa do banco, e da Passarela Verde, no bairro de Pinheiros, por onde transitam cerca de cinco mil pessoas diariamente. A passarela passou por uma revitalização com foco em conceitos sustentáveis, como o uso de telhados verdes, pisos de borracha reciclada para deficientes visuais e elevadores que garantem a mobilidade para pessoas com dificuldade de locomoção. Primeiro projeto do tipo na cidade, a manutenção da passarela é feita com base em um contrato de parceria, firmado entre a prefeitura de São Paulo e o banco, recentemente renovado por três anos.

Informações adicionais

Identificamos necessidades e oportunidades nas regiões onde estão localizados os nossos maiores polos administrativos. Depois disso, os projetos são executados gradualmente e viabilizados por meio de reuniões e debates entre os órgãos públicos e a comunidade local. Em 2013, demos continuidade ao acompanhamento das ações em Mogi Mirim (São Paulo), em conjunto com os órgãos públicos e a Promotoria do Estado de São Paulo. Atuamos também em diversos projetos na região, juntamente com a comunidade, incluindo o apoio à Banda Lyra, uma orquestra local, a participação em eventos na FATEC, a faculdade mais importante da cidade, e o apoio aos projetos da Santa Casa de Mogi Mirim.

Educação financeira GRI FS16

O Itaú acredita que a educação financeira é uma questão que deve ser trabalhada em grande escala, cuja proposta é ajudar a sociedade a administrar seus recursos financeiros de uma maneira mais equilibrada. As metas dos nossos programas de educação financeira são:

- Desenvolver iniciativas de educação financeira para a sociedade;
- Divulgar conteúdos de educação financeira por meio de uma abordagem simples, próxima e transparente;
- Promover debates sobre o assunto em colaboração com os diversos participantes envolvidos.

Resultados das iniciativas em 2013:

- Portal interativo lançado em 2012. Através de vídeos, guias, testes, simuladores, áudios e artigos, são abordados temas como o equilíbrio entre consumir e poupar, como sair do vermelho e como falar do tema em família e com os filhos, entre outros. Nos primeiros 8 meses, o site acumulou cerca de 2 milhões de acessos;
- Lançamos a versão digital e o áudio livro do livro infantil “A Árvore dos Sonhos” – disponíveis no nosso *site* *Uso Consciente do Dinheiro* –, juntamente com o guia “Educação Financeira – Como educar seu filho”, da autora Cássia D’Aquino;
- Apoiamos o Estúdio de Finanças do Laboratório do Mercado de Capitais (LABMEC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), o qual treina estudantes para promoverem orientação financeira à comunidade local, organiza palestras e atividades de planejamento financeiro pessoal por meio de visitas em escolas e promove circuitos de palestras e cursos para adultos;

- O Itaú Unibanco, a Fundação Itaú Social e o Instituto Unibanco assinaram um acordo de patrocínio que apoia o projeto Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF), voltado para o Ensino Médio. O programa oferece, para os jovens participantes, informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos autônomos, possibilitando aos alunos se posicionarem como protagonistas de sua própria história, com plena capacidade de planejar o que deseja para si, para sua família e para o grupo social ao qual pertence.

Formador de opinião

GRI G4-26

A reputação de uma empresa é construída a partir da experiência – direta e indireta – transmitida a seus *stakeholders*, por meio de iniciativas organizacionais e comunicação, bem como da influência de fontes externas. Entendemos que o alinhamento entre o que dizemos e nossas práticas, nossa ética e transparência, é crucial para elevar os níveis de confiança entre nós e nossos *stakeholders*. O resultado é uma melhoria na nossa capacidade de gerar valor para nossos diversos *stakeholders* e da nossa reputação.

Desde 2008, temos monitorado nossa reputação a partir da perspectiva de nossos *stakeholders*. Por meio de uma parceria com o *Reputation Institute*, empresa de consultoria internacional especializada na gestão da reputação corporativa, começamos a gerenciar a nossa reputação e nos associamos à Plataforma de Empresas do Institute, no Brasil. Em 2012, também fomos pioneiros na implantação de uma unidade dedicada à gestão da reputação que inclui o nosso departamento de comunicação. Esse formato representa a nossa motivação de integrar e garantir o comprometimento de toda a organização ao nosso projeto de gestão de reputação.

Também a partir de 2008, conduzimos o estudo anual *RepTrak™ DeepDive* para monitoramento de nossa reputação perante o público em geral, analisando a relação entre as conexões emocionais e racionais. Em 2012, aperfeiçoamos esse processo por meio do monitoramento personalizado de nossa reputação com clientes, investidores, *stakeholders* e imprensa. Esse estudo foi ainda mais ampliado em 2013, com a inclusão de colaboradores e analistas, juntamente com o grupo de *stakeholders* participantes da pesquisa no ano anterior. Com base nesses resultados, desenvolvemos uma avaliação estratégica, que nos possibilita analisar e planejar nossas ações, ao mesmo tempo em que priorizamos necessidades específicas e minimizamos riscos. **GRI G4-26**

Várias outras iniciativas têm sido tomadas como parte do processo de comunicar e reforçar o nosso posicionamento sobre essa questão:

Programa	Descrição
Itaú Masters Tour	Somos o principal patrocinador do Master Tour, o único circuito de tênis na América Latina para tenistas sênior (homens e mulheres) jogado por duplas de ex-tenistas profissionais. Ao patrocinar o Masters Tour, o Itaú Unibanco vai além à exposição da sua marca e se aproxima da sociedade. A iniciativa amplia as oportunidades para relacionamentos com vários públicos, atingindo ainda mais pessoas.
Press Trip	Pelo sétimo ano consecutivo, em 2013, trouxemos jornalistas de toda a América Latina para o Brasil a fim de estreitar o relacionamento com a imprensa da região e reforçar nossa reputação.
Índice de Bem-Estar Social	Conduzido anualmente e elaborado nos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), porém com uma metodologia mais ampla e adaptada à realidade brasileira, o estudo se propõe a apontar se o avanço da economia tem sido acompanhado pela melhora da qualidade de vida no Brasil. Divulgamos os resultados do estudo em um seminário que contou com a presença dos criadores do índice e de estudiosos do tema.
Brazilian Corporate Communications Day	Com o intuito de apresentar e discutir as melhores práticas da comunicação corporativa no Brasil, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) realizou o <i>Brazilian Corporate Communications Day</i> em várias cidades da América Latina e da Europa. Estivemos presentes compartilhando nossa expertise e a evolução de nossa interação com nossos principais <i>stakeholders</i> .
Encontros de Nossos Executivos com Jornalistas	Organizamos encontros entre Roberto Setubal (nosso Presidente Executivo) com os principais editores de veículos nacionais e internacionais. Outros encontros importantes envolveram executivos das áreas de Gestão de Recursos de Terceiros, Sustentabilidade, Crédito ao Consumidor, Cartões de Crédito, Soluções para Mercados de Capitais e Macroeconomia.
Workshops com jornalistas	Em 2013, realizamos oito <i>workshops</i> para jornalistas de diferentes veículos de comunicação. Os temas abordados incluíram uma introdução ao mercado de ações, <i>commodities</i> , fundos de índices, fundos de investimentos imobiliários e requisitos de Basileia. Em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIS), organizamos um encontro com alguns <i>stakeholders</i> para apresentar uma visão geral de empreendedoras mulheres no Brasil. Além disso, realizamos encontros com jornalistas para apresentar as nossas ações para a melhoria da qualidade dos serviços fornecidos aos nossos clientes e obter suas impressões sobre esse trabalho.
Macro em Pauta	Realizados trimestralmente, com importantes jornalistas, os encontros Macro em Pauta apresentam o cenário macroeconômico do Brasil e do mundo, além das perspectivas da atividade econômica regional do Brasil. Nesses encontros, também apresentamos o PIBU (PIB do Itaú Unibanco), expectativa sobre o PIB brasileiro com base em uma metodologia criada por nossa equipe de macroeconomia.
Reuniões Públicas com Analistas e Investidores (APIMEC)	Conduzimos encontros com investidores, analistas de mercado, jornalistas e outros <i>stakeholders</i> nas APIMECs e nas feiras <i>Expo Money</i> , realizadas em todo o país, os quais nos proporcionam mais um canal para o diálogo transparente com nossos <i>stakeholders</i> .

Todos esses esforços fazem parte de nosso projeto de gestão de reputação. É baseado no comprometimento de diferentes departamentos do banco e na importância contínua e crescente de compreendermos as percepções e expectativas dos nossos *stakeholders*.

Fornecedores GRI G4-12

O processo de compra de bens e serviços no Itaú Unibanco

O processo de compra de bens e serviços na nossa cadeia de fornecimento é conduzido de forma centralizada, assegurando coerência no relacionamento com fornecedores. O processo consiste de três etapas: pré-compra, compra e pós-compra, como descrito a seguir.

- Pré-compra
 - Estudo das compras anuais;
 - Análise do mercado;
 - Definição do plano de ação;
 - Desenvolvimento de fornecedores;
 - Desenvolvimento do escopo técnico;
 - Avaliação do escopo e recomendações adicionais;
 - Avaliação administrativa dos fornecedores;
 - Avaliação técnica dos possíveis fornecedores;
 - Visitas técnicas aos possíveis fornecedores.
- Compra
 - Definição da estratégia de compra de bens e serviços;
 - Desenvolvimento de instrumento contratual;
 - Realização da concorrência ou negociação;
 - Assinatura de Instrumento Contratual.
- Pós-compra
 - Gestão dos indicadores de desempenho;
 - Controle do consumo – quantidade e valor;
 - Monitoração das condições financeiras, sociais e ambientais dos fornecedores.

Processo de aprovação de fornecedores

Buscamos contratar empresas que tenham o compromisso de gerar valor para o banco e para a sociedade. Dessa maneira, seguimos um cuidadoso processo de seleção de fornecedores, por meio do qual suas capacitações administrativas e técnicas são avaliadas.

O processo administrativo de aprovação é voltado para a mitigação de riscos, por meio de uma matriz de análise socioambiental que classifica nossos fornecedores de acordo com o risco atribuído ao seu setor e os possíveis impactos econômicos, ambientais e sociais relacionados.

Esse processo é regulado por nossa política de compras, nosso código de ética, nossa política para prevenção à lavagem de dinheiro e nossa política de sustentabilidade.

Em 2013, o compromisso com a sustentabilidade na cadeia de fornecimento foi incluído em nossa política de compra, reforçando nosso objetivo de trabalhar com empresas alinhadas com nossos valores e dispostas a adotar práticas sustentáveis em seus negócios e sua cadeia de fornecimento.

Além disso, exigimos, ainda, a adesão de nossos fornecedores à nossa política de compras, ao nosso Código de Ética e a um contrato padrão com exigências mínimas para trabalhar conosco.

	2012	2013	Variação (%) 2013-2012
Número de Fornecedores Aprovados (Brasil)	5.161	5.786	12,1
Compras de Fornecedores Aprovados/Total de Compras (%)	90	97	7,8
Compras de Fornecedores Locais (Brasil) (%)	77,5	77,4	(0,1)

Monitoramento

Nosso processo de monitoramento administrativo de fornecedores, realizado a cada três meses, é voltado para o acompanhamento de fornecedores de alto risco, no que diz respeito às questões econômicas e socioambientais. Para outros fornecedores, essa avaliação ocorre a cada dois anos. Nosso desafio é reduzir esse prazo a partir de 2015, de forma que todos os fornecedores responsáveis por 70% do montante gasto durante os 12 meses anteriores sejam monitorados a cada seis meses.

Contamos com auditorias *in loco* conduzidas por especialistas externos que identificam os possíveis riscos e geram planos de ação para mitigar esses riscos, auxiliando no desenvolvimento desses fornecedores. Além disso, fazemos visitas conduzidas por áreas técnicas, especializadas em nossas operações, bem como a aplicação de normas relacionadas à segurança da informação.

Desde 2011, alguns de nossos fornecedores ativos respondem um questionário sobre questões socioambientais para a identificação de riscos e melhores práticas. No final de 2013, iniciamos uma nova abordagem, por meio de uma pesquisa à cadeia de suprimentos de nossos fornecedores, recomendando planos de ação corretivos. A pesquisa será enviada no início de 2014.

Violações e penalidades

Adicionalmente, nossos contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões socioambientais – como obrigações trabalhistas, normas de segurança e saúde ocupacionais, aderência à legislação ambiental, responsabilidade por danos e segurança da informação –, aplicáveis aos nossos fornecedores e à sua cadeia de suprimentos.

No caso de serem identificadas irregularidades em questões econômicas, operacionais, sociais e ambientais, serão aplicadas penalidades e poderemos gerar um plano de ação para auxiliar o fornecedor na resolução do problema, ou então, para suspender ou rescindir o respectivo contrato.

Comunicação, educação e iniciativas colaborativas

Proporcionamos aos nossos fornecedores diversos canais de comunicação por meio dos quais é possível dar sugestões, fazer perguntas e comunicar qualquer tipo de violação ou conduta indevida (inclusive de natureza socioambiental).

Treinamos os nossos fornecedores e colaboradores não somente para contribuir com a entrega de produtos e serviços, mas também para ajudar em seu desenvolvimento. Organizamos encontros como forma de fortalecer seu comprometimento com nossa cultura, reconhecendo boas práticas relacionadas à mitigação de riscos, e debatermos oportunidades para melhorar a eficiência de nossas operações. Em 2014, um calendário anual de fóruns será preparado para os próximos três anos. **GRI G4-26**

Até o final de 2014, esperamos que 100% do nosso departamento de compras participe do treinamento presencial concentrado em iniciativas e conceitos relacionados à sustentabilidade na cadeia de suprimentos. Com esse trabalho, esperamos aumentar a participação ativa da nossa equipe na busca por iniciativas que tragam inovação e maior controle sobre nossos riscos e a possibilidade de progresso de nossos parceiros.

Trabalhamos em parceria com ONGs em iniciativas que promovem a diversidade humana e os negócios sustentáveis por meio do desenvolvimento de pequenas e micros empresas e grandes corporações com interesse em relacionamentos.

Além disso, aplicamos recursos em parcerias com organizações que possibilitam o treinamento para fornecedores em, ao menos, um dos três pilares da sustentabilidade (Econômico – Ambiental – Social), cujo objetivo é conscientizá-los sobre o problema da mudança climática e capacitá-los, por exemplo, a fazer inventários de gases de efeito estufa (GEE) com a ferramenta *GHG Protocol*.

O Itaú Unibanco busca o melhor acordo para ambas as partes, gerando um relacionamento duradouro com seus fornecedores. Temos cerca de 6.600 fornecedores que provêm serviços para o banco desde 2008, e alguns de nossos contratos levam cláusulas que asseguram uma quantia mínima de compra e, na eventualidade de desequilíbrio financeiro, o ajuste das condições.

Metas atingidas e próximos desafios

Os contratos realizados centralmente contribuíram de maneira significativa para a redução de custos e, em 2013, apresentamos uma redução de aproximadamente 10% no montante total de compras.

Ganhos de eficiência resultam de parcerias com nossos fornecedores, de iniciativas de renegociação e de inovações em nossa cadeia de suprimentos. Essas iniciativas incluem atualizações tecnológicas (descarte sustentável de lixo e redução de custos), renovação de licenças de programas de computador em escala regional (América Latina), renegociação de contratos com empresas de consultoria, aprimoramento de nosso modelo de remuneração para cobrança extrajudicial de créditos e parceria para a construção de um exclusivo centro de *telemarketing* para nossas operações.

	2011	2012	2013	Variação(%) 2013-2012
Número de Processos de Compra	10.858	12.395	11.681	(5.8)
Montante Total de Compra (R\$ bilhões)	12.1	13.0	11.7	(9.0)

Nosso desafio é implantar ações de engajamento, mitigar riscos e aumentar a transparência na divulgação de indicadores de nossas operações e de nossos fornecedores. Os resultados dessas ações irão melhorar a comunicação interna, diferenciar fornecedores por critérios ambientais, aprimorar o monitoramento de risco sistêmico e o treinamento, com foco na sustentabilidade, para colaboradores de nossa área de compras.

Em 2013, definimos um plano de metas de médio prazo (2015) e de longo prazo (2020) estabelecendo as responsabilidades e as ações necessárias para superar o nosso desafio. Para assegurar a eficácia de todas as ações, desenvolvemos um painel de indicadores que deve ser monitorado periodicamente pela diretoria, como apresentamos a seguir:

Indicador	2015	2020
Monitoramento de risco associado a fornecedores com recorrência com menos de seis meses.	Fornecedores que representam 70% do montante gasto antes de 12 meses.	Fornecedores que representam 90% do montante gasto antes de 12 meses.
Avaliação do risco na cadeia de suprimentos (contratados por nossos fornecedores em processos críticos).	Fornecedores que representam 15% do montante gasto em categorias críticas antes de 12 meses.	Fornecedores que representam 30% do montante gasto em categorias críticas antes de 12 meses.
% de fornecedores em risco, identificados por meio de questionário socioambiental detalhado (RFI).	Fornecedores que representam 50% do montante gasto em categorias críticas antes de 12 meses.	Fornecedores que representam 80% do montante gasto em categorias críticas antes de 12 meses.
Preparação e monitoramento de planos de ação com fornecedores em risco, identificados no programa RFI e nas auditorias <i>in loco</i> .	Preparação do plano: monitoramento de 100%: 20% (casos críticos).	Preparação do plano: monitoramento de 100%: 30% (casos críticos).
Recomendações para fornecedores sobre a prática: <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de empresas locais, com foco em pequenas e médias empresas; • Avaliação, treinamento e emprego de pessoas com deficiências; • Participação ativa em uma pauta de desenvolvimento; • Práticas para combater o trabalho escravo, o trabalho infantil, a corrupção e a prostituição. 	100%	100%
Engajamento de fornecedores (debates específicos, interação relatada em programas de desenvolvimento).	Com nossos fornecedores de nível 1 (1º link).	Com empresas contratadas por nossos fornecedores (nível 2).
Condução de auditorias no local (% das auditorias).	90% anunciadas; 10% não anunciadas.	80% anunciadas; 20% não anunciadas.
Engajamento de pauta interna na sustentabilidade (nas áreas de compras, gestão técnica).	<i>Stakeholders</i> que trabalham com 50% do montante gasto por ano em categorias críticas.	<i>Stakeholders</i> que trabalham com 80% do montante gasto por ano em categorias críticas.
Divulgação de indicadores sobre contratação de fornecedores (certificados, melhores práticas, emissão de gases e outros).	Indicadores de fornecedores de nível 1 (1º link).	Indicadores de fornecedores de nível 2 (1º link).

Governo

Buscamos trabalhar próximos às organizações públicas, em todas as esferas do governo, nos países onde atuamos. Nosso objetivo é construir parcerias que promovam benefícios para a sociedade. Nossa atuação é pautada pela ética e pela transparência e tem como objetivo oferecer subsídios para que autoridades possam avaliar adequadamente as questões que podem envolver nosso negócio ou as causas que apoiamos.

Em nível federal no Brasil:

- Acompanhamos o andamento de 939 projetos de lei no Congresso;
- Conduzimos visitas a mais de 100 parlamentares e gestores públicos com atuação relevante em áreas como segurança, direitos do consumidor, crime eletrônico, lavagem de dinheiro e depósitos judiciais;
- Na esfera executiva temos parcerias com os ministérios das Cidades, Saúde, Esportes, Ciência e Tecnologia e Justiça;
- Parceria com o Ministério dos Esportes: mobilização conjunta de voluntários para a Copa do Mundo de 2014;
- Aderimos à campanha nacional Pacto Pela Vida, cuja divulgação se deu por meio dos nossos canais de comunicação; e
- Apoiamos o Programa Ciências sem Fronteiras, campanhas de saúde e de melhorias do sistema de gestão prisional brasileiro.

Nas esferas estadual e municipal no Brasil:

- Acompanhamos os debates sobre eleições municipais, segurança bancária, direitos do consumidor, impostos e mobilidade urbana;
- Atuamos em conjunto com a câmara de vereadores de Mogi Mirim, no estado de São Paulo, para detalhar a construção de nosso novo centro de dados, assim como entender as demandas do Ministério Público, do poder público e da comunidade local, além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Mogi Mirim;
- Em São Paulo, em 2012, assinamos um termo de cooperação com a prefeitura que contemplava a realização de melhorias no Parque do Carmo Olavo Egydio Setubal; o projeto será concluído até março de 2014;
- Também participamos da 7ª edição da Gincana da Solidariedade, por meio da qual incentivamos os nossos colaboradores a doarem roupas, sapatos, cobertores e produtos de higiene pessoal. Em 2013, mais de 86.961 quilos desses produtos foram doados para ONGs e secretarias municipais de desenvolvimento social;
- Assinamos um contrato com prefeitura da cidade de Salvador para renovar o Teatro Municipal e seus arredores; o projeto promoverá a reabertura desta importante instalação cultural, fechada há oito anos; e
- Estamos comprometidos a administrar o Auditório Ibirapuera na cidade de São Paulo, com o apoio do Instituto Itaú Cultural.

Mobilidade urbana

A mobilidade urbana é um tema importante em nossa interação com os órgãos públicos. Além de conduzir debates sobre esse tema, nossas iniciativas estão voltadas para promover iniciativas alternativas de transporte que visam melhorar a mobilidade e reduzir o trânsito, bem como reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa.

Estado	Descrição do Programa
Rio de Janeiro	Celebramos uma parceria com a cidade do Rio de Janeiro e a empresa de tecnologia Serttel, patrocinadora do <i>Bike Rio</i> , para incentivo de um programa que disponibiliza o serviço de aluguel de bicicletas em várias estações na cidade do Rio de Janeiro. O serviço pode ser utilizado das 6h00 às 22h00, em intervalos de uma hora. Os usuários devem se cadastrar e pagar uma taxa mensal de R\$ 10, ou uma diária de R\$ 5.
São Paulo	Equivalente ao <i>Bike Rio</i> , o programa <i>Bike Sampa</i> foi lançado em junho de 2012, por meio de parceria entre o Itaú Unibanco, a prefeitura de São Paulo, a Serttel e a Samba. A estrutura estará completa em três anos, com o total de 300 estações e três mil bicicletas.
Pernambuco	Lançado em março de 2013, o projeto contará com 70 estações e 700 bicicletas nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes até o final de janeiro de 2014.
Porto Alegre	Lançado em agosto de 2013, o sistema de compartilhamento de bicicletas conta com 40 estações e 400 bicicletas.
Salvador	Lançado em setembro de 2013, o projeto conta com 40 estações e 400 bicicletas.

Além dos sistemas de compartilhamento de bicicletas, nossa plataforma de mobilidade urbana inclui iniciativas relacionadas à melhoria da infraestrutura urbana e campanhas educativas para motoristas, ciclistas e pedestres.

Em 2013, mais de 360 mil usuários se cadastraram em nossos diversos programas de aluguel de bicicletas e foram realizadas mais de 2,2 milhões de viagens no período.

Campanhas políticas e doações

Em 2012, ano em que foram realizadas eleições municipais no Brasil pela última vez, contribuímos com R\$ 10.231.650,00 para campanhas eleitorais de diversos candidatos. Em 2013, não houve eleições, não fizemos doações.

Todas as doações relacionadas às eleições políticas, realizadas pelo nosso grupo, encontram-se de acordo com as leis e regulamentações brasileiras, estão devidamente registradas e seguem nossa política para doações às campanhas políticas. As doações são realizadas de forma a facilitar seu rastreamento (por meio de uma única entidade de nosso grupo) e o respectivo processo é conduzido por um comitê de Comitê de Avaliação Política, composto de conselheiros e altos executivos do banco, garantindo a transparência.

Incentivos fiscais recebidos do governo

Em 2013, recebemos R\$ 152,2 milhões em incentivos fiscais, doações, patrocínios concedidos a projetos desportivos e prorrogações de licença-maternidade.

Incentivos fiscais recebidos do governo, por categoria (R\$)

Categoria	2011	2012	2013
Doações ao Fundo da Criança e do Adolescente	14.652.397,77	17.388.245,27	17.237.363,25
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	9.992.528,16	5.383.904,16	5.519.137,89
Lei Rouanet	76.370.461,78	84.067.753,76	84.093.662,56
Patrocínios a Projetos Esportivos	14.931.571,82	17.188.705,94	17.300.532,27
Prorrogação da Licença-Maternidade	918.148,51	1.686.433,44	1.160.717,12
Atividades Audiovisuais	0,00	2.700.000,00	0,00
Outros ¹	0,00	0,00	26.921.163,64
Total	116.865.108,04	128.415.042,57	152.232.576,73

1. Os dados se referem a PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência), PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica) e Estatuto do Idoso.

Ecoeficiência

Mantemos o foco constante na gestão e na utilização racional dos recursos naturais, estratégia que nos permite diminuir o impacto ambiental de nossas operações e aumentar nossa eficiência operacional. Por meio da utilização de equipamentos tecnológicos em nossa rede de agências e prédios administrativos, somos levados a consumir água e energia elétrica em proporções elevadas, e por isso, reduzir e otimizar esse consumo tem sido um de nossos principais objetivos.

Todas as iniciativas que desenvolvemos em relação à ecoeficiência têm base em quatro pilares: (i) custos de implantação, (ii) disponibilidade no mercado, (iii) performance técnica do sistema e (iv) ganhos de ecoeficiência.

Água

Monitoramos nosso consumo de água conforme a tabela a seguir. Exceto pelo consumo advindo dos poços artesianos dos nossos centros de dados, apresentamos uma queda no volume de água usado em nossas operações. O consumo total continuou apresentando uma tendência para diminuição, com redução de 11,68%, em relação ao ano anterior. Mesmo com a inclusão do consumo da Rede, em 2013, o volume de água foi menor do que em 2012.

Consumo de Água GRI G4-EN8	Unidade	2011	2012	2013	Meta para 2014
Total	metros cúbicos	1.896.549,00	1.842.180,00	1.675.031,11	NE*
Consumo pelas Unidades					
Prédios Administrativos¹					
Fornecimento Público	metros cúbicos	483.775,00	417.896,00	378.315,11	374.000,00
Poços Artesianos	metros cúbicos	29.518,00	37.418,00	27.330,00	NE*
Agências³					
Fornecimento Público	metros cúbicos	1.202.732,00	1.197.768,00	1.089.138,00	1.108.256,00
Poços Artesianos	metros cúbicos	0	0	0	N/A
TI – centros de Dados³					
Fornecimento Público	metros cúbicos	156.658,00	165.232,00	151.787,00	160.408,00
Poços Artesianos	metros cúbicos	23.866,00	23.866,00	28.461,00	28.500,00

NE*: Não estabelecido.

1. Todos os prédios administrativos brasileiros, exceto escritórios, cujo consumo é compartilhado com outras empresas. Em 2013, os dados de consumo da REDE começaram a ser considerados (3,608,11 m³).

2. Todas as agências brasileiras foram monitoradas. Em nossas agências, o consumo de água provém do fornecimento público, uma vez que não há poços artesianos.

3. Todos os centros de dados brasileiros foram monitorados.

A redução no nosso consumo de água deve-se principalmente às iniciativas listadas a seguir.

Principais iniciativas para redução de consumo de água em 2013

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de Consumo (metros cúbicos)	Economia (R\$/ano)
Prédios Administrativos¹			
Eficiência na Manutenção dos Lagos em Nosso Centro de Negócios	Uso de água pluvial para reuso e fornecimento de água para os lagos.		
	Transferência de água entre os lagos e limpeza dos lagos sem desperdício de água.	28.587,00	400.000,00
Equipamento Sanitário mais Eficaz	Instalação de vasos sanitários, válvulas de descarga, aeradores e redutores de fluxo de água.	27.851,00	256.231,84
Agências²			
Redução de Consumo	Redução do consumo médio de água por agência.	29,50	1.610.335,00
TI – Centros de Dados³			
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)	A ETE trata todo o esgoto produzido em nosso centro de tecnologia. A água tratada é reutilizada na infraestrutura de refrigeração de nosso principal centro de dados.	29.417,10	165.654,00

1. Prédios administrativos, que representam 61,6% do total de pontos de trabalho.

2. Todas as agências brasileiras foram monitoradas.

3. Todos os prédios administrativos do Brasil foram monitorados.

Energia

O consumo de energia do Itaú Unibanco apresentou um ligeiro aumento em 2013 (1,35%), principalmente por causa do crescimento da demanda de nossos centros de dados em nossas unidades da América Latina. Por outro lado, nossos prédios administrativos, agências e operações do IBBA reduziram esse consumo. Destacamos que em 2013 foi considerado o consumo da Rede; no entanto, mesmo com esta inclusão, o consumo de energia em nossos prédio administrativos foi 6% menor do que o ano anterior. No caso específico do IBBA, melhoramos o nosso controle de informações, o qual nos permitirá obter dados cada vez mais confiáveis sobre essa operação.

Consumo de Energia GRI G4-EN3	Unidade	2011	2012	2013	Meta para 2014
Total	MWh	612.639,30	615.185,40	612.292,76	NE*
	GJ	2.205.501,480	2.214.667,44	2.204.253,94	NE*
Consumo pelas Unidades					
Prédios Administrativos¹					
Prédios Administrativos	MWh	128.635,30	122.460,00	114.984,45	110.000,00 ³
Agências²					
Agências	MWh	346.191,00	351.472,00	347.417,61	352.134,75
TI – Centros de Dados³					
TI – Centros de Dados	MWh	106.395,00	114.137,00	124.235,88	147.100,00
IBBA⁴					
IBBA	MWh	5.033,00	4.164,60	1.534,71	NE*
Latam⁵					
Latam	MWh	26.385,00	22.951,80	25.007,84	NE*

* NE: Não estabelecido.

1. Todos os prédios administrativos brasileiros, exceto escritórios, cujo consumo é compartilhado com outras empresas. Em 2013, os dados de consumo da REDE começaram a ser considerados (2.809,72 MWh).

2. 3.642 entre 3.857 agências brasileiras foram monitoradas. As agências não monitoradas são aquelas cujo consumo é compartilhado com outras empresas.

3. Todos os centros de dados brasileiros foram monitorados.

4. Considera o consumo de energia dos dois principais prédios administrativos. Os dados dos escritórios de sete subsidiárias e de seis andares em outros prédios administrativos não foram considerados.

5. Para Latam, considerou-se o consumo de eletricidade do México, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Principais iniciativas para redução de consumo de energia em 2013

Iniciativa GRI G4-EN6	Descrição	Resultados	
		Redução de Consumo (MWh)	Economia (R\$/ano)
Prédios Administrativos¹			
Equipamento de Ar Condicionado	Mudança operacional do equipamento de ar condicionado nas salas de reunião.	465,00	141.000,00
Iluminação Noturna	Desligamento da iluminação noturna nos andares.		
Iluminação de LED	Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.		9.100,00
Modernização das Centrífugas	Projeto de modernização da centrífuga nº 4.	2.178,50	426.330,52
Recirculação da Água Condensada	Torres de refrigeração condensam água para recirculação.	1.505,10	540.000,00
Alteração de Demandas	Ajustes para provisões contratuais.		
Refrigeração do Centro de Teleprocessamento	Refrigeração do TPC 1 e 2.		
Iluminação dos Andares	Desligamento da iluminação noturna dos andares em nossos outros prédios administrativos.		
Sistemas de Refrigeração	Revisão dos procedimentos operacionais de refrigeração.		
Automatização da Iluminação nos Andares	Procedimento automatizado de desligamento da iluminação.	137,00	45.000,00
Estratégia de Uso da Centrífuga	Nova estratégia de desligamento antecipado da centrífuga.	176,32	33.750,00
Banco Capacitador	Instalação de capacitadores para evitar o consumo reativo em excesso.	3.280,00	150.000,00
Sistemas de Refrigeração	Revisão dos procedimentos operacionais de refrigeração e modernização dos resfriadores.		
Iluminação LED	Substituição da iluminação estrutural (Projeto Piloto).	35,00	26.500,00
Agências²			
Redução de Consumo	Redução do consumo médio de energia elétrica por agência.	3.454,00	5.158.147,00
TI – Centros de Dados³			
Modernização da Infraestrutura de Nosso Centro de Dados	Renovação das salas do atual centro de dados para o conceito Centro de Dados da Próxima Geração (NGDC), que combina certas características e as melhores práticas do mercado, focando a eficiência energética e a excelência operacional.	2.591,00	404.000,00

1. Todos os prédios administrativos do Brasil foram monitorados.

2. 3.642 entre 3.886 agências brasileiras foram monitoradas. As agências não monitoradas são aquelas cujo consumo é compartilhado com outras empresas.

3. Todos os centros de dados brasileiros foram monitorados.

Para realçar nosso comprometimento com a redução de energia elétrica, implementamos as seguintes ações:

- Reduzimos o consumo de energia dos desktops e notebooks por meio da hibernação do equipamento ocioso;
- Virtualizamos e consolidamos o armazenamento de servidores em nosso centro de dados;
- Ampliamos o número de desktops virtuais (VDI), resultando em economia de energia e de espaço físico;
- Desenvolvemos processos para proporcionar ganhos de eficiência na captura de imagens de cheques e documentos digitais; e
- Incentivamos o uso de videoconferências.

Transporte

GRI G4-EN30

Em 2013, apresentamos uma queda de 11,42% em distância de voos para viagens de negócios. Parte dessa redução foi alcançada pela intensificação do uso das salas de videoconferência.

Viagens de Negócios ¹	Unidade	2011	2012	2013	Meta para 2014
Total	km	188.400.462,00	161.698.730,00	143.231.633,12	NE*

1. Passagens de avião compradas de acordo com a política interna da nossa operação brasileira.

*NE: Não Estabelecido

Principais iniciativas para redução de viagens de negócios em 2013¹

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de Consumo (km)	Economia (R\$/ano)
Prédios Administrativos			
Videoconferências	Utilizamos a tecnologia de videoconferência para aumentar a nossa eficiência, economizando recursos com a redução das despesas com transporte, promovendo a economia de tempo e o aumento da produtividade, ao evitarmos deslocamentos e viagens.	13.649.968,00	6.274.618,00

1. Todas as videoconferências brasileiras e latino-americanas foram monitoradas.

Emissões GRI G4-EN19

Em 2013, implementamos algumas iniciativas que tiveram um efeito positivo nas nossas emissões de GEE, como apresentamos a seguir.

Principais iniciativas para redução de emissões em 2013

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de Emissões (tCO ₂ e)	Economia (R\$/ano)
Prédios Administrativos²			
Faturamento Eletrônico e Táxi	Controle eletrônico de faturas de táxi	NM*	5.273.527,71
Agências²			
Unificado	Unificação das iniciativas nas agências. Economia de mais de dois milhões de quilômetros até outubro de 2013.	111,22	1.170.682,28
Selo Verde	Uma das nossas empresas que contratadas para serviços de transporte de dinheiro, no Brasil, recebeu o “Selo Verde”, certificação concedida pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para empresas comprometidas com a economia de combustíveis fósseis. Essa empresa é responsável por 8,5% dos nossos serviços de transporte de dinheiro em território nacional.	NM*	NM*
Redução na Quantidade de Transporte de Malotes entre Agências	Revisão e redução dos itinerários.	NM*	NM*

*NM – Não medido,

1. Prédios administrativos brasileiros.

2. Agências brasileiras foram monitoradas.

TI Verde

Principais iniciativas do TI Verde em 2013

Iniciativa	Descrição	Resultados
TI – Centros de Dados		
Descarte Sustentável do Lixo Eletrônico	Todos os materiais eletrônicos obsoletos passam por reciclagem e descarte sustentável.	6.761.024,00 kg
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)	A ETE trata todo o esgoto produzido em nosso prédio administrativo (centro de tecnologia). A água tratada é reutilizada na infraestrutura de refrigeração de nosso principal centro de dados.	29.417 m³

Itaú Sem Papel

O Itaú investe, constantemente, na redução da quantidade de material impresso. Apresentamos a seguir as nossas principais iniciativas para evitar o uso de papel.

As principais iniciativas do projeto Sem Papel em 2013¹

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de Consumo (ton)	Economia (R\$/ano)
Solicitação Eletrônica de Extratos	Em 2013, aproximadamente 54% das solicitações de extratos de contas, por nossos clientes, foram feitas por meio eletrônico, um crescimento de 6% comparado ao ano anterior.	3,23	41.280,00
Projeto para Redução de Papel	Desenvolvemos projetos para redução do uso de papel em muitos de nossos processos internos. A meta dessa iniciativa é melhorar os procedimentos operacionais, buscando o uso mais eficiente do papel, cujo resultado foi a economia de mais de 1,8 milhões de folhas de papel em 2013.	14,10	3.200.000,00
Proposta de Abertura de Conta	Nova PAC (proposta de abertura de conta): o novo formulário reduziu em mais de 70% o número de folhas impressas por conta nova.	0,94	12.000,00
Balcão de Sustentabilidade	Para cada contrato de câmbio assinado <i>online</i> , por meio do Itaú 30 horas, calculamos a economia do número de folhas de papel, juntamente com os gases de efeito estufa que deixaram de ser emitidos com a produção dessas folhas. A iniciativa faz com que nossos clientes tenham conhecimento do total de folhas de papel não utilizadas e seu equivalente em CO ₂ . Entre maio de 2005 e novembro de 2013, economizamos cerca de 11,7 milhões de folhas de papel e evitamos a emissão de mais de 46,6 toneladas de CO ₂ na atmosfera.	57,30	N/A
Itaú Microcrédito	Itaú Microcrédito: esse departamento não imprime formulários de avaliação de crédito durante as visitas de crédito, sendo todos os arquivos eletrônicos. Em 2013, houve economia de aproximadamente 170.000 folhas de papel graças à digitalização de documentos. Em 2013, nossos agentes de crédito usaram <i>tablets</i> para coletar informações de nossos clientes, engajando-os com materiais interativos, em substituição aos métodos tradicionais de marketing.	3,99	5.950,00
Redução da Impressão nos Processos de Revisão	<ul style="list-style-type: none"> Redução de documentos das empresas clientes; Digitalização de documentos de compensação; Eliminação da impressão da reconciliação contábil diária de caixa. 	11,56	NM*
Eficiência na Correspondência dos Documentos	A meta dessa iniciativa é reduzir o consumo de papel, a impressão e os custos de postagem de documentos e contratos, por meio da digitalização e do <i>upload</i> de documentos em nosso sistema de <i>internet banking</i> .	22,57	4.766.355,00

*NM – Não medido.

1. Os dados se referem somente às operações brasileiras.

Sumário GRI

GRI G4-32

CONTEÚDO GERAL Estratégia e Análise

Descrição	Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
-----------	---------	------------------------------	-----------------

G4-1 Mensagem do presidente

-

-

[A-10](#)

Perfil Organizacional

Descrição	Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
-----------	---------	------------------------------	-----------------

G4-3 Nome da organização

-

-

Itaú Unibanco
Holding S.A.

G4-4 Principais marcas, produtos e/ou serviços

-

-

[A-55](#)

G4-5 Localização da sede da organização

-

-

[A-103](#)

G4-6 Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório

-

-

[A-79](#)

G4-7 Tipo e natureza jurídica da propriedade

-

-

Somos uma
sociedade
anônima de
capital aberto

G4-8 Mercados em que a organização atua

-

-

[A-79](#)

G4-9 Porte da organização

-

[A-452](#)[A-80](#)

G4-10 Perfil dos empregados

-

[A-452](#)[A-393, A-394](#)
[A-395](#)

G4-11 Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva

-

[A-452](#)[A-230](#)

G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização

-

[A-452](#)[A-374](#)

G4-13 Mudanças significativas em relação a porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores

-

-

[A-27](#)

G4-14 Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução

-

-

1

G4-15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente

-

-

[A-105, A-339](#)

G4-16 Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais

-

[A-452](#)[A-395](#)

¹ Nossa gestão de riscos é um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócio visando maximizar a criação de valor para os acionistas. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação do banco. Nesse sentido, aplicamos o Princípio da Precaução para o mapeamento desses eventos.

Aspectos Materiais Identificados e Limites			
Descrição	Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
G4-17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório	-	-	A-396
G4-18 Processo de definição do conteúdo do relatório	-	A-452	A-18, A-20, A-396
G4-19 Lista dos temas materiais	-	A-452	A-398, A-399
G4-20 Limite, dentro da organização, de cada aspecto material	-	A-452	A-398, A-399
G4-21 Limite, fora da organização, de cada aspecto material	-	A-452	A-398, A-399
G4-22 Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	-	A-452	A-405, A-409 A-410
G4-23 Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação a relatórios anteriores	-	A-452	A-409, A-410
Engajamento de stakeholders			
Descrição	Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
G4-24 Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização	-		A-342, A-399
G4-25 Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	-		A-343, A-399
G4-26 Abordagem para envolver os stakeholders	-		A-334, A-335 A-337, A-343 A-372, A-376 A-399, A-400
G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento, por grupo de stakeholders	-		A-336, A-400 A-401
Perfil do relatório			
Descrição	Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
G4-28 Período coberto pelo relatório	-	A-452	2013
G4-29 Data do relatório anterior mais recente	-	A-452	2012
G4-30 Ciclo de emissão de relatórios	-	A-452	Anual
G4-31 Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	-	-	A-18
G4-32 Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	-	-	A-387, A-398
G4-33 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	-	A-452	A-18
Governança			
Descrição	Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
G4-34 Estrutura de governança da organização	-	A-452	A-106, A-341
Ética e integridade			
Descrição	Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	-	A-452	A-40, A-41 A-342, A-362 A-364

CONTEÚDO ESPECÍFICO				
Categoria econômica				
Descrição		Omissão	Verificação externa (página)	Página/ resposta
Desempenho econômico				
G4-DMA	Forma de gestão	-	-	A-402
G4-EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	-	A-452	A-364, A-402
G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	-	A-452	A-403, A-404
Categoria ambiental				
Descrição		Omissão	Verificação externa	Página/ resposta
Materiais				
G4-DMA	Forma de gestão	-	-	A-404
G4-EN1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume	-	-	A-405
Energia				
G4-DMA	Forma de gestão	-	-	A-404, A-405
G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização	-	A-452	A-383
G4-EN6	Redução do consumo de energia	-	-	A-384, A-405
Água				
G4-DMA	Forma de gestão	-	-	A-404, A-405
G4-EN8	Total de água retirada por fonte	-	-	A-382
Emissões				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-404, A-406
G4-EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa	-	A-452	A-406
G4-EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	-	A-452	A-406
G4-EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa	-	A-452	A-406
G4-EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa	-	A-452	A-385
Efluentes e resíduos				
G4-DMA	Forma de gestão	-	-	A-404, A-406 A-407
G4-EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	-	-	A-407
Transportes				
G4-DMA	Forma de gestão	-	-	A-404
G4-EN30	Impactos ambientais significativos referentes a transporte de produtos e de trabalhadores	-	-	A-385
Geral				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-404, A-405 A-408
G4-EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	-	A-452	A-408

Categoria social – práticas trabalhistas e trabalho decente				
Descrição		Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
Emprego				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-414
G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações e rotatividade de empregados	-	A-452	A-347, A-409 A-410
G4-LA2	Comparação entre benefícios a empregados de tempo integral e temporários	-	A-452	A-355
Saúde e segurança no trabalho				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-359, A-411
G4-LA6	Taxas de lesões, doenças ocupacionais e dias perdidos	-	A-452	A-412, A-413
G4-LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	-	A-452	A-411
Treinamento e educação				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-413
G4-LA9	Média de horas de treinamento por ano	-	A-452	A-413
G4-LA10	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	-	A-452	A-350
Diversidade e igualdade de oportunidades				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-414
G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional	-	A-452	A-415 A-416, A-417 A-418, A-419
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-420
G4-LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas por meio de mecanismo formal	-	A-452	A-231, A-420
Categoria social – direitos humanos				
Descrição		Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
Não discriminação				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-421
G4-HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	-	A-452	A-421

Categoria social – sociedade

Descrição		Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
Combate à corrupção				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-421
G4-SO3	Unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	-	A-452	A-422
G4-SO4	Percentual de empregados treinados em políticas e procedimentos anticorrupção	-	A-452	A-364, A-421

Concorrência desleal

G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-422
G4-SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal	-	A-452	A-423

Categoria social – responsabilidade pelo produto

Descrição		Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
Saúde e segurança do cliente				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-423
G4-PR1	Avaliação de impactos na saúde e segurança durante o ciclo de vida de produtos e serviços	-	A-452	A-423
Rotulagem de produtos e serviços				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-424
G4-PR5	Resultados de pesquisas medindo a satisfação do cliente	-	A-452	A-425
Comunicações de marketing				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-426
G4-PR7	Casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços	-	A-452	A-426
Privacidade do cliente				
G4-DMA	Forma de gestão	-	A-452	A-425
G4-PR8	Total de queixas comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	-	-	A-425

Categoria setorial – portfólio de produtos e serviços				
Descrição		Omissão	Verificação externa (página)	Página/resposta
Portfólio de produtos e serviços				
G4-DMA	Forma de gestão FS1	-	A-452	A-338, A-427 A-429, A-440 A-442, A-448 A-449, A-450
G4-DMA	Forma de gestão FS2	-	A-452	A-338, A-427 A-428, A-440 A-442, A-448 A-449, A-450
G4-DMA	Forma de gestão FS3	-	A-452	A-428, A-429 A-440, A-443 A-450
G4-DMA	Forma de gestão FS4	-	A-452	A-339, A-437 A-440, A-443 A-448, A-449 A-450
FS5	Forma de gestão FS5	-	A-452	A-70, A-338 A-429, A-437 A-438, A-441 A-443, A-448
FS6	Portfólio de cada linha de negócios por região específica, tamanho e por setor	-	A-452	A-438, A-441 A-445, A-447 A-449, A-451
FS7	Valor monetário de produtos e serviços criados para gerar um benefício social específico, para cada linha de negócio divididos por propósito	-	A-452	A-438, A-444 A-449
FS8	Valor monetário de produtos e serviços criados para gerar um benefício ambiental específico, para cada linha de negócio divididos por propósito	-	A-452	A-436, A-437 A-439, A-444 A-449
Auditoria				
FS9	Abrangência e frequência de auditorias para políticas socioambientais	-	A-452	A-433
Controle acionário ativo				
FS10	Porcentagem e número de empresas na carteira da instituição com a qual se tem interação em questões ambientais ou sociais	-	A-452	A-438
FS11	Porcentagem de ativos sujeitos à triagem socioambiental	-	A-452	A-64, A-339 A-449
FS12	Política(s) de voto como acionista aplicada(s) a questões socioambientais	-	A-452	A-449
Comunidades locais				
FS13	Acesso em áreas com baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas	-	A-452	A-441
FS14	Iniciativas para promover o acesso de serviços financeiros para pessoas desfavorecidas	-	A-452	A-441
Rotulagem de produtos e serviços				
FS15	Política de desenvolvimento de produtos e serviços	-	A-452	A-434
FS16	Iniciativas para promover a educação financeira para diferentes públicos beneficiários	-	A-452	A-336, A-343 A-345, A-371 A-434, A-435 A-436, A-437

Conteúdos gerais

Perfil Organizacional

Colaboradores, por nível hierárquico GRI G4-10

Nível hierárquico	2011			2012			2013 ¹
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil ²
Diretoria	159	17	176	129	6	135	90
Gerência	14.799	839	15.638	13.578	1.062	14.640	14.036
Administrativo	51.226	3.192	54.418	46.573	4.914	51.487	29.089
Produção	32.233	2.253	34.486	27.139	0	27.139	40.705
Trainees	140	0	140	94	0	94	73
Aprendizes	2.094	0	2.094	1.759	0	1.759	1.748
Estagiários	1.386	54	1.440	2.719	68	2.787	3.169
Total sem terceiros	102.037	6.355	108.392	91.991	6.050	98.041	88.910
Terceiros ³	31.709	0	31.709	38.681	0	38.681	28.943
Total com terceiros	133.746	6.355	140.101	130.672	6.050	136.722	117.853

¹ Até a data da publicação deste relatório, os dados de colaboradores das unidades externas não estavam disponíveis, de acordo com as classificações propostas para GRI, em uma base consolidada.

² Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee).

As relatorias que se mantiveram em 2013, são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private passaram a fazer parte do escopo em 2013, e Redecard, Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo.

³ Operações de call center não foram incluídas.

Colaboradores com contrato de tempo indeterminado GRI G4-10

Ano	Unidade	Gerência		Administrativo		Produção		Total		
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Total
2011	Brasil	6.447	8.352	29.602	21.624	21.103	11.130	57.152	41.106	98.258
	Exterior	236	603	1.530	1.662	1.326	927	3.092	3.192	6.284
2012	Brasil	6.214	7.364	27.062	19.511	17.971	9.168	51.247	36.043	87.290
	Exterior	376	686	2.616	2.298	-	-	2.992	2.984	5.976
2013 ¹	Brasil ²	6.943	7.093	15.718	13.371	27.070	13.635	49.731	34.099	83.830

¹ Até a data da publicação deste relatório, os dados de colaboradores das unidades externas não estavam disponíveis, de acordo com as classificações propostas para GRI, em uma base consolidada.
² Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). As relatorias que se mantiveram em 2013, são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private passaram a fazer parte do escopo em 2013, e Redecard, Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo.

Colaboradores com demais tipos de contrato GRI G4-10

Ano	Unidade	Diretoria		Trainees		Aprendizes		Estagiários		Outros	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2011	Brasil	12	147	45	95	1.483	611	720	666	1.527	3.740
	Exterior	1	13	0	0	0	0	37	17	7	3
2012	Brasil	19	110	29	65	1.255	504	1.604	1.115	0	0
	Exterior	2	4	0	0	0	0	49	19	0	0
2013 ¹	Brasil ²	10	80	37	36	1.230	518	1.985	1.184	0	0

¹ Até a data da publicação deste relatório, os dados de colaboradores das unidades externas não estavam disponíveis, de acordo com as classificações propostas para GRI, em uma base consolidada.
² Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). As relatorias que se mantiveram em 2013, são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private passaram a fazer parte do escopo em 2013, e Redecard, Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo.

Colaboradores próprios e terceiros, por região GRI G4-10

Região	2011		2012		2013 ¹	
	Próprios	Terceiros	Próprios	Terceiros	Próprios	Terceiros
Sul	8.306	3.171	7.609	2.909	7.573	3.561
Sudeste	74.981	24.606	70.291	24.785	67.089	20.465
Centro-Oeste	4.081	1.204	3.613	1.267	3.515	1.339
Nordeste	5.637	2.354	4.634	3.584	4.538	2.897
Norte	1.235	374	1.181	346	1.188	681
Total	94.240	31.709	87.328	32.891	83.903	28.943

¹ Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (cargos de Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). As relatorias, que se mantiveram em 2013 são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. O Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private passaram a fazer parte do escopo em 2013 e a Redecard, Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo.

Colaboradores próprios, por região, idade e gênero GRI G4-10

Região	Mulheres								Homens							
	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Total		Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013 ¹	2012	2013 ¹	2012	2013 ¹	2012	2013 ¹
Sul	1.594	1.593	2.663	2.608	284	355	4.541	4.556	778	836	1.872	1.737	394	444	3.044	3.017
Sudeste	14.854	13.848	23.931	23.723	1.872	2.072	40.657	39.643	9.565	8.458	16.644	16.319	2.531	2.669	28.740	27.446
Centro-oeste	364	891	337	1.121	8	84	709	2.096	255	483	204	771	12	165	471	1.419
Nordeste	1.123	1.007	1.583	1.643	85	100	2.791	2.750	633	585	1.064	1.062	119	141	1.816	1.788
Norte	925	363	1.141	351	66	9	2.132	723	518	232	803	217	152	16	1.473	465
Total	18.860	17.702	29.655	29.446	2.315	2.620	50.830	49.768	11.749	10.594	20.587	20.106	3.208	3.435	35.544	34.135

¹ Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção e Trainee. As relatorias que se mantiveram em 2013, são: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaúseg Saúde, Kinea, Banco Itaucard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private passaram a fazer parte do escopo em 2013, e Redecard, Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo.

Participação em associações GRI G4-16

Atuamos em órgãos e entidades, como:

- United Nations Environment Programme – Finance Initiative (Unep-FI): Head of Latin American Task Force
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds): Conselho de Administração
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban)
- Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi)
- Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs)
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)
- Câmara Americana de Comércio (Amcham-RJ)
- Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)
- Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel)
- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec)
- Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef)
- Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)
- Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima)
- Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri)
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)
- Princípios do Equador
- Principles for Responsible Investment (PRI)

- Principles for Sustainable Insurance (PSI)
- Empresas pelo Clima: iniciativa da Fundação Getúlio Vargas (GVces)
- Programa Brasileiro do GHG Protocol
- Comitê Brasileiro do Pacto Global
- SustainAbility
- Sustainability 50
- Fundação Dom Cabral
- Estratégia Nacional de Educação Financeira
- Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)
- International Integrated Reporting Council Pilot Program
- Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade
- The Nature Conservancy – Conselho Programa Águas para São Paulo
- Associação Amigos da Praça Victor Civita

Também realizamos contribuição associativa às seguintes instituições:

- Associação Viva o Centro
- Associação Paulista Viva
- Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)
- Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil
- Câmara de Comércio Holando-Brasileira (Dutcham Brasil)
- Associação Brasileira de Ciências
- Akatu
- Child Finance
- Instituto Ethos

Entidades cobertas GRI G4-17

As entidades cobertas pelo relatório estão listadas nas nossas <https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/DCC31122013.pdf?title=Demonstra%C3%A7%C3%A3o%20do%20Per%C3%ADodo%20Findo%20em%20Dezembro/2013>.

Definição da Materialidade GRI G4-18

A definição de temas relevantes para uma instituição é crucial para nortear a tomada de decisão de gestores e investidores. Como o Itaú Unibanco possui uma heterogeneidade nos modelos de negócios, a construção da materialidade foi balizada pela noção de que os temas relevantes deveriam ser abrangentes e representativos. Partindo dessa premissa, em 2013 foi realizado um estudo de materialidade que passou por três etapas:

Identificação

Nesta etapa, levantamos informações que contemplam as visões dos *stakeholders* externos e internos através das seguintes fontes:

Stakeholders e materiais contemplados

Liderança	Principais diretrizes anunciadas pela liderança no Encontro entre Líderes de 2013.
Sustentabilidade para o Itaú Unibanco	Estratégia de sustentabilidade definida em 2011.
Investidores	Estudo de Integração de critérios ESG na gestão de recursos, que identifica principais informações consideradas por investidores.
Visão de clientes e sociedade	Principais temas apontados pela mídia ao longo de 2013 através da ferramenta IQEM (Índice de Qualidade de Exposição na Mídia).
Setor financeiro	Análise do estudo setorial financeiro da GRI (GRI-G4 – Sector Publication Financial Services), que identifica temas materiais no setor.

Priorização

Após a análise do conteúdo oriundo das fontes citadas acima, os temas identificados foram priorizados considerando os seguintes critérios: influência na avaliação e tomada de decisão de *stakeholders* e significância do impacto social, ambiental e econômico. Partindo da premissa de que os temas devem ser mais abrangentes e representativos, concluímos a priorização identificando seis temas relevantes.

Validação

Em seguida da priorização, os seis temas foram validados internamente com o grupo de trabalho interno do relato integrado (composto pelas áreas de Sustentabilidade, Finanças e Relações com Investidores). Externamente, esses temas foram avaliados por consultorias parceiras.

Temas relevantes

Relação com os clientes	Oferecer aos clientes de forma próxima e transparente os produtos e serviços mais adequados, resolver as demandas e reclamações com agilidade e melhorar continuamente nossos processos, visando uma relação perene. Qualidade no desenvolvimento e na comunicação de produtos e serviços Mecanismo de reclamação e resolução de problemas Agilidade e simplicidade
Eficiência	Buscar soluções ágeis e inteligentes para melhorar nossa eficiência, reduzindo custos e buscando maior geração de receitas. Redução de custos Aumento de receitas

Temas relevantes

Relação com colaboradores	<p>Promover um ambiente agradável, transparente, baseado no desenvolvimento e na meritocracia, gerando nos nossos colaboradores orgulho de pertencer ao Itaú Unibanco.</p> <p>Rotatividade e absenteísmo</p> <p>Terceirização</p> <p>Treinamento, desenvolvimento e educação</p> <p>Meritocracia</p> <p>Orgulho de pertencer</p>
Riscos e oportunidades socioambientais	<p>Buscar oportunidades de negócios e gerir riscos socioambientais considerando tendências de mercado, regulamentações, demandas de clientes e da sociedade.</p> <p>Risco socioambiental para o crédito</p> <p>Investimento responsável</p> <p>Seguros responsáveis</p> <p>Mudanças climáticas e ecoeficiência</p> <p>Novos negócios</p>
Educação financeira	<p>Entender as necessidades das pessoas para oferecer conhecimento e soluções financeiras adequadas, contribuindo para que indivíduos e empresas tenham uma relação saudável com o dinheiro.</p> <p>Colaboradores</p> <p>Clientes</p> <p>Sociedades</p>
Diálogo e transparência	<p>Construir relações de confiança e perenes para melhorar nossos negócios e gerar valor compartilhado.</p> <p>Relacionamento com <i>stakeholders</i> (colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, sociedade/comunidade)</p> <p>Reputação</p> <p>Posicionamento com órgãos de defesa do consumidor</p>

Neste relatório, adotamos o “modelo essencial” da GRI G4, tendo como consequência a definição desses seis temas relevantes fundamentou a escolha dos indicadores a serem reportados dentro de 24 aspectos, cujos limites estão dentro e fora da organização¹: **GRI G4-32**

Aspectos materiais GRI G4-19

Desempenho econômico
Comunicações de *marketing*
Privacidade do cliente
Rotulagem de produtos e serviços

Limites (aspecto material relevante) GRI G4-20 e G4-21

Dentro da organização: colaboradores
Fora da organização: sociedade, acionistas e clientes

Água
Efluentes e resíduos
Emissões
Geral
Materiais
Transportes

Dentro da organização: colaboradores
Fora da organização: sociedade e acionistas

Emprego
Diversidade e equidade de oportunidades
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas
Saúde e segurança no trabalho
Treinamento e educação
Combate à corrupção
Concorrência desleal

Dentro da organização: colaboradores
Fora da organização: sociedade

Aspectos materiais GRI G4-19**Limites (aspecto material relevante) GRI G4-20 e G4-21**

Não discriminação

Dentro da organização: colaboradores

Saúde e segurança do cliente

Fora da organização: clientes

Auditoria
Comunidade
Controle acionário ativo
Portfólio de produtos
Rotulagem de produtos e serviços

Fora da organização: sociedade, acionistas e clientes

¹Localização geográfica: lugares onde o Itaú Unibanco atua: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Paraguai, México, Estados Unidos (Nova York, Miami), Cuba (Cayman) Bahamas, Suíça, Portugal (Lisboa), Espanha (Madri), Alemanha (Frankfurt), França (Paris), Suíça, Luxemburgo, Japão (Tóquio), China (Xangai e Hong Kong), Emirados Árabes (Dubai).

Engajamento de stakeholders

Com base nas diretrizes da norma AA1000, realizamos um processo de mapeamento, classificação e priorização dos *stakeholders*, definindo o nível de engajamento almejado para cada um, entre eles: colaboradores, clientes, acionistas, sociedade e fornecedores. **GRI G4-24 e G4-25**

Esse processo de análise leva em consideração a relevância do público envolvido e do impacto social, ambiental e econômico das nossas atividades, principalmente de cada tema material: relação com os clientes; eficiência; relação com colaboradores; riscos e oportunidades socioambientais; educação financeira; e diálogo e transparência. **GRI G4-25**

A frequência dos diálogos com *stakeholders* alterna de acordo com o impacto do tema e o envolvimento do público. As principais formas de engajamento são: *workshops*, materiais informativos, palestras, pesquisas, painéis *multistakeholder*, fóruns para grupos específicos, diálogos, canais em mídias sociais, negociações, grupos de discussão, parcerias, processos colaborativos, entre outras. Ao longo do relatório, há outros exemplos de iniciativas. **GRI G4-26**

Iniciativas em andamento: **GRI G4-26**

Colaboradores

- Pesquisa de clima organizacional
- Ombudsman
- Portas abertas
- Iniciativas de gestão de ideias

Clientes

- Fórum de clientes
- Ouvidoria
- Relacionamento com órgãos de defesa do consumidor
- Pesquisas e *focus groups*

Governo

- Agenda positiva com o poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário)

Acionistas e investidores

- Apimecs e *roadshows*
- Site e mídias sociais de relações com investidores
- Divulgação de resultados
- Assembleia geral

Sociedade

- Mídias sociais (Facebook, Twitter, YouTube e Instagram)
- Realização de painéis e grupos de trabalho com especialistas
- Programa de Gestão de Crises e Reputação

Buscamos endereçar e realizar devolutivas sobre os levantamentos realizados por nossos *stakeholders*. Por meio da nossa publicação anual, realizamos essa prestação de contas, considerando nossos temas materiais e nossa estratégia de sustentabilidade, de forma transparente e sem privilegiar um público específico. **GRI G4-27**

Após um processo de engajamento interno e externo, realizado em 2011, os *stakeholders* levantaram temas e preocupações. Correlacionando essas questões com a atuação do banco, e definimos três focos de atuação: educação financeira, diálogo e transparência e riscos e oportunidades socioambientais. **GRI G4-27**

Realizaremos encontros de engajamento para cada foco determinado. Em 2013, educação financeira foi o tema escolhido para compartilhar nosso posicionamento, desenvolver iniciativas e aprimorar nossa estratégia. **GRI G4-27**

Nas discussões, assuntos como produção de conteúdos isentos, abordagem assertiva e transparência foram levantados. Nos encontros, colaboradores discutiram sobre seus papéis e o dos clientes na avaliação de atributos de educação financeira e levantaram obstáculos e oportunidades de avanço. Também levantaram *inputs* sobre como processos internos podem contribuir para a evolução do tema. Especialistas discutiram, ainda, sobre o papel do banco na sociedade e definiram objetivos e iniciativas de curto, médio e longo prazo. Com esses insumos, estamos revendo nossas iniciativas e temos o compromisso de retomar o engajamento dos *stakeholders* em 2014. **GRI G4-27**

Ética e integridade

O Nosso Jeito de Fazer é a expressão da nossa cultura, um conjunto de dez atitudes que direcionam nossos negócios e consolidam nossa visão:

- Todos pelo Cliente
- Paixão pela *Performance*
- Liderança Ética e Responsável
- Craques que jogam para o Time
- Foco na Inovação e Inovação com Foco
- Processos servindo Pessoas
- Ágil e Descomplicado
- Carteirada não vale
- Brilho nos Olhos
- Sonho Grande

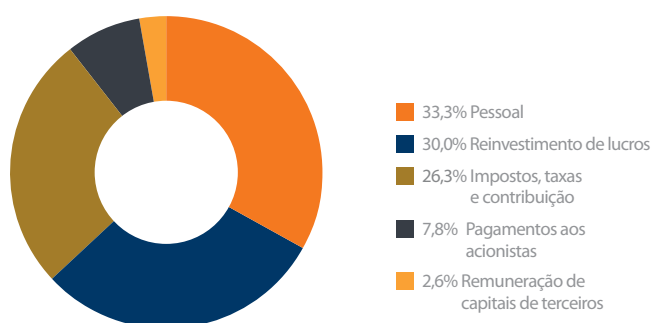
O Código de Ética Itaú Unibanco é dividido em quatro princípios que detalham a postura da organização nos negócios e nos relacionamentos:

- Princípio da Identidade
- Princípio da Boa-fé
- Princípio da Interdependência
- Princípio da Excelência

Categoria Econômica

Valor econômico direto gerado e distribuído GRI G4-EC1

Valor distribuído em 2013 – R\$ 41,9 bilhões



Mudanças climáticas

Na visão do Itaú Unibanco, as mudanças climáticas representam um dos principais desafios do presente e do futuro. Por isso, buscamos incorporar suas variáveis nos negócios, gerenciando riscos e desenvolvendo soluções que respondam adequadamente à busca pela redução das emissões dos gases de efeito estufa e à adaptação às mudanças climáticas. **GRI Forma de gestão Desempenho econômico**

O tema é gerido pelas áreas de Sustentabilidade, Negócio e Relações Governamentais, que realizam o monitoramento de legislações. A Política de Sustentabilidade fornece as diretrizes sobre o tema. **GRI Forma de gestão Desempenho econômico**

Além de utilizar critérios de análise de impacto ambiental na concessão de crédito, de seguros e de investimentos, o Itaú adota práticas para mitigar os impactos diretos de suas operações. O desafio é aperfeiçoar o entendimento dos riscos e das oportunidades no médio e longo prazo e incluir externalidades socioambientais nas operações. A identificação desses riscos e oportunidades passa por diversas temáticas, como a escassez de recursos naturais, as mudanças do clima, o pagamento por serviços ambientais e biodiversidade. É uma agenda em construção e que está sendo incorporada na gestão do banco, por meio do desenvolvimento e da implementação de políticas, processos e ferramentas. **GRI Forma de gestão Desempenho econômico**

Incorporamos as diretrizes de mudanças climáticas em nosso mapa de sustentabilidade, um direcionador estratégico que orienta diversas áreas de negócio a incorporar questões de sustentabilidade em suas tomadas de decisão.

O mapa foi definido a partir da nossa Visão, do Nosso Jeito de Fazer, das nossas políticas corporativas e dos compromissos voluntários de que somos signatários. O objetivo é direcionar a nossa gestão de sustentabilidade, o diálogo com nossos *stakeholders* e analisar as tendências e demandas da sociedade. Para saber mais sobre as nossas iniciativas de mudanças climáticas, acesse o *site* do Itaú (*link*), na seção iniciativas, meio ambiente. **GRI Forma de gestão Desempenho econômico**

Como gestora dos recursos de seus clientes, a Itaú Asset Management tem a responsabilidade de buscar um entendimento abrangente das oportunidades e dos riscos envolvidos em suas decisões de investimentos e cumprir o dever fiduciário de proporcionar aos clientes um retorno mais ajustado ao risco de seus investimentos. Avalia questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, em inglês) no processo de seleção de ativos e comportamento como acionista, por meio de uma metodologia de análise própria com o objetivo precificar o impacto dessas questões nos modelos tradicionais de valuation. **GRI G4-EC2**

Por ser signatária investidora do Carbon Disclosure Project (CDP), a Itaú Asset Management utiliza as informações disponibilizadas pelas empresas respondentes como uma fonte de informação adicional sobre o tema. **GRI G4-EC2**

Em 2013, após as áreas de produtos, jurídica e de Risco Socioambiental passarem por uma capacitação interna sobre o mercado de crédito de carbono, o Itaú BBA formulou e aprovou um novo produto financeiro que consiste no adiantamento de recebíveis do contrato de compra e venda de créditos de carbono. Esse produto tem como objetivo incentivar a geração e venda de créditos de carbono no mercado regulado, uma vez que possibilita ao gerador receber o dinheiro do contrato previamente e usá-lo como investimento em novos projetos geradores do seu portfólio. **GRI G4-EC2**

Na concessão de financiamento na modalidade *Project Finance*, o Itaú BBA avalia por meio da ferramenta de categorização socioambiental o nível de preparação e a capacidade do cliente em responder aos efeitos das mudanças climáticas. Além disso, desde 2012 monitoramos a quantidade de emissões de gases de efeito estufa financiadas por nós por meio dessa modalidade. E, com o lançamento dos Princípios do Equador III, a divulgação das emissões anuais de gases de efeito estufa de projetos que emitem acima de 100 mil toneladas de CO₂/ano passa a integrar as negociações com os clientes, a partir de janeiro de 2014. **GRI G4-EC2**

Também mantivemos nossa forte atuação como viabilizadores de projetos com baixa geração de emissões. Em 2013, o banco teve uma participação de R\$ 400 milhões na concessão de crédito para projetos de geração de energia eólica e assessorou mais de R\$ 2,2 bilhões em investimentos nesse setor e em energia solar. **GRI G4-EC2**

As questões climáticas também são uma variável na indústria de seguros. Interna e com a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), iniciamos o mapeamento dos principais riscos climáticos aos nossos negócios, sustentado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos, instituída pela Defesa Civil do Brasil. Fazem parte: **GRI G4-EC2**

- Desastres naturais de causas eólicas – vendavais e tempestades;
- Desastres naturais relacionados com temperaturas extremas – granizos e geadas;
- Desastres naturais relacionados a inundações bruscas em áreas urbanas e inundações litorâneas;
- Desastres naturais relacionados com a geomorfologia, o intemperismo, a erosão e a acomodação do solo, como escorregamentos ou deslizamentos.

Esses eventos, além de se materializarem em prejuízos financeiros significativos, causam potenciais tragédias sociais, ambientais e econômicas. As apólices de seguro, se contratadas adequadamente, são capazes de remediar o agravamento de situações críticas por meio do pagamento de indenizações aos afetados. **GRI G4-EC2**

Mediante o conhecimento adquirido no tema, é possível desenvolver novos produtos, tecnologias e serviços que minimizem riscos socioambientais e econômicos e orientem os clientes sobre esses aspectos. Créditos de carbono, energias renováveis, estratégias de concessão florestal via manejo sustentável, vulnerabilidade climática de culturas agrícolas e planejamento urbano são oportunidades para a atuação da Itaú Seguros. **GRI G4-EC2**

Em 2013, 338 colaboradores de diversas áreas, principalmente de operações de Grandes Riscos, passaram por treinamentos relacionados à Política de Risco Socioambiental e aos Princípios de Sustentabilidade em Seguros. Além disso, foram realizadas seis palestras com especialistas para o público interno, com média de 60 participantes cada. Foram abordados temas como Trabalho Degradante; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Aspectos Socioambientais em Grandes Projetos de Infraestrutura; Mudanças Climáticas e a Indústria de Seguros; Questões Polêmicas Envolvendo Amianto/Asbesto; e Sustentabilidade Aplicada em Seguros. **GRI G4-EC2**

No final do ano de 2013, iniciou-se um trabalho de avaliação da aderência de produtos aos Princípios de Sustentabilidade para Seguros (PSI) e questões ambientais, sociais e governança (ASG), tendo como piloto o Seguro de Petróleo. **GRI G4-EC2**

Categoria Ambiental

A Política de Sustentabilidade traz diretrizes sobre a mitigação de impactos diretos do banco, incluindo o consumo de energia, de materiais e de água e as emissões. Esses temas são geridos pelas áreas de Administração Predial, Agências, Tecnologia da Informação, Sustentabilidade e Compras – no caso específico de materiais. Realizamos a gestão do consumo de energia e dos gastos ambientais do conglomerado anualmente. As áreas responsáveis monitoram os dados periodicamente. **GRI Forma de gestão Materiais, Energia, Água, Emissões, Efluentes e resíduos, Transporte e Geral**

Materiais

Monitoramos anualmente o consumo de papel e, para diminuirmos o uso desse material, desenvolvemos iniciativas que inibem o consumo, como a impressão de propostas de abertura de contas. **Forma de gestão Materiais**

A produção dos talões, antes parcialmente terceirizada, passou a ser 100% realizada fora do banco em 2013.

Peso de materiais, por tonelada

Materiais (t) GRI G4-EN1	2011	2012	2013
Cheques ¹	764,00	723,54	616,00
Correspondências ²	4.513,00	3.325,00 ³	2.826,00
Resmas A4 – Agências ⁴	4.111,00	2.165,00	2.066,00
Outros tipos de Papel	2.264,00	4.448,00	7.414,34
Total de Papel	11.652,00	10.661,00	12.922,34
Material de TI	235,75	189,11	407,22
Plástico (PVC) ⁵	254,00	186,00	135,3
Total	12.142,00	11.036,11	13.464,86

^{1,2} Foi contabilizado apenas o consumo da Gerência de Impressão. Para 2014 a previsão é de retorno aos volumes praticados antes de 2013. O consumo foi calculado a partir do peso da folha x (média mensal de folhas consumidas x 12 (ano)).

³ Dado corrigido em 2013. [GRI G4-22](#)

⁴ Peso calculado a partir do peso de cada unidade. Foram contabilizados todos os cartões emitidos no Brasil.

⁵ Foram contabilizados 4.767 pontos de agências/PABs. O peso do papel foi calculado a partir do peso de cada caixa (2,34) x quantidade de uso/1.000.

Energia

Nossas iniciativas de aprimoramento são baseadas em quatro pilares: custos de implantação, disponibilidade no mercado, *performance* técnica do sistema e ganhos de ecoeficiência. [GRI Forma de gestão Energia](#)

Em 2013, o Plano de Modernização dos *data centers* teve continuidade e 712 m² foram modernizados, o que gerou uma redução de aproximadamente 43% no consumo de energia em relação ao ambiente legado, considerando ações de *facilities* e em TI. [GRI G4-EN6](#)

A área de Tecnologia do banco manteve os seguintes projetos: [GRI G4-EN6](#)

- Modernização dos *data centers*;
- Implantação de sistema de gerenciamento de energia em *desktops* e *notebooks*;
- Virtualização e consolidação de servidores;
- Incentivo ao uso de salas para videoconferência;
- Ampliação do número de *desktops* virtuais (VDI);
- Desenvolvimento de processos que proporcionem ganhos de eficiência, como captura e transmissão de imagem de cheques e documentos digitais.

Para saber mais sobre nossas iniciativas para diminuir o consumo de energia e água e nossos gastos ambientais, assista ao nosso vídeo de ecoeficiência. [GRI Forma de gestão Energia, Água e Geral](#)

Somos signatários do Carbon Disclosure Project (CDP) e, anualmente, divulgamos o desempenho sobre a gestão de nossas emissões de gases de efeito estufa por meio do inventário de gases de efeito estufa, elaborado conforme a metodologia do GHG Protocol. Atuando na mitigação das emissões, estimulamos o uso das salas de telepresença, reduzimos o uso de táxis, trabalhamos em projetos de eficiência energética, entre outras iniciativas. **GRI Forma de gestão Emissões**

Em 2013, as emissões somadas dos escopos 1 e 2 aumentaram 37,79%. Isso se deve ao acréscimo das emissões da Rede no escopo 1, assim como a nova forma de coleta de informações de nossos geradores. Já no escopo 2, as emissões subiram devido à elevação do fator de emissão do Grid Nacional (47%) e dos países da América Latina nos quais operamos, como no Uruguai, onde o fator foi elevado em 146%. Em contrapartida, as emissões do escopo 3 subiram em, aproximadamente, 10%.

Emissões de gases de efeito estufa – tCO₂e

Escopo	2011	2012	2013
Escopo 1 (emissões diretas) G4-EN15	5.915,60	8.856,80	9.994,65
Escopo 2 (emissões indiretas) G4-EN16	24.729,80	48.890,50	69.577,36
Total de emissões de GEE diretas e indiretas (com base em fatores <i>default</i>)	30.645,40	57.747,30	79.572,01
Escopo 3 (outras emissões indiretas) G4-EN17	178.653,90	180.723,60	198.869,65
Total	209.299,30	238.470,90	278.441,66

Resíduos

Esse ano, o foco da Administração Central foi aperfeiçoar o processo de captura dos dados, expandindo os controles dos resíduos gerados pelos prédios administrativos. Em comparação com 2012, reduzimos a geração de resíduos que foram enviados para aterro em aproximadamente 9%.

A cobertura dos dados dos prédios da Administração Central abrange aproximadamente 89% da população. Os prédios mais representativos possuem sistema de coleta seletiva. A geração dos outros 11% foi estimada com base no número de pessoas e na vocação de cada prédio (*back office*, *call center*, negócios, *private* e sistemas). **GRI Forma de gestão Efluentes e resíduos**

Em 2013, o Itaú Unibanco manteve a gestão sobre o descarte de lixo eletrônico para toda a Administração Central, Rede de Agências e Estoque.

No mesmo ano, com a entrada em vigor dos Princípios de Sustentabilidade em Seguros (PSI), a Garantec buscou aderir a esses princípios, principalmente no que diz respeito aos resíduos gerados por equipamentos ou peças substitutas. **GRI Forma de gestão Efluentes e resíduos**

Novos prestadores logísticos também passaram a coletar um maior volume de salvados após a indenização por perda total, evitando seu descarte incorreto. **GRI Forma de gestão Efluentes e resíduos**

Peso total de resíduos – toneladas GRI G4-EN23

Tipos de resíduos	2011	2012	2013
Resíduos não perigosos	12.396,89	13.156,60	11.081,27
	2.487,75	146,41	6.794,7
Resíduos perigosos	70.968 unidades de lâmpadas 4.901 cartuchos	43.466 unidades de lâmpadas	35.561 unidades de lâmpadas
Resíduos não especificados	6,7	-	-

Resíduos por destinação – toneladas GRI G4-EN23

Destino	2011	2012	2013
Resíduos não perigosos	12.396,89	13.156,60	11.018,27
Compostagem	351,44	554,251	431,76
Reciclagem	10.282,09	9.558,54	7.809,88 ¹
Aterro Sanitário	1.549,06	3.043,81	2.776,63 ²
Aterro Industrial	214,30	-	-
Resíduos perigosos	2.487,75	146,41	6.433,90
Reciclagem	70.968 unidades de lâmpadas 4.901 cartuchos 2.484,45	43.466 unidades de lâmpadas 145,47	6.432,093 35.561 unidades de lâmpadas
Aterro sanitário	-	-	2.776,634
Desativação eletrotérmica	0,7	0,94	-
Aterro industrial	2,6	-	-
Resíduos não especificados	6,7	-	-
Destinação não especificada	6,7	-	-

¹ Resíduos não perigosos destinados à reciclagem: aparas de papel, plástico, papel, metais, vidro, madeira e resíduos de obras.

² Resíduos não perigosos destinados ao aterro sanitário: orgânico e de obras

³ Resíduos perigosos destinados à reciclagem: aproximadamente 96 % do lixo eletrônico gerado e 97% das pilhas e baterias. Também estão computados componentes trocados após consertos, como tubos de TV, monitores, fios metálicos, peças plásticas, placas eletrônicas e cabos e motores elétricos, baterias de *no-break*.

⁴ Resíduos perigosos destinados ao aterro industrial: aproximadamente 4% do lixo eletrônico gerado e 3% das pilhas e baterias.

Investimentos e gastos ambientais

Em 2013, investimos R\$ 82.897.679,2 milhões em proteção ambiental, dos quais R\$ 30.011.023,86 milhões foram destinados à disposição de resíduos e à mitigação de emissões e R\$ 52.886.655,36 milhões foram gastos com prevenção e gestão ambiental. No mesmo ano, firmamos um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – Fusp e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb, com o objetivo de estabelecer medidas de compensação ambientais, gerenciar área contaminada e recompor vegetação de uma área de preservação permanente (APP), relacionada ao Centro Administrativo Raposo. Comprometemo-nos a pagar R\$ 1 milhão, que será revertido para projeto ambiental de iniciativa da Fusp. Para gerenciar a área contaminada e recompor a vegetação, investimos, até o momento, R\$ 856.188,38. **GRI Forma de gestão Geral**

Investimentos em Disposição de Resíduos, Tratamento de Emissões, Prevenção e Gestão Ambiental (R\$) **GRI G4-EN31**

	2011	2012	2013
Disposição de Resíduos e Tratamento de Emissões			
Tratamento e disposição de resíduos	344.301,55	1.555.936,70	1.639.867,6 ¹
Tratamento de emissões	6.032.093,00	10.737.175,86	28.369.571,25
Despesas com compra e uso de certificados de emissão ²	-	20.790,00	1.585,00 ³
Subtotal	6.376.394,55	12.313.902,56	30.011.023,86
Prevenção e Gestão Ambiental			
Serviços externos de gestão ambiental	208.596,48	-	16.913,70
Certificação externa de sistemas de gestão	25.150,00	7.260,16	8.500,05 ⁴
Pessoal para atividades gerais de gestão ambiental	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas ⁵	756.747,80	286.338.666,97	52.608.882,56 ⁶
Outros custos de gestão ambiental	-	1.097.629,69	232.359,05 ⁷
Subtotal	1.010.494,28	287.463.556,82	52.886.655,36
Total	7.386.888,83	299.777.459,38	82.897.679,21

¹ O valor apresentado inclui investimentos em gestão de resíduos.

² Despesas com compra e uso de certificados de emissão: redução gerada pela não realização do evento de premiação do Programa de Finanças Sustentáveis em 2013.

³ Custo total para a obtenção do selo *Carbon Free*, referente ao projeto Ciclo Apimec Itaú Unibanco 2013 (São Paulo).

⁴ Recertificação ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé.

⁵ Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas.

⁶ Gastos referem-se à certificação LEED das novas construções (*data center* e Prédio CAT 2) e a projetos de eficiência energética e de consumo de água.

⁷ Campanha de Comunicação ISO 14001 e laudos operacionais relativos à certificação.

Categoria Social

Colaboradores

Em 2013, o maior número de desligamentos ocorreu na faixa etária entre 30 e 50 anos, e as contratações ocorreram em maior quantidade na faixa etária abaixo de 30 anos.

Desligamentos^{1,2,3} GRI G4-LA1

Região	Mulheres						Homens							
	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Sul	248	121	285	179	97	40	115	53	248	143	105	55	1.098	591
Sudeste	1.964	999	2.537	1.723	533	346	1.138	666	1.825	1.277	521	394	8.519	5.405
Centro-Oeste	163	59	147	88	20	12	91	30	129	63	25	19	575	271
Nordeste	470	72	311	102	23	15	178	45	171	71	31	11	1.184	316
Norte	49	17	36	35	0	3	50	24	33	19	5	0	173	98
Total	2.894	1.268	3.316	2.127	674	416	1.572	818	2.406	1.573	687	479	11.549	6.681

¹ Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee): Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private e Itaú Financeira passaram a fazer parte do escopo em 2013. Já Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo. **GRI G4-22 e G4-23**

² Englobam desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento.

³ Os 83.903 funcionários englobam apenas – gerência, administrativo, produção e trainees.

Taxa de rotatividade (%)^{1,2,3} GRI G4-LA1

Região	Mulheres						Homens					
	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Sul	15,56	7,60	10,70	6,86	34,15	11,27	14,78	6,34	13,25	8,23	26,65	12,39
Sudeste	13,22	7,21	10,60	7,26	28,47	16,70	11,90	7,87	10,96	7,83	20,58	14,76
Centro-Oeste	17,62	6,62	12,88	7,85	30,30	14,29	17,57	6,21	16,06	8,17	16,45	11,52
Nordeste	41,85	7,15	19,65	6,21	27,06	15,00	28,12	7,69	16,07	6,69	26,05	7,80
Norte	13,46	4,68	10,68	9,97	0,00	33,33	19,61	10,34	16,18	8,76	41,67	0,00
Total	15,34	7,16	11,18	7,22	29,07	15,88	13,38	7,72	11,69	7,82	21,42	13,94

¹ Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee): Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private e Itaú Financeira passaram a fazer parte do escopo em 2013. Já Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo. **GRI G4-22 e G4-23**

² Englobam desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento.

³ O cálculo foi realizado com base no total de desligamentos pelo total de funcionários sob a administração da área de Pessoas no fim de 2013, que corresponde a 83.903 colaboradores das áreas de Gerência, Administrativo, Produção e Trainees.

Contratações¹ GRI G4-LA1

Região	Mulheres						Homens							
	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Sul	309	410	309	64	0	0	187	271	40	50	0	0	583	795
Sudeste	3.171	2.663	631	418	6	2	2.239	1.507	552	313	2	4	6.601	4.907
Centro-Oeste	124	160	15	26	0	0	73	104	22	23	0	1	234	314
Nordeste	135	149	26	25	0	0	79	103	18	25	0	0	258	302
Norte	75	79	3	3	0	0	60	43	8	5	0	0	146	130
Total	3.814	3.461	722	536	6	2	2.638	2.028	640	416	2	5	7.822	6.448

¹ Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção e Trainee: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private e Itaú Financeira passaram a fazer parte do escopo em 2013. Já Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo. **GRI G4-22 e G4-23**

Taxa de novas contratações (%)¹ GRI G4-LA1

Região	Mulheres						Homens					
	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos	
	2012 ²	2013	2012 ²	2013	2012 ²	2013	2012 ²	2013	2012 ²	2013	2012 ²	2013
Sul	19,39	25,74	1,76	2,45	0,00	0,00	24,04	32,42	2,14	2,88	0,00	0,00
Sudeste	21,35	19,23	2,64	1,76	0,32	0,10	23,41	17,82	3,32	1,92	0,08	0,15
Centro-Oeste	13,41	17,96	1,31	2,32	0,00	0,00	14,09	21,53	2,74	2,98	0,00	0,61
Nordeste	12,02	14,80	1,64	1,52	0,00	0,00	12,48	17,61	1,69	2,35	0,00	0,00
Norte	20,60	21,76	0,89	0,85	0,00	0,00	23,53	18,53	3,92	2,30	0,00	-
Total	20,22	19,55	2,43	1,82	0,26	0,08	22,45	19,14	12,19	2,07	0,06	0,15

¹ Consideramos informações apenas das empresas Itaú Unibanco sob a administração da área de Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção e Trainee: Itaú Unibanco, Hipercard, Itaú UBB Hold, Megabônus, Microinvest, Provar Negócios, LuizaCred, Financeira Itaú, Finaustria Part, Fina Prom Servs, Fic Promotora, Itaú Seguros, Itaú Saúde, Kinea, Banco Itaúcard, Icarros Ltda., Pró-imóvel, Marcep, Itauprev e Trishop. Banco Itaú BMG, Itaú Soluções, Kinea Private e Itaú Financeira passaram a fazer parte do escopo em 2013. Já Itauleasing, Dibens Leasing, Banco Fiat S.A., Itaú Servs, Fai-Financeira saíram do escopo. **GRI G4-22 e G4-23**

² Reformulamos a tabela de taxa de novas contratações apresentada no Relatório Anual de 2012, considerando a seguinte fórmula para o cálculo da taxa: número total de novas contratações de funcionários por região e faixa etária/número total de funcionários por região e faixa etária. **GRI G4-22**

Saúde e segurança dos colaboradores

Sob responsabilidade da Superintendência de Operações Área Pessoas (departamento de Medicina e Segurança do Trabalho), gerimos orientações institucionais sobre assuntos de segurança e medicina no trabalho. Em 2013, podemos destacar as circulares: **GRI Forma de gestão Saúde e segurança no trabalho**

- RP-11 – Licenças
- RP-16 – Atendimento a Fiscalização Trabalhista
- RP-22 – Reabilitação Profissional
- RP-30 – Ambiente livre do Tabaco
- RP-31 – Programa de Ginástica Laboral
- RP- 44 – Exames Médicos Ocupacionais
- RP- 45 – Cipa e Representante de Segurança
- SA-43 – Segurança contra Incêndio

Também tratamos de temas relativos à saúde e segurança na Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2013, na Subcomissão de Segurança e Saúde do Trabalho da Febraban. Além disso, visando reduzir os incidentes no trabalho, periodicamente são realizadas campanhas de conscientização que abordam temas relacionados a saúde e segurança, como ergonomia no local do trabalho, que ocorre nos Polos Administrativos (presencial) e na rede de agências. O material fica disponível no Portal Corporativo. **GRI Forma de gestão Saúde e segurança no trabalho**

Nossos colaboradores não estão sujeitos a doenças ocupacionais específicas. Os incidentes apresentados nas tabelas abaixo se devem, principalmente, a falta de atenção e atos inseguros dos colaboradores, como, por exemplo, quedas ocorridas no trajeto entre residência e empresa e vice-versa, sendo que nesses casos a empresa não possui gestão do ato. **GRI G4-LA7**

Saúde e segurança, por gênero (%) GRI G4-LA6

Taxas		2011		2012		2013	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Taxa de Lesões (TL)	Empregados	0,95	0,64	1,28	0,93	1,29	0,84
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	0,95	0,64	1,28	0,93	1,29	0,84
Taxa de Dias Perdidos (TDP)	Empregados	279,78	362,14	458,92	280,94	480,94	303,12
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	279,78	362,14	458,92	280,94	480,94	303,12
Taxa de Doenças Ocupacionais (TDO)	Empregados	0,84	0,57	1,28	0,77	1,19	0,78
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	0,84	0,57	1,28	0,88	1,19	0,78
Taxa de Absenteísmo (TA)	Empregados	1,12	0,7	1,17	0,7	1,32 ¹	0,78 ¹
	Contratados	0	0	0	0	0	0
	Total	1,12	0,7	1,17	0,7	1,32	0,78

¹ O aumento da taxa de absenteísmo em 2013 deve-se ao menor número de dias trabalhados, denominador do cálculo.

Saúde e segurança de empregados, por região GRI G4-LA6

	Taxa de Lesões (TL)		Taxa de Dias Perdidos (TDP)		Taxa de Doenças Ocupacionais (TDO)		Taxa de Absenteísmo (TA)	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Sul	1,63	1,69	752,60	930,76	1,63	1,55	0,0065	0,79
Sudeste	1,02	0,95	317,63	303,87	1,03	0,87	1,01	1,13
Centro-Oeste	0,58	0,68	321,45	439,31	0,56	0,68	0,9	1,13
Nordeste	2,55	2,89	874,34	1.118,85	2,55	2,83	1,02	1,21
Norte	0,64	0,67	273,16	313,73	0,64	0,67	0,0065	0,88

Número absoluto de óbitos GRI G4-LA6

Categoria	2011 ¹		2012		2013 ¹	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Empregados	2	1	0	0	0	1
Contratados	0	0	0	0	0	0
Total	2	1	0	0	0	1

¹ Mortes ocasionadas em acidentes de trajeto entre residência e empresa.

Treinamentos

No Portal Corporativo são encontradas as políticas sobre treinamento, educação e desenvolvimento, geridas pela Diretoria de Gestão Corporativa de Pessoas. A Política de Educação Corporativa (RP-2) fornece diretrizes sobre planejamento e ações de educação corporativa, que visam aprimorar lideranças e suas equipes, incentivando formação acadêmica, participação em cursos externos e programas de educação a distância. Em 2013, foram realizados mais de 600 cursos presenciais, nos quais gestores foram treinados em ações específicas para a capacitação da liderança e colaboradores foram treinados em programas corporativos e nas frentes de Negócio. **GRI Forma de gestão Treinamento e educação**

Ainda em 2013, R\$ 116 milhões foram investidos em treinamentos, sendo que focamos, além das áreas técnicas, no desenvolvimento da liderança, por meio do Ciclo de Gestão de Pessoas, e nos programas de talentos. Além disso, investimos na modernização dos Centros de Treinamento e em novas soluções de treinamento a distância. **GRI Forma de gestão Treinamento e educação**

A Escola Itaú de Negócios tem como prática cursos com foco em eficiência e aplicabilidade. Para melhor gestão dos treinamentos, possuímos dois tipos de indicadores: de processo (orçamento, volumetria e eficiência) e de qualidade (avaliação de reação, de aprendizagem e aplicabilidade). **GRI Forma de gestão Treinamento e educação**

Horas de treinamento, por nível funcional e gênero^{1,2} GRI G4-LA9

	Horas de treinamento						Média de horas de treinamento por colaborador					
	Mulheres		Homens		Total		Mulheres		Homens		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Gerência	161.274	168.974	203.450	164.935	364.724	333.909	25	24	25	23	25	24
Administrativo	781.598	389.072	616.413	286.439	1.398.011	675.511	27	25	29	21	28	23
Produção	255.095	553.915	138.408	252.290	393.503	806.205	14	20	15	19	15	20
Trainees	3.684	10.528	994	9.326	4.679	19.854	132	285	17	259	54	272
Estagiários	49.595	66.448	35.349	39.615	84.944	106.063	30	33	31	33	31	33
Total	1.251.245	1.188.937	994.615	752.604	2.245.860	1.941.541	23	22	25	21	24	22

¹ Em 2013, assim como nos anos anteriores, não foram contabilizadas as empresas cuja gestão de colaboradores não é realizada pela área de Pessoas, sendo elas: Itaú BBA, Itaú Corretora, Redecard, Previtec e SFR.

² O cálculo foi realizado com base no total de funcionários, incluindo diretoria, gerência, administrativo, produção, trainees, estagiários e aprendizes.

Diversidade **GRI Forma de gestão Diversidade**

O tema diversidade é reconhecido e valorizado em nossa Cultura. É considerado no nosso quadro de colaboradores, gerido pela Área de Pessoas e direcionado pela Política Interna de Valorização de Diversidade. A política é norteada por três princípios básicos: justa competitividade diante das diferenças; heterogeneidade dentro da organização (gênero, pessoas com deficiência, diversidade sexual); e implantação de políticas e projetos de valorização e promoção da diversidade.

Possuímos também diretrizes específicas, como a Política de Inclusão de Pessoa com Deficiência e o Programa Aprendiz, e estamos desenvolvendo uma Política de Direitos Humanos. Além disso, nossas iniciativas são alinhadas com compromissos voluntários, como o Pacto Global e a Carta dos Direitos Humanos do Instituto Ethos.

Por meio da pesquisa de clima, Fale Francamente, concluímos em 2013 que 94% dos respondentes (90% dos colaboradores) consideram que “as pessoas nesta empresa são respeitadas independentemente de cor, raça, idade, orientação sexual, sexo ou de serem portadoras de necessidades especiais”.

Para o Programa Aprendiz, desenvolvemos o Guia para Liderança, visando engajar tutores em seu papel no processo de inclusão e no desenvolvimento desse aprendiz no trabalho. Realizamos Grupos de Discussão com tutores sobre desenvolvimento e carreira dos aprendizes e fechamos parcerias com instituições (Itaú Social, Instituto Unibanco e ONG Bovespa) para divulgação e recrutamento.

Para apoiar o programa de Pessoas com Deficiência, promovemos *workshops* de sensibilização com gestores, elaboramos o Guia de Inclusão e realizamos campanhas internas e palestras. Implementamos, ainda, um canal de atendimento eletrônico ao colaborador com deficiência auditiva e, para o colaborador com deficiência visual, proporcionamos acessibilidade a treinamentos a distância e áudios descritos de vídeos corporativos.

Há mais de 30 anos, temos o Programa de Trainee Itaú Unibanco, que desenvolve o alto potencial desses jovens. Nossos talentos passam por diversas áreas do banco, por um programa de *mentoring* e por treinamentos em parceria com as melhores universidades de negócio do Brasil. **GRI Forma de gestão Emprego**

Em 2013, trabalhamos temas relacionados a diversidade de gênero, faixa etária e outras minorias na integração de novos colaboradores, inclusive com nossos fornecedores.

Para 2014, temos objetivos como:

- consolidar treinamentos sobre Diversidade para liderança;
- inserir o tema em palestras corporativas;
- aplicar o 2º Censo da Diversidade em parceria com Febraban;
- revisar a intranet para inserir temas como diversidade sexual e mulheres;
- treinar gestores e equipe quando recebem um novo colaborador com deficiência;
- inserir treinamento para fornecedores de Atração e Seleção sobre temática de Inclusão Racial, em parceria com a Febraban;
- elevar o aproveitamento dos aprendizes que terminam o contrato de aprendizagem;
- promover grupos de discussão sobre desenvolvimento de carreira com os jovens pertencentes ao Programa Aprendiz.

Colaboradores, por nível funcional GRI G4-LA12

Nível funcional	2011	%	2012	%	2013	%
Diretoria	176	0	107	0	90	0
Gerência	15.638	14	13.490	15	14.036	16
Administrativo	54.418	50	45.889	50	29.089	33
Produção	34.486	32	26.995	30	40.705	46
Trainees	140	0	87	0	73	0
Aprendizes	2.094	2	1.752	2	1.748	2
Estagiários	1.440	1	2.717	3	3.169	4
Total	108.392	100	91.037	100	88.910	100

¹ Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Banco Itaucard, Banco Itaú BMG, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Soluções, Itaú UBB Hold, Itaú Unibanco, Itauprev, Itauseg Saúde, Kinea, Kinea Private, Luizacred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios, Trishop.

Colaboradores, por gênero GRI G4-LA12

Gênero	2011	%	2012	%	2013	%
Feminino	62.544	58	50.830	59	52.993	59,60
Masculino	45.848	42	35.544	41	35.917	40,40
Total	108.392	100	86.347	100	88.910	100,0

Colaboradores, por gênero – 2011 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	15	9	161	91	176	100
Gerência	6.683	43	8.955	57	15.638	100
Administrativo	31.132	57	23.286	43	54.418	100
Produção	22.429	65	12.057	35	34.486	100
Trainees	45	32	95	68	140	100
Aprendizes	1.483	71	611	29	2.094	100
Estagiários	757	53	683	47	1.440	100
Total	62.544	58	45.848	42	108.392	100

Colaboradores, por gênero – 2012 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	13	12	94	88	107	100
Gerência	6.178	46	7.312	54	13.490	100
Administrativo	26.739	58	19.150	42	45.889	100
Produção	17.913	66	9.082	34	26.995	100
Trainees	28	32	59	68	87	100
Aprendizes	1.252	71	500	29	1.752	100
Estagiários	1.603	59	1.114	41	2.717	100
Total	53.727	59	37.311	41	91.037	100

Colaboradores¹, por gênero – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	10	0	80	0,2	90	0
Gerência	6.943	13	7.093	20	14.036	16
Administrativo	15.718	30	13.371	37	29.089	33
Produção	27.070	51	13.635	38	40.705	46
Trainees	37	0	36	0	73	0
Aprendizes	1.230	2	518	1	1.748	2
Estagiários	1.985	4	1.184	3	3.169	4
Total	52.993	100	35.917	100	88.910	100

¹ Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Banco Itaucard, Banco Itaú BMG, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Soluções, Itaú UBB Hold, Itaú Unibanco, Itauprev, Itaúseg Saúde, Kinea, Kinea Private, Luizacred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios, Trishop.

Colaboradores, por faixa etária GRI G4-LA12

Faixa etária	2011	%	2012	%	2013 ¹	%
Abaixo de 30 anos	42.751	40	30.609	39	33.211	37
Entre 30 e 50 anos	57.834	53	50.242	55	49.616	56
Acima de 50 anos	7.807	7	5.523	6	6.083	7
Total	108.392	100	86.374	100	88.910	100

¹ Inclui empresas administradas pela Área Pessoas, cargos de Gerência, Administrativo, Produção, Diretoria, Trainee, Aprendiz e Estagiário: Banco Itaucard, Banco Itaú BMG, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Soluções, Itaú UBB Hold, Itaú Unibanco, Itauprev, Itaúseg Saúde, Kinea, Kinea Private, Luizacred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios, Trisho.

Colaboradores, por faixa etária – 2011 GRI G4-LA12

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%	Total	%
Diretoria	0	0	126	72	50	28	176	100
Gerência	1.131	7	12.616	81	1.891	12	15.638	100
Administrativo	19.192	35	31.277	57	3.949	7	54.418	100
Produção	18.758	54	13.811	40	1.917	6	34.486	100
Trainees	140	100	0	0	0	0	140	100
Aprendizes	2.094	100	0	0	0	0	2.094	100
Estagiários	1.436	100	4	0	0	0	1.440	100
Total	42.751	39	57.834	53	7.807	7	108.392	100

Colaboradores, por faixa etária – 2012 GRI G4-LA12

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%	Total	%
Diretoria	0	0	74	69	33	33	107	100
Gerência	832	6	11.283	84	1.375	10	13.490	100
Administrativo	15.818	34	27.224	59	2.847	6	45.889	100
Produção	13.959	52	11.735	43	1.301	5	26.995	100
Trainees	87	100	0	0	0	0	87	100
Aprendizes	1.752	100	0	0	0	0	1.752	100
Estagiários	2.710	100	6	0	1	0	2.717	100
Total	35.158	39	50.322	55	5.557	6	91.031	100

Colaboradores¹, por faixa etária – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%	Total	%
Diretoria	0	0	63	70	27	30	90	100
Gerência	970	7	11.399	81	1.667	12	14.036	100
Administrativo	10.495	36	16.575	57	2.019	7	29.089	100
Produção	16.758	41	21.578	53	2.369	6	40.705	100
Trainees	73	100	0	0	0	0	73	100
Aprendizes	1.748	100	0	0	0	0	1.748	100
Estagiários	3.167	100	0	0	1	0	3.169	100
Total	33.211	37	49.616	56	6.083	7	88.910	100

¹ Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Banco Itaúcard, Banco Itaú BMG, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Soluções, Itaú UBB Hold, Itaú Unibanco, Itauprev, Itaúseg Saúde, Kinea, Kinea Private, Luizacred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios, Trishop.

Colaboradores, por minorias, negros¹ – 2011 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	386	0,36	527	0,49	913	0,84
Administrativo	3.318	3,06	2.831	2,61	6.149	5,67
Produção	4.716	4,35	2.452	2,26	7.168	6,61
Trainees	1	0,00	1	0,00	2	0,00
Aprendizes	105	0,10	41	0,04	146	0,13
Estagiários	27	0,02	11	0,01	38	0,04
Total	8.553	7,89	5.863	5,41	14.416	13,30

¹ Escopo: Brasil. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, negros¹ – 2012 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	377	0,41	488	0,54	865	0,95
Administrativo	3.142	3,45	2.696	2,96	5.838	6,41
Produção	3.761	4,13	1.976	2,17	5.737	6,3
Trainees	1	0	5	0,01	6	0,01
Aprendizes	331	0,36	109	0,12	440	0,48
Estagiários	128	0,14	104	0,11	232	0,25
Total	7.740	8,5	5.378	5,91	13.118	14,41

¹ Escopo: Brasil. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, negros¹ – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	859	0,97	936	1,05	1.795	2,02
Administrativo	2.921	3,29	2.451	2,76	5.372	6,04
Produção	5.470	6,15	3.163	3,56	8.633	9,71
Trainees	2	0,00	2	0,00	4	0,00
Aprendizes	499	0,56	198	0,22	697	0,78
Estagiários	501	0,56	286	0,32	787	0,89
Total	10.252	11,53	7036	7,91	17.288	19,44

¹ Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Banco Itaúcard, Banco Itaú BMG, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Soluções, Itaú UBB Hold, Itaú Unibanco, Itauprev, Itaúseg Saúde, Kinea, Kinea Private, Luizacred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios, Trishop. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, deficientes¹ – 2011 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	32	0,84	18	0,02	50	0,05
Administrativo	908	1,28	885	0,82	1.793	1,65
Produção	1.392	1,28	1.407	1,30	2.799	2,58
Trainees	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendizes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estagiários	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	2.332	2,15	2.310	2,13	4.642	4,28

¹ Escopo: Brasil. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, deficientes¹ – 2012 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	21	0,02	37	0,04	58	0,06
Administrativo	916	1,01	999	1,1	1.915	2,1
Produção	1.218	1,34	1.157	1,27	2.375	2,6 ¹
Trainees	0	0	0	0	0	0
Aprendizes	0	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0
Total	2.155	2,37	2.193	2,41	4.348	4,78

¹ Escopo: Brasil. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Colaboradores, por minorias, deficientes¹ – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	42	0,05	52	0,06	94	0,11
Administrativo	764	0,86	930	1,05	1.694	1,91
Produção	1.288	1,45	1.121	1,26	2.409	2,71
Trainees	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendizes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estagiários	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	2.094	2,36	2.103	2,37	4.197	4,72

¹ Inclui empresas administradas pela Área Pessoas: Banco Itaúcard, Banco Itaú BMG, Fic Promotora, Fina Prom Servs, Financeira Itaú, Finaustria Part, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Financeira, Itaú Seguros, Itaú Soluções, Itaú UBB Hold, Itaú Unibanco, Itauprev, Itaúseg Saúde, Kinea, Kinea Private, Luizacred, Marcep, Megabonus, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios, Trishop. Unidades Internacionais não respondem a esses dados em respeito à legislação local.

Queixas e reclamações relacionadas às práticas trabalhistas **GRI Forma de gestão** Queixas e reclamações relacionadas às práticas trabalhistas

O Itaú Unibanco dispõe do Código de Ética e da Política Corporativa de Ética (HF-5) para orientar a postura mais adequada e coerente com as nossas diretrizes. Para tratar de queixas e reclamações relacionadas às práticas trabalhistas, possuímos o Ombudsman, canal disponível exclusivamente aos colaboradores para orientação e tratamento de conflitos interpessoais e de interesses no ambiente corporativo.

Em 2013, realizamos campanhas e ações pontuais sobre o Código de Ética e a Política Corporativa de Ética, que foram amplamente divulgadas nos canais de contato com o Ombudsman, reforçando o seu caráter de aconselhamento, mediação de conflitos e recebimento de queixas e reclamações.

Cada caso identificado pelo Ombudsman recebe um tipo de tratamento. Em casos complexos (que envolvem denúncias), por exemplo, o gestor e o RH recebem uma notificação de que o Ombudsman atuará no caso (com apuração no local, se preciso) e o resultado pode culminar no desligamento do infrator, em uma mudança de área ou em uma sanção disciplinar, conforme a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares do Itaú Unibanco, disponível para todos os colaboradores. Nos demais casos, gestores (superior hierárquico do envolvido) e o RH são acionados pelo Ombudsman e recebem sugestões de como atuar no caso. As ações adotadas são monitoradas pelo próprio Ombudsman.

Em 2013, processamos 1.142 manifestações, das quais 1.021 foram solucionadas e 121 estão em tratamento. No mesmo período, solucionamos 171 manifestações que foram respondidas antes de 2013. **GRI G4-LA16**

Para avaliar mecanismos de queixas, como o Ombudsman e seus resultados, temos:

- Resultado da Pesquisa de Clima Ético de 2012 (bianual), cujos planos de ação se estenderam ao longo de 2013;
- Avaliação dos ELC – Entity Level Controls – IC -2 – Certificação SOX (anual);
- Avaliação do Sistema de Controles Internos – atendimento à Resolução CMN 2554 (semestral);
- Reuniões entre a representação sindical dos bancários e a representação dos bancos, com apresentação, pela Fenaban, de dados estatísticos setoriais e indicadores (semestral);
- Comitês de Ética (semestrais por área executiva e corporativos);
- Comitê de Auditoria (anual).

Categoria: Social

Direitos Humanos

Segundo o Código de Ética Itaú Unibanco, é inaceitável a discriminação por gênero, cultura ou etnia, raça ou cor, condição social, religião, idade, estado civil, orientação sexual, e identidade de gênero convicções políticas ou filosóficas, características físicas permanentes ou temporárias ou deficiência. **GRI Forma de gestão Não discriminação**

Atuando na gestão do tema estão a Superintendência de Ética e o Ombudsman, em conjunto com a área de Diversidade, que realiza a conscientização dos colaboradores por meio de comunicações institucionais e cartilhas. Também disponibiliza o Ombudsman para receber manifestações a respeito do tema. Confidencial, o canal atende os colaboradores em questões de conflitos interpessoais. As manifestações são recebidas por pessoas qualificadas, que dão o tratamento apropriado, por meio de aconselhamentos, mediação de conflitos e até mesmo apurando denúncias graves. As decisões sobre as medidas disciplinares sempre são tomadas de forma colegiada, da quais participam o próprio Ombudsman, a Área de Recursos Humanos e o gestor da pessoa que supostamente discriminou outrem. **GRI Forma de gestão Não discriminação**

Em 2013, o Itaú Unibanco registrou cinco casos de discriminação, sendo que, todas as ocorrências foram julgadas improcedentes. Em todas as situações procedentes são aplicadas medidas disciplinares, pautadas na Política de Aplicação de Medidas Disciplinares do Itaú Unibanco, disponível a todos os colaboradores. **GRI G4-HR3**

Categoria: Social

Prevenção à Corrupção **GRI Forma de gestão Combate à corrupção**

Todas as áreas do Itaú Unibanco são responsáveis por gerir o tema de corrupção. Um grupo formado por representantes do Compliance, da Superintendência de Ética e Ombudsman, da Diretoria de Segurança Corporativa e da Área Jurídica tem a atribuição de disseminar esses conceitos pelo banco e de debater os riscos e as oportunidades que envolvem essas questões.

Possuímos a Política Corporativa de Prevenção à Corrupção, que se aplica a todas as unidades e empresas do Itaú Unibanco no Brasil e no exterior, e a todos os administradores, colaboradores, controladores e outros públicos com quem o banco mantém relação comercial. A política foi apresentada à Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais, da qual participam todos os membros do Comitê Executivo, e disponibilizada a 100% dos colaboradores na intranet e ao público externo na internet, por meio do *site* de Relações com Investidores. Também somos signatários do Pacto Global e da Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde Inclusiva, compromissos voluntários. **GRI G4-SO4**

Até 2013, 65% dos colaboradores foram treinados nos módulos de Ética, que abordam temas como prevenção à corrupção. Os membros do órgão de governança não receberam treinamentos sobre o tema. Para 2014, serão realizadas capacitações específicas e obrigatórias e campanhas de comunicação institucional sobre a Política Corporativa de Prevenção à Corrupção e suas diretrizes a todos os colaboradores e administradores. **GRI G4-SO4**

Seguimos os seguintes critérios para mitigação de potenciais riscos:

- Identificação de áreas críticas e mais suscetíveis ao risco de corrupção;
- Procedimentos como conheça seu cliente, parceiro, fornecedor, colaborador, para auxiliar na identificação, análise de ramos de negócio e setores da economia mais propensos a praticar a atividade de corrupção;
- Análises sistêmicas de movimentação financeira;
- Análise de perfil de clientes (histórico judicial, por exemplo).

A partir de 2014, buscaremos adaptar as ações de comunicação e os treinamentos de acordo com cada negócio, especialmente para as áreas mais sensíveis ao tema (fornecedores, setor público, fusões e aquisições, clientes, parceiros comerciais) e também de acordo com os níveis hierárquicos envolvidos. Realizaremos capacitações e palestras com a alta administração, outras áreas e cargos de gestão, a distância e presenciais.

Disponibilizamos um canal confidencial para denúncias de colaboradores e outros públicos sobre casos de corrupção. Se há registros, a área responsável faz a apuração e os encaminha à Inspetoria, que recomenda a medida disciplinar aplicável, respeitando a aplicação das leis vigentes. A comprovação de irregularidade pode culminar em um processo criminal, na demissão de colaboradores e, no caso de fornecedores, em denúncia ao poder público ou na interrupção do contrato. Os funcionários contam, ainda, com outros canais de atendimento, como o Ombudsman e Compliance, que aconselham sobre conflitos interpessoais de interesses.

Com base em legislações nacionais e estrangeiras (Foreign Corrupt Practices Act e UK Bribery Act), em jurisprudências e em informações do mercado global, identificamos os países com mais riscos de práticas de corrupção. Entre eles, estão os que mantêm relacionamento com o setor público, com terceiros (como parceiros comerciais e administrativos e fornecedores e prestadores de serviço) e com processos de fusões e aquisições. **GRI G4-SO3**

Em 2013, identificamos duas operações envolvendo corrupção, uma com cliente e outra com prestador de serviço, que foram submetidas à análise de risco relacionado à corrupção. Ambos os colaboradores envolvidos foram desligados. **GRI G4-SO3**

Concorrência Desleal **GRI Forma de gestão Concorrência desleal**

A Superintendência Jurídica Societário, M&A e Antitruste e a Superintendência Jurídica de Contratos, Propriedade Intelectual e Poder Público são responsáveis por gerir temas de práticas de truste, monopólio e de concorrência desleal, respectivamente. Além disso, o Código de Ética, disponível na intranet, prevê a necessidade de preservarmos a livre concorrência.

Em 2013, a Superintendência Jurídica Societário, M&A e Antitruste realizou apresentações sobre riscos de condutas anticoncorrenciais em associações e sindicatos de que o Itaú Unibanco faz parte, como Febraban, Associação Brasileira de Empresas Cartão de Crédito (Abecs) e Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

Em 2013, o Itaú Unibanco Holding não sofreu ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio. **GRI G4-SO7**

Segurança da informação GRI Forma de gestão Saúde e segurança do cliente e G4-PR1

Por meio da política interna de Gestão de Risco em Segurança da Informação, o Itaú Unibanco e a Gerência de Análise de Riscos de Segurança da Informação (Garsi) realizam a gestão do tema, avaliando riscos em novos projetos ou melhorias em produtos já existentes. Uma vez identificado o risco, pareceres de segurança são emitidos e um acompanhamento para sua implementação é realizado.

Dentre nossas iniciativas de segurança da informação, destacam-se:

- Programa Mais Segurança: busca reduzir fraudes e atos ilícitos e disseminar o conhecimento e a consciência sobre segurança pessoal e profissional para colaboradores e sociedade. Por meio de *sites*, palestras e treinamentos, são abordados temas como segurança da informação, segurança física e prevenção às fraudes e à lavagem de dinheiro.
- Mais Seguranças Empresas: campanha sobre segurança *on-line*. No nosso *site*, disponibilizamos vídeos e cartilhas sobre o tema.
- Canal Mais Segurança: voltado para o público interno, contém vídeos de segurança e dicas para que os colaboradores possam identificar, compreender e minimizar riscos.
- Oficina de Uso Seguro na Internet: colaboradores voluntários do Itaú Unibanco são treinados para abordar o uso responsável da internet em escolas públicas.
- Certificação ISO 27001: mantivemos a certificação, referência internacional em segurança da informação. Foram auditadas as normas e os procedimentos que garantem a confidencialidade das informações que estão disponíveis no *site* www.italau.com.br.
- Jornada Mais Segurança: realizada anualmente, o evento é digital e aborda temas como prevenção a fraude e vazamento de informação.
- Programa de Formação de Gerentes Uniclass, Personnalité, Empresas e Operacional de agências: aborda temas como prevenção a fraude e vazamento de informação. Em 2013, foram treinados mais de 2.260 gestores somente de agências.
- Palestras de segurança corporativa para recém-contratados: foram 901 novos colaboradores preparados para o nível de segurança exigido pelo banco.
- Palestra para pessoas acima de 55 anos: ao identificarmos a dificuldade desse público em utilizar, com segurança, caixas eletrônicos, realizamos uma palestra para 124 pessoas do Itaú Viver Mais, instruindo sobre o uso seguro dos caixas.
- Palestras para outras empresas: 445 colaboradores de empresas como Duratex, Elekeiroz e Michelin participaram de palestras sobre temas como o ciclo de vida das fraudes, segurança pessoal e da informação.
- Palestras sobre o tema Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo: participaram mais de 720 colaboradores das áreas de negócio de Câmbio, Corretora e Private Bank.
- Melhorias em equipamentos de segurança: atualização tecnológica de sensores, alarmes e sistemas de monitoração das imagens em cerca de 73% do parque das agências.
- Saque sem senha: em 2013, foi implantado o saque sem senha, que utiliza a impressão digital do cliente. Esse mecanismo está disponível em grande parte dos caixas eletrônicos e nos terminais de caixa das agências Personnalité.
- Reuniões periódicas com Procons: em 2013, foram realizadas reuniões com 75 representantes regionais dos Procons de São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis, Recife, Vitória e Salvador. Foram debatidos temas como fraudes, boas práticas, uso seguro da internet, computador e biometria.
- Criação da nova Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos.

- *E-learning*: realizado por 28.437 colaboradores, o curso *on-line* abordou a nova lei de prevenção à lavagem de dinheiro.
- Melhorias na gestão do acesso de terceiros nas agências: implementação de um *software* que faz a integração das informações dos serviços demandados pelas áreas de suporte, permitindo melhor controle dos prestadores de serviços e a mitigação dos riscos.
- Palestras em 1.425 agências para aproximadamente 5.000 colaboradores, sobre temas como segurança pessoal, física e reforço nos procedimentos internos de segurança.
- *E-learning* realizado por 7.444 colaboradores, que abordou as regras e dicas de segurança física nas agências.
- Treinamento para 11.004 vigilantes sobre procedimento de segurança para empresas de vigilância na organização.
- Criação do processo "Ouvindo o cliente interno", com a participação de 70 diretores, superintendentes e gerentes para discussão das dificuldades e necessidades da rede de agências com relação à segurança física.

Satisfação do Cliente GRI Forma de gestão Rotulagem de produtos e serviços

Em 2013, reduzimos o número de queixas nos órgãos de defesa do consumidor. Essa melhora é reflexo de iniciativas como a simplificação de processos, a conscientização dos clientes em relação ao uso do dinheiro (particularmente do crédito), a ampliação da rede e canais de atendimento e, sobretudo, do aprimoramento da capacitação das nossas equipes.

A satisfação dos clientes está expressa no Nosso Jeito de Fazer, cuja primeira atitude é Todos pelo Cliente. Assim, todos os colaboradores são responsáveis pelo tema, direta ou indiretamente, e possuem metas específicas para aumentar a qualidade e diminuir a quantidade de reclamações. Também desenvolvemos normativos que descrevem os procedimentos para atendimento e tratamento das demandas dos clientes.

Nossa Ouvidoria, responsável por atender clientes que já contataram o banco e não se sentiram satisfeitos com a solução proposta, fornece *feedbacks* constantes à organização dos principais desafios e necessidades dos clientes, além de participar de comitês de lançamentos de produtos para avaliar possíveis impactos na satisfação. Como resultado desse trabalho, 96,6% dos clientes que acionaram a Ouvidoria não recorreram a órgãos externos, considerando a média anual. A área também tem outras duas atribuições: manter um relacionamento constante e produtivo com os órgãos de defesa do consumidor e disseminar a visão do banco entre colaboradores e formadores de opinião.

E ainda temos uma área específica que monitora a satisfação dos nossos clientes internos e externos. Os resultados geram informações e recomendações que são importantes para tomadas de decisão. Entre elas:

- Indicadores de reclamações: mensalmente, as reclamações recebidas por canais internos e externos são consolidadas, discriminadas e estudadas por tipo de órgão, assunto e unidade de negócio. O resultado é um Radar de Reclamações, que é compartilhado com áreas-chave do banco.
- Indicadores de atendimento: para gerirmos a eficácia dos nossos canais, temos indicadores que mostram o índice de resolução no primeiro contato, prazo de resposta das demandas registradas, tempo médio de espera no atendimento e índice de satisfação com o atendimento.

- Redes sociais: ao monitorar esses canais, identificamos temas a serem trabalhados para garantir a satisfação.
- Índice de retenção de clientes: medido por meio do índice de cancelamento de produtos e encerramento de contas.
- Pesquisa com órgãos de defesa do consumidor: acionamos principalmente Procons para avaliar a qualidade e a efetividade das nossas interações, para torná-las mais eficazes.
- Fórum de Clientes: incorporamos internamente a visão do cliente, a fim de realizar a melhoria contínua de nossos produtos e serviços e do atendimento.

Também nos aproximamos mais dos órgãos de defesa do consumidor, assumindo compromissos como os listados abaixo.

- Compromisso Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente (Abrarec): participamos do evento A Era do Diálogo, no qual nos comprometemos a melhorar nossas práticas de atendimento, tomamos medidas que abrangem melhorias nos canais e a criação de soluções alternativas para lidar com conflitos judiciais.
- Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec): somos a primeira empresa a aderir ao Plandec, que prevê um conjunto de medidas baseado em três pilares: Atendimento, Transparência e Relacionamento com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- Fórum de Diálogos: anualmente, nos reunimos com Procons, Banco Central, Defensorias, Ministério Público e entidades civis de defesa do consumidor para debater sobre oportunidades que possam fortalecer nossa relação com os clientes. Os resultados desse diálogo são compartilhados com as áreas de negócios e convertidos em frentes de melhorias.

Como forma de ampliar o diálogo com esse público, criamos o espaço Itaú Consumidor, uma seção do *site* do Itaú com informações exclusivas, voltadas a técnicos e dirigentes de órgãos de defesa do consumidor, como as iniciativas de melhoria do banco e informações sobre produtos e serviços que auxiliam esses órgãos a solucionar as queixas que recebem.

Todas essas iniciativas resultaram em importantes avanços. Em 2013, o número de casos registrados nos Procons diminuiu 13% em relação ao ano anterior, e nosso índice de resolução preliminar de problemas ficou em 83%, um dos melhores do setor financeiro e demais setores monitorados.

Sistema de Competitividade **GRI G4-PR5**

O Sistema de Competitividade mensura, por meio de pesquisa telefônica, a satisfação dos clientes em relação a atributos de relacionamento bancário de cada área de negócio do banco, além de comparar nossos índices com os de bancos concorrentes. Realizamos, ainda, o acompanhamento de um índice geral de satisfação de clientes, mensurado a partir dos resultados das pesquisas de cada segmento de atuação. Em 2013, obtivemos a nota de 8,01, uma diferença de 0,23 pontos em relação a 2012 (8,24). Por meio dessa pesquisa, é possível averiguar na percepção do cliente os aspectos bem posicionados e os que apresentam oportunidades de melhoria.

Privacidade do cliente **GRI Forma de gestão Privacidade do cliente**

A privacidade dos nossos clientes é um tema sensível, tratado com sigilo e rigor pelo Itaú Unibanco. Portanto, o número de queixas sobre quebra da privacidade de clientes é uma informação confidencial. **GRI G4-PR8**

Temos políticas que fornecem diretrizes sobre assuntos relacionados à prevenção de divulgação ou vazamento de informações confidenciais de clientes, além de estabelecer papéis e responsabilidades.

O tema é supervisionado pela Diretoria de Segurança Corporativa e debatido nos fóruns específicos de riscos das áreas e nas Comissões Executivas que tratam Risco Operacional ou Tecnologia.

Comunicações de marketing

As comunicações de *marketing* são de responsabilidade do Marketing, que inclui as áreas de Marketing Institucional, Marketing de Negócios e Endomarketing. Essas áreas buscam garantir a conformidade com os regulamentos internos e externos relacionados a publicidade, promoções e patrocínios. **GRI Forma de gestão Comunicações de marketing**

Seguimos as diretrizes do Conar (Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária - Código e Anexos), que fiscaliza a ética da propaganda comercial veiculada no Brasil, e outras diretrizes, como o Guia de Excelência de Educação Financeira na Oferta de Serviços Financeiros, do Bacen. Além disso, as áreas de negócio recebem orientações jurídicas sobre termos legais do Bacen, da Susep (Superintendência Nacional de Seguros Privados) e da Febraban. **GRI Forma de gestão Comunicações de marketing**

Adotamos o Tom de Voz do Itaú, diretriz interna que alinha a linguagem e o posicionamento de marca entre todas as empresas do Itaú Unibanco.

Entre as ações de comunicação realizadas em 2013, destacam-se: **GRI Forma de gestão Comunicações de marketing**

- Formalização remota de aceite da oferta para seguros de vida e crédito pessoal (duplo sim);
- Orientador de crédito *on-line*;
- Aviso de entrada no cheque especial;
- Nova fatura do cartão de crédito simplificada;
- Simplificação à consulta de utilização do pacote de tarifas;
- Orientação financeira em programa de televisão;
- Atendimento Rápido 30 horas (telefone laranja).

Em 2013, não identificamos casos de não conformidade em códigos de comunicação de *marketing*. Ainda está em andamento uma Ação Civil Pública registrada em 2011 pela Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), cujo objeto é a suposta ilegalidade de uma propaganda televisiva, veiculada nacionalmente, referente aos benefícios do cartão Itaucard. Em 2013, ganhamos a ação em primeira instância, porém a Alerj entrou com recurso, que ainda não foi julgado. **GRI G4-PR7**

Desempenho Setorial Financeiro

A Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco tem como objetivo mitigar os riscos de crédito, socioambientais, legais e de imagem, além de fornecer diretrizes sociais e ambientais para a análise, considerando as seguintes práticas:

- Utilização de mão de obra ou trabalho em condições análogas às de escravo;
- Utilização de mão de obra ou trabalho infantil;
- Prostituição;
- Riscos socioambientais atrelados a atividades econômicas específicas;
- Cláusulas contratuais sobre questões sociais e ambientais.

Atualizada anualmente, a política está disponível na intranet do banco e no *site* de relações com investidores e é aplicada a todas as linhas de negócio. Aprovada pela Comissão Superior de Crédito, ela possui metodologia própria e considera a legislação brasileira, os princípios e os valores do Itaú Unibanco. **GRI Forma de gestão FS1**

Em 2013, como complemento, elaboramos a diretriz setorial de abate bovino e bem-estar animal. Para 2014, iremos focar nas Políticas de Risco Socioambiental para América Latina e Itaú Asset, que ainda não possuem política específica. **GRI Forma de gestão FS1**

Especificações da aplicabilidade da Política de Risco Socioambiental **GRI Forma de gestão FS1**

- Financiamento Imobiliário: aplicável à construção de empreendimentos em todo o Brasil.
- Seguros: possui critérios socioambientais específicos na subscrição de seguros de responsabilidade civil ambiental. Em Seguros, ainda possuímos os Princípios para Sustentabilidade em Seguros.
- Itaú BBA: considera critérios de análise para financiamento de projetos, além dos Princípios do Equador e da análise de risco de contaminação em garantias de bem imóvel.
- Área Empresas: aplicável a pequenas e médias empresas. É realizada uma categorização socioambiental setorial considerando critérios como uso de água e energia, lançamento de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e risco para a saúde e segurança no trabalho. Em seguida, a análise de risco é realizada para empresas consideradas A (alto potencial de risco) e B (médio potencial de risco) e que tenham envolvimento em crédito com o banco igual ou superior a R\$ 5 milhões. Também são avaliadas empresas com ramos de atividades presentes na Lista Restrita, com envolvimento em crédito igual ou superior a R\$ 1 milhão.

O banco, por meio de sua área de análise de risco socioambiental, poderá solicitar a contratação de consultoria independente para avaliação de risco socioambiental em que o tomador de crédito esteja na Lista Restrita. **GRI Forma de gestão FS2**

A Comissão de Crédito analisa e aprova as solicitações de crédito. Para embasar as decisões, utilizamos *sites* de órgãos ambientais, tribunais de justiça e alguns órgãos específicos, dependendo do cliente. Também são acessadas a lista de áreas contaminadas e as listas do Ministério do Trabalho (Lista Suja). **GRI Forma de gestão FS2**

Quando identificado um risco potencial, a equipe socioambiental poderá realizar visitas ao local e solicitar informações complementares à empresa. Os riscos identificados são monitorados, e, se não forem desenvolvidos planos de ação ou fornecidos os documentos necessários, o parecer socioambiental é desfavorável. Os clientes são avaliados periodicamente, e a análise de risco socioambiental é válida por até dois anos. **GRI Forma de gestão FS3**

No Itaú BBA, o acompanhamento de clientes na Lista Proibida é feito por meio de pesquisa no Cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, além de monitoramento de notícias na mídia. Enquanto isso, a aderência dos clientes da Lista Restrita às diretrizes setoriais específicas é acompanhada quando da renovação do limite de crédito – semestral ou anualmente, conforme o caso. **GRI Forma de gestão FS3**

Lista Restrita GRI Forma de gestão FS2

Estão presentes nela empresas com atividades de maior potencial de risco socioambiental, como:

- produção ou comércio de armas de fogo, munições e explosivos;
- extração e produção de madeira e produção de lenha e carvão vegetal provenientes de florestas nativas;
- atividades pesqueiras;
- extração e industrialização de asbesto/amianto.

Especificações sobre avaliação GRI Forma de gestão FS2

Seguros: exclusivamente para o Seguro Ambiental, são requisitados questionários específicos, os quais são avaliados pelos responsáveis em Subscrição, podendo ser solicitada documentação adicional, como relatórios de auditorias ambientais independentes nas plantas industriais, licenças ambientais e relatórios fotográficos. A partir da análise das informações, um engenheiro especializado da Itaú Seguros Soluções Corporativas poderá realizar inspeções contando, se necessário, com consultores terceiros.

Itaú BBA e Empresas: em 2013, foram criados indicadores de monitoramento dos procedimentos para atendimento da Política. As evoluções são reportadas na Comissão de Compliance. Também foi redesenhado o processo interno de análise de risco de contaminação em bem imóvel oferecido em garantia para o banco. Como parte desse processo, aprimoramos o Questionário para Avaliação Ambiental Preliminar de Imóveis.

Princípios do Equador

Desde 2004, o Itaú Unibanco é signatário dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes e critérios que identificam e avaliam riscos e impactos socioambientais em operações de financiamento na modalidade *Project Finance* com valor igual ou superior a US\$ 10 milhões. **GRI Forma de gestão FS1**

Dentro dos Princípios do Equador, os Padrões de Desempenho da Internacional Finance Corporation (IFC) são uma referência de boas práticas no setor industrial em temas como condições de trabalho, povos indígenas, preservação da biodiversidade, saúde e segurança da comunidade e proteção dos patrimônios cultural e arqueológico. **GRI Forma de gestão FS1**

Uma consultoria independente e especializada realiza a avaliação socioambiental, de acordo com esses critérios, no momento da contratação e durante a execução do contrato, sendo esse procedimento obrigatório para projetos de alto risco. No caso de projetos de médio risco, essa análise pode ser realizada pelo próprio time de avaliação de risco socioambiental do Itaú BBA. **GRI Forma de gestão FS3**

Somos membros do Comitê Diretivo dos Princípios do Equador, no qual discutimos ativamente a nova versão dos Princípios, que entrará em vigor a partir de 2014. Em 2013, lideramos o grupo de discussões de bancos brasileiros signatários, a fim de alinhar o entendimento sobre as principais mudanças da nova versão dos Princípios. **Forma de gestão FS5**

Também passamos a liderar o grupo de trabalho “Outreach” da América Latina, com um mandato regional que nos permitirá desenvolver e implantar estratégias de comunicação, apoio e treinamento, em cooperação com instituições multilaterais e bancos de desenvolvimento. **Forma de gestão FS5**

Projetos Corporate Finance contratados (sob os critérios da Política Socioambiental¹) em 2013

	Número de projetos contratados	Investimento total (MM R\$ ²)	Participação do Itaú BBA (MM R\$ ²)
Categorização²			
B	13	3.100,4	1.117,3
C	18	2.040,4	965,0
Setor de atuação			
Açúcar & Alcool	11	870,5	548,1
Agribusiness	4	634,9	371,1
Comércio & Serviço	1	163,3	37,7
Energia	6	1.751,8	575,8
Indústria	1	732,9	98,3
Lazer e Turismo	1	213,7	102,8
Logística	2	219,4	62,2
Saúde	1	159,6	92,2
Telecomunicação	1	71,5	48,1
Têxtil	2	260,3	116,0
Varejo	1	62,9	30,0
Localização			
Centro-Oeste	3	141,4	87,47
Nordeste	5	1.533,3	335,0
Sudeste	14	2.382,4	1.002,89
Sul	4	552,6	341,69
Brasil ³	5	531,1	315,3
Total			
Total	31	5.140,80	2.082,30

¹ Política de Risco Socioambiental do IBBA.

² Se estiver em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

³ Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (como empreendimentos difusos).

Obs.: Os projetos de *corporate finance* não costumam ser aprovados como operações específicas, mas enquadrados em limites existentes.

Demais operações relacionadas ao financiamento de projetos aprovadas pelo Itaú BBA em 2013, mas ainda não contratadas¹

	Número de operações aprovadas (ainda não contratadas)		
	Empréstimo Ponte	Fiança de Projeto	Totais
Número de projetos	4	4	8
Valores das operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Volume aprovado de participação do IBBA (MM R\$) ²	525,0	1.090,0	1.615,0
Localização das operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Nordeste do Brasil	3	3	6
Norte do Brasil	0	1	1
Sudeste do Brasil	1	0	1
Setor das operações contratadas			
Energia	4	4	8

¹ A contratação, por diversos motivos, não ocorreu em 2013.² Se estiver em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.**Demais operações relacionadas a financiamento de projetos contratadas em 2013**

	Número de operações contratadas		
	Empréstimo Ponte	Fiança de Projeto	Totais
Número de projetos	4	3	7
Valores das operações contratadas			
Investimento total (MM R\$) ¹	11.794,0	1.187,0	12.981,0
Participação do Itaú BBA (MM R\$) ¹	829,0	124,7 ²	953,7
Categorização das operações contratadas³			
A	1	0	1
B	3	3	6
Localização das operações contratadas			
Centro-Oeste	0	1	1
Nordeste	2	2	4
Sudeste	1	0	1
Brasil ⁴	1	0	1
Setor das operações contratadas			
Energia	3	1	4
Indústria	0	1	1
Mineração	0	1	1
Rodovias	1	0	1

¹ Se estiver em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.² Em 2012, reportamos que a participação do Itaú BBA na fiança de projetos foi de R\$ 1.474,8 MM. O valor correto é de R\$ 1.409,5 MM.³ Em 2012, reportamos duas fianças de projetos na categoria C. Após auditoria interna, corrigimos o dado: foram dois empréstimos ponte.⁴ Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (por exemplo: empreendimentos difusos).

Project Finance¹ contratados (sob os critérios dos Princípios do Equador) em 2013

	Número de projetos contratados	Investimento total (MM R\$ ²)	Participação do Itaú BBA (MM R\$ ²)
Categorização do Project Finance			
A	4	29.331,095	1.410,57
B	3	2.013,82	254,31
C	2	1.354,77	214,86
Setor de atuação dos Project Finance contratados			
Energia	4	23.679,49	573,85
Logística	3	7.765,51	1.053,06
Óleo e Gás	1	450,04	181,18
Saneamento	1	804,63	71,64
Localização dos Project Finance contratados			
Chile	3	5.877,35	440,97
Colômbia	1	1.450,25	811,79
Nordeste do Brasil	1	794	150
Norte do Brasil	1	17.812,78	54,52
Sudeste do Brasil	1	5.410,53	207,6
Brasil ³	2	1.354,77	214,86
Total de Project Finance contratados			
Total	9	32.699,7	1.879,7

¹ Project Finance definido por Basileia em www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.² Se estiver em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.³ Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (por exemplo: empreendimentos difusos).

Project Finance¹ aprovados pelo Itaú BBA mas ainda não contratados² (sob os critérios dos Princípios do Equador) em 2013

	Número de projetos aprovados e ainda não contratados	Volume aprovado de participação do IBBA (MM R\$ ³)
Setor de atuação		
Energia	2	157,0
Logística	1	300,0
Mineração	1	350,0
Rodovias	1	346,0
Localização		
Centro-Oeste	1	62,0
Sudeste	3	745,0
Brasil ⁴	1	346,0
Total		
Total	5	1.153,0

¹ Project Finance definido por Basileia em www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.

² A contratação, por diversos motivos, não ocorreu em 2013.

³ Se estiver em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

⁴ Projetos instalados em mais de uma região do Brasil (por exemplo: empreendimentos difusos).

Obs.: A categorização definitiva do projeto, vide Princípio 1, acontecerá até a contratação.

Auditoria para políticas socioambientais GRI FS9

A Auditoria Interna atua em todas as empresas do banco e está subordinada ao Conselho de Administração do Itaú Unibanco, com supervisão técnica do Comitê de Auditoria. As auditorias são realizadas periodicamente por uma equipe exclusivamente dedicada a isso e também a avaliam a aderência à Política de Sustentabilidade, quanto aos aspectos:

- Estratégia para sustentabilidade;
- Estrutura – governança e gestão;
- Adequação de representações e associações em fóruns externos de sustentabilidade;
- Implementação e aderência aos compromissos e pactos;
- Comunicação e monitoramento;
- Política Corporativa de Risco Socioambiental;
- Princípios do Equador, para financiamentos de projetos na modalidade *Project Finance*.

Pela metodologia da auditoria interna, a área auditada deve elaborar planos de ação para os pontos classificados como de risco extremo ou elevado. Como forma de acompanhamento, são elaborados informativos mensais ao Comitê de Auditoria e trimestrais à Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais.

Para itens classificados como de risco moderado, a área auditada elabora planos de ação, que devem ser aprovados pelo Oficial de Controles Internos e Risco. A área deve também elaborar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria.

Em 2013, foram implantados os planos de ação identificados em 2012, com nível de risco moderado.

A cada dois anos, são realizadas auditorias sobre as diretrizes da Política de Sustentabilidade. Em 2012, o processo de reporte e consolidação de informações também foi auditado. Para formalização e divulgação dessas diretrizes foi publicada, em 2013, uma norma interna que trata de “Resposta a Questionários de Sustentabilidade”.

Na auditoria sobre o processo de relato, foi emitido um parecer de risco moderado, com os seguintes planos de ação:

- Definir diretrizes e regras para responder a questionários e pesquisas relacionados à sustentabilidade;
- Detalhamento e formalização dos processos de elaboração do Relatório Anual, além dos questionários de Mercado e Documentos Regulatórios.

Realizadas também a cada dois anos, as auditorias dos segmentos de Crédito *Corporate* e Empresas se baseiam nas diretrizes dos Princípios do Equador e nas Políticas de Risco Socioambiental do Itaú BBA e da área Empresas.

Políticas para desenvolvimento de produtos e serviços GRI FS15

Entre as políticas que influenciam a elaboração de produtos e serviços, destacamos a Política Corporativa de Avaliação de Produtos, Operações e Processos. Disponível para o público interno, estabelece um padrão de governança de avaliação de produtos e processos, antes da implantação, com foco na gestão de riscos. Esse processo requer a integração das áreas de produtos e também das áreas avaliadoras (a saber, Jurídico, Tributário, Segurança Corporativa, Contabilidade, Controles Internos, Sustentabilidade etc.). O principal objetivo dessa governança de avaliação é assegurar que planos e decisões estejam aderentes a diretrizes, estratégias e valores definidos pela organização e às alçadas estabelecidas pela regulamentação vigente.

Educação Financeira GRI FS16

Possuímos iniciativas relacionadas à educação financeira. Direcionadas a diversos públicos (colaboradores, cliente e sociedade), são conduzidas institucionalmente e pelas diferentes frentes de negócios do banco. Aqui, citamos algumas iniciativas.

Programa Uso Consciente do Dinheiro para colaboradores GRI FS16

- Educação Presencial: além dos cursos a distância, realizamos cursos presenciais para áreas comerciais (255 gerentes e consultores de previdência treinados) e para públicos mais jovens, como estagiários, *trainees* e novos colaboradores (365 colaboradores formados).
- Comunicação: a campanha interna do uso consciente do dinheiro também se estende às unidades do Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile.
- Melhoria nas políticas internas: reestruturamos algumas políticas internas para que a área de Recursos Humanos pudesse orientar os colaboradores na gestão de suas finanças. Adicionalmente, a política de concessão de crédito para novos colaboradores foi reformulada, considerando um diagnóstico levantado. Realizamos pesquisas para acompanhar os níveis de adesão dos nossos colaboradores a previdência e poupança, que cresceu em 37% e 56%, respectivamente, entre os anos de 2010 e 2012.

Iniciativas do Uso Consciente do Dinheiro para clientes GRI FS16

- **Gestão ativa:** aqueles clientes que são identificados com alto índice potencial de inadimplência são orientados a reorganizar seus empréstimos e rever o uso de sua renda de acordo com sua capacidade de pagamento. A abordagem é feita por meio de canais eletrônicos, central de atendimento especializada e da área comercial. E, em 2013, a abordagem foi reformulada com base nas teorias de Psicologia Econômica.
- **Orientador de crédito:** disponível na internet, indica a clientes e não clientes a modalidade de crédito mais adequada à sua necessidade. Após o preenchimento de uma ficha com o seu perfil e a finalidade do crédito, o orientador aconselha o melhor tipo de crédito de acordo com o que foi respondido. Se o aplicativo for acessado pela conta-corrente, ainda é possível conhecer as condições de taxa, prazo e limite do produto indicado e também os produtos de crédito já contratados.
- **Agentes de microcrédito:** são treinados para orientar os clientes sobre educação financeira. Por meio de *tablets*, os agentes auxiliam os clientes na análise de crédito e apresentam vídeos educacionais relacionados ao uso consciente do dinheiro.
- **Caderno do Empreendedor:** orienta o microempreendedor a gerir seu empreendimento com controle e transparência de suas despesas, receitas e estoque. Em 2013, foram distribuídas mil cópias do caderno.
- **Educação financeira de investidores e potenciais investidores – metodologia que auxilia na formação de reserva para aposentadoria (1-3-6-92):** incorporada no processo de venda de produtos de previdência, a metodologia simplifica o acompanhamento e a recomendação para a formação de reserva para aposentadoria. Gerentes e consultores de investimento foram capacitados por meio de apresentações, vídeos e simuladores. Adicionalmente, foi realizada uma campanha de comunicação e educação sobre investimentos e previdência.
- **Programa *Family Wealth across Generations*:** realizado anualmente, aborda a gestão do patrimônio familiar. Em vigor desde 2008, teve a participação de mais de mil pessoas, entre filhos de clientes de diversas nacionalidades (brasileiros, chilenos, argentinos e uruguaios).
- **Workshop de Investimentos:** a cada três meses, ocorrem debates sobre os princípios básicos de investimentos, como gestão patrimonial, mercados de renda fixa, investimentos alternativos e internacionais e diversificação de portfólio.

Iniciativas do Uso Consciente do Dinheiro para clientes e não clientes GRI FS16

- **Site do Uso Consciente do Dinheiro:** orienta os clientes a tomarem as melhores decisões sobre seu dinheiro. O canal possui simuladores, testes, artigos, tutoriais, vídeos e *podcasts* sobre questões como: Saia do vermelho; Economize sem abrir mão do consumo; Fale sobre finanças em família; Escolha o melhor crédito; entre outras. Os visitantes podem enviar dúvidas, que são respondidas por especialistas da instituição. Nos primeiros oito meses, o site (www.itaubr.com/usoconsciente) acumulou cerca de 2 milhões de acessos.
- **Guias Uso Consciente do Dinheiro:** com linguagem simples e didática, apresentam dicas sobre como o bom uso do dinheiro contribui para a realização de objetivos. Os guias estão disponíveis nas agências do banco e no site www.itaubr.com/usoconsciente. Alguns exemplos de temas são: Consumir e poupar; Use bem o seu dinheiro; O melhor crédito para você; Saia do vermelho; Família e Dinheiro; e Sobrou Dinheiro! E agora?
- **Guia Como Falar de Dinheiro com Crianças:** o guia incentiva pais e educadores a introduzir e discutir o tema na família e na escola. Em versão digital, está disponível no portal do uso consciente do dinheiro.

- Campanha de comunicação e educação sobre crédito consciente: vídeos tutoriais no Youtube sobre a utilização de cada produto de crédito e a importância de fazer escolhas conscientes. Saiba mais em www.itaubr.com.br/creditoconsciente.
- Campanha de comunicação e educação sobre investimentos e previdência: lançado no Youtube em 2011, o canal Investa reúne tutoriais, simuladores e jogos educativos sobre investimentos. Até o final de 2013, registrou mais de 10 milhões de visualizações. A ideia é estimular a reflexão sobre a importância da reserva financeira para eventuais emergências e sobre como investir o dinheiro para a construção de um patrimônio.
- Expo Money: em 2013, participamos das nove edições, realizando 43 palestras para cerca de 3.400 pessoas.

Cartões

Itaucard 2.0

Em 2012, lançamos o Itaucard 2.0, um produto no qual o cálculo dos juros é feito a partir da data de cada compra realizada, caso o cliente utilize a linha de crédito rotativo. Essa metodologia está alinhada com as práticas internacionais e permitiu a redução das taxas de juros para até 5,99% a.m. Ao pagar o total informado na fatura, o cliente não acumula encargos para o próximo mês. **GRI FS7**

Com o intuito de mantermos a transparência com nossos clientes, divulgamos amplamente na mídia a nova dinâmica de cobrança de juros e disponibilizamos em nosso *site* uma seção exclusiva sobre o seu funcionamento (www.itaubr.com.br/cartoes/itaucard20/). No canal, há informações sobre os principais benefícios, além de simuladores de cobrança de juros, vídeos explicativos e uma seção exclusiva para dúvidas mais frequentes. Em outra iniciativa adotada para aumentar o nível de transparência do produto, o cliente tem até 90 dias para testar o Itaucard 2.0. Caso não se adapte, ele pode substituir o produto pelo cartão tradicional. **GRI FS16**

Orientamos nossos clientes a utilizar o cartão de forma consciente e a pagar a fatura com a melhor opção de parcelamento. Também tornamos a fatura mais fácil de ser entendida e os termos do contrato mais simples e objetivos. **GRI FS16**

Bandeira Hiper **GRI FS7**

Em outubro de 2013, lançamos a Hiper, uma nova bandeira de cartão de crédito, aceita em mais de 1 milhão de estabelecimentos credenciados pela Rede e voltada para consumidores que buscam benefícios imediatos como a conversão de 120% do valor da anuidade em bônus de celular, de qualquer operadora que opera com sistema de bônus. A bandeira está sendo emitida inicialmente pela Itaucard e poderá ser adquirida por correntistas e não correntistas do banco.

Itaucard Ipiranga Carbono Zero **GRI FS8**

Ao utilizar o cartão de crédito Itaucard Ipiranga Carbono Zero nos postos Ipiranga, parte do faturamento é reinvestido em reflorestamento. O objetivo é neutralizar o dobro das emissões de gases de efeito estufa emitidas em relação à quantidade de combustível comprada. Em 2013, o valor monetário gerado com o cartão foi de aproximadamente R\$ 77 milhões.

Área Empresas

O Projeto *Extreme Makeover* tem como objetivo modernizar pequenas empresas, ajudando-as a melhorar seus índices de eficiência e a aperfeiçoar suas gestões. Em 2013, a iniciativa contou com a parceria da Microsoft, da Fundação Nacional da Qualidade, da Claro Empresas e da revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*. Três empresas foram capacitadas em temas como finanças e sustentabilidade e educação financeira, e também habilitadas para utilizar *softwares*.

Além disso, as empresas receberam recomendações sobre gestão financeira, governança, negócios e meio ambiente, e sobre o relacionamento com colaboradores, clientes, concorrentes, fornecedores, sociedade e governo. **Forma de gestão FS5 e FS16**

Por meio do Projeto Visão de Sucesso, realizado em parceria com a Endeavor Brasil e com subsídio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), buscamos fomentar o desenvolvimento de negócios com foco na população de baixa renda. Em 2013, 40 empresários de São Paulo e Rio de Janeiro passaram por seis meses de capacitação em gestão empresarial e também por *workshops* sobre produtos de crédito e soluções eletrônicas. Em 2014, a atuação será expandida para Recife. **Forma de gestão FS5**

Produtos socioambientais

Em 2013, por meio do Financiamento Socioambiental Inter-American Investment Corporation (IIC), junto a outras fontes de investimento do Itaú, direcionamos US\$ 280 milhões para o financiamento de pequenas e médias empresas com práticas que estejam de acordo com a análise de risco socioambiental do Itaú Unibanco e com os critérios de elegibilidade do IIC. **GRI FS7**

Também oferecemos os repasses do Programa ABC (Linha Agro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para o financiamento de projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa da agricultura, da pecuária e do desmatamento, por meio da ampliação de florestas cultivadas e da recuperação de áreas degradadas. Até dezembro de 2013, havia 143 financiamentos ativos por meio do programa. **GRI FS8**

Mantemos, ainda, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Agroindústria), que financia custos provenientes do beneficiamento e da industrialização da produção agrícola. Até dezembro de 2013, havia 38 ativos do produto. **GRI FS8**

Itaú BBA

Treinamento de colaboradores **GRI Forma de gestão FS4**

Em 2013, os analistas de risco socioambiental do Itaú BBA passaram por mais de 300 horas de capacitação, entre cursos, palestras, fóruns, treinamentos e grupos de discussão. Destacaram-se:

- *Workshop* Anual dos Princípios do Equador, para discutir sobre a implantação da nova versão dos princípios;
- *IFC Community of Learning*, sobre gestão de risco socioambiental em financiamentos corporativos;
- Curso de Especialização em Gestão Ambiental e Negócios no Setor Energético (Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo), sobre os principais desafios ambientais do setor energético.

Além disso, foram realizados outros treinamentos para profissionais de diferentes áreas do banco, como Comercial e *Middle Office*. Em 2013, participaram aproximadamente 400 colaboradores, totalizando cerca de 18 horas de capacitação.

Ações de engajamento **Forma de gestão FS5**

O Itaú BBA, pioneiro na abordagem de análise de risco de contaminação de imóveis oferecidos em garantia, disseminou essa prática a outras instituições financeiras. O setor industrial passou, então, a atuar mais fortemente nesse sentido. Alguns clientes, inclusive, já nos abordam com um Plano de Remediação da contaminação em curso.

Em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Financeira Internacional (IFC) e a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI), realizamos o primeiro ciclo do Programa *Outreach* para América Latina durante os anos de 2012 e 2013. O objetivo foi mostrar ao mercado financeiro latino-americano a importância da gestão do risco socioambiental no financiamento a projetos. Só em 2013, mais de 100 profissionais do mercado foram conscientizados.

Ainda em 2013, participamos ativamente da revisão dos Princípios do Equador e das discussões sobre a elaboração das Notas de Orientação para a implantação dos novos Princípios. Também estivemos presentes debatendo a questão na reunião anual dos Princípios do Equador em Tóquio.

Também promovemos um encontro para fomentar o debate com clientes do setor de agronegócio sobre as oportunidades do Novo Código Florestal – como a cota de reserva ambiental. A iniciativa contou com a participação de aproximadamente 80 pessoas.

No total, em 2013, interagimos com aproximadamente 500 *stakeholders* – sem considerar as interações realizadas exclusivamente para análises de riscos. Desse total, 244 são clientes ativos do Itaú BBA – 9% da carteira de tomadores de crédito, que é composta por aproximadamente 2.800 clientes ativos no Brasil. Dos 244, 86 são instituições financeiras, o que representa interação com 48% dos parceiros de negócio. **GRI FS10**

Portfólio Itaú BBA **GRI FS6**

O Itaú BBA atua apenas com grandes empresas, totalizando um portfólio de R\$ 183.717,98 milhões.

Porcentagem do portfólio Itaú BBA, por setor, em 2013

Setor	Valor do Portfólio (em milhões de reais)	Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)	Valor do Portfólio (percentual da linha de negócio)
Corporate and Investment Banking (CIB)	175.441,47	183.717,98	95,49
Tesouraria	8.276,51	183.717,98	4,51

Porcentagem do portfólio Itaú BBA, por região, em 2013

Região	Valor do Portfólio (em milhões de reais)	Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)	Valor do Portfólio (percentual da linha de negócio)
Centro-Oeste e Norte	2.073,18	183.717,98	1,13
Sul	19.059,48	183.717,98	10,37
Sudeste	133.689,35	183.717,98	72,77
Nordeste	4.572,38	183.717,98	2,49
Outras	16.047,08	183.717,98	8,73

Produtos com benefícios ambientais e sociais

- BNDES Finem: em 2013, foram contratados cerca de R\$ 9 milhões para nove projetos¹ de empresas que visam melhorar sua responsabilidade social e que sejam voltadas para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas e R\$ 750 milhões em projetos de energia renovável e eficiência energética. **GRI FS7**
- BNDES Automático: destinado a projetos de reflorestamento, eficiência energética e geração de energia renovável. Em 2013, nove projetos receberam a quantia de R\$ 23 milhões. **GRI FS8**
- Crédito Rural: em 2013, R\$ 2,8 milhões foram destinados ao cultivo de eucalipto voltado à produção de celulose. **GRI FS8**
- Banco Interamericano de Desenvolvimento: US\$ 200 milhões foram repassados a projetos de energia renovável, eficiência energética, produção limpa, biocombustíveis, construção sustentável, entre outros, em 2013. **GRI FS8**
- Financiamentos com recursos próprios: voltados a projetos de energia eólica, representaram R\$ 400 milhões. **GRI FS8**
- *International Finance Corporation*: voltado a projetos em regiões subdesenvolvidas do Norte e Nordeste, o investimento, em 2013, foi de US\$ 430 milhões. **GRI FS7**

Em 2013, o valor envolvido nas operações financiadas com benefício ambiental e social equivale a aproximadamente 1,5% da carteira de crédito do Itaú BBA e um total de, aproximadamente, R\$ 2.659 milhões². **GRI FS8**

¹ Não são beneficiadas ações impostas por lei, ato administrativo, decisões judiciais e obrigações decorrentes de licenciamento ambiental, nem ações exclusivamente voltadas ao desempenho comercial e competitivo.

² A conversão do valor em US\$ para R\$ ocorreu utilizando a taxa de câmbio de 31/12/2013, divulgada pelo Bacen em www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao: 2,34.

Microcrédito

Conhecido como microcrédito produtivo orientado, o crédito é oferecido apenas para microempreendedores formais e informais. Agentes de microcrédito (saiba mais abaixo) analisam as características da região e do tomador de crédito, em uma avaliação que considera o caráter, a capacidade de pagamento, o capital, as condições e os efeitos que a concessão desse crédito pode causar na vida do empreendedor e da comunidade. **GRI Forma de gestão FS1 e FS2**

O microcrédito beneficia empreendedores que não possuem acesso ao sistema financeiro tradicional. Os clientes são, em sua maioria, mulheres casadas, entre 36 e 45 anos de idade, e que possuem até o segundo grau completo.

Liberado o crédito, os agentes visitam os empreendimentos para acompanhar a utilização dos recursos. O cliente preenche, ainda, uma ficha de avaliação econômica e financeira (FAEF) e envia as evidências necessárias para o Comitê de Crédito (saiba mais abaixo). Em caso de não cumprimento das condicionantes para a concessão do crédito, o agente deve orientar o cliente. Caso as recomendações não sejam seguidas, o contrato pode não ser renovado. **GRI Forma de gestão FS3**

Para orientar os processos decisórios de concessão de crédito, o Itaú Microcrédito utiliza a Política de Crédito e a Circular de Processos de Concessão e Análise de Crédito. Todos os colaboradores têm acesso a esses documentos. Mensalmente, é realizada uma auditoria nas operações e nos processos internos e externos, a fim de garantir a aplicabilidade das políticas. **GRI Forma de gestão FS1**

Os agentes de microcrédito **GRI Forma de gestão FS4**

Os agentes de microcrédito passam por treinamentos com aulas práticas e teóricas sobre análise de crédito, técnicas de cobrança e de vendas, gestão financeira, ética e contabilidade, e orientação sobre microcrédito produtivo orientado.

A ideia é fornecer a devida capacitação para que a equipe possa orientar o microempreendedor a escolher a modalidade de crédito mais adequada. Em 2013, aproximadamente 32 novos colaboradores passaram por treinamentos, que ocorrem trimestralmente, sendo que os funcionários efetivados podem participar de um novo treinamento.

Em 2013, foi criado o Comitê de Crédito Presencial, para que agentes de microcrédito e analistas discutam sobre a aprovação de créditos. O comitê também orienta a realização de treinamentos de reciclagem dos agentes. Atualmente, 100% dos agentes participaram do comitê, que se reúne semanalmente.

Modalidades de crédito

O microcrédito busca beneficiar empreendedores que não conseguem, por meio do sistema financeiro tradicional, o crédito necessário para investir em seus negócios. O benefício social disponível nessa linha é equivalente à carteira do produto e o total de crédito disponibilizado desde o início da operação. **GRI FS7**

O microcrédito abrange empreendedores que buscam crédito para expandir seus negócios, com taxa de juros mais acessíveis. Outro diferencial é o acompanhamento de um agente de microcrédito, treinado para orientar o microempreendedor na escolha do crédito.

GRI FS7

Nas operações denominadas 1º piso, oferecemos microcrédito a empreendedores urbanos (formais ou informais) envolvidos em atividades produtivas de pequeno porte. Já a operação de 2º piso complementa essa operação, concedendo crédito para microempreendedores por meio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) em regiões não atendidas pelo 1º piso.

O crédito concedido pode ser destinado à compra de mercadorias, reposição de estoques, compra de máquinas e de equipamentos ou reforma e ampliação do local de trabalho. As condicionantes dessa modalidade de crédito incluem:

- Ser um microempresário ou trabalhador por conta própria, formal (com CNPJ) ou informal;
- Ser proprietário ou sócio;
- Manter um faturamento anual de até R\$ 360 mil;
- Trabalhar no ramo há no mínimo um ano;
- Ter idade mínima de 18 anos;
- Caso tenha conta-corrente, disponibilizar uma cópia dos extratos (pessoa física ou jurídica) dos últimos 60 dias;
- No primeiro crédito, solicitar no mínimo R\$ 400 e no máximo R\$ 10 mil; na renovação, solicitar no mínimo R\$ 400 e no máximo R\$ 14,2 mil;
- Receber o crédito no mínimo em 4 parcelas e no máximo em 12.

Em 2013, foram concedidos 7.653 créditos, totalizando um financiamento no valor de R\$ 30,9 milhões, crescimento de 26% em relação a 2012. No mesmo período, foram 49.234 créditos, que somam cerca de R\$ 162,6 milhões. **GRI FS6 e FS7**

Pontos de acesso

O Itaú Microcrédito está localizado em áreas economicamente desfavorecidas, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Essas áreas estão a pelo menos quatro quilômetros quadrados de um agente de microcrédito e foram mapeadas em um estudo de georreferenciamento que considerou locais com concentração de microempreendedorismo. Em 2013, houve uma revisão das áreas de atuação, que resultou na redistribuição dos agentes constituindo novas áreas de atendimento visando preservar a essência do produto. Não existem pontos físicos em nossas operações. A equipe está presente nas comunidades. **GRI FS13**

Desenvolvemos iniciativas para facilitar o acesso de pessoas em situações de vulnerabilidade aos serviços financeiros. Entre elas estão o Programa de Relacionamento e Apoio às Instituições de Microfinanças (IMFs), o Microcrédito Produtivo Orientado e o Microseguro Prestamista. **GRI FS14**

Canais de relacionamento e interações **Forma de gestão FS5**

A proximidade com o cliente ajuda a fomentar o desenvolvimento social e financeiro do microempreendedor. Canais de relacionamento como o SAC Itaú Unibanco (0800-728-0728), a Central Itaú Microcrédito (11-4004-1937) e o *e-mail* itau-microcredito@itau-unibanco.com.br estão disponíveis para todos os clientes.

Os agentes de microcrédito selecionam os microempreendedores que irão participar de cafés da manhã com especialistas. Nesses encontros, a equipe do Itaú Microcrédito se reúne com microempreendedores para explicar sobre o produto e dar dicas sobre educação financeira. Nas Feiras de Empreendedorismo, a seleção é feita por meio de ONGs parceiras, que recrutam microempreendedores da região em que atuam e convidam os moradores das comunidades para participarem. Em 2013, foram realizadas quatro feiras, com palestras de Educação Financeira ou Marketing para Microempreendedores. O objetivo dessas ações é atrair mais clientes e expandir o conhecimento do produto e da marca pelas comunidades.

Em março de 2013, organizamos o evento Novos Negócios em Serviços Financeiros para a Base da Pirâmide, em parceria com a Ande (Aspen Network of Development Entrepreneurs). A ocasião contou com a presença de formadores de opinião e pessoas relacionadas ao tema. O objetivo foi explorar as necessidades dos públicos da base da pirâmide para serviços financeiros, identificar soluções inovadoras na oferta de produtos e serviços e criar redes de conhecimento sobre os serviços financeiros. Ao término, foi feita uma avaliação dos participantes: 55% tiveram as expectativas superadas e 75% apontaram os assuntos como relevantes para seus trabalhos.

Para o 2º piso, realizamos um encontro com instituições parceiras e de grande relevância no mercado, buscando a troca de conhecimentos e as boas práticas de microfinanças. Envolvemos a diretoria e o conselho das instituições para discutir planos de ação e determinar o planejamento para a utilização dos recursos disponibilizados pelo Itaú Unibanco.

Em 2013, também atuamos institucionalmente, por meio da campanha #issomudaomundo, e do patrocínio do documentário Qual é o teu negócio, que conta a história de 14 microempreendedores de São Paulo e Rio de Janeiro, clientes do Itaú Microcrédito, que foi exibido em comunidades de São Paulo graças ao nosso patrocínio.

Itaú Seguros

Os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI) GRI Forma de gestão FS1

Os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês) têm como objetivo estabelecer e disseminar para a indústria de seguros diretrizes ambientais, sociais e de governança (ASG), a serem consideradas no dia a dia dos seus negócios e na relação com os seus públicos de interesse. O PSI busca, ainda, minimizar exposições a riscos socioambientais e impulsionar o adequado gerenciamento por parte das empresas de seguros.

Acompanhamento com foco em resultados GRI Forma de gestão FS2

Por meio de Comitês ou Grupos de Trabalho específicos, a Itaú Seguros garante um processo de avaliação de risco socioambiental alinhado às diretrizes corporativas. Criado em 2013, o Comitê Específico de Seguros está alinhado às diretrizes corporativas da Política de Risco Socioambiental corporativa e busca implementar efetivamente diretrizes do PSI. Com o diretor executivo da Seguradora como responsável, o comitê se reúne periodicamente.

Monitoramento constante – Soluções corporativas **GRI Forma de gestão FS3**

Em 2013, iniciamos um estudo para promover a avaliação dos aspectos sociais e ambientais nas linhas de negócio comercializadas: Garantia, Responsabilidade Civil, Patrimonial e Transporte. Criamos, ainda, um portal interno que abrange todos os tópicos relativos à sustentabilidade (entre eles, a Política de Risco Socioambiental e o PSI).

Especificamente no segmento de Responsabilidade Civil Ambiental, eventualmente poderão ser monitorados aspectos específicos ao longo da vigência da apólice, e também após a ocorrência de sinistro que tenha ocasionado danos físicos às pessoas e danos materiais sofridos por terceiros no local segurado. A periodicidade do monitoramento varia de acordo com a atividade desenvolvida, com as coberturas e os limites contratados, com as exigências do ressegurador e com as ações em desenvolvimento ou a serem implementadas.

Ainda podem ser realizadas visitas periódicas aos segurados. Dependendo das condições do local e da gestão sobre assuntos sociais e ambientais pelo segurado, as visitas podem gerar aditivos contratuais, que poderão passar a ser monitorados.

Aprimoramento de competências **Forma de gestão FS4**

Em 2013, cerca de 300 colaboradores da área de Soluções Corporativas receberam treinamentos sobre a Política de Risco Socioambiental e o PSI, com carga horária de quatro horas. Ainda ocorreram palestras e *workshops* sobre temas como trabalho em condições degradantes; mudanças climáticas; questões polêmicas envolvendo amianto/asbesto; e sustentabilidade aplicada em seguros.

No mesmo ano, realizamos um treinamento sobre o PSI para todas as áreas da Diretoria de Seguros Massificados, integrando os Princípios para Sustentabilidade em Seguros no dia a dia das equipes e na estratégia do negócio. O treinamento também resultou em um mapeamento por parte das equipes para a aplicação dos princípios na ótica dos negócios.

Interações **Forma de gestão FS5**

Em 2013, firmamos uma parceria de resseguro para o Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, cobrindo riscos decorrentes da poluição ambiental que venham a causar danos ao meio ambiente e a terceiros.

No mesmo ano, participamos da Comissão sobre Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg). Junto a outras seguradoras que atuam no segmento do Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, discutimos questões como direito ambiental e interpretações legais.

Participamos do Seminário sobre os Impactos Jurídicos e Operacionais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no mercado segurador via grupo de trabalho em sustentabilidade da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

Também dialogamos com a Crawford Brasil, uma das maiores empresas mundiais de sinistros, quando foi possível trocar informações sobre procedimentos de levantamento de perdas e identificação de riscos, grandes catástrofes e eventos climáticos expressivos. Nossa intenção é estender esses contatos a outros prestadores.

Guia de Subscrição – Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental GRI FS8

Em 2013, somamos 14 apólices, gerando R\$ 3,93 milhões em prêmios nessa linha, que representa 0,17% do total de faturamento nas linhas de negócios dos Seguros Grandes Riscos.

Produtos e portfólio

Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais – destinados a empresas públicas e privadas, nos setores industrial, comercial e de serviços, oferecendo aos seus colaboradores, sócios e proprietários, em caso de morte do titular, benefícios como: cobertura de indenização, cesta básica, auxílio-funeral e o Fique Bem, atendimento psicológico e financeiro. **GRI FS7**

Seguro Prestamista – proteção financeira: destinado a clientes que contratam empréstimo, financiamento ou assumem compromisso de pagamento mensal com o banco. O seguro cobre quitação total ou parcial da dívida para as seguintes coberturas: demissões para trabalhadores CLT, incapacidade total e temporária para trabalhadores autônomos ou profissionais liberais, invalidez permanente por acidente e morte. Também há um Seguro Prestamista voltado a financiamentos de microcrédito; em 2013 contabilizamos 1.743.870 contratos prestamistas. **GRI FS7**

Em 2013, implantamos uma ferramenta para avaliar se nossos produtos e processos estão aderentes aos aspectos abordados em cada um dos princípios do PSI. Criações e alterações de produtos e processos passam, obrigatoriamente, por essa avaliação. Por meio de perguntas, respostas e exemplos, a ferramenta conduz o gestor a analisar as questões sociais, ambientais e de governança (ASG) envolvidas, classificando o grau de aderência do produto ao PSI. Além de identificar o *status* do produto ou processo, ao gerar uma avaliação para o gestor responsável, a ferramenta promove o conhecimento dos colaboradores em relação aos aspectos ASG. **GRI FS7**

Porcentagem do portfólio por linha de negócio e setor em 2013 GRI FS6

Linha de negócio	Setor¹	Valor do Portfólio (em milhões de reais)	Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)	Valor do Portfólio (porcentagem)
Seguros Patrimoniais	Comércio de produtos alimentícios e bebidas	8,48	165,32	5,13
Seguros Patrimoniais	Comércio de produtos para o vestuário	1,87	165,32	1,13
Seguros Patrimoniais	Comércio – empresas não classificadas	95,17	165,32	57,57
Seguros Patrimoniais	Construção civil	2,77	165,32	1,68
Seguros Patrimoniais	Empresas atuantes em diversos ramos	2,49	165,32	1,51
Seguros Patrimoniais	Indústria – empresas não classificadas	7,19	165,32	4,35
Seguros Patrimoniais	Serviços – empresas não classificadas	19,03	165,32	11,51
Seguros Patrimoniais	Transportes	1,68	165,32	1,02
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Atividades não cadastradas	36,36	1.079,52	3,37
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Comércio de produtos alimentícios e bebidas	28	1.079,52	2,59
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Comércio – empresas não classificadas	79,61	1.079,52	7,37
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Construção civil	83,95	1.079,52	7,78

Linha de negócio	Setor ¹	Valor do Portfólio (em milhões de reais)	Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)	Valor do Portfólio (porcentagem)
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Empresas atuantes em diversos ramos	30,34	1.079,52	2,81
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria de veículos e peças	13,93	1.079,52	1,29
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria – empresas não classificadas	97,43	1.079,52	9,03
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Metalurgia	14,56	1.079,52	1,35
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços do setor público	96,4	1.079,52	8,93
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços – empresas não cadastradas	161,4	1.079,52	14,95
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços de administração pública	78,22	1.079,52	7,25
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços de reparação, manutenção e instalação	11,69	1.079,52	1,08
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Transportes	25	1.079,52	2,32

¹ Divulgados apenas os setores que representam acima de 1% do portfólio.

Porcentagem do portfólio por linha de negócio e região em 2013 GRI FS6

Linha de Negócio	Região	Valor do Portfólio (em milhões de reais)	Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)	Valor do Portfólio (porcentagem)
Seguros Patrimoniais	AM	1,64	165,32	0,99
Seguros Patrimoniais	BA	6,15	165,32	3,72
Seguros Patrimoniais	CE	3,6	165,32	2,18
Seguros Patrimoniais	DF	2,59	165,32	1,57
Seguros Patrimoniais	ES	2,06	165,32	1,25
Seguros Patrimoniais	GO	5,04	165,32	3,05
Seguros Patrimoniais	MG	12,62	165,32	7,63
Seguros Patrimoniais	MT	2,12	165,32	1,28
Seguros Patrimoniais	PE	5,23	165,32	3,16
Seguros Patrimoniais	PR	9,58	165,32	5,79
Seguros Patrimoniais	RJ	21,18	165,32	12,81
Seguros Patrimoniais	RS	4,35	165,32	2,63
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	BA	18,82	1.079,52	1,74
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	CE	8,64	1.079,52	0,80
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	ES	3,83	1.079,52	0,35
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	GO	12,38	1.079,52	1,15
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	MG	83,7	1.079,52	7,75
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	PE	14,36	1.079,52	1,33
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	PR	42,83	1.079,52	3,97

Linha de Negócio	Região	Valor do Portfólio (em milhões de reais)	Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)	Valor do Portfólio (porcentagem)
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	RJ	120,27	1.079,52	11,14
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	RS	20,73	1.079,52	1,92
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	SC	31,29	1.079,52	2,90
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	SP	356,89	1.079,52	33,06

WMS

A Itaú Asset Management desenvolveu uma metodologia para integrar questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG, em inglês) no processo de avaliação das empresas que compõem os fundos de renda variável com gestão ativa. **GRI Forma de gestão FS1 e FS2**

A empresa possui uma estrutura dedicada ao tema, composta por um gestor e um analista SRI e realiza análises por meio de visitas nas empresas avaliadas para refinar o resultados das análises. **Forma de gestão FS4 e FS5**

A experiência da Itaú Asset com investimento responsável iniciou-se em 2004, com o lançamento do Fundo Itaú Excelência Social (Fies). Ao longo do tempo, sua estratégia de investimento evoluiu e serve como uma incubadora para o modelo de integração ASG desenvolvido pela Itaú Asset Management. Desde 2010, o Fies mantém a exclusão de determinados setores/empresas, aplicando também o método de integração ASG para os demais ativos elegíveis para investimento. **GRI Forma de gestão FS1 e FS2**

Itaú Asset Management e o PRI **Forma de gestão FS5**

A Itaú Asset Management patrocinou, em 2013, o encontro anual dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), da Organização das Nações Unidas (ONU). Realizado em outubro, na Cidade do Cabo, África do Sul, reuniu representantes de grandes investidores institucionais, gestores de recursos e provedores de serviços para compartilhar os avanços e desafios da integração de questões ASG nas decisões de investimento.

Também em 2013, em conjunto com representantes do PRI e da PREVI, a Itaú Asset Management participou de eventos em Santiago, no Chile, e em Bogotá, na Colômbia, para debater sobre a integração de questões ambientais, sociais e de governança aos processos de avaliação de empresas investidas. Na ocasião, a Itaú Asset Management apresentou sua metodologia para analistas e representantes de Fundos de Pensão chilenos e colombianos. **Forma de gestão FS5**

Fundos Socioambientais

- Fies (Fundos Itaú Excelência Social): desde 2004, o Fies segue a filosofia de investimento responsável para a construção de seu portfólio, investindo em ações de empresas socialmente responsáveis. Adicionalmente, 50% da taxa de administração dos fundos Fies é destinada para projetos educacionais desenvolvidos por ONGs. De 2004 a 2013, foram destinados R\$ 22,4 milhões a 131 ONGs, beneficiando 24 mil crianças e 2,5 mil educadores. Em 2014, outras 15 organizações serão apoiadas – um total de R\$ 2,8 milhões. **GRI FS7**
- Fundos Itaú Ecomudança: reverterem 30% da taxa de administração para projetos de ONGs com foco na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). De 2009 a 2013, o Programa reverteu aproximadamente R\$ 3 milhões, beneficiando 18 entidades de 13 estados brasileiros. **GRI FS8**
- Fundo Itaú Futura: entre 2010 e 2013, o Fundo Social Itaú Futura DI destinou mais de R\$ 697 mil a projetos educacionais desenvolvidos pelo Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, recurso que representa 30% de sua taxa de administração. **GRI FS7**

Triagem de ativos e política de votos

Atualmente, 80% das empresas listadas no Índice Bovespa foram avaliadas pela metodologia pela Itaú Asset Management, para integrar questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG, em inglês) no processo de avaliação das empresas.

A Política de Exercício do Direito de Voto em Assembleias de Empresas Investidas (Política de *Proxy Voting* – disponível em www.itauassetmanagement.com.br) prevê a avaliação de questões ASG no exercício do direito de voto. Alinhado ao código de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o documento reforça o compromisso em influenciar positivamente a gestão das empresas. **GRI FS11 e FS12**

Financiamento imobiliário

A área de Financiamento Imobiliário também segue a Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco. As diretrizes se aplicam a todos os financiamentos destinados à construção de empreendimentos, comerciais e residências, em todas as regiões do Brasil. Em 2013, o nosso portfólio de plano empresarial, oferecido principalmente para empresas com faturamento anual acima de R\$ 30 milhões, chegou ao valor de R\$ 9,7 bilhões. **GRI Forma de gestão FS1 e FS6.**

Na avaliação, um questionário sobre os aspectos gerais do terreno é aplicado. O cliente deve informar se anteriormente existia indústria, posto de gasolina, lixão ou ferro velho no local, bem como se já houve descarte de efluentes líquidos ou se há corpos hídricos ou vegetação presente na região. Contamos com escritórios de engenharia parceiros para a realizar desse trabalho, e nossos profissionais são treinados para realizarem o levantamento visual e consultas em *sites* e portais de prefeituras ou órgãos responsáveis. Um profissional especializado faz vistorias mensais para acompanhamento da obra. **GRI Forma de gestão FS1, FS2 e FS4**

Caso seja identificado algum risco financeiro, ambiental ou de imagem para o banco, a operação é submetida à análise da área socioambiental, que emite um parecer. O Comitê de Crédito é acionado e decide se o banco irá ou não prosseguir com a contratação. Também podem ser elaborados planos de ação e, quando necessário, o departamento Jurídico é acionado para que sejam tomadas as medidas cabíveis. **GRI Forma de gestão FS1 e FS2**

Financiamento de Veículos

A Itaured Veículos, área de Crédito Pessoa Jurídica, avalia os riscos socioambientais de seus clientes, em operações de financiamento de veículos, por meio de uma metodologia própria, que está alinhada com a Política Corporativa de Riscos Socioambientais.

A análise se aplica-se a pessoas jurídicas da área de Financiamento de Veículos (correntistas e não correntistas), com envolvimento de crédito no valor igual ou superior a R\$ 5 milhões, tomando-se como referência os riscos existentes ou os limites de crédito disponíveis no banco.

Para o caso de correntistas, a obrigatoriedade da avaliação do risco socioambiental por parte da Itaured deverá respeitar os seguintes critérios, desde que obedecida a condição anterior.

- Risco A: quando o risco já existente na Itaured, somado ao valor da operação proposta, for igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- Risco B: quando o risco já existente na Itaured, somado ao valor da operação proposta, for igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- Risco C: para essas empresas, correntistas ou não correntistas, não são realizadas análises de risco socioambiental. As empresas são classificadas por meio de um *rating*, de acordo com o grau do seu risco (a, a+ ou a-). São consideradas mitigadores de risco as certificações dos segmentos em que atuam (ISO 9001, SASSMAQ, entre outras). **Forma de gestão FS1 e FS2**

A concessão do crédito é aprovada ou recusada somente após análise da Comissão de Crédito, que formula recomendações com base em avaliações do ramo de atividades e pesquisas em órgãos reguladores. **Forma de gestão FS2 e FS3**

O banco não concede crédito para empresas que possuam atividades relacionadas direta ou indiretamente à prostituição, que utilizem mão de obra infantil ou que estejam incluídas na Lista Suja do Ministério do Trabalho. Essas atividades compõem a lista de atividades proibidas do Itaú Unibanco.

A verificação da Lista Proibida é complementada pelo processo de análise de crédito Know Your Customer (KYC) – Conheça o seu Cliente –, tendo como base os procedimentos descritos na política setorial de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD). **GRI Forma de gestão FS2**

A Política de Risco Socioambiental está disponível aos colaboradores na intranet do banco. Para sua implementação efetiva, a equipe de crédito PJ passou por treinamentos, acompanhada pela área de recursos humanos. **Forma de gestão FS4**

Carteira de Produtos

Porcentagem do portfólio da área de Financiamento de Veículos, por setor, em 2013 GRI FS6

Setor	Valor do Portfólio (em milhões de reais)		Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)		Valor do Portfólio (percentual da linha de negócio)	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Transporte	4.794,06	5.116,51	9.735,00	9.867,63	49,00	51,85
Materiais de Construção	690,97	696,28	9.735,00	9.867,63	7,00	7,06
Veículos Leves e Pesados	439,86	358,33	9.735,00	9.867,63	5,00	5,28
Alimentos – Indústria	489,32	520,84	9.735,00	9.867,63	5,00	3,63
Outros (com valor de portfólio bem menor que as quatro principais)	3.320,80	3.175,66	9.735,00	9.867,63	34,00	32,18

Porcentagem do portfólio da área de Financiamento de Veículos, por região, em 2013 GRI FS6

Região	Valor do Portfólio (em milhões de reais)		Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)		Valor do Portfólio (percentual da linha de negócio)	
	2012 ¹	2013	2012 ¹	2013	2012 ¹	2013
Sudeste	4.263,84	4.181,57	9.735,00	9.867,63	43,80	42,38
Sul	3.122,28	3.184,78	9.735,00	9.867,63	32,07	32,28
Centro-Oeste	833,43	898,91	9.735,00	9.867,63	8,56	9,11
Nordeste	1.099,79	1.188,60	9.735,00	9.867,63	11,30	12,05
Norte	414,07	413,77	9.735,00	9.867,63	4,25	4,19

¹ Em 2013, os dados sobre os produtos "sem informação" foram realocados nas cinco regiões do Brasil.

Porcentagem do portfólio da área de Financiamento de Veículos, por tamanho, em 2013 GRI FS6

Tamanho do negócio	Valor do Portfólio (em milhões de reais)		Total do Valor da Linha de Negócio (em milhões de reais)		Valor do Portfólio (percentual da linha de negócio)	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Microempresa (0 a 2.400,00 mil)	4.459,43	3.643,11	9.735,00	9.867,63	46,00	36,92
Pequena Empresa (2.400,01 a 16.000,00 mil)	3.179,29	3.907,33	9.735,00	9.867,63	33,00	39,60
Média Empresa (16.000,01 a 90.000,00 mil)	1.218,88	1.739,97	9.735,00	9.867,63	13,00	17,63
Média/Grande Empresa (90.000,00 a 300.000,00 mil)	233,54	463,19	9.735,00	9.867,63	2,00	4,69
Grande Empresa (acima de 300.000,01 mil)	43,19	107,24	9.735,00	9.867,63	0,00	1,09
Sem Informação	600,68	6,78	9.735,00	9.867,63	6,00	0,07

Carta de Asseguração PwC

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013

Aos Administradores
Itaú Unibanco Holding S.A.
São Paulo- SP

Introdução

Fomos contratados pelo Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013 do Itaú Unibanco Holding S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Responsabilidades da administração sobre o Relatório Anual 2013

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013 de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade com base na NBC TO 3000 -Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de se obter segurança limitada de que as informações contidas no Relatório Anual 2013, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e a ISAE 3000 consiste, principalmente, de indagações à administração e outros profissionais do Banco envolvidos na elaboração das informações de sustentabilidade, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para se obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório Anual 2013 do Banco;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013; e
- (d) Obtenção de evidências dos indicadores do GRI - G4, selecionados como os mais relevantes (materiais), contidos no Relatório Anual 2013, e apresentados no "Sumário GRI".

Os trabalhos de asseguuração limitada compreenderam, também, a aplicação de procedimentos quanto à aderência com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) aplicáveis na elaboração das informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguuração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguuração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013. Consequentemente, não nos foi possível obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguuração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitas a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os exercícios anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013 do Itaú Unibanco Holding S.A. não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4).

São Paulo, 08 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Declaração de Garantia (Assurance Statement) Itaú Unibanco

A BSD Consulting executou um processo de verificação independente da gestão de sustentabilidade do Itaú Unibanco, de acordo com as diretrizes da AA1000 Assurance Standard. A BSD Consulting acompanha, de forma contínua, os processos de gestão de sustentabilidade e de elaboração do Relatório Anual do banco.

Independência

Trabalhamos de forma independente e asseguramos que nenhum integrante da BSD mantém contratos de consultoria ou outros vínculos comerciais com o Itaú Unibanco. A BSD Consulting (Brasil) é licenciada pela AccountAbility como provedor de garantia (AA1000 Licensed Assurance Provider), sob o registro 000-33.

Nossa Competência

A BSD Consulting é uma empresa especializada em sustentabilidade. Os trabalhos foram conduzidos por uma equipe de profissionais experientes e capacitados em processos de verificação externa.

Responsabilidades do Itaú Unibanco e da BSD

Todo conteúdo do Relatório Anual 2013, processos de engajamento e definição da materialidade são de responsabilidade do Itaú Unibanco. As atividades de avaliação da confiabilidade dos dados relatados e a conferência da opção “de acordo” da GRI-G4 não foram objeto de trabalho da BSD.

Escopo e Limitações

O escopo de nossos trabalhos inclui as informações sobre a gestão de sustentabilidade contidas no Relatório Anual 2013 do Itaú Unibanco, pelo período coberto pelo relatório. O processo de verificação foi conduzido de acordo com o padrão AA1000AS 2008 (AA1000 Assurance Standard 2008), Tipo 1, proporcionando um nível moderado de *assurance*. O processo abrange a avaliação da aderência aos três princípios: Inclusão, Materialidade e Capacidade de Resposta.

Metodologia

A abordagem de verificação do processo AA1000 consistiu em:

- Entendimento do processo de geração de informações para o Relatório Anual, considerando o processo de engajamento e definição do conteúdo;
- Entendimento do desdobramento do Mapa de Sustentabilidade;
- Avaliação do processo de definição dos assuntos materiais do banco;
- Participação em encontro com stakeholders para a discussão do pilar de Educação Financeira;
- Entrevistas com gestores para avaliar a abordagem em relação à gestão dos temas materiais, incluindo entrevistas em agências, postos de atendimento (PABs) e representantes de mercados internacionais;
- Análise de documentos internos e comunicações externas para comprovar e evidenciar o processo de tomada de decisões sobre os temas relevantes;
- Análise da percepção dos gestores e funcionários sobre os compromissos assumidos pelo Banco por meio da Política de Sustentabilidade

Principais Conclusões

No seu relatório de 2013, o Itaú Unibanco integrou as informações sociais e ambientais no processo de relato anual da empresa. O banco ampliou a lista de assuntos materiais, acrescentando os temas de relação com clientes, relação com colaborador e eficiência. Esse fato permitiu que – além de criar progresso nos temas estratégicos – o banco redirecione sua atenção a áreas que são fundamentais para criação e manutenção de valor sustentável, que a organização pretende fornecer aos seus stakeholders.

Agrupamos, na sequência, nossas principais conclusões em relação aos três princípios da AA1000AS (2008):

1. Inclusão – aborda a participação de stakeholders no desenvolvimento de um processo de gestão de sustentabilidade transparente e estratégico

- O banco promoveu um processo de engajamento com stakeholders internos e externos para aprofundar a abordagem do tema estratégico “Educação Financeira”. Esse processo contribuirá com um melhor posicionamento e avanço do tema no banco, principalmente no que diz respeito a atitude correta na venda de produtos e na assessoria aos clientes pelos gerentes de contas. Há oportunidade de aprofundar a disseminação de conceitos nas pontas, principalmente nas agências.
- Os conceitos de sustentabilidade do Itaú Unibanco estão integrados nas operações internacionais do banco. É importante manter um alinhamento claro nos processos de análise de risco socioambiental, uma vez que mercados como Chile e Paraguai utilizam os Princípios do Pacto Global como parâmetros de avaliação, enquanto que no mercado brasileiro, a política de análise de crédito está de acordo com os Princípios do Equador para análise de projetos.
- O processo formal de avaliação e seleção de fornecedores em termos sociais e ambientais já atingiu mais de 90% dos contratos de compra do Itaú Unibanco, reduzindo os riscos existentes de não cumprimento dos critérios de sustentabilidade e qualidade estabelecidos. Por outro lado, há oportunidades de melhoria nos processos de contratações de serviços para realização de atividades nas pontas agências e PABs, onde auditorias pontuais poderiam contribuir com a manutenção do nível dos prestadores de serviço adequado aos padrões do banco.

2. Materialidade (ou Relevância) – trata de assuntos necessários para que os stakeholders tomem conclusões sobre o desempenho econômico, social e ambiental da organização.

- O banco reconheceu a importância e ampliou o entendimento do seu papel em relação ao tema “Educação Financeira”. A implementação de treinamentos e sensibilizações mostrou impactos positivos com o público interno. Ações educativas para os clientes foram iniciadas junto às agências. A integração do tema às avaliações de desempenho dos gerentes é crucial para a consolidação do tema nas atividades cotidianas.
- A inclusão de “Relação com colaborador” na lista de temas materiais é importante devido a recentes evoluções dentro do quadro do banco que sofreu um processo de reestruturação e vive em um ambiente altamente competitivo. Nas agências, a pressão para atingir metas chega a prejudicar o ambiente de trabalho necessário para implementação de medidas sustentáveis.
- “Eficiência” como tema material de sustentabilidade ainda está fortemente atrelado à redução de recursos nas unidades do banco. Porém, o trabalho realizado pela área responsável mostra seu impacto financeiro e sua contribuição com a gestão sustentável, fornecendo exemplos práticos de eliminação de gastos e uso de recursos desnecessários.
- A materialidade das operações internacionais merece uma atenção no futuro. Apesar de não ter um papel significativo na consolidação de receitas do Banco como um todo, em alguns casos, o Itaú é um dos principais atores do sistema financeiro nos países em que atua tendo influência significativa nas práticas do setor financeiro desses mercados.

3. Capacidade de Resposta – aborda as ações tomadas pela organização em decorrência de demandas específicas de stakeholders

- O banco evidenciou nos anos recentes um aumento de doenças ocupacionais. Com isso, o tema foi levado ao conhecimento da alta administração que já tomou medidas para mitigar essas ocorrências e mantém um diálogo proativo com os sindicatos para tratar do assunto.
- Em 2013, o Itaú Unibanco manteve a tendência de redução de reclamações de clientes, alimentando um diálogo constante com os organismos de defesa do consumidor e a política interna de satisfação dos clientes. Existe a oportunidade de melhor aproveitar fóruns de diálogo com o público interno e o próprio Fórum de Clientes do banco na busca de melhorias para o atendimento.

São Paulo, 23.04.2014

BSD Consulting (Brasil)



Outros



Imobilizado de uso e outras imobilizações de uso

Somos proprietários de nossos principais escritórios localizados na cidade de São Paulo (Brasil), bem como em vários outros prédios administrativos. Os principais escritórios e atividades realizadas em cada um deles são:

- Centro Empresarial Itaú Unibanco, localizado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo – sede, departamento comercial, atividades de suporte e principais áreas administrativas, com área total de 139.547 m²;
- Centro Administrativo Tatuapé, localizado na Rua Santa Virgínia/Rua Santa Catarina, 299, São Paulo – centro administrativo, com área total de 39.787 m²;
- Centro Tecnológico, localizado na Avenida do Estado, 5.533, São Paulo – centro de processamento de dados, com área total de 70.255 m²;
- Nossos escritórios alugados, localizados na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º ao 12º andar, São Paulo, com área total de 15.301 m²; na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 7815, Torre I – 3º ao 13º andar, Torre II – 5º andar, São Paulo, com área total de 16.799 m²; e na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 1º ao 3º andar, 13º e 14º andares, com área total de 3.357 m² – atividades do banco de atacado e de investimento;
- Centro Administrativo Raposo, localizado na Rua João Moreira Sales, 130, Jardim Monte Alegre, São Paulo – centro administrativo e centro de processamento de dados, com área total de 34.436 m²;
- Centro Administrativo Pinheiros, localizado na Avenida Eusébio Matoso, 891, Pinheiros, São Paulo – centro administrativo, com área total de 21.163 m²;
- Centro Administrativo Patriarca, localizado na Praça do Patriarca, 30 / Rua Direita, 250, São Paulo – centro administrativo, com área total de 14.698 m²;
- Centro Administrativo Brigadeiro, localizado na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1807, 1813, 1827, 1853, São Paulo – centro administrativo, com área total de 21.350 m²;
- Centro Administrativo ITM, localizado na Avenida Engenheiro Roberto Zuccollo, 555, São Paulo – centro administrativo, com área total de 39.979 m².

Alugamos também parte dos nossos escritórios administrativos, e a maioria das nossas agências, por preços competitivos, de terceiros e mediante contratos de aluguel renováveis, com prazos de vencimento desde o primeiro semestre de 2013 (que estão sendo renovados com condições semelhantes) até o quarto trimestre de 2032. Em 31 de dezembro de 2013, também éramos proprietários de 13% dos nossos escritórios da administração central e agências (inclusive postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos e estacionamentos) e alugamos os outros 87%.

Adicionalmente, em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo *data center* no Estado de São Paulo.

Informações sobre tendências

Esperamos que vários fatores afetem nossos futuros resultados das operações, liquidez e recursos de capital, incluindo:

- O ambiente econômico brasileiro (Consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais detalhes);
- Desdobramentos legais e regulatórios (Consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos legais e regulatórios, para mais detalhes);
- Os efeitos de qualquer turbulência financeira internacional contínua, inclusive sobre a liquidez e o capital exigidos (Consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto global e seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais detalhes);
- Os efeitos da inflação sobre o resultado das nossas operações (Consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, Inflação e flutuações sobre taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós, para mais detalhes);
- Os efeitos das oscilações sobre o valor do real, taxas de câmbio e taxas de juros sobre nossa receita líquida de juros (Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados, Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais detalhes);
- Quaisquer aquisições que venhamos a fazer no futuro (Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco. A integração de negócios adquiridos ou associados envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós).

Como parte da nossa estratégia, continuamos a rever as oportunidades de crescimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, deve-se consultar a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco para comentários sobre os riscos enfrentados em nossas operações e que poderiam afetar nosso negócio, os resultados das operações ou a situação financeira.

Investimentos

Em 27 de janeiro de 2012, anunciamos a construção de um novo centro tecnológico, com investimento total de aproximadamente R\$ 984,0 milhões para a primeira fase do projeto (construção). Em setembro de 2012, anunciamos um investimento de R\$ 10,4 bilhões em tecnologia, inovação e serviços. Em novembro de 2012, anunciamos um investimento adicional de R\$ 687,0 milhões, totalizando um investimento de R\$ 11,1 bilhões em tecnologia, inovações e serviços a ser feito de 2012 a 2015, do qual:

- **R\$ 2,7 bilhões** deverão ser usados para sistemas de processamento de dados;
- **R\$ 0,8 bilhão** deverá ser usado para aquisição de software;
- **R\$ 4,6 bilhões** deverão ser usados para desenvolvimento de sistemas; e
- **R\$ 3,0 bilhões** deverão ser usados para o nosso Data Center no Estado de São Paulo.

Nosso novo data center em construção no Estado de São Paulo, incluirá recursos de ponta projetados para nos proporcionar mais flexibilidade e segurança. As obras começaram em fevereiro de 2012 e estão progredindo conforme planejado, com 95% da construção já concluída, e a expectativa é que sua conclusão ocorra no primeiro trimestre de 2014, quando há expectativa que a configuração e a migração de nossos sistemas de tecnologia ocorrerão no quarto trimestre de 2014 e deverão ser concluídos até julho de 2016. Esse novo data center deverá ser um dos maiores no Brasil, com capacidade para suportar a expansão de nossas operações nas próximas décadas, e ao mesmo tempo manterá nosso compromisso de garantir a disponibilidade de serviços financeiros por meio da melhoria contínua na qualidade, eficiência e satisfação do cliente.

Nosso novo centro de tecnologia está sendo financiado com recursos internos. Do total de R\$ 11,1 bilhões em investimentos no período de 2012 a 2015, 49% foram utilizados de 2012 até 31 de dezembro de 2013.

Consulte a seção Desempenho, item Investimentos, para uma discussão sobre nossos investimentos nos últimos três exercícios fiscais.

Taxas de câmbio

Atualmente, o sistema de câmbio brasileiro permite a compra e venda de moeda estrangeira e a realização de transferências internacionais em reais por qualquer pessoa física ou jurídica, sujeitas a certos procedimentos normativos.

O governo brasileiro pode impor restrições temporárias sobre a conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e sobre a remessa para investidores estrangeiros do resultado dos seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite que o governo imponha essas restrições sempre que houver um desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira ou quando houver razões para se prever um desequilíbrio grave. Não podemos prever se o governo brasileiro imporá restrições às remessas no futuro. O real poderá desvalorizar-se ou valorizar-se de forma significativa em relação ao dólar dos EUA no futuro.

Consulte a seção Nosso Gerenciamento de Risco, item Fatores de Risco, Riscos Macroeconômicos, item “A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente”, para maiores detalhes.

Em 20 de fevereiro de 2014, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos EUA (PTAX) era de R\$ 2,3799 para U\$ 1,00.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a taxa de venda do dólar dos EUA, conforme dados do Banco Central, nos períodos e datas indicadas.

Ano	Taxa de Câmbio da Moeda Brasileira por US\$ 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média ¹	Final do ano
2009	1,7024	2,4218	1,9905	1,7412
2010	1,6554	1,8811	1,7589	1,6662
2011	1,5345	1,9016	1,6709	1,8758
2012	1,7024	2,1121	1,9588	2,0435
2013	1,9528	2,4457	2,1605	2,3426
2014 (até 31 de março de 2014)	2,2603	2,4397	2,3652	2,2630

Fonte: Economática.

1. Representa a média das taxas de câmbio no último dia de cada mês do período em questão.

Mês	Taxa de câmbio da moeda brasileira por US\$ 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média ¹	Final do ano
Setembro 2013	2,2031	2,3897	2,2705	2,2300
Outubro 2013	2,1611	2,2123	2,1886	2,2026
Novembro 2013	2,2426	2,3362	2,2954	2,3249
Dezembro 2013	2,3102	2,3817	2,3455	2,3426
Janeiro 2014	2,3335	2,4397	2,3822	2,4263
Fevereiro 2014	2,3334	2,4238	2,3837	2,3334
Março 2014 (até 31 de março de 2014)	2,2603	2,3649	2,3261	2,2630

Fonte: Economática.

1. Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada dia do período em questão.

Tributação de detentores de ADSs

O resumo a seguir contém uma descrição das principais considerações tributárias referentes aos impostos sobre as rendas federais no Brasil e nos Estados Unidos, decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, não apresentando, contudo, uma descrição completa de todas as considerações tributárias que possam ser relevantes sobre essas questões. Tomamos como base as legislações tributárias em vigor nesta data, no Brasil e nos Estados Unidos, as quais são sujeitas a alterações e diferentes interpretações (possivelmente com efeitos retroativos). Embora não exista, no momento, nenhum acordo referente ao imposto sobre a renda firmado entre Brasil e Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países têm mantido discussões que podem resultar na assinatura de tal tratado. Não podemos assegurar, contudo, quando esse acordo entrará em vigor ou como ele afetará o investidor nos EUA (conforme apresentamos a seguir), detentor das nossas ações preferenciais ou ADSs.

Compradores em potencial das nossas ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus assessores tributários em relação às consequências tributárias decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, em particular o efeito da legislação tributária estadual ou local aplicável a não residentes que não sejam dos EUA.

Considerações sobre tributação no Brasil

Resumimos as principais consequências tributárias brasileiras relacionadas à aquisição, titularidade e alienação pelos detentores de nossas ações preferenciais (registrados no Banco Central como investidores em dólares dos Estados Unidos) ou ADSs, não domiciliados no Brasil para fins de tributação no Brasil ("Investidores Não Residentes").

Investidores não residentes, residentes ou domiciliados em paraísos fiscais

Conforme disposto no artigo 1º da instrução normativa nº 1.037, de 4 de junho de 2010, e alterações posteriores, um paraíso fiscal é um país ou localidade (i) que não tributa a renda ou que tributa à alíquota máxima igual ou inferior a 20%; ou (ii) cuja legislação interna impõe restrições sobre a divulgação de composição societária ou titularidade de investimentos. Uma relação dos países e jurisdições que são atualmente considerados paraísos fiscais foi publicada pela referida instrução normativa. Os investidores não residentes, porém residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, podem estar sujeitos à tributação no Brasil em alíquotas maiores do que os investidores não residentes que não são residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, como descrevemos a seguir.

Registro de nossas ações preferenciais

Nossas ações preferenciais podem ser registradas no Banco Central do Brasil, conforme a resolução nº 2.689/00 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). A Resolução CMN nº 2.689/00 permite aos investidores estrangeiros aplicar em quase todos os ativos e efetuar quase todas as transações disponíveis nos mercados financeiro e de capital brasileiros, desde que algumas exigências sejam cumpridas, tais como a indicação de um representante no Brasil e o registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O montante elegível para o registro relativo às nossas ações preferenciais, compradas no Brasil e depositadas com o depositário, deverá ser equivalente ao preço de compra dessas ações preferenciais (em dólares dos Estados Unidos). De acordo com a resolução CMN nº 2.689/00, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimento coletivo, domiciliadas ou com sede no exterior. Consulte o item 10D - Controles de câmbio para mais informações.

Um investidor não residente de nossas ações preferenciais pode se deparar com atrasos no registro, o qual poderá retardar quaisquer remessas ao exterior. Esses atrasos também podem afetar adversamente o montante de dólares dos Estados Unidos recebidos por esse investidor não resident.

Tributação de dividendos

O pagamento de dividendos decorrentes de lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996, inclusive os dividendos pagos em espécie, não está sujeito à retenção do imposto de renda na fonte no Brasil. O pagamento de dividendos decorrentes dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil em alíquotas que variam de acordo com o ano em que os lucros foram gerados.

Tributação de juros sobre o capital próprio

A lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, permitem que uma sociedade brasileira constituída por ações, como a nossa sociedade, efetue pagamentos de juros sobre o capital próprio, e não por meio de distribuições de dividendos. Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório – Tributação para mais informações. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, ou 25%, no caso de investidores não residentes que são residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais.

Tributação de ganhos

(a) Venda ou outras formas de alienação de ADSs

Os ganhos auferidos no exterior por um investidor não residente, relacionados à venda ou outras formas de alienação das ADSs para outro investidor não residente, não estão sujeitos à tributação brasileira. Entretanto, segundo a lei nº 10.833/03, a alienação de ativos localizados no Brasil, por um investidor não residente, pode estar sujeita à retenção, no Brasil, de imposto de renda à alíquota geral de 15% (a alíquota de 25% se aplica para o beneficiário estrangeiro residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal para fins tributários brasileiros). Embora a lei nº 10.833/03 não seja completamente clara sobre o que é considerado um ativo localizado no Brasil, as ADSs, geralmente, não são consideradas ativos localizados no Brasil, pois representam títulos emitidos e negociados em bolsa de valores no exterior. É importante observar, no entanto, que ainda que as ADSs fossem consideradas ativos localizados no Brasil, os investidores não residentes - não residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais - podem solicitar isenção do imposto sobre ganhos de capital, conforme previsto no artigo 81 da lei nº 8.981/95.

(b) Conversão de nossas ações preferenciais em ADSs

O depósito feito por um investidor não residente com um depositário de ações preferenciais para conversão em ADSs, pode estar sujeito à tributação de ganho de capital brasileiro se o investidor não residente for residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal ou se as ações preferenciais não tiverem sido registradas no Banco Central do Brasil, conforme a resolução CMN nº 2.689/00. Para ambos os casos, a diferença entre o custo de aquisição das ações preferenciais, ou outro montante anteriormente registrado no Banco Central do Brasil, e o preço médio das ações preferenciais, conforme a resolução CMN nº 1.927/93, pode ser considerada ganho de capital tributável e estar sujeita ao imposto de renda à alíquota geral de 15%.

Os investidores não residentes - residentes ou domiciliados em paraísos fiscais - poderão estar sujeitos a uma alíquota de 25% de imposto de renda sobre ganho de capital na venda ou transferência de ações fora do mercado financeiro no momento dessa conversão. Por outro lado, quando investidores não residentes - não são residentes ou domiciliados em paraísos fiscais - depositam ações preferenciais registradas de acordo com a resolução CMN nº 2.689/00 em troca de ADSs, tal depósito não deve estar sujeito à tributação do ganho de capital.

(c) Venda ou outras formas de alienação de nossas ações preferenciais

Os investidores não residentes - não residentes ou domiciliados em paraísos fiscais - que registrem seus investimentos de acordo com a resolução CMN nº 2.689/00, beneficiam-se de um tratamento tributário diferenciado, segundo o qual qualquer ganho de capital decorrente da venda de valores mobiliários na bolsa de valores brasileira está isento de imposto de renda. Por outro lado, a venda de ações não registradas de acordo com a resolução CMN nº 2.689/00, ou realizada fora da bolsa de valores brasileira, está, geralmente, sujeita ao imposto de renda sobre ganho de capital a uma alíquota de 15%.

Tal tratamento diferenciado não se aplica aos investidores não residentes - residentes ou domiciliados em paraísos fiscais - que estão sujeitos às regras gerais de tributação aplicáveis a residentes brasileiros na venda de seus investimentos no mercado financeiro, incluindo as bolsas de valores e os mercados de balcão. A alíquota do imposto de renda, nesses casos, é geralmente de 15%. Se esses investidores não residentes venderem ações fora do mercado financeiro, a alíquota de imposto de renda será de 25%. Qualquer exercício de direitos de preferência relativos às nossas ações preferenciais (e relativos ao programa de ADSs), não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos oriundos da venda ou cessão de direitos de preferência estarão sujeitos ao imposto de renda em alíquotas que variam conforme a localização do investidor não residente e do mercado no qual esses direitos foram vendidos. Se o investidor não residente não for residente ou domiciliado em um paraíso fiscal, a venda dos direitos de preferência está isenta de imposto de renda - se realizada na bolsa de valores brasileira -, ou sujeita ao imposto de renda, à alíquota de 15%, se realizada fora da bolsa de valores. Se o investidor não residente for residente ou domiciliado em paraíso fiscal, a venda dos direitos de preferência está, em geral, sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% se realizada no mercado financeiro brasileiro ou de 25% se for realizada fora desses mercados.

Imposto sobre Operações Financeiras

IOF/Câmbio

De acordo com o decreto nº 6.306/07, e alterações posteriores, a tributação sobre operações estrangeiras (IOF/Câmbio), pode incidir sobre as operações de câmbio e afetar a entrada e/ou a saída de investimentos. As alíquotas do IOF/Câmbio são fixadas pelo Poder Executivo e a alíquota máxima permitida é de 25%.

As alíquotas de IOF/Câmbio impostas para operações de câmbio realizadas por investidor não residente, para aplicações nos mercados financeiro e de capitais, podem variar de tempos em tempos, conforme definido pelo governo brasileiro, e podem ser diferentes, com base no tipo de investimento. A entrada de recursos no Brasil para a compra de ações, segundo a resolução CMN nº 2.689/100, está sujeita ao IOF/Câmbio à alíquota zero. A alíquota de IOF/Câmbio também é zero sobre a saída de investimento estrangeiro e sobre os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos.

IOF/Títulos e Valores Mobiliários e Valores Mobiliários

A aquisição de ADSs não está sujeita à incidência de IOF. Em 24 de dezembro de 2013, segundo o decreto nº 8,165, a alíquota de IOF/Títulos e Valores Mobiliários e Valores Mobiliários que incide sobre a cessão de ações negociadas na bolsa de valores brasileira, a fim de lastrear a emissão de ADSs a serem negociados no exterior, foi reduzida para zero.

Outros tributos brasileiros

Não há tributação brasileira sobre herança, doação ou sucessão, quando da transmissão da propriedade ou da nua-propriedade (propriedade sem usufruto do bem), das nossas ações preferenciais ou ADSs fora do Brasil, ou sobre a constituição de usufruto gratuito sobre tais ações ou ADSs por um investidor estrangeiro, exceto os tributos sobre doação, herança e legado incidentes em alguns estados brasileiros – se forem conferidos nesses estados ou no exterior –, quando o beneficiário for residente ou domiciliado nesses estados. Não existem, no Brasil, tributos de selo, emissão, registro ou tributos, ou obrigações semelhantes, a serem pagos por investidores não residentes das nossas ações preferenciais ou ADSs.

Tributação nos Estados Unidos

Apresentamos um resumo geral das principais considerações sobre o imposto de renda federal dos EUA, incidente na aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, por investidores dos Estados Unidos (conforme definido a seguir) que detêm tais ações preferenciais ou ADSs como ativos de capital, no contexto da seção 1221 do U.S. Internal Revenue Code (Código do Imposto de Renda dos Estados Unidos) de 1986, e alterações posteriores, ao qual nos referimos aqui como Código. Este resumo não aborda todos os aspectos da legislação tributária que podem ser relevantes para um investidor específico dos Estados Unidos, à luz de circunstâncias especiais, as quais pode estar sujeito, ou para os investidores sujeitos a um tratamento especial nos termos da legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos (bancos, companhias de seguro, planos de previdência, companhias reguladas de investimentos, trustes de investimentos imobiliários, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades isentas de tributação, determinados ex-cidadãos ou ex-residentes dos Estados Unidos, investidores dos Estados Unidos que detêm nossas ações preferenciais ou ADSs como parte de um straddle, hedging, conversão ou outra forma de transação integrada, investidores dos Estados Unidos que fazem transações marcadas a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, investidores dos Estados Unidos que possuem moeda funcional diferente do dólar dos Estados Unidos, investidores dos Estados Unidos que possuem (ou considera-se que possuem) 10% ou mais (pelo poder de voto) das nossas ações e investidores dos Estados Unidos que recebem nossas ações preferenciais ou ADSs como remuneração). Adicionalmente, este resumo não aborda o efeito de qualquer legislação estadual, municipal dos EUA, ou fora dos Estados Unidos, ou qualquer consideração sobre tributos federais sobre doação ou considerações sobre tributos de qualquer outra natureza.

Este resumo é baseado no Código, nas regulamentações do Tesouro dos EUA – promulgadas ou propostas – e em interpretações administrativas e judiciais, todas em vigor nessa data e sujeitas a alterações, possivelmente, com efeito retroativo, ou em uma interpretação diferente. Partimos do princípio de que cada obrigação constante do acordo de depósito, e qualquer acordo relacionado, serão executados em conformidade com seus termos.

Para fins deste resumo, o termo “investidor dos Estados Unidos” significa o beneficiário das nossas ações preferenciais ou ADSs que é, para fins de imposto de renda federal dos EUA (i) uma pessoa física que seja cidadã ou residente nos EUA, (ii) uma sociedade por ações constituída ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos, em um de seus estados ou do Distrito de Colúmbia, (iii) um espólio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal dos EUA, independentemente de sua fonte, ou (iv) um truste (x) sobre o qual um tribunal dos Estados Unidos possa exercer a supervisão básica da sua administração e uma ou mais pessoas dos EUA tenham poderes para controlar todas as decisões substanciais de suas subsidiárias ou (y) cuja opção seja válida nos termos das regulamentações aplicáveis do Tesouro dos EUA e que sejam tratados como um cidadão dos EUA.

Se uma entidade tratada como uma sociedade, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, investir em nossas ações preferenciais ou ADRs, o tratamento para fins de imposto de renda federal dos EUA dispensado a esse investimento dependerá, em parte, da situação e das atividades da entidade e de seus sócios em particular. Qualquer entidade desse tipo deverá consultar seus próprios assessores tributários acerca do imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicável a ela, e aos seus sócios em relação à aquisição, titularidade e alienação dessas ações preferenciais ou ADSs.

Aconselhamos os investidores a consultar seus próprios assessores tributários acerca do imposto de renda municipal, estadual e federal dos estados unidos relacionados com a aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou adss, tendo em vista suas particularidades, e o impacto de leis estaduais e municipais dos estados unidos ou das leis de outros países.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, este resumo parte do princípio de que não somos e não seremos uma Empresa de Investimento Estrangeiro passivo, ou PFIC, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Para maiores detalhes, consulte o item “Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)” a seguir.

Tratamento das ADSs

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, um investidor dos Estados Unidos em ADRs será tratado como o investidor dos Estados Unidos em participação proporcional em nossas ações preferenciais detidas pelo depositário (ou custodiante), representadas comprovadamente por essas ADSs. Dessa forma, quaisquer depósitos ou retiradas das nossas ações preferenciais, em troca de ADRs, não resultarão na realização de ganho ou prejuízo para o investidor dos Estados Unidos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos.

Distribuições

Um investidor dos Estados Unidos que recebe uma distribuição relativa às nossas ações preferenciais (sejam elas detidas diretamente ou por meio de ADSs), incluindo pagamentos de juros sobre o capital próprio, conforme descrito anteriormente em “Tributação no Brasil – Tributação de juros sobre o capital próprio”, geralmente deverá incluir o montante de tal distribuição (sem redução de eventual imposto brasileiro retido na fonte relacionado com ele), em sua receita bruta como um dividendo, na medida em que forem feitas com lucros correntes ou acumulados (de acordo com as regras do imposto de renda federal dos EUA), na data em que esse investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso das ADRs) receber, implícita ou efetivamente, tal distribuição, não sendo permitida a dedução dos dividendos às sociedades por ações. A distribuição realizada para os investidores de nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADRs) que ultrapassar o valor de nossos lucros correntes e acumulados será tratada, em geral, primeiramente como retorno não tributável de capital na proporção da participação do investidor dos Estados Unidos em nossas ações preferenciais ou ADSs, conforme o caso, e acima disso, como ganhos decorrentes da venda ou troca de tais ações preferenciais ou ADRs (tratada da mesma

forma descrita a seguir em “Venda, troca ou outro tipo de alienação das ações preferenciais ou ADSs”). Não mantemos, e não planejamos manter, cálculos dos lucros e rendimentos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Como resultado, um investidor dos Estados Unidos pode precisar incluir o valor integral da distribuição em sua receita como um dividendo.

O valor em dólares de qualquer distribuição realizada em reais, de nossas ações preferenciais, deve ser calculado com referência à taxa de câmbio entre o dólar dos Estados Unidos e o real vigente na data do efetivo recebimento da distribuição pelos investidores dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso de ADSs), sendo ou não, os valores em reais recebidos e de fato convertidos em dólares dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos, geralmente, terá uma base em reais equivalente ao valor em dólares dos Estados Unidos na data do recebimento. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação desses reais pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dos Estados Unidos.

As distribuições tratadas como dividendos, recebidas por pessoas dos Estados Unidos que não são pessoas jurídicas (inclusive pessoas físicas), relativas às ações de uma sociedade que não é dos Estados Unidos (válidos para as sociedades que não são consideradas, no exercício fiscal durante o qual as distribuições são feitas ou no exercício fiscal anterior, Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo ou “PFIC”), e prontamente negociável em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, geralmente estão sujeitas a uma alíquota máxima de imposto reduzida a 20% (e outro tributo eventualmente adicional discutido em “Tributo Medicare”), desde que certos prazos de carência e outros requisitos sejam atendidos. Uma vez que as ADSs estarão registradas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”), a menos que sejamos tratados como uma PFIC em relação a um investidor dos Estados Unidos, os dividendos recebidos por esse investidor, referentes às ADSs, deverão qualificar-se para a alíquota reduzida. Com base nas atuais diretrizes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos pelo investidor dos Estados Unidos, em relação às ações preferenciais, serão qualificáveis para a alíquota reduzida já que as nossas ações preferenciais, em si, não são registradas em bolsa de valores dos Estados Unidos. Regras especiais são aplicáveis para determinar os rendimentos de investimento (que pode limitar deduções para juros provenientes dos investimentos), os rendimentos de fonte estrangeira do beneficiário (o qual pode afetar o valor do crédito tributário estrangeiro nos EUA) e certos dividendos extraordinários. O investidor dos Estados Unidos – que não seja uma pessoa jurídica – deve consultar seu próprio assessor tributário acerca da possibilidade de aplicação da alíquota reduzida de imposto e das restrições e regras específicas pertinentes..

Venda, troca ou outro tipo de alienação das ações preferenciais ou ADSs

Quando da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, um investidor dos Estados Unidos, geralmente, reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em um valor igual à diferença, se houver, entre o montante realizado em tal venda, troca ou outro tipo de alienação e a base de cálculo ajustada do imposto do investidor, em tais ações preferenciais ou ADSs. Qualquer diferença assim reconhecida será, geralmente, tratada como ganho ou perda de capital de longo prazo se esse Investidor dos Estados Unidos tiver detido as ações preferenciais ou ADSs por mais de um ano quando da venda, troca ou de outro tipo de alienação. Alguns investidores dos Estados Unidos - que não sejam pessoas jurídicas - têm direito a um tratamento preferencial para ganhos líquidos de capital de longo prazo. A possibilidade para um investidor daquele país compensar as perdas de capital com receita ordinária é limitada.

Se o investidor dos Estados Unidos receber um valor em reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais, geralmente, reconhecerá um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos de tal valor em reais, na data de liquidação de referida venda, troca ou outro tipo de alienação se (i) esse investidor americano adotar o regime de caixa, ou tenha optado por ser contribuinte pelo regime de competência, e as nossas ações preferenciais forem tratadas como “negociadas em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido”, ou (ii) essa data de liquidação for também a data da venda, troca ou outro tipo de alienação. O investidor dos Estados Unidos, geralmente, terá como base em reais um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos de tal montante, na data de liquidação. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente ou outra forma de alienação desses reais pelo investidor dos Estados Unidos será tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário acerca das consequências, para fins de imposto de renda federal dos EUA, de receber valores em reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais nos casos não descritos na primeira sentença deste parágrafo..

Considerações sobre crédito tributário estrangeiro

As distribuições relativas às nossas ações preferenciais (sejam elas detidas por meio de ADSs ou diretamente), inclusive os pagamentos de juros sobre o capital próprio, que sejam tratadas como dividendos, antes da dedução de quaisquer tributos retidos na fonte brasileira, serão incluídas na receita bruta do investidor dos Estados Unidos. Dessa forma, esse investidor americano pode ser obrigado a declarar a receita para tal finalidade, em um montante superior ao que tenha efetivamente recebido em espécie. As distribuições tratadas como dividendos geralmente constituirão receita originada fora dos EUA e geralmente serão categorizadas, para fins de crédito tributário estrangeiro nos EUA, como “receita de categoria passiva” ou, no caso de alguns investidores dos Estados Unidos, como “receita de categoria geral”. Sujeito às limitações aplicáveis e às exigências de período de carência, um investidor dos Estados Unidos pode obter o direito de reivindicar um crédito tributário estrangeiro naquele país, para compensar o montante do imposto de renda federal nos EUA referente a quaisquer desses impostos retidos no Brasil. De acordo com a legislação em

vigor, o ganho resultante da venda ou outro tipo de alienação das nossas ações preferenciais, ou ADSs, pode estar sujeito ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. O uso, por um investidor dos Estados Unidos, de um crédito tributário estrangeiro relativo a quaisquer desses impostos de renda, ou retidos na fonte no Brasil, pode ser limitado, já que esse ganho geralmente constituirá receita originada dentro dos EUA. Um investidor dos Estados Unidos que não reivindica um crédito tributário estrangeiro naquele país pode geralmente reivindicar, ao invés disso, uma dedução de quaisquer desses impostos brasileiros, para o exercício fiscal no qual esse investidor dos Estados Unidos optar por fazê-lo, em relação a todos os impostos de renda que não são dos EUA, pagos ou provisionados por esse mesmo investidor, nesse exercício fiscal. O ganho ou a perda cambial com moeda estrangeira, geralmente, constituirá receita originada dentro dos EUA. As regras relacionadas com os créditos tributários estrangeiros são bastante complexas e o investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário acerca da aplicação dessas regras.

Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)

Normas específicas de imposto de renda federal dos EUA aplicam-se às pessoas daquele país que detenham ações de uma PFIC. Em geral, uma sociedade que não é dos Estados Unidos será classificada como uma PFIC, para fins de imposto de renda federal daquele país, em qualquer exercício fiscal em que, após a aplicação das normas de transparência relativas à renda e aos ativos de suas subsidiárias: pelo menos 75% de sua receita bruta for "receita passiva" ou, em média, pelo menos 50% do valor bruto de seus ativos for atribuível aos ativos que gerem receita passiva ou forem detidos para a geração de receita passiva.

Para esse fim, a renda passiva geralmente inclui, entre outros elementos, dividendos, juros, aluguéis, royalties, ganhos na alienação de ativos passivos e ganhos em operações com commodities.

A aplicação das normas relativas às PFICs nos bancos não é clara na legislação de imposto de renda federal dos EUA, atualmente em vigor. Os bancos geralmente têm uma parte substancial de suas receitas derivada de ativos remunerados por juros ou que poderiam, de outra forma, ser considerados passivos segundo as regras da PFIC. O Departamento da Receita Federal dos EUA emitiu um comunicado e propôs regulamentos que excluem da receita passiva qualquer receita decorrente da condução ativa de negócios bancários, por meio de um banco estrangeiro qualificado, conhecidos como Exceção de Banco Ativo. O comunicado e os regulamentos propostos pelo IRS têm exigências diferentes para qualificar um banco como banco estrangeiro e para apurar a receita bancária que pode ser excluída da receita passiva de acordo com a Exceção de Banco Ativo. Além disso, os regulamentos propostos têm sido discutidos desde 1994 e não entrarão em vigor até que sejam finalizados.

Com base em estimativas de nossa receita e ativo brutos, correntes e projetados, não acreditamos que seremos classificados como uma PFIC nos exercícios fiscais correntes ou futuros. A decisão em relação a sermos uma PFIC, no entanto, é realizada anualmente com base na composição de nossa receita e nossos ativos (inclusive a receita e os ativos de entidades em que detemos pelo menos 25% de participação) e na natureza de nossas operações (nossa capacidade de nos qualificarmos como Exceção de Banco Ativo).

Como os regulamentos definitivos não foram emitidos e o comunicado e os regulamentos propostos são inconsistentes, nossa situação, no que tange às regras da PFIC, é de considerável incerteza. Muito embora conduzamos, e pretendamos continuar a conduzir, um empreendimento bancário significativo, não existem garantias de que atenderemos às exigências específicas da Exceção de Banco Ativo, de acordo com o comunicado ou os regulamentos propostos pelo IRS. Dessa forma, os investidores dos Estados Unidos podem estar sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA conforme as regras descritas a seguir.

Se formos tratados como uma PFIC, em qualquer exercício fiscal no qual um investidor dos Estados Unidos detiver nossas ações preferenciais ou ADSs, qualquer ganho realizado em uma venda ou outro tipo de alienação tributável dessas ações preferenciais ou ADSs, e certas “distribuições excedentes” (em geral, distribuições que ultrapassem 125% da distribuição média durante os três exercícios anteriores ou, caso inferior, o período de carência para essas ações preferenciais ou ADSs) serão tratados como receita ordinária e sujeitos à tributação como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizado proporcionalmente, durante o período de carência do investidor dos Estados Unidos em relação às essas ações preferenciais ou ADSs; (ii) o montante considerado em cada exercício tivesse sido sujeito à tributação, o em cada exercício, à taxa marginal mais alta para esse exercício (exceto pela receita alocada ao período corrente ou qualquer período tributável antes de nos tornarmos uma PFIC, a qual estaria sujeita à tributação à alíquota regular da receita ordinária do investidor dos Estados Unidos no exercício corrente e que não estaria sujeita ao encargo financeiro discutido a seguir); e (iii) o encargo financeiro geralmente aplicável aos pagamentos de tributos a menor tivesse sido cobrado sobre os tributos considerados como tendo sido pagos nesses exercícios.

Não esperamos fornecer informações que permitiriam aos investidores dos Estados Unidos evitarem as consequências anteriormente mencionadas ao fazerem opção pelo “fundo qualificado”.

Se formos tratados como PFIC e, a qualquer momento, investirmos em uma sociedade por ações – que não é dos Estados Unidos –, classificada como PFICs, ou PFICs subsidiárias, os investidores dos Estados Unidos serão considerados, em geral, como investidores em uma PFIC e também estarão sujeitos às regras das PFICs em relação à sua participação acionária indireta nessa PFIC subsidiária. Se formos tratados como uma PFIC, um investidor dos Estados Unidos pode ser cobrado em relação ao imposto diferido e ao encargo financeiro definido anteriormente se (i) recebermos distribuição de, ou alienarmos no todo ou em parte, nossa participação em qualquer PFIC subsidiária ou (ii) esse investidor dos Estados Unidos alienar no todo ou em parte, nossas ações preferenciais ou ADSs.

Um investidor dos Estados Unidos de ações de uma PFIC (possivelmente não de uma PFIC subsidiária, conforme discutido a seguir) pode optar pela “marcação a mercado”, desde que as ações da PFIC sejam ações negociáveis, conforme definido nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA (por exemplo, “negociada regularmente” em uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado”). Nos termos dos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA, “bolsa de valores qualificada ou outro mercado” inclui (i) uma bolsa de valores nacional registrada na SEC (equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nos EUA) ou o sistema de mercado nacional instituído de acordo com a lei de Bolsas e Valores Mobiliários, de 1934, e alterações posteriores (“Exchange Act”), ou (ii) uma bolsa de valores estrangeira que seja regulada ou supervisionada por uma autoridade governamental do país no qual o mercado está localizado e que atenda a certas exigências de negociação, listagem, divulgações financeiras, entre outras estabelecidas nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA. As ADSs são negociadas na NYSE - uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado - e as ações preferenciais são negociadas na BM&FBovespa. Embora o IRS não tenha afirmado se a BM&FBovespa atende às exigências para ser tratada como bolsa de valores qualificada ou outro mercado, nós acreditamos que a BM&FBovespa deva ser assim nomeada. As ações da PFIC negociadas em uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado são regularmente negociadas no ano-calendário durante o qual essas ações são negociadas, além das quantidades mínimas, em pelo menos 15 dias de um trimestre-calendário. Não podemos assegurar que as nossas ações preferenciais ou ADSs serão tratadas como “ações negociáveis” em qualquer exercício fiscal.

As consequências tributárias que se aplicariam caso fôssemos uma PFIC, seriam diferentes daquelas descritas anteriormente se uma opção “marcação a mercado” estivesse disponível e se um Investidor dos Estados Unidos fizesse essa opção no início do seu período de carência. Caso tal opção seja feita, esse investidor dos Estados Unidos geralmente (i) incluirá na receita bruta, integralmente como receita ordinária, um montante equivalente à diferença, se houver, entre o valor justo de mercado de nossas ações preferenciais ou ADSs no fechamento de cada exercício fiscal e a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos de tais ações preferenciais ou ADSs; e (ii) deduzirá, como prejuízo ordinário, a eventual diferença entre a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos, relativa a tais ações preferenciais ou ADSs, e o valor justo de mercado dessas ações preferenciais ou ADSs, ao final do exercício fiscal e apenas na medida do montante líquido anteriormente incluído na receita bruta como resultado da opção de marcação a mercado. Qualquer ganho auferido na venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, em um exercício fiscal no qual éramos uma PFIC, seria tratado como receita ordinária, e qualquer prejuízo em tal venda, troca ou outro tipo de alienação seria tratado como prejuízo ordinário (na proporção de qualquer ganho líquido de marcação ao mercado anteriormente incluído na receita) e, subsequentemente, como perda de capital. A base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos referente a tais ações preferenciais, ou ADSs, seria aumentada ou diminuída pelo montante do ganho ou perda considerado segundo o regime de marcação ao mercado. Mesmo que um investidor dos Estados Unidos seja elegível para optar pela marcação a mercado relativo às nossas ações preferenciais ou ADSs, não está claro se, ou como, essa opção se aplicaria em relação às ações de qualquer PFIC subsidiária, das quais esse

investidor dos Estados Unidos é tratado como titular, pois tais ações podem não ser ações negociáveis. A opção de marcação a mercado é feita, relativamente, às ações negociáveis de uma PFIC com base em cada acionista e, uma vez feita, somente pode ser revogada com a anuência do IRS. Se a opção de marcação a mercado não for feita no primeiro exercício fiscal no qual o investidor dos Estados Unidos detiver qualquer participação acionária conosco enquanto PFIC, aplicar-se-ão normas especiais.

O investidor dos Estados Unidos que detiver nossas ações preferenciais ou ADSs durante qualquer exercício fiscal em que formos tratados como uma PFIC será obrigado a protocolar uma declaração de informações a nosso respeito e de qualquer PFIC subsidiária, na qual o investidor dos Estados Unidos detiver uma participação direta ou indireta. O investidor americano deve consultar seus próprios assessores tributários a respeito da aplicação das normas de PFIC às nossas ações preferenciais ou ADSs, e a possibilidade e a conveniência de fazer opção pela marcação a mercado, caso sejamos considerados uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Tributo Medicare

Além do imposto de renda federal regular dos EUA, certos investidores dos Estados Unidos – pessoas físicas, espólios ou trustes – estão sujeitos a um tributo à alíquota de 3,8% sobre toda ou parte de sua “receita líquida de investimento”, o qual pode incluir todas ou parte de sua renda auferida com uma distribuição referente a ações preferenciais ou ADSs, e ao ganho líquido da venda, troca ou outro tipo de alienação de ação preferencial ou ADS.

Retenção preventiva (*backup withholding*) na fonte e apresentação de informações

A obrigatoriedade de fornecer informações e de realizar uma retenção preventiva (*backup withholding*) na fonte, geralmente se aplica a certos investidores dos Estados Unidos, em relação aos pagamentos efetuados ou recursos provenientes da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. Um investidor dos Estados Unidos que não estiver, de outra forma, isento da retenção preventiva na fonte, pode geralmente evitá-la mediante a entrega do formulário W-9 do IRS, devidamente assinado. A retenção preventiva na fonte não é um imposto adicional e quaisquer montantes retidos segundo essas normas serão, em geral, disponibilizados como reembolso ou como crédito para o pagamento de imposto de renda federal dos EUA, devido pelo investidor daquele país, desde que as informações solicitadas sejam fornecidas pelo investidor daquele país, em tempo hábil para o IRS.

Exigências de divulgação para ativos financeiros específicos no exterior

Os investidores dos Estados Unidos – pessoas físicas e determinadas entidades dos EUA especificadas nas instruções do Departamento do Tesouro dos EUA – que, durante qualquer exercício fiscal, detiverem participação em qualquer “ativo financeiro específico no exterior”, devem, geralmente, protocolar, junto com suas declarações de imposto de renda federal dos EUA, informações previstas no formulário 8938 do IRS, caso o valor total desses ativos ultrapasse montantes específicos. O ativo financeiro estrangeiro específico geralmente inclui qualquer conta financeira mantida em uma instituição financeira que não é dos EUA e pode, também, incluir as nossas ações preferenciais ou ADSs, caso estas não sejam mantidas em uma conta aberta em uma instituição financeira daquele país. É possível que muitas substanciais sejam impostas, e o prazo limite de incidência e cobrança de imposto de renda federal dos EUA possa ser prorrogado no caso de descumprimento da obrigação. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários para verificar se essa obrigação de apresentação de informações se aplica a eles.

Exigências de divulgação para determinados investidores dos Estados Unidos que reconhecem perdas significativas

Um investidor dos Estados Unidos que alegar perdas significativas com nossas ações preferenciais ou ADSs para fins de imposto de renda federal dos EUA pode ser demandado a apresentar o formulário 8886, referente a “operações passíveis de declaração”. Para serem consideradas significativas, as perdas geralmente são de (i) US\$ 10 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US\$ 20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios fiscais para sociedades por ações ou sociedades comerciais cujos sócios sejam todos sociedades por ações; (ii) US\$ 2 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US\$ 4 milhões ou mais em uma combinação de exercícios fiscais para todos os demais contribuintes, ou (iii) US\$ 50 milhões ou mais em um exercício fiscal para pessoas físicas ou trustes, em relação a operações em moeda estrangeira. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários sobre qualquer obrigação de divulgação possível em relação às nossas ações preferenciais ou ADSs.

Glossário

A

- ABEL – Associação Brasileira de Empresas de Leasing
- Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- Abrasca – Associação Brasileira de Companhias Abertas
- ADS – *American Depositary Shares*
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
- ANS – Agência Nacional de Saúde
- APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

B

- Banco Central – Banco Central do Brasil
- Banco Itaú Argentina – Banco Itaú Argentina S.A.
- Banco Itaú BBA International – Itaú BBA International S.A.
- Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A.
- Banco Itaú Paraguai – Banco Itaú Paraguay S.A.
- Banco Itaú Uruguay – Banco Itaú Uruguay S.A.
- BCBA – *Buenos Aires Stock Exchange*
(Bolsa de Valores de Buenos Aires)
- BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision*
(Comitê de Supervisão Bancária da Basileia)
- BIS – *Bank for International Settlements*
- BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNY Mellon – *The Bank of New York Mellon*

C

- Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CCR – Risco de Crédito de Contraparte
- CDC – Código de Defesa do Consumidor
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário
- CEDEAR – Certificado de Depósito Argentino
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CGRC – Comitê de Gestão de Riscos e de Capital
- Cia E. Johnston – Companhia E. Johnston de Participações
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
- COAF – Conselho de Controle de Atividades
- COFINS – Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
- CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro
- CSAGRO – Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais
- CSC – Comissão Superior de Crédito
- CSEXT – Comissão Superior das Unidades Externas
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro
- CSNIR – Comissão Superior de Normativos Institucionais de Risco
- CSP – Comissão Superior de Produtos
- CSRisc – Comissão Superior de Políticas de Risco
- CSTI – Comissão Superior de Tesouraria Institucional
- CSTIL – Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários

D

- DJSI – *Dow Jones Sustainability Index*
(Índice Dow Jones de Sustentabilidade)

F

- FATF – *Financial Action Task Force* (Força-Tarefa de Ação Financeira)
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- Fed – *U.S. Federal Reserve System* (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos)
- FGC – Fundo Garantidor de Crédito

I

- IASB – *International Accounting Standards Board* (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)
- IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças
- IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil
- IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
- ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital)
- IFRS – *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
- IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
- IRS – *U.S. Internal Revenue Service* (Receita Federal dos Estados Unidos)
- ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
- ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- Itaú BBA Colombia – *Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera*
- Itaucard – Banco Itaucard S.A.
- Itaú Holding Financeira – Itaú Holding Financeira S.A.
- Itaú Unibanco Group – Itaú Unibanco Holding S.A. e todas as suas subsidiárias e afiliadas
- Itaúsa – Itaú Investimentos S.A.
- IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.

L

- LCR – Índices de Liquidez de Curto Prazo
- Legislação Societária Brasileira – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (incluindo a Lei nº 11.638)

N

- NSFR – Índices de Liquidez de Longo Prazo
- NYSE – *New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova York)

P

- PAB – Posto de Atendimento Bancário
- PEP – Pessoas Expostas Politicamente
- PFIC – Empresa de Investimento Estrangeiro passivo
- PIS – Contribuição para o Programa de Integração Social
- PIS – Programa de Integração Social

R

- RAET – Regime Especial de Administração Temporária
- RMCCI – Regulamento de Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais

S

- SEC – *U.S. Securities and Exchange Commission*
- SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
- SISBACEN – Sistema do Banco Central do Brasil: banco de dados que coleta as informações recebidas pelas instituições financeiras para o Banco Central.
- Sistema de Pagamento Brasileiro – Engloba as instituições, os sistemas e os procedimentos relacionados com transferência de recursos e outros ativos financeiros entre os diversos participantes do mercado financeiro brasileiro, incluindo o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos sob qualquer forma.
- SOX – Lei Sarbanes-Oxley de 2002
- STF – Superior Tribunal Federal
- STJ – Superior Tribunal de Justiça
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

T

- TR – Taxa Referencial

U

- Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

V

- VaR – Valor em Risco

Anexos



Informações estatísticas selecionadas

As informações a seguir foram incluídas para fins de análise e devem ser lidas em conjunto com a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Políticas contábeis significativas, Ativos e passivos e item Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).

Os dados incluídos ou mencionados nessa seção estão apresentados de acordo com o IFRS, salvo indicação contrária.

Dados médios de balanço patrimonial e taxa de juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos e passivos remunerados, as contas de outros ativos e passivos, os respectivos valores de receita e despesa de juros e a média de rentabilidade/taxa de juros real referentes a cada período.

Calculamos os saldos médios com base nos saldos contábeis mensais, pois acreditamos que tais saldos representem as nossas operações, e o custo de apresentar saldos médios usando balanços contábeis diários, segundo o IFRS, é alto.

A maioria dos nossos negócios é composta por operações bancárias de varejo, que apresentaram um crescimento orgânico e sem variações significativas em curtos períodos. As operações de crédito de curso anormal são divulgadas como ativos não remunerados nos períodos indicados na tabela a seguir.

Ativos	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)								
	2013			2012			2011		
	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)
Ativos Remunerados¹	882.472	94.127	10,7	784.686	96.364	12,3	721.686	97.352	13,5
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.880	583	2,9	24.873	1.042	4,2	17.015	890	5,2
Aplicações no Mercado Aberto	162.865	12.630	7,8	122.546	10.096	8,2	87.538	9.961	11,4
Depósitos Compulsórios no Banco Central	62.492	4.314	6,9	70.416	5.334	7,6	88.926	9.182	10,3
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	138.667	10.860	7,8	126.160	13.324	10,6	121.431	14.676	12,1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	86.571	5.067	5,9	62.527	3.771	6,0	43.036	2.888	6,7
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	4.473	486	10,9	3.094	471	15,2	3.101	360	11,6
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	362.330	59.546	16,4	335.127	61.139	18,2	302.125	58.492	19,4
Outros Ativos Financeiros	45.193	641	1,4	39.943	1.187	3,0	58.514	903	1,5
Ativos não Remunerados	83.025			70.758			69.134		
Disponibilidades	13.806			12.814			14.205		
Depósitos Compulsórios no Banco Central	3.850			4.141			4.664		
Derivativos	11.224			9.502			9.734		
Empréstimos de Curso Anormal	19.216			20.055			17.528		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.103)			(24.962)			(22.976)		
Imobilizado, Líquido	5.958			5.360			4.932		
Investimentos em Empresas não Consolidadas	3.233			3.032			2.268		
Ativos Intangíveis, Líquido	5.229			4.343			3.224		
Outros Ativos	44.613			36.474			35.555		
Total do Ativo	965.497			855.444			790.820		

1. Para o rendimento líquido do total médio de juros sobre ativos, consulte "Margem Líquida de Juros e Spread".

Passivo	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)								
	2013			2012			2011		
	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)	Saldo Médio	Juros	Rendimento Médio/Taxa (%)
Passivos Remunerados	738.535	46.361	6,3	649.026	48.067	7,4	572.622	55.599	9,7
Depósitos Remunerados:	209.347	9.802	4,7	206.652	10.544	5,1	186.429	12.186	6,5
Depósitos de Poupança	92.964	5.014	5,4	73.404	4.069	5,5	61.143	3.992	6,5
Depósitos Interfinanceiros	7.446	300	4,0	8.661	286	3,3	2.376	169	7,1
Depósitos a Prazo	108.937	4.488	4,1	124.587	6.188	5,0	122.910	8.025	6,5
Captações no Mercado Aberto	256.025	16.865	6,6	204.358	17.539	8,6	194.949	22.133	11,4
Recursos do Mercado Interbancário e do Mercado Institucional:	174.834	16.216	9,3	154.852	13.440	8,7	125.007	16.041	12,8
Recursos de Mercados Interbancários	104.002	6.245	6,0	94.555	5.747	6,1	77.189	5.536	7,2
Recursos de Mercados Institucionais	70.832	9.971	14,1	60.297	7.693	12,8	47.818	10.505	22,0
Provisão de Seguros e Previdência e Passivos de Planos de Capitalização	97.818	3.436	3,5	82.820	6.513	7,9	66.237	5.239	7,9
Outros Passivos Remunerados	511	42	8,2	344	30	8,9	-	-	0,0
Passivos não Remunerados	148.215			130.293			150.813		
Depósitos não Remunerados	36.726			30.324			26.072		
Derivativos	10.355			8.251			7.193		
Outros Passivos não Remunerados	101.134			91.718			117.547		
Patrimônio Líquido	78.747			76.125			67.385		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	965.497			855.444			790.820		

Variações nas receitas e despesas de juros – análise de volume e taxas

Apresentamos a seguir a distribuição das variações, em termos do volume médio, e as variações nos rendimentos médios/taxas em nossas receitas e despesas de juros. As movimentações dos volumes e das taxas foram calculadas sobre as variações de saldos médios ocorridas no período, e as variações nos rendimentos médios/taxas de juros sobre os ativos e passivos remunerados de um período ao outro.

	(em milhões de R\$)					
	Aumento/(Redução) Devido às Variações em:			Aumento/(Redução) Devido às Variações em:		
	Volume ¹	Rendimen- to/Taxa ²	Variação Líquida ³	Volume ¹	Rendimen- to/Taxa ²	Variação Líquida ³
Ativos Remunerados:	12.673	(1.491)	(2.237)	6.217	(7.204)	(987)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(184)	(275)	(459)	267	(115)	152
Aplicações no Mercado Aberto	3.084	(550)	2.534	437	(301)	135
Depósitos Compulsórios no Banco Central	(570)	(449)	(102)	(1.688)	(216)	(3.848)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	1.533	(3.997)	(2.464)	604	(1.956)	(1.352)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.404	(108)	1.296	1.137	(254)	883
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	41	(26)	15	(1)	112	111
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	7.182	(8.775)	(1.593)	5.609	(2.961)	2.647
Outros Ativos Financeiros	183	(729)	(545)	(148)	433	284
Passivos Remunerados:	(4.577)	2.872	(1.706)	8.332	(15.863)	(7.532)
Depósitos Remunerados:	306	(1.047)	(741)	571	(2.213)	(1.642)
Depósitos de Poupança	1.052	(107)	945	313	(236)	78
Depósitos Interfinanceiros	(25)	39	14	147	(30)	117
Depósitos a Prazo	(721)	(979)	(17)	111	(1.948)	(1.837)
Captações no Mercado Aberto	(8.392)	7.717	(675)	1.133	(5.727)	(4.594)
Recursos de Mercados Interbancários e de Mercados Institucionais	1.998	778	2.776	5.293	(7.894)	(26)
Recursos de Mercados Interbancários	566	(68)	498	656	(445)	211
Recursos de Mercados Institucionais	1.431	846	2.277	4.637	(7.449)	(2.812)
Provisões de Seguros e Previdência e Passivos de Planos de Capitalização	1.497	(4.574)	(3.077)	1.304	(30)	1.274
Outros Passivos Remunerados	13	(2)	11	31	-	31

1. A variação nos volumes foi calculada como variação nos ativos ou passivos remunerados, de um período ao outro, multiplicada pelo rendimento médio/taxa do período anterior.

2. A variação nos rendimentos/taxas foi calculada por meio da multiplicação da variação nos rendimentos/taxas no período pelos ativos ou passivos médios remunerados do período anterior.

3. A variação líquida dos efeitos combinados dos volumes e rendimentos/taxas foi apropriada proporcionalmente à variação de volume e rendimento/taxa, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

Margem de juros líquida e spread

Apresentamos a seguir nossos ativos e passivos médios remunerados, a receita líquida de juros, e a margem de juros líquida e o spread líquido comparativos.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
	2013	2012	2011
Total dos Ativos Médios Remunerados	882.472	784.686	721.686
Total dos Passivos Médios Remunerados	738.535	649.026	572.622
Receita de Juros Líquida ¹	47.766	48.297	41.753
Rendimento Médio sobre os Ativos Médios Remunerados ² (%)	10,7	12,3	13,5
Taxa média sobre os Passivos Médios Remunerados ³ (%)	6,3	7,4	9,7
Spread Líquido ⁴ (%)	4,4	4,9	3,8
Margem de Juros Líquida ⁵ (%)	5,4	6,2	5,8

1. Total da receita de juros menos total das despesas de juros.

2. Total da receita de juros, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações dividida pelo total dos ativos médios remunerados.

3. Total da despesa de juros dividido pelo total de passivos médios remunerados.

4. Diferença entre os rendimentos médios sobre os ativos remunerados e a taxa média sobre os passivos remunerados.

5. Receita financeira líquida dividida pelo total de ativos médios remunerados.

Retorno sobre o patrimônio e ativos

Apresentamos a seguir alguns dados referentes ao retorno sobre patrimônio e ativos.

	(em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
	2013	2012	2011
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	16.424	12.634	13.837
Ativos Totais Médios	965.497	855.444	790.820
Patrimônio Líquido Médio	78.747	76.125	67.385
Lucro Líquido como Porcentagem dos Ativos Totais Médios ¹ (%)	1,7	1,5	1,7
Lucro Líquido como Porcentagem do Patrimônio Líquido Médio ¹ (%)	20,9	16,6	20,5
Patrimônio Líquido Médio como Porcentagem dos Ativos Totais Médios (%)	8,2	8,9	8,5
Índice de Pagamento de Dividendos por Ação ² (%)	31,1	39,4	34,9

1. Atribuível aos acionistas controladores.

2. Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação dividido pelos juros básicos por ação. Consulte a seção Itaú Unibanco Holding, item Em Números - Dados Financeiros Selecionados para informações adicionais sobre o cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio e lucro básico por ação.

